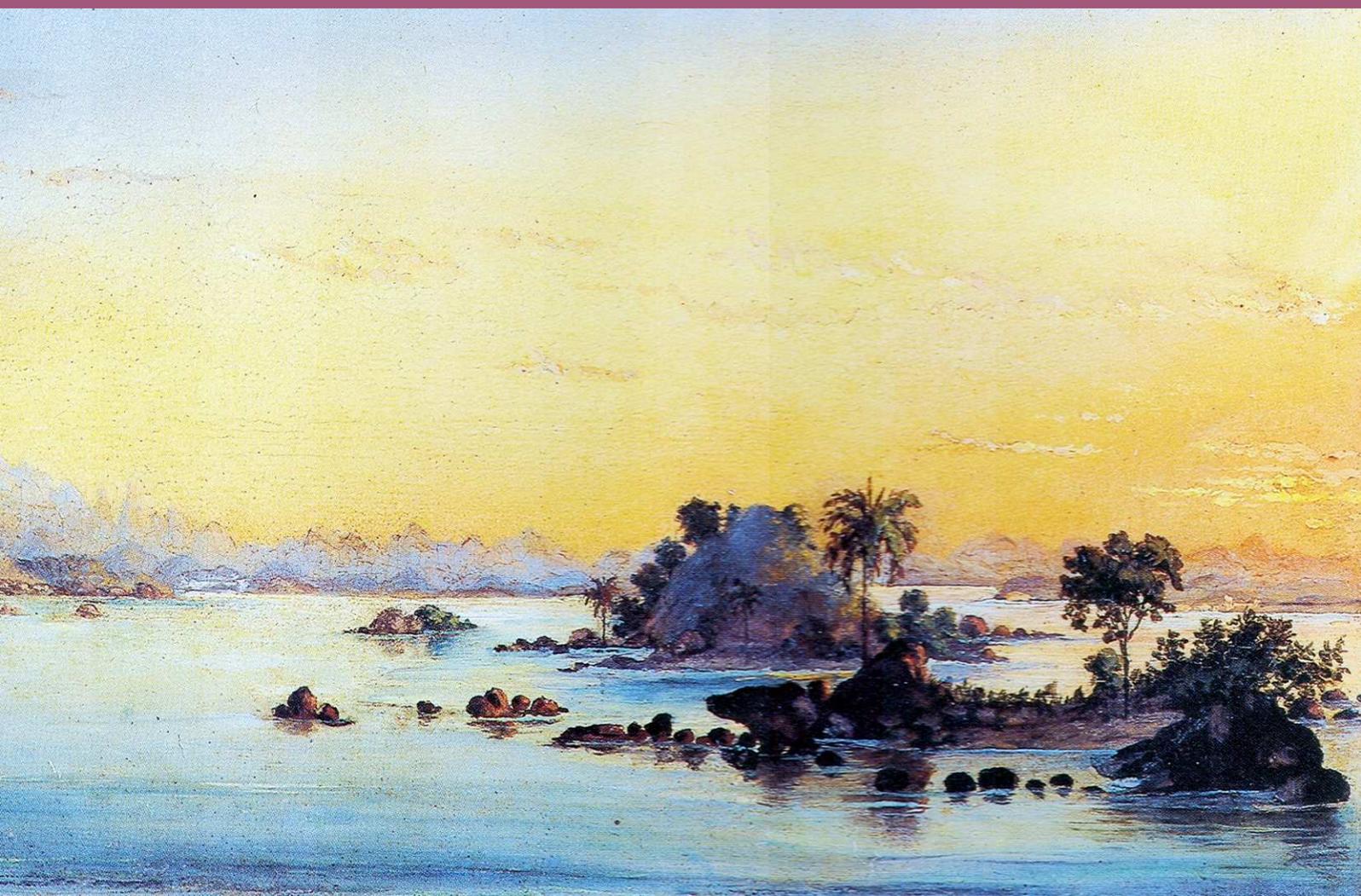


9

agosto • 2012

História da Historiografia

revista eletrônica quadrimestral



História da Historiografia

issn 1983-9928

Conselho Executivo (2011-2013)

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)

Conselho Editorial

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)
Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)
Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Conselho Consultivo

Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)
Carlos Fico (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Carlos Oiti (UFG . Goiás . GO . Brasil)
Cássio Fernandes (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)
Denís Bernardes (UFPE . Recife . PE . Brasil)
Edgar De Decca (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)
Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Ewa Domanska (Adam Mickiewicz University . Poznań . Polônia)
Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)
Fernando Catroga (Universidade de Coimbra . Coimbra . Portugal)
Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)
François Hartog (EHESS . Paris . França)
Frederico de Castro Neves (UFC . Fortaleza . CE . Brasil)
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
Hayden White (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)
José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)
Jurandir Malerba (PUC-RS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Luiz Costa Lima (PUC-Rio/UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Manoel Salgado Guimarães - *in memoriam* (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marlon Salomon (UFG . Goiânia . GO . Brasil)
Pascal Payen (Université de Toulouse II - Le Mirail . Toulouse . França)
Pedro Meira Monteiro (Princeton University . Princeton . Estados Unidos)
Sanjay Seth (University of London . Londres . Reino Unido)
Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa . Lisboa . Portugal)
Silvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Secretaria

Flávia Florentino Varella (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Editoração, revisão técnica e capa

João Carlos Furlani (UFES . Vitória . ES . Brasil)
Flávia Florentino Varella (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Revisão de Língua Portuguesa

Rita Abreu

Revisão de Língua Inglesa

Dermeval de Sena Aires Júnior

Realização

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Apoio

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ Coodenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CNPq/CAPES)
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)

Contato

Avenida Ipiranga, 8799/307 - Jardim Botânico • Porto Alegre - RS • 91530-001 • Brasil
www.ichs.ufop.br/rhh • historiografia@ufop.br • (31) 3557-9400

Missão

História da Historiografia publica artigos, resenhas, entrevistas, textos e documentos historiográficos de interesse para os campos da história da historiografia, teoria da história e áreas afins. Tem por missões divulgar textos de teoria da história e história da historiografia, e promover o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisas entre investigadores dessas duas áreas correlatas. Num momento em que, no cenário brasileiro, o crescimento do número de periódicos científicos apenas espelha (se bem que de forma algo distorcida) a ampliação dos programas de pós-graduação, é consenso que o próximo passo a ser dado é o da verticalização e especialização do perfil das publicações. *HH* foi fundada em 2008 exatamente a partir desse diagnóstico, e pretende estabelecer-se como uma referência para os estudiosos das áreas de teoria da história e história da historiografia no mundo de língua portuguesa. O periódico é uma publicação da *Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*, do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro* e do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto*.

Ficha Catalográfica

História da Historiografia. Ouro Preto / Edufop, 2012, número 9, agosto, 2012,
312 p.

Quadrimestral
ISSN 1983-9928

1. História - Periódicos

CDU 930(05)

EDITORIAL
EDITORIAL

7

DOSSIÊ
DOSSIER

História e biografia: aproximações, desafios e implicações teóricas no campo historiográfico
History and biography: approaches, challenges and theoretical implications in the historiographical field

Apresentação
Introduction

Márcia de Almeida Gonçalves e Maria da Glória de Oliveira

10

Entretien avec Sabina Loriga: la biographie comme un problème
Interview with Sabina Loriga: the biography as a problem
Adriana Barreto de Souza e Fábio Henrique Lopes

14

Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema
Interview with Sabina Loriga: the biography as a problem
Adriana Barreto de Souza e Fábio Henrique Lopes

26

A escrita da história e os ensaios biográficos em Hannah Arendt
The writing of history and the biographical essays in Hannah Arendt
Renata Torres Schittino

38

O retorno do indivíduo como objeto da história:
reflexões à luz da teoria semiótica
The return of the individual as object of history: reflections from the semiotic perspective
Eliane Misiak

57

Lodovico Dolce e uma crítica às *Vite*, de Giorgio Vasari
Lodovico Dolce and a critic to Giorgio Vasari's Vite
Rejane Maria Bernal Ventura

72

A *História geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen:
apontamentos sobre o gênero biográfico na escrita da história Oitocentista
Francisco Adolfo de Varnhagen's História geral do Brasil: notes on the biographical genre in the writing of history during the 19th century
Evandro Santos

88

Pesquisa, escolha biográfica e escrita da história:
biografando o duque de Caxias
Research, biographical choice and the writing of history: biographying the duke of Caxias
Adriana Barreto de Souza

106

Biografia e ciências humanas em Wilhelm Dilthey
Biography and human sciences in Wilhelm Dilthey
Alexandre de Sá Avelar

129

ARTIGOS ARTICLES

- Reta razão aplicada ao agir:
apropriações da virtude ético-política da prudência
Righteous reason applied to action: considerations on prudence as an ethical-political virtue
Cleber Vinicius do Amaral Felipe 145
- História política e história dos conceitos:
um estudo sobre o “político” em Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet
Political history and history of concepts: a study on the ‘political’ in Pierre Rosanvallon and Marcel Gauchet
Carlos Mauro de Oliveira Júnior 166
- Lionel Lincoln* de James Fenimore Cooper:
apropriações literárias na prosa romanesca norte-americana da primeira metade do século XIX
James Fenimore Cooper’s Lionel Lincoln: literary appropriations in nineteenth century North American romance prose
Renata Dal Sasso Freitas 184
- As escritas de (e sobre) *Raízes do Brasil*:
possibilidades e desafios à história da historiografia
The writings of (and on) Raízes do Brasil: possibilities and challenges to the history of historiography
Dalton Sanches 201
- Chegará o tempo da história?
Will history’s time come?
Guilherme Pereira das Neves 222

RESENHAS REVIEW ESSAYS

- Culturas políticas, culturas históricas e memória:
história e historiografia em diferentes usos do passado
Political cultures, historical cultures and memory: history and historiography in different uses of the past
SOIHET, Rachel *et al.* (orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, 543 p.
Bruno Flávio Lontra Fagundes 247
- Historiador do imediato
Historian of the immediate
BLOCH, Marc. *A estranha derrota*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, 170 p.
Jorge Lucas Simões Minella 255
- Perspectivas e expectativas para novas interpretações da obra de Sérgio Buarque de Holanda
Perspectives and expectations for new interpretations of the work of Sérgio Buarque de Holanda
MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, 718 p.
Karina Anhezini 262

Sobre ação e reflexão política durante a Renascença italiana
On political action and reflection during the Italian Renaissance
TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, 231 p.
Sylvia Ewel Lenz 267

As intenções hobbesianas:
Quentin Skinner e o estudo da política
The Hobbesian intentions: Quentin Skinner and the study of politics
SKINNER, Quentin. *Hobbes e a liberdade republicana*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, 214 p.
Thiago Rodrigo Nappi 272

A atualidade de Garrett
Garrett's modernity
MONTEIRO, Ofélia Paiva. *Estudos garrettianos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, 279 p.
Maria de Fátima Marinho 278

Um outro intelectual:
perspectivas historiográficas contemporâneas
Another intellectual: contemporary historiographical perspectives
AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz (orgs). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009, 544 p.
Francisco Martinho 284

As muitas máscaras de Euclides da Cunha
The many masks of Euclides da Cunha
MELO E SOUZA, Ronaldes. *A geopoética de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, 216 p.
Fernando Nicolazzi 292

Sobre as possibilidades do conhecimento histórico
On the possibilities of historical knowledge
SALOMON, Marlon (org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011, 374 p.
Glaydson José da Silva 299

PARECERISTAS DESTE NÚMERO
REVIEWERS OF THIS ISSUE 304

NORMAS DE PUBLICAÇÃO
EDITORIAL GUIDELINES 307

DIRETRIZES PARA AUTORES
GUIDELINES FOR AUTHORS 311

Editorial

editorial

O número atual de *História da Historiografia* traz um dossiê que expressa uma preocupação que nunca saiu da pauta dos historiadores: a questão da biografia. Trata-se de um tema que sempre ocupou um espaço significativo no interior dos estudos históricos e que recebeu nesta edição contribuições destacadas que buscam realizar novas inquirições e apontar diferentes agendas de investigação acerca do significado dos indivíduos na história. Organizado por Márcia de Almeida Gonçalves e Maria da Glória de Oliveira o dossiê abre com uma entrevista com Sabina Loriga, diretora da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS-Paris) e estudiosa do tema com recente livro publicado a respeito, cujas perguntas foram conduzidas por Adriana Barreto de Souza e Fábio Henrique Lopes.

No mesmo dossiê, encontram-se os artigos de Renata Torres Schittino analisando as biografias produzidas por Hannah Arendt em seu percurso formativo, uma delas sobre Rosa Luxemburgo, algo incomum na prática filosófica. Eliane Misiak, por sua vez discute mais um retorno de algo que jamais havia saído da tela dos historiadores: os indivíduos – nele a autora demonstra, à luz da teoria semiótica, como o assunto era apreendido no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. A seguir Rejane Maria Bernal Ventura realiza esforço crítico consistente revelando a pertença de conceitos teóricos de Lodovico Dolce a Giorgio Vasari. Evandro Santos apresenta a presença do gênero biográfico na escrita da história de Varnhagen, maior historiador brasileiro do século XIX. Adriana Barreto de Souza mostra os desafios vividos para se pensar as escolhas e as intervenções metodológicas feitas para se produzir um estudo em torno do duque de Caxias. Alexandre de Sá Avelar contempla a relação complexa da biografia no interior das ciências humanas a partir da obra de Wilhelm Dilthey, avaliando as formulações pontuais deste renomado pensador alemão sobre o gênero, relacionando-as com o problema da subjetividade, dos limites da representação narrativa e sobre os dilemas do binômio liberdade-determinismo.

8

Na sessão de artigos livres encontramos uma rica amostra da pujança que os estudos de teoria da história e de história da historiografia têm conhecido no Brasil. Múltiplos resultados de pesquisas que surgem, tratando de variados objetos e problemas. Cleber Vinícius do Amaral Felipe analisa a trajetória do conceito de prudência, problematizando a questão da busca de suas origens e analisando suas mutações ao longo do tempo. Carlos Mauro de Oliveira Júnior contempla a definição do político a partir de um contraponto entre Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet tendo como subsídio a história conceitual. Renata Dal Sasso Freitas trata das apropriações literárias da prosa romanesca norte-americana na primeira metade do século XIX, tomando como objeto a obra de James Fenimore Cooper, autor do relato sobre a Guerra de Independência americana (1775-1783). Dalton Sanches realiza um debate historiográfico em torno da obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, deslindando mutações das linhas interpretativas construídas a respeito da mesma a partir dos anos 1950 e 1960. Guilherme Pereira das Neves avalia a tensão na prática historiográfica, que toma vigor a partir do século XVIII, discutindo a crescente profissionalização do campo no mundo ocidental, bem como avaliando a situação da disciplina histórica no Brasil.

Por fim encontram-se reunidas diversas resenhas produzidas a respeito de obras recentemente lançadas que se voltam para o eixo de preocupações em torno das quais tem se dedicado este periódico, no intuito de se pensar a produção no campo da teoria da história e de história da historiografia, acompanhado o estado da arte no país e no exterior.

Os editores
Arthur Alfaix Assis (UnB)
Julio Bentivoglio (UFES)
Rebeca Gontijo (UFRRJ)

Dossiê

dossier

História e biografia: aproximações, desafios e implicações teóricas no campo historiográfico

History and biography: approaches, challenges and theoretical implications in the historiographical field

Apresentação

Introduction

Márcia de Almeida Gonçalves

agmarcia@uol.com.br

Professora adjunta

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua São Francisco Xavier, 524 – Maracanã

20550-900 – Rio de Janeiro – RJ

Brasil

Maria da Glória de Oliveira

mgloriaprof@gmail.com

Professora adjunta

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

BR 465, Km 7 – Seropédica

23890-000 – Seropédica – RJ

Brasil

10

“A distinção entre biografia e história é tão antiga quanto a historiografia grega”. A frase sintetiza o estudo célebre em que Arnaldo Momigliano (1971) demonstra como tal diferenciação originária, ao contrário de interditar, possibilitou as relações de proximidade e/ou de distanciamento entre ambas. Na conformação da história e da biografia como gêneros discursivos, entre a Antiguidade clássica e a atualidade, tal distinção tornou-se uma de suas decorrências, carreando consigo debates e tensões acerca de suas idiosincrasias e interseções.

Se, por um lado, a biografia por vezes carregou o estigma – ou, quem sabe, a virtude – de se apresentar como uma narrativa híbrida ou “bastarda”, como ponderou Virgínia Woolf e outros que apostaram no valor cognitivo de narrativas vivenciais, no alvorecer do século XX; por outro, como sabemos, a história não perdurou como modalidade discursiva “pura” e inalterável, desde que começou a ser escrita entre os antigos.

Neste sentido, a função moral presente no modelo plutarquiano antigo de narração das vidas exemplares foi decisiva para manter a estreita conexão entre biografia e história, enquanto esta última permaneceu concebida como “mestra da vida”. O estatuto da biografia tornou-se problemático para os historiadores na medida em que a história adquiriu sua significação moderna, deixando de designar apenas os relatos históricos particulares para se converter em conceito “coletivo singular”, como agente e sujeito de si mesma.

A par disso, no século XIX, constituiu-se momento ímpar, no curso do qual biografia e história adquiririam formas e funções específicas, materializadas nos usos políticos e sociais da palavra impressa, em paralelo ao valor crescente do romance, nas suas experimentações inovadoras acerca das histórias de vida. Nesse mesmo período, muitos autores permaneceram firmes na convicção de que a história se fundava nos feitos dos grandes homens, compartilhando o ponto de vista contido no aforismo do inglês Thomas Carlyle de que “a história é a

essência de inúmeras biografias”. Concomitantemente ao processo de modernização das práticas historiográficas, a escrita biográfica também incorporaria os imperativos dirigidos aos historiadores: dos biógrafos, passou-se a exigir que as suas narrativas fossem “verdadeiras”, ou seja, que estivessem apoiadas menos nas fórmulas retórico-poéticas de persuasão moral dos leitores, para se fundarem na autoridade das fontes e dos testemunhos diretos dos fatos relatados.

Ao longo do século XX, a vitalidade dos dois gêneros tornou-se uma evidência e, no caso da biografia, não é necessário reafirmar a sua notória popularidade e seu duradouro êxito no mercado editorial. Entre as décadas de 1920 e 1950, especialmente, tal êxito editorial se articulou às propostas da *new biography*, ou biografia moderna, aberta, como tal, a muitas – e polêmicas – experimentações, nas parcerias com a história e o romance.

Nos últimos trinta anos, entre os historiadores profissionais, a biografia histórica conquista espaço, cada vez mais, como opção metodológica para experiências bem sucedidas de pesquisa. Poderíamos perguntar, então, sob a inspiração do instigante artigo de Jacques Revel (2010), se a biografia nos coloca algum problema historiográfico. Em caso afirmativo, caberia seguir indagando se tal problema deve nos remeter às aporias teóricas que envolvem os binômios particular e geral/ indivíduo e sociedade, ou se a questão se apresenta como sintoma de uma conjuntura específica da produção intelectual acadêmica. Nessa conjuntura, como destacado por Beatriz Sarlo (2005) – tempos de guinada subjetiva – as ciências sociais, nelas incluindo-se a história, vivenciam a proliferação de apropriações diversas da escrita biográfica, possibilitando, em complementaridade, a indagação provocadora de Leonor Arfuch (2010) acerca dos dilemas da subjetividade contemporânea.

No campo historiográfico, a biografia foi então instrumentalizada como recurso metodológico e narrativo para fazer frente aos modelos de macroanálise dominantes nas ciências sociais e, notadamente, à história social em sua vertente quantitativista. Neste sentido, Sabina Loriga, cujo trabalho se constitui em referência obrigatória sobre o tema, em entrevista que abre o dossiê, chama a atenção para duas “utopias” que, segundo ela, subjazem no aclamado retorno do biográfico nas últimas décadas: a primeira seria a da representatividade biográfica do indivíduo, investida do estatuto de ponte e espelho para a compreensão de categorias sociais mais abrangentes. Uma segunda utopia estaria na pretensão “realista” de apreender uma época ou uma civilização, reconstituindo cada um de seus elementos, através do método prosopográfico, para se chegar a “categorias interpretativas plenamente aderentes à realidade empírica”.

Usualmente, o tema das relações entre história e biografia vem sendo abordado como justificativa e desdobramento teórico secundário dos trabalhos de pesquisa biográfica, empreendidos no campo das ciências sociais. Diferentemente dessa perspectiva, a proposta deste dossiê, em diálogo com os interesses de pesquisa de suas organizadoras, foi aprofundar a discussão, trazendo-a para o âmbito das pautas de investigação que hoje perpassam a teoria da história e a história da historiografia. Nos artigos aqui reunidos, os

contatos entre escrita histórica e escrita biográfica, abordados sob diferentes recortes cronológicos, apresentam-se como problemas primordiais de reflexão e de análise, procurando ilustrar o espaço fértil de questões que pode vir a ser ainda mais explorado.

É dessa forma que os ensaios biográficos de Hannah Arendt, estudados por Renata Torres Schittino, revelam que as incursões da filósofa no gênero não derivavam de uma pretensão de oferecer retratos psicológicos de indivíduos “exemplares”, tampouco se orientaram pelo pressuposto de que as vidas de figuras públicas ilustres seriam o reflexo de processos históricos ou a encarnação de uma época, como supostos representantes de um *Zeitgeist*. A prática biográfica de Arendt explicita uma teoria da história, mantendo-se atrelada à reflexão de alcance filosófico mais amplo sobre a ação dos sujeitos no mundo e o jogo interminável de construção do sentido histórico dessas ações, seja pela historiografia ou pela biografia.

Por sua vez, a valorização recente das vidas de personagens comuns e “disparatados”, em abordagens como a da micro-história, não representou apenas um contraponto aos modelos historiográficos quantitativos da história social. Eliane Misiak, sob a perspectiva da teoria semiótica, oferece uma contribuição relevante para o aprofundamento da questão, demonstrando como o novo modelo de biografia também resultou de alterações na concepção dos valores a partir dos quais o indivíduo emerge como ator histórico.

Como abordar a singularidade de uma vida como problema de pesquisa em história, sem cair na tentação de pressupor as trajetórias individuais como amostras representativas do todo social? A indagação serviu de fio condutor para Adriana Barreto de Souza traçar um instigante exercício de reflexão não apenas sobre o seu próprio percurso de investigação, mas também sobre os desafios teóricos implicados nas apropriações da biografia como forma de elaboração da experiência.

Os usos da biografia como recurso narrativo ou como método investigativo pelos historiadores não constituem uma demanda da conjuntura intelectual recente, pois perpassaram o contexto letrado oitocentista, pautado pela elaboração das grandes narrativas nacionais. Como exemplo paradigmático dessa instrumentalização, Evandro dos Santos analisa as inúmeras digressões biográficas e, em especial, aquelas dedicadas aos protagonistas heroicos da guerra contra os holandeses, como recurso heurístico fundamental na densa *História geral do Brasil*, de Varnhagen.

O lugar da biografia na relação entre figuração do autor, apreciação crítica da obra e a constituição de referências patrimoniais e artísticas, nos quadros da historiografia humanista, no século XVI, é analisado de forma perspicaz por Rejane Bernal Ventura, por meio da comparação entre o *Dialogo della pittura intitolato l' Aretino*, de Lodovico Dolce, e a obra de Giorgio Vasari, *Le vite de' più eccellenti architetti, pittori et scultori italiani, da Cimabue, insino a' tempi nostri*.

Quais seriam ou deveriam ser os limites entre liberdade e determinismo na elaboração narrativa da vida de um indivíduo? Essa questão, e outras dela derivadas, informam as interessantes reflexões de Alexandre de Sá Avelar sobre

o potencial cognitivo da biografia para a escrita da história nas formulações de Wilhelm Dilthey sobre a constituição das “ciências do espírito”, no alvorecer do século XX.

Por fim, importa ressaltar que, sejam quais forem os contatos entre história e biografia, eles desvelam um problema recorrente, cuja formulação remonta à clássica disputa entre o geral e o particular, corolário da comparação aristotélica entre poesia e história, que orientou a hierarquização dos saberes no mundo ocidental. Caberia, então, lembrarmos que, resguardadas as suas especificidades, a afinidade inegável e desafiadora entre os que escrevem história e os que narram vidas, está precisamente na tarefa hermenêutica de construção de sentido para a experiência vivida, a partir das articulações possíveis, e nem sempre necessárias, entre o singular e o universal, entre as partes e o todo, entre o valor das ações de cada um e de tantos outros, no mundo.

Referências bibliográficas

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

CARLYLE, Thomas. **Os heróis**. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **Les origines de la biographie em Grèce ancienne**. Paris: Strasburg: Circé, 1971.

REVEL, Jacques. A biografia como problema historiográfico. In: _____. **História e historiografia**: exercícios críticos. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p. 235-248.

SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado**: cultura de la memoria y giro subjetivo. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

WOOLF, Virginia. The art of biography. **Atlantic Monthly**, April, 1939.

Entretien avec Sabina Loriga: la biographie comme un problème*

Interview with Sabina Loriga: the biography as a problem

Adriana Barreto de Souza

adrianaabarreto@gmail.com

Chercheuse

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Campus de Seropédica – BR 465 (Antiga Rio-São Paulo) – Km 7

23890-000 – Seropédica – RJ

Brasil

Fábio Henrique Lopes

lopesfh@yahoo.com

Chercheur

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Campus de Seropédica – BR 465 (Antiga Rio-São Paulo) – Km 7

23890-000 – Seropédica – RJ

Brasil

Mots-clés

Biographie; Histoire; Historiographie.

14

Keywords

Biography; History; Historiography.

Sabina Loriga, déjà connue au Brésil avec une remarquable production bibliographique, est directrice de recherche à l'*École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS/Paris) et la responsable par l'*Atelier international de recherches sur les usages publics du passé*. Actuellement, elle dirige avec Jacques Revel un programme de recherche sur la *Linguistic turn*. En outre, elle et d'autres chercheurs animent le séminaire *Temps, mémoires et histoire* à l'EHESS.

Sabina Loriga est la directrice de plusieurs thèmes d'étude, c'est-à-dire, sur les rapports entre l'histoire et la biographie, l'histoire et la mémoire, sur l'usage public du passé et sur la construction du temps historique. Une partie de ses études a été traduite dans d'autres langues – l'allemand, l'anglais, l'italien et le portugais. En ce qui concerne sa production récente, on met en relief le livre *Le Petit X: de la biographie à l'histoire* (LORIGA 2010a), qui a été traduit en portugais sous le titre *O pequeno X: da biografia à história* (LORIGA 2011). Cet ouvrage-ci fait partie de la collection «l'Histoire et l'historiographie», de la Maison d'Édition *Autêntica*.

Enviado em: 11/6/2012

Aprovado em: 16/7/2012

* L'entretien a été traduit du français par Clinio de Oliveira Amaral (UFRRJ) et par Ana Carolina Lima Almeida (UFF). Les notes ont été faites par Rebeca Gontijo (UFRRJ) et par Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ).

Le lecteur pourra trouver d'autres publications en portugais, comme, par exemple: «A tarefa do historiador», un chapitre du livre *Memórias e narrativas (auto)biográficas* (LORIGA 2009), et «A imagem do historiador, entre erudição e impostura», un article du recueil *Imagens na história: objetos de história cultural* (LORIGA 2008).

Dans ce petit répertoire bibliographique, on ne pourrait pas oublier le texte «A biografia como problema», qui fait partie de l'acclamé *Jeux d'échelle*, organisé par Jacques Revel (REVEL 1996; LORIGA 1996). En outre, on suggère d'autres importantes contributions de l'auteur pour la réflexion sur l'office de l'historien: «Ser historiador hoje», publié par la revue *História: debates e tendências* (LORIGA 2003a), et, dans cette même année, l'entretien fait par Benito Schmidt pour la revue *Métis: história e cultura* (LORIGA 2003b). Finalement, on rappelle son premier article traduit en portugais, qui était encore lié au sujet de son doctorat: «A experiência militar», qui fait partie de la collection *História dos jovens*, organisée par Giovanni Levi et par Jean-Claude Schmitt (LEVI; SCHMITT), et publié au Brésil en 1996.

Sabina Loriga est une historienne très attentive à l'état actuel de la discussion historiographique. Ainsi, elle se dédie à investiguer les défis et les limites du travail historiographique et les tâches de l'histoire dans les aspects théoriques et épistémologiques. L'entretien suivant, qui a eu lieu le 7 octobre 2011, dans le quartier de Copacabana, à Rio de Janeiro, envisage mettre en relief ceux défis-ci, mais elle y revient d'une façon spéciale aux problèmes de la biographie.

1. *Adriana Barreto de Souza: Venez-vous de publier ici même, au Brésil, votre livre Le Petit X: de la biographie à l'histoire (LORIGA 2010). Qu'est-ce que veut dire le petit x?*

Sabina Loriga: En effet, le titre est un peu énigmatique. Le petit x indique l'apport individuel, la contribution individuelle au développement historique, développement pas dans le sens d'une amélioration, mais d'une réalisation historique. L'expression est du grand historien allemand Johann Gustav Droysen qui, en 1863, écrit que si on appelle *A* le génie individuel, à savoir tout ce qu'un homme est, possède et fait, alors ce *A* est formé par $A + X$, où *a* contient tout ce qui lui vient – des circonstances externes de son pays, de son peuple, de son époque, etc. – et où *X* représente sa contribution personnelle, l'œuvre de sa libre volonté. Il donne l'exemple de Raphael: les couleurs, le pinceau, la toile dont il se servait étaient faits de matières qu'il n'avait pas créées lui-même, et il s'est nourri dans la tradition de l'Église, mais il y a ajouté quelque chose de personnel. Ensuite, Droysen rappelle que, même si les statistiques indiquent que dans un pays donné naissent de nombreux enfants illégitimes, il serait difficile qu'une seule mère se console de l'idée que la loi statistique « explique » son cas. Or, bien qu'infiniment petit, le *x* est fondamental, car c'est lui qui donne à l'histoire son mouvement.

2. ABS: Comment avez-vous conçu l'idée de ce livre?

Sabina Loriga: L'idée de ce livre est née d'une expérience de recherche précédente, c'est-à-dire de mon livre sur l'Armée au XVIII^e siècle, où j'avais cherché à reconstruire une institution à partir de différentes expériences individuelles. À l'époque, j'avais employé la métaphore du Rashomôn. Le Rashomôn est un texte japonais, écrit par Ryûnosuke Akutagawa, qui ensuite est devenu un film grâce à Akira Kurosawa, où le même délit est raconté de manière différente par les quatre personnages (le bandit, la femme, le samouraï et le bûcheron).¹ L'idée du Rashomôn a depuis lors été souvent utilisée par l'historiographie post-moderne pour mettre en valeur la dimension rhétorique de l'écriture historique, jusqu'à définir l'histoire comme un genre particulier de la fiction narrative qui, comme tel, ne serait pas susceptible de vérification. Ce n'était pas mon intention. Plus simplement, je souhaitais mettre en lumière la pluralité des significations profondes du processus d'institutionnalisation. Je suis sortie de cette recherche avec une série de satisfactions, mais aussi avec quelques insatisfactions concernant l'approche biographique. En particulier, mes doutes concernaient deux utopies qui ont marqué la redécouverte de la biographie dans les dernières décennies. La première utopie, celle de la représentativité biographique, promet de découvrir un point qui contient toutes les qualités de l'ensemble. Dans cette perspective, idéalement l'historien devrait travailler en deux temps: tout d'abord, identifier l'individu représentatif (le paysan normal, la femme normale, etc.) et ensuite étendre, selon une procédure inductive, ses qualités à une catégorie entière (la classe paysanne, le genre féminin, et ainsi de suite). Il s'agit d'une option importante, visant à intégrer l'étude biographique dans une perspective de généralisation, qui se traduit cependant dans une quête d'expériences moyennes: l'historien choisit les traits les plus communs d'une histoire de vie (plus exactement, ceux qu'il considère comme les plus communs) et néglige les traits plus personnels. La seconde utopie est celle naturaliste. Cette perspective ne promet pas de trouver un abrégé ou bien une sorte de miroir résumé de l'ensemble historique, donc elle n'écrase pas la variété du passé, mais elle vit dans le mirage de pouvoir saisir une époque ou une civilisation en reconstituant ses éléments *un par un*, d'arriver à épuiser le travail prosopographique et d'élaborer des catégories interprétatives pleinement adhérentes à la réalité empirique; c'est l'idée de la connaissance comme copie intégrale de la réalité. Ce sont aussi ces sollicitations utopiques, que j'ai vécues personnellement à l'occasion de la recherche consacrée à l'armée du XVIII^e siècle, qui m'ont suggéré de jeter un regard en arrière, sur l'époque qui précède le divorce entre l'histoire sociale et l'histoire politique. À bien des égards, avec mon livre je propose de faire une incursion dans la tradition. Il ne s'agit pas d'un rappel à l'ordre. Je ne prête pas à nos prédécesseurs une autorité indiscutable,

16

¹ Le film *Rashomôn*, dont le réalisateur est Akira Kurosawa qui avait aussi adapté le scénario, a été lancé au Japon en 1950.

et je n'entends pas négliger l'importance des innovations ou des expériences historiographiques réalisées au cours des dernières décennies. Je crois cependant qu'un rapport plus profond avec la tradition ne peut qu'enrichir nos possibilités d'expérimenter.

3. ABS: Identifiez-vous, à la fin du XVIII^e siècle, l'émergence d'un mouvement de «désertification du passé» qui a traversé les disciplines les plus disparates – de la démographie à la psychologie, en passant par l'histoire et la politique. Pourriez-vous développer cette pensée?

Sabina Loriga: La frontière qui sépare l'histoire et la biographie a toujours été assez contrastée et nous pouvons repérer dans toutes les époques des historiens qui ont espéré une séparation définitive entre elles. Mais, en effet, le fossé entre les deux genres s'est creusé en profondeur surtout au cours du XIX^e siècle, quand la pensée historique atteint son apogée. Je voudrais souligner deux moments clés, qui ont encouragé une séparation définitive. Le premier remonte à la fin du XVIII^e siècle et au début du XIX^e siècle et est lié surtout au succès et à l'impact de l'histoire philosophique, alors que le second moment, qui a été déclenché dans les dernières décennies du XIX^e siècle par les historiens, touche l'histoire de l'intérieur et coïncide avec le divorce entre l'histoire sociale et l'histoire politique. À cette époque, certains historiens ont désiré quitter les habits de la réflexion morale pour endosser ceux, plus nouveaux et plus étincelants, des sciences sociales, modelés sur l'exemple des sciences de la nature. Dans la tentative d'appliquer le principe de causalité aux phénomènes sociaux, ils sacrifient tout ce qui est singulier ou unique: les individus ne sont pas pensés comme des êtres particuliers, doués d'un caractère singulier, distinctif, même pas comme des êtres capables d'agir sur le cours de l'histoire, mais comme des exemplaires équivalents entre eux, soumis à la seule domination du groupe (classe, nation, etc). J'ajouterais – à propos du séminaire d'hier² –, que la désertification du passé impliquait aussi l'idée que l'historien doit effacer sa propre subjectivité. Il y a donc eu une double dépersonnalisation: du passé et de l'historien, qui peut parler en tant que spécialiste, en tant qu'expert, jamais en tant qu'auteur. Heureusement, il y en a eu aussi de nombreuses résistances. C'est pour cette raison qu'il m'a semblé important de revenir sur quelques auteurs qui, à travers le XIX^e siècle, se sont efforcés de sauvegarder la dimension individuelle de l'histoire. Les auteurs que j'ai longuement fréquentés sont des historiens (outre Thomas Carlyle, principalement des auteurs allemands, de Wilhelm von Humboldt à Friedrich Meinecke), un historien de l'art (Jakob Burckhardt), un philosophe (Wilhelm Dilthey) et un écrivain (Léon Tolstoï).³ En fait, la définition disciplinaire

² Sabina Loriga fait allusion à la conférence qu'elle a réalisée à l'Université Fédéral Rural du Rio de Janeiro, à Seropédica, le 6 octobre 2011, dont le titre avait été «Le moi de l'historien», puis prononcé le 10 octobre à l'Université Fédéral do Rio Grande do Sul.

³ Il s'agit de l'article (inédit) de Loriga, «Le moi de l'historien», il y en aura une version en français et une version en portugais. On le trouvera dans la section livre de la revue *História da Historiografia* dans le n° 10, décembre 2012, [à paraître].

apparaît bien pauvre, car il s'agit, dans la plupart des cas, de *pièces uniques* qui ne relèvent ni d'une école ni d'un courant. Il n'y a pas de continuité ou de cohérence entre eux, mais ils partagent au moins deux convictions. Ils croient avant tout que le monde historique est créatif, productif, et que cette qualité ne repose pas sur un principe absolu, transcendant ou immanent à l'action humaine, mais qu'elle procède de l'action réciproque des individus. Par voie de conséquence, ils ne présentent pas la société comme une totalité sociale indépendante (un «système» ou une «structure» impersonnelle supérieure aux individus et qui les domine), mais comme une œuvre commune. On pourrait parler d'interaction, mais je tiens à préciser que, pour ces auteurs, l'interaction n'est pas seulement formée de ces mortels de chair et d'os – parents, voisins de palier, collègues de travail –, ce que le jargon sociologique dénomme *l'autre situationnel* et qui peuplent aujourd'hui tant de commentaires sur le *network analysis*. Elle se nourrit également de figures idéales, voire imaginaires, comme le sont Prométhée, Antigone, Hamlet, Faust et Sancho Pança, Tartuffe ou M. Pickwick. De figures historiques aussi: Luther, Frédéric le Grand ou Goethe.

4. *ABS: Pourriez-vous parler de Carlyle? Son idée de grands hommes est généralement très critiquée par l'historiographie. Cependant, dans votre livre, l'héro de Carlyle apparaît, en certains aspects, imprégné d'inquiétude épistémologique. Quelle réflexion pourrions-nous en avoir?*

18

Sabina Loriga: C'est une question très importante. Carlyle a été un homme et un auteur assez antipathique. Le culte des héros anticipe, sans aucun doute, certaines idées fascistes: la crainte du désordre, l'exaltation des masses (incapables de penser, mais dotées de sains instincts...), l'aversion à l'égard de la démocratie, la confusion entre le droit et la force, le besoin d'un véritable souverain à même de défendre les faibles. Je ne crois pourtant pas que telles idées puissent éclairer toute la réflexion de Carlyle. Il me semble plutôt que le culte des héros est aussi l'expression d'une inquiétude épistémologique qui me semble traverser toute l'histoire biographique. C'est d'ailleurs pourquoi j'ai commencé ma réflexion avec lui: c'est comme si on avait affaire à un malade ultra-sensible, qui, à un moment donné, à bout de force, se trompe de médicament, mais qui a le courage, avant le geste fatal, de se poser certaines questions fondamentales. On pourrait dire que le « corps » de son texte donne à réfléchir.

5. *Fábio Henrique Lopes: Nous savons que c'est au cours du XIX^e et XX^e siècles que la biographie a été condamnée et même considérée marginale parce qu'elle privilégiait l'individuel au lieu du collectif. À votre avis, aujourd'hui, comment le débat historiographique peut-il résoudre cette question? D'autre part, peut-on continuer à mettre en évidence l'opposition existante entre l'individuel et le collectif puis les faits de répétitions, les régularités et l'impersonnel, l'unique dès lors que l'on se penche sur la recherche, la réflexion et la narrative biographiques?*

Sabina Loriga: Je commence par la fin de votre question. Il me semble que, dans la réflexion du XIX^e siècle, il y a des pensées qui peuvent nous aider à dépasser la pensée dichotomique (l'expression est de Norbert Elias), opposant l'individu à la société. Au cours du XX^e siècle, le contraste entre l'individuel et le social s'est souvent figé, comme momifié, en deux non-vérités opposées: un choix doit se faire en faveur *soit* de l'individu, *soit* du collectif. En revanche, dans la réflexion précédente, j'ai croisé des figures complexes, ambivalentes et sensibles – telles que le *je qui aspire au tu*, de Humboldt, la *personne éthique*, de Droysen, l'*homme pathologique*, de Burckhardt: chacune à sa manière nous préserve d'une vision individualiste de l'individu – et de la biographie. Mais j'ai oublié peut-être la première partie de votre question ...

6. FHL: *Nous savons que c'est au cours du XIX^e et XX^e siècles que la biographie a été condamnée et même considérée marginale parce qu'elle privilégiait l'individuel au lieu du collectif. À votre avis, aujourd'hui, comment le débat historiographique peut-il résoudre cette question?*

Sabina Loriga: Je ne suis pas sûre qu'on puisse la résoudre, mais il faut commencer à y réfléchir. J'ai ouvert une réflexion sur les raisons qui ont amené à la dépersonnalisation de l'histoire et à la désertification du passé. Personnellement, j'ai travaillé sur le paysage intellectuel, mais je pense qu'on doit s'interroger davantage sur les raisons sociales et politiques qui ont produit cette dépersonnalisation. Dans mon livre, je suggère qu'elle a à faire à des transformations politiques importantes, comme l'impact du bonapartisme ou l'affirmation politique des masses, mais ces ne sont que des suggestions. C'est une vraie lacune qui sera, je l'espère, bientôt comblée par d'autres recherches.

7. FHL: *La biographie, ou la narrative biographique, peut-elle favoriser, ou peut-elle contribuer à la dilution des frontières incertaines et conflictuelles entre l'histoire et la littérature? Entre l'écriture de l'histoire et l'écriture fictionnelle?*

Sabina Loriga: Je ne sais pas. En effet, j'ai du mal à réfléchir en termes de « genre » biographique, c'est l'une des raisons pour lesquelles j'ai intitulé le premier chapitre de mon livre «Le seuil biographique» (LORIGA 2010). Lorsqu'on explore la frontière qui sépare la biographie de la littérature et de l'histoire, on découvre que cette frontière est floue et instable, et qu'elle se déplace dans le temps. Il faut donc historiciser la question du genre. La biographie n'est pas la même chose au XVIII^e siècle, à la fin du XIX^e siècle et dans les années 1920. Il me semble difficile et dangereux de généraliser à partir de la catégorie de genre. Par ailleurs, c'est l'une des critiques que je peux faire à propos du texte de Bourdieu sur l'illusion biographique (BOURDIEU 1986). Il suggère qu'il n'y a qu'une forme d'écriture biographique, alors qu'il y en a plusieurs. Par exemple, de nombreux biographes ont privilégié une narration chronologique suivant les scissions biologiques de l'existence: la naissance, la formation, la carrière, la

maturité, le déclin et la mort. Mais cela n'implique pas que la biographie doive nécessairement reposer sur une trame chronologique. Il suffit de penser à Plutarque qui met avant tout l'accent sur le caractère et les qualités morales du personnage plutôt que sur sa vie. Pour sa part, au début du XX^e siècle, le grand biographe Lytton Strachey préfère une narration symptomatique, s'appuyant essentiellement sur des moments clés (les conversions, les traumatismes, les crises économiques, les séparations affectives). Il n'existe aucune règle formelle en ce domaine, pas même à l'égard des caractéristiques individuelles. Des nombreux biographes les exaltent; mais quelques-uns les minorent au profit des ressemblances, dans l'espoir de représenter un type moyen, ordinaire (dans le domaine de la biographie littéraire, tel est le cas de Giuseppe Pontiggia qui corrige les individualités et les met même en séries). Je veux dire qu'une réponse fondée sur les disciplines ou les genres (histoire, littérature et biographie) me semble insuffisante. Peut-être serait-il convenable de réfléchir davantage sur les échanges, les transferts existant entre ces disciplines et ces genres.

8. *FHL: Y a-t-il des sources particulières, spécifiques ou appropriées pour la recherche biographique?*

Sabina Loriga: Bien sûr, il y a des documents biographiques classiques, ce qu'on appelle *ego-documents*, tels que les journaux intimes, les mémoires autobiographiques, les correspondances. Mais il y a aussi des sources qui n'ont pas été envisagées en tant que documents biographiques qui peuvent être très riches d'un point de vue biographique – par exemple, les procès, les sources du tribunal. Il suffit de penser à Carlo Ginzburg, qui a utilisé la documentation de l'Inquisition pour comprendre la manière de penser d'un meunier frioulan du XVI^e siècle (GINZBURG 1980) ou au *Retour de Martin Guerre*, de Natalie Zemon Davis (DAVIS 1983).

9. *ABS: J'ai pensé maintenant à votre doctorat: est-ce que vous pourriez développer des rapports entre vos études sur la biographie et la notion d'expérience militaire que vous avez utilisée dans votre thèse?*

Sabina Loriga: Oui, sans aucun doute l'idée d'expérience a joué un rôle fondamental dans mes recherches. Je suis assez infidèle en ce qui concerne les thèmes de recherche, par contre il y a une forte continuité en ce qui concerne les interrogations. Donc, je crois qu'il y a beaucoup de thèmes et de questions qui traversent le livre sur l'armée et celui sur la biographie et l'histoire. Deux questions, en particulier, y reviennent. D'une part, celle de la dépendance: dans *Soldats* (LORIGA 2007), j'avais développé l'idée de « formules de dépendance », à partir de l'œuvre de Norbert Elias, pour souligner la nécessité de comprendre les raisons pour lesquelles les individus avaient besoin et dépendaient de l'institution militaire; dans *Le Petit X* (LORIGA 2010), je me suis appuyée sur la réflexion de Humboldt, Dilthey ou Otto Hintze pour mettre en lumière les liens existant entre la dépendance et l'autonomie personnelle. Une autre continuité

concerne le thème de l'expérience: dans le premier livre, c'était l'expérience militaire, dans le deuxième, c'est l'idée d'expérience historique tout court.

10. FHL: À votre avis, la biographie est-elle nécessairement une forme d'écriture et d'explication historique?

Sabina Loriga: En effet, j'ai du mal à répondre à cette question, car je n'ai jamais écrit de biographie et peut-être je n'en écrirais pas. Je dois dire que je suis intéressée à l'histoire biographique, plutôt qu'à la biographie. Dans les dernières années, il y a eu une redécouverte importante de la biographie. C'est un phénomène positif, mais je pense qu'il y a un danger. Le danger c'est de penser que la biographie peut être une solution pour l'histoire. Je n'y crois absolument pas, c'est-à-dire, je ne cherche pas dans la biographie une réponse à l'histoire. Dans l'introduction de mon livre, je dis que, si je devais résumer en quelques mots ce que j'ai fait au cours de ces dernières années, peut-être pourrais-je dire que j'ai recueilli des pensées pour peupler le passé. Ma question de fond concernait les manières pour restituer la pluralité du passé. C'est seulement en peuplant le passé, en lui restituant ses différentes voix, que nous pouvons cultiver la dimension éthique de l'histoire. Je parle d'éthique, pas de morale. Je ne suis pas intéressée à donner des jugements moraux. Il me semble important de saisir les angoisses et les incertitudes du choix. C'est le côté dramatique de l'histoire – le « drame de la liberté ». C'est une dimension à laquelle je tiens énormément et il me semble que la dimension biographique peut aider à introduire cette tension dramatique.

21

11. ABS: Dans votre livre, vous soulignez comment le péril du relativisme – en général associé à l'historiographie dite postmoderne, d'inspiration nietzschéenne – est également inhérent à une lecture impersonnelle de l'histoire qui a l'intention de décrire la réalité par le biais des rapports de pouvoir anonymes. Pourriez-vous développer cette idée?

Sabina Loriga: Aujourd'hui, on est très sensible à la question postmoderne et à la crise de l'idée de vérité historique. C'est un problème réel. Toutefois, le danger de relativisme éthique imprègne également la lecture impersonnelle de l'histoire. Ce point a été mis en lumière par Isaiah Berlin dans sa polémique avec Edward Carr à propos du concept d'inévitabilité historique (BERLIN 1953). Berlin a écrit que, dès lors que nous laissons de côté les motivations personnelles, nous pouvons admirer ou craindre, bénir ou maudire Alexandre, César, Attila, Mahomet, Cromwell, Hitler comme nous admirons, craignons, bénissons ou maudissons les inondations, les tremblements de terre, les couchers de soleil. Une fois que nous avons complètement désertifié le passé, qu'il n'y a plus d'individu, ni de choix, la dimension éthique de la réflexion historique disparaît.

12. *FHL: Votre réflexion sur la biographie et autour de la biographie a changé votre idée sur la compréhension de l'histoire?*

Sabina Loriga: Oui, beaucoup. Je ne sais pas si j'ai réussi à exprimer combien cette expérience m'a changé. C'est l'un des doutes que j'ai *a posteriori* par rapport à mon livre: je sais qu'en l'écrivant j'ai beaucoup changé; mais je ne sais pas si j'ai été capable de restituer tout ce que j'ai pu comprendre pendant cette expérience. Elle m'a donné, en même temps, un sentiment de liberté et de limitation. De liberté, car, grâce à elle, j'ai pu dépasser les deux utopies dont j'ai parlé au début de notre conversation, celle de la représentativité et celle naturaliste. Je pourrais dire que, grâce à Humboldt et à Dilthey, j'ai compris que l'enjeu pour l'historien ne réside ni dans le général ni dans le particulier, mais bien dans leur connexion. À savoir que l'histoire est une connaissance herméneutique, fondée sur la circulation, pas forcément vicieuse, entre les parties et le tout. Le savoir général ne peut être édifié qu'à partir de la compréhension des éléments singuliers. Toutefois, ces éléments sont loin de s'offrir à une lecture directe: l'intelligence intégrale du particulier suppose toujours la connaissance du général sous lequel il est compris. Entre les deux éléments – le singulier et le général – il y a une relation de construction et de compréhension réciproque. Mais la réflexion sur l'historiographie du XIX^e siècle a été aussi un travail sur les limites de la connaissance historique, une manière pour faire le deuil de l'idée de «résurrection du passé». On ne peut accéder au passé que d'une manière indirecte, à travers des images forcément fragmentaires et inachevées. De ce point de vue, le travail de l'histoire est interminable et perpétuellement ouvert – le doute est indépassable.

22

13. *ABS: Quels sont vos projets pour l'avenir?*

Sabina Loriga: J'ai deux projets différents. D'une part, sur le plan individuel, j'ai entamé une recherche sur les transformations de l'«architecture temporelle» dans la seconde moitié du XIX^e siècle. Loin d'être un phénomène neutre, le temps demeure toujours une clé essentielle de la confrontation politique et culturelle, qu'il s'agisse des façons de le scander, des manières de le concevoir, des régimes de temporalités. Ceci est davantage vrai durant cette période, au cours de laquelle une série de processus d'intensité diverse ont soumis l'individu à une discipline temporelle. La mécanisation du travail en usine, qui a induit une réglementation plus stricte du temps (à commencer par le partage entre le temps de travail et le temps libre et, par la suite, le temps pour soi), et le chronométrage (avec l'injonction de la précision horaire et l'assignation de chaque séquence temporelle à une activité désignée) ont été l'objet de nombreuses études. Je suis intéressée davantage à la standardisation et à la globalisation progressive du temps, réalisée avec l'introduction du *Standard time*, qui a établi l'actuel système des fuseaux horaires centré sur le méridien de Greenwich. Il s'agit d'un phénomène majeur de la «politique du temps» (après l'invention de l'horloge mécanique au XIV^e siècle), car le temps-monde a pris le pas sur une

myriade de temps locaux: on pourrait dire qu'un grand temps unique a enveloppé toute la réalité. Cette nouvelle organisation institutionnelle du temps n'est en rien neutre politiquement. Forte de sa fonction d'intégration et de coordination, elle a joué un rôle hiérarchisant dans les rapports sociaux et dans les relations entre les États et les aires culturelles.

D'autre part, depuis dix ans, j'anime, avec Olivier Abel et d'autres collègues, un séminaire visant à tisser un dialogue entre les philosophes et les historiens. Notre réflexion commune a commencé, en décembre 2000, lorsque nous avons organisé un colloque autour du livre de Paul Ricœur, *La mémoire, l'histoire, l'oubli* (RICOEUR 2000). Ensuite, nous avons approfondi ce dialogue, dans la conviction que le passé ne concerne pas seulement les historiens, et ne peut pas être un objet monopolisé par eux, et qu'il est indispensable d'interroger ensemble la dimension éthique du rapport au passé, car c'est une condition du lien social et, en même temps, du dissensus civique.

Dans le cadre de ce projet collectif, nous avons créé un atelier international sur les usages publics du passé. Notre programme de recherche se fonde, en particulier, sur trois considérations complémentaires. La première concerne ce qu'on pourrait appeler la *géographie des affaires*: il nous semble essentiel d'aller au delà de la dimension nationale et d'envisager des formes d'internationalisation, voire de globalisation. La deuxième considération touche à la conformation de *l'espace public*: les réflexions récentes sur les usages politiques du passé ont souvent été marquées par la nostalgie d'un prétendu «âge d'or» (sans doute largement surestimé) dans lequel le passé aurait été réservé aux seuls historiens; il serait convenable de dépasser ce point de vue et de se donner les moyens d'analyser les processus de communication et les transformations contemporaines de *l'espace public*. La dernière considération concerne la confrontation avec *d'autres formes de connaissance du passé*: il nous semble qu'il serait utile d'envisager de manière plus systématique d'autres vecteurs de la mémoire sociale, tels que la littérature et le cinéma. Afin d'avoir un espace de réflexion commun, nous avons conçu un *web site*, qui a été ouvert en novembre 2010.⁴

Nous comptons également d'organiser chaque année, deux ou trois journées d'étude sur un thème spécifique. Les journées prévues en juin 2012 s'appellent: « La question du trauma dans l'interprétation du passé ». Le concept de trauma, ou de traumatisme, qui a toujours été central au sein de l'appareil théorique de la psychanalyse, survient de plus en plus hors du champ clinique, dans les tentatives de transmettre l'expérience des survivants ainsi que des victimes indirectes des expériences génocidaires du XX^e siècle. Accepté par les sciences sociales, le concept de trauma nourrit également de nombreux textes littéraires ainsi que des œuvres d'arts. Sans doute, est-on devenu plus sensible à la manière dont certains événements historiques perturbent gravement les capacités de symbolisation des individus, attaquant leur capacité de pensée.

⁴ Cf.: <http://ehess.dynamiques.fr/usagesdupasse>.

Toutefois, à relever rapidement les occurrences récentes en sciences sociales, on a parfois l'impression qu'on utilise la notion de trauma (ainsi que les termes qui y sont massivement liés: victime, deuil, résilience) comme si elle était porteuse de sa propre explication. N'y a-t-il pas un élargissement imprécis du terme; une sorte de banalisation? Afin d'aborder cette question, il y aura une série d'interventions sur différentes situations sociopolitiques contemporaines (Algérie, Rwanda, Guatemala, Cambodge, etc.) où la question traumatique intervient comme un problème collectif au regard du passé. Dans cette même perspective, nous envisageons de nous interroger sur les formes artistiques d'expression ou de traduction du trauma.

Bibliographie

BERLIN, Isaiah. De la nécessité historique. In: _____. **Éloge de la liberté**. Paris: Calmann-Lévy, 1988.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, vol. 62/63, p. 69-72, juin, 1986.

CARLYLE, Thomas. **Les Héros**. Paris: Maisonneuve & Larose; Paris: Éditions de Deux Mondes, 1998.

DAVIS, Nathalie Zemon. **Le retour de Martin Guerre**. Préface de Carlo Ginzburg. [Paris]: J'ai Lu, 1983.

24

DELACROIX, Christian. Linguistic turn. In: _____ et al (dir.). **Historiographies I: concepts et débats**. Paris: Éditions Gallimard, 2010, p. 476-490.

GINZBURG, Carlo. **Le fromage et les vers: l'univers d'un meunier du XVI^e siècle**. Trad. Monique Aymard. Paris: Flammarion, 1980.

LORIGA, Sabina. L'épreuve militaire. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (dir.). **Histoire des Jeunes en Occident**. Paris: Seuil, 1996a.

_____. In: REVEL, Jacques. **Jeux d'échelles: la micro-analyse à l'expérience**. Paris: Gallimard; Paris: Éditions du Seuil, 1996b, p. 15-36.

_____. Ser historiador hoje. Tradução de Eliane Cezar. **História: debates e tendências**, vol. 4, n. 1, julho 2003a, p. 23-35.

_____. Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica, realizada por Benito Bisso Schmidt em junho de 2002. Tradução de Benito Bisso Schmidt, revisão de Flávio Heinz. **Métis: história e cultura**, vol. 2, n. 3, jan./jun. 2003b, p. 11-22.

_____. **Soldats: un laboratoire interdisciplinaire: l'armée piémontaise au XVIII^e siècle**. Paris: Les Belles Lettres, 2007.

_____. A imagem do historiador, entre erudição e impostura. In: PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). **Imagens na história**. São Paulo: Hucitec, 2008.

- _____. La tâche de l'historien. In: OLIVIER, Abel; ASKANI, Hans-Christoph; CASTELLI-GATTINARA, Enrico et al. **La juste mémoire**: lectures autour de Paul Ricoeur. Genève: Labor et Fides, 2006.
- _____. **Le Petit x**: de la biographie à l'histoire. Paris: Éditions du Seuil, 2010a.
- _____. A tarefa do historiador. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2010b, p. 31-45.
- _____. **O pequeno x**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- _____. Le moi de l'historien. **História da Historiografia**, n. 10, dezembro 2012, [à paraître].

Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema*

Interview with Sabina Loriga: the biography as a problem

Adriana Barreto de Souza

adrianaabarreto@gmail.com

Professora adjunta

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Campus de Seropédica – BR 465 (Antiga Rio-São Paulo) – Km 7

23890-000 – Seropédica – RJ

Brasil

Fábio Henrique Lopes

lopesfh@yahoo.com

Professor adjunto

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Campus de Seropédica – BR 465 (Antiga Rio-São Paulo) – Km 7

23890-000 - Seropédica – RJ

Brasil

Palavras-chave

Biografia; História; Historiografia.

Keywords

Biography; History; Historiography.

26

Já conhecida no Brasil, com destacada produção bibliográfica, Sabina Loriga é diretora de estudos na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS-Paris) e responsável pelo *Atelier international de recherches sur les usages publics du passé*. Atualmente, dirige com Jacques Revel um programa de investigação sobre a *Linguistic turn*. Além disso, ela e outros pesquisadores ministram o seminário “Tempo, memórias e história” na EHESS.

Sabina Loriga é orientadora de vários temas de pesquisa, isto é, acerca das relações entre a história e a biografia, a história e a memória, o uso público do passado e a construção do tempo histórico. Parte de seus estudos foi traduzida para outros idiomas – alemão, inglês, italiano e português. Da sua produção recente, destacamos o livro *Le Petit x: de la biographie à l’histoire* (LORIGA 2010a), que foi traduzido em português com o título *O pequeno x: da biografia à história*. O livro integra a coleção “História e historiografia”, da editora Autêntica (LORIGA 2011).

Enviado em: 11/6/2012

Aprovado em: 16/7/2012

* A entrevista foi traduzida do francês por Clinio de Oliveira Amaral (UFRRJ) e por Ana Carolina Almeida (UFF). As notas são de Rebeca Gontijo (UFRRJ) e Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ).

O leitor poderá encontrar outras publicações em português, como, por exemplo: "A tarefa do historiador", capítulo do livro *Memórias e narrativas (auto)biográficas* (LORIGA 2009), e "A imagem do historiador, entre erudição e impostura", um artigo da coletânea *Imagens na história: objetos de história cultural* (LORIGA 2008). Nesse pequeno repertório bibliográfico, não poderíamos esquecer o texto "A biografia como problema", que integra o aclamado *Jogos de escalas*, organizado por Jacques Revel (REVEL 1998; LORIGA 1998). Além disso, sugerimos outras importantes contribuições da autora para a reflexão sobre o ofício do historiador: "Ser historiador hoje", publicado pela revista *História: debates e tendências* (LORIGA 2003a), e, nesse mesmo ano, a entrevista realizada por Benito Schmidt para a revista *Métis: história e cultura* (LORIGA 2003b). Finalmente, lembramos o seu primeiro artigo traduzido em português, ainda vinculado ao tema de sua tese de doutorado: "A experiência militar", que faz parte da coleção *História dos jovens*, organizada por Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt (LEVI; SCHMITT 1996; LORIGA 1996a).

Sabina Loriga é uma historiadora muito atenta ao estado atual do debate historiográfico. Assim, tem se dedicado a investigar os desafios e os limites do trabalho historiográfico e as tarefas da história nos aspectos teóricos e epistemológicos. A entrevista que segue, realizada no dia 7 de outubro de 2011, em Copacabana, no Rio de Janeiro, procura destacar esses desafios, mas ela o faz retornando, de modo especial, aos problemas da biografia.

1. *Adriana Barreto de Souza: A senhora acaba de publicar, aqui mesmo, no Brasil, o seu livro: O pequeno x: da biografia à história (LORIGA 2011). O que significa o pequeno x?*

27

Sabina Loriga: Na realidade, o título é um pouco enigmático. O pequeno x indica a contribuição individual para o desenvolvimento histórico, desenvolvimento não no sentido de uma melhora, mas de uma realização histórica. A expressão é do grande historiador alemão Johann Gustav Droysen que, em 1863, escreve que se chamarmos de A o gênio individual, a saber, tudo o que um homem é, possui e faz, então, esse A é formado por A + X, em que A contém tudo aquilo que lhe vem – circunstâncias externas do seu país, do seu povo, da sua época etc – e em que X representa a sua contribuição pessoal, a obra do seu livre arbítrio. Ele dá o exemplo de Rafael: as cores, o pincel, a tela que ele utilizava eram feitos de materiais que não tinham sido criados por ele. Também foi educado segundo a tradição da Igreja, porém ele acrescentou algo de pessoal nessa tradição. Em seguida, Droysen lembra que, mesmo se as estatísticas indicarem que, em um determinado país, nascem numerosas crianças ilegítimas, seria difícil que uma só mãe se consolasse com a ideia de que a lei estatística "explica" seu caso. Ora, embora infinitamente pequeno, o x é fundamental, porque é o responsável por dar à história seu movimento.

2. ABS: Como a senhora concebeu a ideia desse livro?

Sabina Loriga: A ideia do livro nasceu de uma experiência de pesquisa precedente, isto é, do meu livro sobre o Exército no século XVIII, no qual procurara reconstruir uma instituição a partir de diferentes experiências individuais. Na época, havia empregado a metáfora do Rashomon. Trata-se de um texto japonês, escrito por Ryûnosuke Akutagawa, que, em seguida, foi transformado em filme por Akira Kurosawa, no qual o mesmo delito é narrado de maneira diferente pelos quatro personagens (o bandido, a mulher, o samurai e o lenhador).¹ A ideia, desde então, foi, frequentemente, usada pela historiografia pós-moderna para enfatizar a dimensão retórica da escrita histórica, até defini-la como um gênero particular da ficção narrativa que, como tal, não seria suscetível de verificação. Não era essa a minha intenção. Simplesmente, desejava evidenciar a pluralidade das significações profundas do processo de institucionalização. Eu saí dessa investigação com uma série de satisfações, mas também com algumas insatisfações concernentes à abordagem biográfica. Particularmente, minhas dúvidas diziam respeito às duas utopias que marcaram a redescoberta da biografia nas últimas décadas. A primeira utopia, a da representatividade biográfica, promete descobrir um ponto que contém todas as características do conjunto. Nessa perspectiva, o historiador, de modo ideal, deveria trabalhar em dois tempos. Em primeiro lugar, identificar o indivíduo representativo (o camponês normal, a mulher normal etc.) e, em seguida, estender, segundo um processo indutivo, suas características a uma categoria inteira (a classe camponesa, o gênero feminino e assim por diante). Trata-se de uma opção importante, a qual visa a integrar o estudo biográfico a uma perspectiva pautada na generalização, que se traduz, todavia, em uma busca de experiências medianas: o historiador escolhe os traços mais comuns de uma história de vida (mais exatamente, aqueles que ele considera como os mais comuns), negligenciando os mais pessoais. A segunda utopia é a naturalista. Essa perspectiva não promete encontrar uma síntese ou uma espécie de espelho resumido do conjunto histórico, logo não aniquila a variedade do passado, porém vive a ilusão de poder apreender uma época ou uma civilização, reconstituindo seus elementos *um por um*, de chegar a esgotar o trabalho prosopográfico e de elaborar categorias interpretativas plenamente aderentes à realidade empírica. Trata-se da ideia do conhecimento como cópia integral da realidade. Também foram essas demandas utópicas, vivenciadas na ocasião da pesquisa sobre o exército do século XVIII, que me sugeriram lançar um olhar para trás, sobre a época que precede o divórcio entre a história social e a história política. De muitas maneiras, com meu livro, proponho fazer uma incursão na tradição. Não se trata de uma recomendação. Não atribuo aos nossos antecessores uma autoridade indiscutível, bem como não pretendo negligenciar a importância das inovações ou das experiências historiográficas realizadas no

¹ O filme *Rashomon*, dirigido por Akira Kurosawa que também fez a adaptação do texto para transformá-lo em roteiro, foi lançado em 1950 no Japão.

curso das últimas décadas. No entanto, acredito que uma relação mais profunda com a tradição só pode enriquecer nossas possibilidades de experimentação.

3. ABS: A senhora identifica, no final do século XVIII, a emergência de um movimento de "desertificação do passado" que atravessou as mais diversas disciplinas – da demografia à psicologia, passando pela história e pela política. A senhora poderia desenvolver esse raciocínio?

Sabina Loriga: A fronteira que separa a história da biografia foi sempre bastante contrastada, e nós podemos encontrar, em todas as épocas, historiadores que esperaram uma separação definitiva entre elas. Mas, na realidade, o fosso entre os dois gêneros se aprofundou, sobretudo, ao longo do século XIX, quando o pensamento histórico atinge seu apogeu. Eu gostaria de sublinhar dois momentos-chave que encorajaram uma separação definitiva. O primeiro remonta ao fim do século XVIII e ao início do século XIX e está ligado, sobretudo, ao sucesso e ao impacto da história filosófica, enquanto que o segundo momento, que foi desencadeado nas últimas décadas do século XIX pelos historiadores, atinge o seio da história e coincide com o divórcio entre a história social e a história política. Nessa época, alguns historiadores desejaram abandonar as vestes da reflexão moral para endossar aquelas, mais novas e mais brilhantes, das ciências sociais, modeladas no exemplo das ciências da natureza. Na tentativa de aplicar o princípio da causalidade aos fenômenos sociais, sacrificaram tudo aquilo que é singular ou único: os indivíduos não são pensados como seres particulares, dotados de um caráter singular, distinto, nem mesmo como seres capazes de agir sobre o curso da história, mas como exemplares equivalentes entre si, submissos apenas à dominação do grupo (classe, nação etc). Eu acrescentaria – a propósito do seminário de ontem² – que a desertificação do passado implicava, ainda, a ideia de que o historiador deveria apagar a sua própria subjetividade. Houve, então, uma dupla despersonalização: a do passado e a do historiador, que pode falar como especialista, como perito, nunca como autor. Felizmente, também houve várias resistências a esse processo de despersonalização. Foi por essa razão que me pareceu importante voltar a alguns autores, os quais, durante o século XIX, se esforçaram para salvaguardar a dimensão individual da história. Os autores que eu estudei durante muito tempo são: historiadores (além de Thomas Carlyle, principalmente autores alemães, de Wilhelm von Humboldt a Friedrich Meinecke), um historiador da arte (Jakob Burckhardt), um filósofo (Wilhelm Dilthey) e um escritor (Léon Tolstoï).³ Na realidade, a definição disciplinar aparece bem pobre, porque se trata, na maior parte dos casos, de *peças únicas*, que não se constituem nem como uma

² Sabina Loriga refere-se à conferência que ministrou na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Seropédica, no dia 6 de outubro de 2011, intitulada "Le moi de l'historien", também proferida no dia 10 de outubro do mesmo ano, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ Trata-se do artigo inédito de Sabina Loriga, "O eu do historiador", com versões em francês e em português que serão incluídas na seção livre do número 10 da revista *História da Historiografia*, a ser lançado em dezembro de 2012.

escola, nem como parte de uma corrente [historiográfica]. Não há continuidade ou coerência entre eles, porém partilham, pelo menos, de duas convicções. Acreditam, antes de tudo, que o mundo histórico é criativo, produtivo, e que essa qualidade não se apoia sobre um princípio absoluto, transcendente ou imanente à ação humana, mas que ela procede da ação recíproca dos indivíduos. Consequentemente, não apresentam a sociedade como uma totalidade social independente (um "sistema" ou uma "estrutura" impessoal superior aos indivíduos e que os domina), mas como uma obra comum. Nós poderíamos falar de interação, mas quero precisar que, para esses autores, a interação não é formada somente por esses mortais de carne e osso – parentes, vizinhos próximos, colegas de trabalho –, aquilo que o jargão sociológico denomina o *outro situacional* e que, hoje, está muito presente nos comentários sobre a *network analysis*. Ela se alimenta, igualmente, de figuras ideais, até mesmo imaginárias, como são Prometeu, Antígona, Hamlet, Fausto e Sancho Pança, Tartufo ou M. Pickwick; bem como de figuras históricas: Lutero, Frederico, o Grande ou Goethe.

4. ABS: A senhora poderia falar de Carlyle? Sua ideia de grandes homens é, geralmente, muito criticada pela historiografia. No entanto, em seu livro, o herói de Carlyle aparece, em alguns aspectos, impregnado de inquietação epistemológica. Qual reflexão nós poderíamos ter acerca de suas inquietações?

30

Sabina Loriga: Trata-se de uma questão muito importante. Carlyle foi um homem e um autor bastante antipático. O culto aos heróis antecipa, sem dúvida alguma, certas ideias fascistas: o receio da desordem, a exaltação das massas (incapazes de pensar, mas dotadas de bons instintos...), a aversão em relação à democracia, a confusão entre o direito e a força, a necessidade de um verdadeiro soberano à altura de defender os fracos. No entanto, não creio que tais ideias possam esclarecer toda a reflexão de Carlyle. Parece-me, de preferência, que o culto aos heróis é também a expressão de uma inquietude epistemológica que me parece atravessar toda a história biográfica. Aliás, essa foi a razão pela qual eu comecei a minha reflexão com ele. É como se tivéssemos que lidar com um doente ultrassensível, que, em um determinado momento, sem forças, engana-se de medicamento, mas que tem a coragem, antes do gesto fatal, de se colocar certas questões fundamentais. Poderíamos dizer que o "corpo" de seu texto faz refletir.

5. Fábio Henrique Lopes: Nós sabemos que foi no curso dos séculos XIX e XX que a biografia foi condenada e mesmo considerada marginal, porque privilegiava o individual em vez do coletivo. Em sua opinião, como atualmente o debate historiográfico pode resolver essa questão? De outro lado, podemos continuar a evidenciar a oposição existente entre "o indivíduo" e "o coletivo", depois entre "os fatos de repetições, as regularidades" e "o impessoal, o único" uma vez que nos voltamos para a pesquisa, a reflexão e a narrativa biográficas?

Sabina Loriga: Eu começo pelo fim de sua questão. Parece-me que, na reflexão do século XIX, há entendimentos capazes de nos ajudar a ultrapassar o pensamento dicotômico (a expressão é de Norbert Elias), opondo o indivíduo à sociedade. No decorrer do século XX, o contraste entre o individual e o social, frequentemente, foi fixado, mumificado, em duas não verdades opostas: uma escolha deve ser feita em favor seja do indivíduo, seja do coletivo. Em contrapartida, na reflexão precedente, eu cruzei com figuras complexas, ambivalentes e sensíveis – tais como o *eu que aspira ao tu*, de Humboldt, a *pessoa ética*, de Droysen, o *homem patológico*, de Burckhardt; cada uma, à sua maneira, preserva-nos de uma visão individualista do indivíduo –, e da biografia. Porém, esqueci, talvez, a primeira parte de sua questão...

6. *FHL: Nós sabemos que foi no curso dos séculos XIX e XX que a biografia foi condenada e mesmo considerada marginal, porque privilegiava o individual em vez do coletivo. Em sua opinião, como atualmente o debate historiográfico pode resolver essa questão?*

Sabina Loriga: Eu não estou certa de que possamos resolver essa questão, mas é necessário começar a refletir sobre ela. Iniciei uma reflexão acerca das razões que conduziram à despersonalização da história e à desertificação do passado. Pessoalmente, trabalhei sobre o contexto intelectual, mas penso que deveríamos nos interrogar mais sobre as razões sociais e políticas que produziram essa despersonalização. Em meu livro, sugiro que ela tem a ver com transformações políticas importantes, como o impacto do bonapartismo ou a afirmação política das massas, mas são somente sugestões. Trata-se de uma verdadeira lacuna que será, espero, em breve, preenchida por outras pesquisas.

7. *FHL: A biografia, ou a narrativa biográfica, pode favorecer ou contribuir para a diluição das fronteiras incertas e conflituosas entre a história e a literatura? Entre a escrita da história e a escrita ficcional?*

Sabina Loriga: Não sei. Na verdade, tenho dificuldades em pensar em termos de “gênero” biográfico. Essa é uma das razões pelas quais eu intitulei o primeiro capítulo do meu livro de “O limiar biográfico” (LORIGA 2011). Quando exploramos a fronteira que separa a biografia da literatura e da história, descobrimos que ela é fluida e instável e que se desloca no tempo. Então, é necessário historicizar a questão do gênero. A biografia não é a mesma coisa no século XVIII, no fim do XIX e na década de 1920. Parece-me difícil e perigoso generalizar através da categoria de gênero. Por outro lado, é uma das críticas que eu posso fazer ao texto de Bourdieu sobre a ilusão biográfica (BOURDIEU 1996). Ele sugere a existência de apenas uma forma de escrita biográfica, embora haja várias. Por exemplo, inúmeras biografias privilegiaram uma narração cronológica seguindo as escansões biológicas da existência: o nascimento, a formação, a carreira, a maturidade, o declínio e a morte. Mas isso não implica que a biografia deva,

necessariamente, apoiar-se em uma trama cronológica. Basta pensar em Plutarco, que enfatiza mais o caráter e as qualidades morais da personagem do que a sua vida. No início do século XX, o grande biógrafo Lytton Strachey prefere uma narração sintomática, apoiando-se, essencialmente, nos momentos-chave (as conversões, os traumas, as crises econômicas, as separações afetivas). Não existe nenhuma regra formal nesse domínio, nem mesmo no que diz respeito às características individuais. Inúmeros biógrafos exaltam-nas, mas alguns as minoram em proveito das semelhanças, na esperança de representar um tipo médio, ordinário (no domínio da biografia literária, tal é o caso de Giuseppe Pontiggia que corrige as individualidades, colocando-as até mesmo em séries). Eu quero dizer que uma resposta fundamentada sobre as disciplinas ou os gêneros (história, literatura e biografia) parece-me insuficiente. Talvez, seria conveniente uma maior reflexão acerca das trocas, das transferências existentes entre essas disciplinas e esses gêneros.

8. *FHL: Há fontes particulares, específicas ou apropriadas para a pesquisa biográfica?*

Sabina Loriga: Certamente. Há documentos biográficos clássicos, que chamamos de *ego-documentos*, tais como os diários, as memórias autobiográficas, as correspondências. Contudo, há também fontes que não foram consideradas como documentos biográficos que podem ser muito ricas do ponto de vista biográfico – por exemplo, os processos e as fontes judiciárias. Basta pensar em Carlo Ginzburg, que utilizou a documentação inquisitorial para compreender a maneira de pensar de um moleiro friulano do século XVI (GINZBURG 1980) ou em *O retorno de Martin Guerre*, de Natalie Zemon Davis (DAVIS 1983).

9. *ABS: Eu pensei, agora, em seu doutorado. A senhora poderia desenvolver as relações entre seus estudos sobre a biografia e a noção de experiência militar que utilizou em sua tese?*

Sabina Loriga: Sim, sem dúvida alguma, a ideia de experiência teve um papel fundamental nas minhas pesquisas. Eu sou bastante infiel em relação aos temas de pesquisa, no entanto, há uma forte continuidade no que diz respeito às interrogações. Por isso, creio que existam muitos temas e questões que perpassam o livro sobre o exército e este sobre a biografia e a história. Em particular, duas questões são retomadas neste livro. De um lado, a da dependência: em *Soldats* (LORIGA 2007), havia desenvolvido a ideia de “fórmulas de dependência”, com base na obra de Norbert Elias, para sublinhar a necessidade de compreender as razões pelas quais os indivíduos tinham necessidade e dependiam da instituição militar. Em *O pequeno x* (LORIGA 2011), eu me apoiei na reflexão de Humboldt, Dilthey ou Otto Hintze para evidenciar as ligações existentes entre a dependência e a autonomia pessoal. Uma outra continuidade diz respeito ao tema da experiência: no primeiro livro, tratava-se da experiência militar, no segundo, trata-se simplesmente da ideia de experiência histórica.

10. *FHL: Em sua opinião, a biografia é, necessariamente, uma forma de escrita e de explicação histórica?*

Sabia Loriga: Na verdade, tenho problemas para responder esta questão, pois nunca escrevi uma biografia e, talvez, não escreva. Devo dizer que eu estou mais interessada na história biográfica do que na biografia. Nos últimos anos, houve uma redescoberta importante da biografia. É um fenômeno positivo, mas penso que existe um perigo. Ele reside em pensar que a biografia pode ser uma solução para a história. Não acredito absolutamente nisso, ou seja, não procuro, na biografia, uma resposta para a história. Na introdução do meu livro, digo que, se tivesse que resumir, em poucas palavras, o que fiz no curso dos últimos anos, poderia dizer, talvez, que recolhi pensamentos para povoar o passado. Minha questão de fundo dizia respeito às maneiras de restituir a pluralidade do passado. É somente povoando-o, restituindo-lhe suas diferentes vozes que nós podemos cultivar a dimensão ética da história. Eu falo de ética, não de moral. Não estou interessada em fazer julgamentos morais. Parece-me importante perceber as angústias e as incertezas da escolha. É o lado dramático da história – o “drama da liberdade”. É uma dimensão que me interessa enormemente e parece-me que a dimensão biográfica pode ajudar a introduzir essa tensão dramática.

11. *ABS: Em seu livro, a senhora sublinha como o perigo do relativismo – em geral, associado à historiografia dita pós-moderna, de inspiração nietzschiana – é, igualmente, inerente a uma leitura impessoal da história que pretende descrever a realidade através das relações de poder anônimas. A senhora poderia desenvolver essa ideia?*

Sabina Loriga: Hoje, nós somos muito sensíveis à questão pós-moderna e à crise da ideia de verdade histórica. Trata-se de um problema real. Todavia, o perigo do relativismo ético impregna, igualmente, a leitura impessoal da história. Esse ponto foi evidenciado por Isaiah Berlin em sua polêmica com Edward Carr a propósito do conceito de inevitabilidade histórica (BERLIN 1988). Berlin escreveu que, a partir do momento em que deixamos de lado as motivações pessoais, podemos admirar ou temer, abençoar ou amaldiçoar Alexandre, César, Átila, Maomé, Cromwell, Hitler, como nós admiramos, tememos, abençoamos ou amaldiçoamos as inundações, os terremotos, os pores do sol. Uma vez que nós tenhamos desertificado, completamente, o passado, que não haja mais indivíduos, nem escolhas, a dimensão ética da reflexão histórica desaparece.

12. *FHL: A sua reflexão acerca da biografia e em torno da biografia modificou sua ideia sobre a compreensão da história?*

Sabina Loriga: Sim, muito. Não sei se consegui expressar o quanto essa experiência modificou-me. É uma das dúvidas que tive *a posteriori* em relação ao meu livro. Eu sei que, ao escrevê-lo, mudei muito, porém não sei se fui

capaz de reconstituir tudo aquilo que pude compreender durante essa experiência. Ela me deu, ao mesmo tempo, um sentimento de liberdade e de limitação. De liberdade, porque, graças a ela, pude ultrapassar as duas utopias sobre as quais falei no início de nossa conversa, a da representatividade e a naturalista. Eu poderia dizer que, graças a Humboldt e a Dilthey, compreendi que, para o historiador, a questão não reside nem no geral, nem no particular, mas sim em sua conexão. A saber, que a história é um conhecimento hermenêutico, pautado sobre a circulação, não obrigatoriamente viciosa, entre as partes e o todo. O saber geral só pode ser construído através da compreensão dos elementos singulares. No entanto, eles estão longe de oferecer a possibilidade de uma leitura direta. O entendimento integral do particular supõe sempre o conhecimento do geral sob o qual ele é compreendido. Entre os dois elementos – o singular e o geral – há uma relação de construção e de compreensão recíproca. Mas a reflexão sobre a historiografia do século XIX foi também um trabalho sobre os limites do conhecimento histórico, uma maneira de fazer o luto da ideia de “ressurreição do passado”. Só podemos ter acesso ao passado de forma indireta, através das imagens, necessariamente, fragmentárias e inacabadas. Desse ponto de vista, o trabalho da história é interminável e, perpetuamente, aberto. A dúvida é intransponível.

13. *ABS: Quais são os seus projetos futuros?*

34

Sabina Loriga: Tenho dois projetos diferentes. De um lado, no plano individual, comecei uma pesquisa sobre as transformações da “arquitetura temporal” na segunda metade do século XIX. Longe de ser um fenômeno neutro, o tempo permanece sempre uma chave essencial da confrontação política e cultural, quer se trate das formas de escandi-lo, das maneiras de concebê-lo, dos regimes de temporalidade. Isso é ainda mais verdadeiro durante esse período, no curso do qual uma série de processos de intensidade diversa submeteram o indivíduo a uma disciplina temporal. A mecanização do trabalho na usina, que induziu uma regulamentação mais restrita do tempo (a começar pela divisão entre o tempo do trabalho e o tempo livre e, em seguida, o tempo para si mesmo), e a cronometragem (com a injeção da precisão do horário e a atribuição de cada uma das sequências temporais a uma atividade designada) foram objetos de numerosos estudos.

Eu estou mais interessada na padronização e na globalização progressiva do tempo, realizadas com a introdução do *Standard time*, que estabeleceu o atual sistema dos fusos horários centrado sobre o meridiano de Greenwich. Trata-se de um fenômeno maior da “política do tempo” (depois da invenção do relógio mecânico no século XIV), porque o tempo-mundo dominou uma miríade de tempos locais. Poderíamos dizer que um grande tempo único envolveu toda a realidade. Essa nova organização institucional do tempo não é, de forma alguma, politicamente neutra. Fortalecida por sua função de integração e de coordenação, teve um papel hierarquizador nas relações sociais e nas relações entre os Estados e as áreas culturais.

De outro lado, há dez anos, eu ministro, com Olivier Abel e outros colegas, um seminário que visa a estabelecer um diálogo entre os filósofos e os historiadores. Nossa reflexão comum começou em dezembro de 2000, quando organizamos um colóquio em torno do livro de Paul Ricoeur, *A memória, a história, o esquecimento* (RICOEUR 2007). Em seguida, aprofundamos esse diálogo convictos de que o passado não diz respeito apenas aos historiadores, que não pode ser um objeto monopolizado por eles e que é indispensável interrogar, conjuntamente, a dimensão ética da relação com o passado, porque é uma condição do elo social e, ao mesmo tempo, da dissensão cívica.

No quadro desse projeto coletivo, criamos um ateliê internacional sobre os usos públicos do passado. Nosso programa de pesquisa funda-se, em particular, sobre três considerações complementares. A primeira diz respeito ao que poderíamos chamar de *geografia dos negócios*. Parece-nos essencial ir além da dimensão nacional e considerar as formas de internacionalização, e mesmo de globalização. A segunda consideração trata da disposição do *espaço público*. As reflexões recentes sobre as utilizações políticas do passado foram, frequentemente, marcadas pela nostalgia de uma pretensa "idade de ouro" (sem dúvida, largamente, superestimada) na qual o passado teria sido reservado apenas aos historiadores. Seria conveniente ultrapassar esse ponto de vista e promover meios de analisar os processos de comunicação e as transformações contemporâneas do espaço público. A última consideração diz respeito à confrontação com *outras formas de conhecimento do passado*. Parece-nos que seria útil considerar, de maneira mais sistemática, outros vetores da memória social, tais como a literatura e o cinema. A fim de ter um espaço de reflexão comum, concebemos um *web site* que foi colocado na rede em novembro de 2010.⁴

Temos, igualmente, a intenção de organizar, anualmente, duas ou três jornadas de estudos sobre um tema específico. O título das jornadas previstas para junho de 2012 é: *La question du trauma dans l'interprétation du passé*. O conceito de trauma, ou de traumatismo, que sempre foi central no seio do aparelho teórico da psicanálise, aparece, cada vez mais, fora do campo clínico nas tentativas de transmitir a experiência dos sobreviventes assim como das vítimas indiretas das experiências dos genocídios do século XX. Aceito pelas ciências sociais, o conceito de trauma alimenta, igualmente, numerosos textos literários assim como obras de arte. Sem dúvida, tornamo-nos mais sensíveis à maneira como alguns acontecimentos históricos perturbam, gravemente, as capacidades de simbolização dos indivíduos, atacando a capacidade de pensamento deles. No entanto, ao se evidenciar, rapidamente, as ocorrências recentes nas ciências sociais, temos, às vezes, a impressão que utilizamos a noção de trauma (assim como os termos que lhe são, massivamente, ligados: vítima, luto e resistência) como se ela fosse portadora de sua própria explicação. Não teria ocorrido um processo de ampliação impreciso do termo, uma espécie de banalização? A fim de abordar essa questão, haverá uma série de

⁴ Cf.: <http://ehess.dynamiques.fr/usagesdupasse>

apresentações sobre diferentes situações sociopolíticas contemporâneas (Argélia, Ruanda, Guatemala, Camboja etc) em que a questão do trauma intervirá como um problema coletivo sob o ponto de vista do passado. Dentro dessa mesma perspectiva, consideramos a possibilidade de nos interrogar acerca das formas artísticas de expressão ou de tradução do trauma.

Referências bibliográficas

- BERLIN, Isaiah. De la nécessité historique. In: _____. **Éloge de la liberté**. Paris: Calmann-Lévy, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, vol. 62/63, p. 69-72, juin, 1986.
- CARLYLE, Thomas. **Les Héros**. Paris: Maisonneuve & Larose; Paris: Éditions de Deux Mondes, 1998.
- DAVIS, Nathalie Zemon. **Le retour de Martin Guerre**. Préface de Carlo Ginzburg. [Paris]: J'ai Lu, 1983.
- DELACROIX, Christian. Linguistic turn. In: _____ et al (dir.). **Historiographies I: concepts et débats**. Paris: Éditions Gallimard, 2010, p. 476-490.
- GINZBURG, Carlo. **Le fromage et les vers: l'univers d'un meunier du XVI^e siècle**. Trad. Monique Aymard. Paris: Flammarion, 1980.
- LORIGA, Sabina. L'épreuve militaire. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (dir.). **Histoire des Jeunes en Occident**. Paris: Seuil, 1996a.
- _____. In: REVEL, Jacques. **Jeux d'échelles: la micro-analyse à l'expérience**. Paris: Gallimard; Paris: Éditions du Seuil, 1996b, p. 15-36.
- _____. Ser historiador hoje. Tradução de Eliane Cezar. **História: debates e tendências**, vol. 4, n. 1, julho 2003a, p. 23-35.
- _____. Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica, realizada por Benito Bisso Schmidt em junho de 2002. Tradução de Benito Bisso Schmidt, revisão de Flávio Heinz. **Métis: história e cultura**, vol. 2, n. 3, jan./jun. 2003b, p. 11-22.
- _____. **Soldats: un laboratoire interdisciplinaire: l'armée piémontaise au XVIII^e siècle**. Paris: Les Belles Lettres, 2007.
- _____. A imagem do historiador, entre erudição e impostura. In: PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). **Imagens na história**. São Paulo: Hucitec, 2008.
- _____. La tâche de l'historien. In: OLIVIER, Abel; ASKANI, Hans-Christoph; CASTELLI-GATTINARA, Enrico et al. **La juste mémoire: lectures autour de Paul Ricoeur**. Genève: Labor et Fides, 2006.
- _____. **Le Petit x: de la biographie à l'histoire**. Paris: Éditions du Seuil, 2010a.

_____. A tarefa do historiador. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2010b, p. 31-45.

_____. **O pequeno x**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. O eu do historiador. **História da Historiografia**, nº 10, dezembro 2012. No prelo.

A escrita da história e os ensaios biográficos em Hannah Arendt

The writing of history and the biographical essays in Hannah Arendt

Renata Torres Schittino

r_schittino@ig.com.br

Pós-doutoranda

Universidade Federal Fluminense

R. Prof. Marcos Waldemar de Freitas, s/n, Bl. O – Campus do Gragoatá

24210-201 – Niterói – RJ

Brasil

Resumo

A proposta do artigo é refletir sobre os ensaios biográficos produzidos por Hannah Arendt. Trata-se de buscar compreender porque a autora escreve biografias, e não apenas textos argumentativos, como é usual na prática filosófica. Teremos em vista, sobretudo, dois de seus esforços mais contundentes, seu texto sobre *Rahel Varnhagen: a vida de uma judia alemã na época do Romantismo* e os ensaios reunidos em *Homens em tempos sombrios*. A suposição é a de que a narrativa de vidas em Arendt configura-se menos como um método de pesquisa e mais como a elaboração de uma teoria da história, a qual parte de uma refutação do conceito moderno de História para defender um novo laço entre ação e narração.

38

Palavras-chave

Hannah Arendt; Biografia; Narrativas.

Abstract

The aim of this paper is to reflect on the biographical essays written by Hannah Arendt. Its focus is to understand the reason why the author chose the biographical genre, instead of working only with the argumentative text, as it is usual in the philosophical practice. We will work with two of her leading texts on the subject, *Rahel Varnhagen: the life of a Jewess*, and *Men in dark times*. The hypothesis that guides the work is that biographical writing in Arendt means the elaboration of a theory of history that is incompatible with the modern conception of History, while arguing about a new connection between action and narration.

Keywords

Hannah Arendt; Biography; Narratives.

Enviado em: 31/1/2012

Aprovado em: 8/5/2012

Talvez possa surpreender que Hannah Arendt, agora uma filósofa de grande prestígio, tenha se dedicado a escrever narrativas biográficas. As mais famosas delas, reunidas em *Homens em tempos sombrios*, foram publicadas nos Estados Unidos em 1968. O livro é, na verdade, uma coletânea de artigos de Arendt sobre vidas de homens e mulheres, figuras públicas de proeminência internacional, como Rosa Luxemburgo, Walter Benjamin, Martin Heidegger, Karl Jaspers, Giuseppe Rocalli – o papa João XXIII, Lessing, Bertolt Brecht. Conta também com perfis de autores talvez menos conhecidos no âmbito brasileiro, como a escritora dinamarquesa Isak Dinesen, o poeta Randall Jarell e o crítico literário Hermann Broch.

No início de sua carreira, ainda na Berlim da década de 1930, Arendt trabalhou também numa grande pesquisa biográfica sobre Rahel Varnhagen, que só seria publicada na década de 1970, sob o título, conforme a edição brasileira mais recente, *Rahel Varnhagen: a vida de uma judia alemã na época do Romantismo*.¹

Levando em consideração o volume e a importância do material biográfico produzido por Hannah Arendt, parece relevante indagar qual o sentido desse tipo de escrita na sua obra e no seu pensamento. Pelo menos duas questões permeiam este trabalho sobre história e biografia em Arendt. De um lado, pretende-se entender por que ela escreve biografias, por que narra histórias de vidas, e não simplesmente, como a maioria dos filósofos, sobretudo os filósofos alemães de sua geração, produz textos argumentativos ou teóricos. De outro lado, o presente texto é perpassado por questões sobre a construção dos ensaios biográficos arendtianos. Pretende, assim, considerar também a especificidade do seu estilo biográfico.

Revelação da pessoa no mundo

Nas primeiras páginas de seu empreendimento biográfico sobre Rahel Varnhagen, Arendt sugere que não é seu objetivo fazer uma biografia no sentido tradicional.

Nunca foi minha intenção escrever um livro sobre Rahel, sobre sua personalidade, que se poderia emprestar a várias interpretações de acordo com os padrões e categorias psicológicos adotados pelo autor; nem sobre sua posição no Romantismo e o efeito do culto a Goethe em Berlim, do qual ela foi verdadeiramente a iniciadora; nem sobre a significação de seu salão para a história social do período, nem sobre as suas ideias e sua concepção de mundo (ARENDR 1994, p. 11).

Sua explicação marca, pela negação, uma separação com o gênero biográfico tradicional, que visa revelar o lado íntimo de uma pessoa pública,

¹ É possível notar que em diversos de seus textos, Arendt usa o recurso do ensaio biográfico e traça perfis de vida. Um dos seus textos mais importantes, *Eichmann em Jerusalém* também procura apresentar uma trajetória da vida do réu nazista (ARENDR 1999). Em *Origens do totalitarismo*, encontramos, nesse sentido, passagens sobre Disraeli, T. H. Lawrence, Marcel Proust, por exemplo (ARENDR 2004). Em grande parte de seus ensaios escritos antes de *Origens do totalitarismo* também encontramos esse anseio (ARENDR 2008).

enaltecer um grande homem ou retratar a história de um período através da vida de uma pessoa.

A biógrafa de Arendt, Elizabeth Young-Bruehl, acredita que, apesar do subtítulo do livro de Arendt, *a vida de uma judia*, o trabalho sobre Rahel parecia mais com “a vida de um pensamento pensado por uma judia”. Trata-se de entender como Rahel foi se transformando – “sou judia, pobre coitada” – de como foi se assimilando, entrando na vida pública (YOUNG-BRUEHL 1997).

De fato, Arendt não escreve a biografia visando identificar a vida individual num quadro geral da História. As indicações cronológicas e os contextos históricos não seguem um rumo linear e não completam quadros realistas. Já nessa sua primeira grande incursão pela biografia, Arendt indicava que não retomaria o gênero biográfico de modo simples. Não se tratava de escrever a História, nem de fazer um retrato psicológico.

Um dos recursos usados pela autora é recorrer a diversas citações de Rahel. Como numa construção caleidoscópica, arquitetada por uma coleção de fragmentos de trechos de cartas e diários, Arendt visava revelar a história que Rahel contava sobre si mesma. Young-Bruehl entende que na escrita arendtiana, “a biografia é um estado de livre flutuação, não embaraçado por descrições de tempos e lugares e restringido apenas por comentários sobre os processos de pensamento que deram origem às citações” (YOUNG-BRUEHL 1997, p. 92).

É nesse sentido que se pode apresentar a própria formulação arendtiana, segundo a qual o projeto de estudo sobre a vida de Rahel vislumbrava “narrar a história da vida de Rahel como ela própria poderia ter feito” (ARENDR 1994, p. 11).

Dessas palavras arendtianas pode-se supor que a autora visa alcançar uma realidade do passado em si mesmo. Entretanto, nada mais distante da proposta e da concepção de Arendt sobre história e biografia. Revelar a história que Rahel contava de si mesma ou para si mesma é, na perspectiva arendtiana, tarefa fundamental para compreender “quem” foi Rahel, pois seu problema era exatamente não se desvencilhar da história que vislumbrava para sua vida. Nas palavras de Arendt, lemos que

Viver a vida como se esta fosse uma obra de arte, esse foi o grande erro que Rahel partilhou com seus contemporâneos, ou talvez apenas o autoengano, que era inevitável, porque ela desejava compreender e expressar nas categorias de seu tempo a sua sensação de vida – a resolução de considerar a vida e a história que esta impõe ao indivíduo como mais importantes e mais sérias que a própria pessoa (ARENDR 1994, p. 12).

O anseio arendtiano de seguir ao máximo o curso das reflexões de Rahel sobre si mesma está relacionado à pretensão de mostrar de que modo Rahel interpretava a vida, de que modo uma judia na época do Romantismo podia experimentar a vida. No entanto, Arendt reconhece a impossibilidade de seguir na íntegra a narrativa de Rahel, já que o discurso da mesma era sempre organizado, arrematado pela sua própria linguagem. A concepção arendtiana que perpassa a biografia de Rahel é a impressão de que a judeidade era vivida de modo individual, como um problema subjetivo. A aspiração dos judeus era a assimilação, fosse pela conversão ao cristianismo, pelo casamento ou pela adoção dos ideais iluministas.

O que a autora percebe é que os judeus, em vez de se assumirem como povo específico, buscando garantir seus direitos como parte desse povo, acabavam tentando esconder seu judaísmo ou tornar-se individualmente judeus de exceção, que por qualidades específicas eram salvos e bem-vindos à sociedade. Arendt defende que o Iluminismo e a modernidade com sua perda do mundo convêm àqueles que, como os judeus, queriam escamotear os dados da realidade, ou seja, esquivar-se do fato de serem judeus: "os judeus tentaram salvar-se de modo individual" (ARENDR 1994, p. 16). Segundo ela, a fuga de Rahel para o interior de si mesma e a crença dos judeus, típica do Esclarecimento, na capacidade de pensar por si mesmo, contando exclusivamente com a competência da razão, revela-se como uma perda da realidade.

Arendt destaca que o grande equívoco de Rahel e de seus contemporâneos românticos foi exatamente viver a vida como se ela fosse uma obra de arte. Nesse sentido, indica a relação entre a ausência de atitude política dos judeus e o fato de viverem como espectadores das próprias vidas. Refugiar-se no interior da razão e rejeitar a realidade dos fatos era, para Arendt, um perigoso afastamento da realidade. Em Rahel, a autora percebe que narrar a história de si mesma tornava-se equivalente a viver a vida como se ela fosse a realização de uma ideia – a realização das ideias iluministas de igualdade, valores, racionalidade.² Arendt destaca que a leitura entusiasmada de Fichte por Rahel incorpora esse tema central, qual seja, a noção de que a "História é apenas elucidação de uma comprovação colocada *a priori*" (ARENDR 1994, p. 21-22). Quando se refere à rejeição da realidade e dos fatos promovida por Rahel, Arendt faz crer que aquele que não compreende sua história acaba sendo levado pelo puro acontecer e tende a acreditar que o destino não lhe permite agir. Os homens que não assumem sua história são arrastados pelo processo histórico ou pela contingência radical dos acontecimentos que lhes aparecerá inevitável e irresistível como um destino. Assim, a perda da realidade e dos fatos acarreta a obstrução da ação e do próprio futuro.³

² Sobre a temática dos salões em Arendt também cf. ARENDR 2008, p. 85-92.

³ Pode-se notar que a noção de perda da realidade perpassa toda a obra arendtiana. No estudo sobre Rahel a autora não havia ainda traçado a conceituação mais específica que aparece na *Condição humana* sob a expressão perda do mundo. Nesse último trabalho, Arendt analisa a filosofia cartesiana e mostra como, na modernidade, o sujeito pensante afasta-se do mundo. O telescópio, instrumento que marca o advento do moderno aos olhos de Arendt, retira do homem sua certeza sensível. Para ver o mundo, o homem precisa 'olhar' através do aparato técnico. O instrumento, por sua vez, é elaborado pelo próprio homem. Seu cerne é mais a mente humana que a possibilidade de contato com o mundo exterior, por isso a técnica que propicia a capacidade de 'ver' como se estivesse fora do homem, estaria levando-o mais para longe do mundo e para perto de si mesmo. Sobre a inauguração da filosofia da dúvida, a autora entende que, "o filósofo já não volta as costas a um mundo de enganosa perreçibilidade para encarar outro de verdade eterna, mas volta às costas a ambos e se recolhe para dentro de si mesmo" (ARENDR 2000, p. 306). Na *Condição humana*, onde traça um decaimento do político desde a Antiguidade tardia até a Modernidade, vemos ainda que o subjugo dos assuntos humanos – a rejeição ou a subvalorização – já está em jogo na tradição ocidental pelo menos desde Platão. Como entende Arendt, a famosa alegoria da caverna, deixa ver muito claramente a distinção e a hierarquização entre o mundo dos assuntos humanos, um mundo de sombras, e o mundo das ideias, mundo verdadeiro. Deve-se sublinhar que um ponto fundamental da argumentação arendtiana sobre a perdida realidade ou sobre a perda do mundo é a preocupação com a manutenção do político, do mundo compartilhado pelos homens, mundo que se abre entre eles. Sem o compartilhamento da realidade, 'a verdade perde todo o sentido' e pode se tornar perigosa, como

Na perspectiva arendtiana, é importante retomar a história que Rahel conta de si mesma porque é essa história que levará Rahel à perda da realidade. Como se na admissão dos ideais iluministas, a experiência do mundo se tornasse inferior. Importa-nos destacar que, nesse estudo sobre Rahel e os salões da burguesia alemã, a autora anuncia alguns argumentos que seriam retomados para constituir o clássico *Origens do totalitarismo*. Sua tentativa de compreender o antissemitismo e o poder crescente do nazismo lhe sugeria o problema da assimilação como fato importante. Arendt mostra como Rahel e outros judeus equivocam-se na compreensão da igualdade humana pregada pelo Iluminismo. Em *Origens do totalitarismo*, tal engano é entendido como comportamento apolítico e como ingenuidade política dos judeus.

Deve-se frisar que a biografia, no entanto, não trabalha a temática do mesmo modo que o livro teórico, uma vez que aquela tem uma forma própria. A biografia não é um tratado filosófico, puramente argumentativo, nem um livro de História. Daí a nossa questão sobre a razão que levou Arendt a optar por narrar histórias de vidas. Se compararmos a tese que perpassa a narrativa sobre Rahel com aquela semelhante, mas mais teoricamente desenvolvida de *Origens do totalitarismo*, observaremos que a intenção na narrativa biográfica tem uma razão de ser específica. Na formulação arendtiana que introduz a pesquisa sobre Rahel, podemos vislumbrar resquícios do que significa para a autora sua opção pela biografia. Através do estudo da vida de Rahel era possível compreender “a maneira pela qual a assimilação à vida intelectual e social do meio funciona concretamente na história de um indivíduo, moldando um destino pessoal” (ARENDDT 1994, p. 13).

42

Nos ensaios biográficos reunidos em *Homens em tempos sombrios*, Arendt deixa várias indicações sobre o significado das narrativas de histórias de vida. Também nessa obra, é possível encontrar a ressalva feita no estudo sobre Rahel. Não se pretende apresentar vidas no sentido puramente psicológico – meramente subjetivo –, nem como se as pessoas encarnassem o espírito de uma época, como se fossem representantes de um *Zietgeist* – através de uma ótica objetiva. Na introdução do livro, a autora explica que “esta coletânea de ensaios e artigos se refere basicamente a pessoas – como viveram suas vidas, como se moveram no mundo, como foram afetadas pelo seu tempo histórico” (ARENDDT 2003, p. 7). Arendt chega a referir-se a um certo condicionamento entre o tempo histórico e a trajetória individual, mas ressalta o seu afastamento tanto da proposta de fazer um retrato subjetivo, quanto daquela que vislumbra traçar o desenvolvimento de uma vida do ponto de vista objetivo. Não pretende escrever uma análise psicológica do indivíduo, recobrando um lado privado e oculto de sua vida. Nem encarar o desenvolvimento de uma vida como reflexo da História, como se constituísse a encarnação do sentido do processo histórico.

Arendt vai perceber ao estudar a perda da realidade no caso totalitário. Assim, em *Rahel*, a autora sustenta que “a antecipação de experiências, o conhecimento que precipitada e pretensiosamente converte o futuro em passado está colocado mais uma vez, à parte da história; não previne nada e se desvanece assim que a pessoa se rende novamente à vida, capitula diante da vida” (ARENDDT 1994, p. 21-22).

Nos diversos ensaios biográficos de *Homens em tempos sombrios* a questão da biografia aparece de diferentes maneiras. Ainda no prefácio, ao evocar a expressão brechtiana dos “tempos sombrios”, a autora declara a grande temática que está em jogo na elaboração dos perfis biográficos: mostrar a possibilidade da iluminação em tempos sombrios. A noção de tempos sombrios refere-se certamente às grandes tragédias do século XX, mas não apenas a isso. Arendt mostra que Sartre evocava a temática em *A náusea* e Heidegger em *Ser e tempo*, onde se coloca o declínio do mundo público. Em Sartre, encontra “um mundo onde todos os que são publicamente reconhecidos são *salauds*, e tudo o que existe numa presença opaca e sem sentido que espalha o ofuscamento e provoca mal-estar” (ARENDR 2003, p. 8). Ao passo que Heidegger indicava anteriormente a inautenticidade do mundo público, uma cotidianidade determinada pelo falatório sem sentido.

Na concepção arendtiana, o mundo público enquanto espaço privilegiado para o aparecimento das pessoas se configurou na pólis grega com a afirmação da política. Nesse espaço, como supõe Arendt, os homens podiam revelar-se uns aos outros, compartilhando ideias e ações. O mundo público se configurava, na versão grega clássica, como o âmbito de iguais que estava totalmente separado da hierarquia da casa. Em seu livro *A condição humana*, a autora trabalha a temática do político, observando a afirmação e o decaimento do mundo público a partir da Antiguidade tardia, quando o político foi entendido como social.

Nossa intenção não é retomar a tese arendtiana sobre a separação entre o político e o social para discuti-la pormenorizadamente. Tese, aliás, controversa, porque supõe a possibilidade da separação dessas instâncias. O que nos interessa é vislumbrar que, embora a autora compartilhe em muito da configuração pessimista de Heidegger e Sartre sobre a decadência do público na Modernidade, Arendt entrevê, nos perfis biográficos que apresenta em *Homens em tempos sombrios*, a persistência da possibilidade da iluminação mesmo nos períodos mais obscuros.

O que devemos notar é que, embora não discorde completamente da hipótese de um declínio do público, chegando mesmo a defendê-la, Arendt resguarda um quinhão de dúvida sobre a tese do decaimento do político. Se os tempos sombrios equivalem ao declínio do público, até mesmo no período totalitário, onde se tenta uma verdadeira extirpação do mundo público, pode-se esperar alguma iluminação.

Seus perfis biográficos deixam ver que, mesmo no tempo mais sombrio, é possível esperar alguma iluminação.⁴ Então, de certo modo, os ensaios biográficos ali reunidos se configuram com um poder iluminador.

⁴ Para Arendt, o totalitarismo advém de um declínio do político, mas configura-se como uma nova forma de governo. Nesse sentido, não é possível dizer que o totalitarismo é o período mais sombrio, como se fosse simplesmente uma questão de gradação, pois, na concepção arendtiana, não é possível entender o totalitarismo pela distinção de grau de com relação às tiranias e ditaduras (ARENDR 2004).

tal iluminação pode provir, menos das teorias e conceitos, e mais da luz incerta, bruxuleante e frequentemente fraca que alguns homens e mulheres, nas suas vidas e obras farão brilhar em quase todas as circunstâncias e irradiarão pelo tempo que lhes foi dado na Terra – essa convicção se constitui como o pano de fundo implícito contra o qual se delinearão esses perfis (ARENDDT 2003, p. 9).

Parece que essa iluminação levou Celso Lafer a concluir que as narrativas reunidas no livro se configuravam como histórias exemplares (LAFER 2003, p. 234). A sugestão pode ser útil se ser exemplar não for entendido no sentido de modelar, pois, em Arendt, a biografia não diz o que fazer. Não dita um padrão a ser seguido. Não comunga de uma *historia magistra vitae* tanto quanto não pretende abarcar a versão moderna do *Zietgeist*.

Com intuito de entender o que pode significar essa iluminação e essa exemplaridade, se ficarmos com o termo de Lafer, retomaremos as diretrizes arendtianas sobre a revelação de uma pessoa no mundo.

Na verdade, falar em mundo público, em Arendt, é quase um pleonasma. Para ela, mundo é o espaço que se abre entre os homens. É o que se passa entre os homens. Mundo, portanto, já comporta uma característica eminentemente pública. Por toda a sua obra, a autora insiste em afirmar a pluralidade de homens e mulheres em contraste com a ênfase na Humanidade ou no mundo como coisa/objeto, cuja existência independe dos homens. Na perspectiva arendtiana, o espaço público que é o mundo é um espaço de aparências, onde os homens aparecem uns aos outros, podem ver e ser vistos (ARENDDT 2008, p. 35). O espaço público tem um significado que certamente vai além do que se entende normalmente como política.

É interessante frisar a distinção entre os dois grandes marcos históricos que a autora estuda para demarcarmos as possibilidades da revelação das pessoas. De um lado, teríamos a experiência da pólis, como espaço de liberdade e realização política, espaço no qual os homens podem se relacionar entre si como iguais e diferentes. São iguais porque estão livres das necessidades biológicas e sociais. A diferença, por sua vez, provém da possibilidade de demarcar “quem” são, revelando-se uns aos outros. De outro lado, no extremo oposto, há a terrível experiência do totalitarismo, que, na configuração arendtiana, surge como a tentativa de eliminação da própria política. Se atentarmos para a especificidade do totalitarismo, entrevista pela autora na sua distinção entre tiranias, ditaduras e totalitarismos, veremos que, nessa última forma de governo, há não apenas o anseio de limitar as liberdades políticas/públicas dos indivíduos, retirando-lhes o papel da cidadania, mas também o projeto de exterminar a própria espontaneidade do homem. No regime totalitário não há apenas a separação entre público e privado, segundo a qual um ditador, rei ou tirano funda seu poder político. Na concepção arendtiana, o totalitarismo ergue-se também sobre a instância privada, avançando mesmo sobre a capacidade de pensar dos homens.

O que podemos perceber é que, em Arendt, a existência de um espaço público estruturado permite a realização do aparecimento das pessoas, a

revelação dos homens uns aos outros. Em outras palavras, permite o acontecer do mundo – o contato plural dos homens. Sob esse aspecto, pode-se supor que, no totalitarismo, esse aparecimento torna-se inviável. De certo modo, com o decaimento do político, que para Arendt se mostra de diversos modos ao longo da história ocidental, restringe-se realmente a possibilidade de revelação dos homens, do aparecimento das pessoas no mundo, qual seja, restringe-se o próprio mundo.⁵ No entanto, esse declínio não se mostra como uma perda total. Apesar de trabalhar com a noção de totalitarismo, Arendt não supõe que a dominação totalitária tenha extirpado a possibilidade da revelação do homem por completo. Para fazê-lo deveria abarcar todo o globo. Essa seria de fato a pretensão totalitária, embora não tenha se concretizado. É isso que parece se confirmar com a iluminação entrevista pela autora na vida de homens e mulheres em tempos sombrios. Como poderia a iluminação se manter em períodos obscuros? Essa é uma das principais questões que Arendt responde com suas biografias.

Vale a pena analisar o que a autora discute em um dos seus ensaios sobre Jaspers acerca da revelação da pessoa no mundo. Ao explicar o fato do seu texto ser uma *laudatio*, faz importantes considerações sobre a relação entre público/privado. A própria noção antiga de *laudatio*, segundo ela, já indica como “um louvor se refere à dignidade que pertence a um homem, na medida em que ele é mais que tudo o que faz ou cria” (ARENDR 2003, p. 67). Trata-se de uma homenagem à pessoa que tenha se destacado na vida.⁶ De modo que, o mérito é pela revelação da pessoa no âmbito público e não pela sua obra.

Ao retomar o sentido que designa como novo-antigo a *laudatio*, Arendt mostra que parece compartilhar com a classe livreira alemã, que concede o Prêmio a Jaspers, o anseio de compreender a validade da trajetória da vida de uma pessoa sem partir da distinção moderna entre público e privado, entre o conjunto de uma obra pública e a vida privada. Com a ideia da *laudatio*, a autora deixa ver o que pressupõe ser uma diferenciação entre indivíduo e pessoa, e não, entre objetividade e subjetividade. Nessa distinção,

é precisamente a pessoa humana em toda a sua subjetividade que precisa aparecer em público para atingir uma realidade plena. Se aceitamos esse sentido novo-antigo, devemos mudar nossas concepções e abandonar nosso hábito de igualar o pessoal ao subjetivo, o objetivo ao factual ou impessoal (ARENDR 2003, p. 68).

Na concepção arendtiana, é um sujeito individual que concebe a obra e a apresenta ao público. No entanto, essa não é uma mera relação entre sujeito e objeto se a obra não é apenas um artefato técnico ou acadêmico, mas é “um ter-se demonstrado na vida” (ARENDR 2003, p. 68). O que ocorre é que com a

⁵ Arendt refere-se à perda do mundo no cristianismo, cuja proeminência recai não no mundo dos assuntos humanos, mas na vida eterna. Trata, no mesmo sentido, da perda do mundo na Modernidade quando o homem volta-se para dentro de si mesmo. Além disso, a configuração platônica da separação entre mundo das ideias e mundo das sombras se lhe apresenta como uma depreciação dos assuntos humanos pela teoria. Ver ARENDR 2000.

⁶ O discurso de Arendt integrado em *Homens em tempos sombrios* foi pronunciado quando K. Jaspers recebeu o Prêmio da Paz da Classe Livreira Alemã (ARENDR 2003, p. 67).

obra aparece a personalidade do seu autor. Tal personalidade não é uma intenção individual, um conjunto de sensações privadas que podem ser controladas pelo autor, mas alguma coisa sobre a qual ele mesmo não tem poder. "O elemento pessoal está além do controle do sujeito e, portanto, é o exato oposto da mera subjetividade" (ARENDDT 2003, p. 68).

Arendt sugere que essa personalidade é uma espécie de *daimon* grego que acompanha a pessoa por toda a sua vida, e que, embora não apareça para ela, está sempre olhando por sobre o seu ombro, "resultando que ele é sempre mais conhecido por todos que encontram o homem do que por ele mesmo" (ARENDDT 2003, p. 68).

A *laudatio*, nesse sentido "novo antigo" previsto por Arendt, indica a configuração essencial dos seus ensaios biográficos. O que a autora busca revelar é o aparecimento das pessoas no âmbito público – sua iluminação. É importante aí compreender a amplitude desse elemento pessoal, pois é exatamente nesse ponto que consiste a explicação da sua rejeição de uma biografia puramente psicológica ou objetiva. A partir dessa revelação do pessoal pode-se vislumbrar porque suas incursões pela biografia não consistem numa retomada da vida particular dos sujeitos, nem de entendê-los como representantes de um "espírito do tempo".

No ensaio sobre Rosa Luxemburgo, Arendt traz algumas considerações sobre o gênero biográfico, já que o seu texto parte da leitura da biografia de Rosa produzida por J.P. Nettl. Nesse trabalho, a autora fala de seu respeito pela biografia como gênero tradicional – o qual ela denomina biografia definitiva, ao estilo inglês, referindo-se à biografia que trata da vida de uma pessoa importante, na qual

a história aí não é tratada como o inevitável pano de fundo de um tempo de vida de uma pessoa famosa; é antes como se a luz incolor do tempo histórico fosse atravessada e refratada pelo prisma de um grande caráter, de modo que no espectro resultante obtém-se uma unidade completa entre vida e mundo (ARENDDT 2003, p. 37).

O comentário sobre a biografia provém, sobretudo, da admiração de Arendt pelo projeto de Nettl. A autora fica estupefata com a escolha de Rosa para ser biografada no estilo tradicional, já que a fama da revolucionária não é exatamente consensual. A ação de Rosa no mundo certamente não estaria de acordo com aquela ideia de uma pessoa que encarna o rumo da História.⁷

Ainda na esteira da reflexão sobre a biografia tradicional, a autora indica que o gênero não parece funcionar para tratar da vida de grandes artistas, de escritores, de "homens ou mulheres cujo gênio os obrigou a manter o mundo a

⁷ Vale a pena destacar um comentário sobre as biografias definitivas de Hitler e Stalin (Alan Bullock e Isaac Deutscher – com as quais, aliás, Arendt trabalha bastante em *Origens do totalitarismo*) Segundo ela, tais chefes de Estado, foram honrados imerecidamente com biografias definitivas – teses impessoais – biografias técnicas, muito bem elaboradas, mas que não deixam as pessoas "ver a história sob a luz de teses impessoais apenas resulta na promoção falsa à respeitabilidade e em uma distorção ainda mais sutil dos eventos. Quando queremos ver os eventos e as pessoas em sua proporção correta, temos ainda de ir às biografias ainda muito menos documentadas e factualmente incompletas de Hitler e Stalin, escritas respectivamente por Konrad Heiden e Boris Souvarine" (ARENDDT 2003, p. 37).

uma certa distância, e cuja significação reside principalmente em suas obras, artefatos que acrescentaram ao mundo, e não no papel que nele desempenharam” (ARENDDT 2003, p. 37). Em Rosa, Arendt discute a iluminação daqueles que não agiram no espaço público especificamente como homens políticos, de pessoas cuja ação política não seria reconhecidamente a da política oficial.

Observemos que Arendt não se opõe ao uso que Netll faz da biografia, ao contrário, louva-lhe o empreendimento de modo que deixa ver que a biografia não está atrelada ao seu modo tradicional. Mas como entender que, no caso de grandes artistas, o relevante possa ser apenas sua obra e não sua vida? Estaria essa proposição em contradição com a noção desenvolvida no texto sobre Jaspers, onde trata da noção de *laudatio*? O que está em questão aí é exatamente o porquê da biografia e o sentido daquilo que apresentávamos como o elemento “pessoal”. Em outras palavras, se, para Arendt, o fundamental é a iluminação – a revelação do quem – será necessário que haja a ação pública?

O caso de Lessing é interessante para pensar esse ponto. Arendt destaca como Lessing nunca esteve à vontade em seu mundo. Tempos sombrios do absolutismo, cuja obscuridade criticava. No entanto, apesar da negação do mundo e do próprio mundo de então afastá-lo, Lessing não teria perdido de vista o mundo – a presença de outrem, o sentido plural de mundo. Na perspectiva arendtiana, isso se comprovaria pela sua noção de estética, tanto quanto pela sua concepção de verdade. A primeira era marcada por uma preocupação com a relação entre o artista e o mundo, qual seja, o efeito no espectador. A segunda sugeria a equivalência entre verdade e opinião: “Que cada um diga o que acha que é verdade, e que a própria verdade seja confiada a Deus!” (*apud* ARENDT 2003, p. 36).

Vivendo em tempos sombrios, Lessing precisou se refugiar no pensamento, mas não acreditou, conforme Arendt supõe, que o pensamento pudesse substituir o mundo. Não confundiu a liberdade de ação com a liberdade de pensamento. Seu segredo seria a manutenção de uma conexão com o pensamento de outrem. O *selbstdenken* – pensar por si mesmo – de Lessing não se configura como um sistema fechado. Não está fixado num eu, mas revela a própria pluralidade do mundo.

Na narrativa arendtiana sobre Jaspers, encontramos um diagnóstico semelhante. A autora discute como ele se manteve intacto diante de todas as tentações do totalitarismo. O que aparece aí é um contato com o mundo, mesmo quando o mundo se encolhe e não está configurado como espaço público propriamente dito. Para Arendt, sua vantagem é que “mesmo no isolamento, ele não representa uma opinião privada, mas um ponto de vista público e ainda oculto” (ARENDDT 2003, p. 68). De Jaspers, Arendt chega a dizer que “representava a própria *humanitas*”, pois julgava os acontecimentos como se estivesse perante toda a humanidade.⁸ O amor à luminosidade, que é também um amor ao mundo, implica uma espécie de pensamento alargado, que Kant vislumbrava na sua *Crítica do juízo*, e que Arendt retoma para configurar a indicação de um juízo político.

⁸ No discurso arendtiano, a noção romana de *humanitas* está próxima da noção grega de *daimon*. Indica a qualidade de uma personalidade sem constituir um valor objetivo (ARENDDT 2003, p. 68-69).

O pensamento de Jaspers é espacial porque se mantém sempre em referência ao mundo e às pessoas nele presentes, e não porque seja limitado a algum espaço existente. De fato, no caso dá-se o contrário, pois sua intenção mais profunda é 'criar um espaço' onde a *humanitas* do homem possa aparecer pura e luminosa. Um pensamento desse gênero, sempre 'relacionado intimamente aos pensamentos de outros', está fadado a ser político, mesmo quando trata de coisas que não são minimamente políticas; pois ele sempre confirma aquela 'mentalidade ampliada' kantiana, que é a mentalidade política *par excellence* (ARENDDT 2003, p. 73).

O que se pode perceber nas biografias arendtianas é uma preocupação com a revelação da pessoa no mundo. Essa revelação do "quem", que a autora também chama de iluminação, está diretamente relacionada ao espaço público, mas não necessariamente significa que a pessoa deva ser famosa ou que sua vida pública deva estar entrelaçada com a História. A conexão entre luminosidade e revelação indica a vinculação com o mundo. Desse modo, mesmo em pensamento ou mesmo num afastamento físico do mundo é possível manter a proximidade com outros homens. Deve-se notar que, para Arendt, a capacidade para a responsabilidade pelo mundo origina-se numa forma de pensamento que sustenta a ligação com outrem. Um pensamento que se configura sem perder de vista a possibilidade da pluralidade de opiniões. Nesse sentido, um dos critérios mais marcantes nos ensaios biográficos arendtianos é o seu anseio de tentar compreender como a pessoa mantém uma ligação com o mundo ou como sucumbe a algum tipo de afastamento.

48

A comparação entre o perfil biográfico de Jaspers e o de Heidegger deixa ver que se trata também de entender as escolhas que as pessoas fazem; como as pessoas agem. Se Jaspers foi capaz de resistir às tentações, para usar a formulação da autora, Heidegger não teve a mesma sorte e acabou se envolvendo irreversivelmente com o nazismo ao assumir por onze meses o reitorado da Universidade de Freiburg. O que Arendt busca mostrar em seu texto sobre Heidegger é como "o rei secreto do reino do pensar" pôde ter um juízo tão equivocado sobre o movimento. A autora não indica exatamente nenhum defeito de pensamento de Heidegger, ao contrário, seu ensaio é, até certo ponto, um comentário elogioso sobre a forma como o filósofo de *Ser e tempo* rompeu com a tradição do pensamento e, seguindo a sugestão de Husserl, tomou a liberdade de "ir às coisas mesmas".⁹ Heidegger surge como um grande pensador, que busca pensar livremente. O elemento que parece fundamental na distinção entre Heidegger e Jaspers é a forma do pensamento. Jaspers sempre manteve uma conexão fundamental com a noção de público, enquanto Heidegger via aí apenas a obscuridade e o "falatório". A retirada do pensamento confirmou-se num afastamento do mundo dos assuntos humanos. Arendt recorre à história contada por Platão, no *Teeteto*, sobre Tales e a camponesa trácia, a qual riu do jovem sábio que, ao contemplar o céu, caiu no buraco, para sugerir uma possível deformação dos filósofos profissionais.

⁹ Nas palavras de Arendt, lemos que, com Heidegger, "o pensamento tornou a ser vivo, ele faz com que falem os tesouros culturais do passado considerados mortos e eis que eles propõem coisas totalmente diferentes do que desconfiadamente se julgava" (ARENDDT 2003, p. 223).

No afastamento do mundo, na proximidade das ideias, os filósofos podem perder o contato com os assuntos humanos e tomar muitas vezes decisões inadequadas.¹⁰

Ao tentar compreender como as pessoas agem no mundo, como se relacionam com o mundo – entendido como a própria pluralidade de homens –, a autora não parte de pressupostos determinantes. Não existe uma fórmula para explicar porque Jaspers não aderiu ao nazismo enquanto Heidegger, como tantos outros milhares de bons alemães, o fez. Por vezes, ao compor seus perfis, Arendt menciona bases familiares sólidas, grupos específicos, tentando entender de onde vem a autoconfiança necessária ao julgamento do mundo.¹¹ No entanto, “quem uma pessoa é” não pode ser definido por nenhum antecedente individual ou psicológico, nem por nenhum objetivo ou condicionamento da história.¹²

Maurice Merleau-Ponty, ao traçar o perfil e a trajetória de Paul Cézanne, pergunta-se pela relação entre vida e obra. Seu texto é perpassado pela questão da possibilidade das condições de vida – sociais, psicológicas – afetarem a criação do artista. Merleau-Ponty refere-se à dúvida de Cézanne, mostrando o quanto o pintor revela-se inseguro de seu talento. É interessante notar como o filósofo traz as considerações de Zola e Émile Bernard, que, por terem intimidade com Cézanne e terem contato com sua falta de confiança, “supunham um fracasso” (MERLEAU-PONTY 2004, p. 125).

Ao contrário desses contemporâneos de Cézanne, Merleau-Ponty busca se afastar de qualquer determinismo, embora não deixe de se perguntar pela conexão entre o dado de uma vida – aquilo que sempre somos – e a liberdade de criação e escolha – aquilo que nos tornamos. A resposta do filósofo visa enfatizar o momento de criação da obra, o momento da expressão, sem perder de vista que tal ato se abre num horizonte de sentido preexistente.

Nosso propósito não é discutir aqui as orientações marxistas e fenomenológicas de Merleau-Ponty. Apenas retomamos parte de sua argumentação sobre Cézanne para trazer um posicionamento paralelo sobre a questão da revelação da pessoa. O que interessa frisar é que, para o filósofo, a dúvida de Cézanne não era simplesmente uma insegurança, mas estava relacionada ao fato de que nunca saberia quem ele era. A dúvida estava de acordo com a prática da sua obra, ao próprio pintar o mundo como ele via. A dúvida revelava a sensação de impotência por não ser onipotente, indicava a

¹⁰ “Ora, sabemos todos que Heidegger também cedeu uma vez à tentação de mudar de ‘morada’ e de se inserir no mundo dos afazeres humanos [...] a tendência ao tirânico pode se constatar nas teorias de quase todos os grandes pensadores (Kant é a grande exceção)” (ARENDDT 2003, p. 230).

¹¹ Sobre Jaspers, a autora indica que “em termos psicológicos e biográficos talvez seja relevante relacionar sua inviolabilidade ao lar de onde proveio. Seus pais estavam ligado ao campesinato frísio” (ARENDDT 2008, p. 71). Assim como no caso de Rosa menciona o “grupos de iguais” judaico-polonês.

¹² No texto sobre Brecht, Arendt retoma os versos do próprio poeta quando jovem e supõe que *Der Herr der Fische* configura um retrato do autor na figura do senhor e mestre da terra dos peixes, a terra do silêncio. O retrato é na verdade um nada ter a dizer de si mesmo, enquanto subjetividade, intimidade (*So, auf Hin- und Widerreden/Hat mit ihnen er verkehrt/Immer kam er ungebettet/Doch sein Essen war er wert*). Na concepção arendtiana, trata-se de um auto-retrato, no qual se apresenta “um estranho e amigo de todos’, portanto rejeitado e bem-vindo, bom só para ‘Hin-und Widerreden’ [‘conversa e réplica’], inútil para a vida cotidiana, silencioso sobre si próprio, como se não tivesse nada a comentar [...]” (ARENDDT 2003, p. 189).

finitude da existência (MERLEAU-PONTY 2004, p. 136). O fato de que, apesar de nossas intenções e aptidões, nunca podemos saber exatamente para onde vamos. Referir-se-ia aquilo que Arendt denominava o fluxo vivo da ação.

Nesse sentido, Merleau-Ponty supõe que a conexão entre obra e vida só pode ser desvendada *a posteriori*. Com isso, pode-se ter a impressão de que a vida já continha o artista. Ou, no sentido contrário, acreditar que a obra é que deixa ver a vida. O filósofo segue mais por essa segunda via, mas procura enfatizar uma ligação entre vida e obra, segundo a qual, a vida não é um dado pronto, um conjunto de fatos que se conformam como uma estrutura da qual o homem não pode escapar. O que Merleau-Ponty sustenta é que a novidade não surge do nada. Há a superação do que éramos, sem que deixemos de ser os mesmos. Desse modo, é sempre possível retomar o passado e descobrir os fios que ali estavam para serem puxados: "O nascimento e o passado definem para cada vida categorias ou dimensões fundamentais que não supõem nenhum ato em particular, mas que se leem ou se reconhecem em todos" (MERLEAU-PONTY 2004, p. 141).

Cézanne se interroga – duvida de si mesmo – pois não pode saber que sua vida se abre para a obra. Se interroga por que não está pronta a conexão entre vida e obra, a qual só se faz mesmo no momento da expressão, da criação. Nunca soube quem ele realmente era e nem poderia: "o sentido daquilo que o artista vai dizer não está em parte alguma, nem nas coisas que ainda não têm sentido, nem nele mesmo, em sua vida não formulada" (MERLEAU-PONTY 2004, p. 135).

50

A busca de Arendt pelo "quem" também sugere um anseio de sair da duplicidade subjetividade/objetividade. O "quem" não é nem uma intenção, como se fosse uma consciência interior que pudesse ser controlada pelo homem, nem "o que" alguém é, como se a vida pudesse ser vista de fora, como realização de uma qualidade objetiva. A noção arendtiana do "quem" está relacionada ao anseio de conceber o fluxo vivo da ação, e, em alguma medida, comporta a semelhança com a concepção merleau-pontyana de que o sentido não está em parte alguma, mas se compõe no próprio ato de expressão, de criação. Apenas uma vez pronto, o sentido se deixa ver porque se tornou possível.

O elemento pessoal que Arendt busca na elaboração dos seus perfis biográficos é alguma coisa como o próprio fluxo vivo da ação, a espontaneidade da pessoa. Em *A condição humana*, a autora indica uma diferenciação entre "quem alguém é" e "o que alguém é". Nessa diferenciação, defende que qualquer adjetivação sobre a pessoa só vem a mostrar o que alguém é ou o que alguém foi – comunista, nervoso, pobre etc. O "quem" só se manifesta aos outros durante a ação. É como o *daimon* que está por cima dos ombros de cada um e não pode ser visualizado pelo ator, mas apenas por aqueles que comungam o espaço público com ele. Uma forma de se aproximar do 'quem', na verdade, a única maneira possível do ator compreendê-lo e encontrar o significado de sua ação, é pela reificação da história. O problema é que, sempre que se tenta dizer quem alguém é, são evocados adjetivos que não têm a capacidade de conceber a singularidade de cada um e generalizam o 'quem' pela determinação do 'que'.

Na tentativa de se aproximar ao máximo do fluxo vivo da ação, Arendt sugere que a mimesis, menos como repetição da ação, e, mais como 're-apresentação' da ação, poderia deixar ver esse fluxo vivo. Para nosso contexto da discussão sobre história e biografia em Arendt, é bastante relevante que, ao traçar essas distinções, a autora sugira que o estilo biográfico é o mais adequado para aqueles que pretendem revelar o "quem" de uma pessoa.

Compreensão e narrativa

A suposição sobre a possibilidade de entrever a revelação do "quem" está, na concepção arendtiana, intimamente relacionada à escrita da história. Deve-se observar, no entanto, que quando a autora se refere a tal empreendimento narrativo, ela não tem como pressuposto a noção moderna de um processo da História que subjaz à representação escrita. Já indicávamos isso ao mencionar que, nos ensaios biográficos, Arendt não compartilha da ideia segundo a qual a pessoa pode ser entendida como encarnação do espírito do tempo. A rejeição do *Zeitgeist* não é apenas um questionamento da concepção hegeliana da história. Trata-se de uma crítica radical da noção moderna de História.

Em seu texto sobre *O conceito de história: antigo e moderno*, Arendt fala do surgimento da história na Grécia com Heródoto e de seu nascimento metafórico com Homero. A experiência de Ulisses, ao ouvir sua própria história – a história da sua vida – na corte dos Feácios, consiste na cena primordial da história e da poesia. O encontro entre ator e espectador da história propiciaria a possibilidade da reconciliação entre ação e compreensão. François Hartog retomaria a proposição arendtiana para indicar, na mesma cena de Ulisses, o aparecimento da historicidade como elemento fundamental para o desenvolvimento da escrita historiográfica.¹³

Em *Homens em tempos sombrios*, no seu trabalho sobre Lessing, a autora também menciona essa potencialidade da palavra se entender com a ação. Arendt afirma que, depois da Primeira Guerra Mundial, a tentativa de "dominar o passado" através de descrições e explicações não encontrou sucesso. Segundo ela,

deveriam se passar quase trinta anos antes que surgisse uma obra de arte que apresentasse a verdade íntima do acontecimento de um modo tão transparente que se podia dizer: 'Sim, é como foi'. E nessa novela, *A Fable* (Uma Fábula), de William Faulkner, descreve-se muito pouco, explica-se menos ainda e não se 'domina' absolutamente nada; seu final são lágrimas, pranteadas também pelo leitor, e o que permanece além disso é o 'efeito trágico' ou o 'prazer trágico', a emoção em estilhaços que permite a pessoa aceitar o fato de que realmente poderia ter ocorrido algo como aquela guerra. Menciono deliberadamente a tragédia porque, mais que as outras formas literárias, representa um processo de reconhecimento. O herói trágico se torna cognoscível por reexperimentar o que se fez sob o sofrimento, e nesse *pathos*, ao novamente sofrer o passado, a rede de atos individuais se transforma num acontecimento, num todo significativo (ARENDR 2003, p. 27).

¹³ Em Hartog lemos que: "Do ponto de vista de Ulisses, esse curto momento de entre-dois, em que não é mais Ulisses e que ainda não é Ulisses, não traduziria também a descoberta dolorosa da não coincidência de si consigo mesmo? Uma descoberta que não é exprimível em palavras, mas que Homero torna visível pelas lágrimas de Ulisses [...] o choque da diferença temporal de si consigo mesmo: o encontro com a historicidade" (HARTOG 2003).

No mesmo livro, Arendt apresenta a filosofia do contar histórias de Isak Dinesen, de quem toma o prenúncio de que “todas as dores podem ser suportadas quando colocadas numa história”, utilizando-se dele como epígrafe de um dos capítulos de *A condição humana*. Em Dinesen, Arendt encontra uma verdadeira contadora de histórias, para quem o mundo está repleto de acontecimentos e eventos inexplicáveis, necessitando das histórias para encontrar sentido. Arendt retoma também nesse texto mais claramente a problemática que a perseguira pelo menos desde a escrita da biografia de Rahel – o perigo que corre o contador de histórias de transformar a própria vida em história. De viver a vida como se a história já estivesse pronta.

Na concepção arendtiana, tornar a vida história significa perder o caráter indeterminado da vida. Consiste em entender a ação dos homens no mundo como se já soubéssemos seus fins. Pode-se perceber que a resistência da autora em considerar vida e história como uma única mesma coisa a leva a designar uma diferenciação entre ação e história – entre a vida e a escrita da história, que será concebida por um autor *a posteriori*. Tal distinção aparece na obra de Arendt por diversas vezes, estando tematizada de diferentes maneiras, através da separação entre pensamento e ação, História e política, ação e compreensão. O que nos importa é observar que, de um modo ou de outro, traz no seu bojo a desconexão entre o fluxo vivo da ação, o próprio momento da ação, de um lado, e a possibilidade de compreendê-la e narrá-la, de outro.

52

Tal distinção aparece em *A condição humana* como a separação entre a História real e a história narrada. Sua interposição se faz no sentido de diferenciar ação e escrita da história. No primeiro caso, se está na ordem da contingência, enquanto a segunda instância refere-se à alçada do autor, daquele que narra a história – Arendt utiliza o termo *storyteller*: “as histórias reais, ao contrário das que inventamos, não têm autor [...] A diferença entre a história real e a ficção é precisamente que esta última é feita, enquanto a primeira não o é” (ARENDR 2000, p. 198). Nesse sentido, a historiografia surge como uma atividade intelectual que se empenha na tarefa de compreender a história real, erigindo ela mesma um produto que é a história escrita. Isso não significa que, para Arendt, exista uma História em si, a qual a escrita da história deva alcançar.

Quando distingue ação e escrita da história, que aparecem mesmo como história real e história escrita, a autora não supõe a existência de um processo autônomo que pode ser entendido como História. A “história real”, na formulação de Arendt, é a própria ação dos homens. Está totalmente na esfera da contingência. A diferenciação entre história real e história escrita indica uma distinção entre a perspectiva do ator, que, para Arendt, “nunca sabe exatamente o que está fazendo”, e a posição do espectador, que olha a história “de fora”, quando a ação já chegou ao fim. Tal separação, no entanto, não é definitiva. Veja que, ao conceber metaforicamente o início da escrita da história, a autora supunha a possibilidade de uma reconciliação, na qual ator e espectador estariam reunidos na mesma pessoa de Ulisses que ouve sua própria história. A história narrada encarna uma compreensão e permite uma reconciliação com a ação. Mas o que significa essa reconciliação ou compreensão na configuração arendtiana?

Apesar de retomar o termo hegeliano, reconciliação aqui não implica a ideia e uma realização da história – a reconciliação do espírito consigo mesmo. Não há como na *Filosofia da história* o desenvolvimento do espírito na história por intermédio da astúcia da razão. A coruja de minerva não lança seu voo ao entardecer, se esse entardecer for vislumbrado como uma espécie de termo de um longo processo histórico, que concebido linearmente se apresenta como o progresso da História. A História, para Arendt, é um conceito moderno. Segundo ela, existem ações e acontecimentos de um lado, e história (escrita da história), de outro. Se ainda fala em reconciliação, não supõe que exista qualquer astúcia da razão ou artil da natureza que perpassa o processo histórico tramando um sentido *a priori* para a existência na Terra. Sua evocação da noção de reconciliação carrega uma forte conotação de compreensão. Trata-se da possibilidade de entender e aceitar como um evento pôde acontecer. Tendo em vista que, na formulação arendtiana, nada do que acontece deveria necessariamente acontecer, a compreensão é o meio de reconciliar-se com o que de fato foi – com o que aconteceu. Assim como indica na sua referência a Faulkner. Sua obra permitiu dizer: “Sim, é como foi”.

Tal afirmação não sugere nenhuma consideração especial por tentar ver o passado na íntegra, como se significasse a pretensão a uma totalidade dos fatos ou alguma pressuposição metódica. Devemos destacar que a concepção arendtiana da reconciliação está de acordo com a suposição de que se existe algo como História, não se assemelha a um processo linear dotado de sentido, mas à coleção de histórias sobre homens e mulheres, sobre suas ações e seu aparecimento no mundo. O fim da história só pode surgir como o fim de uma ação, o fim de uma vida. A reconciliação não é um *grand finale* da História. A compreensão é um processo interminável, que está em jogo no entre histórias, em meio à pluralidade de histórias. Trata-se de aceitar – embora compreender não seja tudo perdoar, como frisa Arendt que a contingência tornou-se fato. No âmbito da ação tudo é contingência, possibilidade. A esfera da compreensão equivale ao momento em que o acontecimento se realizou. Deixou de ser mera possibilidade e cristalizou-se como acontecido. Reconciliar-se é compreender, de certo modo, conformar-se à passagem da contingência à irrevogabilidade. Uma vez acontecido o evento, as possibilidades estão mortas. Em *A vida do espírito*, Arendt explicita esse argumento ao analisar a filosofia de Duns Scotus.

Uma coisa pode ter acontecido bastante ao acaso, mas uma vez que tenha vindo a ser e que tenha assumido realidade, perde seu aspecto de contingência e apresenta-se a nós com aspecto de necessidade. [...] Uma vez que o contingente aconteceu, não podemos mais desembaraçar os fios que o enredaram até que se tornasse um evento – como se pudesse ainda ser ou não ser (ARENDR 2008, p. 403).

O contador de histórias, o *storyteller*, é uma figura especial nesse processo de compreensão. Através da narrativa, os acontecimentos e fatos adquirem um sentido. Não um sentido teórico, que pode indicar a razão ou a explicação

de um evento, mas um sentido que advém da própria narrativa, através da 're-apresentação' do fluxo vivo da ação. A essa altura podemos avaliar que a narrativa histórica e a tarefa de contar histórias de vida em Arendt estão intimamente conectadas. Revelar o "quem" é deixar ver o sentido da história. Não o sentido da História em geral, ou da Humanidade, mas de histórias particulares, que são muitas e plurais.

O exercício do contar histórias, tarefa que todos realizam cotidianamente, contando e recontando suas histórias para si mesmos e para os outros, é ofício especial dos poetas e dos historiadores. Não sem razão, Arendt retomava a história de Ulisses como início metafórico da história e da poesia, embora resguardando a especificidade da historiografia, que tem que se reconciliar com a verdade dos fatos. De todo modo, está em jogo uma superioridade da narração de histórias em relação às tentativas de explicar a realidade por meio de teorias e procedimentos lógico-argumentativos. "Nenhuma filosofia, nenhuma análise, nenhum aforismo, por mais profundos que sejam, podem se comparar em intensidade e riqueza de sentido a uma estória contada adequadamente" (ARENDR 2003, p. 29). Odílio Aguiar chega a sugerir que, na concepção arendtiana, o filósofo precisa se tornar também um *storyteller* e se relacionar com os acontecimentos em lugar de partir da universalidade (AGUIAR 2001, p. 216).

Para a questão da história e biografia, pode-se destacar, por fim, que a prática da narrativa biográfica em Arendt desvela-se ela mesma como uma concepção da história. A biografia não aparece como um novo-velho método historiográfico que visa buscar a vida individual para romper com o estruturalismo. Também não se adéqua à noção moderna de história, donde o indivíduo podia surgir como um representante do espírito do tempo e, tampouco, deve ser concebida como um retorno ao antigo *topos* da história mestra da vida, como se compusesse retratos exemplares – vidas/modelos que pudessem ser imitadas.¹⁴ Se seus perfis carregam algum sentido de exemplaridade, como indicava Celso Lafer, isso só é possível se for entendido que exemplaridade, nesse caso, não funciona como modelo ou padrão daquilo que deve ser feito. A menos que pensássemos o arquétipo como uma forma. Pois, de fato, Arendt conta histórias de grandes vidas, que não são grandiosas pela sua fama, mas pela maneira segundo a qual se relacionaram com o mundo – com a pluralidade de homens e mulheres no mundo. A própria autora, por vezes, faz referência ao termo ensinar/aprender quando apresenta seus biografados. A exemplaridade significaria, para usar palavras arendtianas, alguma coisa como um estalão. Se preferirmos os termos de seu amigo Benjamin, podemos dizer que se trata de um relampejar (BENJAMIN 1994, p. 224).

¹⁴ A biografia despontou no cenário historiográfico do fim do século como possibilidade de desvencilhar a escrita histórica da análise das estruturas que estivera em vigor até então. A chamada terceira geração dos *Annales* e a micro-história italiana apresentaram vertentes metodológicas para a nova composição indivíduo-sociedade. Cf. LE GOFF 1999.

Referências bibliográficas

- ANDREIUOLO, Beatriz. **Imagens de tempos sombrios**. Tese de Doutorado. PUC-Rio, 2011.
- AGUIAR, Odílio Alves. **Filosofia e política no pensamento de Hannah Arendt**. Fortaleza: EUFC, 2001.
- AGUIAR, O. Pensamento e narração em Hannah Arendt. In: MORAES, Eduardo Jardim; BIGNOTTO, Newton. **Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias**. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 215-226.
- AMIEL, Anne. **Hannah Arendt: política, acontecimento**. Lisboa: Piaget, 1997.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- _____. Compreensão e política. In:_____. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 39-54.
- _____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- _____. **A vida do espírito**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. **Rahel Varnhagen: a vida de uma judia alemã na época do Romantismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- _____. **Compreender, formação, exílio, totalitarismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- BENHABIB, Seyla. **The reluctant modernism of Hannah Arendt**. Califórnia: Sage Publications, 1996.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito da história. In:_____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CANOVAN, Margaret. **Hannah Arendt: a reinterpretation of her political thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- DUARTE, André. **O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HARTOG, F. **Os antigos, o passado, presente**. Brasília: UnB, 2003.
- HONOHAN, Iseult. Arendt and Benjamin on the promise of history: a network of possibilities or one apocalyptic moment?. **Clio**, 19, 1990.
- KATEB, George. Ideology and storytelling. **Social research**, vol. 69, nº 2, p. 321-357, Summer 2002.

- LAFER, C. **Hannah Arendt**: pensamento, persuasão e poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. Hannah Arendt: vida e obra. In: ARENDT, H. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- MERLEAU-PONTY, M. A dúvida de Cézanne. In:_____. **O olho e o espírito**. São Paulo: Cosac Naif, 2004, p. 121-142.
- ROVIELLO, A-M. **Senso comum e modernidade em Hannah Arendt**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- TAMINIAUX, J. **The Thracian maid and the professional thinker**: Arendt and Heidegger. New York: State University of New York Press, 1997.
- YOUNG-BRUEHL, E. **Hannah Arendt**: por amor ao mundo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

O retorno do indivíduo como objeto da história: reflexões à luz da teoria semiótica

The return of the individual as object of history: reflections from the
semiotic perspective

Eliane Misiak

elianemisiak@furg.br

Professora assistente

Universidade Federal do Rio Grande

Av. Itália, Km 8 – Campus Carreiros

96201-900 – Rio Grande – RS

Brasil

Resumo

A partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o método biográfico, nunca esquecido, retomou um lugar de prestígio na produção historiográfica francesa. Vários são os estudos realizados a fim de explicar as condições desse retorno. O presente artigo pretende, à luz da teoria semiótica, contribuir para tal compreensão a partir da análise da construção e investimento de valores nesse objeto histórico, o indivíduo, que retorna à cena historiográfica. Inicialmente, em oposição ao ponto de vista adotado pelo modelo historiográfico quantitativo e, em um segundo momento, como o resultado de uma mudança paradigmática no seio do próprio método biográfico.

Palavras-chave

Historiografia; Biografia; Semiótica.

57

Abstract

From the late 1970s and early 1980s on, the biographical method - which had never been fully forgotten - regained a place of prestige in the French production of historiography. A variety of studies have been carried out to explain the conditions of this return. This article intends to contribute to the investigation of such field of study from a semiotic perspective, with a focus on the analysis of the construction and investment of values in the so-called historical object, namely the individual, who has reappeared in the historiographical scene - at first, in opposition to the quantitative historiographical model and, then, as a result of the paradigmatic shift of the biographical method itself.

Keywords

Historiography; Biography; Semiotics.

Enviado em: 31/1/2012

Aprovado em: 1/6/2012

En effet, si l'historiographie peut avoir recours aux procédures sémiotiques pour renouveler ses pratiques, elle leur est elle-même offerte comme un objet, en tant qu'elle constitue un récit ou un discours propre (CERTEAU 1975, p. 53).

A fronteira, sempre “*floue et instable*” (LORIGA 2010, p. 15), que separa a biografia da história fez um novo movimento entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980 na França. O indivíduo, preterido pelas massas, voltou a ocupar o centro das preocupações de alguns historiadores. Biografia e história se reaproximaram.

Tal retorno foi identificado por alguns historiadores como sendo um sintoma da “crise” paradigmática da história científica (STONE 1980). Outros, com uma explicação menos grave, identificaram-no como sendo um questionamento do modelo dominante de história social produzida na França pela *École des Annales*. Independentemente da razão, por seu hibridismo, entre uma identidade puramente literária e uma identidade propriamente científica, entre verossimilhança e verdade, entre vulgarização e “*histoire savante*”, a biografia histórica sempre se apresentou como um elemento de tensão, excelente território de investigação da multiplicidade das experiências.

Apontado como sendo uma reação a um momento bem definido da produção historiográfica francesa, o retorno da biografia não implicou, contudo, na renúncia a este tipo de história social, isto é, à apreensão do substrato profundo da história. Também não se tratava da constituição de uma nova escola, nem de uma nova corrente teórica. Tratou-se, mais provavelmente, de uma interrogação sobre os procedimentos metodológicos da história social, de uma preocupação com a construção dos objetos históricos e, também, de uma reflexão sobre a dimensão narrativa da escrita da história, fatores que, se relacionados, poderiam dar uma certa unicidade a essas diferentes reações.

Com efeito, após um longo período de declínio diante da valorização de categorias impessoais, de uma história exibida sem sujeito, “desencarnada”, o método biográfico reaparece como um instrumento de conhecimento, dentre outros, para as ciências humanas em geral e para a história em particular. O indivíduo retorna ao centro das preocupações de alguns historiadores.

Como, entretanto, explicar o retorno de um objeto de estudo eclipsado durante tanto tempo nesse campo de saber? Trata-se do mesmo objeto? Isto é, o indivíduo retorna ao campo da escrita histórica investido dos tradicionais valores do método biográfico? À luz da teoria semiótica, tentaremos contribuir para elucidar algumas dessas questões através de uma análise dos valores (re)construídos e atribuídos a esse já bastante antigo objeto do discurso histórico biográfico: o indivíduo.

Partindo-se da definição de objeto ou, mais precisamente, de objeto de valor proposto pela teoria semiótica, isto é, “o lugar de investimento de valores com os quais o sujeito está em conjunção ou em disjunção” (GREIMAS; COURTES 2011, p. 347), vamos procurar identificar de que forma alguns historiadores, concernidos pelas reflexões epistemológicas que pautaram os anos 1970-1980, conseguiram recuperar ou resignificar, positivamente, a noção de indivíduo

enquanto objeto da história. Trata-se de um simples retorno do “renegado” ou da seleção e inscrição de novos valores, capazes de modificar o objeto? Refletir sobre a noção de categorização dos valores e seus diferentes modos de existência, responsáveis por caracterizar o objeto de valor tratado – o objeto indivíduo –, significa pensá-la a partir de sua própria historicidade. Ela depende do contexto institucional, isto é, do “lugar” de onde se fala (CERTEAU 1975).

Diante do modelo historiográfico dominante na época, é possível perceber, primeiramente, uma mudança do paradigma de valor. À história das estruturas, quantitativa, desenvolvida pelos *annalistes*, que possuía como objeto de estudo o coletivo, os agregados massivos, os historiados interessados pelo método biográfico opõem o estudo dos destinos individuais.

Entretanto, também é possível perceber que não se tratava de retomar a biografia segundo o modelo tradicional. A biografia, na sua forma tradicional, isto é, “*superficielle, anecdotique, platement chronologique*” (LE GOFF 1989, p. 50), estava, segundo o medievalista, gasta e desacreditada junto à comunidade historiadora, ainda que continuasse, e continue, sempre, a existir. A figura clássica do herói (santos, cavaleiros, reis, militares, homens políticos, por exemplo), exemplar e ilustrativa, divide ou cede seu lugar ao homem ordinário, ao homem qualquer, ao desconhecido, isto é, aos excluídos do processo histórico, e que foram “descobertos” através dos estudos sobre a cultura popular, dos trabalhos de história oral ou da história das mulheres.

Sempre à luz da teoria semiótica, tentaremos ver essas mudanças a partir da forma pela qual os valores são, em um primeiro momento, atribuídos paradigmaticamente ao objeto. Em um segundo momento, veremos de que forma esses valores são selecionados e combinados pelo enunciador de modo a criar tipologias distintas. Assim, será possível perceber a forma através da qual o ponto de vista adotado pelo método biográfico opôs-se, primeiramente, ao ponto de vista adotado pelo modelo historiográfico quantitativo e, em um segundo momento, a emergência da distinção paradigmática no seio do próprio método biográfico.

Da noção de valência à noção de valor

Antes de proceder à identificação dos valores que cada um desses momentos historiográficos (a história quantitativa e, sobretudo, a biografia) investiu em seu respectivo objeto de estudo, vejamos de que forma todo valor aparece no espaço perceptível da significação e, posteriormente, transforma-se em objeto de valor significativa.

Partindo-se da noção de percurso epistemológico da teoria semiótica¹ devemos, inicialmente, retornar ao espaço tensivo, situado anteriormente aos espaços semionarrativo e discursivo, de modo a demonstrar que o sentido diz respeito tanto ao sensível (a intensidade) quanto ao inteligível (a extensão).

¹ O percurso epistemológico da teoria semiótica apresenta três espaços ligados por procedimentos diferentes e não lineares: o espaço tensivo, o espaço semionarrativo e o espaço discursivo. Ao invés de tratar os problemas teóricos e metodológicos como problemas lógicos, de acordo com o percurso generativo da significação proposto na década de 1960, a teoria semiótica passa a tratá-los sob o ângulo fenomenal. Ela passa a “examiner la formation des différences significatives et des positions axiologiques à partir de la perception et de la présence sensible de ce phénomène” (FONTANILLE 2004, p. 15).

O espaço tensivo é aquele espaço onde são regidas as modulações de energia e cuja instância é o sujeito da percepção. Através de um sujeito perceptivo, os gradientes pertencentes a esse espaço são colocados em perspectiva e orientados segundo as valências perceptivas da intensidade e da extensão e se transformam em grandezas semânticas. A orientação desses gradientes a partir de um centro dêitico ou de um observador permite concluir que o corpo próprio do sujeito que sente é o lugar onde se fazem e são sentidas as correlações entre valências perceptivas.

O termo valência, pertencente, inicialmente, ao vocabulário da química, designa, globalmente, a ligação tensiva e o número de ligações que unem o núcleo e seus periféricos. Os periféricos são definidos pela atração que exerce sobre eles o núcleo e sua potência de atração, reconhecível pelo número de periféricos que consegue manter sob sua dependência. Há, portanto, dois gradientes, de intensidade e de quantidade, um sob o controle do outro, o que explica a relação de dependência entre eles e produz os efeitos de coesão.

Posteriormente, o termo valência foi apropriado pela teoria semiótica quando esta percebe que o valor de um objeto deve-se tanto à intensidade, à quantidade, ao aspecto ou ao tempo de circulação desses objetos, quanto aos conteúdos semânticos e axiológicos. As valências tornam-se condição necessária de emergência do valor. Os dois grandes tipos de valência responsáveis pela regulação dos universos de valor são, então, as valências de intensidade, compreendidas como "énergie qui rend la perception plus ou moins vive", e as valências de extensão, compreendidas como "morphologies quantitatives du monde sensible, qui guident ou contraignent le flux d'attention du sujet de la perception" (FONTANILLE; ZILBERBERG 1998, p. 14).

As valências são, assim, definidas a partir de sua participação em uma correlação de gradientes orientados em função de sua tonicidade, tônica ou átona, de onde seu aspecto tensivo. Nesse espaço, os gradientes, isto é, o modo contínuo das grandezas consideradas, são colocados em perspectiva por um sujeito perceptivo e, a partir desta orientação, eles são convertidos em profundidades semânticas.

A noção de valor, por sua vez, surge como o resultado dessa correlação ou, preferencialmente, da tensão estabelecida entre as valências. A análise de um valor requer, assim: "i) deux gradients au moins qui, dans la mesure ou ils sont orientés, fonctionnent pour le sujet d'énonciation comme des profondeurs, et ii) sur chacune de ces profondeurs, une variation qui est probablement identifiable à une variation d'intensité ou d'extensité" (FONTANILLE; ZILBERBERG 1998, p. 16).

Posteriormente, deixando o espaço tensivo, a rearticulação das valências em valores no espaço semionarrativo supõe a conversão das dependências ou independências em diferenças: contrariedade, contradição e complementaridade. As três relações, reunidas no quadrado semiótico,² são responsáveis pela organização e definição da categoria semântica, isto é, "les seuils ou limites

² O quadrado semiótico, um dos pilares da teoria semiótica, é responsável pela definição das operações lógico-semânticas do percurso epistemológico.

projetés sur les valences deviennent les frontières d'une catégorie stabilisée et discrétisable" (FONTANILLE; ZILBERBERG 1998, p. 21). Na sequência, o sujeito sensível, do espaço tensivo, torna-se sujeito semionarrativo, responsável pela divisão axiológica do seu universo, isto é, pela polarização entre euforia e disforia.³ Assim surge, semioticamente, o conceito de valor: "la valeur comme différence qui organise cognitivement le monde visé, et la valeur comme enjeu axiologique qui polarise la visée elle-même" (FONTANILLE ; ZILBERBERG 1998, p. 22).

Da inscrição dos valores: valor de absoluto e valor de universo

As duas profundidades previstas, a intensidade e a extensão, constituirão o intervalo ao longo do qual irão se inscrever os valores. Para a primeira profundidade, a intensidade, irão se inscrever os valores de absoluto. Para a segunda, a extensão, irão se inscrever os valores de universo. Procuraremos, então, identificar quais são, como se constituem e se organizam, paradigmaticamente, no espaço tensivo das valências, os valores que vão definir, ou mesmo opor, de um lado, o objeto da história quantitativa e, de outro, o objeto do método biográfico.

Partindo-se da existência de duas profundidades, é possível observar duas configurações. Do lado da biografia, o vigor, o brilho, espécie de energia que torna a percepção mais ou menos viva, é mais importante que a extensão. Do ponto de vista da história quantitativa, privilegia-se a difusão. Cada método adota perspectivas diferentes, ou, como no presente caso, opostas. A biografia escolhe os valores de absoluto e a história quantitativa os valores de universo. Com efeito, com relação às estruturas elementares da significação, obtém-se uma estrutura binária, resultado da oposição entre dois termos contrários: o absoluto vs o universal. Cabe observar que se trata de uma relação de disjunção, isto é, as valências inscritas sobre cada um dos eixos irão variar no sentido inverso.

Em um segundo momento, na abordagem sintagmática, é necessário começar a tomar as valências a partir de uma relação de conjunção ou de disjunção. No caso da conjunção, as valências irão variar no mesmo sentido (mais convoca sempre mais e menos convoca sempre menos). No caso da disjunção, as valências irão variar no sentido inverso. Uma vez estabelecidas, essas duas correlações originam dois regimes distintos. Quando a relação é conversa tem-se o regime de participação. Quando, ao contrário, a relação é inversa, tem-se o regime de exclusão. Participação e exclusão, isto é, correlação conversa e correlação inversa, respectivamente, podem auxiliar a compreender, por exemplo, "les différences entre catégories à frontière floue et catégories à frontière nette" (FONTANILLE; ZILBERBERG 1998, p. 21). Cada um dos regimes possui, ainda, seu próprio operador: a triagem é o operador da exclusão (exclusivo vs excluído ou puro vs impuro) e a mistura é o operador da participação (igual vs desigual).

³ Euforia, disforia e aforia correspondem, respectivamente, às versões positiva, negativa e neutra da foria.

Tratando-se de grandezas relacionadas à quantidade, é pertinente analisar as valências, inicialmente, segundo a profundidade extensiva, isto é, segundo as organizações mereológicas do mundo sensível, que dizem respeito às relações entre as partes e entre as partes e o todo. Para tanto, é necessário convocar os dois operadores responsáveis por essa profundidade: a triagem e a mistura. Em um segundo momento, cada operação poderá variar segundo a tonicidade, isto é, entre átono ou tônico. Como resultado, sistematizado no quadro abaixo (FONTANILLE; ZILBERBERG 1998, p. 21), obtém-se a definição das quatro figuras capazes de representar a quantidade: a unidade/nulidade e a totalidade resultam da operação de triagem, tônica e átona, respectivamente, e a universalidade e a diversidade resultam da operação de mistura, tônica e átona, respectivamente.

	TRIAGEM	MISTURA
TÔNICO	Unidade/nulidade	Universalidade
ÁTONO	Totalidade	Diversidade

Observando-se o quadro e a disposição das figuras nas colunas, percebe-se que elas representam os dois regimes possíveis: as duas figuras da esquerda, resultantes da operação de triagem, representam o regime de exclusão (unidade/nulidade e totalidade), enquanto que as duas figuras da direita, resultantes da operação de mistura, representam o regime de participação (universalidade e diversidade).

62

A partir da introdução desses dois regimes, é possível complementar a primeira distinção entre o método quantitativo e o método biográfico, que antes opunha simplesmente duas ordens de valores, o universal e o absoluto. A história quantitativa apresenta-se como uma semiótica da mistura que pode, segundo a tonicidade, passar, por excesso, da diversidade à universalidade ou, por falta, passar da universalidade para a diversidade. Já a biografia se apresenta como uma semiótica da triagem, permitindo passar da totalidade à unidade ou vice-versa, por excesso ou por falta. Observa-se, por conseguinte, o desdobramento dos termos e uma escolha no interior de cada ordem de valores.

Uma lógica da totalidade é apresentada, por exemplo, por Thomas Carlyle. No século XIX, representante da biografia heroica, Carlyle sustentava que a vida social era o resultado de todas as vidas individuais que compõem a sociedade. Esta história, segundo ele, traduzir-se-ia através da história de seus heróis, isto é, "l'Histoire des grands hommes qui ont œuvré ici-bas. Ils ont été les conducteurs des hommes, leurs modèles, leurs références et, dans une acception large du terme, les initiateurs de tout ce que la grande masse des humains s'est efforcée de réaliser ou d'atteindre" (CARLYLE 1998, p. 23).

Contrariamente, por excesso, pode-se passar do todo à unidade ou mesmo à nulidade. A figura da unidade é a mais difundida entre os biógrafos. Sobre ela também repousa o maior número de críticas. Segundo Emmanuel Le Roy Ladurie "l'historiographie contemporaine, qui se veut quantifiée, massique, structurale, a été contrainte, préjudiciellement, de tuer pour vivre: elle a

condamné à une quasi-mort, voici quelques décennies, l'histoire événementielle et la biographie atomistique" (LE ROY LADURIE 1972, p. 72).

Para aqueles historiadores que retomaram, criticamente, o método biográfico, várias razões justificariam a triagem, a unidade, a escolha do indivíduo. Bernard Guénée, por exemplo, afirma que "une biographie permettait d'accorder plus d'attention au hasard, à l'événement, aux enchaînements chronologiques, qu'elle seule pouvait donner aux historiens le sentiment du temps qu'avaient vécu les hommes" (GUENEE 1987, p. 13-14). Para Pierre Levillain, "la biographie est le meilleur moyen, en revanche, de montrer les liens entre passé et présent, mémoire et projet, individu et société et d'expérimenter le temps comme épreuve de la vie" (LEVILLAIN 1996, p. 158) .

Entretanto, se a oposição criada a partir dos operadores da profundidade extensiva, responsáveis pelos regimes de exclusão e de participação, é capaz de distinguir o modelo biográfico em geral do modelo quantitativo, por outro lado, ela não é suficiente para explicar como são criadas as distinções, e mesmo as oposições, no interior do próprio modelo biográfico. Faz-se, então, necessário subdividir a profundidade de extensão segundo seus dois operadores, a triagem e a mistura, para cada valor separadamente. E, depois, acrescentar uma segunda valência à primeira. Deve-se acrescentar à profundidade de extensão a profundidade de intensidade, seguida de seus dois operadores: a abertura e o fechamento. O quadro abaixo sistematiza as novas operações (FONTANILLE; ZILBERBERG 1998, p. 39).

	ABERTURA / FECHAMENTO (profundidade intensiva)	MISTURA / TRIAGEM (profundidade extensiva)
VALORES DE UNIVERSO	ABERTO = LIVRE FECHADO = EXCLUÍDO	MISTURADO = COMPLETO PURO = INCOMPLETO
VALORES DE ABSOLUTO	ABERTO = COMUM FECHADO = DISTINTO	MISTURADO = DISPARATADO PURO = ABSOLUTO

Vejamos, primeiramente, o resultado das operações de triagem e de mistura sobre a profundidade de extensão. Aplicando-se a operação de triagem sobre os valores de universo, a figura que resultará será a da incompletude. Por outro lado, ao aplicar-se a operação da mistura, a figura resultante será a da completude. O mesmo procedimento, aplicado aos valores de absoluto, dará origem à figura de absoluto pela operação de triagem e de disparatado pela operação da mistura. Os quatro termos reunidos mostram que existe uma variação no interior de cada ordem, de absoluto e de universal, de acordo com a tonicidade das operações.

Em um segundo momento, duas novas operações, de abertura e de fechamento, impõem-se sobre o eixo da intensidade. Aplicando-se a operação de fechamento sobre os valores de absoluto, tem-se como resultado a figura do distinto, enquanto que a operação de abertura dá origem à figura do comum. Aplicando-se as mesmas operações sobre os valores de universo, a operação de fechamento gera a figura de excluído, enquanto que a operação de abertura

gera a figura do livre. Os quatro termos reunidos indicam, como nas operações anteriores, a existência de uma variação no interior de cada ordem (de absoluto e de universal), de acordo com a tonicidade da abertura e do fechamento.

Com efeito, as duas ordens de valores, de absoluto e de universo, definem-se a partir das duas profundidades, cada qual com seus próprios operadores. Pode-se, então, observar o desdobramento que ocorre em cada uma das ordens e, conseqüentemente, a emergência de uma segunda dêixis, agora interna. Além disso, os termos assim desdobrados criam, no interior de cada ordem, novas possibilidades sintáticas, às vezes opostas, que tornam mais complexa a tipologia inicial. Se isolarmos os valores de absoluto, e refazendo-se a distribuição dos operadores e das figuras, observaremos com maior clareza as distinções internas da ordem, conforme o quadro que segue:

	VALORES DE ABSOLUTO	
Profundidade Intensiva	Fechamento DISTINTO	Abertura COMUM
Profundidade Extensiva	Triagem ABSOLUTO	Mistura DISPARATADO

Tomando-se, unicamente, a ordem dos valores de absoluto, torna-se manifesta a existência de uma divisão interna, capaz de criar duas subdivisões diferentes. Duas dêixis, uma para cada coluna, podem ser identificadas. As figuras de absoluto e de distinto, de um lado, ou de disparatado e de comum, de outro, serão selecionadas positiva ou negativamente em função da perspectiva axiológica do sujeito enunciador.

64

Retornando às grandezas enuncivas presentes no discurso biográfico histórico, tem-se que, de modo geral, os termos que marcam a oposição entre os dois modelos são, para a biografia tradicional, "o grande homem", "o homem distinto", "o conhecido", enquanto que para a biografia que caracteriza parte da produção a partir dos anos 1970, resultante dos questionamentos epistemológicos que marcaram o período, aparecem como figuras "o homem qualquer", "o homem ordinário", "o desconhecido", "o marginal".

Sabendo-se que os dois modelos têm sua origem na ordem de valores do absoluto, é preciso, então, buscar as especificidades de cada um deles nos desdobramentos possíveis das duas profundidades. Sobre o eixo da intensidade, pode-se caracterizar o primeiro grupo de grandezas como sendo o resultado da operação de fechamento, enquanto que o segundo grupo resulta da operação de abertura. O primeiro grupo de grandezas reforça os valores de absoluto, enquanto que o segundo grupo os enfraquece. As figuras distinto e comum podem representar, respectivamente, as operações de fechamento e de abertura. Posteriormente, sobre o eixo da extensão, o primeiro grupo de grandezas enuncivas expressa a operação de triagem, enquanto que o segundo grupo expressa a operação de mistura, sendo o absoluto e o disparatado as formas respectivas de suas figuras. Enquanto a figura de absoluto reforça os valores de absoluto, a figura de disparatado os enfraquece.

Como já havia sido dito, é importante definir, inicialmente, o espaço tensivo das valências de intensidade e de extensão, e suas correlações, capazes de decompor os termos de absoluto e de universo. Os subtermos, resultantes dessa decomposição, poderão ser recombinaados diferentemente e gerar novas figuras. É possível, então, no que diz respeito ao método biográfico, distinguir dois modelos a partir do ponto de vista das operações escolhidas, e associadas, para cada profundidade existente. A biografia tradicional escolheu as operações de fechamento e de triagem e suas figuras tipológicas são o distinto e o absoluto. O novo modelo biográfico, por outro lado, passou a selecionar e combinar as operações de abertura e de mistura, introduzindo as figuras do comum e do disparatado.

Essa distribuição, a partir de uma abordagem sintagmática, permite o cruzamento das duas profundidades a partir de seus termos extremos, isto é, uma intensidade sem extensão, o "único", ou uma extensão sem intensidade, o "universal". De onde se originam as noções de concentração e de expansão. A concentração é característica da ordem dos valores absolutos (modelo biográfico), enquanto que a expansão é característica da ordem dos valores de universo (modelo quantitativo).

Da direção e do limite

Para uma análise sintagmática dos valores, devem ser levadas em consideração também as noções de direção e de limite, pois elas são responsáveis pelo seu dinamismo.

No caso da direção, o regime que indica o ponto de vista adotado pelo enunciador definirá também a dêixis, positiva ou negativa. Quando se tratar de um regime que visa os valores de absoluto, a escolha das grandezas irá, invariavelmente, na direção de um máximo de intensidade associada à unidade e suas grandezas serão avaliadas positivamente. Em um regime que visa os valores de universo, onde as grandezas serão escolhidas em função de sua extensão, apenas a grandeza que tem por sentido a universalização será avaliada positivamente. Essa oposição é evidente quando são opostas duas ordens diferentes, aquela dos valores de universo e aquela dos valores de absoluto. Tem-se, assim, o par exclusão-concentração para os valores de absoluto e o par participação-extensão para os valores de universo. Quando, entretanto, a distinção se apresenta no interior de uma mesma ordem, deve-se acrescentar e avaliar a noção de limite.

Segundo elemento responsável pelo dinamismo sintático, o limite pode ser entendido como a aspectualização dos regimes de valor. Isto é, as noções de exclusão e participação passam a se apresentar como uma configuração total ou uma configuração parcial. Na configuração total, evidentemente, não existe gradação possível entre os princípios de exclusão e de participação. Entretanto, no caso da configuração parcial, é possível vislumbrar a participação dos excluídos no regime de exclusão e a exclusão dos participantes no caso do regime de participação.

Vejamos, então, de que forma as noções de direção e de limite operam na ordem de valores de absoluto a fim de poder elucidar algumas diferenças existentes no seio da modalidade biográfica.

Primeiramente, para a biografia tradicional, e anteriormente a qualquer diferenciação interna, a dêixis escolhida como positiva é a do regime de exclusão-concentração, resultado da associação das operações de fechamento (profundidade intensiva) e triagem (profundidade de extensão). Entretanto, sabe-se que há uma diferenciação no nível interno dessa ordem. Quatro figuras representam os termos dos valores de absoluto: o absoluto, o disparatado, o distinto e o comum. É, justamente, através deste desdobramento de valores, desta subaxiologização dos valores, que é possível compreender a existência de dois modelos diferentes no interior do método biográfico.

Se, de um lado, as figuras de absoluto e distinto mantém a tonicidade dos operadores de fechamento e de triagem, de outro, as figuras de disparatado e de comum introduzem a abertura e a mistura na ordem de valores do absoluto. Cria-se, assim, uma nova dêixis, interna. Será o ponto de vista adotado pelo enunciador que decidirá a direção que ordenará os valores do discurso. Se ele adotar a perspectiva do fechamento e da triagem, as figuras de absoluto e de distinto irão compor a dêixis positiva. As escolhas da abertura e da mistura, cujas figuras são o disparatado e o comum, comporiam a dêixis negativa. A mudança de perspectiva implica na mudança da dêixis.

66

Pode-se, assim, identificar um primeiro elemento capaz de distinguir os dois modelos biográficos. A biografia tradicional adota o ponto de vista que associa fechamento e triagem. Assim, os indivíduos que são o seu objeto de estudo representam as figuras do absoluto e do distinto que, dependendo do personagem escolhido, podem aparecer associadas. A reunião dessas duas figuras traduz o caráter exemplar e ilustrativo que tais personagens oferecem à humanidade. Os grandes homens, os homens ilustres, os heróis, indivíduos dignos de tal abordagem, identificados, necessariamente, como sendo os atores da história, exemplificam tal modelo. Reis, príncipes, chefes militares, homens políticos, isto é, verdadeiro panteão da humanidade.

Entretanto, com a emergência de outras disciplinas do social, outros atores sociais foram revelados. A história social contribuiu largamente para isso, mas tomou os novos atores da história de forma coletiva: os operários e os camponeses, por exemplo. Segundo François Furet,

pour l'histoire d'hier et d'aujourd'hui, la notion de classes inférieures évoque d'abord celle de nombre et d'anonymat. Car l'homme des classes inférieures n'existe pour l'historien que perdu dans l'étude démographique ou sociologique; l'histoire noble, qui fut longtemps la seule histoire – celle qui honore et récompense les personnalités – l'a ignoré. L'histoire aujourd'hui le reintègre dans l'aventure humaine par l'étude quantitative des sociétés du passé: mais il y reste silencieux (FURET 1963, p. 459).

Está-se diante do que Félix Torres chamou de *homo demographicus* ou *homo economicus*, ambos representativos “de l'homme anonyme, qui est en même temps ‘l'homme abstrait’” (TORRES 1985, p. 142).

Pouco a pouco, outras perspectivas, mais atentas ao cotidiano, ao vivido e à subjetividade não apenas dos operários e dos camponeses, mas também das mulheres, dos loucos, das crianças, dos marginais, foram surgindo. É neste contexto que o método biográfico retorna ao campo da *"histoire savante"*. Sempre atento aos destinos individuais, mas sob as perspectivas da abertura e da mistura, isto é, atento aos destinos comuns e disparatados. Trata-se de um novo aporte. Podemos ler, então, nas capas das obras biográficas nomes inabituais, desconhecidos, insólitos: Menocchio, Martin Guerre, Joseph Sec, Théodore Desorgues, Jacques-Louis Ménétra, Louis-François Pinagot. Nas prateleiras desfilam moleiros, camponeses, poetas, vidraceiros, fabricantes de tamancos. Todos eles, mesmo sem saber, atores da história.

Existe também uma diferença que se apresenta em função dos limites da ideia de participação ou de exclusão. A biografia tradicional não deixa margens para a participação. Seus personagens são sempre da ordem do distinto ou do absoluto, às vezes, os dois somados, de modo que qualquer forma de excesso leva à unicidade. Nesse sentido, Luís XIV e Napoleão, por exemplo, são únicos, incomparáveis, heróis puros. Eles concentram os valores de absoluto e a exclusão domina todo o campo.

Já o novo modelo biográfico se apresenta como uma configuração parcial. O "um" não significa necessariamente o absoluto. Ao contrário, ele pode ser comum ou disparatado, ou os dois conjugados. A noção de representatividade não está mais associada àquela de exemplaridade, de ilustração. Às vezes, as noções de multiplicidade de contextos, de ligações múltiplas, sobrepõem-se às de representatividade. Está prevista, assim, uma zona de participação por melhoramento. No caso da profundidade extensiva, a biografia prosopográfica, por exemplo, sem cair na universalização, defende que as biografias individuais passam a ter interesse quando ilustram comportamentos ou aparências ligados às condições sociais estatisticamente mais frequentes.

Nas décadas de 1970 e 1980, um importante número de obras privilegiou, sobretudo, personagens que representavam as figuras do comum e do disparatado, somadas ou não. Entretanto, isso não significou o desaparecimento das figuras do absoluto e do distinto, sobretudo para aqueles períodos da história não tão bem documentados. Nesses casos, a tonicidade do fechamento e da triagem pode variar no sentido descendente ou a abordagem pode ser feita, por exemplo, através da revisão da escala de observação, alterando a noção de ponto de vista, macro ou micro.

Para concluir, e retomando a noção de objeto de valor a partir de sua existência semiótica e, particularmente, do objeto do qual se ocupa a história – coletivo ou individual – dependendo da abordagem metodológica escolhida, reitera-se que a realidade do discurso é apenas a sua camada manifesta. Na obra *Semiótica das paixões*, a existência semiótica é descrita como uma "presença na ausência" (GREIMAS; FONTANILLE 1991, p. 10), isto é, ela se caracteriza por sua relação com o campo de presença do sujeito que percebe e, sobretudo, em termos de modulações recíprocas da presença e da ausência.

No presente caso, observando-se as particularidades dos modelos historiográficos analisados e, em decorrência, dos objetos de valor correspondentes, tem-se um bom exemplo de diferentes modos de existência que podem assumir esses mesmos objetos a partir de uma determinada intencionalidade, ligada à incompletude e à desilusão, isto é, à diferença sensível entre a manifestação oferecida e aquilo que era esperado.

É assim que percebemos esse período de retomada da biografia por alguns historiadores. Não satisfeitos com os trabalhos conduzidos pela história científica, eles retomam o método biográfico, mas a partir de um modelo distinto daquele até então desenvolvido pela biografia tradicional. Isto é, retoma-se o objeto de investigação a partir de um duplo fundamento de negatividade.

Referências bibliográficas

- BERTRAND, Denis. **Précis de sémiotique littéraire**. Paris: Nathan, 2000.
- BONNET, Jean-Claude. **Naissance du panthéon**: essai sur le culte des grands hommes. Paris: Fayard, 1998.
- BORDRON, Jean-François. L'objet en parties. **Langages**, nº 103, Paris: Larousse, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. **L'illusion biographique, raisons pratiques**. Paris: Seuil, 1994.
- BRONDAL, Viggo. Omnis et totus. **Actes sémiotiques documents**. Paris: EHESS-CNRS, VIII, 72, 1986, p. 11-18.
- BURGUIERE, André. Histoire d'une histoire: la naissance des Annales. **Annales ESC**, novembre-décembre, 1979, nº 6, p. 1347-1359.
- CARLYLE, Thomas. **Les héros**. Paris: Mame, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **L'absent de l'histoire**. Paris: Mame, 1973.
- _____. **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975.
- _____. **Histoire et psychanalyse entre science et fiction**. Paris: Gallimard, 1987.
- CORBIN, Alain. **Le monde retrouvé de Louis-François Pinagot, sur les traces d'un inconnu (1798-1876)**. Paris: Flammarion, 1998.
- Diogène**, La biographie, nº 139, sept. 1987.
- DOSSE, François. **L'histoire**. Paris: A. Colin, 2000.
- _____. **Le pari biographique**: écrire une vie. Paris: Editions La Découverte, 2005.
- _____. **Historicités**. Paris: Ed. La Découverte, 2009.
- DUBY, Georges. De l'autobiographie. **Le Débat**, nº 23, 1983, p. 147-152.
- _____. **Guillaume le Maréchal**: le meilleur chevalier du monde. Paris: Fayard, 1984.

- _____. **L'histoire continue**. Paris: Éditions Odile Jacob, 1992.
- _____. L'art, l'écriture et l'histoire. **Le Débat**, n° 92, novembre-décembre 1996, p. 174-191.
- FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. Valence/Valeur. **Nouveaux Actes Sémiotiques**, 46-47, Limoges: PULIM, 1996, p. 13-69.
- _____. **Tension et signification**. Liège: Mardaga, 1998.
- FONTANILLE, Jacques. Point de vue: essai de définition discursive. **Protée**, volume 16, n° 1-2, Chicoutimi: Université du Québec, hiver-printemps 1988.
- _____. **Les espaces subjectifs**: introduction à la sémiotique de l'observateur. Paris: Hachette, 1989.
- _____. **Sémiotique du visible**: des mondes de lumière. Paris: P.U.F., 1995.
- _____. **Sémiotique et littérature**: essais de méthode. Paris: P.U.F., 1998.
- _____. **Sémiotique du discours**. Limoges: PULIM, 1998.
- _____. Modes du sensible et syntaxe figurative. **Nouveaux Actes Sémiotiques**, 61-62-63, Limoges: PULIM, 1999, p. 1-70.
- _____. **Soma et séma, figures du corps**. Paris: Maisonneuve et Larose, 2004.
- FRUGONI, Arsenio. **Arnaud de Brescia**. Paris: Les Belles Lettres, 1993.
- FURET, François. Pour une définition des classes inférieures à l'époque moderne. **Annales ESC**, 18 (3), 1963, p. 459.
- _____. De l'histoire-récit à l'histoire problème. **Diogène**, n° 89, 1975.
- _____. **L'atelier de l'histoire**. Paris: Flammarion, 1987.
- GENETTE, Gérard. Frontières du récit. **Communications**, L'analyse structurale du récit (1966), 8, Seuil, coll.Points: 1981, n. 8, p.158-169.
- _____. Récit fictionnel, récit factuel. **Protée**, volume 19, n° 1, hiver 1991, p. 9-18.
- _____. **Fiction et diction**. Paris: Seuil, 1993.
- GINZBURG, Carlo. **Le fromage et les vers**. Paris: Aubier, 1980.
- GINZBURG Carlo; PONI Carlo. La micro-histoire. **Le débat**, n° 17, 1981, p. 133-138.
- GREIMAS, Algirdas Julien. **Du sens**. Paris: Seuil, 1970.
- _____. **Sémiotique et sciences sociales**. Paris: Seuil, 1976.
- _____. **Du sens II**: essais sémiotiques. Paris: Seuil, 1983.
- _____. Comment définir les indéfinis?. **Actes Sémiotiques Documents**. Paris: EHESS-CNRS, VIII, 72, 1986, p. 19-34.
- GREIMAS, Algirdas Julien; FONTANILLE, Jacques. **Sémiotique des passions**: des états de choses aux états d'âme. Paris: Seuil, 1991.

- _____; COURTES, Joseph. **Sémiotique**: dictionnaire raisonné de la théorie du langage. Paris: Hachette, 1993, tome 1.
- _____. **Sémiotique**: dictionnaire raisonné de la théorie du langage. Paris: Hachette, 1986, tome 2.
- _____. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2011.
- GUENEE, Bernard. **Entre l'Église et l'Etat**: quatre vies de prélats français à la fin du Moyen Age (XIII^e-XV^e siècle). Paris: Galimard, 1987.
- KLEIBER, Georges. **La sémantique du prototype**: catégories et sens lexical. Paris: P.U.F., 2e édition, 1999.
- LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie aujourd'hui?. **Le Débat**, n° 54, mars-avril, 1989.
- _____. **Saint Louis**. Paris: Gallimard, 1999.
- LEJEUNE, Philippe. **Le pacte autobiographique**. Paris: Seuil, 1996.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. Événement et longue durée dans l'histoire sociale: l'exemple chouan. **Communications**, vol. 18, n° 18, p. 72-84.
- LEVI, Giovanni. **Le pouvoir au village**: histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVII^e siècle. Paris: Gallimard, 1989.
- _____. Les usages de la biographie. **Annales**, nov.-déc. 1989.
- LEVILLAIN, Pierre. Les protagonistes: de la biographie. In: RÉMOND René, **Pour une histoire politique**. Paris: Seuil, 1996.
- LORIGA, Sabina. La biographie comme problème. In : REVEL, Jacques (dir). **Jeux d'échelles**: la micro-analyse à l'expérience. Paris: Seuil-Gallimard, 1996.
- _____. **Le petit x**: de la biographie à l'histoire. Paris: Seuil, 2010.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **Les origines de la biographie en Grèce ancienne**. Strasbourg: Ed. Circé, 1991.
- OUELLET, Pierre. Pour une sémiotique tensive, les gradients du sens. Préface à J. Fontanille et C. Zilberberg, « Valence/valeur ». **Nouveaux Actes Sémiotiques**, 46-47, Limoges: PULIM, 1996, p. 3-12.
- _____. **Poétique du regard. Littérature, perception, identité**. Limoges-Québec: PULIM-Septentrion, 2000.
- POTTIER, Bernard. **Théorie et analyse en linguistique**. Paris: Hachette, 1992.
- _____. **Sémantique générale**. Paris: PUF, 1992.
- PROPP, Vladimir. **Morphologie du conte**. Paris: Seuil, 1973.
- PROST, Antoine. **Douze leçons sur l'histoire**. Paris: Seuil, 1996.
- REVEL, Jacques. Histoire et sciences sociales: les paradigmes des Annales. **Annales ESC**, novembre-décembre, 1979, n° 6, p. 1360-1376.

_____. L'histoire au ras du sol. In: LEVI, Giovanni. **Le pouvoir au village: histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVIIe siècle**, Paris: Gallimard, 1989, p. I-XXXIII.

_____. **Jeux d'échelles**. Paris: EHESS/Gallimard/Seuil, 1996.

_____. Raconter et connaître: les usages du récit en histoire. **Divinatio**, volume 13, spring-summer 2001.

_____. La biographie comme problème historiographique. In :CABANEL, Patrick ; GUIBAL, Jean ; GRANET-ABISSEY, Anne-Marie (orgs). **Montagnes, méditerranée, mémoire: mélanges offerts à Philippe Jautard**. Grenoble: Musée Dauphinois, 2002.

RICOEUR, Paul. **Temps et récit**. 3 vol. Paris: Seuil, 1983-1985.

_____. **Soi-même comme un autre**. Paris: Seuil, 1990.

_____. **Du texte à l'action**. Paris: Seuil, 1998.

_____. **La mémoire, l'histoire et l'oublié**. Paris: Seuil, 2000.

SIMIAND, François. Méthode historique et sciences sociales. **Revue de synthèse historique**, 1903.

STONE, Lawrence. Retour au récit, ou réflexions sur une nouvelle vieille histoire. **Le Débat**, 4, 1980, p. 116-142.

TORRES, Félix. Du champ des Annales à la biographie: réflexions sur le retour d'un genre. **Problèmes et méthodes de la biographie**. Actes du colloque, mai 1985, p. 141-148.

ZEMON DAVIS, Natalie. **Le retour de Martin Guerre**. Paris: Laffont, 1982.

Lodovico Dolce e uma crítica às *Vite* de Giorgio Vasari

Lodovico Dolce and a critic to Giorgio Vasari's *Vite*

Rejane Maria Bernal Ventura

rejane.bernal@gmail.com

Doutora

Universidade de São Paulo

Rua Dr. Samuel Porto, 75 – Saúde

04054-010 – São Paulo – SP

Brasil

Resumo

Este artigo contempla alguns aspectos que ligam o *Dialogo della pittura intitolato l'Areino* (1557), do Homem de Letras veneziano Lodovico Dolce, à obra do historiador Florentino, Giorgio Vasari, *Le vite de' più eccellenti architetti, pittori et scultori italiani, da Cimabue, insino a' tempi nostri* (1550). Procura-se demonstrar ao longo do texto que Dolce apoiou-se em conceitos teóricos expostos nas *Vite*, revertendo-os em seus próprios argumentos com o propósito de exaltar a pintura veneziana enquanto patrimônio cultural do *Cinquecento*, equiparando-a à arte da Tosco-romana, bem como buscou salientar a relevância da pintura de Ticiano, ausente da primeira edição da obra.

Palavras-chave

Historiografia humanista; Renascimento; Crítica.

72

Abstract

This paper considers some aspects that link the *Dialogo della pittura intitolato l'Areino* (1557), of the Venetian man of letters Lodovico Dolce, to the work *Le Vite de' più eccellente architetti, pittori et scultori italiani, da Cimabue, insino a' tempi nostri* (1550), of the Florentine historian Giorgio Vasari. It seeks to demonstrate along its lines that Dolce's work was based on theoretical concepts exposed in the *Vite*, while reverting them to his own arguments in order to exalt the Venetian *Cinquecento* painting as cultural heritage, by matching it with the Tosco-Roman art, and stressing the importance of Titian's painting, which was absent in the first edition of Vasari's work.

Keywords

Humanist historiography; Renaissance; Criticism.

Enviado em: 15/12/2011

Aprovado em: 5/6/2012

O *Dialogo della pittura intitolato l' Aretino*, de autoria de Lodovico Dolce, é um importante tratado artístico da historiografia humanista veneziana. Publicado em 1557, é o primeiro escrito sobre pintura concebido por um letrado. Até então, todos os textos que discorriam sobre as belas artes eram elaborados por artífices,¹ homens que abarcavam o domínio do ofício, e a quem, unicamente, era permitido emitir argumentos acerca delas. O *Dialogo* propõe o cotejo entre aqueles que, na visão do autor, eram os maiores pintores do momento: Rafael, Michelangelo e Ticiano. Várias são as temáticas discutidas no texto: o conceito de pintura e o ofício do pintor, beleza natural versus beleza artística, a habilidade de um leigo tecer juízos sobre a pintura, a dignidade da arte pictórica, a doutrina do *ut pictura poesis*, os cânones de proporção da figura humana, a partição da pintura em invenção, desenho, colorido e sua relação com as partes da arte retórica (*inventio, dispositio e elocutio*), as funções da pintura (doutrinar, comover, deleitar), o elenco dos melhores artífices do *Cinquecento*, e, por fim, uma pequena biografia de Ticiano.²

Por meio do diálogo entre dois interlocutores – o escritor e poeta Pietro Aretino (1492-1556) e o gramático florentino Giovan Francesco Fabrini (1516-1580) – Dolce construiu uma crítica indireta à obra do historiador florentino Giorgio Vasari, *Le vite de' più eccellenti architetti, pittori, et scultori italiani, da Cimabue, insino a' tempi nostri*, publicada em 1550 (VASARI 1986; 2010). Sua intenção primeira foi a de sustentar a relevância da produção artística vêneta, enquanto patrimônio cultural do *Cinquecento*. Pretendia elevá-la ao mesmo patamar que a arte da Itália central que fora exaltada de modo proeminente pelo florentino em sua obra, em detrimento da arte de outras regiões italianas. Dolce tendeu igualmente em seu *Dialogo*, refutar a veemente exaltação feita pelo autor das *Vite* em torno da figura de Michelangelo, que o alçou à categoria de “artífice divino”:

Mas aquele que entre os mortos e os vivos porta o triunfo, transcende e recobre tudo, é o divino Michelangelo Buonarroti, que não só possui o principado de uma dessas artes, mas de todas as três conjuntas. Ele supera e vence não somente todos os outros artífices, que já quase superaram a natureza, mas também os próprios antigos mais famosos, que tão louvadamente fora de qualquer dúvida a ultrapassaram; e único, triunfa sobre aqueles, sobre esses e sobre a natureza; não sendo possível imaginar algo mais estranho e difícil, que ele com a virtude de seu diviníssimo engenho, mediante a indústria, o desenho, a arte, o juízo e a graça, muitíssimo não a tenha ultrapassado (VASARI 2010, p. 543).

¹ É preciso salientar que o termo artista não era utilizado ainda no século XVI, todos aqueles que lidavam com as belas artes: arquitetura, pintura e escultura, eram denominados artífices.

² A primeira publicação do *Aretino* surgiu em 1557 (DOLCE 1557) pela Imprensa Giolito de' Ferrari. Nos séculos posteriores surgiram várias outras edições críticas, tanto italianas quanto em outros idiomas. Entre elas encontram-se uma segunda impressão italiana em 1735, curada pelo diretor da Academia Francesa de Roma. Outra holandesa, surgida em 1756, uma alemã (1757), uma inglesa (1770) outra ainda em Viena (1871) com uma segunda edição em 1888 (DOLCE 1888), e numerosas outras edições italianas. Mais recentemente, uma francesa (1996), uma americana (1968), uma alemã (DOLCE 2008) e uma espanhola (DOLCE 2010). Algumas delas são aqui elencadas: DOLCE (1910; 1960; 1996); ROSKILL (2000).

Ao longo de todo o diálogo, Dolce procurou salientar a maestria de Rafael como pintor mais virtuoso e habilidoso do que Michelangelo e erigiu, em última instância, a primazia de Ticiano pela perfeição e harmonia do colorido de suas obras, julgando-o superior aos outros dois artífices. Na parte final de seu tratado, Dolce compôs uma pequena biografia do pintor veneziano através da qual levantou argumentos para defender a relevância de sua obra no ambiente artístico da Itália do período, justamente por ser herdeiro de uma tradição que vinha de Giovanni Bellini e Giorgione. Dolce enaltece Ticiano principalmente no que se refere ao virtuosismo de seus retratos, através dos quais contrapõe a "heroica majestade" dos ilustres retratados à "terribilità" das figuras de Michelangelo no *Juízo final*. Por meio de tais de pressupostos, Dolce assevera não ter havido razões para a ausência da biografia de Ticiano na primeira edição das *Vite*, de Giorgio Vasari, de 1550.

Lodovico Dolce (1508-1568) foi como muitos homens letrados de seu tempo, um humanista prolífico. Oriundo de uma família ligada à magistratura pública de Veneza, ficou órfão de pai aos dois de idade. Sua educação foi, então, confiada ao Doge Loredano e à Família Cornaro. Desenvolveu seus estudos em Pádua e voltou a Veneza. Para sobreviver, fez uso de seu conhecimento literário trabalhando para casas editoriais, principalmente a Imprensa Giolito de' Ferrari. Ao longo de toda sua vida, produziu uma vertiginosa quantidade de traduções, adaptações, transcrições, prefácios, preparações de textos, encontrando tempo ainda para escrever suas próprias obras (ROMEI 1991, p. 399). Em vinte e seis anos de intenso trabalho junto àquela editora, publicou cento e oitenta e quatro textos, e aproximadamente setecentos títulos que compunham o catálogo da Giolito de' Ferrari (DOLCE 2010, p. 17). Sua produção é eclética e compõe-se de peças teatrais, tragédias e comédias, escritos filológicos e tratados que versam sobre temas diversos: um deles discorrendo sobre a conduta das mulheres, outro sobre a conservação da memória, um escrito acerca de pedras preciosas e outro referente às cores. O tratado sobre a pintura denominado *Aretino* acabou se tornando "o seu melhor escrito e o mais rico de implicações" (ROMEI 1991, p. 401). Entre as inúmeras edições das quais foi responsável, encontram-se obras de autores do século XIV como Dante Alighieri (1265-1321), Francesco Petrarca (1304-1374) e Giovanni Boccaccio (1313-1375), e contemporâneos, como Lodovico Ariosto (1474-1533), Pietro Bembo (1470-1547) e Baldassare Castiglione (1478-1529). Possuía um conhecimento erudito na área das belas letras e no campo da filologia, arguindo com maior pertinência no que se referia às discussões em torno da consolidação da língua italiana.

Com o propósito de desenvolver um tratado sobre pintura, e, destituído de um conhecimento aprofundado do tema devido à sua formação literária, a despeito de toda sua erudição, Dolce tomou por base um amplo número de fontes sobre teoria pictórica. Entre elas: a correspondência de Pietro Aretino e outros escritos sobre pintura, editados em anos anteriores: o *Lezzione nella quale se disputa della maggioranza delle arti e quale sia più nobile, la scultura o la pittura* (1549), de Benedetto Varchi, o *Da Pintura*, de Leon Battista Alberti

(numa tradução vêneta de 1547); O *Dialogo di pittura*, de Paolo Pino (1548); o *Della nobilissima pittura*, de Michelangelo Biondo (1549); o *Disegno*, de Anton Francesco Doni (1549), e fundamentalmente as *Vite*, de Giorgio Vasari, obra que representou sua maior fonte teórico-artística. Por intermédio do texto de Vasari, Dolce pôde apreender grande quantidade de temáticas e argumentos, a fim de fazê-los girar num mesmo eixo e servir aos seus próprios pressupostos de defesa da pintura veneziana. Apoiou-se, também, em excertos contidos nas biografias do florentino, referentes a alguns artífices citados no diálogo, principalmente de Rafael, Michelangelo e Ticiano.

Sua vasta erudição e domínio do latim (conhecimento imprescindível para o douto da época) permitiu-lhe também fazer uso de fontes retóricas e poéticas. Dolce obteve assim, influências diretas da *Poética*, de Aristóteles (1966), da *Ars poetica*, de Horácio (1984), do *Della poetica*, de Bernardino Daniello (1970-1974), do *Oratore*, de Cícero (1948) e das *Institutio oratoria*, de Quintiliano (1944) para edificar seu tratado. A estrutura textual do Diálogo foi fundamentada a partir de categorias retóricas próprias ao discurso de um orador. Estão presentes ali: o *exordium*, a *captatio benevolentiae*, a *propositio*, a *dispositio*, a *argumentatio*, a *elocutio*, o *ingenium*, a *inventio*, a *narratio*, e o *ornatus*. Iguamente em várias passagens do escrito, há uma intrínseca aproximação da pintura com a poesia, vinculadas, também, a procedimentos da arte oratória.

Teoricamente, e segundo Mark Roskill, a essência do diálogo de Dolce reside em três partes distintas. Primeiro, na discussão sobre a nobreza da pintura e todos os elementos necessários para o pintor atingir sua perfeição. Segundo, na citação de exemplos provindos de autores antigos e modernos. E, por fim, na maestria de Ticiano e nas obras por ele criadas (ROSKILL 2000, p. 8).

Em termos de conteúdo e estrutura, é possível depreender igualmente três partes componentes, um tanto quanto sobrepostas, que compõem o conteúdo do diálogo. Primeiro, há pressupostos de teoria da arte expressos em cada uma das temáticas desenvolvidas ao longo do tratado (já elencadas acima), e por meio dos quais princípios e propriedades do que deveria ser uma boa pintura são apresentados e elucidados. Em paralelo há passagens que tratam de debates pertinentes ao âmbito das letras, como a doutrina do *ut pictura poesis*. E, em outros trechos ainda, é possível vislumbrar o prenúncio de discussões filosóficas, tais como: o embate entre beleza natural e beleza artística, a proposição de um paradigma de beleza feminina na pintura, onde acepções como *bellezza*, *leggiadria*, *grazia* e *vaghezza* se intercambiam num sentido de abarcar tal cânone; e, também, argumentações sobre a natureza, conteúdo e objetivos da pintura.

Num segundo momento, há uma comparação entre Rafael e Michelangelo, que é resolvida segundo os princípios estabelecidos na primeira seção. Ligada a esta parte há uma apreciação secundária de alguns poucos artífices que representariam os oito homens mais proeminentes da pintura do século XVI: Leonardo da Vinci (1452-1519), Giorgione da Castelfranco (1476/8-1510), Giulio Romano (c. 1499-1546), Antonio da Correggio (c. 1489-1534), Francesco Parmigianino (1503-1540), Polidoro da Caravaggio (c. 1500-1543), Antonio

da Pordenone (c. 1483?-1539) e Ticiano (c. 1485-1576). E por fim, a terceira parte, que apresenta passagens biográficas de Ticiano em tom laudatório, glorificando-o como o grande representante da pintura veneziana, em detrimento dos artífices Tosco-romanos (ROSKILL 2000, p. 8).

Se, por um lado, Dolce elaborou uma teoria da arte que se revelou ser coesa, pela forma com que atribuiu aos temas entrelaçando-os entre si – o que poderia dar a entender ao leitor que ele possuía grande domínio e conhecimento da arte pictórica – não deixou, contudo, de fazer jus aos autores por intermédio dos quais fundamentou sua argumentação, distinguindo-os, com mérito, no texto. De fato, ele recomenda ao seu leitor, as *Vite*, de Vasari, fazendo com este manifesto, um aceno de agradecimento ao historiador florentino, pela dependência teórica que manteve em relação à sua obra.

Algumas das premissas constantes nas *Vite* foram retomadas por Dolce em seu tratado e podem ser explicitadas em três principais instâncias. Na primeira delas, os procedimentos de trabalho e a habilidade discursiva, com que o historiador florentino havia erigido os critérios de avaliação em sua exposição da Arte Renascentista da Itália Central, reaparecem no escrito de Dolce, não num primeiro plano de seus argumentos, mas de modo bastante significativo ao longo de todo o diálogo (ROSKILL 2000, p. 14).

É preciso salientar que a engenhosidade discursiva dos teóricos da arte do Renascimento devia-se a um profundo domínio do repertório da arte retórica, cabedal de conhecimentos que todo humanista deveria possuir. A habilidade eloquente teve papel central na Antiguidade clássica grega sendo intensamente praticada enquanto atividade cotidiana, pois oriunda de uma tradição oral que remontava a Homero. Os romanos herdaram tal tradição sistematizando-a enquanto doutrina e vinculando-a às regras políticas do Império. Tal arte era exercida nos fóruns, no senado e nas assembleias por oradores altamente capacitados, cujo maior expoente foi Marco Túlio Cícero. Na Idade Média esse conhecimento sofreu um período de obscuridade, pois, a maior parte dos textos que tratavam da transmissão do ensinamento desapareceu ou sobreviveu de forma danificada ou fragmentada. Os humanistas do Renascimento foram os responsáveis pelo reflorescimento da arte retórica uma vez que, após a descoberta de manuscritos, muitos ainda intactos, eles passaram a traduzi-los, comentá-los e disseminá-los por toda Itália;³ entre os principais textos sobreviventes algumas obras eram de Cícero e de Quintiliano.⁴ O intercâmbio entre doutos e artífices no ambiente de corte, propiciou que a arte do discurso influenciasse as teorias das artes figurativas. Naquele período – entre os séculos XV a XVI – a pintura precisava ser defendida do papel de arte mecânica com que fora considerada desde a Antiguidade, e artífices, como Leonardo da Vinci e Leon Battista Alberti⁵ no século XV, empenharam-se

³ Entre os vários estudos sobre a retórica, cf. VICKERS (2002), minucioso histórico do percurso da arte oratória desde a Antiguidade.

⁴ Entre as muitas obras descobertas pelos humanistas italianos encontravam-se: ANÔNIMO (1962; 2001; 2005); CICERO (1932). Além do *De oratore* (também de Cícero) e as *Institutio oratoria* (de Quintiliano) já mencionados.

⁵ Por meio principalmente de seus dois tratados: VINCI (1995). Várias são as edições desse tratado ALBERTI (1950; 1989).

profundamente no sentido de legitimá-la enquanto arte do intelecto, vinculando sua práxis a procedimentos matemáticos e científicos. No século XVI, com o intuito de dar continuidade ao propósito dos artífices do século anterior, e fundamentar a pintura sob bases teóricas, os humanistas instituíram a doutrina do *ut pictura poesis*.⁶ O que significa dizer que, a arte pictórica deveria ser regrada pelos mesmos procedimentos retóricos a que sempre havia sido submetida a criação poética. Nesse sentido, toda arte figurativa deveria obedecer a normas da arte oratória, e os tratados artísticos ou escritos sobre arte, deveriam ser construídos de maneira semelhante. Se a pintura fosse equiparada à poesia seria também elevada em dignidade e valor tanto quanto ela. Dolce, não apenas é um adepto do *ut pictura poesis* – doutrina defendida de modo veemente em seu diálogo – como também usufruiu de elementos retóricos em seu *Aretino*, tanto quanto Vasari. Uma das categorias mais presentes utilizadas com frequência por ambos é a *ékphrasis* (LAUBERG 1993, p. 217-218), procedimento discursivo que permitia ao letrado fazer descrições pormenorizadas de obras de arte, emitindo juízo acerca delas, e com o intuito de despertar a fantasia e imaginação do leitor, de modo a fazer com que ele pudesse reconstituir a imagem quase perfeita da obra em sua mente.

Além do aspecto discursivo, outros mais específicos presentes nas *Vite* também influenciaram Dolce. Por exemplo, no tocante à composição pictórica, o teórico veneziano prescreve ao pintor o mesmo que Vasari havia dito, ou seja, que ele deveria congrega na cena a ser representada, certo número de figuras convenientemente dispostas segundo a história que deveria narrar, preceito defendido igualmente por Leon Battista Alberti, em seu *Da pintura*. Para tanto, o artífice deveria trabalhar em conformidade com a sua *inventio*, elaborando primeiramente uma série de esboços preliminares, antes de passar à execução da obra. Ao construir cada figura, deveria seguir a prática dos pintores romanos, que primeiro revestiam os ossos com carnes e, em seguida as carnes com drapejamentos, demonstrando, assim, um domínio pleno de anatomia. E para Dolce, em conformidade com o pensamento de Vasari, a proficiência do ofício do pintor, com o fim único de atingir a perfeição da pintura, residiria na força de uma constante prática, na adesão aos paradigmas de excelência obtidos pelos pintores da Antiguidade e no estudo de grandes mestres contemporâneos.

Em uma segunda instância, Dolce evoca pequenos traços estruturais que são característicos às *Vite*. Por exemplo, ao discorrer sobre Bellini, ele adota a divisão da pintura em três idades proposta por Vasari no proêmio da segunda parte da obra, num mesmo sentido de evolução da arte pictórica, como discriminou Erwin Panofsky:

Vasari via o Renascimento como uma era de progresso, constituído por uma evolução que, segundo ele, se desenrolava em três fases, ou três épocas, correspondentes aos estágios da vida humana. A primeira fase, comparável à infância, teria sido introduzida por Cimabue e Giotto na pintura, por Arnolfo di Cambio na arquitetura e Pisani na escultura.

⁶ No que diz respeito a um histórico da doutrina do *ut pictura poesis*, cf. LEE (1940).

A segunda fase, identificando-se à adolescência, teria recebido a marca de Masaccio, na pintura, Brunelleschi, na arquitetura e Donatello na escultura. A terceira, equivalendo à maturidade teria começado com Leonardo e culminando no modelo do *uomo universale*, representado por Michelangelo (PANOFSKY 1960, p. 56-57).

Dolce, por sua vez, propõe as três fases da pintura veneziana. A primeira corresponderia a Giovanni Bellini, a segunda caberia a Giorgione e a terceira que representaria o ápice de maturidade e progresso da arte pictórica vêneta, seria personificada por Ticiano:

Contudo, ele (Giovanni Bellini) foi em seguida vencido por Giorgio da Castelfranco e Giorgio deixado para trás infinitas milhas por Tiziano, que deu às suas figuras uma heroica majestade e encontrou uma maneira de colorido muitíssimo harmoniosa, e nas tintas tão similares ao verdadeiro, que se pode bem dizer com verdade que ela vai de par com a natureza (DOLCE 1960, p. 145-146).

A terceira e última instância diz respeito a certas passagens nas quais a argumentação de Dolce assemelha-se de modo veemente às proposições de Vasari, ocorrendo tal particularidade nos trechos que envolvem certos conceitos ou explicação de princípios teóricos. Ao afirmarem que a pintura tem por fim a imitação da natureza e que para se atingir a perfeição da arte é preciso estudar e imitar as obras dos antigos. Ao considerarem-na no âmbito da doutrina do *ut pictura poesis*, uma poesia muda. Ao atestarem que o juízo do olho é a melhor medida para conferir se uma figura está bem proporcionada, tornando-se bela. Ao estarem em conformidade quanto à pintura dever ser plena de ornamentos e servir ao deleite dos observadores. Ao destinarem a *inventio* enquanto a parte essencial da história a ser narrada pelo pintor. Ao postularem que tal invenção deva obedecer às regras da conveniência ou decoro, e conter uma copiosidade de figuras dispostas numa grande variedade de posições e ações. Ao defenderem que o artífice deva conhecer a arte de fazer escorços, principal dificuldade da arte, a qual, quando bem feita deva parecer àquele que a observa, ter sido realizada com facilidade. Ao conferirem a importância da harmonia do colorido e do jogo de sombras e luzes criando relevos e valorizando o desenho. E por fim, ao enfatizarem a extrema importância do conhecimento da perspectiva pelo pintor. Em todos esses pressupostos, Dolce e Vasari são concordes.

78

O mito Rafael

Dolce critica implicitamente Vasari por sua visão parcial, considerando a excelência de um único artífice, Michelangelo e ao desmerecer outros, tão ou mais valorosos do que ele. E Rafael de Urbino é o pintor que lhe surge enquanto representante da tradição clássica para confrontar a divindade de Buonarroti.

Segundo Paola Barocchi, o crescente mito de Michelangelo, sancionado com entusiasmo nas *Vite*, deveria revelar-se um argumento um tanto ameaçador às aspirações de um ambiente artístico como o veneziano. A *terribilità* característica do florentino, que parecia monopolizar a expressão artística, não poderia deixar de suscitar uma polêmica que fez de Rafael, já falecido, o protetor

do ideal clássico na metade do século XVI, e um aval para uma defesa da pintura de Ticiano (BAROCCHI 1960, p. 316).

Conforme Ortolani, na carta a Gasparo Ballini,⁷ de 1544, Dolce manifestara já certa predileção pela obra de Rafael, pois o desenho de Michelangelo parecia-lhe monótono, unilateral e até, sob certo aspecto licencioso, enquanto que as várias qualidades do primeiro lhe permitiam exprimir a “bela maneira das esculturas antigas” e “contender plenamente com a natureza”. Havia já nessa carta o esboço de um plano programático que seria desenvolvido no diálogo (ORTOLANI 1923, p. 16).

A carta difamatória sobre o “Juízo final” de 1545, enviada por Aretino a Michelangelo (GAYE 1839-40; BAROCCHI 1960, p. 475-481), tecendo ferozes críticas à obra, fundamentada em preceitos da doutrina do decoro nos termos da Contrarreforma, conferiu oportunidade para que Dolce elaborasse os argumentos de uma crítica indiretamente dirigida a Vasari. O *Dialogo della pittura* foi então edificado com o objetivo primordial de engrandecer Ticiano e a pintura veneziana, mas, igualmente desmitificar Michelangelo e refutar o juízo laudatório de Vasari acerca do mestre florentino. Dolce admite a primazia de Michelangelo somente no que concerne ao desenho, considerando-o insuperável nesse aspecto:

Contudo, em torno do desenho que é a segunda parte e devendo nós considerar o homem vestido e desnudo, vos confirmo que, quanto ao nu, Michelangelo é estupendo, verdadeiramente miraculoso e sobre-humano e jamais houve alguém que o superasse (DOLCE 1960, p. 193).

Por ser um homem de letras, Dolce detém em sua origem intelectual a matriz clássica da Antiguidade greco-romana. Para ele a beleza encontra-se na figura bem proporcionada extraída do exemplar natural, e corrigida em suas deficiências pelo homem. As características amaneiradas que definiam a arte daquele momento histórico, como figurações sofisticadas e artificiosas em formas serpentinadas, deveriam lhe parecer calculadas e antinaturais. Nesse sentido, recusa-se a acolher a *maniera* de Michelangelo, os escorços anatómicos vigorosos, contorcidos, tortuosos, plenos de músculos e quase escultóricos de suas figuras, ilustrando o teto da Capela Sistina.

Rafael, em sua opinião, personifica todo o cânone clássico da pintura devido à graciosidade, delicadeza e suavidade de sua representação pictórica: “Porém, é de se advertir que Michelangelo apreendeu do nu a forma mais vigorosa e afetada, e Rafael a mais agradável e graciosa” (DOLCE 1960, p. 193). São inúmeras as passagens no diálogo em que Dolce exalta a supremacia compositiva de Rafael, no que se refere à sua capacidade de *inventio*, *copiosidade* de figuras numa gama de *variedade* de atitudes e posições, enfim, na expressão de uma beleza unida à graça. Algo de que Michelangelo, a seu ver, é destituído. No sentido de asseverar seus argumentos, Dolce encontra respaldo em autores

⁷ A carta de Dolce endereçada a Gasparo Ballini consta na edição crítica de Mark W. Roskill (ROSKILL 2000).

que haviam em suas obras exaltado de modo particular, o pintor de Urbino: Bembo, Castiglione e Ariosto. O Cardeal Pietro Bembo (1470-1547), eminente personagem da primeira metade do século XVI, graças à sua imensa erudição e por estar no centro do debate sobre as discussões filológicas no processo de regulamentação do idioma italiano, nas *Prose della volgar lingua* (1525), não apenas enaltece Rafael como também equipara-o a Michelangelo, salientando a excelência de ambos enquanto mestres da pintura e da arquitetura. Bembo talvez tenha sido, de fato, um dos primeiros mentores do mito criado em torno de Rafael. E nos anos seguintes à publicação das *Vite*, a fortuna crítica em louvor do urbinense tendeu a aumentar, enquanto a de Michelangelo veio a diminuir.

[Os artífices] creiam, tanto mais por si devem ser por sua fadiga louvados, por quanto mais às antigas obras fizeram por semelhança se reaproximar às suas novas; pois que sabem e veem que as antigas mais à perfeição da arte se acercam, do que aquelas criadas daquele tempo em diante. Esses artífices, Monsenhor M. Giulio, realizaram mais do que outros, como os vossos Michelangelo florentino e Raffaello da Urbino, um pintor, escultor e arquiteto igualmente, o outro, pintor e arquiteto outrossim; e têm-no assim diligentemente feito, de modo que ambos são ora tão excelentes e tão esclarecidos, que é mais fácil dizer o quanto eles aos antigos bons mestres são próximos, do que dizer qual deles seja do outro superior e melhor mestre (BEMBO 1931, p. 79-80).

No *Cortegiano* (1528) de Baldassare Castiglione (1478-1529), Rafael é igualmente muito apreciado:

80

Muitas coisas mais agradam igualmente a nossos olhos, tanto que é difícil julgar quais lhes são mais gratas. Eis que na pintura são excelentíssimos Leonardo da Vinci, Mantegna, Rafael, Michelangelo, Georgio da Castel Franco; todavia todos são diferentes entre si no fazer; de modo que a nenhum deles parece faltar coisa alguma naquela maneira, porque se reconhece que cada um é mais que perfeito em seu estilo. Respondeu então Ioan Cristoforo (ao Conde Lodovico da Canossa): — Creio verdadeiramente que falais contra aquilo que tendes no coração, e tudo isso fazeis em favor do vosso Rafael, e talvez vos pareça também que a excelência que reconheceis na pintura dele é tão superior, que a escultura marmórea não é capaz de atingir esse grau [...]. — Não falo em prol de Rafael (respondeu o Conde); nem deveis me reputar tão ignorante que não conheça a excelência de Michelangelo, a vossa e de outros nos trabalhos de mármore, mas falo da arte e não dos artífices (CASTIGLIONE 1997, p. 58-76).

E por Lodovico Ariosto (1474-1533) em sua obra máxima *Orlando Furioso*:⁸

E aqueles que até nossos dias existiram, ou existem ora,
Leonardo, Andrea Mantegna, Gian Bellino,
Os dois Dossi, e aquele que a par esculpe e traz cor
Michel, mais que mortal, Angelo divino;
Bastiano, Rafael, Tiziano, quanto pundonor!
Não menos Cador, do que aqueles de Veneza e Urbino;
E os outros dos quais tal obra se vê,
Qual da prisca idade se lê e se crê (ARIOSTO 2000, p. 233).

⁸ Edições de 1516, 1521 e 1532.

Contudo, em nenhum momento Giorgio Vasari havia deixado de contemplar, valorizar e exaltar a engenhosidade de Rafael, igualando-o, inclusive, a Apeles e Zêuxis. E não menos do que a *terribilità* de Michelangelo, reconheceu em várias passagens de sua biografia, o mérito e virtuosismo do pintor de Urbino:

[...] Porém, mais (do que todos os outros pintores) o graciosíssimo Raffaello da Urbino, que, estudando as fadigas dos velhos mestres, tanto quanto a dos modernos, apreendeu de todos as melhores partes. E tendo feito delas uma colheita, enriqueceu a arte da pintura com uma íntegra perfeição, como a que obtiveram antigamente as figuras de Apeles e de Zêuxis e mais além, se se pudesse colocar as obras de tais pintores antigos junto às de Raffaello num cotejo (VASARI 2010, p. 542).

Dolce, no sentido de atingir seus fins – o resguardo à arte pictórica veneziana, personificada pela figura de Ticiano – apropria-se dos mesmos pressupostos laudatórios atribuídos por Vasari a Rafael, e reverte-os em argumentos contra Michelangelo e o próprio Vasari. Se Rafael fora tão excelente artífice, por que conferir a superioridade da arte somente a Michelangelo? Esse debate norteia grande parte do diálogo, para no final Dolce encaminhar a atenção a Ticiano.

O que rege Dolce em seu propósito, muito mais do que a defesa do pintor de Cadore, é sua convicção da preponderância da pintura veneziana no ambiente artístico da Itália. Ele levanta uma bandeira em prol de uma pintura que havia já aberto um novo caminho de valorização e supremacia da cor enquanto dado visual puro, que prescinde de uma sujeição ao desenho, através da inovação tonal criada por Giorgione. A implantação tonal criada por ele implicava na construção do espaço pictórico com base nas relações entre planos e zonas de cor, diretamente no suporte sem o auxílio de um esboço preliminar do desenho. A pintura deveria emergir por meio de manchas de cores num sentido de “dar a intuição da profundidade da imagem natural, isto é, fazer sentir que a soma de antigas e variadas experiências se esconde atrás da aparência colorida que se percebe” (ARGAN 2003, p. 80). E Ticiano foi o herdeiro dessa tradição, conduzindo o colorido a um ápice de exuberância expressiva. Cabe salientar que as obras de sua última fase no período da maturidade tardia, foram concebidas igualmente por intermédio de intensas e rápidas manchas de cores. Influência precisa para o desenvolvimento do movimento impressionista ocorrido na França do século XIX.

Ticiano torna-se por esta razão, o ponto alto do cotejo entre os artífices pontuado por Dolce, por elevar a arte da pintura à máxima perfeição, sobressaindo-se, assim, sobre Rafael e Michelangelo. O enaltecimento a Rafael feito ao longo do todo o diálogo vem a ser, aos poucos, substituído por uma apreciação maior a Ticiano, culminando numa pequena biografia encomiástica⁹ do pintor veneziano ao final do tratado. Ticiano congrega, na opinião do teórico, todas as habilidades e talentos que levam o pintor a ser um virtuose em seu ofício.

⁹ É preciso salientar que a composição de biografias no período do Renascimento representava, assim como havia sido para a Antiguidade greco-romana, uma maneira de registrar e exaltar os feitos do biografado para a posteridade, com o propósito subsequente de incitar as pessoas a se lhe igualar em proeza. Havia entre os humanistas a noção de que a história tinha a função de instruir e encorajar os homens a concretizar grandes ações, por meio do relato de notáveis carreiras e realizações gloriosas

É preciso assinalar igualmente que, no período em que Vasari publicou suas *Vite*, Ticiano havia já adquirido uma reputação considerável. Pelos anos trinta do *Cinquecento*, aparecia já como um dos pintores imprescindíveis do cânone artístico pictórico italiano, vindo a ser mencionado com louvor em obras literárias e tratados, como as do jurista paduano e amigo do pintor, Sperone Speroni, *Dialogo d'amore* (1542) e *Apologia dei dialoghi*. Por Sebastiano Serlio nas *Regole generali di architettura sopra le cinque maniere degli edifici*, de 1537, que escreve: "O Cavalheiro Ticiano, em cujas mãos vive a ideia de uma nova natureza, vive não sem glória da Arquitetura, que é ornamento da grandeza de seu perfeito Juízo". E por Ariosto que, na edição de *Orlando furioso* de 1532, conforme trecho acima citado, o compara junto a outros artistas italianos, em boa medida, àqueles da geração anterior, com os grandes pintores da Antiguidade. Sua maestria pictórica, principalmente no âmbito retratístico, haviam-lhe granjeado igualmente o título de nobreza concedido por Carlos V em 1533, e o reconhecimento de Ticiano pelo Imperador, considerado por ele, como um novo Apeles (DOLCE 2010, p. 7).

O renome consolidado de Ticiano nos círculos artísticos e literários e o apreço adquirido junto ao Imperador Habsburgo, tornavam despropositada a ausência de sua biografia na primeira edição das *Vite*, de Vasari. Os argumentos de Dolce ratificados na opinião de outros autores, principalmente Aretino, não poderiam deixar de suscitar em Vasari uma frutuosa reflexão acerca de sua obra. De modo que, na edição 1568 não só ele acrescenta uma biografia de Ticiano com base nas informações contidas no diálogo de Dolce, como também tece uma contra-argumentação de suas críticas a Michelangelo.¹⁰ Demonstra, de fato, que a pretensa linguagem unilateral do mestre florentino censurada por Dolce, não implicava em uma incapacidade de engenho, porém, em uma escolha e empenho criativo absoluto, servindo para corrigir a cisão entre bravura técnica e capacidade expressiva, que Aretino e Dolce haviam mal interpretado em nome dos padrões de Rafael. O *Juízo Final* não representava somente "dificuldade" e "copiosidade" de ações das figuras, mas tinha por significado uma inconfundível gama estilística perfeitamente afinada aos tormentos do mestre toscano (BAROCCHI 1960, p. 323).

82

Paradigmas de excelência da arte

O embate artístico Michelangelo-Rafael nas artes figurativas sofreu o reflexo de questões pertinentes ao ambiente dos letrados do período, e incorporou elementos teóricos de uma circunstância que vinha ocorrendo na primeira metade do século XVI: a contenda sobre as questões filológicas de uma normatização da língua italiana.

daqueles que haviam, por esse motivo, se tornado ilustres. Um dos primeiros biógrafos foi Vespasiano da Bisticci (1421-1498) que, no século XV, produziu sua obra denominada *Vidas*. Toda construção da narrativa apoiava-se em categorias da arte retórica de cunho encomiástico.

¹⁰ A primeira edição das *Vite*, publicada em 1550, abrangeu a vida de artífices pertencentes em sua grande maioria à região Tosco-romana, salvo algumas poucas exceções. A segunda edição da obra surgida em 1568 foi substancialmente revista e aumentada. Não apenas incorporou a biografia de Ticiano, e outros pintores venezianos, como também incluiu a vida de outros artífices pertencentes a diferentes regiões da Itália.

Argumentava-se no período se a formação do idioma italiano deveria basear-se na imitação de um único modelo linguístico, ou de vários. Tais argumentações tomaram lugar na relevante troca de correspondência, escrita em latim, entre dois teóricos eruditos, Pietro Bembo e Giovanfrancesco Pico della Mirandola (1469-1533), a célebre *De imitatione* (1512).

De um lado, Bembo propunha que o idioma italiano deveria resultar do entrelaçamento da língua italiana com a latina, sendo formado a partir de dois paradigmas: um clássico e outro moderno. E cada paradigma deveria obedecer a um único modelo culto de imitação. Cícero personificaria o padrão douto do latim clássico a ser imitado, Boccaccio e Petrarca representariam os modelos modernos. O primeiro, no tocante à prosa, o segundo à poesia.

De outro lado, Pico defendia um pluralismo de modelos a serem seguidos. Segundo ele o homem possuiria inata uma inclinação à correta expressão, tanto no falar quanto no escrever, assim como certa ideia de beleza, que se traduziria numa predisposição à bela palavra e à bela escrita. A ideia interior da correta linguagem e da bela palavra atuaria no homem como guia instintivo, a fim de que ele pudesse se lançar na escolha daquilo que seria correto e belo imitar. O que não poderia realizar-se plenamente no escrito de um único autor, nem mesmo num só corpo de escrituras. Tal ideia estaria espalhada numa pluralidade de obras, porque a natureza não concede a um só escritor todos os seus inúmeros dons. Giovanfrancesco apresenta, então, em sua epístola uma variedade de belas e corretas obras, das quais seria possível extrair as virtudes dos escritores, para compor um só corpo de escritos que servisse à ideia inserida no ânimo do homem (SANTANGELO 1954, p. 27-28; SABBATINO 1997, p. 29-30).

Assim, numa transposição desses pressupostos para a teoria artística, observamos esse mesmo embate.¹¹ Haveria um único artífice dotado de todas as qualidades e perfeições inerentes à arte, ou tal virtuosismo artístico estaria disseminado numa pluralidade de homens engenhosos?

Esta é a questão central do diálogo Dolce-Vasari. E ambos tomam suas posições. Vasari incorpora em Michelangelo o modelo único de perfeição da arte, por congregar em si a maestria sem par na pintura, escultura e na arquitetura, equiparando-se ao paradigma de Cícero considerado por Bembo, e por conter, senão superar, a excelência da arte dos antigos.

Dolce segue os passos de Pico, pois, para ele haveria uma pluralidade de artífices excelsos, apesar de toda grandeza de Michelangelo. Como comprovam suas próprias palavras:

Dizeis demasiado e fazeis injúria a muitos pintores ilustres! Como a Rafaello de Urbino, Antonio da Correggio, Francesco Parmigiano, Giulio Romano, Polidoro, e muito mais, ao nosso Tiziano Vecellio. Todos com a estupenda obra de suas pinturas adornaram Roma e quase toda Itália, e deram tão

¹¹ É preciso salientar que os pressupostos aqui colocados, foram levantados pelo Prof. Luiz Marques em sua notável palestra "Giorgio Vasari e a 'Escola de Florença'", por ocasião do Colóquio Internacional Giorgio Vasari no Quinto Centenário do Nascimento.

grande resplendor à pintura, que talvez não se encontre por muitos séculos quem alcance fulgor semelhante. Abstenho-me de falar sobre Andrea del Sarto, Perino del Vaga e Pordonone, que também são todos excelentes pintores, e dignos de que suas obras sejam contempladas e louvadas pelos judiciosos (DOLCE 1960, p. 146).

No sentido de defender a pluralidade de artífices virtuosos, ele confronta Rafael a Michelangelo, sobrepondo, por fim, o domínio pictórico de Ticiano, a quem acima do mestre florentino e do pintor de Urbino, personifica toda a grandeza e supremacia do cromatismo veneziano e italiano.

É preciso observar que o tratado de Dolce com toda a gama de influências e fontes eruditas através das quais foi composto, entre elas, autoridades antigas como: Aristóteles, Cícero, Horácio, Quintiliano, e modernas: Alberti, Aretino, Biondo, Doni, Pino, Varchi e Vasari – já mencionados acima – não deixou de ser um documento fundamental da historiografia humanista do ambiente artístico veneziano do século XVI. Buscou registrar a história da pintura veneziana, ao defender os artífices seus conterrâneos e a relevância do colorido frente ao desenho. Edificou com seus argumentos, as bases para uma teoria artística vêneta, como também para a elaboração de pressupostos para uma “emancipação da cor”, o que teria lugar somente nos séculos seguintes com os teóricos da Academia Francesa. Pela expressão “emancipação da cor” (KOSSOVITCH 1989, p. 183-215) pretendemos especificar uma equiparação em valor do colorido frente ao desenho. Da Antiguidade ao século XIX – é preciso salientar que foi somente no século XX com o desenvolvimento da pintura abstrata, que a cor insurge-se no quadro sem as linhas do desenho – e, principalmente no Renascimento a cor na pintura havia sempre sido considerada elemento secundário na construção compositiva da tela, retábulo ou afresco. Tinha por função preencher o volume do desenho, conceito abstrato preponderante das artes figurativas, pois, nascido na mente e transfigurado em esboço nos suportes por intermédio das mãos. A cor representava o lado mecânico dos procedimentos da composição. Ela atribuíria volume ao desenho, coloria os contornos, porém, fazia-se no plano da pintura unicamente em dependência ao desenho. Dolce, em seu tratado reivindica uma posição de destaque do colorido. Em suas palavras, somente a cor em seu cambiar de luzes e sombras, é o elemento capaz de poder expressar a propriedade específica de cada elemento figurado no quadro: a luminosidade do dia, a escuridão da noite, a água, a terra, os seixos, as árvores, os animais, as construções e a figura humana em toda sua complexidade. Somente o colorido pode definir os variados tipos de tecido, por meio dos drapejamentos, os graus de posição social das pessoas, gentis-homens ou comuns, os gêneros e principalmente a idade das pessoas pelas diferenças de tonalidade de pele, e apenas a cor exprime toda espécie de carnação, algo impossível ao desenho. O colorido significa para Dolce a alma da pintura e, portanto, ele defende sua total equiparação ao desenho. Contudo, o teórico veneziano apenas esboça os fundamentos de tal proposta, pois, uma teoria de valorização da “cor”

enquanto elemento da percepção visual e essência da pintura, seria apenas desenvolvido no século XVII com os acadêmicos franceses, tais como: André Félibián (1619-1695), Roger de Piles (1635-1709), Roland Fréart de Chambray (1606-1676), para os quais o tratado de Dolce, foi de extrema relevância.

Conclusão

Procuramos nesse artigo, pontuar, de modo sucinto, o quanto a teoria artística de Vasari teve importante papel na argumentação criada por Dolce em seu diálogo, sendo apropriada por ele em muitos aspectos e revertida no sentido de fazê-lo atingir seus propósitos. Além de todas as similitudes argumentativas entre as duas obras expostas ao longo do artigo, há ainda a estrutura do texto, construída com base no cotejo entre os artífices Rafael, Michelangelo e Ticiano, a qual sugere uma evolução da pintura, tanto quanto Vasari havia criado a noção de progressão das artes. Segundo Dolce, Rafael representa o ideal clássico, Michelangelo corresponde à excelência do desenho, e Ticiano, a proeminência da cor e sumo avanço da arte pictórica. Esta estrutura tripartida assemelha-se à proposição do historiador florentino, quando ele definiu o Renascimento como uma era de progresso – como já mencionado acima – resultante de três fases que caminharam para uma evolução, cujo ápice, acima de todos os outros artífices, personificou para ele Michelangelo.

Ao tecer uma crítica indireta a Vasari por sua opinião unilateral acerca de Michelangelo, Dolce não apenas defendeu Veneza, mas igualmente colocou luz na trajetória e na produção de artífices proeminentes de outras regiões, exaltando a grandiosidade da arte produzida nas várias cidades-estados da Itália do período. E a defesa de Dolce tornou-se um dos motivos, entre outros vários, que despertaram no historiador florentino a necessidade de uma revisão de sua obra máxima, o que resultou na nova edição de 1568. Além do que, o *Dialogo* contribuiu para chamar a atenção sobre a relevância da cor na composição pictórica, algo que até então não havia sido abordado pelos teóricos-artífices que haviam escrito sobre pintura.

Segundo Esteban (DOLCE 2010) a fortuna editorial e crítica do *Dialogo della pittura* nos últimos anos tem contribuído para criar um perfil de Lodovico Dolce como “teórico da arte”, muito mais evidente do que o fora há cerca de meio século atrás. E isso talvez se deva à particular atenção com que Rensselaer W. Lee dedicou ao teórico veneziano, em seu importante ensaio sobre o *ut pictura poesis* (LEE 1940, p. 197-292), posteriormente convertido em livro. Desde então, vem surgindo uma série de estudos modernos desse texto, tais como as várias edições citadas na nota 2, que se têm encarregado de avaliar a doutrina crítica de Dolce, que de fato, por tudo já exposto no artigo, ilumina a profunda relevância que este tratado representou, não só para o Renascimento, como também para a historiografia humanista vêneta.

Referências bibliográficas

- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte italiana**. V. 3. De Michelangelo ao Futurismo. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- ARIOSTO, Lodovico. Orlando furioso. Canto XXIII. In: ROSKILL, Mark W. **Dolce's Aretino and Venetian art theory of the Cinquecento**. Toronto: University of Toronto Press, 2000.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução, prefácio, introdução, comentário e apêndices de Eudoro de Sousa. Porto Alegre: Editora Globo, 1966.
- BAROCCHI, Paola (org.). **Trattati d'arte del Cinquecento**: Fra Manierismo e Controriforma. Vol. I. Gius: Laterza e Figli, 1960.
- BEMBO, Pietro. **Prose della volgar lingua**. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1931.
- CASTIGLIONE, Baldassare. **O cortesão**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CÍCERO, Marco Túlio. **De oratore**. Texto latino com tradução para o inglês de E. W. Sutton. Cambridge: Harvard University Press, 1948.
- DANIELLO, Bernardino. Della poetica. In: WEINBERG, Bernard. **Trattati di poetica e retorica del Cinquecento**. Roma: Laterza Editore, 1970-1974. Disponível no sítio: www.bibliotecaitaliana.it.
- DOLCE, Lodovico. **Dialogo della pittura di Messer Lodovico Dolce**, intitolato l'Aretino. Nel quale si ragiona della dignità di essa pittura, e di tutte le parti necessarie, che a perfetto pittore si acconvengono: com esempi di pittori antich e moderni: e nel fine si fa mentione delle virtù e delle opere del divin Titiano. Venice: Gabriel Giolito, 1557.
- _____. **Aretino oder Dialog über Malerei**: Übersetzt von Cajetan Cerri und Mit Einleitung, noten und index versehen von R. Eitelberger Von Edelberg. Wien: Wilhelm Braumüller – K. K. Hof. und Universitätsbuchhändler, 1888.
- _____. **L'Aretino: dialogo della pittura, com l'aggiunta di varie rime e lettere**. Introduzione e note di Guido Batelli. Firenze, 1910.
- _____. Dialogo della pittura intitolato l'Aretino. In: BAROCCHI, Paola (org.). **Trattati d'arte del Cinquecento**: Fra Manierismo e Controriforma. Vol. I. Gius: Laterza e Figli, 1960.
- _____. **Dialogue de la peinture intitule l'Aretin**. Apresentação e notas, Lauriane Fallay d'Este. Tradução Nathalie Bauer. Paris: Klincksieck, 1996.
- _____. **Der Dialog über die Malerei**: Lodovico Dolces Traktat und die Kunsttheorie des 16. Jahrhunderts: mit einer kommentierten Neuübersetzung. Übersetzer Gudrun Rhein. Colonia-Weimar-Wien: Böhlau Verlag Köln, 2008.
- _____. **Diálogo de la pintura, titulado Aretino, y otros escritos de arte**. Edición de Santiago Arroyo Esteban. Madrid: Ediciones Akal, 2010.
- GAYE, G. Carteggio inédito d'artisti dei secoli XIV, XV, XVI, pubblicato ed illustrato com documenti pure inediti dal Dott. Giov. Gaye. Firenze, 1839-40.

- In: BAROCCHI, Paola (org.). **Trattati d'arte del Cinquecento**: Fra Manierismo e Controriforma. Vol. I, Bari, Gius. Laterza e Figli, 1960.
- HORÁCIO. **Arte poética**. Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Editorial Inquérito, 1984.
- LEE, Rensselaer W. Ut pictura poesis: the humanist theory of painting. **Art Bulletin**, 22, 1940.
- KOSSOVITCH, Leon. A emancipação da cor. In: NOVAES, Adauto (org.). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- LAUBERG, Heinrich. **Elementos de retórica literária**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- ORTOLANI, S. Le origini della critica d'arte a Venezia: L'Arte, XXVI, 1923 In: BAROCCHI, Paola (org.). **Trattati d'arte del Cinquecento**: Fra Manierismo e Controriforma. Vol. I. Gius: Laterza e Figli, 1960.
- PANOFSKY, Erwin. **Renascimento e renascimentos na arte ocidental**. Lisboa: Editorial Presença, 1960.
- QUINTILIANO, M. Fábio. **Instituições oratórias**. 2 Volumes. São Paulo: Edições Cultura, 1944.
- ROMEI, Giovanna. Voz: "Dolce, Lodovico". In: _____ **Dizionario biografico degli italiani**. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1991, p. 399-405, Disponível no site: [http://www.treccani.it/enciclopedia/lodovico-dolce_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/lodovico-dolce_(Dizionario-Biografico)/).
- ROSKILL, Mark W. Roskill. **Dolce's Aretino and Venetian art theory of the Cinquecento**. Toronto: University of Toronto Press, 2000.
- SABBATINO, Pasquale. **La bellezza di Elena**: l'imitazione nella letteratura e nelle arti figurative del Rinascimento. Roma: Leo S. Olschki Editore, 1997.
- SANTANGELO, Giorgio (a cura di). **Le epistole "De imitatione", di Giovanfrancesco Pico della Mirandola e di Pietro Bembo**. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1954.
- VASARI, Giorgio. **Le vite de' più eccellenti architetti, pittori, et scultori italiani, da Cimabue, insino a' tempi nostri**. Nell' edizione per i tipi di Lorenzo Torrentino, Firenze 1550. 2 Volumes. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1986.
- _____. **Le vite dei più eccellenti pittori, scultori et architetti**. Roma: Grandi Tascabili Economici Newton, Newton & Compton Editori, 1991.
- _____. **Le vite de' più eccellenti architetti, pittori, et scultori italiani, da Cimabue, insino a' tempi nostri**. 2 Volumes. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2010.
- _____. **Vidas dos artistas**. Edição de Lorenzo Torrentino, 1550. Tradução de Ivone Castilho Bennedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- VICKERS, Brian. **In defense of rhetoric**. London: Oxford University Press, 2002.

A História geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen: apontamentos sobre o gênero biográfico na escrita da história Oitocentista

Francisco Adolfo de Varnhagen's *História geral do Brasil*: notes on the biographical genre in the writing of history during the 19th century

Evandro Santos

evansantos.hist@gmail.com

Doutorando

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Rua Sino da União, 65 – Mathias Velho

92325-380 – Canoas – RS

Brasil

Resumo

O artigo analisa, de modo sintético, aspectos da incorporação da biografia na economia do texto da principal obra do diplomata e historiador nascido no Brasil Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), qual seja, sua *História geral do Brasil*, publicada em dois volumes, nos anos de 1854 e 1857. O foco recai sobre a parte final da obra, momento em que o historiador aproxima-se temporalmente dos acontecimentos históricos narrados, o que remete a interferências específicas tanto no que tange à figura do historiador no Oitocentos como ao caráter que definiria o texto de história e sua credibilidade.

88

Palavras-chave

Biografia; Historiografia; Francisco Adolfo de Varnhagen.

Abstract

The article briefly analyses aspects of the incorporation of the biography-genre in the text structure of the main work of the diplomat and historian Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), born in Brazil and author of the work *Historia geral do Brazil*, published in two volumes, in the years of 1854 and 1857. The article is focused on the final part of his work, namely on the moment when the historian comes temporally closer to the narrated events, which refer to specific interferences, not only regarding the figure of the historian in the 19th century, but also the character that would come to define the history-text and its credibility.

Keywords

Biography; Historiography; Francisco Adolfo de Varnhagen.

Aprovado em: 14/12/2011

Enviado em: 4/6/2012

* Este artigo é uma parte modificada de minha dissertação de mestrado, intitulada *Tempos da pesquisa, tempos da escrita: a biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen (1840-1873)*, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2009. Ela contou com apoio financeiro do CNPq.

Falar por si, falar de outros: a escrita da história entre antigos e modernos

Este artigo pretende examinar brevemente alguns aspectos da presença de pesquisas biográficas na principal obra do diplomata e historiador nascido no Brasil Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). Sua *História geral do Brasil* foi publicada em dois volumes, nos anos de 1854 e 1857, com reedição revista, aos cuidados do autor, em 1877.¹ Atentando à parte final da obra, momento em que o historiador aproxima-se temporalmente dos acontecimentos por ele narrados, esta análise tem como escopo central apontar relações entre a operação historiográfica varnhagueniana e as participações biográficas presentes no referido trecho da obra. A partir da leitura de outros textos do mesmo autor objetiva-se, ainda, identificar características do ofício historiográfico em meados do século XIX, tendo por ensejo as marcas políticas e históricas coadunadas e passíveis de verificação no conjunto de escritos selecionado dentre o vasto legado associado a Varnhagen.

O historiador aqui tratado, entre muitas produções, escreveu biografias. São elas que o ligavam mais fortemente, pela profusão, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), espaço financiado pelo poder imperial, sediado no Rio de Janeiro desde 1838. A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, periódico do citado órgão, foi um importante divulgador de notícias biográficas (OLIVEIRA 2011). Nessa esfera, Varnhagen foi um dos mais profícuos colaboradores, tido por José Honório Rodrigues como o iniciador da biografia no Brasil oitocentista (RODRIGUES 1957, p. 277). Sua rubrica na seção biográfica da *Revista*, no conjunto, constitui 25 biografados e 31 textos, que mesclam biografias por ele elaboradas, pequenas reescrituras dessas com correções e informações complementares e reedições comentadas de estudos editados em outras publicações, embora nem todos de autoria do historiador, datados entre 1840 e 1873.²

Tanto a história como a biografia estavam sujeitas, naquele lugar, à concepção exemplar do conhecimento do passado: “A *historia magistra vitae* não é apenas um adágio erudito, ela é também um princípio organizador que justifica e ao mesmo tempo orienta as investigações do IHGB. Eternizar, salvar os fatos são fórmulas que provêm desse princípio” (CEZAR 2011a, p. 97). Seguindo o modelo retórico associado a Cícero e que poderia ser expandido ao contexto helenístico em geral, o regime de historicidade antigo convertia a opção pela narração de vidas em instrumento pedagógico (HARTOG 2006, p. 16). O elogio e o culto dos grandes homens estavam grafados como tarefas de grande valor nos textos que fundamentavam o discurso no órgão então ocupado da formação de um panteão que expressasse um tempo nacional inexistente até a sua instauração (ENDERS 2000).

¹ Para um estudo das edições póstumas e dos trabalhos de anotação da *História geral*, sobretudo a cargo de Capistrano de Abreu e de Rodolfo Garcia, ver BATALHONE JUNIOR (2011).

² Merece menção a significativa concentração de notas biográficas assinadas por Varnhagen publicadas na década que antecedeu às publicações da *História geral do Brasil* e de seu *Florilégio da poesia brasileira*, compêndio de poesias editado em três volumes nos anos de 1850 e 1853, obra igualmente acompanhada de pesquisas biográficas (VARNHAGEN 1946).

Neste sentido, de volta a *História geral*, cabe observar que o tempo proeminente em Varnhagen era aquele de D. Pedro II. Monarquista declarado, nos raros momentos em que o historiador remetia ao futuro, este falava inarredavelmente em um projeto imperial, ou seja, em um “futuro presente”, ou um “futuro passado”, a depender da perspectiva.³ Cuidadoso, não perdia a oportunidade de esclarecer junto ao mesmo Imperador quaisquer dúvidas quanto à fidelidade política que guardava:

Não poderia aqui explicar uma a uma todas as razões que tive para dar certos toques, para empregar tais ou tais frases na *História geral*. Assim v. gr. na pag. 412 (do Tomo 2º) há duas palavras que parecem desfavorecer, e sem embargo estão aí de intento e depois de muita reflexão. Era necessário começar por não me constituir adulator, para melhor encaminhar comigo o leitor a crer o que logo depois digo em tópicos mais melindrosos e essências à *heroicidade*. Como *cronista* poderei ser mais adulator ou panegirista, como historiador produziria efeitos negativos. Creio que faço justiça ao Sr. D. Pedro I (VARNHAGEN 1961, p. 246-247).⁴

As duas palavras que supostamente desfavoreceriam D. Pedro I, como apontou Claro Ribeiro de Lessa na *Correspondência ativa* de Varnhagen, seriam “nem sempre grave” e “às vezes caprichoso”.⁵ Contudo, o que é oportuno ser destacado nesse registro explicativo em forma de missiva é a atribuição que o remetente faz ao papel do historiador. Este não deveria ser um adulator e seu leitor deveria ser conduzido a acompanhá-lo sob este aparte neste *contrato de leitura*.⁶ Acerca

90

³ Em 1857, ano de publicação do segundo tomo de sua *História geral do Brasil*, em carta enviada ao Imperador, comentando acerca do *Memorial Orgânico*, um de seus textos políticos, escreve Varnhagen: “Sobre este ponto nada mais digo quando V. M. I. sabe tudo, e quando não desconhece que o empenho principal que me guiou a pena do *Memorial orgânico* foi o de promover desde já com a maior segurança possível a unidade e a integridade do Império futuro, objeto constante do meu cogitar”. Carta a D. Pedro II, Madrid, 14 de julho de 1857 (VARNHAGEN 1961, p. 246). Para um estudo dedicado à análise centrada no *Memorial*, ver JANKE (2009). A expressão “futuro passado” é uma paráfrase àquela do historiador alemão Reinhart Koselleck. Ao explicitar sua tese sobre o movimento de temporalização da história que, segundo ele, pode ser percebido em uma análise que compreende os séculos XVI e XIX, verifica que as mudanças na hierarquia entre religião e política influenciaram uma nova temporalidade, por sua vez, própria da modernidade. Seguindo o autor, foi-se das profecias à ideia de prognóstico. Se as profecias apocalípticas destruíam o tempo, com os prognósticos o tempo ganha configurações diversas, cabendo àqueles capturar este último (KOSELLECK 2006, p. 21-39). Em todas as citações de fontes coevas, a grafia original foi preservada. Para uma recente proposta de discussão acerca do uso da expressão na historiografia brasileira do Oitocentos ver ARAUJO (2011).

⁴ Carta a D. Pedro II, Madrid, 14 de julho de 1857.

⁵ A preocupação de Varnhagen com relação à imagem de D. Pedro I, em meados da década de 1850, pode ser também pensada como pertencente aos debates acerca da conformação da memória do primeiro imperador, retrabalhada pelos representantes Saquaremas, esforços que atravessaram três décadas e, no período, assumiam feições de projeto concretizado. Como lembra Zina Argollo Valdetaro, ao examinar os planos para a construção da estátua equestre de Pedro I, o IHGB e Varnhagen caminhavam juntos rumo à monumentalização imperial e nacional: “essa era, também, uma das mais expressivas preocupações e relevantes missões a serem cumpridas pelo IHGB, centro irradiador de estímulos para a construção de monumentos históricos, quer sob a forma de letras, como a primeira história geral do Brasil, elaborada por Varnhagen, quer sob a forma de qualquer iniciativa que captasse e projetasse o Brasil e suas diversas especificidades. Um museu ou uma revista, uma obra literária ou um monumento, quaisquer obras que se revestissem de um caráter instrutivo a respeito do país eram vistas como dotadas de relevância”. (ARGOLLO VALDETARO 2008, p. 51). Para a análise da mencionada proposta de construção da estátua equestre, ver especialmente o segundo capítulo do trabalho.

⁶ De acordo com Paul Ricoeur: “Com efeito, do autor é que parte a estratégia de persuasão que tem como alvo o leitor. É a essa estratégia de persuasão que o leitor responde acompanhando a configuração e apropriando-se da proposta do mundo do texto”. Deve ser mencionado: Ricoeur destaca que, “do mundo do texto” ao “mundo do leitor”, são as variantes da *comunicação* que se estabelece do autor àquele que lê os fatores que determinam, por exemplo, a distinção da narrativa histórica (RICOEUR 1997, p. 277).

disso, cabe lembrar as considerações de Luiz Costa Lima que, retomando Luciano de Samósata e seu tratado intitulado *Como se deve escrever a história* (165 d.C.), ocupa-se dos íntimos contatos da retórica com a historiografia antiga. A partir de passagens em que Luciano defendia aquela noção de que deveria o historiador conhecer a diferença entre o que escreve e o panegírico, afirma Costa Lima: “A crítica veemente a que Luciano submetia os historiadores se tornava mais freqüente porque – outra vez, com a exceção da *Poética* aristotélica – os antigos se contentavam em caracterizar os gêneros poéticos pelo ornamento e pelo seu excesso” (LIMA 2006, p. 96).⁷ No Oitocentos, o lugar da escrita histórica e os esforços para caminhar da eloquência à crítica convocavam à discussão e agregavam outros pontos abertos pelo suposto “ocaso” da *historia magistra vitae* (LIMA 2006, p. 120-125).⁸

Três anos antes, em 1854, em contrapartida, Varnhagen retomava outra definição (atenta não ao executor, mas justamente à resolução formal do seu trabalho) através de um *post editum* – uma nota tardia de edição – publicado ao final do primeiro tomo da sua *História geral do Brasil*:

Uma coisa é a história geral (ainda quando não resumida) de um Estado, e outra são as atas das suas cidades e vilas; os anais e fastos das suas províncias; as crônicas dos seus governantes; as vidas e biografias de seus cidadãos beneméritos. Aquela não impede que nestas se trabalhe, e em cada qual tem a narração proporções convenientes (VARNHAGEN 1854, p. 478).

Tanto os argumentos sobre as propriedades do historiador como os enquadramentos que uma chamada “história geral” deveria ter faziam parte de sua *retórica da nacionalidade*, ainda que não discutidos em profundidade por Varnhagen.⁹ Chama a atenção, através da leitura de sua *História*, o quanto tais argumentos indicavam a necessidade de se estabelecer algumas nuances relativas às questões pelas quais passava a escrita da história no Brasil do século XIX. Ser historiador, escrever a história: ofício e prática consideravelmente pouco precisos, ao menos nos moldes e no contexto a partir dos quais Varnhagen pretendia desenvolver o seu trabalho.¹⁰

91

⁷ O autor propõe uma leitura da questão retórica tendo por base, além do texto de Luciano, escritos de Cícero, Aristóteles, Dionísio e Quintiliano, além de leituras modernas.

⁸ Não é demais citar o comentário de Varnhagen, no prólogo à segunda edição da *História geral*, em 1877: “Cada dia nos convencemos mais de que a história é um ramo da crítica, não da eloquência [...]” (VARNHAGEN s/d, p. XII). Sobre a permanência da retórica para além do século XIX, no Brasil, ver SOUZA 1999.

⁹ De acordo com José Honório Rodrigues, ao inventariar os gêneros históricos na história do Brasil: “A história geral desde Frei Vicente do Salvador, Rocha Pitta, Abreu e Lima, Rio Branco, Galanti, Rocha Pombo até Pedro Calmon, afora as estrangeiras e a didática (especialmente os mais representativos, José Pedro Xavier Pinheiro, J. M. de Macedo e João Ribeiro) constitui capítulo da nossa história da historiografia brasileira” (RODRIGUES 1957, p. 190). Entendo a noção de *retórica da nacionalidade* tal como formulada por Cezar: “conjunto de estratégias discursivas aparentemente caracterizadas pela dispersão de seus elementos constituintes, utilizadas com vistas a persuadir os brasileiros de que, a despeito da natureza heterogênea e compósita de sua formação social, partilhavam de um mesmo passado, e por consequência de uma mesma origem e uma mesma identidade” (CEZAR 2011b, p. 48, tradução nossa). Esta noção será a chave de leitura na segunda parte deste artigo.

¹⁰ Tal qual ressalta Taíse Silva: “Como paradigma dos problemas que envolvem a tarefa historiadora no século XIX Varnhagen alude à problemática da indefinição do estatuto de suas práticas, estando ele como historiador mais próximo do que chamaríamos contemporaneamente de literato ou erudito. [...] Sua *História geral* configuraria uma narrativa caleidoscópica, a partir da qual é possível agrupar e reagrupar diversos elementos, formando imagens de uma *História*, a cada leitura, diversa de si mesma” (SILVA 2006, p. 115).

Encontrar as devidas proporções de uma história geral não parecia ser tarefa de fácil solução, apesar de Varnhagen dar indicações de possuir nítidas concepções. Além do assumido enlace ao poder imperial, que emerge nos textos de historiador de maneira ampla, a então recente movimentação disciplinar da história, ao mesmo tempo em que legitimava a produção desse conhecimento e a figuração do pesquisador como um profissional, acabava por criar incongruências e limitações. Tais entraves envolviam o próprio trabalho com o tempo histórico e a conjuntura política. Atas, anais, crônicas e biografias fazem parte dos interesses de Varnhagen, mas em nada disputam com a grande obra dedicada ao Imperador. A *História* é outra coisa. O historiador deve dominar e ser capaz de atribuir, na leitura ou escrita dessas formas narrativas, “proporções convenientes”. Diferentemente da antiga marcação instauradora no salto dos anais à escrita da história, associada a Cícero, não significava ir de uma a outra fórmula, mas dominá-las sob um novo regime.¹¹

Já em 1843, uma década antes da primeira edição da *História geral*, ao comentar de suas pesquisas nos arquivos da Torre do Tombo com seu amigo Januário da Cunha Barbosa, dizia Varnhagen:

Lá virá tempo em que eu não tenha arquivos e então o organizar dos documentos, a redação histórica será o meu cuidado. – Estes documentos soltos não os quero enviar por que é necessário para terem curiosidade mesmo na Revista uni-los e combiná-los em doutrinas que façam tal ou qual corpo (VARNHAGEN 1961, p. 103).¹²

92

Ora, a partir da opinião citada, é possível observar que o ofício do historiador, se deveria dar conta da ordenação dos recursos documentais, não se resumia a tal atividade. A “curiosidade” da história não está simplesmente nos documentos, mas na ordem que lhe é dada pelo historiador.

De todo modo, Varnhagen não esteve isento da crítica, feita por ele mesmo, direcionada àqueles que o precederam no tocante à definição do que viria a ser, formalmente, o registro escrito produzido pelo historiador. Capistrano de Abreu, segundo Maria da Glória de Oliveira, veria resquícios de crônica em Varnhagen. Desprezar a forma da crônica foi um gesto que atravessou o século.¹³ Conforme sugere a historiadora,

¹¹ Em *Do orador*, redigido em 55 a.C., falava Cícero: “Pois a história não era mais que a confecção de anais. Com esse objetivo e para guardar a memória oficial é que, do começo dos acontecimentos e Roma até o pontífice máximo Públio Múcio, o pontífice máximo punha por escrito todos os acontecimentos de cada ano e escrevia-os numa tábua branca que expunha em sua casa, para dar ao povo a possibilidade de conhecê-los: é o que ainda se chama de grandes anais” (*apud* HARTOG 2001a, p. 145). Conforme Hartog, “A história sai dos anais, que não são mais que o desenvolvimento da primeiríssima crônica elaborada pelo pontífice máximo. [...] Porque o pontífice? Porque ele era, por sua função, um mestre do tempo: do mesmo modo que fixava o calendário, tinha ‘o poder de preservar em sua *tabula* a memória dos acontecimentos [...]” (HARTOG 2001a, p. 180; ver também LE GOFF 1994, p. 485-533).

¹² Carta ao Cônego Januário da Cunha Barbosa. Lisboa, 14 de março de 1843. O periódico mencionado por Varnhagen é a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

¹³ Ver o interessante estudo de Eduardo Sinkevisque sobre a obra de Rocha Pita, onde busca escapar e fazer a crítica da recepção romântica oitocentista desse autor (SINKEVISQUE 2000).

O que parece estar em questão no rechaço à crônica, presente tanto no plano de Martius quanto na crítica de Capistrano a Varnhagen, é o problema da adequação deste modo de escrita a uma representação especificamente 'histórica' do passado. Em ambos, a depreciação deste gênero de relato justifica-se pela sua incapacidade de conferir coerência, unidade e inteligibilidade aos acontecimentos narrados (OLIVEIRA 2006, p. 78).¹⁴

Uma última observação, que remete à abertura deste ponto da análise e deve encaminhar o próximo que se segue e constitui o foco desse breve artigo: a biografia na economia do texto da *História geral do Brasil*. Ela, a biografia, outro dos gêneros citados por Varnhagen como instrumento de comparação na definição de sua obra, é citada na última seção efetivamente narrativa dessa, onde a figura de Pedro I encerra a *História* com a transcrição de uma carta por este escrita quando de sua abdicação, em 1831, três anos antes de vir a falecer.¹⁵ Anuncia Varnhagen: "Paremos por em quanto aqui. A independência e o império ficam proclamados; e este com bandeira, escudo d'armas, ordem de mérito, laço e hino nacional" (VARNHAGEN 1857, p. 442). Na sequência, alega o historiador que o término de sua narração dava-se naquele ponto em função dos limites documentais e dos "resguardos que se devem aos vivos [e que] pediriam uma redação que não ataria bem com a imparcialidade que guardamos pelo passado" (VARNHAGEN 1857, p. 442).¹⁶ Ainda comenta que embora não se atreva a avançar no tempo em uma história contemporânea, "não nos despedimos de a seguir estudando, coligindo novos materiais para ela, e desde já escrevendo algumas biografias de indivíduos falecidos, e cuja vida nem apresenta pontos melindrosos, nem careça de todo de futuros esclarecimentos" (VARNHAGEN 1857, p. 442). Assim, o último personagem da *História geral* não ganharia ali uma biografia, mas uma "modesta *Crônica de D. Pedro I*". Portanto, gêneros tais, história geral e biografia, guardavam seus relevos efetivamente diversos. Da mesma forma, pode-se inferir que se a história não poderia resumir-se à crônica (ou seja, às reduções apressadas e desvinculadas de seu contexto), tampouco a escrita biográfica, em casos determinados, seria merecedora desse tratamento por parte do pesquisador.

¹⁴ Esta análise da crítica de Capistrano de Abreu à escrita varnhageniana constitui uma excelente abordagem historiográfica dessa questão. Sobre o plano de escrita da história elaborado pelo bávaro Carl Friedrich Phillip von Martius, mencionado pela historiadora, ver CEZAR 2003.

¹⁵ Para uma análise das disputas políticas próprias do período a obra de Varnhagen é interrompida, ver MATTOS 2004.

¹⁶ Nesta passagem, Varnhagen anuncia que se prepara para a redação de uma história geral dos primeiros anos do império, que se confirmou com sua póstuma *História da Independência*, só publicada pela primeira vez no ano de 1916, na *Revista do IHGB* (VARNHAGEN 1916/1917, p. 5-598). As características particulares relativas aos testemunhos que serviram ao historiador na elaboração dessa obra merecem uma análise particular. Eliete Tiburski defendeu recentemente, no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, uma dissertação de mestrado intitulada *Escrita da história e tempo presente no Brasil oitocentista* na qual se dedica a analisar o referido trabalho póstumo atentando, entre outros aspectos, às peculiaridades da produção de uma história do tempo presente e suas implicações no Brasil do século XIX. É interessante observar, ainda, que no prefácio da *História da Independência* Varnhagen pontua novamente a diferença de gênero narrativo que tomei como fio condutor parcial para chegar às inserções biográficas na *História geral*. Nesse prefácio, escreve o autor: "Quanto ao método adotado na exposição, foi a própria experiência que no-lo aconselhou. Não escrevemos anais, escrevemos uma História, e os saltos continuados a uma e outra província, deixando interrompido o fio dos sucessos importantes e capitães, produzia confusão e não permitia que os próprios das províncias fossem convenientemente explicados" (VARNHAGEN 1916/1917, p. 28).

Ademais, quais seriam, enfim, os biografados dessa *História*? Entre os tantos nomes citados na obra, quais aqueles que receberiam tratamento biográfico, isto é, mais que uma menção, teriam suas vidas incorporadas à história do Brasil projetada por Varnhagen? Américo Vespúcio, com certeza. Martim Afonso de Souza e seu irmão Pero Lopes, igualmente. O mitológico Diogo Álvares – o Caramuru – também emerge como personagem na obra. De certa forma os indígenas têm lugar garantido.¹⁷ Assim, quais as dimensões biográficas da mesma e a que estariam elas relacionadas? Afinal, depois de iniciar esse estudo partindo do final – ainda que se pretenda, a todo momento, ligar o começo e o fim da obra ao seu presente, aquele do seu autor – pode-se perseguir, na temporalidade definida por Varnhagen, alguns episódios biográficos relevantes na compreensão do contrato de leitura por ele proposto.

O objetivo do próximo eixo desse artigo é menos o de destacar o nome de Varnhagen e sim investigar como este, convertido em narrador, opera as noções de tempo que deslocam os personagens da *História geral do Brasil* para outros períodos históricos que não o presente oitocentista. Agrego, por ora, às indagações supracitadas as seguintes: que diálogos podem ser estabelecidos entre as dinâmicas da operação historiográfica de Varnhagen e os episódios eminentemente biográficos na segunda parte de sua principal obra? Usos da biografia ou abusos de uma historiografia comprometida com a política? Ou melhor, para encerrar, escolhas disciplinares ou jogos com a memória?

94

Dizer e fazer ver: o gênero biográfico e a retórica da nacionalidade

Em carta escrita no dia 2 de dezembro de 1852, comentava Varnhagen ao Imperador: “A *História do Brasil* está já em 1654. Capitularam os holandeses e foram-se embora. A esta célebre guerra de trinta anos dediquei três capítulos, e creio mais que suficientes para não ser aqui, só porque haja mais historiadores, mais minucioso do que antes ou depois” (VARNHAGEN 1961, p. 193).¹⁸ Contudo, mesmo trabalhando no sentido de garantir certa unidade à obra, seu autor não foi capaz de conter a riqueza das fontes e seu interesse pelas guerras contra os “invasores” franceses e holandeses, características dos anos finais do século XVI e boa parte do seguinte (RODRIGUES 1979, p. 37-77). Foi, sem dúvida, na narração desses combates e na descrição de seus vultos que o historiador mais profundamente explorou um tema específico e o gênero biográfico.

Logo no início de sua narrativa, Varnhagen já apresenta um de seus heróis, Felipe Camarão, cujos estudos dedicados a averiguar sua naturalidade, também de autoria varnhagueniana, podem ser localizados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (VARNHAGEN 1867). Na primeira edição da *História geral* sua entrada ocorre assim:

¹⁷ Estes biografados, presentes sobremaneira no primeiro volume da *História geral*, serão analisados em artigo a ser publicado posteriormente.

¹⁸ Carta a D. Pedro II, Madrid, 2 de dezembro de 1852. É interessante observar que Varnhagen faria comentário semelhante na própria *História geral*, citando depois, em nota de rodapé, a referência indireta a Guizot: “D’ora em diante os nossos anais vão sendo mais copiosos em fatos, e começaremos a ser mais concisos; seguindo a máxima de um dos primeiros escritores de nossos dias de que é principalmente junto ao berço das nações que mais cumpre ao historiador demorar-se, contemplando-as” (VARNHAGEN 1854, p. 357).

Nas primeiras escaramuças da nova campanha os nossos levavam sempre a melhor; e então começaram a ser organizados em guerrilhas, cujos chefes tinham o nome de patente de *capitães de emboscada*. De uma dessas guerrilhas foi chefe célebre Índio Poty, ao diante mais conhecido por D. Antonio Filippe Camarão; o qual veio, por seus distintos serviços, a ser pelo rei agraciado com a mercê do habito de Cristo, a patente de capitão mór dos índios, e a tença anual de quarenta mil réis. Este índio célebre era filho do Ceará, e fora dali trazido, com todos os bravos de sua escolta, pelo capitão Martim Soares, apenas teve notícia do perigo de Pernambuco (VARNHAGEN 1854, p. 362).

A partir daí, o protagonista – líder dos índios aliados aos portugueses – retornará ao texto diversas vezes. É possível afirmar que, como em nenhum outro momento da *História geral*, as premissas do antigo regime de historicidade despontam na exposição dos personagens. Nestas passagens, que ultrapassaram em muito as três seções pretendidas por Varnhagen, de simples incorporação de atores sociais, por vezes severamente críticas ou apressadas, o que se percebe é a incursão de verdadeiros heróis. A *historia magistra vitae* que, como supõe alguns exames, perdeu gradativamente sua força desde o final do século XVIII, parece ter sua fórmula retrabalhada neste determinado ponto do livro.

Além de Felipe Camarão, André Vidal seria outro herói nacional a ser recordado:

Nestas correrias se distinguia o jovem Paraibano André Vidal, que depois veio a representar tão importante papel na restauração de Pernambuco. Chegou Vidal, em companhia de Sebastião de Souto, por terra até a Paraíba, destruindo mais de quarenta mil arrobas de açúcar. Desta correria saiu o valente paraibano com uma chuçada no peito (VARNHAGEN 1854, p. 375).

95

Como se pode notar, são os personagens que não só conduzem, mas acabam por organizar a narrativa tanto no tempo quanto no espaço. É provável que Varnhagen retorne tão frequentemente aos percursos individuais até mesmo para que tal ordem se sustente em meio ao excesso de informações que se sucedem nas descrições dos acontecimentos relacionados às lutas.

O hipotético sentimento nacionalista do século XVII atinge praticamente todos os nomes mencionados. O militar italiano Bagnuolo, no Brasil a serviço do rei espanhol, por exemplo, acusado de traição e covardia por seus coetâneos, teve contra si, na opinião de Varnhagen, o fato de não ser um membro da União Ibérica:

O maior pecado que tinha Bagnuolo (sejamos francos) era ser estrangeiro, para os brasileiros e portugueses, e também para os Castelhanos. É já tempo de sermos mais generosos com esse italiano que, com poucos recursos, tantas vezes expôs a sua vida pela nossa pátria (VARNHAGEN 1854, p. 379).

De outra feita, a sutil crítica à ideia de independência, quando transposta para o período, no mesmo sentido do que ora se trata aqui, ganha contornos positivos, como na passagem em que o historiador oitocentista fala na figura de Amador Bueno:

Se acreditamos a tradição que no século passado recolheu um monge beneditino filho da província, houve até o pensamento de independência; e ao tratar-se de o realizar não se levou a efeito pela abnegação de Amador Bueno, a quem foi oferecida à coroa. O crédito em que era tido na província este grande homem se colige das seguintes palavras da eloquente representação, com que no ano imediato o recomendavam ao rei, 'como homem rico e poderoso, bem entendido, capaz e merecedor de todos os cargos em que V. M. o ocupar, porque nos que de fora encarregado deu sempre verdadeira conta e satisfação (VARNHAGEN 1854, p. 408).¹⁹

No entanto, no contexto das invasões holandesas, nenhum personagem será mais admirado por Varnhagen do que Maurício de Nassau, um nome que de certa forma ordena parte da temporalidade do evento trabalhado. Nas palavras daquele:

A mencionada Companhia Ocidental e os Estados Gerais conheceram a necessidade de mandar ao Brasil um chefe hábil e prudente, que reunisse, como um vice-rei, a autoridade militar e civil, e tratasse com justiça e igualdade conquistados e conquistadores. Com aplauso geral foi para tal cargo lembrado o ilustre Mauricio de Nassau, primo do príncipe de Orange, e já afamado na Europa por seus feitos distintos, sobretudo militares. A acertada administração desse primeiro príncipe das casas reais da Europa que pôs pés no continente americano merece um especial lugar na história da civilização do nosso território, e justo é que a ele dediquemos, exclusivamente as duas seguintes secções (VARNHAGEN 1854, p. 375).

O historiador seguiria em tom laudatório:

96

– Tal é a condição humana! Um só homem, um só nome, um centro prestigioso pode muitas vezes operar em nossos ânimos o que não conseguiriam os mais heroicos estímulos da glória e da ambição. Nesta parte a história é melhor mestra da humanidade que o raciocínio dos filósofos, que, sem conhecimento prático do homem, pretendem dar preceitos para o governo dos homens (VARNHAGEN 1854, p. 376).

No que toca à ideia de heroísmo, é importante questionar os motivos pelos quais, no caso específico das descrições e análises das lutas com os holandeses, Varnhagen se utilizava de referências como a seguinte:

Esta pequena divisão desprotegida não desanimou no meio da orfandade, comparável a do exercito dos dez mil na Pérsia quando perdeu os seus chefes. Luiz Barbalho foi o Xenofonte que dirigiu a trabalhosa retirada, sendo para lamentar que não nos deixasse, como o caudilho ateniense, a narração dos serviços que então lhe deveu a pátria (VARNHAGEN 1854, p. 394).

Qual seria a circunstância para a crença varnhagueniana, conforme alguns autores costumam verificar, na guerra como um elemento nacional aglutinador? Não constitui o objetivo dessa análise buscar respostas para a inclusão das remissões de antigos e modernos na *História geral* e seus efeitos na operação historiográfica do autor, o que certamente constituiria outro estudo. A intenção aqui é menos abrangente. Todavia, considerando-se Tucídides, autor da

¹⁹ O monge beneditino a quem se refere Varnhagen é Frei Gaspar de Madre Deus, como o mesmo indica em nota de rodapé.

conhecida *História da Guerra do Peloponeso*, e também o mais importante nome vinculado à biografia entre os antigos, Plutarco, e suas *Vidas paralelas*, o que haveria de semelhante ou ilusória familiaridade na escrita sobre as lutas em Varnhagen? Por que seus “ilustres” tornavam-se mais marcantes nesse assunto em especial? O que motivaria o historiador a estudar suas vidas e tomar partido deste ou daquele nome, como no caso abaixo:

Tinha-a André Vidal de Negreiros, filho da Paraíba, e que já em secções precedentes deixamos conhecido por notáveis feitos de guerra, em consequência dos quais foi sucessivamente promovido por distinção até o posto de tenente de mestre de campo, que podemos dizer de tenente-coronel; pois que ainda que a alguns postos da milícia se davam nomes diferentes dos de hoje, eram eles quase os mesmos, e se haviam de todo introduzido no Brasil durante esta guerra. E bem que não faltassem escritores, que, contradizendo às vezes sua afirmativa com os próprios fatos que narravam, quisessem, em parte por disfarce politico, outorgar toda a gloria a João Fernandes Vieira, chamando-lhe já Valerozo Lucideno, já Castrioto lusitano, nós apelamos unicamente para os fatos comprovados, e ao examiná-los o leitor julgará se, dando a palma a André Vidal, no mais mínimo sentenciamos com paixão. Lisonjeiro nos é sem dúvida ter de exaltar a memória de um ilustre patrício; mas no caso atual, em que para enaltecer a um herói, há que deixar um tanto deprimido outro, até agora injustamente exaltado em demasia, não o executáramos se a consciência guiada pela justiça, nos não alentara a ponto de conhecer que nos não cega a grande simpatia que temos pelas virtudes do herói paraibano, que não hesitamos apresentar como digno até de figurar em uma epopeia nacional (VARNHAGEN 1857, p. 3).

97

A passagem, embora longa, é de grande valia na tentativa de encontrar respostas a indagações como as que a precederam. Varnhagen desenvolve uma reflexão contundente, marcada pelo projeto de uma historiografia nacional no qual estava envolvido, mas também reveladora de seus pressupostos críticos nas pesquisas biográficas. Há, inclusive, como se pode notar, uma pequena revisão bibliográfica, dado que o autor da *História geral* cita duas importantes obras relativas aos eventos que narra: *Valeroso Lucideno* (1648), de Manuel Calado, e *Castrioto Lusitano*, concluído em 1675, de Rafael de Jesus. Esta última, como ressalta José Honório Rodrigues, muito criticada por Varnhagen, corresponde à biografia de João Fernandes Vieira, personagem ao qual buscava Varnhagen atribuir o devido mérito, garantindo a Vidal de Negreiros a láurea histórica (RODRIGUES 1979, p. 54-55). A correção biográfica do passado, tendo em vista uma visão histórica justa e correta da nação, é baseada no argumento de que caberia à história oitocentista corrigir tais equívocos, sem que se negasse o orgulho no elogio de um “ilustre patrício”. Ao atentar a tais aspectos, a tônica *magistra* perde em parte seu sentido de encarregar o presente de fixar paralelos com o passado.

De todo modo, é possível considerar também que o excesso de conduções individuais correspondam às imposições das fontes com as quais contava o historiador. Varnhagen, em linhas gerais contrariando Tucídides, duvida da oralidade presente nos documentos. Falando da insurreição na Bahia, ocorrida em meio aos acontecimentos das lutas, declara:

Efetuada pois a junção de todas as forças, e deixando agora de parte os diálogos de comédia que os escritores contemporâneos, e alguns modernos também, puseram em boca principalmente de Vidal e de Fernandes Vieira, desde logo se combinou o modo como havia que proceder ao ataque destes três pontos ocupados (VARNHAGEN 1857, p. 11).

Nestes termos, é preciso verificar mais acuradamente as supostas aproximações entre a escrita de Varnhagen e os modelos dos antigos. A pergunta deve recair nas motivações para as tão significativas participações dos heróis promovidos pelo historiador, como os já mencionados Camarão e André Vidal, além de outros que se revelam ao longo das seções, tais os casos de Salvador Correa de Sá e Benevides e Henrique Dias (VARNHAGEN 1857, p. 19 e 31). Em suas palavras:

Favorecei, ao menos a memória, de vossos heróis, de vossos escritores, de vossos artistas, e a vossa nação terá artistas, terá escritores e terá heróis. E se não podeis levantar os padrões, ao menos entretanto comemorai os seus nomes pelos outros muitos meios de que dispondes: comemorai esses nomes nos dos barcos de guerra, e até nos das próprias motrizes das vias férreas! (VARNHAGEN 1857, p. 21).

Em passagens como a supracitada, Varnhagen evidenciava sua preocupação: a nação precisava de heróis. Provavelmente, seria a marca de um uso político da tradição plutarqueana. A nação brasileira necessitava de seus grandes homens e, caso fossem eles “brasileiros”, tanto melhor.

98

A comprovação dos usos da biografia viria com a publicação, em 1871, da *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654* (VARNHAGEN 1955). No longo prefácio à obra, onde ressoa um ar polemista por parte do historiador, Varnhagen respondia a uma série de críticas que teria recebido em função das ressalvas que fizera às fontes por ele utilizadas na escrita da *História geral*. No entanto, o que interessa ressaltar é a seguinte explicação presente no prólogo daquela:

Achávamos, por motivos de serviço público, no Rio de Janeiro, e acidentalmente em Petrópolis, e ainda estava por decidir a titânica luta que o Brasil sustentou no Paraguai, e nem sequer as armas aliadas haviam vencido o Humaitá e éramos testemunhas dos desfalecimentos de alguns, quando, com o assentimento de vários amigos, nos pareceu que não deixaria de concorrer a acoroçoar os que já se queixavam de uma guerra de mais de dois anos, o avivar-lhes a lembrança, apresentando-lhes, de uma forma conveniente, o exemplo de outra mais antiga, em que o próprio Brasil, ainda então insignificante colônia, havia lutado, durante vinte e quatro anos, sem descanso, e por fim vencido, contra uma das nações naquele tempo mais guerreiras da Europa. Tal foi o estímulo que tivemos para nos lançarmos, antes do tempo prometido, à redação da história especial dos mencionados vinte e quatro anos de luta, incluindo também os precedentes, em que se haviam passado os preliminares dela [...] (VARNHAGEN 1955, p. 11-12).²⁰

²⁰ Houve uma segunda edição da obra já no ano de 1872.

Como não escondia Varnhagen, a publicação possuía uma clara finalidade: estimular os combatentes envolvidos na Guerra do Paraguai (1864-1870). Assim, arranjada a partir do que já havia escrito em suas patrióticas seções dedicadas às invasões na *História geral*, somando-se àquelas mais informações extraídas de alguns novos escritos e mapas por ele reunidos, o livro foi impresso. O modo como são tratados os personagens é extremamente semelhante ao que se desenvolve na obra geral. Padre Antônio Vieira é citado como uma testemunha confiável (VARNHAGEN 1955, p. 76). Os ganhos do governo de Nassau são descritos e elogiados (VARNHAGEN 1955, p. 206-213). Estabelece-se a comparação entre a figura de Luiz Barbalho e Xenofonte fazendo uso basicamente das mesmas palavras e argumentos (VARNHAGEN 1955, p. 236). Algo a ser destacado é a correção quanto à naturalidade de Felipe Camarão, cujas novas pesquisas do historiador revelaram equivocada aquela atribuída na *História geral* (VARNHAGEN 1955, p. 350).

Outra particularidade da *História das lutas* é a citação feita por Varnhagen de um documento em que os conjurados de Pernambuco, no ano de 1645, contrários ao domínio holandês, referem-se à localidade como “nossa pátria”, detalhe observado por Arno Wehling (VARNHAGEN 1955, p. 287). Para este:

Varnhagen foi o primeiro historiador a chamar a atenção para o fato de que a palavra ‘pátria’ foi utilizada pelos líderes da insurreição Pernambucana, em seu Manifesto, sem entrar em considerações sobre sua precisão semântica, associando-a implicitamente ao sentido nacionalista moderno (WEHLING 2001, p. 45, nota 15).

99

Ainda de acordo com Wehling, apesar da constatação de que a criação da nação, para o autor da obra, fosse um compromisso dos homens da sua época, ele identificava traços regionais de patriotismo nas reações anti-holandesas e na literatura arcádica do século XVIII (WEHLING 2001, p. 45).²¹

Ao final do livro, nos elogios aos heróis, Varnhagen rememora que André Vidal, por todos os seus méritos, exigia um Plutarco para dar devido trato a sua biografia (VARNHAGEN 1955, p. 389). E essa repetida opinião permite que se recupere aqui a segunda analogia com os antigos acima indicada. Que função o nome do autor das *Vidas paralelas* assumia no discurso varnhagueniano? François Hartog elaborou um estudo dedicado à investigação das recepções da obra plutarqueana em diferentes épocas. Segundo este, de certa forma, Plutarco ocupa a distância entre antigos e modernos e suas *Vidas* representam um legado de exceção: “Não há outro Plutarco entre os Antigos: escreve-se biografias, antes e depois dele, compõem-se tratados morais, numerosos, mas o projeto de vidas, concebidas como paralelas, é único” (HARTOG 2005a, p. 101). Ao verificar o lugar ocupado pelas *Vidas* na economia da obra do autor antigo, Hartog ressalta ainda que elas não se tratavam de história, mas de filosofia moral, a biografia consistia em um convite à vida filosófica, seguindo o padrão (vinculado a Pitágoras) de converter o leitor em espectador, ou seja,

²¹ Sobre o assunto, para o século XIX, ver JANCSÓ; PIMENTA 2000, p. 129-175.

o leitor deve executar ativamente o papel de avaliar as vidas e tirar suas conclusões (HARTOG 2005a, p. 104).²² Ainda a partir do historiador francês, a biografia seria um caminho diferente entre os recursos disponíveis para o desenvolvimento da filosofia moral em Plutarco. Portanto, este não deve ter sua figura dividida entre filósofo e biógrafo (HARTOG 2005a, p. 106-107).

Conclusões de ontem e de hoje

Nas seções que se seguem após a guerra contra os holandeses, na *História geral*, há pouco o que ressaltar sobre a escrita biográfica. A proximidade temporal parece alterar em alguns casos a necessidade ou a obrigatoriedade das explicações relacionadas aos personagens. Eles são citados e agregados à narrativa sob outras óticas, menos desenvolvidas. O "mordaz Gregório de Mattos" e personagens coletivos recorrentes, como os jesuítas, são criticados por Varnhagen (VARNHAGEN 1857, p. 85-89; p. 138-139). Análises mais gerais tratam do Santo Ofício, dos autores setecentistas, da administração pombalina e dos "letrados do Brasil" que seguiam para Portugal em busca de formação e conhecimentos (VARNHAGEN 1857, p. 179-184; p. 252-253). Alguns de seus biografados na *Revista do Instituto Histórico* aparecem, mas apenas como personagens invocados pelo assunto apresentado, sem maior detalhamento biográfico, como no caso dos astrônomos Antonio Pires da Silva Pontes e Francisco José de Lacerda (VARNHAGEN 1857, p. 253-258).²³ Essa ausência de detalhes é um fator relevante para se pensar o estatuto da escrita biográfica para além de obras específicas. Talvez uma rara exceção a essa constante pode ser observada no espaço dedicado a Santa Rita Durão:

100

Fazendo menção de tantos escritores que ilustram então o Brasil, fora grave falta não tributar neste lugar homenagem a um ilustre brasileiro, que seguindo, por via diferente, os passos de José Basílio, presenteou a sua pátria com a epopeia do descobrimento e colonização do Brasil, a qual poderá com razão haver intitulado *Brasiliada*. Fr. José de Santa Rita Durão foi o poeta épico a que nos referimos, e *Caramuru* o nome por ele escolhido para a sua epopeia, que publicou em Lisboa em 1781, três anos depois de haver recolhido a Portugal; donde, ao doutorar-se em Coimbra, tivera que fugir-se para evitar a perseguição, por haver-se envolvido em assumptos políticos, sendo aliás regente de Santo Agostinho (VARNHAGEN 1857, p. 262).

Alvarenga Peixoto, Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e mesmo Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, são brevemente citados, sobretudo quando da entrada em questão de suas condenações, sendo a chamada Inconfidência Mineira, como se sabe, um assunto delicado, nos quadros da história narrada por Varnhagen (VARNHAGEN 1857, p. 272-280).²⁴ Outro de seus biografados no periódico do IHGB, o bispo Azeredo Coutinho, é brevemente elogiado (VARNHAGEN 1857, p. 289). O dicionarista Moraes merece uma pequena menção biográfica, assim como o historiador inglês Robert Southey e Januário da Cunha Barbosa (VARNHAGEN 1857, p. 341-346).

²² Para uma avaliação um pouco diferente do conjunto da obra de Plutarco, ver SILVA 2006.

²³ Sobre a elaboração de algumas das biografias assinadas por Varnhagen publicadas na *Revista do IHGB*, ver SANTOS 2008.

²⁴ Ver, em especial, GUIMARÃES 1995, p. 522.

Desse modo, configuram-se os momentos finais da obra e retorna-se ao seu autor, ao império de D. Pedro I e às glórias de D. Pedro II, pois este tornara possível o longo empreendimento de seu “fiel súdito”, Francisco Adolfo de Varnhagen. Sua *História* deveria bem servir, enfim, a este contexto, o presente em que ela tem seu início e seu fim. Um registro interessante é que o historiador abre o prólogo à segunda edição da obra, em 1877, com uma citação de Tocqueville, onde este conclama às investigações das origens nacionais. Ao pretender legitimar uma vez mais a relevância de seu trabalho, comentava logo após a citação: “estas poucas linhas de autoridade insuspeita servirão de carta de recomendação para aqueles que imaginem de menos interesse o estudo da nossa história, nos tempos coloniais, sob regime diferente do que adotou o império independente e liberal” (VARNHAGEN s/d, p. IV). Ao contrário de Tocqueville, que, como sugere Marcelo Jasmin, cria mais na sua capacidade de julgar os fatos do que de narrá-los, Varnhagen estava certo de que contava com as duas habilidades (JASMIN 1996). E tão interessante quanto esta menção a Tocqueville é o registro de uma missiva, com data também no ano de 1877, em que comenta com José Carlos Rodrigues, redator da revista *Novo Mundo*, editada em Nova Iorque, algumas críticas que recebera o historiador em artigo publicado no referido periódico. Tratava-se de oposições à defesa de André Vidal frente a João Fernandes Vieira, uma tarefa de Varnhagen. Depois de uma longa réplica ao dito autor do artigo que apresentava contrariedades às suas opiniões, escreveu o historiador:

Apelo para centenas de passagens de minha *História geral* a fim de que decidam se acaso sou dos que, por mal entendido amor pela terra em que nasci, ou pelos filhos dela, deixo de tributar a devida justiça aos beneméritos e abnegados amigos do Brasil, vindos ao mundo do outro lado do Atlântico... Sim Srs.: é certo que por amor pela justiça devida ao verdadeiro mérito, e não convenientemente tributado, levantei pendão em favor de André Vidal, que estava considerado como de méritos mui inferiores a Fernandes Vieira, de quem já hoje é em todo o caso *posteo ao par*... Se, porém, no meu desempenho, fui mais além do que devia, como os antepassados durante mais de dois séculos praticaram com Vieira em prejuízo de Vidal, deixo `ai posteri la sentenzia’ (VARNHAGEN 1961, p. 485-486).²⁵

101

Seu herói galgara o posto que lhe era merecido através de sua obra. Para além da longa e detalhada investigação desenvolvida por sobre a obra de Plutarco, citada anteriormente, pode-se afirmar que as pontuações supracitadas descrevem um pouco o desenho das apropriações da escrita biográfica, em um caso específico, no Brasil do Oitocentos. Na precisa apropriação aqui trabalhada, com seus heróis do presente e de guerras do “passado”, tal como alude Hartog para o século XIX, “no grande homem há necessariamente um grande patriota, grande por ter escrito uma página gloriosa da biografia da nação” (HARTOG 2005a, p. 138). Varnhagen, em sua concepção pragmática da história, não esperaria que os grandes homens do Oitocentos tomassem a iniciativa de escrever suas páginas e, por isso, lá estava ele, disposto a lembrá-los de que não estavam sós no campo de batalha, fosse no passado, fosse no presente.

²⁵ Carta a José Carlos Rodrigues. Viena, [?] de abril de 1877.

Referências bibliográficas

- ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de. **Aprender com a história?**: o passado e o presente de uma questão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011, p. 131-147.
- ARGOLLO VALDETARO, Zina Maria de Teive e. **Lições da ciência do belo**: os Saquaremas e a conformação dos brasileiros. Dissertação de mestrado em história. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008.
- BATALHONE JUNIOR, Vitor. **Uma história das notas de rodapés**: o processo de anotação da *História geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1953). Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatthy (org.) *et al.* **História cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 173-208.
- _____. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; GONÇALVES, Marcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011a, p. 93-124.
- _____. L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle : essai sur l'utilisation des modèles anciens et modernes de l'historiographie. **Historiografías**, 2, julio-diciembre, 2011b, p. 45-65.
- DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- ENDERS, Armelle. O Plutarco brasileiro: a produção de vultos nacionais no segundo reinado. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, 2000, p. 41-62.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debajo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, n. 388, jul./set., 1995, p. 459-613.
- HARTOG, François. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- _____. Tempos do mundo, história, escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 15-25.

- _____. Um ancien chez les Modernes: Plutarque. In: _____. **Anciens, Modernes, Sauvages**. Paris: Galaade, 2005a, p. 99-147.
- _____. Conclusion: du parallèle à la comparaison. In: _____. **Anciens, modernes, sauvages**. Paris: Galaade, 2005b, p. 197-219.
- JANKE, Leandro Macedo. **Lembrar para mudar**: o memorial orgânico de Varnhagen e a constituição do império do Brasil como uma nação compacta. Dissertação de mestrado em história. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira) In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000). Formação Histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 129-175.
- JASMIN, Marcelo. Historiografia e liberdade em *L'ancien Régime et la Révolution*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, 1996, p. 93-122.
- KOSELLECK, Reinhart. O futuro passado dos tempos modernos. In: _____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 21-39.
- LE GOFF, Jacques. Calendário. In: _____. **História e memória**. Campinas: Editora da Universidade Federal de Campinas Unicamp, 1994, p. 485-533.
- LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- NICOLAZZI, Fernando. História: memória e contramemória. **Métis**: história & cultura, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, jan./jun. 2003, p. 217-234.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)**. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.
- PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 6, março, 2011, p. 103-122.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas: Papyrus, 1997.
- RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil**: introdução metodológica. 1º volume, 2ª edição, revista, aumentada e ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- RODRIGUES, José Honório. **História da história do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

SANTOS, Evandro dos. Francisco Adolfo de Varnhagen entre debates, métodos, cópias e obras: como produzir biografias no século XIX. **Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Anais. Porto Alegre: CORAG, 2008, p. 341-356.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. **Plutarco historiador**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. A erudição ilustrada de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1877) e a passagem da historiografia das belas letras à história nacional: breve análise histórica. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 114-136.

SINKEVISQUE, Eduardo. Breve relação sobre o Tratado Político (1715) de Sebastião da Rocha Pita ou uma notícia dividida em quatro anatomias. **Estudos Portugueses e Africanos**, Campinas, São Paulo: Unicamp/IEL, n. 36, 2º semestre, 2000.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **O império da eloquência**: retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ: EdUFF, 1999.

TIBURSKI, Eliete Lúcia. **Escrita da história e tempo presente no Brasil oitocentista**. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1961.

104

_____. História da Independência do Brasil, até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data. **Revista do IHGB**, 1916/1917, 79, p. 5-598.

_____. D. Antonio Filippe Camarão. **Revista do IHGB**, 1867, Tomo XXX, p. 419-428; p. 501-508.

_____. **História geral do Brasil**: antes de sua separação e independência de Portugal. 3ª Ed. Integral. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

_____. **História geral do Brasil**, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.

_____. **História geral do Brasil**. Isto é, do descobrimento, colonização, legislação, desenvolvimento, e do império, escrita em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda, e dedicada a sua majestade imperial o senhor D. Pedro II. Tomo segundo. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857.

_____. **Florilégio da poesia brasileira** ou coleção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biografias de muitos deles, tudo precedido de um ensaio histórico sobre as letras no Brasil. Tomos I, II e III. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1946.

_____. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

WEHLING, Arno. Varnhagen, história e diplomacia. In: SILVA, Alberto da Costa e (org.). **O Itamaraty na cultura brasileira**. Brasília: Instituto Rio Branco, 2001, p. 40-55.

Pesquisa, escolha biográfica e escrita da história: biografando o duque de Caxias

Research, biographical choice and the writing of history: biographing
the duke of Caxias

Adriana Barreto de Souza

adrianaabarreto@gmail.com

Professora adjunta

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Campus de Seropédica – BR 465 (Antiga Rio-São Paulo) – Km 7

23890-000 - Seropédica – RJ

Brasil

Resumo

Nesse artigo pretendo pensar sobre o conceito de experiência e seus vínculos com a produção de conhecimento em história, a partir de uma reflexão sobre o percurso, as escolhas e intervenções metodológicas realizadas por mim ao deparar-me com a tarefa de escrever uma tese biográfica, e as experiências vividas durante a própria pesquisa. Por meio de um diálogo estreito com Reinhart Koselleck e uma tradição historiográfica italiana fundada na micro-história, procuro refletir sobre dois conjuntos de problemas que estruturaram a pesquisa. O primeiro deles é o peso político e histórico da memória na qual pretendia interferir: a do duque de Caxias. O outro mais propriamente teórico, sobre como escrever uma tese de história a partir da singularidade de uma vida.

106

Palavras-chave

Biografia; Experiência; Escrita da história.

Abstract

In this article, I intend to work with the concept of *experience* and its links with the production of knowledge in history, based on a reflection on the course, the choices and the methodological interventions I had to make while writing a biographical thesis, and also on the experiences I have lived during my researches. Through a close dialogue with Reinhart Koselleck and an Italian historiographical tradition based on micro-history, I intend to reflect on two sets of issues that shaped the research. The first is the political and historical importance of the memory in which I intended to interfere with: the memory of the Duke of Caxias. The other is more theoretical, about writing a thesis in history based on the uniqueness of a character's life.

Keywords

Biography; Experience; History writing.

Enviado em: 20/1/2012

Aprovado em: 15/5/2012

Efetivamente, destacando-se do trabalho cotidiano, das eventualidades, dos conflitos, das combinações de microdecisões que caracterizam a pesquisa concreta, o discurso se situa fora da experiência que lhe confere crédito, ele se dissocia do *tempo que passa*, esquece o escoamento dos trabalhos e dos dias, para fornecer “modelos” no quadro fictício do *tempo passado* (CERTEAU 1982, p. 95, grifo no original).

C'est pourquoi il n'est pas absurde d'établir un lien entre les interventions méthodologiques des historiens et les expériences tout à fait personnelles par lesquelles ils ont un jour été concernés (KOSELLECK 1997, p. 208).

Essas frases, extraídas de dois livros clássicos de teoria da história, se organizam em torno de uma pergunta central para nós, historiadores, e formulada com precisão por Michel de Certeau na década de 1970: “o que fabrica o historiador quando faz história?”. Para respondê-la, o historiador francês elaborou imagens, hoje célebres, como a que compara o trabalho de escrita da história a complexos processos fabris, com seus ruídos, técnicas e imposições sociais. A intenção era recusar uma metalinguagem unificadora, e explicitar a relação necessária entre a escrita – *mise en scène* literária – e o lugar social da operação científica, institucional e tecnicamente ligada a padrões culturais e teóricos contemporâneos. Daí a ideia, destacada acima, de que é na experiência, no trabalho cotidiano de pesquisa – com suas eventualidades, conflitos e microdecisões – que se funda a legitimidade do discurso historiográfico. Fora da experiência, resta apenas, como afirma Certeau, um quadro fictício do passado firmado por grandes modelos.

Reflexão semelhante, porém mais acentuadamente metodológica, é realizada quase quinze anos depois, em 1988, por Reinhart Koselleck no artigo “Mutation de l'expérience et changement de méthode: esquisse historico-anthropologique”.¹ Nele o historiador alemão relança o debate sobre os vínculos entre experiência e conhecimento ou, se preferirmos, sobre a interdependência entre história e historiografia. Em uma “nota semântica de abertura”, onde dialoga com Jacob Grimm, explora as mudanças de sentido ocorridas na palavra experiência durante a época moderna. Até então – destaca o historiador alemão – experiência guardava seu sentido primeiro, de exploração, de pesquisa e de verificação, convergindo inteiramente para o significado então em vigor de história, bem como para o de método histórico, com todas suas etapas de pesquisa e de verificação. Há aí, portanto, uma dimensão ativa da palavra experiência que, no início dos tempos modernos, será – usando os termos de Koselleck – gradativamente amputada, colocada entre parênteses, até ser suprimida (KOSELLECK 1997, p. 202).

Este artigo pretende, assim, explorar essa ideia, e estabelecer os vínculos – tal como sugerido por Koselleck na epígrafe desse texto – entre as escolhas e intervenções metodológicas realizadas por mim, ao me deparar com a tarefa

¹ Originalmente foi publicado com o título “Erfahrungswandel und Methodenwechsel. Ein historisch-anthropologische Skizze”. Trabalho aqui com a edição francesa, publicada no livro *L'expérience de l'histoire* (KOSELLECK 1997).

de escrever uma tese biográfica, e as experiências vividas durante a própria pesquisa. Não pretendo, com isso, oferecer modelos de como se escreve uma biografia. Afinal, essa intenção produziria exatamente o efeito aqui recusado, desenraizando o método da experiência que lhe deu origem. Quando comecei meu curso de doutoramento, em 1999, o debate sobre a biografia ganhava corpo no Brasil, e produzia desconfiças tanto entre os professores que já ocupavam importantes postos de trabalho quanto entre pessoas que, assim como eu, apenas iniciavam na carreira. Levei pelo menos dois anos até conseguir formular, em definitivo, o problema base da tese a partir de um recorte biográfico. Isso sem contar o tempo de elaboração do projeto. Dois problemas dificultaram, e muito, esse percurso. Um deles era o peso, político e histórico, da memória na qual pretendia interferir: a do duque de Caxias. Outro problema, mais propriamente teórico, e que dominava a cena de então, era como escrever uma tese de história a partir da singularidade de uma vida.

O que proponho nesse texto é um retorno a esses problemas, por acreditar que o conhecimento histórico – e nesse ponto retomo um diálogo antigo que mantenho com a antropologia, e também presente em Koselleck – é resultado de uma relação social, o que significa dizer que é o efeito das relações que constituem reciprocamente o sujeito que conhece e os dados e/ou sujeitos que ele conhece, e a causa de uma transformação na constituição relacional de ambos.² Uma relação que não é de identidade, e sim de produção de sentido: que seleciona, transcreve, recorta, traduz, contextualiza. Enfim, que opera reflexivamente a partir de um lugar específico, o historiográfico.

108

Vidas oficiais, narrativas memorialistas

Meu interesse pela trajetória do duque de Caxias teve início com a leitura – no âmbito do projeto “A invenção do Exército brasileiro” – da biografia *Vida do grande cidadão brasileiro*.³ Publicada em 1878, pelo padre Joaquim Pinto de Campos, esta biografia é sem dúvida uma peça memorialista e, logo na primeira leitura, reconheci ali mais um esforço da velha tradição saquarema, já bastante criticada na década de 1870, em manter seus mitos fundadores e um panteão nacional (GUIMARÃES 1988).

O padre Joaquim Pinto de Campos era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e, além de pertencer a esse grupo de letrados comprometidos com a confecção de um projeto nacional centralizador, havia participado como integrante do Partido Conservador das disputas políticas que visavam sua implantação. Ocupou por sete legislaturas consecutivas uma vaga na Câmara dos Deputados como representante de Pernambuco e, por várias vezes, foi indicado para a lista tríplice do Senado. Além disso, foi também um

² Aproprio-me aqui de uma frase de Viveiros de Castro (CASTRO 2002, p. 113), relacionando-a com as reflexões realizadas Michael Werner sobre a relação de Koselleck com a antropologia (KOSELLECK 1997, p. 9).

³ O projeto foi coordenado por Celso Castro, tendo resultado posteriormente na publicação de um livro (CASTRO 2002). Deparando-se com a imagem do duque de Caxias patrono do Exército brasileiro em suas pesquisas, Celso Castro tentava me convencer a transformar a trajetória do duque em objeto de pesquisa. Foi ele quem me apresentou à biografia de Pinto de Campos, presenteando-me com o livro.

nome chave na repressão à Revolução Praieira, reagrupando regionalmente as forças conservadoras em 1848. A biografia do duque de Caxias não foi a primeira a que se dedicou. Sete anos antes, em 1871, havia publicado uma biografia de d. Pedro II. Vale destacar que ambos os livros foram autorizados pelos biografados.

As razões que levaram o padre conservador a se interessar por essas biografias são anunciadas, por ele próprio, logo nas páginas iniciais do livro dedicado à trajetória do duque de Caxias. Nele afirma, sem rodeios, que, em tempos modernos, a imprensa era mais eficiente que os bronzes na tarefa de erguer monumentos, uma vez que legava ao futuro nomes e narrativas de feitos dos grandes da história (CAMPOS 1938, p. 9).

Foi essa biografia, escrita como monumento, que acabou me mobilizando. Ou seja, iniciei minha aproximação da temática "biografia" por meio do debate sobre a construção de memórias políticas. E, na tentativa de exercer algum controle sobre esse campo, decidi realizar um mapeamento inicial, levantando todos os títulos publicados, até então, sobre a trajetória do duque de Caxias. O resultado foi impressionante. Mesmo com a exclusão de todos os opúsculos produzidos para cerimônias oficiais, foi possível listar 51 títulos. Dentre estes, três tinham sido publicados ainda durante a Monarquia, enquanto os demais foram publicados ao longo do período republicano.

Vida do grande cidadão brasileiro é, assim, o terceiro livro dessa longa lista de 51 títulos, mas o que o faz se destacar dos demais não é tanto o fato de ter sido uma das primeiras obras publicadas, e sim a vitalidade da imagem que elabora do duque de Caxias. Nesse sentido, é que gostaria de explorar aqui esse levantamento bibliográfico.

Michael Pollak já afirmou que um bom indicativo da eficácia do processo de instituição de uma memória, coletiva ou individual, é a repetição, o quanto ela é lembrada. Isso atesta sua capacidade de mobilizar pessoas e produzir identidades. Ou seja, sua vitalidade (POLLAK 1989; 1990). A narrativa de Pinto de Campos, a um só tempo, rompeu com o padrão narrativo anterior e, ao elaborar uma nova imagem do duque de Caxias, conseguiu perpetuá-la. É nele que podemos ver delineados, pela primeira vez, os traços básicos da memória da qual somos ainda hoje herdeiros: a de um general extremamente rigoroso, disciplinado e implacável no combate aos inimigos. Até então, principalmente nas duas primeiras publicações consagradas à vida do duque de Caxias, o perfil que encontramos é bem distinto. Nelas o general se destaca antes de tudo por sua habilidade política. Sua trajetória se encontra enredada em uma trama que tem início como herança, com privilégios de nascimento, e é atualizada por meio de sua atuação política e militar. O próprio tratamento que lhe é dispensado nesses textos é outro. José de Alencar – que o homenageou em vida com um pequeno ensaio biográfico – só o trata por "chefe político" (ALENCAR 1867, p. 2). Não há, em sua narrativa, descrições de batalhas. O mesmo acontece com Patrício Augusto da Câmara Lima, autor do primeiro texto biográfico sobre Caxias, publicado em 1846, um ano após o fim da Farroupilha. Para esses autores, a heroicidade de Caxias residia em sua habilidade para "governar homens", para ser um "chefe político-militar" (LIMA 1846, p. 3).

Essa imagem do “chefe político”, no entanto, é cuidadosamente suprimida da narrativa do padre Joaquim Pinto de Campos. Apresentando-se como amigo particular do duque, a certa altura do texto, e de forma sutil, o padre lembra-se de uma confissão do general. Cansado, após uma vida dedicada à pátria, Caxias havia lhe confidenciado preferir “anos da mais dura guerra, a meses de ministério” (CAMPOS 1938, p. 396). Essa frase faz sentido no contexto dos ressentimentos políticos pós Guerra do Paraguai, o que me interessa aqui, porém, é destacar o quanto, posteriormente, entre os biógrafos do século XX, ela vai ganhando novas formulações, e novos sentidos. Paulo Matos Peixoto, por exemplo, citando o padre conservador, afirma que durante o império havia uma incompatibilidade entre as agremiações políticas e as forças armadas (PEIXOTO 1973). Mas há biógrafos que simplesmente tomam a frase do padre Pinto de Campos como verdade, e desconsideram inteiramente o tema, não mencionando mais sequer os inúmeros cargos políticos ocupados pelo duque de Caxias ao longo de sua vida.

A biografia de autoria do padre Pinto de Campos funda, assim, uma espécie de matriz discursiva, que se repete quase invariavelmente nos 48 textos publicados depois dela. Nessa matriz discursiva, há traços que, em outra ocasião, já tive oportunidade de analisar (SOUZA 2001). Por ora, gostaria apenas de destacar a ideia, também presente nessa matriz, da biografia como fórmula moderna de edificação da heroicidade.

O padre conservador, como dito antes, escrevia de um lugar social bem definido. Na década de 1840, a Revista do IHGB abriu uma rubrica em seu interior dedicada às biografias (GUIMARÃES 1988) e, mesmo que seu empreendimento biográfico date de 1878, ele ainda mantinha estreita relação com a proposta política e historiográfica dos primeiros anos do IHGB. Uma proposta que, apesar da evocação recorrente do modelo de exemplaridade plutarquiano, tinha como noção chave de sua escrita – como mostrou recentemente Maria da Glória de Oliveira – a do “grande homem” das Luzes, louvado por personificar a excelência do homem comum, letrado, benfeitor da humanidade e dotado de virtudes exemplares como servidor do Estado (OLIVEIRA 2009, p. 16).

É também ao tema do “grande homem” que Ernest Cassirer dedica-se no livro *O mito do Estado moderno*, de 1946. Em função da conjuntura da época, e de sua própria história de vida, a preocupação de Cassirer nesse livro centra-se menos sobre o interesse da política nacional na elaboração de mitos fundadores que na emergência da história como espaço de glorificação do indivíduo. Toma como objeto de reflexão a comoção provocada pelas conferências realizadas pelo historiador Thomas Carlyle em 1840. Nelas Carlyle afirmava que a história é a soma de incontáveis biografias e que a tarefa do biógrafo, mais precisamente do historiador-biógrafo, era revelar o “eu” dos grandes homens da história. Caberia a esse biógrafo mergulhar na personalidade desses homens para encontrar aí uma espécie de núcleo rígido, imune às influências externas, independente. Dada a alta consciência que os “grandes homens” possuem de si, a tarefa não seria difícil: esse “eu” se expressaria com nitidez em sua forma de agir, em seus feitos. O herói torna-se – nessa perspectiva – pura coerência, uma unidade interior que transborda todo o seu valor para o meio social, de forma íntegra (CASSIRER 1976).

Ernest Cassirer procura definir, assim, por meio dos escritos de Carlyle, esse “grande homem” elaborado pelo XIX a partir das Luzes do XVIII. O herói clássico cuja força advinha do fato de não ser humano é substituído por um homem herói de valores naturalizados, impressos em certa interioridade ou, em alguns casos, materializados no próprio corpo. Os biógrafos responsáveis por erguer os novos monumentos nacionais deveriam por em relevo essa sua natureza especial, a originalidade desse “eu”.⁴

Não houve como verificar se o padre Pinto de Campos leu a obra de Carlyle. Uma característica dos trabalhos memorialistas é não incluir referências bibliográficas. Vale destacar, porém, que ao definir biografia como monumento, o padre compartilha da mesma equação narrativa que sustenta o trabalho de Carlyle, e que relaciona história, biografia e heroicidade na criação dessa figura do “grande homem” nacional.

Não por acaso, ao escrever *Vida do grande cidadão brasileiro*, Pinto de Campos promoveu duas operações de silenciamento: apagou cuidadosamente a imagem anterior do “chefe político”, centrando sua narrativa na descrição de batalhas, e deixou de contar a história dos primeiros anos da vida do duque, de sua formação, condensando essa narrativa em apenas 24 das 496 páginas da obra. Daí surgiria, na luz sem sombra da primeira manhã, direto das mãos do criador e, portanto, imune a todas as influências do meio, o duque de Caxias herói militar, vocacionado desde o berço para a guerra.⁵

Foi a partir dessas operações, propriamente historiográficas, realizadas sobre o campo das biografias dedicadas à trajetória do duque de Caxias, que construí as duas regiões de interesse que orientariam toda minha pesquisa. A primeira delas, estabelecida em oposição à ideia de vocação inata, recaiu sobre os primeiros anos da vida do duque, quando ele era apenas o jovem Luiz Alves. A segunda região de interesse correspondeu à carreira e às relações políticas de Luiz Alves de Lima. Dialogando com a temática da coerência e unidade interior, e operando com um sentido bem ampliado de política, procurei ir além da análise de sua atuação no exercício de cargos políticos.⁶ Dediquei-me a recompor – o quanto me foi possível – a rede político-social em que Luiz Alves se achava inscrito em diferentes momentos de sua vida, mesmo quando à frente de forças militares. A intenção era, inserindo-o nesse jogo de forças reticulares, por em destaque os vínculos sociais a partir dos quais ele veio a se tornar o duque de Caxias.

Por meio dessas opções, mantinha diálogo com a matriz discursiva dos biógrafos de Caxias, invertendo-a. Além de nos legar uma imagem exclusivamente militar do duque de Caxias, essa matriz a ancorou na Guerra do Paraguai. Entretanto, nessa guerra, Luiz Alves já era Caxias, não o duque, mas um marquês e general bem sucedido, além de uma liderança do Partido Conservador. Não foi proposital, mas é sem dúvida sintoma dessas escolhas, o fato de não ter chegado, em minha tese, à Guerra do Paraguai.

111

⁴ Referência importante para pensar as transformações na noção de herói e heroicidade, incluída aqui nessa breve menção à antiguidade, é o livro de Nicole Loraux (LOURAUX 1994).

⁵ Aproprio-me aqui, na metáfora utilizada, do texto de Nietzsche citado por Foucault (FOUCAULT 1979).

⁶ Esse debate foi construído no brilhante curso “A construção social da pessoa”, ministrado pelo professor Luiz Fernando Dias Duarte no Museu Nacional/ UFRJ. Inclusive, foi no trabalho final realizado para esse curso, e publicado em seguida, que sistematizei boa parte dessas ideias (SOUZA 2001).

Vidas típicas, narrativas científicas

Todo o investimento na leitura dessas biografias e na identificação do trabalho, operado durante o século XX, de monumentalização do duque de Caxias, fez meu projeto ser classificado, por diversas vezes, como um trabalho de memória política. Eu mesma – devo confessar – em alguns momentos me senti atraída pela ideia que, ainda hoje, me parece excelente. Além disso, naquela altura, ela parecia ser a solução de todos os problemas. Afinal, o debate sobre memória era, indiscutivelmente, um tema de historiador. No entanto, o efeito dessas leituras sobre mim era outro. Quanto mais me envolvia com as biografias, e avançava na identificação dessas operações memorialistas, me dando conta de sua vitalidade política, mais me perguntava sobre o século XIX.

Os biógrafos sempre destacam, em suas narrativas, que Caxias pertencia a uma tradicional família de militares portugueses, de origem nobre, listando com cuidado seus nomes, patentes e grau de parentesco. Nas 24 páginas que dedica aos anos iniciais da vida de Caxias, o padre Pinto de Campos também destaca a passagem do jovem oficial pela Real Academia Militar, criada em 1810, no Rio de Janeiro, e considerada em geral um grande centro de formação intelectual. Mas o que esses dados significam? O que poderia ter levado uma família tradicional de militares portugueses a atravessar o Atlântico em fins do século XVIII? Quem eram esses homens? Eram realmente nobres? Quais as suas expectativas com a viagem? Por que decidiram permanecer, e se fixar no Rio de Janeiro? E a Real Academia Militar, como funcionava? Ela teria sido importante na formação do jovem Luiz Alves? O que ele teria lido e estudado na Academia?

112

Interessando-me por esse tipo de pergunta, sem dúvida, imprimia ao projeto um formato biográfico, mas a formulação da tese como biografia ainda era uma escolha delicada. Tratava-se de um terreno sem tradição no Brasil.⁷ O debate tinha se instituído, entre nós, poucos anos antes, com a publicação em português dos artigos de Giovanni Levi e de Pierre Bourdieu na coletânea *Usos e abusos da história oral* (FERREIRA; AMADO 1996). Ambos reagiam a uma vigorosa polêmica, instaurada na França, em 1985, com o Colóquio *Problèmes et Methodes de la Biographie*. Na apresentação dos anais do evento, publicado ainda nesse ano, seus organizadores reclamavam do silêncio dos historiadores diante da “onda biográfica” que invadia o espaço acadêmico francês, e convocavam a comunidade a se posicionar (TOUATI; TREBITSCH 1985).

O colóquio era intencionalmente provocativo. François-Olivier Touati, um de seus organizadores, era um jovem historiador que vinha se dedicando, desde 1982, quando fundara a associação *Histoire au Présent*, a promover pesquisas e debates sobre temas polêmicos. E foi com esse espírito que organizou o colóquio. Encerrou o texto de apresentação dos anais do evento, afirmando que todo biógrafo aprendiz tinha, naquele momento, a seu alcance um martelo, e que havia

⁷ Não pretendo aqui negar a larga produção historiográfica brasileira organizada a partir de narrativas biográficas, apenas recupero o debate no seu formato acadêmico, vinculado aos espaços profissionais de pesquisa e escrita da história. Sobre a referida tradição brasileira, ver GONÇALVES 2009.

expectativas de que um deles, mais audacioso, viesse a por abaixo essas longas décadas de pusilanimidade.⁸

Olhando em retrospectiva, é possível dizer que o evento alcançou seu objetivo. O debate se instalou de fato, e com virulência, na França. Historiadores montaram suas trincheiras e se dividiram entre partidários e opositores à entrada da biografia – ainda recorrendo a Touati e Trebitisch – no “panteão historiográfico”. Novos eventos foram organizados, e o tema pautado por editoriais de tradicionais revistas francesas. Algumas acusações se tornaram paradigmáticas, e conhecidas. Para muitos, recuperava-se o que havia de pior na historiografia do século XIX – um modelo de história linear, superficial e anedótico. Daí a consagração do termo *le retour*. A biografia retornava e, com ela, o fantasma da *histoire événementielle*, que também se expressava nas novas experiências da história política e de investigações organizadas a partir de técnicas narrativas.

Tal reação foi, contudo, um fato francês, e hoje sabemos que deve ser entendida nos quadros das intensas disputas políticas que fundaram a memória disciplinar naquele país.⁹ Sabina Loriga, mais recentemente, depois de examinar a obra de pensadores que, ao longo do século XIX, procuraram restituir a dimensão individual da história, afirmou que foi na França que a biografia ficou mais prejudicada. A batalha contra a história historizante, iniciada nas páginas da *Revue de synthèse historique*, foi incorporada na década de 1930 pelos historiadores dos *Annales* e, em pouco tempo, a biografia tornou-se um dos maiores símbolos da história tradicional, mais interessada na cronologia que nas estruturas, mais nos “grandes homens” que nas massas (LORIGA 2010, p. 51).

Esse era o debate a que se voltava em 1985, no âmbito do colóquio *Problèmes et Méthodes de la Biographie*, e é também no interior dessa polêmica que se situam os artigos de Pierre Bourdieu e Giovanni Levi, ambos publicados em dossiês de revistas prestigiadas, dedicados ao tema. O artigo de Bourdieu saiu um ano após o colóquio, e deu título ao número dos *Actes de la recherche en sciences sociales* de junho de 1986 – “A ilusão biográfica”.¹⁰ Sem dúvida tratava-se da crítica mais severa de todo o debate. O sociólogo francês definia como ilusória um tipo de retórica, com tradição consolidada na história, que faz associação direta entre uma cronologia unidirecional, um ‘eu’ coerente e constante e ações que excluem as noções de risco e incerteza. Essa crença, difundida em certo senso comum histórico, de que a vida é em si uma história – ‘um caminho que percorremos e que deve ser percorrido’ – constituiu o cerne da ilusão retórica definida por Bourdieu, e seu elemento fundador é o nome próprio. Este seria – na avaliação do autor – o melhor exemplo de uma imposição arbitrária, que assegura uma constância através do tempo e uma unidade através de diversos espaços sociais.

⁸ Trata-se aqui de tradução livre. No original, lê-se: “Tout apprenti biographe a un marteau à sa portée. On attend que quelque audacieux vienne rompre de longues décennies de pusillanimité, et frappé. Puisse-t-il servir d’outil!” (TOUATI; TREBITSCH 1985).

⁹ Krzysztof Pomian escreveu para a obra coletiva organizada por Pierre Nora “Les lieux de mémoire” um importante ensaio no qual analisa os comprometimentos da escrita dos *Annales* com um projeto de memória nacional francesa. Ver POMIAN (1986, p. 377-429). Essa leitura de Pomian a partir de uma memória disciplinar seguem as orientações de Manoel Salgado, que viria a sistematizar suas ideias alguns anos depois em “A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar” (GUIMARAES 2003).

¹⁰ Este e outros números da revista já se encontram *on-line*.

A nomeação, nesse sentido, introduziria categorias como *trajetória*, indiferente às particularidades circunstanciais e aos acidentes individuais no fluxo das realidades sociais. Como “ponto fixo em um mundo que se move”, ela em nada contribuiria para o debate sobre o biográfico, e só poderia ser útil na análise do social, considerando-se a necessidade de se reconstruir – para usar expressão de Bourdieu – a “estrutura da rede” na qual esse indivíduo está inscrito e age (FERREIRA; AMADO 1996, p. 189).

Atendendo ao chamado do editorial dos *Annales* de 1989, e escrevendo a partir de outra tradição historiográfica, que não a francesa, Giovanni Levi interfere no debate, concordando com a ilusão retórica de Bourdieu. Todavia, destaca – fundado em Arnaldo Momigliano – que em sua feição mais recente o debate sobre a biografia expressava ainda uma crise de paradigmas e um questionamento dos modelos interpretativos aplicados ao mundo social. Em sua avaliação, o que se colocava para a historiografia, sobretudo a partir da década de 1970, eram questões que diziam respeito à biografia, mas também às relações com as ciências sociais, ao problema das escalas de análise e das relações entre regras e práticas, bem como ao debate mais complexo sobre os limites da liberdade e da racionalidade humanas (FERREIRA; AMADO 1996, p. 168).

Se há algo que retorna nessa polêmica sobre o biográfico, trata-se – para Levi – do debate sempre inerente às ciências sociais da oposição entre indivíduo e sociedade e, apesar de afirmar que não vai retomá-lo em seu artigo, é sem dúvida esse o debate que ele procura reposicionar ao propor uma tipologia das abordagens biográficas. E é nesse ponto também que Levi volta a dialogar com Bourdieu, estabelecendo uma primeira crítica ao sociólogo francês. Entendendo suas reflexões sobre as relações entre *habitus* de grupo e *habitus* individual como exemplo do que classificou de biografia modal, reconhece nelas um limite claro para o tratamento das biografias individuais, que ficam reduzidas à condição de ilustrações do “estilo de uma época ou de uma classe”. Ou seja, nesses casos, a biografia não é a de uma pessoa singular, mas a de um indivíduo que – após algumas operações de mensuração e de seleção – tem atestada sua capacidade de concentrar as características de um grupo (FERREIRA; AMADO 1996, p. 175).

Há aqui dois pontos importantes. O primeiro deles – a que retornarei mais adiante – é essa crítica a Pierre Bourdieu. Ao recuperar, por meio de citações, o conceito de homologia e de diversidade na homogeneidade, desenvolvidos por Bourdieu no livro *Esboço de uma teoria da prática*, para mostrar o quanto sua argumentação se constrói a partir de uma concepção modal do biográfico, Giovanni Levi situa sua crítica além dos limites historiográficos. Há uma maneira francesa de pensar a biografia – enraizada nos *Annales*, mas que ultrapassa suas fronteiras – que deve ser “afastada” (FERREIRA; AMADO 1996, p. 179).

Não por acaso, na tipologia do historiador italiano, Pierre Bourdieu figura ao lado de Michel Vovelle como exemplos de escrita modal do biográfico. Comprometidos com uma perspectiva macroanalítica do social, e com um determinado projeto de ciência social, em suas pesquisas, a biografia só é considerada analiticamente legítima se tomada como representativa de uma forma

típica de comportamento social.¹¹ A biografia deixa de ser, assim, a história de uma pessoa singular, para se tornar a de um indivíduo representativo de um grupo.

Todo esse debate se difunde no Brasil, porém, quase dez anos após a publicação de outras importantes experiências de escrita biográfica, como as de Carlo Ginzburg e Natalie Zemon Davis, ambas com uma boa recepção na academia. Incluídas na tipologia de Giovanni Levi como exemplos renovados de exercícios biográficos, ou seja, como novas tentativas de se elaborar a equação particular (indivíduo) vs geral (sociedade), entre nós, esse debate é minimizado. Este é o segundo ponto que gostaria de destacar aqui. Quando iniciei meu curso de doutoramento, além do modelo clássico da história social francesa – ou da biografia representativa – o biográfico podia ser pensado ainda no interior de outro importante debate acadêmico, empenhado em romper o “silêncio das classes inferiores”, buscando meios de “dar-lhes voz”.¹² Foi assim que as histórias do moleiro de Ginzburg e do camponês de Zemon Davis encontraram espaço no meio acadêmico e no mercado editorial brasileiros na década de 1980, contribuindo, possivelmente, para amainar entre nós o impacto da discussão sobre o biográfico. Ainda que tenha gerado boas reflexões, o debate francês não teve maiores desdobramentos no Brasil.¹³

Eram essas, portanto, as referências mais imediatas com as quais eu contava no momento de definir os contornos da tese, com um agravante: o indivíduo que pretendia tomar como objeto de estudo talvez fosse um dos melhores exemplos daquilo que teria sido rechaçado no debate francês como símbolo de uma história menor – um “grande homem”, um “homem de Estado”, aumentando significativamente os riscos de se cair na “famigerada história *événementielle*” (GINZBURG 1987, p. 26).

Desse modo, o caminho mais seguro, justamente por se organizar a partir dos procedimentos clássicos da história social francesa, era justificar a escolha da trajetória do duque de Caxias não em função do que havia de singular nela, mas de sua suposta capacidade de sintetizar várias outras biografias, que estariam presentes no texto através de dados e quadros estatísticos. Ou seja, era fazer de Caxias um general representativo de uma geração, do corpo de oficiais-generais que participou da consolidação do Estado nacional brasileiro. Todavia, no meu caso, essa não era uma opção possível.

A escolha por investigar a trajetória de um indivíduo único, sem justificá-la a partir de uma argumentação macroestrutural ou de tipologias, era uma exigência

¹¹ Uma síntese desse projeto de ciência social, que funda também a história social francesa, é apresentada por Jacques Revel em artigo publicado no livro *Jogos de escalas*, intitulado “Microanálise e construção do social” (REVEL 1998, p. 17). Sobre a maneira francesa de pensar a biografia, e que se define como científica, Sabina Loriga já a reconhece em certa tradição do século XIX francês (LORIGA 2010, p. 22).

¹² A noção de experiência começa a erodir a de estrutura ainda na década de 1960 com o importante debate aberto por Edward Thompson sobre a dignidade pessoal dos vencidos e das vítimas da história.

¹³ Um bom balanço do debate sobre a escrita biográfica em fins da década de 1990 encontra-se no artigo de Benito Bisso Schmidt (1997). Chamo atenção para o fato, sensível no artigo, de que a produção de biografias no Brasil nesse período se concentra ainda no âmbito do jornalismo. Não por coincidência, esse é o debate proposto pelo artigo, e que abre o número da revista *Estudos históricos* dedicado ao tema. Ver volume 10 intitulado “Indivíduo, biografia e história” (Vol. 10, nº 19, 1997).

dos rumos da pesquisa, das primeiras respostas que tinha obtido ao propor como problema, ainda durante o mestrado, uma reflexão sobre o lugar ocupado pelo Exército na política conservadora de consolidação do Estado imperial (SOUZA 1999). O modelo a que, então, cheguei era o de uma instituição inteiramente aberta, regida por valores e por um sistema de hierarquias amplos, os mesmos da sociedade política. O corpo de oficiais gerais – como procurei mostrar em outra ocasião – era heterogêneo, herdeiro de uma tradição militar portuguesa estranha ao modelo atual que associa a carreira à aquisição de conhecimentos técnicos específicos, à incorporação de valores orientados por uma disciplina rigorosa e a uma forte unidade corporativa. O único ponto comum ao grupo era a dependência da Coroa, que detinha o monopólio das patentes militares, podendo regular sua distribuição tal como fazia com outros bens simbólicos (SOUZA 2004).

Dada essa ausência de uma formação burocrática mais complexa e impessoal, o nível de formalização das trajetórias dos oficiais militares era baixo. Para se obter uma patente de general, havia vários caminhos possíveis, alguns dos quais sequer exigiam do pretendente experiência institucional, o que explica, por exemplo, um fenômeno comum até a década de 1850: a presença de homens de carreira notadamente política em postos de comando do Exército, distinguidos com altas patentes militares.¹⁴

116

Desse modo, era inviável propor uma abordagem sobre esse grupo social – os oficiais gerais – a partir de prosopografias, da ideia de biografia representativa ou de estudos de caso. Nem o duque de Caxias, nem qualquer outro general poderiam ser considerados – parafraseando Carlo Ginzburg – militares “típicos no sentido de médios, de estatisticamente mais frequentes” (GINZBURG 1987, p. 27). A heterogeneidade do grupo impedia a eleição da trajetória de um deles como trajetória-síntese, representativa de outras vidas. Recorrer a esta estratégia analítica, e a este uso do biográfico, apesar de sua longa tradição, implicaria negar todo meu esforço investigativo anterior.

Diante de tal diagnóstico, o que se definia, cada vez com mais precisão, era a necessidade de se recusar o pressuposto de que o corpo de oficiais-generais do Exército – ou, numa formulação ainda mais genérica, os “militares” – constituía um grupo social a-histórico, podendo ser descrito antes mesmo da análise do tecido das relações que o organizava e sustentava. O problema, portanto, residia na retórica macroanalítica.¹⁵ Em lugar de considerar evidente a unidade e homogeneidade do grupo, impondo ao passado uma visão marcadamente contemporânea da carreira, era preciso inverter a perspectiva e se interrogar sobre os valores e critérios a partir dos quais essa carreira se organizava na época, ou sobre a experiência institucional dos atores sociais no século XIX.

¹⁴ No texto acima referido, proponho um esboço de tipologia para pensar, ainda que de forma bem geral, possíveis modelos de carreira militar na primeira metade do XIX (SOUZA 2004, p. 171).

¹⁵ Para os diferentes tipos de retórica que organizam as abordagens macro e microanalíticas, ver o livro organizado por Jacques Revel (1998), especialmente os textos de Maurizio Gribaudi e Simona Cerutti.

Começava a acreditar, assim, e pouco a pouco, na possibilidade de estabelecer uma ponte entre a discussão sobre biografia e aquela inicial sobre memória política. A cada passo gostava mais de uma imagem, que se tornava recorrente durante a pesquisa: a do trabalho arqueológico. Via-me diante de vários estratos de memória que ao longo do século XX foram se depositando, a partir de (in)tensas disputas políticas, sobre a imagem do duque de Caxias, e afirmava o interesse da tese em devolvê-lo ao século XIX. Daí a ideia, que daria título ao livro – o homem por trás do monumento.

Povoando o passado

Mas como formular a experiência de um indivíduo, a singularidade de uma vida, como problema de uma tese de história? Essa pergunta continuava me acompanhando, e só consegui me movimentar no debate, elaborando uma proposta biográfica, quando me aproximei de outra tradição intelectual, empenhada em salvaguardar uma dimensão individual na história e enraizada nas historiografias alemã e italiana oitocentistas.

O contato com essa tradição só ocorreu quando, durante o estágio sanduíche, acompanhei um dos cursos que Sabina Loriga vinha consagrando à releitura de clássicos dessa tradição para entender o que considerava ser um movimento de despersonalização da história.¹⁶ O século XIX – na avaliação de Loriga – havia produzido uma reflexão rica e complexa sobre as relações entre indivíduo e história, sendo possível encontrar, principalmente na Alemanha, vários historiadores que se perguntavam sobre o que é um indivíduo, como se opera sua constituição e quais as relações que ele guarda com o mundo histórico. Como afirmaria na introdução de seu livro, Loriga pretendia recolher, por meio da análise das motivações políticas e sociais das obras desses vários autores oitocentistas, pensamentos capazes de povoar o passado (LORIGA 2010, p. 14).

Povoar o passado significava abandonar a prática, necessária pela estratégia de máxima agregação da história social tradicional, de operar com conceitos abstratos. A ideia provém em parte da leitura dos clássicos de Jacob Burckhardt sobre história da arte. Desde a década de 1850, quando publicou *Le cicerone, guide de l'art antique et de l'art moderne en Italie*, o historiador suíço afirmava o caráter fragmentário da história, reconhecendo o papel da imaginação na escrita historiográfica.¹⁷ Perspectiva que já se encontrava presente em um texto anterior, de Wilhelm Von Humboldt, intitulado *Sobre a tarefa do historiador*.¹⁸ Ambos nos lembram que, dedicando-se à análise das ruínas e rastros do passado, o ofício do historiador se define como um trabalho propriamente

¹⁶ Devo destacar aqui a importância da orientação de Manoel Luiz Salgado Guimarães. Devo a ele não apenas a do problema como a mediação na relação com Sabina Loriga, que viria a ser minha orientadora durante o estágio sanduíche. Após o estágio, tive ainda o privilégio de ajudar Manoel Salgado a organizar e manter o grupo de estudos "Abordagens teóricas da cultura oitocentista", onde por dois anos pude dar sequência a essas leituras, discutindo-as em um grupo plural, que pensava teoria a partir de temáticas, recortes cronológicos e abordagens as mais variadas. Um espaço privilegiado de reflexão.

¹⁷ No original: *Der Cicerone: Eine Einleitung, zum Genub der Kunstwerke Italiens*.

¹⁸ O texto traduzido para o português pode ser encontrado em HUMBOLDT 2001.

morfológico, que repousa no esforço inevitável de juntar, pelo uso da imaginação, peças que lhe são oferecidas através da observação. O que torna essas abordagens ainda mais interessantes, porém, é que nelas o reconhecimento desse “trabalho sobre o invisível” não implica em uma assimilação da ficção literária pela narrativa historiográfica. Esse duplo gesto, de reconhecer o valor da imaginação sem negligenciar a singularidade da ficção literária, para além de nos permitir uma reaproximação – como atualmente tem se dedicado a pensar Sabina Loriga – das discussões levantadas pela *linguistic turn*, ainda nos faculto outro movimento.¹⁹ Nesses autores, o tema da narrativa deixa de ser uma discussão (ou um problema) exclusiva da história biográfica ou da história política para tornar-se propriamente um debate de historiador (LORIGA 2000).

Diante do passado, assim como diante de uma obra de arte, o historiador procede a uma montagem a partir de temporalidades múltiplas, sobre as quais tentam exercer algum controle. Daí a elaboração de reflexões a partir de termos como: continuidade/ descontinuidade, estabilidade/transformação, estrutura/processo, esmaecimento/ruptura. O lugar do observador, que pode ser um historiador, é aqui o centro das reflexões, como “elemento de passagem”, como algo também mutável (DIDI-HUBERMAN 2000).

Nesse esforço de povoar o passado, entretanto, o diálogo não ocorre apenas com a história da arte. Outro interlocutor importante – cujo estreitamento de vínculos com a história ocorreu já na década de 1970 – é a antropologia, principalmente a antropologia anglo-saxã. Foi dela, por exemplo, que o historiador Maurizio Gribaudi retirou a noção de “comunidade de experiências”.²⁰ Como alternativa ao uso de conceitos que têm sua legitimidade assentada em um elevado nível de abstração, propõe-se, através de uma valorização dos arquivos e do reconhecimento desse papel ativo do historiador sobre o “invisível”, uma intensificação do trabalho de articulação de dados a primeira vista incoerentes e desprovidos de significado. A “incoerência” – bem como o estranhamento das lições de Clifford Geertz – seria nesse caso a chave de acesso a uma outra lógica de organização social, com normas próprias, possibilidades diferenciadas de negociação e formas de organização das relações de poder. Há aqui, sem dúvida, a introdução de um “eu” no discurso do historiador. É a partir dele, e de sua movimentação, que se opera a constituição do objeto de pesquisa, ou seja, de um olhar sobre o passado. E foi a partir desses diálogos que três conceitos se tornaram fundamentais para que pudesse constituir a singularidade de uma vida, a do duque de Caxias, como um problema de história.

¹⁹ Atualmente, Sabina Loriga tem oferecido, em parceria com Jacques Revel, um curso dedicado a pensar a *linguistic turn*. Ver no site da École des Hautes Études en Sciences Sociales, os seminários do ano 2011-2012: <http://www.ehess.fr/fr/enseignement/enseignements/2011/ue/804/>

²⁰ Uma série de pesquisas vinculadas ao que se convencionou chamar micro-história tem operado com a ideia de que cada ator histórico se inscreve em contextos de dimensões e de níveis variados, do mais local ao mais global. Com isso, tentam mostrar que não existe um hiato, menos ainda uma oposição entre essas dimensões. Ver: LEVI (1989; 1998), GRIBAUDI (1987; 1998a), LORIGA (1991; 1998; 2010) e CERUTTI (1995).

O primeiro deles é o de *trajetória*. E aqui é necessário um retorno às críticas de Pierre Bourdieu. Sua intervenção na polêmica da década de 1980 foi valiosa, chamando atenção para a predominância, entre os cientistas sociais, de um uso bastante ingênuo do biográfico, que concebia a vida como uma unidade coerente que se desenrola de forma linear no tempo. Essa perspectiva, conforme destacou Bourdieu, assentava-se em uma imposição arbitrária e o conceito de trajetória era sua expressão mais bem acabada, uma noção indiferente às particularidades circunstanciais e aos acidentes individuais no fluxo das realidades sociais (FERREIRA; AMADO 1996, p. 189). Mas nessa objeção de Pierre Bourdieu, como já apontou Sabina Loriga, há um risco: o de fazer crer que tomar em consideração a experiência individual significa, sempre, automaticamente, adotar a forma tradicional de biografia. Nesse caso, vale destacar que o risco de cair em uma história cronológica, factual, linear e pouco problemática não está inscrito na reflexão biográfica (REVEL 1998, p. 246). Além disso – e nesse ponto é possível juntar as considerações de Loriga com as de Giovanni Levi – Bourdieu tende, com suas críticas, a homologar um procedimento analítico que lança mão de condutas individuais para firmar laços normativos, com o *habitus* produzindo usos modais do biográfico.

A elaboração dessas críticas por dois historiadores italianos não é casual. Desde a publicação em 1979, na revista *Quaderni storici*, do artigo intitulado “O nome e o como”, o nome próprio vinha se tornando um elemento central na definição de um novo método de pesquisa. O esforço já visava o desenvolvimento de estratégias analíticas que não se pautassem pela medição de propriedades abstratas da realidade histórica. De autoria de Carlo Ginzburg e Carlo Poni, o artigo, hoje célebre, propõe fazer do “nome” – a marca mais singular e menos sujeita à repetição que existe – a grande referência para a criação de um método capaz de quebrar o excesso de coerência do discurso histórico. Nesse sentido, recuperava-se o biográfico de uma forma bem diferente da proposta por Bourdieu: a experiência individual era usada para se interrogar sobre a pluralidade e as incertezas do passado. A expressão “estrutura da rede”, usada pelo sociólogo francês, e sintoma das regras da polêmica dos anos de 1980, era incorporada a esse método por um novo referencial, mais próximo das reflexões de Norbert Elias. Nele o individual deixava de ser entendido em oposição ao social, e este passava a ser lido como resultado da ação de indivíduos em suas relações com outros indivíduos (ELIAS 1994). Portanto, ao invés de partir do princípio de que existiam classes ou grupos organizados social ou profissionalmente, e proceder à elaboração de prosopografias, o historiador deveria centrar-se na trajetória de alguns (ou de um) indivíduos para, por meio delas, percorrer as relações nas quais eles se inscreviam em múltiplos espaços e tempos. A inversão da estratégia analítica, construída a partir dos dados gerados pela pesquisa, podia alterar de forma significativa – como vinham demonstrando alguns trabalhos – a visão dos fatos.²¹

²¹ Refiro-me aqui, como dito anteriormente, às pesquisas vinculadas à micro-história italiana. Ver principalmente: LEVI (1989; 1998), GRIBAUDI (1987; 1998a), LORIGA (1991; 1998; 2010), CERUTTI (1995) e CAVALLO (2006).

Mas a ideia de Ginzburg e de Poni, de transformar o “nome” em uma espécie de bússola que guiaria o historiador pelos arquivos, também é válida para o momento final da pesquisa, o de elaboração de uma escrita. É claro que sua legitimidade depende de uma flexibilização das regras de organização do discurso historiográfico, principalmente daquelas que tendem a fechar a história em grandes mosaicos ou sistemas explicativos. Feito isso, narrar uma *trajetória*, sendo esta entendida como uma brecha de acesso ao passado, pode nos oferecer outros meios para pensar questões mais gerais, relativas a relações familiares, à formação escolar-acadêmica, e a estratégias de socialização e de ação no mundo. Jacques Revel, no texto “Microanálise e construção do social”, associou esse tipo de estratégia analítica a uma renovação na história social (REVEL 1988). No entanto, vale não perder de vista que ela funda-se em diálogo com a antropologia.

O segundo conceito chave em minha pesquisa destaca justamente o valor desse diálogo: é o conceito de *configuração*. Originalmente ele está vinculado às abordagens estruturalistas e funcionalistas que predominaram na antropologia social até a II Guerra Mundial. Esse tipo de abordagem só entraria em crise com a descolonização da África e com as rápidas mudanças a que as sociedades deste continente foram submetidas. O conceito de configuração, tal como pensado por essas escolas, não resistiria à aceleração do tempo histórico e à complexificação das relações sociais, tornando-se incapaz de apreender e restituir as interações de um mundo em transformação. Na perspectiva estruturo-funcionalista, as relações sociais eram interpretadas apenas como elemento de contenção das escolhas individuais. O conceito de social, entendido como sistema, postulava uma relação direta entre valores e práticas sociais. Desse modo, o complexo e o diferente só podiam ser explicados recorrendo-se à ideia de desvio, que, por sua vez, pressupunha a existência de normas bem reguladas no funcionamento da sociedade.

120

Max Gluckman, que não chegou a abandonar o paradigma estruturalista, tornou-se uma referência fundamental na flexibilização dessas abordagens ao introduzir – como procurei mostrar em outra ocasião – a noção de conflito em suas análises do social.²² É dele a ideia de que uma situação limite pode nos fornecer a chave para a compreensão de mecanismos e de determinações sociais mais amplas. Assim – e aí está a inovação – ele pode mostrar que a análise dos comportamentos e dos papéis desempenhados pelos atores de um conflito, de uma revolta popular ou de um ritual, nos permite apreender o repertório de símbolos e a lógica a partir da qual se organiza a ação social de um grupo ou de uma sociedade. Por essa ótica, portanto, aquilo que é considerado como “local” não é mais visto como o “microcosmo” isolado de uma antropologia clássica. Ele passa a ser compreendido como ponto nodal de um processo e de mecanismos globais.

²² Em 2007 realizei um primeiro esboço dessa discussão mais conceitual em artigo publicado na Revista da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Para as reflexões sobre o conceito de configuração e para a leitura de Max Gluckman, destaco como chave o livro de Maurizio Gribaudi (GRIBAUDI 1998a).

Certamente seria possível listar vários outros autores (e escolas) que teriam dado continuidade a essas reflexões de Gluckman, mas vou me limitar aqui – seguindo as orientações de Maurizio Gribaudi – a destacar alguns aspectos desse debate que marcam ainda hoje as discussões sobre o conceito de configuração social (GRIBAUDI 1998a).

Primeiro, é preciso considerar que a importância atribuída à ideia de conflito produziu novas possibilidades de interpretação. Os comportamentos observados dos atores sociais, e as relações que mantêm entre si, são lidos não mais como resultado da reprodução bem sucedida de normas estáveis e homogêneas, mas como produto de interações sociais, definidas pela ação de indivíduos no mundo. Como consequência, as análises do social deslocam-se do plano das abstrações para o dos mecanismos de interação. A tarefa do pesquisador não é mais descrever as formas das práticas sociais para, a partir delas, deduzir modelos fortes. Também não se espera dele a elaboração de grandes quadros explicativos fundados em vastos levantamentos estatísticos. No lugar das tipologias, temos a elaboração de repertórios de regras e imagens normativas através das quais os indivíduos negociam concretamente suas práticas. Por fim, como último aspecto dessa tradição das ciências sociais, vale destacar a centralidade conferida as redes egocentradas. A opção pela análise de comportamentos individuais não expressa dificuldades de formalizações estatísticas. Ela explicita antes uma posição teórica. Todo indivíduo ocupa um lugar em uma teia humana composta por relações que não lhe é permitido modificar senão dentro de certos limites. Escrever um trabalho biográfico é, desse modo, pensar essas relações que se precipitam sobre os indivíduos no momento do nascimento e através das quais eles se colocam no mundo (ELIAS 1994).

O conceito de *configuração* torna-se, assim, central. Ele expressa essa rede de dependências de forma plástica, como inter-relações em constante adaptação. Os lugares por onde um indivíduo circulou, o modo como agia em relação às pessoas e o que decidia, lhe permitiam dar continuidade, reelaborar ou romper com relações herdadas, além de lhe dar a chance de tecer novas alianças. É nesse jogo relacional que vai se desenhando o que passei a entender como biografia. Cada indivíduo acha-se inscrito em redes específicas de dependência, estando sujeito às contingências da experiência. Essas redes constituem uma conduta – um modo de articular e expressar interesses, aspirações e sentimentos – e engendram práticas concretamente negociadas frente a um campo de possibilidades (VELHO 1994). Daí também a rediscussão da noção de contexto.

A noção foi por muito tempo utilizada – para usar uma expressão de Jacques Revel – de forma preguiçosa pelos historiadores. Uso puramente retórico: apresentado no início dos textos, o contexto gerava um “efeito de realidade” em torno do objeto de pesquisa. Alguns historiadores iam um pouco além, e apresentavam as condições gerais nas quais uma realidade particular achava seu lugar. O problema, nesse caso, é que o historiador limitava-se a uma simples descrição dos dois níveis de observação, que seguiam paralelos durante todo o texto. No máximo – o que também era problemático – extraía-se do contexto as razões gerais que permitiam explicar o particular, e geralmente predominava o determinismo (REVEL 1998, p. 27). Mas há ainda outra forma de se pensar o

princípio da contextualização que Sabina Loriga soma a essa lista de Revel: o da representatividade. No esforço de tentar reconstituir um tecido social e cultural mais vasto a partir do singular, muitas vezes os historiadores confundiram os dois princípios, transformando o trabalho de contextualização em homologação de amostra estatística. O problema dessas estratégias, para além de sua eficácia analítica, é – como afirma Loriga – que cada uma a seu modo, ao produzir uma história sem digitais, acaba contribuindo para um movimento de despersonalização do tempo histórico (REVEL 1998, p. 247).

Essa necessidade de pensar o contexto como lugar por excelência de um jogo relacional onde se dá a ação de sujeitos históricos efetivos, agindo, e como algo sempre diverso, acabou impondo à pesquisa um terceiro conceito, o de *experiência*.

A experiência é do campo do individual, do particular e do inimitável. Não por acaso, Carlo Ginzburg consagrou um texto à discussão do que denominou paradigma indiciário. Essa perspectiva epistemológica surgiu – segundo Ginzburg – em fins do século XIX no campo da semiótica médica, e se consolidou pela capacidade de produzir um saber sobre o corpo, extremamente eficaz, a partir da observação de detalhes (sintomas) a princípio irrelevantes. A base desse saber era a *experiência*, e nela estava também seu limite: a incapacidade de prestar-se à generalização (GINZBURG 1986).

Desse modo, desde muito cedo, para se constituírem como ciência, os saberes ditos humanos enfrentaram um dilema: ou seguir os métodos físico-matemáticos (paradigma galileano), e sacrificar o elemento individual à generalização, ou tentar elaborar um modelo próprio de cientificidade, mais sensível ao individual e à própria passagem do tempo. A opção então realizada acabou produzindo uma polarização pouco interessante intelectualmente. A supremacia dos cânones de uma visão cartesiana da racionalidade e de seus procedimentos analíticos praticamente inviabilizou o surgimento de visões concorrentes, já de antemão consideradas irracionistas (GINZBURG 1986, p. 239).

Aqui cabe retomar o diálogo de Koselleck com Jacob Grimm. Também não foi por acaso que Grimm sublinhou a disjunção ocorrida em finais da época moderna entre pesquisa e *experiência*. Foi a partir de então que, do ponto de vista do método, se tornou necessário separar a *experiência da realidade* e sua elaboração científica que, para ser devidamente controlada, deveria suprimir o sentido mais ativo da palavra *experiência*, para reincorporá-la a partir dos novos padrões científicos (KOSELLECK 1997, p. 204). Movimento semelhante ao que Koselleck encontrou, em suas pesquisas semânticas, constituindo o conceito moderno de história. Neste, a história, como realidade vivida, e a reflexão sobre esta realidade foram fundidas em um conceito comum, substantivo singular – a história. A contrapartida dessa fusão, no entanto, foi a perda da dimensão plural da história, que se achava fundada no sentido anterior de *experiência*. Ou seja, experimentada como nova, deixou de ser a história que se realiza nesse mundo por meio dos homens para se tornar história universal (KOSELLECK 1997, p. 237).

Daí Koselleck também constituir como campo de interesse o exame dos efeitos da interação entre os dados de pesquisa, a *experiência do tempo* e as maneiras de transformar o movimento da história em história inteligível.²³ A questão primordial do conhecimento histórico – para o historiador alemão – refere-se à historicidade de toda reflexão e de toda atividade humana, o que o levou a problematizar o próprio tempo histórico, com suas especificidades e múltiplas formas de materialização. Cruzando uma *história da experiência*, como trama matricial de toda historiografia, e uma história dos métodos historiográficos, Koselleck se aproximou de problemas pouco explorados antes dele. E foi a partir desse debate, mantendo-me nessa área de interseção entre história e antropologia, que procurei explorar uma dupla perspectiva do conceito de *experiência*.

A primeira referia-se às particularidades de nosso ofício. Os métodos utilizados pelo historiador para transformar *experiências históricas* em relato e em ciência são sempre resultado de uma *experiência do presente*. Desse modo, é possível supor que os modos de relatar e de elaborar metodicamente as histórias podem estar estreitamente vinculados às experiências do historiador (KOSELLECK 1997, p. 207). Ao enfrentar um arquivo, e se colocar diante das fontes, ele põe-se diante do tempo. Há aí uma primeira *experiência*, a sua. Apesar de possuir elementos compartilhados – e Michel de Certeau há muito já os definiu – a montagem que o historiador realiza a partir desses elementos, o texto que produz, traz marcas que são individuais. Tal como um antropólogo entre seus nativos, o historiador é ele também um mediador, com um agravante: escrevemos sobre um passado, algo que não existe mais. Talvez por isso, mais que outro cientista social, o historiador deva prestar atenção a um desejo antigo de restituir cada coisa a seu lugar original. Apesar de legítimo, esse desejo pode criar – para usar uma imagem de Didi-Huberman – “un historien phobique du temps” (DIDI-HUBERMAN 2000).

A outra perspectiva a partir da qual procurei pensar o conceito de *experiência* foi mais propriamente analítica. Na tese, ao invés de enfatizar as formas de homogeneidade social, elaborando a trajetória do duque de Caxias como representativa, esforcei-me por destacar a heterogeneidade que em toda sociedade prevalece quando se trata de disputas por distribuição de recursos, materiais ou simbólicos. Cada indivíduo age em função de uma situação que lhe é própria, absolutamente singular. O comportamento de um ator social (no caso, o duque de Caxias) não poderia simplesmente depender da obediência mecânica a um sistema de normas e regras. Para tentar compreendê-lo, era preciso levar em conta sua posição particular no interior de uma rede social. Analisar relações sociais – marcadas sempre por relações de poder – exigiu, assim, uma análise da interação entre pessoas, do modo como agiam, das decisões tomadas (ou forçadas a tomar) e de como elaboravam essas experiências. Procurei ainda entender essa elaboração como guia de ação/intervenção na sociedade e, desse modo, engendrando uma realidade, promovendo mudanças e, em se tratando de autoridades, implantando projetos e decidindo destinos.

²³ Aproprio-me aqui de algumas reflexões de Michael Werner na apresentação do livro *L'expérience de l'histoire* (KOSELLECK 1997, p. 9).

O valor heurístico das biografias

Esse exercício de reflexão sobre meu próprio percurso de pesquisa, elaborando-o como uma primeira experiência, a partir da qual se ergueria a tese, tornou-se chave para que unisse as duas pontas do projeto, a memorialista e a mais propriamente biográfica.

Durante toda a pesquisa, a pergunta que mais ouvi de várias pessoas, do meio acadêmico e de fora dele, foi: por que Caxias? A pergunta me deixava intrigada e, com o tempo, comecei a responder com outra pergunta: e por que não o duque de Caxias? Através das respostas, fui percebendo o quanto a memória do general, que eu tentava olhar com distanciamento, ainda organizava identidades políticas. Dar-me conta disso foi crucial. A pesquisa, que tinha se iniciado a partir de interesses acadêmicos, interferia em uma memória forte – forjada em bronze e pela imprensa – de um dos “grandes” da história nacional. Dentre os vários estratos de memória que vinha revolvendo, havia um ainda bem recente, que se achava vinculado aos traumatismos dos vinte e um anos de ditadura militar, com suas formas específicas de dominação e de violência simbólica.

Escrever uma tese sobre a trajetória do duque de Caxias, portanto, colocava-me inevitavelmente diante da tarefa de ao menos mapear esse trabalho, realizado ao longo do século XX, de reinterpretação dos materiais fornecidos pela história com fins ao enquadramento de uma memória. Do mesmo modo, precisava estar atenta aos esforços de resistência, às memórias subterrâneas (POLLAK 1989). E, em meio a tudo isso, não poderia cair na armadilha, tentadora, porém ingênua, de me colocar como observadora imparcial dos fatos. Sem a pretensão de restituir cada coisa a seu lugar, abandonando a ideia de que restituiria, ao final, a verdade, adotei a estratégia de explicitar todas as operações historiográficas que realizava, das seleções às contextualizações, demarcando a lacunas e mapeando os debates memorialistas de cada época. E foi assim que essa explicitação de critérios, bem como a formulação clara das hipóteses, tornou-se para mim condição necessária para elaborar a tese a partir da singularidade de uma vida.

Certamente trata-se de outro regime de escrita biográfica e, nesse movimento de ressignificação do gênero, a interlocução com a micro-história foi igualmente importante. Esta – como destacou Manoel Salgado – produziu uma mutação importante no campo apontando na direção de uma valorização do “eu”, quer como sujeito da escrita, quer como ator reivindicando seu lugar numa narrativa da história (GUIMARÃES 2008).

A imagem da história elaborada por seus praticantes é a de um sistema aberto, em perpétua transformação e determinado por mecanismos e dinâmicas interativas. O resultado de uma ação individual depende de outras ações e das reações de outros indivíduos. Essa interdependência, definida como própria do mundo social, impede que os atores disponham de um sistema de normas para tentar prever sem ambiguidades os efeitos de seus atos. Ainda que cada indivíduo tenha diante de si um campo de possibilidades limitado, com margens definidas cultural e socialmente, nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar todas as possibilidades de escolha, interpretação, manipulação e negociação dessas normas e regras sociais.

É nesse sentido que as pesquisas de corte biográfico tornam-se, possivelmente, um ótimo espaço para se pensar o social e as relações de poder que lhe são intrínsecas. Elas evitam a construção de imagens monolíticas do passado, mostrando, ao contrário, que se a repartição desigual do poder – de bens materiais e simbólicos – limita as oportunidades de um indivíduo, ela sempre deixa alguma margem de manobra, através das quais ele pode se movimentar e promover mudanças no ambiente em que vive.

Minha intenção, ao contar a história de Luiz Alves de Lima e Silva (ao final da vida, marechal e duque de Caxias) foi a de tomar um indivíduo como ponto fixo em uma determinada superfície social, procurando fazer do “nome” – a marca mais singular que existe – referência para a elaboração de uma escrita historiográfica. Acredito que, assim, a história biográfica pode ganhar um inestimável valor heurístico, tornando-se lugar privilegiado de uma atividade intensa e especificamente humana de leitura, interpretação e construção do real.²⁴

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1976.
- CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- _____. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- CAVALLO, Sandra. **Artisans of the body in early modern Italy**. Manchester University Press, 2006.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERUTTI, Simona. Normes et pratiques, ou de la légitimité de leur opposition. In: LEPETIT, Bernard. **Les formes de l’expérience**: une autre histoire sociale. Paris: Albin Michel, 1995.
- DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Devant le temps**. Paris: Les Éditions de Minuit, 2000.

²⁴ A frase é de Maurizio Gribaudi, que adaptei e traduzi: “L’individu est important surtout en tant que lieu d’une activité intense et spécifiquement humaine de lecture, d’interprétation et de construction du réel” (GRIBAUDI 1995).

_____. Pour une anthropologie des singularités formelles. Remarque sur l'invention warburgienne. **Genèses**: sciences sociales et histoire, 24 septembre, 1996, p. 145-156.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GLUCKMAN, Max. **Politics, law and ritual in tribal society**. New York: New American Library, 1968.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. **Em terreno movediço**: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

GRIBAUDI, Maurizio. **Espaces, temporalités, stratifications**: exercices sur les réseaux sociaux. Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1998a.

_____. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998b.

126

_____. **Itinéraires ouvriers**: espaces et groupes sociaux à Turin au début du XXe. siècle. Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1987.

_____. Les discontinuités du Social: un modèle configurationnel. In: LEPETIT, Bernard. **Les formes de l'expérience**. Paris: Albin Michel, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **História cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

_____. Prefácio. SOUZA, Adriana Barreto de Souza. **Duque de Caxias**: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, 1: 5-27, 1988.

HUMBOLDT, Wilhelm Von. **La tâche de l'historien**. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires de Lille, 1985.

_____. Sobre a tarefa do historiador. **Revista Anima**, Ano 1 nº 2, Rio de Janeiro, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **L'expérience de l'histoire**. Paris: Hautes Etudes/ Editions Gallimard Le Seuil, 1997.

_____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui?. **Le débat**, mars-avril, 1989.

_____. **Saint Louis**. Paris : Gallimard, 1996.

LEVI, Giovanni. **Le pouvoir au village**: histoire d'un exorciste dans le Piémonte du XVIIe. Siècle. Paris: Gallimard, 1989.

_____. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LORIGA, Sabina. **Soldats, un laboratoire disciplinaire**: l'armée piémontaise au XVIIIe. siècle. Paris: Mentha, 1991.

_____. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. **Le Petit X**: de la biographie a l'histoire. Paris: Editions du Seuil, 2010.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Tese de doutoramento defendida no PPGHIS/ UFRJ. Rio de Janeiro, fevereiro de 2009.

PEIXOTO, Paulo Matos. **Caxias**: nome tutelar da nacionalidade. Rio de Janeiro: Edico, 1973.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, 3: 3-15,1989.

POMIAN, Krzysztof. L'heure des annales : la terre- les hommes - le monde. In: NORA, Pierre (org.). **Les lieux de mémoire**: la nation. Paris: Gallimar, 1986, p. 377-429.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Em busca da terra da promessa**: a história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

_____. Construindo biografias. Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 19: 3-19, 1997.

SOUZA, Adriana Barreto de Souza. **Duque de Caxias**: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-1850). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik (orgs.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ Bom texto, 2004.

_____. Entre o mito e o homem: Caxias e a construção de uma heroicidade moderna. **Locus**: revista de história, Vol. 7, nº 1, Juiz de Fora, UFJF, 2001.

_____. **O Exército na consolidação do Império**: um estudo histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

TOUATI, François-Olivier; TREBITSCH, Michel. **Actes du colloque problèmes e methodes de la biographie**. Sorbonne, 3-4 mai 1985. Paris: Publications de la Sorbonne, 1986.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ZAPPERI, Roberto. **Annibale Carracci**: portrait de l'artiste en jeune homme. Aix-en-Provence: Alinéa, 1990.

Biografia e ciências humanas em Wilhelm Dilthey

Biography and human sciences in Wilhelm Dilthey

Alexandre de Sá Avelar

alexandre.avelar@uol.com.br

Professor adjunto

Universidade Federal de Uberlândia

Avenida João Naves de Ávila, 2121 – Santa Mônica

38400-902 – Uberlândia – MG

Brasil

Resumo

Em finais do século XX, a biografia retomou seu lugar de prestígio nas reflexões dos historiadores, superando a desconfiança que lhe fora imputada pelo marxismo e pela historiografia dos *Annales*. Atualmente, é bastante expressiva a proliferação de estudos sobre trajetórias individuais, sejam elas de homens ilustres ou comuns. Por outro lado, várias das problemáticas do gênero já foram enfrentadas pela historiografia do século XIX. O objetivo deste artigo será de recuperar as importantes formulações de Wilhelm Dilthey sobre a biografia. Com esta proposta, pretende-se demonstrar como o filósofo alemão enfrentou, em seu tempo, questões cruciais, tais como a subjetividade do biógrafo, os limites da representação narrativa da vida de um indivíduo e a oposição entre liberdade e determinismo.

Palavras-chave

Biografia; Wilhelm Dilthey; História.

129

Abstract

By the late twentieth century, the biography-genre recovered its place of prestige in the reflections of historians, overcoming the distrust that had been imputed by Marxism and the historiography of the *Annales*. Nowadays, the proliferation of the studies on individual trajectories, whether of common or illustrious men, is a quite expressive phenomenon. On the other hand, several gender issues have already been faced by the nineteenth-century historiography. The aim of this paper is to recover the important formulations of Wilhelm Dilthey on biography. With this proposal, we intend to demonstrate how the German philosopher faced, in his time, crucial questions for biographical writing, such as the subjectivity of the biographer, the limits of narrative representation regarding an individual's life, and the opposition between freedom and determinism.

Keywords

Biography; Wilhelm Dilthey; History.

Enviado em: 27/12/2011

Aprovado em: 17/6/2012

Toda vida pode ser descrita, tanto a pequena quanto a poderosa, tanto a vida cotidiana quanto a extraordinária (DILTHEY 2010).

A biografia está em voga. Poucos analistas ou historiadores lançam dúvidas a respeito da sua legitimidade historiográfica, ademais lastreada por inegável sucesso editorial. As publicações acadêmicas, ainda que sob um ritmo mais lento, também acompanham a ampliação do interesse pelos estudos biográficos. A crise dos modelos globalizantes de explicação histórica está na origem da maior abertura em direção às estratégias individuais e à valorização de personagens e homens comuns. Mesmo que se admita que “escrever a vida é um horizonte inacessível” (DOSSE 2010, p. 11), as narrativas em torno de um indivíduo continuam desafiando todas as gerações, que buscam respostas para a inescapável necessidade de compreender o outro.

Para Marcel Schwob, num escrito de 1896, a biografia não pode ser nada além de arte, pois só o procedimento artístico descreve o individual contra as ideias gerais (SCHWOB 1997, p. 11). Não haveria, dentro dessa chave de leitura, sentido em qualificar como “paralelas” as vidas estudadas por Plutarco, pois os homens descritos em seus detalhes revelam não sua semelhança, mas suas singularidades e diferenças. Ao biógrafo não cabe ser propriamente verdadeiro. Ele deve ser o criador de traços humanos em meio ao caos dos acontecimentos. Entre memórias, crônicas, correspondências e escólios, “o biógrafo faz a triagem com a qual compõe uma forma que não se assemelha a nenhuma outra” (SCHWOB 1997, p. 23). Esta tarefa pensava Schwob, não estava ao alcance dos historiadores, preocupados que estavam com os grandes personagens e seus atos heroicos. A arte desconhece essa mania de grandeza. Para ela, o retrato de um indivíduo medíocre – por isso mesmo capaz de revelar o diferente – tem tanto valor quanto a vida de um homem laureado pela glória.

A todos razoavelmente familiarizados com os debates historiográficos contemporâneos sobre a biografia, as observações de Schwob soam claramente datadas. Uma das incorporações mais notáveis aos trabalhos biográficos recentes situa-se justamente na ampliação dos personagens enfocados, com aberturas cada vez mais significativas em direção aos indivíduos comuns, aqueles aparentemente destituídos de interesse. Por outro lado, interessam-nos, em particular, as considerações de Schwob a respeito da biografia como uma escrita da diferença. A narrativa da individualidade constituiu, no século XIX, ponto nevrálgico no debate em torno da edificação das ciências humanas e da história como campos autônomos do conhecimento. Dentre os autores desse século, Dilthey se destacou entre os que se dedicaram a refletir sobre o lugar da biografia como possibilidade de compreensão da história.

A biografia na ciência histórica do século XIX

O século XIX assistiu à edificação da história como campo científico. Mesmo que possamos admitir que o século XVIII tenha produzido a conquista do mundo histórico, foi ao longo dos Oitocentos que a história atingiu o estatuto epistemológico de uma ciência a partir da sistematização dos seus

procedimentos metódicos e da definição institucional dos seus “lugares de fala” (CERTEAU 1982). Reconhece-se, desde então, o pensamento historicista como aquele que toma o passado como uma individualidade distinta, percebido em um duplo aspecto: sua caracterização como um recorte temporal que só pode ser estudado dentro dos seus próprios valores e a consideração de que a história é forjada por indivíduos historicamente localizáveis. Para Meinecke, o “cerne do historicismo consiste na substituição de uma consideração generalizante dos fatores histórico-humanos por uma consideração individualizante” (*apud* MARTINS 2008, p. 18). A formatação da história como ciência deveria, portanto, ultrapassar as filosofias da história iluministas – e sua pretensão de abarcar o devir humano em esquemas interpretativos gerais – em prol de posições que tomem em conta a relatividade dos fenômenos históricos.¹ Essa crítica às Luzes consolidou-se na escola história alemã com os trabalhos de W. Von Humboldt, Leopold Von Ranke e Gustav Droysen, correspondendo à “transformação da história em disciplina de profissionais especialistas, superando a tradição da história erudita e exemplar em favor de uma ciência racional e específica: a ciência da história” (FALCON 2002, p. 27). Para José Carlos Reis, a tese básica do historicismo é a

de que há uma diferença fundamental entre os fenômenos naturais e históricos, o que exige uma diferença de métodos de abordagem. A natureza é a cena do eterno retorno, dos fenômenos sem consciência e sem propósito; a história inclui atos únicos e irrepetíveis, feitos com vontade e intenção. O mundo humano é incessante fluxo, embora haja alguns centros de estabilidade – personalidades, instituições, nações, épocas – cada uma possuindo uma estrutura interna, um caráter, embora em constante mudança de acordo com os seus princípios internos de mudança. Ele dá ênfase à individualidade, ao gênio, que é uma individualidade mais expressiva (REIS 2003, p. 10-11).

131

Seria, entretanto, enganoso pensar que o historicismo rejeitava, *in totum*, qualquer elemento ordenador do devir humano. A atividade historiadora, o passado como individualidade e o devir como princípio da vida humana refundaram a noção de evolução histórica, cara ao racionalismo iluminista, não mais agora situada num *a priori*, mas imersa na própria transformação interna de um estado a outro. Não mais a evolução reveladora do progresso, mas aquela que descortina a mudança histórica (REIS 2003, p. 18). A relatividade e a unicidade dos fenômenos históricos não escaparam à preocupada reflexão de Dilthey, que via no historicismo o sintoma de um tempo de grandes transformações, em que todas as coisas pareciam relativas e instáveis.

¹ A diversidade de usos e de apropriações da noção de historicismo tem produzido um intenso debate no campo historiográfico. Damos, neste aspecto, razão a Sérgio da Mata quando este afirma que “não existe qualquer definição consensual do que é, ou do que seria, ou do que foi o historicismo” (MATA 2008). De um modo geral, tomamos o historicismo como a forma de pensamento histórico que postula a história como ciência a partir da consideração da historicidade de todos os fenômenos e do seu caráter dinâmico e mutável.

Uma contradição aparentemente insolúvel surge quando o sentimento da história é levado às suas últimas consequências. A finitude de todo fenômeno histórico, seja uma religião, um ideal ou um sistema filosófico, e, por conseguinte, a relatividade de toda interpretação humana da relação das coisas é a última palavra da concepção histórica deste mundo, onde tudo flui, onde nada é estável. Em face disso ergue-se a necessidade que o pensamento tem de um conhecimento universalmente válido e os esforços que a filosofia faz para chegar até ele. A concepção do mundo histórica (*Weltanschauung*) libera o espírito humano da última cadeia que as ciências da natureza e a filosofia não quebraram, mas onde encontrar os meios para superar a anarquia das convicções que ameaça se difundir? (DILTHEY 1947a, p. 15).

A legitimação da história como portadora de inteligibilidade própria ampliou a percepção da historicidade e da individualidade de todos os fenômenos. Se os homens não agiam em função de leis a-históricas e globais, seus atos, pensamentos, tensões e sentimentos não poderiam ser mais ser ignorados. Esse debate, que adentraria o século XX, reunia pensadores de diversas filiações intelectuais e mesmo políticas. Subsistia, entretanto, a convicção comum de que o mundo histórico não era ordenado por algum princípio universal e acima dos indivíduos. O passado seria composto por eventos multiformes resultantes de esforços e ações individuais, e ao historiador caberia a tarefa de recuperar tais eventos sem recorrer a esquemas impessoais que procurassem explicar, de forma totalizante, os fenômenos individualizados da história.

132

A tensão entre a inevitável formatação da narrativa biográfica e a busca pela verdade foi objeto do exame crítico de diversos escritores e biógrafos, como André Maurois (1885-1967), Emil Ludwig (1881-1948) e Lytton Strachey (1880-1932), preocupados com o que consideravam a incapacidade do modelo tradicional da biografia de dar conta das relações humanas que marcavam a modernidade, uma vez que ainda se prendia a uma abordagem panegírica e pouco crítica dos personagens, enfocados quase que exclusivamente a partir da possibilidade de oferecer exemplos educativos às gerações vindouras. Ao se remeter a *Elizabeth and Essex*, biografia da soberana inglesa escrita por Lytton Strachey, Virgínia Woolf diagnosticou a impossibilidade da escrita biográfica de conciliar os fatos e a sua marca ficcional:

A biografia impõe certas condições, e estas implicam que ela deve se fundar nos fatos. E, por fatos, entendemos fatos que podem ser controlados por outras pessoas além do artista. Se o biógrafo inventa fatos como os inventa um artista – fatos que nenhuma outra pessoa pode controlar – e tenta combiná-los com fatos de outro tipo, eles se destroem reciprocamente.

[...] Uma vez que o personagem inventado vive num mundo livre onde os fatos são controlados por uma única pessoa – o próprio artista –, sua autenticidade reside na verdade de sua visão. O mundo criado por essa visão é mais raro, mais intenso, inteiriço em relação ao mundo que é em grande parte feito de informações autênticas fornecidas por outros. Por causa dessa diferença, os dois tipos de fatos não se misturam; se eles se tocam, se destroem. Ninguém, parece ser a conclusão, pode obter o melhor dos dois mundos (*apud* LORIGA 2011, p. 32).

A sensibilidade de Woolf parece ter captado bem os dilemas que envolviam a escrita biográfica: o estatuto da verdade e os limites da imaginação ficcional,

problemas que atravessaram o século XX e que confluem para aquilo que François Dosse (2009, p. 408) qualificou como sendo a marca característica da biografia histórica, ou seja, o seu caráter híbrido, mescla de exigências documentais aspirantes à verdade e da natureza narrativa da exposição das ações, emoções e sentimentos de um indivíduo.

No século XIX, a afirmação do nacionalismo e do povo como categoria histórica e sujeito social revestiu a biografia de traços elitistas. Não é sob outro aspecto que Michelet exalta o heroísmo coletivo em contradição com as ações dos grandes homens, assemelhadas aos “pretensos deuses, gigantes e titãs que só enganam quanto a seu tamanho içando-se por fraude sobre os ombros dóceis do bom gigante, o Povo” (*apud* LORIGA 2011, p. 36). Os particularismos só poderiam ser explicados à luz do destino coletivo nacional, simbolizado pelo povo. O olhar sobre a história não poderia, portanto, ser microscópico. A subsunção dos indivíduos ao curso racional dos acontecimentos – recorrentemente associado à noção de progresso – deixava um reduzido espaço para a consideração das ações e feitos particulares dos homens. Nesta modulação da escrita biográfica, os acontecimentos do mundo eram integrados num *telos* que organizava o devir humano e eclipsava os atores singulares. Nessa ótica, os sujeitos individuais eram compreendidos como instrumentos da razão histórica, ainda que pudessem não ter consciência desse plano superior. Agiam, nesse sentido, sob o necessário efeito da ordem teleológica, que realizava os fins da humanidade acima dos acontecimentos, paixões e utopias.

Uma saída pouco frutífera foi a tentativa de construção da noção de homem médio, capaz de operar a síntese mecânica entre o coletivo e o particular, entre o geral e o específico. Nessa formatação de uma entidade individual mediadora dos elementos sociais, as particularidades e diferenças foram afastadas. De acordo com Adolphe Quételet, em 1830:

Devemos, antes de tudo, perder de vista o homem tomado isoladamente, e considerá-lo unicamente como uma fração da espécie. Despojando-o de sua individualidade, eliminaremos tudo o que é apenas accidental; e as particularidades individuais que têm pouca ou nenhuma ação sobre a massa se apagarão por si mesmas e permitirão apreender os resultados gerais (*apud* LORIGA 2011, p. 39).

As críticas dirigidas ao gênero biográfico, por uma significativa parte da intelectualidade do século XIX, constituem uma questão a ser problematizada. Por outro lado, importantes historiadores recolocaram o problema do indivíduo em sua relação com a história como tema principal de reflexão. Em Carlyle, por exemplo, o processo histórico ganhou feições inteligíveis na medida em que conseguimos perceber a ação daqueles indivíduos capazes de sintetizar o devir caótico e imprevisível. Podemos ainda encontrar notáveis escritos sobre o papel dos indivíduos na história em autores tão diversos como Humboldt, Droysen ou Burckhardt. A variedade de perspectivas encontrada nesses historiadores não obscurece a importância que concederam às ações humanas no curso do tempo. O *topos* do “grande homem” alinhava-se, no caso brasileiro, ao projeto

de escrita da história nacional protagonizado pelo IHGB (OLIVEIRA 2010). A escolha, neste artigo, em tratar das formulações de Dilthey acerca da biografia se deve ao fato de que este autor foi quem mais longe levou a tentativa de fundar as ciências do espírito em torno de uma teoria das ações humanas. As questões por ele levantadas, as problemáticas suscitadas e as respostas oferecidas fornecem, sem dúvida, um panorama da questão biográfica que será, em larga medida, recuperado pelas querelas historiográficas do século XX.

História e biografia em Dilthey

Convém advertir, de início, que as reflexões de Dilthey sobre o gênero biográfico compõem um pensamento fragmentado, inacabado e pouco dado a sínteses mais elucidativas. Suas obras denotam um constante “caráter de pesquisa” (REIS 2003, p. 21) e se apresentam, aos seus leitores e críticos, como desafiadoras e, não raro, como desorganizadas. Possuem, por outro lado, estimulantes *insights* para os que procuram apreender os percursos da ciência histórica no século XIX e sua construção como campo específico de conhecimento a partir das conexões com a experiência vivida.

Nas intensas disputas epistemológicas e teóricas que atualizavam, no século XIX, os velhos embates entre filósofos e historiadores sobre o estatuto da história, a pena de Dilthey, em que pese sua clara filiação historicista, esteve a serviço da moldagem filosófica da reflexão historiográfica. Ao longo de sua obra multifacetada e complexa (IMAZ 1978, p. IX), a história surgiu como associada permanentemente à ideia de movimento, de mudança. Esse constante estado de transformação era obra de indivíduos compreensíveis apenas em relação com outros indivíduos. Se o mundo era histórico, se todas as formas eram historicamente constituídas, se não havia um princípio absoluto capaz de regular os acontecimentos, era nas ações e intenções do homem que o historiador deveria buscar o sentido do devir. Rejeitava-se, dessa forma, a possibilidade de a história possuir algum sentido oculto ou universal.

Para Dilthey, a vida individual não obedece a nenhum plano exterior, mas “revela o que há de mais conhecido e, ao mesmo tempo, o que há de mais obscuro e impenetrável” (REIS 2003, p. 23). Ele entendia o sujeito, em oposição ao sujeito kantiano, como atravessado por pulsões, contradições, vivências e experiências distintas. Era na sua “filosofia da vida” que residia o fundamento central das ciências do espírito, cujos métodos e princípios deveriam ser distintos dos das ciências naturais. Como filosofia da experiência, a “filosofia da vida” diltheyana focaliza o sujeito que pensa, sente e deseja, o que nos impele a compreender a vida por ela mesma ou como ela se apresenta (GONÇALVES 2011, p. 158). Elevada à compreensão filosófica, a vida, segundo Dilthey,

constitui o único, obscuro e espantável objeto de toda filosofia. Não o enigma do mundo, que constitui mais que uma metade objetiva desse obscuro novelo de problemas, mas o rosto da vida mesma, com seus olhos que miram o mundo ou o contemplam serena e imaginativamente, com sua boca sorridente ou que se contrai em um trejeito de dor (DILTHEY 1954, p. 81).

A consciência, em Dilthey, apenas prefigura uma riqueza interna mais densa e sua aparente conexão com a realidade encobre uma vivacidade psíquica altamente diversificada. Em franca crítica às posições de Kant, Hume e Locke, para os quais o sujeito cognoscente era meramente uma "seiva diluída de razão, concebida como única atividade do pensamento" (DILTHEY 1992, p. 149), Dilthey reivindica um sujeito composto por paixões, sentimentos e vontades.

Não há nada a fazer, não somos um aparelho que busca produzir prazer regularmente e impedir o desprazer, avaliando valores de prazeres uns em relação aos outros, e conduzindo assim as volições para a soma acessível do prazer. [...] A vida seria evidentemente racional, mesmo um exercício de cálculo. Mas não é assim [...] não buscamos evitar o desprazer, mas o exploramos até o fundo, meditamo-lo sombriamente, com misantropia; arrastados por obscuras pulsões, colocamos em jogo nossa felicidade, nossa saúde e nossa vida para satisfazer nossas antipatias, sem levar em conta o ganho de prazer (DILTHEY *apud* LORIGA 2011, p. 125).

É esse homem concreto que é tomado por Dilthey como fio condutor de toda sua explanação sobre as ciências humanas. O indivíduo é apreendido, em sua íntegra, como uma totalidade psicofísica, feita de representação, de desejo e de vontade. Há uma distinção entre o eu e o mundo. Se a realidade pode ser representada, ela continua sendo um dado insuperável. Segundo Dilthey:

A unidade de vida é uma conexão de efeitos privilegiada em relação ao nexa da natureza pelo fato de ser vivenciada. Suas partes atuantes, porém, não podem ser medidas segundo a sua intensidade, mas apenas avaliadas. Sua individualidade não é destacável do elemento humano-comunitário, de modo que a humanidade só se mostra como um tipo indeterminado. Por isso, todo estado particular na vida psíquica é uma nova posição da unidade de vida total, uma ligação de sua totalidade com as coisas e os homens. Nesse sentido, na medida em que toda manifestação da vida que parta de uma comunidade ou pertença a uma conexão de efeitos de um sistema cultural é produto de unidades vitais que atuam conjuntamente, os componentes desse construto composto possuem um caráter correspondente. Por mais intensamente que todo processo psíquico pertencente a essa totalidade possa ser determinado pela intenção da conexão de efeitos, esse processo nunca é determinado exclusivamente por essa intenção. O indivíduo, no qual ele se realiza, intervém como unidade de vida na conexão de efeitos; em sua manifestação, ele é atuante como totalidade (DILTHEY 2010, p. 126).

O movimento do real é, na concepção diltheyana, resistência ao indivíduo, freagem da intenção e condição inelutável da experiência humana. É no jogo com o mundo exterior que o indivíduo define sua marca primordial: a incessante relação com o outro. Os sujeitos individuais se vinculam a outros sujeitos e às experiências históricas por meio de nexos efetivos, cujos sentidos definem o mundo histórico.

Uma riqueza vital infinita desdobra-se na existência singular das pessoas por força de suas ligações com o seu meio, com os outros homens e com as coisas. Todavia, cada indivíduo é ao mesmo tempo um ponto de cruzamento de conexões que atravessam os indivíduos, que subsistem neles, mas que se estendem para além de suas vidas e que possuem, por meio do conteúdo, do valor e da finalidade que neles se realiza, uma existência autônoma e um desenvolvimento próprio (DILTHEY 2010, p. 94).

Delimita-se, nesse sentido, um aspecto essencial no historicismo de Dilthey: o papel da compreensão empática. Demarcado por relações, o homem apenas conseguirá compreender a história se estiver preparado para escapar da sua suposta autossuficiência. Os processos psíquicos se forjam no contato com o outro, no contato com a história. O movimento, o devir e a mudança não impõem, por outro lado, o não reconhecimento de permanências e continuidades. A interioridade se expande, alarga-se ao contato com o mundo histórico, mas se reconhece como ela mesma em seu passado.

Bem ao contrário, encontro uma continuidade em minha vida desperta. Os processos estão imbricados de tal forma que há sempre algo de presente à minha consciência. Assim, um viajante que avança a bom passo vê desaparecer atrás dele objetos que, pouco antes, estavam diante dele, ao lado dele; outros surgem a seus olhos, mas a continuidade da paisagem não subsiste mais (DILTHEY 1947a, p. 206).

Em relação permanente com os outros indivíduos e com o mundo que o cerca, o homem, contudo, não se reduz a tais estímulos. Em sua vida psíquica, faz de si mesmo o seu centro, produz valores, controla emoções e tensões. Ele é “fruto da coexistência, no espaço e no tempo, de diferentes conjuntos interativos: os grupos, as comunidades, as instituições, frequentemente em competição ou conflito entre si” (LORIGA 2011, p. 134). Essa intensidade interior é o elemento central da proposta diltheyana de uma psicologia descritiva e analítica em oposição às teorias “da alma sem alma”, que compunham o comportamento humano a partir de elementos dados e em múltiplas partes. A psicologia, de acordo com Dilthey, era a mais elementar das ciências do espírito. Por outro lado, ela não teria eficácia na compreensão da vida se continuasse a se radicar nos procedimentos da psicologia explicativa, que teimava em submeter os fatos do espírito a suposições hipotético-dedutivas. A decifração das ações e sentimentos do homem só poderia se dar nas suas próprias relações com outros homens e nas suas experiências com o mundo. Dilthey “reiterava, assim, a conexão entre o geral e a individuação a fundamentar concepções e métodos da psicologia descritiva e, por extensão, das próprias ciências do espírito” (GONÇALVES 2010, p. 160). O filósofo apontava, em 1910:

No curso da vida, cada experiência vivida particular é remetida a uma totalidade. Esse conjunto vital não é uma soma ou uma adição em momentos sucessivos, mas é uma unidade constituída por relações que religam todos os elementos. A partir do presente, percorremos de maneira regressiva uma série de lembranças até o ponto em que nosso pequeno eu ainda não fixado e formado se perde nos limbos, e a partir desse presente lançamo-nos em direção a possíveis inscritos nele e que tomam dimensões vagas e longínquas (*apud* LORIGA 2011, p. 132).

A historicidade do mundo e das criações humanas escapa ao simples ato consciente dos indivíduos e conforma um campo mais alargado do que o mero espaço biográfico. Abre-se, aqui, uma brecha para a reflexão sobre a temporalidade no pensamento de Dilthey. As múltiplas possibilidades de vida em relação à memória projetam a imaginação para além do que podemos viver no instante. “O presente não é jamais; o que vivemos no imediato como presente encerra sempre em si a lembrança do que era justamente presente”, escrevia Dilthey (*apud* LORIGA 2011, p. 137), o que pressupõe que o presente

não pode ser visto como um corte temporal fechado, centrado em si mesmo e esgotado, mas como portador de uma flexibilidade que enuncia o vivido e o porvir. As ações dos homens são fundadas na duração e se nutrem de visões do passado e de antecipações do futuro.

A experiência do passado, plenamente assimilada, se incorpora e se fixa como um elemento plástico e influi sobre os atos do presente. Porém, além disso, ao homem se coloca viver em uma época determinada que é, em seu turno, sobras de outras épocas e que oferece uma paisagem cultural em mínima parte criado por ela e em máximo herdado de épocas pretéritas. A figura espiritual mutante de uma época imprime seu selo sobre o homem e lhe impõe todo um repertório de ideias, crenças, gestos, preferências etc. Ao assimilar essa herança espiritual, não sem modificá-la, o homem conquista a altura cultural de seu tempo e desde ali se percebe a si mesmo como ser histórico (DILTHEY 1944, p. 23).

A pluralidade de experiências, a não redução do mundo a uma substância e a mistura pouco estável de vivências, aspirações e desejos tornavam o tempo histórico nem uma trajetória retilínea nem um fluxo homogêneo. É assim que Dilthey pôde afirmar que o século XVIII era atravessado por movimentos de renovação e de permanências, resultantes das tendências da própria vida.

Mas essa conexão, uma que a corrente dominante do Esclarecimento alemão expressa nos âmbitos mais variados da vida, não determina todos os homens que pertencem a essa época; e, mesmo onde ela ganha influência, outras forças produzem, com frequência, efeitos diversos. As resistências da época precedentes fazem-se valer. Particularmente eficazes são as forças que se ligam às condições e às ideias anteriores, mas que buscam lhe dar uma nova forma (DILTHEY 2010, p. 157).

137

Se a história é a realização cultural do mundo da criação humana, é compreensível a alta conta que Dilthey concedia ao gênero biográfico. Revestia o estudo de trajetórias individuais de traços filosóficos e compreendia que qualquer vida poderia ser contada desde que se considerasse o ser humano em uma perspectiva totalizante, pois "toda vida tem seu sentido próprio: ele reside na conexão significativa no seio da qual cada momento evocado possui seu próprio valor e tem também [...] uma relação com o sentido da totalidade" (DILTHEY *apud* LORIGA 2011, p. 41). Cada elemento particular da existência só se torna significativo em contato com a totalidade. Um amplo conjunto de fatos não é, por si, suficiente para revelar uma vida, pois, fora de relações mais gerais, não adquire qualquer sentido. É igualmente falacioso, por outro lado, submeter o indivíduo, de forma mecânica, aos agrupamentos nos quais se insere, "pois a vida de um homem está tão entrelaçada com os destinos de muitos outros que um dia ele os vê subitamente com uma força visionária em face dele para, em geral, voltar a perdê-los no tumulto do mundo" (DILTHEY *apud* LORIGA 2011, p. 143). O homem não pode ser isolado do seu mundo histórico, mas sua psicologia faz com que reaja a ele, veja-o escapar, se perca dos outros homens.

Dilthey dedicou grande parte dos seus textos à tentativa de sistematizar os princípios e preceitos de um campo de conhecimento que tratasse da unidade humana em sua experiência interna. Criou uma psicologia descritiva e analítica que analisava e descrevia a experiência ao invés de propor uma simples mimesis dos métodos das ciências naturais. Em seus últimos escritos, Dilthey passou a defender que era a partir da expressão vital que se poderia atingir o conhecimento de um

estado psíquico em seus movimentos globais, revivendo-o. É na fundamentação hermenêutica que residia o projeto diltheyano de compreensão do outro, de percepção dos seus estados de alma. Mesmo que essa compreensão não fosse imediata, ela seria possível pela apreensão de algumas manifestações exteriores, como gestos, sons e ações. É através dessa exteriorização que a vida se abriria à compreensão. Dentre os produtos visíveis, Dilthey situava em um grau superior a literatura, pois “somente na língua a interioridade do homem chega a uma expressão completa, exaustiva e objetivamente compreensível. É por isso que a arte de compreender tem seu tempo na interpretação dos traços de existência humana contidos no escrito” (*apud* LORIGA 2011, p. 150).

Não há como não se espantar com certas formulações de Dilthey sobre a biografia e tampouco deixar de questionar alguns de seus pressupostos. Para ele, o empreendimento biográfico situava-se, por princípio, dentro da atividade científica. São suas palavras:

É possível tomar a biografia como uma solução universalmente válida de uma tarefa científica? Suponho que sim: o objeto da história é dado na quintessência da objetivação da vida. Na conexão da natureza, as manifestações da vida do espírito que vão desde os gestos rapidamente desvanecidos e as palavras fugidias até as obras poéticas imperecíveis estão acomodadas sobre a ordem que entregamos à natureza e a nós mesmos, às ordens judiciais e às constituições sob as quais vivemos. Elas formam a realidade efetiva exterior do espírito. Os principais documentos, sobre os quais uma biografia repousa, consistem nos resíduos que sobraram como expressão e efeito de uma personalidade. Entre eles, assumem uma posição própria as cartas dessa pessoa e os relatos dela (DILTHEY 2010, p. 239-240).

138

A tarefa do historiador-biógrafo estava envolvida, portanto, pelos padrões de cientificidade oitocentista que postulavam, entre outros elementos, o primado da fundamentação metódico-documental, capaz de fornecer as conexões de efeitos nas quais “o indivíduo é determinado pelo seu meio e reage a ele” (DILTHEY 2010, p. 240). A biografia deveria proceder ao exame criterioso das influências dos elementos externos ao indivíduo e de como ele se situaria diante desses influxos. A análise, pois, “deve, se quer compreender o particular, se esforçar por apreender suas relações com o geral” (DILTHEY 1947a, p. 233). É nesse ponto que surge o que Sabina Loriga qualificou como “dúvidas irritantes sobre o valor científico da biografia” (LORIGA 2011, p. 151): se o indivíduo é foco de convergência entre diversos espaços de relações sociais, como apreender, através dele, a totalidade? Dilthey não incorreria, assim, em uma formatação do conhecimento biográfico em camadas circulares, nas quais o todo e as partes se misturam e configuram a vida em conjunto? Seria possível, diante dessa circularidade epistemológica, apreender uma vida?

Tais limites não fugiram das especulações de Dilthey. Ainda que não tivesse dúvidas a respeito da viabilidade da biografia para compreender a constituição da história como manifestação do agir humano, não hesitou em ponderar diversas de suas limitações:

[...] movimentos genéricos atravessam o indivíduo como seu ponto de interseção; precisamos buscar novas bases para a compreensão desses movimentos, bases que não estão postas no indivíduo para tal compreensão. A biografia não contém por si a possibilidade de se configurar como obra de arte científica. *Trata-se de novas categorias, figuras e formas da vida, para as quais precisamos nos voltar e que não despontam*

na vida singular. O indivíduo é apenas o ponto de entrecruzamento de sistemas culturais, organizações, nas quais a sua existência está entretida: como é que elas poderiam ser compreendidas a partir dele? (DILTHEY 2010, p. 246, grifos no original).

O desejo de compreender o sentido dos acontecimentos históricos em sua plenitude parecia a Dilthey uma ilusão não menos potente que “o sonho do filósofo da natureza que pensava, graças à alquimia, arrancar à natureza sua última palavra” (DILTHEY 1947a, p. 428). O alcance do relato produzido pelo biógrafo se revelaria, em algum momento, perturbador e incompleto, pois “a possibilidade de dilatar o próprio eu, de acolher outras experiências de vida, não é infinita” (LORIGA 2011, p. 151). Mas a aposta de Dilthey não se rendia a esse dilema: a biografia era aproximada, inclusive, da obra de arte, pois o artista seria um ser impregnado pela vida. O trabalho do artista, contrariamente ao que postulava Proust, não seria a manifestação de um eu mais profundo, de uma substância individual mais reclusa. Para Dilthey, “é somente na medida em que um elemento psíquico, ou uma combinação de tais elementos, está em relação com um acontecimento vivido, e com a representação deste, que ele pode ser elemento constitutivo da poesia” (DILTHEY 1947a, p. 278). O trabalho do artista, como o do biógrafo, repousaria na energia com que vive e experimenta o mundo.

O historicismo do século XIX enfrentou o desafio de dotar o conhecimento histórico de um estatuto científico e autônomo. Para tal, impôs-se, entre outras tarefas, a exigência de superar a metafísica hegeliana que enxergava na história a manifestação do espírito universal, entidade transcendental que abarcaria as ações humanas. Para Dilthey, a história é, ao contrário, individualização. A realidade do mundo histórico deve ser compreendida como manifestação de intenções individuais e não de uma teleologia metafísica. E o papel da biografia só se configura a partir dessa visão do devir histórico: restituir a vida de um indivíduo é a chave de acesso à história, pois “é só no indivíduo que podemos conhecer a realidade em seu sentido pleno, pois só ele pode vê-la do interior e revivê-la. Só o indivíduo pode ‘expressar’ e ‘objetivar’, dar forma histórica, exterior e temporal, ao mundo do espírito, que é interno, invisível” (REIS 2003, p. 137). No mundo histórico e criativo, o sujeito individual é, ao mesmo tempo, singularidade e entrecruzamento de ramificações que formam um conjunto necessário e significativo.

É na compreensão da realidade histórica em sua singularidade que reside o propósito fundamental das ciências humanas. O indivíduo é a porta de entrada para esse ato de compreender. Ele é, simultaneamente, um feixe de pulsões, paixões, sentimentos e tensões e parte de um mundo que lhe é natural e exterior. É nesse sentido que Dilthey fala em conhecimento objetivo das ciências humanas.

As ciências humanas têm a objetivação da vida como o seu dado abrangente. Todavia, na medida em que a objetivação da vida se torna para nós algo compreendido, ela contém, enquanto tal, a todo instante, a relação do exterior com o interior. Assim, essa objetivação sempre relacionada na compreensão com o vivenciar, no qual a unidade da vida revela para si o seu conteúdo próprio, permite a todos os outros interpretá-lo. Se os dados das ciências humanas estão contidos aí, então se mostra ao mesmo tempo para nós que é necessário abstrair tudo aquilo que é fixo, tudo aquilo que é estranho, tal como é próprio às imagens do mundo físico, do conceito daquilo que é dado

nesse âmbito. Todo dado aqui é produzido, ou seja, histórico; ele é conhecido porque é compreendido, isto é, ele contém algo comum em si; ele é conhecido porque é compreendido, e ele contém um agrupamento do múltiplo em si, uma vez que a interpretação da manifestação da vida na compreensão mais elevada já se baseia em um agrupamento. Com isso, o procedimento de classificação da vida também está estabelecido nos dados das ciências humanas (DILTHEY 2010, p. 111).

A individuação forma o espaço de articulação entre o singular e o geral. A biografia, além de promover esse entrelaçamento, é também “a unidade natural que nos é dada para avaliarmos de maneira concreta a história dos movimentos espirituais” (DILTHEY 1947a, p. 42). É no gênero biográfico que se efetiva a aposta diltheyana de conhecimento do mundo histórico, pois “a relação com o mundo vital se efetua graças à mediação de personagens e à evocação de sua existência individual” (DOSSE 2009, p. 341). Cristaliza-se, nesse aspecto, a pertinência da biografia, segundo o próprio Dilthey:

Como poderíamos negar, então, que a biografia possui um significado eminente para a compreensão da grande conexão do mundo histórico! Afinal, é justamente a relação entre as profundezas da natureza humana e a conexão universal da vida histórica difundida que é efetiva em cada ponto da história. Aqui se encontram a conexão original entre a própria vida e a história (DILTHEY 2010, p. 241).

140

A compreensão empática é, portanto, o horizonte de toda pesquisa biográfica. O estudioso não pode renunciar à tarefa de buscar apreender a vida psíquica em sua totalidade, em seus nexos internos e em suas aberturas ao mundo exterior. Neste ato, a imaginação é reivindicada no nosso contato com o outro. A escrita biográfica constitui-se no domínio pelo qual os atos do passado podem ser revividos no presente. Esta noção de “revivência” é central na hermenêutica diltheyana, pois tornar os homens “vivos” na trama histórica é o elemento que funda a possibilidade mesma de compreensão e da interpretação dos vestígios humanos no tempo. Os que estão acostumados a localizar no pensamento histórico do século XIX a fortaleza do positivismo factualista não podem deixar de se impressionar ao ler em Dilthey extensas referências à imaginação e à empatia como recursos da escrita biográfica. Seguir uma outra vida é admitir sua alteridade, registrar um espaço que é, simultaneamente, próximo e estranho ao biógrafo. O outro como objeto de conhecimento não ignora o outro como objeto de desejo. A representação do biógrafo não é uma reconstrução total, “mas uma acentuação dos traços dominantes” (REIS 2003, p. 211). Em Dilthey, ao contrário de um positivismo mais estreito, é na imbricação subjetiva entre biógrafo e biografado que o conhecimento se torna possível. Se a história não se distancia da vida e a vida só se torna apreensível pela ação dos indivíduos que concentram em si as interações entre o mundo natural e o mundo do espírito, no tocante à relação entre o biógrafo e o seu personagem, segundo Dilthey, “a via de acesso que melhor lhe convém é a mais subjetiva, pois a possibilidade maior de captar o que ele tem de vigoroso reside na experiência de sua influência sobre nós mesmos, na dependência contínua da nossa realidade viva para com ele” (DILTHEY 1947a, p. 282).

Breves considerações finais

As experiências biográficas da segunda metade do século XX recolocaram o indivíduo no palco central das reflexões historiadoras, após um longo período de submissão às categorias abrangentes de classe social, mentalidade, ou estrutura. Muitas são as questões e problemáticas concernentes a essa retomada. O que significa, nessa nova configuração intelectual que problematiza os grandes modelos globais que dominavam as ciências humanas, escrever uma biografia? Modelização da experiência para alcançar lições gerais, segundo a fórmula da *historia magistra vitae*?² Via de acesso para o entendimento das estruturas de uma determinada formação social?³ A possibilidade de análise de uma trajetória singular, não redutível, mecanicamente, a um quadro geral? Ou uma ilusão, que assegura uma falsa coerência da experiência individual?⁴ Num plano epistemológico mais geral, podemos considerar a biografia como uma modalidade de escrita da história? (AVELAR 2010, p. 157-172).

Ao situar a biografia no centro de sua epistemologia das ciências humanas, Dilthey trouxe para o primeiro plano um gênero que, ao longo do século XIX, dividiu opiniões entre literatos, intelectuais e historiadores. Entre as acusações mais duras dirigidas ao texto biográfico, poderíamos assinalar: narrativa menor; repositório de recomendações morais; palco de devaneios subjetivos dos biógrafos. A aposta diltheyana na escrita biográfica era, certamente, arriscada. Ela nos ajuda a perceber a tensão entre o indivíduo e os sistemas normativos, a ambiguidade entre particularidade e totalidade. Essa vertigem, postulava Dilthey, era o estímulo para a elaboração de uma filosofia da vida, cuja compreensão hermenêutica materializaria uma forma particular de acesso ao mundo histórico através da revivência dos homens do passado na narrativa biográfica.

O pensamento de Dilthey não se isolou de dúvidas e incertezas. Ao mesmo tempo em que defendia que o indivíduo era o caminho para a compreensão histórica, rebatia qualquer relação fatalista ou mecanicista entre estes polos. A hermenêutica da vida se funda na circulação entre as partes e o todo, na interação entre individualidade e impactos externos e nas diferentes presenças humanas. A história passou a ser compreendida como elemento de formação (no sentido alemão de *Bildung*) de cada indivíduo. Seu projeto de construção das ciências do espírito nos convida a considerar a escrita biográfica como escrita da diferença, sem abdicar do seu caráter relacional. Segundo Maria Nazaré de Camargo Pacheco Amaral, para Dilthey,

é na vida da história que se torna possível apreender o relativo a partir do universal e este a partir dos casos particulares e concretos, tentando assim elevar essas relações assim nascidas a um nível de consciência cada vez mais trabalhado e aprofundado. Esse parece ser o objetivo das ciências do espírito, isto é, elevar a um nível de consciência historiográfica o que o homem vivenciou, singular e concretamente (AMARAL 1987, p. 18-19).

² Para Plutarco, a biografia tinha sua legitimidade assegurada pela possibilidade de fornecer exemplos gerais por trás da desordem dos destinos individuais. São suas palavras: "se nós não relatamos todos os fatos célebres, não indo a fundo, ou talvez abreviando a maior parte deles, que o leitor não nos faça um mau juízo. Pois, de um lado, não são histórias que nós escrevemos, mas vidas; de outro lado, não é de nenhum modo nas ações mais célebres que se mostra uma virtude ou um vício, pois frequentemente um fato diminuto, uma palavra, um gracejo manifestam mais o caráter do que combates mortíferos, grandes batalhas ou cercos. Então, como os pintores apreendem as semelhanças a partir da fisionomia e das formas visíveis, pelas quais se deixa ver o caráter, do mesmo modo, deve nos ser permitido penetrar preferencialmente nos sinais da alma e, por ser seu intérprete, desenhar a vida de cada um" (*apud* REVEL 2010).

³ Ver, entre outros trabalhos, FEBVRE 2009; LE GOFF 1999.

⁴ Ver BOURDIEU 1996.

Os indivíduos vivem a história de formas distintas, apontava Dilthey. O risco inerente da lógica do pertencimento (que encerra o indivíduo em categorias sociais rígidas, ignorando sua experiência) foi um perigo para o qual sempre esteve alerta, antecipando, dessa forma, o tema da "ilusão biográfica", tão em voga nos debates da segunda metade do século XX. Sua distinção entre identidade (que nos força ao pertencimento) e mesmidade (a experiência mais profunda que o homem produz de si mesmo) permanece ainda como uma questão pouco investigada. Suas sugestivas e impactantes alusões sobre a relação entre individualidade e conhecimento do passado ainda repercutem, ainda que pouco referenciadas,⁵ entre todos aqueles que, nos dias de hoje, continuam realizando a aposta biográfica.

Referências bibliográficas

AMARAL, Maria Nazaré de Camargo Pacheco. **Dilthey**: um conceito de vida e uma pedagogia. São Paulo: Perspectiva; Edusp, 1987.

ARFUCH, Leonor. **El espacio biográfico**: dilemas de la subjetividad contemporánea. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da história: possibilidades, limites e tensões. **Dimensões**, v. 24, 2010, p. 157-172.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DILTHEY, Wilhelm. **A construção do mundo histórico nas ciências humanas**. Tradução de Marcos Casanova. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

_____. **Introduction aux sciences d'esprit et autres textes**. Paris: Editions du Cerf, 1992.

_____. **La esencia de la filosofía**. Buenos Aires: Editorial Losada, 1944.

_____. **Le monde de l'esprit**. Paris: Aubier, 1947a.

_____. **Leibniz e sua época**. São Paulo: Saraiva Editores, 1947b.

_____. **Literatura y fantasia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

_____. **Teoría de la concepción del mundo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1954.

_____. **Vida y poesía**. México: Fondo de Cultura Económica, 1945.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.

⁵ Deve-se mencionar, entretanto, a grande influência que os conceitos e concepções historicistas de Dilthey exerceram sobre Octávio Tarquínio de Sousa, biógrafo-historiador que teve, entre 1930-1950, como grande projeto intelectual a escrita de uma *História dos fundadores do Império no Brasil*. Ver GONÇALVES 2009.

- FALCON, Francisco José Calazans. Historicismo: antigas e novas questões. **Revista de história da UFG**, nº 7, v. 1, jan/dez. 2002, p. 23-54.
- FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI**: a religião de Rabelais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GADAMER, Hans George. Extensão e limites da obra de Wilhelm Dilthey. In: FRUNCHON, Pierre (org.). **O problema da consciência histórica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 27-38.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. Aprender com o outro? Lições do mundo histórico nas biografias de Octávio Tarquínio de Sousa. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de. **Aprender com a história**: o passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011, p. 149-170.
- _____. **Em terreno movediço**: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- IMAZ, Eugenio. **El pensamiento de Dilthey**: evolución y sistema. México: Fondo de Cultura Económica, 1946.
- IMAZ, Eugenio. Prologo del traductor. In: DILTHEY, Wilhelm. **El mundo histórico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1978, p. IX-XXVIII.
- LORIGA, Sabina. **O pequeno x**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- LE GOFF, Jacques. **São Luís**: biografia. São Paulo: Record, 1999.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: ARAUJO, Valdei Lopes de et alii. **A dinâmica do historicismo**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p. 15-48.
- MATA, Sérgio da. Elogio ao historicismo. In: ARAUJO, Valdei Lopes de et alii. **A dinâmica do historicismo**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p. 49-62.
- MEINECKE, Friedrich. **El historicismo y su genesis**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.
- REIS, José Carlos. **Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais**. Londrina: Eduel, 2003.
- REVEL, Jacques. A biografia como problema historiográfico. In: _____. **História e historiografia**: exercícios críticos. Curitiba: Editora da UFPR, 2010, p. 235-248.
- SCHWOB, Marcel. **Vidas imaginárias**. São Paulo: Editora 34, 1997.
- SCHOLTZ, Gunter. O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX. **História da historiografia**. Ouro Preto, nº 6, março/2011, p. 42-63.

Artigos

articles

Reta razão aplicada ao agir: apropriações da virtude ético-política da prudência*

Righteous reason applied to action: considerations on prudence as an ethical-political virtue

Cleber Vinicius do Amaral Felipe

clebervafe@gmail.com

Doutorando

Universidade Estadual de Campinas

Avenida Mato Grosso, nº 1843/301 – Bairro Brasil

38400-724 – Uberlândia – MG

Brasil

Resumo

Este artigo pretende esboçar uma breve trajetória do conceito de prudência, sem a pretensão de localizar sua suposta origem. Busca-se, ao contrário, questionar esta terminologia a partir de várias de suas apropriações, o que implica dizer que o conteúdo ao qual este termo se baseia é constantemente atualizado. Este exercício ajuda-nos a perscrutar diferentes noções de tempo, uma vez que o homem prudente deve fazer bom uso de suas experiências e memórias (e, portanto, do passado), agir retamente perante o contingente (presente) e se basear em expectativas possíveis e prováveis, fazendo bom uso das estimativas e previsões que domina (futuro).

Palavras-chave

História dos conceitos; Genealogia; Prudência.

145

Abstract

This article seeks to outline a brief history of the concept of prudence, without the intention of locating its alleged origin. The aim is to question this terminology based on many of its appropriations, which means to assume that the contents on which this term is based are constantly updated. This exercise helps us analyze different notions of time, considering that the wise man should make good use of his experiences and memories (and, therefore, of the past), act rightly before the contingencies (present) and make good use of estimates and previsions that he may master (future).

Keywords

History of concepts; Genealogy; Prudence.

Enviado em: 22/12/2011

Aprovado em: 19/3/2012

* Agradecemos pela bolsa de pesquisa fornecida pela CAPES.

Seria possível falar de uma história do conceito de prudência? Talvez, se considerarmos que todo conceito é, ao mesmo tempo, "fato" e "indicador", como determina Koselleck. Isto quer dizer que ele "é não apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico; ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua" (KOSELLECK 1992, p. 136). De acordo com este autor, a relação entre um conceito e o conteúdo que ele pretende expressar é necessariamente tensa. No caso, o conceito só pode ser pensado, falado e expressado uma única vez, já que ele é fruto de uma formulação teórica que remonta a uma situação concreta e singular. Desta forma, a palavra prudência pode permanecer a mesma no que tange à tradução do conceito, mas isto não ocorre em relação ao conteúdo que ela expressa.

O conceito de prudência é plural e o homem prudente relaciona-se singularmente com o tempo. Sendo assim, este artigo problematiza diferentes acepções do tempo relativas, sobretudo, à tríade passado/presente/futuro. Este exercício é feito a partir de diferentes autores, situados em momentos muito distintos. A prudência, assim, acaba se tornando um eixo axiológico que orienta o artigo; uma espécie de fio de Ariadne, demarcando tanto o ponto de partida quanto o de chegada. Assumindo que os problemas levantados pelo historiador partem necessariamente do presente, convém salientar, a princípio, como o conceito de prudência costuma ser apreendido atualmente.

Em um artigo sobre a prudência em Santo Tomás de Aquino, Carlos Arthur Nascimento chama a atenção para uma "desqualificação" do vocabulário ético na contemporaneidade. Os termos "moral" e "virtude", por exemplo, são utilizados com muitas ressalvas e advertências, devido ao desgaste destas terminologias. Nascimento menciona uma tradução da *Ética a Nicômaco* que utiliza os termos "excelência moral" no lugar de "virtude" e "discernimento" ao invés de prudência (NASCIMENTO 1993, p. 1-2). As ponderações deste autor afinam-se às observações introdutórias de Jean Lauand feitas no livro *A prudência: a virtude da decisão certa*. Trata-se, na verdade, da tradução de um tomo da *Suma Teológica* que aborda o conceito de prudência. De acordo com o tradutor, esta categoria passou por transformações semânticas consideráveis. Atingida pelo subjetivismo metafórico e pelo gosto do eufemismo, a prudência designa, atualmente, uma cautela excessiva, pouco condizente com a ética da mediania aristotélica (LAUAND 2005, p. VII).

Para iniciar nossas reflexões, vejamos como Aristóteles elabora sua definição de prudência.

A *phronesis* em Aristóteles

Em trabalho sobre a prudência nos escritos de Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), Pierre Aubenque afirma que a existência do homem prudente (*phronimos*) precede a determinação da essência/natureza da prudência (*phronesis*), isto é, o *phronimos* não é apenas o intérprete da reta regra, mas o portador vivo da norma e, portanto, a personificação da regra. A regra deve ser entendida como critério definidor da justa medida que, por sinal, é discernível somente aos olhos do homem dotado de *phronesis*. O homem prudente é o único capaz de

fornecer um julgamento reto e, por esse motivo, consegue deliberar bem tendo em vista ações circunstanciais e contingentes. Em outras palavras, não há prudência sem, antes, haver um modelo de conduta a ser seguido. No entanto, não se deve perder de vista algumas categorias caras às análises de Aristóteles: o homem prudente pode priorizar os bens relativos ao âmbito particular ou pode agir em prol dos homens em geral, em observância à dimensão do bem comum. A vida feliz, finalidade última que tangencia a ética aristotélica, envolve justamente a superação das finalidades particulares e a priorização dos bens humanos. Por esta razão, Aristóteles faz do homem o centro de sua ética sem divinizá-lo, como nos lembra Aubenque. A prudência, então, seria "o substituto propriamente humano de uma Providência que falha" (AUBENQUE 2008, p. 155).

Desta forma, a *phronesis* é entendida como uma disposição prática responsável pelo reconhecimento das virtudes morais. A prioridade, no caso, é a adoção de meios oportunos capazes de incidir na consumação de fins almejados. Felipe Charbel afirma que a escolha (*proairesis*) é central na definição do agir prudente em Aristóteles, pois é através dela que se recorre aos meios adequados para se atingir o fim proposto (TEIXEIRA 2008, p. 58). Assim, não basta "saber o que é justo e nobilitante. É preciso, acima de tudo, saber escolher o justo, transformá-lo em ação e conduta", o que é possível através da "ponderação de cada acidente, de cada lance fortuito a que os homens estão sujeitos" (TEIXEIRA 2008, p. 60). O *phronimos* deve se orientar de acordo com a reta razão, de forma que a prudência se configura como faculdade intelectual atrelada à parte calculadora da alma racional. O desejo de ser bom e de ocasionar o bem principia a resolução acertada e o cálculo racional a ser aplicado perante a contingência das coisas humanas. É de vital importância, portanto, a consideração das ocasiões e das oportunidades (*kairos*).

Aristóteles prescreve certos limites no que se refere à *phronesis*. Ela designa um "saber, embora limitado e consciente de seus limites". Por outro lado, ela é a "determinação intelectual enquanto atributo do homem, mas de um homem consciente de sua condição de homem". Por fim, é uma "qualificação moral, pois há algum mérito em limitar seu desejo natural de conhecer, sem tentar rivalizar com os deuses, e a limitar ao homem e a seus interesses um pensamento que inspira ou que previne a cada instante a tentação sobre-humana" (AUBENQUE 2008, p. 256).

Uma das maneiras possíveis de entender o conceito de prudência em Aristóteles é retomando a tópica das idades, mencionada pelo autor em diferentes circunstâncias. Aqueles que atingem a fase adulta, por exemplo, "não mostrarão nem confiança excessiva oriunda da temeridade, nem temores exagerados, mas manter-se-ão num justo meio relativamente a estes dois exemplos" (ARISTÓTELES 1980, p. 156). Alia-se, a um só tempo, o belo, que é geralmente perseguido pelo jovem, e o útil, desejado avidamente pelo velho. Sobre os velhos, o filósofo nos orienta: "como viveram muitos anos, e sofreram muitos desenganos, e cometeram muitas faltas, e porque, via de regra, os negócios humanos são malsucedidos, em tudo avançam com cautela e revelam menos força do que deveriam" (ARISTÓTELES 1980, p. 155). Ainda assim, o acúmulo de experiência priva-os do ímpeto da juventude, mas alimenta seu juízo e modela sua temperança, de forma a torná-

-los bons conselheiros. Diferente do velho e movido pelo equilíbrio do agir, o homem que atinge a maturidade concilia o útil e o belo, isto é, se ajusta à coragem própria da juventude e à temperança comum à velhice (ARISTÓTELES 1980, p. 156).

Para Aristóteles, o prudente e o astuto são dois tipos morais. A prudência torna possível a escolha deliberada do meio-termo, enquanto a astúcia geralmente condiciona os excessos. Ambas são habilidades, entendendo que habilidade é o poder de praticar as ações que conduzem a um determinado fim. Sendo assim, os homens que se deixam levar por um fim nobre são prudentes, enquanto os astutos visam a finalidades particulares e viciosas. Em outras palavras, o homem astuto não é necessariamente incorreto ou ineficaz, mas prioriza o “bem para si”, e não o bem comum. O astuto e o prudente, nesta leitura, podem muito bem conhecer as circunstâncias e os meios adequados para se atingir um determinado fim, mas só o prudente o faz sem perder de vista o meio termo, a virtude (ARISTÓTELES 2009, livro VI, 1140a1-1137a1, p. 132-144). Esta diferenciação entre o homem astuto e o prudente não pode ser constatada, por exemplo, na caracterização do sábio estoico, como veremos no tópico que se segue.

A *phronesis* no estoicismo

A *phronesis* é um dos atributos que caracterizam, também, o sábio estoico. Em um texto no mínimo emblemático, Guy Hamelin questiona a possibilidade de aproximação entre a prudência aristotélica e a sabedoria estoica, desenvolvendo sua argumentação a partir de alguns paralelos. A princípio, o autor percebe que a *phronesis* constitui uma habilidade para os estoicos. Aristóteles, ao contrário, distingue habilidade e prudência. Outro argumento que sustenta a hipótese de Hamelin é o de que, para os estoicos, não há uma distinção categórica entre *sophia* e *phronesis*, como aquela elaborada por Aristóteles. Assim, o conhecimento do sábio torna-se infalível, enquanto o prudente aristotélico não consegue se livrar inteiramente do contingente, do fortuito.

Pierre Aubenque julga haver uma grande distância entre a noção de *phronesis* aristotélica e a *phronesis* estoica, aproximando-se da tese de Hamelin. O autor lembra que não há na definição da segunda a divisão entre a parte “científica” e a parte “opinativa” ou “deliberativa” (à qual estaria ligada a prudência) da alma racional, tampouco a distinção entre um bem absoluto, objeto da sabedoria (*sophia*), e um bem para o homem, objeto da prudência (*phronesis*). Não há, portanto, a atribuição à prudência de “um campo distinto do da sabedoria, que era para Aristóteles o contingente” (AUBENQUE 2008, p. 294).

Tratando-se dos estoicos, isso não surpreende: a prudência aristotélica, substituto humano de uma sabedoria demasiado superior para nosso mundo, estava ligada à distinção do necessário e do contingente, do mundo divino e do mundo sublunar. No universo estoico, animado em todas as suas partes por um mesmo *logos*, não havia lugar para duas virtudes intelectuais, mas para uma única, que coincidissem com o Logos universal (AUBENQUE 2008, p. 295-296).

Zenão (334 a.C. – 262 a.C.), considerado o fundador do estoicismo, afirma que a *phronesis* “coloca ordem nas paixões e dá uma justa medida aos prazeres”. Desta forma, “quando a *phronesis* dá a cada um o que lhe é devido, ela é justiça, e quando nos indica o que é preciso evitar, é temperança; quando nos ajuda a suportar a adversidade, é coragem” (AUBENQUE 2008, p. 194). Para Zenão, “há diferentes virtudes, as quais são inseparáveis através da prudência; no entanto, na medida em que ele as define, acaba por igualá-las à prudência”. Assim,

quem tem qualquer uma das virtudes, na medida em que todas elas são atualizações da prudência em determinado tipo de contexto, tem todas; justamente, ter prudência é ter as virtudes morais a serem aplicadas nos diferentes contextos em que o agente se encontra (SPINELLI 2005, p. 171).

O estoico Crisipo (278 – 206 a.C.), na esteira de Zenão, assegura que as virtudes da coragem, da justiça, da prudência e da temperança são inteiramente distintas, mas implicadas entre si: ou possuímos todas as virtudes, ou não possuímos nenhuma delas (SPINELLI 2005, p. 171-173). O homem prudente, desta forma, contém em si todas as outras virtudes. *Areté* (virtude) e *eudaimonia* (felicidade) são indissociáveis no sábio estoico: o homem virtuoso é necessariamente feliz. Para ser virtuoso e, portanto, feliz, ele deve manter sua natureza em sintonia com a Natureza universal, que rege todas as coisas. Em suma, a “reta razão aplicada ao agir” torna o homem feliz na medida em que sua conduta atualiza o logos universal.

De acordo com Diana Stanciu:

Cícero parece ter sido o primeiro que traduziu *phronesis* como *prudentia* e pode ter dado a ideia de uma comparação entre a *phronesis* aristotélica e estoica, já que em ambos os casos, o conceito representa a unidade entre teoria e prática ou entre conhecimento e virtude para a realização da natureza humana e é descrita como essencial para a vida moral e política (STANCIU 2011, p. 256, tradução nossa).¹

No entanto, Stanciu não deixa de salientar que muitos dos traços da *phronesis* aristotélica não se afinam às propriedades da *phronesis* estoica:

Entre eles, podem ser destacados: a diferença entre *phronesis*, trabalhando ao nível da opinião, e *sophia*, trabalhando ao nível de conhecimento, a divisão da alma racional em duas partes: a “científica” e a opinativa ou deliberativa, sendo a *sophia* a virtude da primeira e a *phronesis* da última; e a diferença entre o bem absoluto, objeto da sabedoria, e do bem para os seres humanos, objeto da prudência. Além disso, o contingente, campo específico da prudência em Aristóteles, não tem equivalente nos estoicos. E no universo estoico, animado em todas as suas partes, por um mesmo Logos, não seria possível haver duas virtudes intelectuais, das quais apenas uma coincida com o Logos universal (STANCIU 2011, p. 256-257, tradução nossa).²

¹ “Cicero seems to have been the first who translated *phronesis* as *prudentia* and may have given the idea of a comparison between the Aristotelian *phronesis* and the Stoic one, since in both cases the concept represents the unity between theory and practice or between knowledge and virtue towards the fulfillment of human nature and it is described as essential for both moral and political life”.

² “Among these can be counted: the difference between *phronesis*, working at the level of opinion, and *sophia*, working at the level of knowledge; the division of the rational soul into two parts: the “scientific” and the opinative or deliberative, *sophia* being the virtue of the former and *phronesis* of the latter; and the

A *phronesis* em Epicuro

De acordo com Markus Silva, a *phronesis* em Epicuro (341 a.C. – 270 a.C.) não deixa de ser uma “sabedoria prática”, aproximando-se da concepção aristotélica. No entanto, Epicuro distancia-se de Aristóteles “por atribuir à *phronesis* a primazia sobre outros saberes, definindo a filosofia como um ‘exercício’ e definindo a filosofia em seu sentido mais alto como *phronesis*, ou sabedoria no agir” (SILVA 2003, p. 74). Nestes termos, a prudência concede ao homem a possibilidade de refletir acerca do que é natural e necessário saber, tanto do ponto de vista prático quanto teórico. É da *phronesis* que provém todas as outras virtudes, pois não é possível viver de modo justo e prazeroso sem os seus auxílios. A prudência, portanto, é o “exercício prático da sabedoria”, a “sabedoria no agir”, um “requisito básico para o exercício da filosofia, mas não é por isso mais importante ou mais precioso que a filosofia” (SILVA 2003, p. 75).

Para Silva, há no mínimo três categorias que devem ser revistas para se entender com clareza a abrangência da prudência em Epicuro: o *logismós*, a *ataraxía* e a *autárkeia*. O *logismós* é uma “operação do pensamento”, um “cálculo ou raciocínio que engendra uma medida, ou ainda uma capacidade de medir, ponderar, dimensionar” (SILVA 2003, p. 74). *Phronesis* e *logismós* são “elementos depuradores dos desejos e moduladores da conduta” (SILVA 2003, p. 76). A *ataraxía* designa o equilíbrio, a tranquilidade da alma, a imperturbabilidade. Trata-se de um estado de alma livre dos valores não naturais e desnecessários. Nesta direção, a *ataraxía* é “a máxima expressão da *phronesis*, enquanto sabedoria de agir a partir de si mesmo” (SILVA 2003, p. 81). Por fim, a *autárkeia* é o fundamento do *éthos* do *sophós*, e implica na “independência”, na autossuficiência. É necessária uma ação pautada na *phronesis* e no *logismós* para que ela se ajuste à *autárkeia*. Estes três conceitos “definem a possibilidade de ponderação, de se estabelecer uma medida para o agir e, através do exercício da *autárkeia*, o *sophós* define por si mesmo o bastante para a realização dos seus desejos naturais e necessários” (SILVA 2003, p. 86).

José Américo Pessanha afirma que, para compreender a ética epicurista, faz-se necessário diferenciar o “verdadeiro prazer”, que é estável, dos prazeres que resultam “em pesares ou partem de carências, movendo-se entre insatisfações” (PESSANHA 2007, p. 104). O primeiro é um “prazer em repouso” (*voluptas in stabilitate*) e o segundo um “prazer em movimento” (*voluptas in motu*) (PESSANHA 2007, p. 104-105). O prazer verdadeiro, meta dos epicuristas, não consiste em satisfazer uma necessidade, mas sim eliminá-la, preceito que permite a efetivação da *ataraxía*. Uma *persona* prudente deveria atender somente aos desejos naturais e necessários, atingindo a ausência de dor (*indolentia*) e evitando a impulsividade instintiva. Nestes termos, o sábio epicurista é “um asceta que utiliza a compreensão racional do mundo e da vida para racionar os próprios desejos” (PESSANHA 2007, p. 106).

difference between the absolute good, the object of wisdom, and the good for humans, the object of prudence. Moreover, the contingent, the specific field of prudence in Aristotle, has no equivalent in the Stoics. And in the Stoic universe, animated in all its parts by the same Logos, it was not possible to have two intellectual virtues, out of which only one coincided with the universal Logos”.

Para Epicuro, a “direção da vida moral é exercida pela razão, pelo raciocínio e não pelos prazeres”. A *phronesis*, no caso, “é aquela que governa os prazeres e os ordena de maneira a estabelecer os que podem e os que não podem ser praticados” (FERREIRA 2000, p. 155). Isto indica uma forte influência da doutrina socrática, que “reduzia todas as virtudes à prudência, e esta à ciência ou sabedoria” (FERREIRA 2000, p. 154). Epicuro afirma:

O princípio e o maior bem é a prudência, da qual nascem todas as outras virtudes; ela nos ensina que não é possível viver agradavelmente sem sabedoria, beleza, e justiça, nem possuir sabedoria, beleza e justiça sem doçura. As virtudes encontram-se por sua natureza ligadas à vida feliz, e a vida feliz é inseparável delas (EPICURO 1973, p. 27).

A ética epicurista valoriza o tempo, o acúmulo de experiência, o passado, a memória e, conseqüentemente, a velhice. O bem passado “é jamais perdido: a memória se incumbem de mantê-lo vivo e fazê-lo, com toda força, outra vez presente” (PESSANHA 2007, p. 109). O desvio no tempo, “na direção do passado (memória) ou do futuro (esperança), permite a alegria em meio à adversidade” (PESSANHA 2007, p. 109-110). O sábio, portanto, deve exercer pleno domínio sobre imagens, sensações e desejos, pleiteando condições de vida adequadas e cogitando a possibilidade de buscar, através da memória e/ou da previsão, elementos que orientam a reta razão sempre em conformidade com a natureza. A prudência é a virtude por excelência, o “bem supremo” a partir do qual as outras virtudes se originam (EPICURO 2010, p. 21-23). Neste aspecto em particular, estoicos e epicuristas entram em acordo.

151

Cícero, Sêneca e a reta razão

Em vários de seus escritos, Cícero (106 a.C. – 46 a.C.) tece um conjunto de críticas a Epicuro, acusando-o de ser responsável por uma doutrina na qual “o prazer sempre merece ser buscado por si mesmo, pelo fato mesmo de ser prazer” (CÍCERO 2005, p. 87). O autor afirma que Epicuro, “que de filósofo só tinha a máscara”, apresenta um julgamento que não difere “do instinto dos animais”. Cícero finaliza: “nada de nobre, grandioso e divino está ao alcance de quem rebaixa de tal modo os seus pensamentos a um assunto tão vil e desprezível” (CÍCERO 2001, p. 44). Nas obras *A virtude e a felicidade* e *Da amizade*, Cícero demonstra simpatia pela filosofia estoica ao considerar, por exemplo, que a paixão é um “desregramento da nossa razão” (CÍCERO 2005, p. 43) e que a vida feliz é o “quinhão de uma alma tranquila, na qual não irrompe nenhum desses movimentos impetuosos que desordenam a razão” (CÍCERO 2005, p. 18). A virtude, que deveria levar o homem a seguir a razão e a ordem da natureza, divide-se em quatro partes na filosofia ciceroniana: prudência, justiça, constância e temperança. A primeira, que mais nos interessa neste trabalho, é definida como “o conhecimento daquilo que é bom, daquilo que é mau e daquilo que não é nem bom e nem mau” (YATES 2007, p. 39). Sendo assim, a prudência deveria ajudar o homem a se livrar daquelas práticas que supostamente ancoraram os preceitos epicuristas.

Para Cícero, o “homem eloquente deve cultivar uma gama de virtudes morais sem as quais sua oratória é vazia; em contrapartida, suas qualidades morais não têm utilidade para a cidade se não forem acompanhadas de eloquência” (ADVERSE 2009, p. 126). A retórica, para ele, não deve ser pensada à revelia da filosofia, pois um sábio apenas é capaz de instruir, mover e deleitar se unir *ratio* e *oratio*. Interessante notar que a melhor forma de vida, para Cícero, é a vida pública. Para a doutrina epicurista, ao contrário, o homem deve voltar-se para interior, evitando sempre que possível participar dos assuntos políticos ligados à cidade. Não há felicidade na política, ensina Epicuro. Alcançar o bem, neste caso, é um empreendimento exclusivamente ético, pois implica na priorização da serenidade espiritual, impossível de ser conquistada diante dos tormentos da *pólis* (PESSANHA 2007, p. 93). Sabe-se que os escritos de Cícero foram muito importantes entre os humanistas, sobretudo por estimular o aperfeiçoamento ético, filosófico e político através do par sabedoria/eloquência (ADVERSE 2009, p. 130-143).

Sêneca (4 a.C. – 65 d.C.), por sua vez, afirma que a seita de Epicuro “tem má reputação, é difamada, mas sem razão” (SÊNECA 2009, p. 34). Ela é comumente criticada por eleger o prazer como requisito para a felicidade. No entanto, como vimos anteriormente, o “prazer” do qual fala Epicuro é específico. Sêneca afirma que “os preceitos de Epicuro são veneráveis e retos”, pois o “prazer é reduzido a proporções mínimas e exíguas” (SÊNECA 2009, p. 33). Muitos, no entanto, buscam em seus escritos “patrocínio e pretexto para suas paixões carnis” (SÊNECA 2009, p. 32).

Na sequência, Sêneca aconselha o leitor: “que sua confiança não seja desprovida de prudência, nem sua prudência destituída de firmeza” (SÊNECA 2009, p. 21). A felicidade, no caso, pertence àquele que possui juízo reto e, em decorrência disso, “confia à razão todas as situações da sua vida” (SÊNECA 2009, p. 16). Nossa guia deve ser a natureza: “a razão a observa e consulta”. A virtude, em consonância com a natureza e com a razão, “aguça os ouvidos”, pesa os prazeres antes de admiti-los e “não dá valor aos que aprovou; é verdade que os admite, porém se alegra não em usar deles, mas em moderá-los” (SÊNECA 2009, p. 26). Apesar de simpatizar com alguns escritos de Epicuro, Sêneca reafirma constantemente sua afinidade ao estoicismo. Na esteira de Cícero, ele destaca a importância da participação do homem na vida pública. De acordo com Norberto Luiz Guarinello, esta dimensão política muitas vezes é negligenciada pela historiografia, que costuma focalizar o caráter individualizante do estoicismo romano sem matizar que parte significativa da elite política romana recorria à ética dos estoicos para unificar, no universo das relações humanas, a vida privada e a existência pública. Foi Sêneca, afinal, que atribuiu a Nero a imagem do rei-filósofo, que “ocupa entre os homens, como coletividade, a posição que a razão ocupa no homem como indivíduo” (GUARINELLO 1996, s/p).

Como notamos há pouco, a prudência estoica estabelece a regra segundo a qual “o sábio basta-se a si mesmo”.³ Sêneca explica esta expressão, afirmando tratar-se não de uma independência referente ao viver, mas de independência relativa à conquista de uma vida feliz, que carece tão somente de “um espírito são, elevado e indiferente à fortuna” (SÊNECA 2004, p. 25). Epicuro, a quem Sêneca recorre em várias de suas cartas direcionadas a Lucílio, falou sobre a necessidade de se viver uma vida prazerosa, mas ponderou: não se trata dos “prazeres dos intemperantes ou aos produzidos pela sensualidade”, mas do “prazer de nos acharmos livres de sofrimentos do corpo e de perturbações da alma” (EPICURO 1973, p. 57). Epicuro enfatiza: “nem a posse das riquezas nem a abundância das coisas nem a obtenção de cargos ou o poder produzem a felicidade e a bem-aventurança”. O que as produz, de fato, é a “ausência de dores, a moderação nos afetos e a disposição de espírito”, que deve se orientar segundo os “limites impostos pela natureza” (EPICURO 1973, p. 56-57).

Para Sêneca, toda e qualquer virtude se “assenta na justa medida, e a justa medida baseia-se em proporções determinadas”. É possível medi-las a partir de “um único critério, e esse critério é a razão, que em si mesma é perfeita e livre de contingências” (SÊNECA 2004, p. 239). Sêneca é categórico neste sentido:

Tudo quanto cai sob o domínio do acaso – dinheiro, corpo, honras – merece tratamento de escravo, tudo são bens efêmeros, transitórios, perecíveis, a sua posse é incerta; pelo contrário, as obras da virtude são livres e indestrutíveis, nem mais desejáveis se formos bem tratados pela fortuna, nem menos se sujeitos a quaisquer dificuldades materiais (SÊNECA 2004, p. 243).

153

O bom uso da razão, a adequação à justa medida, a sabedoria que proporciona um escudo contra os ataques da fortuna e a crítica direcionada àqueles que idolatram os bens efêmeros e transitórios são elementos comuns ao estoicismo de Sêneca.

Para demonstrar que o sábio estoico não é uma *persona* inverossímil, o autor explica a Lucílio:

O sábio também pode estremecer, sofrer, perder a cor, pois tudo isto são sensações fisicamente naturais. Onde é que está então a desgraça, quando é que estes sintomas se tornam um mal verdadeiro? É apenas quando causam o abatimento da alma, quando levam o homem a confessar a sua servidão, quando o forçam a arrepender-se de si mesmo. O sábio será capaz de dominar a fortuna com a virtude, ao passo que muitos adeptos da filosofia se deixarão assustar por ameaças de somenos importância. Neste ponto será nosso o erro de exigirmos de um principiante aquilo que exigimos de um sábio (SÊNECA 2004, p. 281).

Guy Hamelin estabelece uma distinção contundente entre o aspirante estoico e o sábio: o aspirante encontra-se num “estado da alma” no qual é preciso

³ Trata-se do conceito de *autárkeia*, que pode ser traduzido como “independência” ou “basta-se a si mesmo”. De acordo com Markus Silva, esta categoria, para Epicuro, é fundamental e aliada da *phrónesis*, na medida em que contribui no estabelecimento de uma medida justa, no que se refere aos desejos naturais e necessários. Ver: SILVA 2003, p. 86.

seguir as orientações do sábio, pois este possui a prudência (*phronesis*) e, portanto, uma boa disposição da mente. Nesta direção, o sábio estoico aproxima-se do *phronimos* aristotélico, ainda que este não detenha uma sabedoria infalível (HAMELIN 2010).

De acordo com Sêneca, o sábio não se julga indigno dos bens da fortuna, contanto que sejam adquiridos de forma honesta. Mesmo as riquezas podem ser muito úteis e necessárias, mas jamais um bem por si só. Sêneca afirma que “as riquezas, para o sábio, são escravas, e para o tolo são senhoras” (SÊNECA 2009, p. 71).

De acordo com Epicuro, a riqueza obtida conforme a natureza “tem limites e é fácil de adquirir, mas aquela imaginada pelas vãs opiniões é sem limites” (EPICURO 2010, p. 32). Nestes termos, o bom uso das riquezas depende da virtude, na medida em que todas as ações do sábio devem ser conformadas ao *logos* que rege a natureza. A obtenção de posses, no caso, não deve ser um fim em si mesmo, mas um caminho possível rumo à *eudaimonia* (felicidade).

Convém retomar, após esta breve digressão com Sêneca, uma passagem do livro *Da amizade* na qual Cícero elogia Quinto Múcio Cévola, personagem que contribuiu com sua formação em direito. O autor afirma: quando Cévola “argumentava prudentemente ou emitia sentenças breves e eloquentes, eu memorizava com cuidado suas palavras e tratava de tornar-me mais douto graças à sua prudência” (CÍCERO 2001, p. 4). Esta passagem, que integra o preâmbulo da obra, destaca a centralidade da prudência, ressalta a importância das sentenças provenientes de homens doutos e valoriza a memória. Para Cícero, a prudência se divide em três partes: memória, inteligência e providência. Ela se encontra associada necessariamente à deliberação e à eloquência. Felipe Charbel afirma que, para Cícero, o aprendizado da prudência, que depende sobremaneira da eloquência e do conhecimento prático, “se dá pela observação atenta e respeitosa dos grandes homens do presente e leitura sobre os grandes homens do passado” (TEIXEIRA 2008, p. 63). Logo, esta virtude designa uma disposição intelectual “capaz de articular o entendimento do passado, a visão do presente e a antevisão do futuro, de modo a possibilitar a urdidura de juízos honestos, desejáveis por si mesmos e em acordo com a virtude e suas partes” (TEIXEIRA 2008, p. 62).

154

A prudentia em Tomás de Aquino

Tomás de Aquino (1225-1274) também busca entender o conceito de prudência. Em 2005, Jean Lauand editou um tomo da *Suma teológica* no qual o teólogo, em diálogo com Aristóteles, discorre sobre o conceito de prudência. Ele define esta virtude como *recta ratio agibilium* (reta razão aplicada ao agir), uma forma de razão prática que leva o homem a priorizar o bem comum em detrimento de suas vontades particulares (TOMÁS DE AQUINO 2005, p. 156-171). Esta premissa afina-se aos dizeres de Aristóteles quando, em sua *Ética a Nicômaco*, afirma que a sensatez é a capacidade de agir com prudência (*phronesis*) e temperança (*sofrosyne*), o que implica levar em consideração o

bem estar geral (ARISTÓTELES 2009, p. 132-134). A valorização do bem comum, conceito que integra a matriz das reflexões de Aquino sobre a prudência, implica o abandono das vaidades, dos laços profanos e iníquos, e a total devoção ao corpo místico da Igreja que, em tese, deveria ser regido organicamente, de modo a unir todos os seus agregados/subordinados em torno de protocolos inteiramente cristãos. Tal como o corpo humano, que deve manter seus membros em harmonia para não haver prejuízos no seu funcionamento, também a Igreja deveria unir os fiéis e expurgar ou expulsar os contrários. Pode parecer contraditório, mas o livre-arbítrio, neste caso, deve servir à subordinação voluntária do sujeito à conformidade do bem estar humano.

Neste sentido, é preciso que a aproximação entre Aristóteles e Aquino não obscureça algumas reservas a serem feitas, pois o primeiro escreve sobre um modelo de ação voltado para a relativa suficiência do homem. Assim, a prudência em Aristóteles seria uma virtude intelectual que possibilitaria a orientação das ações humanas tendo em vista o seu teor incerto e, na maioria das vezes, imprevisível. Tomás de Aquino, por sua vez, afirma que a prudência é parte de um modelo de conduta inteiramente afinado à vontade da Providência. Este modelo reproduz os desígnios divinos ainda que pautado nas limitações humanas, tratando-se, portanto, de um atributo que se situa entre a virtude intelectual e a virtude moral. Embora ambos concordem com a definição da prudência como reta razão aplicada ao agir, é preciso quebrar com a noção anacrônica segundo a qual Tomás de Aquino ajusta-se inteiramente à doutrina aristotélica. Caso contrário, ele haveria de negar a própria doutrina cristã, à qual se agarrou com tanto fervor. De acordo com Michel Senellart, seria errôneo

155

opor essa noção de prudência à longa tradição religiosa do conceito. De um lado, porque ela conserva, em sua rica complexidade, numerosos elementos patrísticos; assim, para darmos apenas um exemplo, ela permanece estreitamente ligada à virtude da *discretio* – discernimento, moderação – que formava, desde Cassiano, a base da ética monástica. De outro lado, porque Tomás, ao definir a prudência como “reta razão das ações por fazer (*recta ratio agibilium*)”, restaura a continuidade, rompida por Aristóteles, entre os planos divino e humano. Conceito cristão, portanto, a despeito de sua textura aristotélica (SENNELLART 2006, p. 190-191).

Sennellart conclui:

É verdade que Tomás denuncia a falsa prudência dos hábeis e condena o recurso às “maquinações” – astúcia, artimanha e fraude –, cujo uso pelo príncipe Maquiavel justifica. A visada da boa finalidade, porém, não basta para explicar a prática da prudência segundo Tomás. Pois ela não é propriamente uma virtude moral, mas uma disposição da inteligência prática, em conformidade com o apetite honesto, necessário para orientar-se no domínio do contingente. Sob esse aspecto, pela atenção especial que dá aos meios de agir, ela se abre a uma racionalidade de tipo instrumental. É no interior do discurso prudencial inaugurado por Tomás, e não contra ele, que se efetuou a inversão maquiaveliana (SENNELLART 2006, p. 191).

A prudenzia em Maquiavel e Guicciardini

O par simulação/dissimulação é um dos atributos constitutivos do príncipe retratado em Maquiavel. A arte da aparência, crucial no domínio da política, associa o *éthos* do príncipe à persuasão dos demais integrantes do Estado, ou seja, o exercício do poder não é unidirecional, mas fruto de uma relação que implica subordinação e convencimento (ADVERSE 2009). Como adverte Maquiavel, “os homens são tão ingênuos e tão submetidos às necessidades do momento que o enganador sempre encontrará quem se deixe enganar” (MAQUIAVEL 1996, p. 129-130). Dentre as formas de combate de que dispõe o príncipe, destacam-se as leis e a força. De acordo com o florentino, esta constatação não é inédita, sendo perceptível de forma velada no mito de Aquiles, que teve como preceptor o centauro Quiron. A metade humana da personagem mitológica remete analogicamente às leis, enquanto que a metade animal remete à força. Não obstante, para avaliar o bom uso do “animal” interno, Maquiavel recorre às símiles do leão e da raposa: um “senhor prudente” deve ser raposa para escapar às armadilhas, e leão para afugentar/acossar os lobos.⁴ Se necessário, portanto, o bom príncipe deve voltar atrás em suas resoluções e mascarar a inobservância à palavra proferida, se assim convir à ocasião. O vulgo, ao contrário, tende a prender sua atenção e a render elogios às aparências, ou seja, encontra-se em situação de se deixar manipular pelo príncipe, pois direciona seu olhar aos artifícios, às feições do objeto de sua contemplação (MAQUIAVEL 1996, p. 128-131). Daí a máxima segundo a qual o príncipe não precisa deter todas as virtudes, mas aparentar possuí-las, para alimentar a boa disposição de seus subordinados.⁵

156

As artes de fingir estão compreendidas na formulação da *virtù* maquiavélica, que declara a primazia do “parecer” sobre o “ser” no campo político: dualismo repudiado por boa parte dos contrarreformistas que, afeitos à noção de verdade natural, entendiam a ação dissimulada como uma habilidade inerente ao bom juízo e discernimento.

Em sua tese de doutoramento, Felipe Charbel Teixeira questiona o conceito de prudência em Maquiavel (1469-1527) e em Guicciardini (1483-1540), afirmando que, na acepção de ambos os florentinos, esta virtude remonta a uma “reta razão”, ainda que sob novas vestes. No caso, a prudência traduz-se em uma maneira de lidar com o contingencial, com o incerto. Daí a metáfora que Teixeira faz alusão no título de sua tese: “timoneiros”, tópica que remonta à arte da navegação. Um bom navegante deveria ter bom juízo e ser capaz de examinar as transformações e sutilezas das coisas humanas e antever os

⁴ Estas símiles encontram-se presentes em Cícero que, no entanto, adota-as para retratar um ponto de vista diverso: a fraude (dissimulação) e o uso da força não são dignos do homem, adverte o autor. Revestido de teor moral, o texto de Cícero recorre ao bestiário para separar o que é próprio da vida humana e o que é inferior, comum aos selvagens. Ver: ADVERSE 2009, p. 84.

⁵ De acordo com Newton Bignotto, a conclusão presente no capítulo XVIII, “de que não é necessário ao príncipe possuir todas as qualidades, mas parecer tê-las, não exclui a ideia de que essas qualidades são essenciais ao exercício do poder, mesmo quando apenas simuladas. Que o príncipe seja levado a simular virtudes não implica dizer que as virtudes sejam sempre o simulacro de uma natureza pervertida”. Ver: BIGNOTTO 2007, p. 161.

acidentes. Teixeira destaca a possibilidade de conjugação entre o cálculo preciso e a boa administração das práticas letradas, que delineiam retoricamente categorias comuns e necessárias à preservação de um padrão de prudência. Em outras palavras, ser prudente implica poder estimar, conforme as circunstâncias e ocasiões, as possibilidades de agir com precisão e sucesso, sem esquecer ou desvalorizar as práticas letradas e os argumentos de outrora. Trata-se não mais da *phronesis* aristotélica, tampouco da *prudencia* tomista, mas de um novo padrão de retidão: “uma *prudenzia* distanciada do quadro das virtudes cardeais e dos imperativos éticos que a atrelavam à justiça e às demais virtudes morais” (TEIXEIRA 2008, p. 17).

Este atributo passa a ser concebido, então, como “disposição calculativa retoricamente vinculada ao decoro letrado dos gêneros discursivos e à produção de efeitos persuasivos” (TEIXEIRA 2008, p. 17). Para Teixeira, portanto, a prudência em ambos os autores que estuda não deixa, em absoluto, de ser uma *recta ratio*. O que se modifica, assevera, é o que se concebe como “reta razão”, uma vez que Maquiavel e Guicciardini se distanciam da filosofia segundo a qual esta retidão associa-se a um imperativo ético de justiça (TEIXEIRA 2008, p. 82). Desta forma, ambos se aproximam da filosofia aristotélica ao conceber a prudência como uma disposição prática, distanciando-se, por outro lado, de Cícero, que considera a interdependência entre prudência e justiça. Aproximam-se de Cícero, no entanto, ao atribuírem à prudência um caráter de predição associada, sobretudo, aos assuntos políticos. Há, neste aspecto, uma releitura das três dimensões da prudência ciceroniana: memória – releitura do passado – inteligência – compreensão do presente – e previsão – antecipação das ocorrências vindouras.

Ao menos no caso de Maquiavel, podemos afirmar que o homem prudente recorre necessariamente a modelos dignos de imitação e, neste sentido, talvez haja outra possibilidade de proximidade com Aristóteles que, por sua vez, julga a necessidade de existir o *phronimos* para, então, se prescrever e delimitar um padrão de *phronesis*. Além de se certificar da inconstância da natureza humana, Maquiavel assegura que o passado se repete insistentemente no futuro, o que não implica em dizer que não há contingência nos assuntos humanos. Por esta razão, a imitação dos bons exemplos possibilitaria o cálculo mais ou menos certo e a previsão de ocorrências futuras. Apesar de não chegar a ser um antídoto preciso contra a fortuna, a prudência é, ao menos, um paliativo que confere ao homem certa segurança, tornando-o menos vulnerável aos caprichos do *acaso*. Assim, Maquiavel adverte que o homem que não possui *virtù* pode aparentar tê-la, bastando repetir os passos de um arqueiro prudente que, ajustando a mira do arco, pode vencer os vários obstáculos dispostos entre o ponto de disparo e o alvo.⁶

Guicciardini não entendia a “imitação” superficial dos antigos como uma solução e, por isso, não apreendia a *virtù* como algo estável, muito pelo contrário: ele via a corrupção e a decadência como dados inevitáveis, ainda que passíveis de atenuação. Esta atenuação era devida especialmente à

⁶ A metáfora do arqueiro pode ser encontrada em MAQUIAVEL 1996, p. 66.

intervenção de homens prudentes, dotados de rapidez e de meios adequados para antecipar as ações e resoluções dos principais agentes políticos (TEIXEIRA 2007). Para este autor, o homem prudente deve ser perspicaz, unindo a prudência natural que lhe é comum à experiência, sem desconsiderar o papel da educação retórica. Tal homem é reconhecido pela sua flexibilidade e pela capacidade de adaptação perante as “coisas do mundo”, sejam elas acidentais –atreladas à fortuna – ou substanciais – e, portanto, imutáveis. Não é o caso de Guicciardini desvalorizar os escritos antigos, mas de considerá-los tal como Maquiavel, valendo-se de um juízo reto que não abdique as circunstâncias históricas do presente.

Uma das diferenças fundamentais entre a *prudencia* tomista e a *prudenzia* em Maquiavel é, portanto, a forma de se conceber a verdade: em Aquino, a verdade é inflexível, natural, porque associado à *sinderesis*; em Maquiavel, a *verità effettuale* é provisória e retórica. Esta última nos remete aos bons efeitos retóricos a serem causados em um auditório de homens prudentes (TEIXEIRA 2008, p. 84-90). Este detalhe, dentre outros, demonstra a pertinência da associação entre prudência e retórica, que se ampara, sobretudo, no domínio do provável. Sobre a *sinderesis*, por outro lado, Baltasar Gracián (1601-1658), em seu tratado sobre a prudência, afirma que se trata “do trono da razão, da base da prudência”, uma “inclinação conatural a tudo o que mais se conforma à razão”. É, por fim, uma “dádiva do céu”, o que pressupõe o caráter inflexível e natural que lhe é comum (GRACIÁN 1998, p. 60).

158

Michel Senellart afirma que há uma questão contextual que distancia o conceito maquiavélico de prudência da categoria anteriormente utilizada por Tomás de Aquino. Antes da invasão francesa de 1494, que arrancou a Itália de seu relativo isolamento, os florentinos acreditavam na possibilidade de controlar os acontecimentos através da razão. Um sucesso, no caso, para se tornar duradouro, deveria ser alcançado através de um caminho de moderação, definido através do cálculo racional. A *virtus*, neste caso, permitia dispor favoravelmente a fortuna. A partir da invasão e das ocorrências posteriores a ela, a força se tornou um fator decisivo, e os florentinos vivenciaram “a passagem súbita de um mundo ordenado, regido pela Providência, a um mundo de violência, atravessado por forças aleatórias e ameaçadoras” (SENELLART 2006, p. 239).

Senellart fala de uma tripla transformação, em Maquiavel, das relações entre *virtus* e fortuna: a princípio, uma “relação agonística”, e não mais estática: “não basta mais ser homem de bem, *virtuosus*, para merecer os favores da fortuna”. É preciso “combatê-la, por um esforço de cada instante” (SENELLART 2006, p. 240). A segunda transformação determina a “passagem do conceito ético-político de *virtus* ao de *virtù*, carregado de conotações guerreiras”. Esta passagem “atesta que a realidade não é mais percebida como o espaço harmonioso onde se manifestam as perfeições singulares, mas como o palco de uma batalha permanente” (SENELLART 2006, p. 240). A *virtù* “não designa mais uma forma superior de qualificação ética, mas a atitude criativa, própria do homem de Estado, contrária à passividade dos súditos” (SENELLART 2006, p. 240). Enfim, a terceira e última transformação: “sendo a conservação do *stato* o fim da *virtù*, não implica mais o emprego de qualidades constantes, mas uma extrema mobilidade de espírito”

(SENELLART 2006, p. 240). Logo, não “há norma universal da *virtù*, porque seu domínio é aquele, instável, em perpétua mutação, das coisas submetidas ao movimento do tempo” (SENELLART 2006, p. 241). O conceito de prudência, em Maquiavel, parece acompanhar estas mudanças operadas em seu pensamento, na medida em que ela precisa se adequar à *virtù* principesca.

Era comum a Maquiavel e a Guicciardini a apreensão de duas esferas que se comunicam: a celeste, imutável, e a sublunar, suscetível a transformações condicionadas pelos movimentos dos astros. É recorrente nos escritos florentinos do século XVI a tópica da “vontade dos céus”, associada a esta dinâmica cosmológica, o que justifica a instabilidade das “coisas do mundo” e das “coisas humanas”. Logo, as ocorrências duráveis são aquelas que mantêm algum grau de afinidade com as predisposições celestes, adaptando-se aos tempos. Assim, as duas esferas se comunicam, de modo que as “coisas humanas” não implicam necessariamente em caos ou desregramento, mas podem estar conectadas a vontades não contingenciais.

Trata-se de um pensamento emblemático: caso uma república caia, é porque o governante não conseguiu mobilizar sua prudência de forma adequada e, assim, não pôde aliar suas atitudes à esfera celeste. O homem prudente, dotado de um olhar perspicaz e certo, poderia fazer com que um principado durasse, caso ajustasse sua política às vontades imutáveis, estabilizando tanto quanto possível a contingência e mutabilidade da esfera sublunar. Se, porventura, este principado viesse a cair, seria devido à incidência de casos fortuitos. Uma concepção cíclica não concebe inteiramente uma novidade, tratando-se tão somente de uma releitura de aspectos cujo desdobramento passado não pôde ser constatado (TEIXEIRA 2008, p. 21-48).

159

Prudentia em Justus Lipsius

Para Michel Senellart, a prudência em Lipsius (1547-1606) é a “guia da virtude” e “constitui o verdadeiro objeto da ciência do governo” (SENNELART 2006, p. 190). Tal como Cícero, ele a define como “a compreensão e o discernimento das coisas que se deve desejar ou evitar”, seja na esfera privada (prudência doméstica), seja em público (prudência civil). A prudência civil, por sua vez, divide-se em prudência própria e prudência alheia ou de empréstimo. Para Lipsius, “como nenhum príncipe tem suficiente prudência própria para governar seu Estado, é necessário que ele se apóie na de seus conselheiros e oficiais” (SENNELART 2006, p. 252). A prudência, para este autor, é difusa, confusa e obscura:

difusa, pois se aplica à infinidade das coisas particulares, cujo conhecimento só se adquire pela prática; confusa, porque ligada à instabilidade das circunstâncias; obscura, em razão da ignorância das causas na qual geralmente se encontra os homens (SENNELART 2006, p. 254).

Assim,

não compete ao poder do sábio penetrar nos desígnios de Deus, mas ele pode, por sua virtude, conformar-se à sua lei. A obediência a Deus, ou, o que dá no mesmo, a submissão à ordem das coisas, constitui o único meio

de vencer a fortuna, não desfazendo suas armadilhas, mas dissipando sua ilusão. Ao contrário de Maquiavel, para quem a *virtù* do príncipe consistia em agir habilmente de modo a anular a fortuna, a virtude do governante, para Lípsio, supõe negar a fortuna de modo a agir eficazmente. A doutrina lipsiana do destino deve ser compreendida portanto como um esforço para transpor, num terreno teologicamente neutro, a ética reformada da disciplina governamental, e, num solo ontologicamente estável, o realismo político maquiaveliano (SENNEART 2006, p. 255-256).

Senellart afirma que, geralmente, presta-se demasiada atenção no conceito de prudência mista, a partir da qual se legitima "alguma espécie de honesto e louvável artifício" na condução dos negócios do Estado, o que seria prova de seu "maquiavelismo mitigado" (SENNEART 2006, p. 252). No entanto, devemos considerar que Lipsius define prudência como familiaridade/afinidade aos fatos e acontecimentos e o correto julgamento deles. A prudência é fruto da natureza (*nature/natura*), da experiência (*experience/experientia*) e da aprendizagem (*learning/cognita*). A principal fonte de aprendizado, no caso, seria a história: memória de eventos e, portanto, um tipo de experiência, um espelho de exemplos (*mirror of examples/speculum exempla*). De acordo com Diana Stanciu, a definição de Lipsius remete-nos, de imediato, a Tácito e à sua definição de prudência. Também a definição maquiavélica, que associa a prudência à perícia, à introspecção analítica e à capacidade de ler sinais em textos e eventos históricos, denota certo comprometimento de Lipsius com a procedência atribuída ao príncipe de Maquiavel. Por fim, Stanciu chama nossa atenção para a presença, nos escritos de Lipsius, do conceito aristotélico de *phronesis* ou sabedoria prática (STANCIU 2011, p. 233). Lipsius condensa e, de forma eclética, associa os vários conceitos de prudência que tratamos até aqui?

160

O "julgamento correto" do qual fala Lipsius é uma reminiscência do conceito ciceroniano de *recta ratio*. A este respeito, a prudência em Lipsius também não se afasta da *recta ratio agibilium* de Aquino, reta razão aplicada ao agir. O que Cícero e Tomás de Aquino tinham em mente aqui, e provavelmente tomaram de Aristóteles, era uma virtude ou habilidade com a qual um agente pode realizar boas decisões. Lipsius cita um fragmento de Aristóteles no qual ele lista cinco estados através dos quais a alma atinge a verdade, seja por meio da afirmação ou da negação: conhecimento científico (Gr. *episteme*, Lat. *scientia*), arte (Gr. *techne*, Lat. *ars*), sabedoria prática (Gr. *phronesis*, Lat. *prudentia*), razão intuitiva (Gr. *nous*, Lat. *intellectus*) e sabedoria teórica (Gr. *sophia*, Lat. *sapientia*). Ele deve ter plena consciência das explicações de Aristóteles, presentes na *Ética a Nicômaco*, sobre esta terminologia (STANCIU 2011, p. 239).

O conhecimento científico é a capacidade de derivar inferências corretas a partir de premissas conhecidas por serem verdadeiras. Seus objetos são de necessidade e, portanto, eternos, universais e não gerados. A arte é o tipo de conhecimento que facilita a criação de coisas bonitas ou úteis. Ela está preocupada com a existência de algo que é capaz de ser e de não ser e que tem sua origem na criação e, portanto, é variável e particular. Sabedoria prática é o poder de deliberar bem sobre que tipo de coisas conduz à vida boa em geral, e seus objetos também são variáveis e particulares. Razão intuitiva

complementa a ciência, sendo o poder de conhecer as instalações a partir das quais as conclusões corretas da ciência são desenhadas. Essas premissas são, na verdade, os primeiros princípios, que são invariáveis e universais. A sabedoria teórica é a ciência e a razão intuitiva trabalhando em conjunto. Ela supera a sabedoria prática e seus objetos são aqueles que não são apenas invariáveis e universais, mas também os mais elevados por natureza, superiores ao homem e ao seu bem, objetos da sabedoria prática (STANCIU 2011, p. 240).

Portanto, tal como em Aristóteles, o que é chamado de prudência em Lipsius é, na realidade, instável e mutável, tratando-se de uma seleção e combinação de coisas que se relacionam entre si de formas distintas. E se essas coisas são incertas, então também a prudência o é. Por esta razão, ela não pode ser definida como conhecimento científico (*scientia*) a despeito de qualquer tentativa de disciplinar o contingencial. O conhecimento científico refere-se apenas às coisas que são conformes à natureza, incapazes de mudar.

Esta preocupação da prudência com o particular torna-a adequada à vida política, e Aristóteles é novamente citado quando Lipsius insiste que prudente é aquele que pode discernir o que é bom para si e para o povo. De fato, para Aristóteles, os homens têm sabedoria prática em alguns casos particulares. Assim, a prudência é descrita em função da parte calculativa do intelecto, que se ocupa da deliberação sobre aspectos variáveis, contingentes, e não sobre o contemplativo, próprio das coisas necessárias.

Uma primeira conclusão mencionada por Diana Stanciu é que, apesar do ecletismo e ambiguidade do termo prudência em Lipsius, Aristóteles é muitas vezes mencionado e seu conceito de prudência é constantemente referenciado. Mesmo que Tácito tenha inspirado a formulação da prudência em Lipsius, Aristóteles definitivamente não foi negligenciado. Lipsius realmente combinou a *phronesis* de Aristóteles com a *prudencia* de Tácito, mas a acusação de que ele ignora Aristóteles parece totalmente imerecida. Lipsius não ignora os exemplos gregos de prudência nem tampouco os exemplos de Roma (STANCIU 2011, p. 242).

Uma segunda conclusão aludida pela autora é a de que a sabedoria é atingida inicialmente pelo professor/tutor a fim de que o governante possa aprender e, conseqüentemente, ser prudente caso lhe falte sabedoria. Pelo menos isto é o que Lipsius aparentemente queria demonstrar. Tudo isso comprova a hipótese de que Lipsius tenta realmente melhorar seu próprio *status* ao separar virtude e prudência, filosofia e política, universal e particular. Na verdade, ele afirma que o governante, apesar de seu poder, muitas vezes não pode avançar muito no caminho da virtude, ainda que a prudência possa facilitar – mas não garantir – o acesso do príncipe à virtude. Ao contrário, o conselheiro, personificação do sábio estoico, domina não apenas a prudência, mas também a virtude. Em consequência, o conselho do tutor deveria ser sempre levado em consideração, respeitado, pois é mais próximo dos princípios universais e, portanto, mais próximo da verdade e da virtude (STANCIU 2011, p. 242).

Para Lipsius, a arte de comandar uma multidão, procedimento que requer prudência, não depende mais da exemplaridade, nem da habilidade (o que não exclui a importância do artifício), mas sim do "concurso de todo o aparelho

administrativo e repressivo do poder público”. Lipsius escreve após as guerras religiosas, ao contrário de todos os outros autores retomados neste artigo (SENELLART 2006, p. 258-259). Para ele, a posse do segredo recupera uma importância diferenciada, pois a dissimulação é um artifício que ajuda a dominar as eventualidades da vida coletiva.

Aristóteles focaliza o cálculo racional e discorre sobre um possível “paliativo” contra os reveses da fortuna; Maquiavel chama a atenção para a imagem do príncipe e para a eficácia do uso da força, quando necessário; Lipsius, por sua vez, centra suas reflexões na autoridade (*auctoritas*), fruto da interação entre o príncipe e o povo, uma forma de “servidão voluntária” que se ampara na estabilidade do Estado. O conceito de prudência parece responder e corresponder aos anseios datados dos autores. No entanto, percebemos que muitos deles consultaram fontes autorizadas para retirar delas elementos que poderiam ser úteis. A *auctoritas*, portanto, é continuamente reciclada, recontextualizada: daí a ineficácia de se procurar, na descontinuidade de um conceito, a sua origem.

Considerações finais

Quando problematiza as questões de natureza teórica relativas à história dos conceitos, Koselleck retoma a noção aristotélica de *koinonia politike*, posteriormente traduzida como *respublica* ou *societas civilis*. Conforme o autor, Aristóteles formulou este conceito tendo diante de si a realidade da *polis* e de sua comunidade de cidadãos. Foi para estes cidadãos que ele pensou e concebeu sua Política. Quando o termo é transposto para o latim (*societas civilis*), pela pena de Cícero, altera-se o quadro de experiências históricas que possibilitaram a Aristóteles a formulação do seu conceito. A questão se torna ainda mais complexa se avaliarmos o termo *societas civilis* em nossas sociedades modernas. Disso, Koselleck conclui que devemos considerar a variação temporal dos conceitos, o que acaba definindo seu caráter único, pois ele se articula ao momento de sua utilização, ainda que, posteriormente, possa ser recepcionado de maneiras diversas. Convém ressaltar, com o autor, que nem todas as palavras existentes em nosso léxico podem se transformar num conceito. O procedimento de se pensar uma “história dos conceitos” volta-se, geralmente, para palavras com conotações políticas mais agudas (ou reconhecidas como tal), tais como estado, revolução, história, sociedade, civilização etc (KOSELLECK 1992, p. 138-139). Ao voltarmos para a categoria prudência, realçamos uma nomenclatura que, hoje, caiu em desuso e, por esta razão, pode ser recepcionada negativamente, se avaliada com as lentes da contemporaneidade. No entanto, é justamente por ter sido muito prestigiada em outros momentos e circunstâncias que um estudo sobre a prudência mostra-se pertinente e adequado. Mais do que isso, mostra-se um desafio.

No texto de Carlos Arthur Nascimento que citamos no início deste artigo, o autor afirma que é-nos completamente estranha a ideia de que a representação da prudência requiera três rostos – o da juventude, o da idade madura e o da velhice (NASCIMENTO 1993, p. 2). Por esta razão, resolvemos concluir este

texto remetendo-nos ao livro de Erwin Panofsky no qual ele analisa a obra de Ticiano, conhecida como Alegoria da Prudência (*Allegoria della prudenza*), produzida na segunda metade do século XVI. No topo da imagem em questão há uma inscrição em latim, que Panofsky traduz: "Do (da experiência do) passado, o presente age prudentemente para não estragar a ação futura". De acordo com Panofsky, trata-se da tipificação dos três estágios da vida humana, alegoria que nos remete às três formas de tempo em geral (passado, presente e futuro), localizando, ao mesmo tempo, as três partes fundamentais da prudência: a memória, referente às lembranças e aprendizados, a inteligência, que julga e age no presente, e a previdência, que antecipa o futuro. Quanto ao "monstro tricéfalo" presente na pintura de Ticiano, Panofsky nos alerta para uma possível retomada da mitologia egípcia. No caso, o deus Serápis, ao qual foi ofertado um templo em Serapeion de Alexandria, tinha por companheiro um monstro "enleado por uma serpente, que tinha sobre os ombros as cabeças de um cachorro, um lobo e um leão" (PANOFSKY 1976, p. 200-201). Há quem afirme que a posição deste deus é análoga à de Plutão, deus romano do submundo, o que torna possível uma analogia também entre este monstro tricéfalo com outro: Cérbero. Não obstante todas estas interpretações, o interessante é que Panofsky retoma os textos de Macróbio (V d. C.) e de Petrarca (1304-1374) para demonstrar a associação entre a imagem de Ticiano e a simbologia dos tempos. Ao final, Panofsky faz uma possível associação entre as faces humanas presentes na alegoria a pessoas reais: no caso, o velho seria o próprio Ticiano. O homem de meia idade seria seu filho, Orazio Vecelli. O jovem seria um parente seu distante, que ficou sob seus cuidados passando, portanto, por neto adotivo (PANOFSKY 1976, p. 224).

De acordo com Carlos Nascimento, a prudência hoje equivale à cautela excessiva dos velhos. Depois das reflexões aqui operadas, a questão a se formular é: o que esta possível equivalência tem a nos dizer sobre a conduta dos homens na contemporaneidade? Trata-se de uma questão pragmática para a qual não podemos traçar uma resposta definitiva. A própria história de um conceito é necessariamente parcial e provisória. Sendo assim, parece-nos que outra questão deve ser levantada: a atual noção de tempo, baseada na apreensão de um presente hipertrofiado, permite repensar o conceito de prudência?

Referências bibliográficas

- ADVERSE, Helton. **Maquiavel: política e retórica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Tradução de Antonio Pinto de Carvalho. São Paulo: Edições de Ouro, 1980.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução do grego de António de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009.
- AUBENQUE, Pierre. **A prudência em Aristóteles**. Tradução de Marisa Lopes. São Paulo: Discurso Editorial, Paulus, 2008.

- BIGNOTTO, Newton. As fronteiras da ética: Maquiavel. In: NOVAES, Adauto. **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CÍCERO, Marco Túlio. **A virtude e a felicidade**. Tradução de Carlos Ancêde Nougé. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CÍCERO, Marco Túlio. **Da amizade**. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- EPICURO. Antologia de textos de Epicuro. In: _____. **Os pensadores**. Vol. V. Tradução e notas de Agostinho da Silva. São Paulo: Abril, 1973.
- EPICURO. **Máximas principais**. Tradução, introdução e notas de João Quartim de Moraes. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- FERREIRA, Anderson D'Arc. A raiz etimológica da virtude da prudência em Santo Tomás de Aquino. **Dissertatio**: revista de filosofia, Pelotas, nº 01, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2ª ed. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GRACIÁN, Baltasar. **A arte da prudência**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 1998.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Nero, o estoicismo e a historiografia romana. **Boletim do CPA**. Campinas, nº 1, 1996. Disponível em: <http://antiguidadeonline.org/index.php/antiguidade/article/view/50/49>. Acesso: setembro/ 2011.
- HAMELIN, Guy. O sábio estoico que possui o discernimento aristotélico?. **Revista Archai**, Brasília, nº. 4, p. 93-100, jan./2010.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**: comentários de Napoleão Bonaparte. São Paulo: Hemus, 1996.
- NASCIMENTO, Carlos Arthur Ribeiro. A prudência segundo Santo Tomás de Aquino. **Síntese nova fase**, Belo Horizonte, v. 20, n. 62, 1993.
- PANOFSKY, Erwin. **Significados nas artes visuais**. Tradução de Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- PESSANHA, José Américo Motta. As delícias do jardim. In: NOVAES, Adauto. **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SÊNECA, Lúcio Aneu. **Da vida feliz**. Tradução de João Carlos Cabral Mendonça. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- SENELLART, Michel. **As artes de governar**: do regimen medieval ao conceito de governo. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- SILVA, Markus Figueira. **Epicuro**: sabedoria e jardim. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Natal: UFRN, 2003.

SPINELLI, Priscilla Tesch. **A prudência na ética nicomaqueia de Aristóteles.**

Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

STANCIU, Diana. Prudence in Lipsius's *Monita et exempla politica*: stoic virtue, aristotelian virtue or not a virtue at all? In: DE BOM, Erik, at all. **(Un)masking the realities of power**: Justus Lipsius and the dynamics of political writing in early modern Europe. Boston: Brill, 2011. Disponível em: http://ebooks.brillonline.nl/book?id=nij9789004191280_nij9789004191280_i-348. Acesso em: outubro/2011.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. O melhor governo possível: Francesco Guicciardini e o método prudencial de análise da política. **Dados**, vol. 50, n. 2, 2007. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/218/21850204.pdf>. Acesso em: abril/2011.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. **Timoneiros**: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

TOMÁS DE AQUINO, Santo. **A prudência**: a virtude da decisão certa. Tradução, introdução e notas de Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

YATES, Frances Amelia. **A arte da memória**. Tradução de Flavia Bancher. Campinas: Editoria da Unicamp, 2007.

História política e história dos conceitos: um estudo sobre o “político” em Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet

Political history and history of concepts: a study on the ‘political’ in Pierre Rosanvallon and Marcel Gauchet

Carlos Mauro de Oliveira Júnior

carlosmaurojr@gmail.com

Professor adjunto

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – FFP

Rua Praia de Botafogo, 406/ 1009 – Botafogo

22250-040 – Rio de Janeiro – RJ

Brasil

Resumo

O artigo pretende estudar o conceito do “político” presente nos trabalhos de Pierre Rosanvallon e de Marcel Gauchet, e, a partir deste, travar contato com os seus objetos de investigação e metodologias históricas. Em suma, uma pesquisa sobre teoria e metodologia de história que se interessa pelos campos da história dos conceitos e pela renovação da história política. Em destaque, uma noção de poder e de política que se enraíza e se distribui pelo conjunto da sociedade, diminuindo a dependência em relação ao poder central e buscando pensar formas de evitar o absenteísmo em nossa sociedade.

166

Palavras-chave

História dos conceitos; Historiografia francesa; Cultura política.

Abstract

In this article, we aim to analyze the concept of ‘politics’ in the works of Pierre Rosanvallon and Marcel Gauchet. Based on it, we intend to discuss the subject of their investigation, as well as the historical methodologies that they use. This is, in short, a work on the theory and methodology of history, dealing with the field of history of concepts, and with the renewal of political history. We highlight a notion of power and politics that is rooted and spread throughout the society as a whole, reducing the dependency on a central power, while considering possible ways of avoiding the absenteeism that marks our own society.

Keywords

History of concepts; French historiography; Political culture.

Enviado em: 27/11/2011

Aprovado em: 11/4/2012

O objetivo deste trabalho é reconstruir aspectos da noção do “político” a partir de alguns trabalhos de Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet e inseri-los em um contexto de duplo debate sobre a política. De um lado, o desenvolvimento de novas metodologias que lidam com autores e textos políticos, como o “contextualismo linguístico” de Quentin Skinner e John Pocock e, também, a “história dos conceitos” de Reinhart Koselleck. De outro, o debate sobre a liberdade e cidadania na democracia posterior ao fim da Guerra Fria, especialmente o resgate de certos acentos republicanos ou de liberdade positiva realizado nas discussões sobre a participação política nas democracias contemporâneas. Um tema que remonta ao artigo, hoje clássico, de Isaiah Berlin sobre as liberdades positiva e negativa (BERLIN 1958).

A nossa hipótese diz respeito à importância dos autores para os referidos debates. No tocante a uma historiografia preocupada com a política, enfatizamos a conciliação com conceitos e temas próximos à tradição dos *Annales*, como as representações coletivas de Durkheim, e depois, Marc Bloch; o estudo das práticas e representações de Bourdieu, De Certeau e Chartier; e, da mesma forma, o interesse pelas trajetórias de pequenos grupos familiares ou profissionais como em Giovanni Levi. No que se refere a uma filosofia política da democracia contemporânea, insistimos que seus trabalhos são formas alternativas de lidar com o problema do absentismo político e outras formas de insatisfação perante a democracia dos séculos XX e XXI, seja pelo descompasso entre governantes e governados, seja pelos excessos do privatismo e do abandono da “coisa pública”.

Usamos como estratégia de argumentação uma tentativa de resgate da biografia intelectual ou da trajetória acadêmica, relacionando-a com alguns aspectos e personagens do contexto francês a partir de fins da década de 1960. O objetivo é demonstrar as proximidades de Rosanvallon e Gauchet com as questões e debates ligados à política presentes em Raymond Aron, Claude Lefort e François Furet. Especialmente a ideia de que o resgate de discussões sobre a esfera política é uma alternativa mais interessante para os descaminhos do par democracia-capitalismo que as proposições de um Estado de múltiplas atribuições.

Os pontos a serem destacados nas discussões dão conta do papel do cidadão em uma democracia liberal, da relação existente entre seus direitos e deveres, dos limites da representação eleitoral e de qual o grau de atividade política presente na “sociedade civil”. Isto em uma época – o segundo pós-guerra – em que o Welfare State e outras leis assistencialistas tentavam um contraponto aos direitos sociais defendidos pelos denominados “Estados totalitários”, a Alemanha nazista e a União Soviética de Stalin.

Se os avanços do consumo e do bem-estar melhoravam a vida de muitos, aumentando os prazeres da vida privada, a crescente desigualdade entre ricos, remediados e pobres colocava em questão os ideais de progresso e felicidade da democracia. Ao mesmo tempo, a esperança de muitos no Estado como a solução dos problemas sociais vinha sendo corroída por experiências autoritárias e violentas ou pela disparidade existente entre as promessas eleitorais e as realizações governamentais em sociedades livres.

Cumpra dizer aqui como Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet usaram suas carreiras de pesquisador em sociologia, história das ideias políticas e/ou filosofia para propor soluções a estes problemas. Cumpra demonstrar que o fizeram atentos a conceitos e metodologias que interessam a pesquisadores de teoria e filosofia da história.

Segundo o depoimento dos autores, sua trajetória intelectual foi marcada pela preocupação com o descompasso entre as dimensões discursiva e prática da democracia (ROSANVALLON 2006a; GAUCHET 2003). Este teria provocado uma contínua sensação de mal-estar no que se refere às promessas não realizadas pelo discurso democrático e libertador desde a Revolução Francesa de 1789. Cabia então uma releitura do processo de institucionalização da democracia francesa a fim de reconstruir as disputas políticas e sociais existentes, tentando demonstrar como os atores políticos davam significado aos discursos e ver quais as práticas eram realizadas por eles.

Para realizar tal propósito, Rosanvallon se apropriou da noção de cultura política presente nos *Annales* e reformulou-a no sentido de um conceito do "político". A ideia esteve presente em alguns trabalhos de Claude Lefort e tentou demonstrar os princípios que estabelecem as relações entre as pessoas (LEFORT 1991, p. 10). Era o resgate de uma teia de relações de interdependência entre os homens ou entre instâncias sociais, sem determinantes, que remontava à sociologia compreensiva de Max Weber e a alguns trabalhos de Norbert Elias e, mais tarde, aos estudos das práticas e representações de Michel de Certeau e Roger Chartier.

168

Resumindo, o projeto teórico evitava leituras deterministas, buscando análises que levavam em conta múltiplos fatores. Da mesma forma, desconfiava de visões que pareciam aceitar as visões dos atores sociais na defesa de suas posições como sendo a única descrição do acontecimento ou do processo. Era o desejo de uma história, ou uma sociologia, que compreendesse os processos como um campo aberto de possibilidades a despeito de possíveis filosofias da história calcadas na ideia de necessidade (monocausais).

Marcel Gauchet, por sua vez, iniciou sua utilização do conceito do "político" em uma antropologia religiosa de implicações políticas com grande influência de Pierre Clastres. Nesta, a importância conferida à instituição (criação) do social insiste na busca de uma dimensão simbólica e religiosa que esteve na origem e na manutenção das "sociedades contra o Estado" de Clastres, e deveria estar presente em todas as sociedades. O "político" remetia, assim, a esta dimensão simbólica. Chega mesmo a explicitar uma distinção entre o "político" – um domínio existente em todas as sociedades – e a política, uma novidade da sociedade democrática que criou um setor da sociedade à parte dos demais (GAUCHET 2005, p. 532).

A busca do "político" como uma instância da instituição de uma sociedade tornou-se o principal objeto de pesquisa dos dois autores e fizeram deste conceito, ou dos meios para a formulação deste, uma personagem frequente em seus trabalhos.

Em Rosanvallon, há uma metodologia histórica próxima à renovação francesa da história política, preocupada com as práticas, representações e

estratégias dos autores e também, atenta à reconstrução do contexto histórico de produção dos textos. No caso de Gauchet, temos uma filosofia política que dialoga com a história e com a antropologia francesa de Durkheim e Marcel Mauss a Clastres e que, igualmente, faz uso de uma concepção de história política como a de Rosanvallon.

A investigação sobre o “político” em Rosanvallon pode ser dividida em duas fases: 1ª: estudo do funcionamento e dos problemas das instituições eleitorais e de representação; 2ª: análise da constituição de um “universo de desconfiança” (ROSANVALLON 2008; 2009). A primeira fase está mais atenta ao fenômeno discursivo e ao vocabulário político existente em um determinado período. Com a segunda, temos o estudo de práticas políticas e de estratégias existentes na “sociedade civil”. O “político” é buscado no contínuo jogo entre a democracia (teoria e prática) e a “contrademocracia”. Nesta, as redes de relação são construídas em torno de uma desconfiança em relação ao poder. Desta forma, o autor passa a impressão de que o conceito exprime uma instância em funcionamento nas sociedades democráticas, instância que fiscaliza e julga o poder e a representação ocidentais.

No caso de Marcel Gauchet, o “político” é apresentado como uma dimensão simbólica – a religião – que unia e estabelecia os papéis sociais sem que isto significasse o distanciamento entre os homens e o poder. Com o “desencantamento do mundo”, esta dimensão foi mal substituída pela história, pelo direito e pela política. O “político” aparece inscrito em uma utopia ou medida crítica presente no passado e possível de ser reconstruída no futuro. Se não podemos retornar ao domínio do religioso, podemos criar uma nova instância democrática que crie vínculos sociais e reaproxime os homens da “coisa pública”.

169

Genealogia

Um tema recorrente nas formulações sobre o “político” em Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet era a experiência advinda, na década de 1970, dos debates sobre a experiência soviética e o totalitarismo. Uma experiência de desencanto, de insatisfação com promessas não realizadas. Cumpria pensar uma sociedade que não se identificasse completamente com o Estado e um poder que não estivesse apenas neste. Por outro lado, era preciso compreender a defasagem entre discursos e práticas a fim de tentar explicar o porquê da não realização de todos os anseios democráticos.

Raymond Aron pode ser pensado como um pioneiro nesta “família de espíritos” evocada por Marcel Gauchet (2003). Não foi por acaso que o *Institute Raymond Aron*, na *École de Hautes Études en Sciences Sociales*, abrigou Claude Lefort e François Furet, e este último, como diretor, convidou Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet a ingressarem no *Institute*.

A sociologia de Aron aproximou-se da política a partir do modelo weberiano – a sociologia compreensiva – que multiplicava as causalidades (ARON 1981). Além de Weber, no entanto, Aron resgatou as figuras de Montesquieu e Alexis de Tocqueville como legítimos “sociólogos” atentos à política e a uma abordagem que se preocupava com as relações solidárias entre diversos elementos da

realidade social sem determinantes em última instância. Os dois pensadores eram vistos como probabilistas que não viam o curso da história como uma evolução unilateral em direção ao progresso. A reflexão sobre a política os tinha tornado sensíveis aos ganhos e perdas do processo e neles as estratégias dos atores e grupos eram fatores importantes (ARON 1990a; 1990b).

Com Claude Lefort e Pierre Clastres, o debate se transferiu para a questão da legitimidade do poder. Isto se deveu ao fato da identificação existente no período entre socialismo e democracia ter entrado em choque com a decepção provocada pelo totalitarismo soviético. Segundo Claude Lefort, a ideia do "político" surgiu durante este processo e em proximidade com a obra de Pierre Clastres (LEFORT 1999), especialmente a partir de 1974, ano em que Clastres publicou o resultado de seus trabalhos de campo: *La société contre l'État*. O contato com as populações nativas chamou a sua atenção para um tipo de poder não coercitivo e bloqueado pelo conjunto da sociedade. Os nativos não tinham Estado "porque o recusam, recusam a divisão do corpo social. Querem evitar que a desigualdade entre os homens instale a divisão na sociedade" (CLASTRES 1976).¹

Vivendo em uma época marcada pela questão do totalitarismo, Clastres "leu" nas sociedades nativas um poder que bloqueava outro. E, o que é mais importante, este poder bloqueador surgia na sociedade através de regras sociais criadas a partir dos múltiplos relacionamentos entre os muitos agentes. A teia social era uma totalidade, mas uma totalidade múltipla que recusava ao Estado o monopólio da representação.

170

É só por oposição às sociedades primitivas, às sociedades sem Estado, que todas as demais se revelam equivalentes. [...] Existe uma hierarquia do pior, e o Estado totalitário, sob suas diversas configurações contemporâneas, aí está para nos recordar que, por mais profunda que seja a perda da liberdade, nunca está perdida o bastante, nunca se acaba de perdê-la (CLASTRES *apud* LEFORT 1999, p. 309).

Claude Lefort, por sua vez, afirmou ter, desde os anos 1950, começado a pensar na inteligibilidade do "político" a partir da ideia de que as sociedades se definem a partir das relações entre grupos e pessoas. O ponto de partida em sua reflexão era a mutação na legitimidade que estava na origem do totalitarismo soviético. O que tornava legítimo um Estado democrático? (LEFORT 1999). O gradual apagamento das fronteiras entre o público e o privado colocava em questão o "social" como uma rede de relações de interdependências. Cibia estudar esta rede. Daí o recurso ao "político", um princípio ou um conjunto de princípios geradores das relações que os homens mantêm entre si e com o mundo (LEFORT 1986).

Com François Furet, o debate alcançou a historiografia. E isto por um motivo especificamente francês: a Revolução de 1789 não era simplesmente um período histórico específico que podia e devia ser estudado a partir de

¹ Cabe o esclarecimento que a divisão aqui referida é entre o conjunto social e uma instância humana de poder. Não se trata de imaginar uma sociedade sem conflitos e uniforme. Este ponto será desenvolvido adiante a partir da leitura de Marcel Gauchet.

questões novas (atuais).² Desde a Terceira República, criada em 1871, a Revolução Francesa foi cercada por uma aura de patriotismo, tornando-se um mito fundador. Por outro lado, vários intelectuais marxistas a inseriam em uma tradição revolucionária que, passando pela Rússia de 1917, levaria ao socialismo libertador. Por exemplo, a violência excessiva do terror, um estado policial apesar de uma constituição extremamente democrática para o período, era explicada pelas ações dos contrarrevolucionários. Uma forma parecida era usada para justificar a política de expurgos do stalinismo. O problema, para Furet, era que o elogio do discurso revolucionário não percebia as contradições internas – aporias – presentes nas formulações. A guerra era uma causa, mas não a única. Furet via nestas ideias uma teleologia provocada por uma filosofia da história monocausal: a Revolução Francesa teria criado, segundo estas visões, a sociedade democrática e também abriu o caminho para a Revolução Russa de 1917. Enfim, “tornou-se o marco zero do mundo igualitário” (FURET 1988, p. 16).

Os autores do século XIX, como Alexis de Tocqueville e Edgar Quinet, estavam atentos às contradições do discurso revolucionário. Tocqueville refletia no hiato entre o discurso e a realidade política. Ele, Quinet e outros liberais do Segundo Império francês (1851-1871) pensaram no conceito de “democracia servil” em que a igualdade dos cidadãos repousa sob a égide de um poder sempre crescente (FURET 2001). A hipótese dizia respeito à possibilidade de o próprio discurso democrático ter um componente que ameaçava a liberdade. Sendo assim, as dificuldades de conciliação entre liberdade e igualdade já existiam nos discursos e nas tentativas de institucionalização do sistema representativo e não devido às ações dos adversários.³

O que aqui interessa é que se Furet buscou uma história da Revolução Francesa que não era a da esquerda francesa, ele o fez tendo em vista os usos políticos e democráticos da tradição revolucionária. Quis explicar os seus fracassos e as suas dificuldades internas. O recurso aos pensadores do século XIX mostrou-lhe uma abordagem mais política do processo, sensível às transformações discursivas. Desta forma a sua abordagem se aproximou de Aron e Lefort.

Se para Raymond Aron, Claude Lefort e François Furet as questões do totalitarismo remontam aos anos 1950 e 1960, a geração seguinte, de Marcel Gauchet e Pierre Rosanvallon, fez suas análises historiográficas ou sociológicas a partir de uma leitura das questões surgidas nos eventos de 1968. Em ambos os autores, a herança libertária de 1968 levou a uma problematização da sociedade democrática na busca por mais liberdade em uma clara negação ao stalinismo como esperança de fusão entre liberdade e igualdade. Seguindo os passos de Aron, Lefort e Furet, os protagonistas deste artigo – Rosanvallon e Gauchet – passaram a estudar alguns autores do século XIX – Benjamin

² Um ponto importante para os historiadores ligados à revista dos *Annales* era a releitura das fontes documentais a partir de questões atuais, propondo novos problemas de pesquisa.

³ Um exemplo de estudo das discrepâncias teóricas e práticas existentes na tradição política francesa é o trabalho de Marcel Gauchet (1995). Neste há uma investigação sobre a ideia de representação e seu uso pelos constituintes franceses.

Constant, Alexis de Tocqueville, François Guizot – com o objetivo de traçar uma genealogia da sociedade democrática francesa e ocidental a fim de entender, em primeiro lugar, as questões e o vocabulário político presentes nos enfrentamentos, como na confecção da Constituição de 1791, por exemplo. A seguir, indo além da fase discursiva, cumpria entender as práticas e estratégias dos agentes ao longo do período.

Se seguirmos uma perspectiva ligada à historiografia, poderíamos ver neste ponto uma estratégia de história política que tentaria contornar as usuais restrições a este campo presentes nos *Annales*. A busca das estratégias e práticas de múltiplos atores seria uma forma de pensar a política não apenas a partir de obras escritas de grandes indivíduos. Segundo nossa hipótese, o “político” poderia ser assim um campo de investigação alternativo para uma história da política como teoria e como prática. Neste sentido teria se tornado um conceito historiográfico com Marcel Gauchet e Pierre Rosanvallon (GAUCHET 2003; ROSANVALLON 1985; 2003).⁴

Projetos intelectuais: Rosanvallon e a história conceitual do “político”

O projeto intelectual de Rosanvallon teve, segundo a leitura aqui proposta, um componente historiográfico que, na linha aberta por François Furet, problematizou a Revolução Francesa a despeito de outras correntes que a exaltavam ou a colocavam como o marco zero da história da democracia moderna ou do socialismo (FURET 1988). Da mesma forma, houve o recurso a uma história conceitual que se afastou de uma visão que privilegiava o econômico como instância fundamental. O “político” e a noção de cultura política remetiam a um outro tipo de abordagem em que a esfera da política era alargada e abria espaço às formas de sociabilidades, às estratégias dos grupos e atores, tornando-se assim, um modelo diferente de história total. Seja pelo ponto específico da historiografia da Revolução Francesa ou pelo projeto de reconstrução do social pelo “político”, pôde-se perceber uma teoria bastante distinta do marxismo convencional, principalmente na França.

Além do componente historiográfico existia também um de tipo político. Este remontava aos debates sobre a democracia moderna e a terceira via (entre o liberalismo e o socialismo) do “republicanismo”. O resgate do “republicanismo clássico”, mais conhecido a partir dos trabalhos históricos de John Pocock: *The Machiavellian moment* (1975) e Quentin Skinner: *The foundations of modern political thought* (1978) que, a princípio, diziam respeito apenas a uma visão da política em que as proposições e críticas eram remetidas ao seu contexto de produção, tornou-se, com o tempo, um campo teórico para estudar e medir a democracia contemporânea. O republicanismo e o humanismo cívico passaram a ser encarados como uma oportunidade abandonada pelo Ocidente.

⁴ Pierre Rosanvallon afirma usar o “campo do político” em um sentido weberiano o que implica a reconstrução do caminho percorrido pelos atores (ROSANVALLON, 2001)

Retornava-se assim à polêmica de Isaiah Berlin e ao seu elogio da liberdade negativa para criticar sua tese.⁵ Cabia defender uma conciliação possível das duas liberdades (civil e política). Cumpria que a história da política informasse a política contemporânea, ainda que fosse apenas pelo reconhecimento das diferenças.

O caso de Rosanvallon era diferente dos autores citados de língua inglesa. Ele se inscrevia em uma tradição teórica de matriz weberiana que remontava a Raymond Aron. No tempo de Aron, o auge da guerra fria, a busca de uma sociologia não dominada pelo econômico (não marxista) podia ser motivada politicamente. E o mesmo ocorreu nos casos de Claude Lefort e François Furet. Com Rosanvallon, o recurso à história conceitual do “político” buscava a solução para um novo conjunto de questões que, assim como o resgate do republicanismo clássico, permitia auscultar a democracia contemporânea. Tratava-se de refazer velhas perguntas, explorar os não ditos, iluminar o significado das crenças, observar as decepções e as não realizações.⁶ Usar a história da democracia no Ocidente para ajudar os cidadãos no sentido de informar a ação: “Pode-se dizer que há um elemento dominante em minha vida intelectual: é a ideia de que se as sociedades contemporâneas querem aprofundar a sua democracia, elas devem compreender as suas dificuldades da forma realista” (ROSANVALLON 2006, p. 6).

Referiu-se acima a uma determinada “família de espíritos”. Nesta, a reflexão teórica buscava a esfera do “político” como sendo aquela em que todas as teias de relacionamentos se construía. A sociedade nesta visão não era um dado, mas um construto constantemente reatualizado. O recurso a certos traços da historiografia dos *Annales*, como a noção de cultura política e as relações entre as práticas, discursos e representações permitiam perceber um deslocamento conceitual em relação à sociologia política e à ciência política tradicionais. A prioridade era dada às estratégias sociais de poder, sobrevivência e manutenção do *status quo* e não ao funcionamento do Estado e dos partidos políticos simplesmente. Conciliava-se uma análise dos discursos com um estudo das práticas e estratégias (mesmo discursivas).

Havia espaço para uma “microfísica do poder” no sentido de Michel Foucault ou mesmo para uma “micro-história” atenta às estratégias familiares e locais como a de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. O que estava em jogo era a sociabilidade, vista como um espaço de poder presente na sociedade que se relacionava com o Estado. O estudo do mercado consumidor, de Michel de Certeau, poderia ser inserido nesta busca de uma história dos poderes dispersos na sociedade (DE CERTEAU 2008).

O ponto de partida para esta reflexão, em Rosanvallon, foi a confecção de seu estudo sobre a noção de “mercado” na economia política inglesa do século XVIII (ROSANVALLON 1999). O autor viu nesta noção uma forma de regulação

⁵ A tese de Isaiah Berlin no trabalho citado tratava do socialismo e do jacobinismo como ideias ultrapassadas de liberdade positiva (liberdade em que o cidadão governa). Defendia a liberdade negativa (civil) – mais comum nas democracias ocidentais – como sendo a melhor e mais perfeita.

⁶ Apesar de seguir uma matriz teórica distinta, no caso francesa, Rosanvallon realiza uma metodologia de reconstrução conceitual e linguística semelhante a de Skinner e Pocock.

social alternativa ao contrato social e um local onde as decisões ocorriam fora do âmbito da autoridade. O “mercado”, para o autor, permitiria resolver a difícil questão do fundamento da obrigação no pacto social. A obrigação tornar-se-ia a afirmação elevada da liberdade. O indivíduo só a reconheceria na medida em que compreenderia a coincidência de seu interesse com o interesse coletivo. Pensaria a sociedade como não tendo um “centro”; uma lei reguladora sem legislador (ROSANVALLON 1999). Poderíamos traçar paralelos entre a interpretação de Rosanvallon e as de John Pocock no que se refere às ideias de desenvolvimento de um componente moderno da *virtù* cívica na Inglaterra do século XVIII. Em Pocock, importava a introjeção de certas formas de agir na sociedade e no mercado, com o aparecimento de uma jurisprudência ligada à administração das coisas e dos direitos individuais idealizados por um Republicanismo Comercial (POCOCK 1985).

O autor reconheceu a sua dívida em relação às aulas no *Collège de France*, em 1978 e 1979, de Michel Foucault sobre a genealogia do neoliberalismo alemão (*ordolibéralisme*, no original) no período que se seguiu ao fim da Segunda Guerra. As seguidas referências ao Foucault dos seminários davam conta da importância da noção de governabilidade moderna. Algumas ideias de Foucault foram pensadas no sentido de compreender o funcionamento de resistências ao poder (ROSANVALLON 2006a; 2006e; 2008; 2009).⁷

174

O ‘homoeconômico’ não diz isto. Ele diz ao seu soberano: tu não deves; mas ele diz ao soberano o porquê ele não deve. Tu não deves porque tu não podes. E tu não podes no sentido de que ‘tu és impotente’ e porque és impotente tu não podes. Tu não podes porque tu não sabes e tu não sabes porque tu não podes saber (FOUCAULT 2004, p. 286).

A questão remetia à ideia de transparência que fazia parte da utopia liberal do mercado. Não se tratava, para Rosanvallon, de defender o liberalismo econômico à inglesa. Pensava, ao contrário, que a distinção entre as vertentes política e econômica do liberalismo era pouco produtiva. Desta forma, o interesse no pensamento liberal do século XVIII era uma busca de uma instância reguladora na sociedade a despeito do Estado. Não se tratava de substituir o Estado pelo “mercado” e sim de modificar a imagem que se tinha da esfera do “político”, deslocando-a em direção à sociedade. Algo como transformar a sociedade democrática em um contrapoder como na leitura sobre os nativos feita por Pierre Clastres.

A publicação do livro sobre o “mercado” fez com que François Furet convidasse Rosanvallon para o *Institute Raymond Aron*, onde iniciou seus estudos sobre a gênese da democracia francesa (ROSANVALLON 2006a). E, seguindo a intuição presente em Aron, Lefort e Furet, resolveu estudar François Guizot e o liberalismo doutrinário francês entre 1815 e 1848.

⁷ Como veremos adiante, este ponto será articulado ao tema da “contrademocracia”.

Foi curioso o título dado a este trabalho: *Le moment Guizot* (1985). A analogia com o título do trabalho fundador de John Pocock sobre Maquiavel e a tradição republicana era evidente. Isto poderia ter sido um indício de contato com o “contextualismo linguístico” de Skinner e Pocock. Se a metodologia de Skinner parecia mais presa a uma avaliação sincrônica, havia na obra de Pocock uma preocupação com a dimensão diacrônica dos vocabulários políticos e suas transformações no tempo, com as apropriações ocorridas etc. Importou em *Le moment Guizot* o uso político das tradições filosóficas, do legado da Revolução Francesa e dos conceitos da política. O livro tentou apresentar as formas como François Guizot – historiador, político e ministro na Monarquia de Julho – utilizava os conceitos de “classes”, “civilização” e “legitimidade” em suas disputas políticas. Da mesma forma, apresentou as discussões que travava com os seus opositores republicanos, jacobinos ou ultras, permitindo ver as mudanças de significação, as críticas aos idealismos e, o principal, a importância de regularizar a sociedade criada pela Revolução a partir do sistema representativo.

Resumindo, não se tratava apenas de restituir o pensador do século XIX ao seu contexto linguístico e social de produção, como desejaria um historiador da política como Quentin Skinner.⁸ O historiador esperava intervir no debate político contemporâneo a partir de uma história das ressonâncias entre nossa experiência e o passado (ROSANVALLON 2001).

A questão intelectual que presidia os trabalhos de Pierre Rosanvallon desde *La crise de l'État providence* (1981), era a crise de confiança em torno do contrato social nas democracias modernas. Uma crise que questionava a concordância entre a ligação social e cívica, pois a “cidadania social” seria um retorno a um “*État-civique-providence*” fundado sobre a solidariedade. A solidariedade cívica poderia ser um cimento coletivo que, em um momento de crise, se dissolveria. Restava então buscar um novo contrato social a fim de lidar com o déficit de representação existente no mundo contemporâneo (ROSANVALLON 2001; 2006b).

O projeto passou a ser a realização de uma história da democracia ocidental a partir de um método interativo e compreensivo. Um método empático “porque supõe a capacidade de retomar uma questão situando-se no interior de seu trabalho”, trata-se de uma empatia controlada que não implica identificação (a compreensão de Weber), mas sim, a inserção dos testemunhos em seu contexto de produção (ROSANVALLON 1996).

Este projeto foi realizado a partir do ano de 1992 com a publicação das seguintes obras: *Le Sacre du citoyen: histoire du suffrage universel en France* (1992), *Le peuple introuvable: histoire de la représentation démocratique en France* (1998), *La démocratie inachavée: histoire de la souveraineté du peuple en France* (2000). Os livros desta fase concentraram-se em análises discursivas especialmente preocupadas com seus contextos de produção, publicação e recepção.

⁸ Rosanvallon fala em um certo antiquarismo skinneriano devido a sua obsessão em negar as tradições inglesas da filosofia política (2001; 2006a).

A trajetória da sociedade democrática tal como demonstrada pelo autor chamou a atenção para vários aspectos – entre os séculos XIX e o início do XXI – que representam a crise nos valores e crenças democráticos, assim como o questionamento acerca das formas de pertencimento social, participação política e representação. Da mesma forma que François Furet, Rosanvallon mostrou-se atento às aporias presentes nos pensamentos liberal, democrático e revolucionário. Demonstrar-las era uma forma de explicar as dificuldades posteriores de aplicação dos ideais.

O recurso à história permitiu comparar a atualidade com o início do século XIX na França, por exemplo: um período marcado pelo “resfriamento da política” desde o 9 *Thermidor*, golpe que derrubou os jacobinos. Entraram em questão a “perda das paixões políticas” e a rotinização da Revolução. Muitas das críticas à sociedade burguesa existente no período – aristocráticas, românticas, jacobinas, republicanas⁹ – colocam em questão os limites entre o indivíduo atomizado do capitalismo e o indivíduo público, heroico e solidário das tradições anteriores ao século XIX (ROSANVALLON 2003; 2004).

O conjunto de críticas apresentou uma alternativa à decomposição social, e à individualização empobrecedora do mundo. As figuras do guerreiro, do poeta e do insurgente são mobilizadas para colocar em questão o burguês isolado e privatista. São atores e não debatedores passivos (ROSANVALLON 2003; 2004).

O Rosanvallon desta fase parecia ser um autor pessimista com a democracia contemporânea. Houve, no entanto, um novo conjunto de trabalhos com uma preocupação complementar, manifestada desde os cursos do autor no *College de France*: tratava-se do fenômeno da “contrademocracia” (expressão do autor). Nos livros: *Le modèle politique français: la société civile contre le jacobinisme de 1789 à nos jours* (2004) e, finalmente, *La contre-démocratie: la politique à l’âge de la défiance* (2006), podemos observar uma mutação no objeto do autor. Nesta mudança, o ponto principal eram as redes de desconfiança, protesto, assim como a perda progressiva da legitimidade da representação eleitoral e o crescimento do número de apelos ao poder judiciário (ROSANVALLON 2004; 2006). Com a mudança no objeto, o autor mudou o tipo de fontes utilizadas: manifestos populares, abaixo-assinados, processos judiciais, matérias na imprensa etc. Importava ver as formas como a “tradição francesa de resistência ao poder e ao Estado” lutava no cotidiano com as ideias de que o poder do Estado era o único representativo da soberania do povo.

Rosanvallon chamou de “jacobina” a tradição que insistia nos tradicionais modelos de representação e de soberania una do povo. Entretanto, o interesse centrou-se nas esferas de resistência chamadas de “*contre-démocratie*”. Chegou a afirmar que foi uma dimensão não percebida por Alexis de Tocqueville,

⁹ Estou operando com uma distinção entre um republicanismo radical (jacobino) e um republicanismo moderado de origem termidoriana. A questão do sufrágio universal masculino alfabetizado e a intervenção do Estado na economia fazem parte da versão radical ao passo que o voto censitário e a livre iniciativa são representativas da versão mais moderada, tendo em vista a sociedade burguesa do século XIX.

preocupado que estava com o aumento das atribuições do Estado na França do século XIX, especialmente na *Démocratie en Amérique* (1840). Os poderes intermediários perdidos com a Centralização Administrativa Bourbon e revolucionária – um tema frequente na tradição liberal aristocrática de Montesquieu, Madame de Stäel e Tocqueville – estariam, na verdade, presentes na sociedade, todavia não foram percebidos.

Os conceitos de “*peuple-juge*”, “*peuple-véto*” e de soberania negativa do povo permitiram a Rosanvallon desenvolver – em sua investigação do “político” – um modelo alternativo às visões críticas sobre a democracia contemporânea, que insistiam no absenteísmo eleitoral, por exemplo. Como afirmamos acima, a instância do “político”, encontrada nas disputas estudadas pelo autor, nos dois conjuntos de publicações, pode ser pensado como um regulador democrático diferente. Algo que os teóricos da política precisam conhecer para compreender as sociedades atuais.

Gauchet e a Antropossociologia transcendental

Gauchet definiu o seu projeto como sendo de ordem filosófica. Este tentou registrar a condição histórica e política do homem contemporâneo indicando a importância do resgate de uma dimensão simbólica na democracia – o “político” – que evitava os excessos do isolamento, do privatismo e do individualismo (GAUCHET 2003; 2005).

Três artigos escritos na década de 1970, de Marcel Gauchet, nos ajudaram a demonstrar os principais objetivos presentes em sua trajetória intelectual.¹⁰ Nestes, foi explicitada a importância da pesquisa etnográfica de Pierre Clastres, em *A sociedade contra o Estado*, tornando-se uma referência essencial ao pensamento de Gauchet. Em uma geração intelectual marcada pela presença do marxismo e pela crise de confiança em torno do socialismo soviético, cabia perguntar o que dera errado nas promessas de libertação humana.

Para Gauchet, o marxismo tinha a mesma ilusão presente no totalitarismo, ou seja, a possibilidade de eliminar os conflitos da sociedade, abolindo as diferenças (GAUCHET 2005). A ideia de uma sociedade una que substituísse as divisões sociais representadas pela luta de classes. Para Gauchet, o Estado totalitário foi uma tentativa de negar Marx ao mesmo tempo em que concordava com a unidade social possível a partir da submissão ao poder central. O que os trabalhos de Clastres permitiriam seria a percepção de um paradigma distinto: uma sociedade em que as divisões existentes não criavam uma desigualdade política interna. A presença de um poder sobrenatural representado por uma tradição imemorial impedia a inauguração de outro poder de tipo terreno. E mais do que isto, a submissão a esta autoridade externa e invisível mantinha uma dimensão simbólica que demarcava a origem, o funcionamento e a manutenção da sociedade. E para tal a contribuição de todo o grupo era fundamental.

177

¹⁰ São eles: “La dette du sens et racines de l’État. Politique de la religion primitive”, “Politique et société: la leçon des sauvages”, “L’Expérience totalitaire et la pensée de la politique”. Todos presentes em GAUCHET 2005.

Havia algo que mantinha os homens unidos a despeito de suas diferenças: era a religião "primitiva". Esta instância garantia o presente e a sobrevivência no futuro, uma vez que obrigava aos homens agirem em concerto (GAUCHET 2005). O que é curioso na leitura que Gauchet fez de Clastres era a visão deste como um anti-Marx, devido à rejeição da tese de uma futura sociedade sem divisões. O antropólogo francês teria criado uma crítica eficaz ao marxismo por intermédio de seus trabalhos de campo (GAUCHET 2003, p. 29-31).

O ponto, no entanto, não era a negação do marxismo e sim a do totalitarismo: um Estado que tentava monopolizar a representação simbólica que mantém a sociedade em conjunto. E isto significava, mesmo em se tratando da democracia contemporânea, a diminuição crescente – ou a abolição – das atividades que os agentes poderiam realizar reunidos a despeito do funcionamento e da chancela do Estado.

Resumindo, os artigos "fundadores" de Gauchet apontaram para uma mesma problemática que atingiu o totalitarismo e a democracia posterior à Guerra Fria (em tempos de globalização). Tal problemática se compõe de uma questão filosófica inicial, o abandono do referencial sobrenatural religioso em defesa de uma crescente secularização provocou o "desencantamento do mundo" (Weber), chamada por Gauchet de "saída da religião"; a questão filosófica vem acompanhada de um problema político essencial: a secularização criou um Estado que passou a incorporar a dimensão simbólica da religião – inicialmente como intermediário. No entanto, este Estado inicial foi sendo substituído, à medida que a sociedade democrática se desenvolvia, por uma instância garantidora dos direitos individuais (GAUCHET 1985; 2009a; 2009b). O individualismo e a submissão da política aos direitos individuais passaram a representar a vitória de um certo liberalismo do século XIX e da democracia contemporânea. Todavia criaram ou representaram um conjunto de hábitos estranhos – para dizer o mínimo – a algumas ideias de democracia presentes na tradição ocidental. O absentéismo e a despolitização que alargam o fosso entre o Estado e a sociedade civil são exemplos. O "viver em conjunto" se escondia e as perspectivas de progresso e de futuro pareciam dar lugar a uma imagem congelada representada pelo direito e pelo mercado (GAUCHET 2005, p. 9-10).

Isto que os cidadãos tão voluntariamente aceitam nesta entronização-restauração da independência do foro privado é a promoção da postura do espectador ou do analista ao invés daquela do ator ou do militante (GAUCHET 1995, p. 38-39, tradução nossa).¹¹

Definia-se assim um programa de pesquisa que partindo das relações entre política e religião, estabelecia uma tipologia que contém as sociedades sem Estado de Clastres, os Estados da modernidade ainda ligados a um poder religioso e a sociedade posterior a 1780, cada vez mais secularizada. Esta era a chave de *Le désenchantement du monde* (1985).

¹¹ No original: "Ce que les citoyens ont si volontiers épousé dans cette intronisation-restauration de l'indépendance du for prive, c'est la promotion de la posture du spectateur ou de l'analyste de celle de l'acteur ou du militant".

A seguir, Gauchet realizou uma série de trabalhos sobre a Revolução Francesa e o pensamento político do século XIX (etapa também presente na trajetória de Pierre Rosanvallon e igualmente ligada a Aron, Lefort, Furet e ao Institute Raymond Aron): *La révolution des droits de l'homme* (1989), *La révolution des pouvoirs* (1995) e uma série de artigos sobre Benjamin Constant, Alexis de Tocqueville e a Revolução Francesa. Nesta fase, o recurso constante a um estudo da política preocupado com os discursos, com as recepções e com as práticas efetivas da democracia francesa, especialmente no período de construção da sociedade oriunda de 1789, levou o autor a se utilizar de uma metodologia próxima a de Rosanvallon e Pocock, ou seja, um contextualismo das linguagens e conceitos da política interessado nas leituras e releituras de longo prazo.¹²

No século XXI, com uma forte proximidade com a temática de Rosanvallon, Gauchet passou a estudar as aporias e conflitos da democracia contemporânea. A conjunção de seus estudos sobre a "saída da religião" e sobre a política no século XIX desembocaram em um estudo sobre a democracia, o regime representativo, os direitos individuais e o mercado contemporâneos. Dentre estes temos: *L'avènement de la démocratie* (2007) e *La démocratie, d'une crise à l'autre* (2007). Nesta fase, Gauchet desenvolveu o argumento de seu livro sobre a "saída da religião" no sentido de lidar com suas visões sobre a democracia atual. Em uma aula na *École de Hautes Études*, chamada "Les voies du néolibéralisme", o autor tratou da passagem da heteronomia à autonomia. Na verdade, uma maneira diferente de definir a experiência de "desencantamento". A política, o direito e a história foram, gradativamente, ocupando o lugar antes ocupado pela religião. O mundo "da autonomia" voltava-se para o futuro – o progresso – e trazia em si uma distinção em relação ao poder. A primazia passou à sociedade, aos prazeres e problemas individuais (GAUCHET 2008; 2009a; 2009b). Em *La démocratie contre elle-même* (2008), falou em uma mudança importante: a preocupação com a organização do Estado, comum desde 1945, foi substituída pela independência das partes (GAUCHET 2009a; 2009b).

O "político" em Gauchet referia-se, como já tivemos a oportunidade de dizer, a esta dimensão simbólica na sociedade que obriga o contato, à conciliação ainda que temporária dos interesses, visando à ação conjunta. Algo que entre os "selvagens" de Clastres era garantido pelos deuses. Cumpre agora que a democracia secular e individualista de nosso tempo construa alguma dimensão alternativa que não seja o Estado centralizado, mesmo por que este pode funcionar sem a existência de ação conjunta. Aqui o projeto historiográfico de Gauchet assume o caráter propositivo próprio de uma filosofia política: ajudar os cidadãos a questionar o seu mundo e pensar em reformá-lo. E, principalmente, compreender a importância da política e do "político" para a construção de um futuro melhor:

¹² Há uma outra etapa das pesquisas de Gauchet ligadas à psicanálise que talvez corroborem sua ideia freudiana de que não há unidade mesmo no homem (indivíduo) devido à ação das pulsões: Cf. GAUCHET 1980; 1992; 1997.

“Eu creio que este problema de identificação do político e do lugar que ele ocupa em nossas sociedades é o problema mais profundo colocado para a filosofia política hoje” (GAUCHET 2005, p. 518, tradução nossa).¹³

Como já dissemos, a esfera do “político” em Marcel Gauchet pode ser entendida como uma espécie de utopia. Ela informa um modelo ideal de sociedade em que a ação conjunta existe, apesar das divisões sociais. Os nativos de Pierre Clastres deram a Gauchet a imagem de uma sociedade em que a religião funciona como um poder exterior à sociedade, um simbolismo que estabelece e regula o funcionamento social. Algo que deveria ter existido na civilização ocidental e que, uma vez substituído, não se pensou na importância desta instância simbólica de instituição social. Neste sentido, a medida crítica representada pela utopia possibilita a reflexão sobre uma alternativa secular e democrática que leve em conta as exigências de uma sociedade livre e pluralista.

Conclusão

Christian Lynch, em seu artigo introdutório à edição brasileira de um livro de Rosanvallon, afirma que este autor discorda dos diagnósticos de Gauchet sobre a democracia:

Para ele [Rosanvallon], a democracia não experimentaria qualquer crise nos dias de hoje – ao contrário, a crise seria da teoria política tradicional, a qual não teria se dado conta do caráter permanentemente aberto daquela forma político-social e por isso teria perdido a capacidade de dar conta das transformações por ela sofrida nas últimas décadas (LYNCH 2010, p. 30).

180

O comentário é pertinente, pois diz respeito aos estudos da segunda fase da investigação do “político” em Rosanvallon: o referido “universo da desconfiança” (a “contrademocracia”). Temos, todavia, dificuldades em aceitar esta afirmação de otimismo de Rosanvallon em relação a esta nova forma de soberania do povo: uma soberania negativa. Olhamos um pequeno conjunto de entrevistas em revistas e jornais (franceses e estrangeiros) do autor à época do lançamento do livro da *contre-démocratie*, em 2006. Atendendo a perguntas diretas, Rosanvallon tem que lidar com o distanciamento entre governantes e governados, com as críticas excessivas à democracia, com o populismo, com a globalização, entendida como um conjunto de regras estabelecidas à revelia dos cidadãos etc. Nestas, aparece uma grande ambiguidade, que reconhece as crises e tensões, mas insiste em ressaltar os “poderes intermediários” em ação. Reconhece a decepção com o mau funcionamento de antigos ideais democráticos e fala do mesmo problema tratado por Gauchet em *La démocratie contre elle-même*: a dificuldade de conciliação entre os ideais de autonomia pessoal (em uma sociedade pluralista) e a ideia de que o poder social deva fiscalizar as ações dos homens.

¹³ No original: “Je crois que ce problème de l’identification du politique et de la place qu’il occupe dans nos sociétés est le problème le plus profond posé à la philosophie politique aujourd’hui”.

Há, realmente, uma visão menos pessimista: “Eu me inscrevo entre aqueles que negam as críticas usuais de despolitização e crescimento individualista” (ROSANVALLON 2006c). Todavia ficamos sem saber se o “político” investigado nas relações entre os homens e grupos é uma instância real que ajuda a regular o corpo social ou, como em Gauchet, uma utopia usada para instigar os homens à ação. Sendo que aqui se elogia aspectos reais, mas não muito relevantes, para estimulá-los e torná-los mais eficazes. Neste momento, enquanto aguardamos a oportunidade de continuar a leitura dos últimos trabalhos dos dois autores – alguns já publicados – optamos pela hipótese de uma utopia retórica na argumentação de Rosanvallon sobre a democracia.

Por outro lado, apesar das diferenças de abordagem e método, Rosanvallon e Gauchet parecem estar inseridos nesta dupla trajetória: acadêmica e política. O recurso ao “político”, segundo a leitura aqui proposta, permite um alargamento da noção de história política (caro aos *Annales*) e, também, uma colaboração para o interessante debate sobre a cidadania contemporânea. Isto permite incluir seus projetos em uma história dos conceitos que se preocupa com os usos e modificações registrados em um conceito ao longo do tempo. E, da mesma forma, levar em conta como os diferentes atores-autores fizeram suas modificações ao enfrentar as questões sociais de seu tempo.

Referências bibliográficas

- ARON, Raymond. Idées politiques et vision historique de Tocqueville. **Révue Française de Science Politique**, 1960, 10(3), p. 509-526.
- _____. **Dezoito lições sobre a sociedade industrial**. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: Ed. UnB, 1981.
- _____. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: Ed. UnB, 1990a.
- _____. Alexis de Tocqueville y Carlos Marx. In:_____. **Ensayo sobre las libertades**. Madrid: Alianza, 1990b.
- BAKER, Keith Michael. Introduction. In:_____. (ed.). **The French revolution and the creation of modern political culture**. Vol. 1: The political culture of the old regime. Oxford: Pergamon Press, 1991.
- BERLIN, Isaiah. Dois conceitos de Liberdade. In:_____. **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Brasília: Ed. UnB, 1981.
- CLASTRES, Pierre. La question du pouvoir dans les sociétés primitives. **Interrogations**, mars de 1976.
- _____. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- DE CERTEAU, Michael. A formalidade das práticas. In:_____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- _____. **A invenção do cotidiano**. Vol. 1: as artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

- FOUCAULT, Michel. **Naissance de la biopolitique**. Paris: EHESS; Gallimard; Seuil, 1978-1979.
- FURET, François. **Pensar a revolução francesa**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- _____. **A revolução em debate**. Bauru: Edusc, 2001.
- GAUCHET, Marcel. **Le désenchantement du monde**. Paris: Gallimard, 1985.
- _____. **L'Inconscient cérébral**. Paris: Éditions du Seuil, 1992.
- _____. **La révolution des pouvoirs**. Paris: Gallimard, 1995.
- _____. **La religion dans le démocratie**. Paris: Gallimard, 1998.
- _____. **La condition historique**. Paris: Seuil, 2003.
- _____. **La condition politique**. Paris: Gallimard, 2005.
- _____. Les voies du neoliberalisme (II). Séance inaugurale 2008-2009. EHESS. Disponível em: <http://gauchet.blogspot.com/>.
- _____. **A democracia contra ela mesma**. São Paulo: Radical Livros, 2009a.
- _____. Crise econômica et crise démocratique: trois questions à Marcel Gauchet. Institute d'Études Politiques, Strassbourg, 16 avril 2009b. Disponível em: <http://gauchet.blogspot.com/>.
- _____; SWAIN, Gladys. **La pratique de l'Esprit Humain**. Paris: Gallimard, 1980.
- _____. **Le vrai charcot**: les chemins imprévus de l'inconscient. Paris: Calmann-Lévy, 1997.
- LEFORT, Claude. **Essais sur le politique XIX^e-XX^e siècles**. Paris: Seuil, 1986.
- _____. **Desafios da escrita política**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- LYNCH, Christian E. C. A democracia como problema: Pierre Rosanvallon e a Escola Francesa do Político. In: ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 9-35.
- POCOCK, John. Virtues, rights, manners: a model for historians of political thought. In:_____. **Virtue, commerce, and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985
- ROSANVALLON, Pierre. **Le moment Guizot**. Paris: Gallimard, 1985.
- _____. L'histoire du mot démocratie à l'époque moderne. In: GAUCHET, Marcel; MANENT, Pierre; ROSANVALLON, Pierre (dir.). **La pensée politique**. Vol.1: Situations de la Démocratie. Paris: EHESS; Gallimard; Seuil, 1993.
- _____. Por uma história conceitual do político. **História** (Universidade Estadual Paulista), 1996, vol. 15: 27-39.
- _____. **Le capitalisme utopique**: histoire de l'idée de marché. Paris: Seuil, 1999.
- _____. Toward a philosophical history of the political. In: CASTIGLIONE, D.; HAMPSHER-MONK, J. (eds.). **The history of political thought in national context**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

- _____. **Pour une histoire conceptuelle du politique.** Paris: Seuil, 2003.
- _____. Histoire Moderne et Contemporaine du Politique. Cours: Le Désenchantement de la Démocratie. **L'Annuaire du Collège de France**, 2003-2004. Disponível em: http://www.college-de-france.fr/media/pierre-rosanvallon/UPL28728_UPL9834_res0304rosanvallon.pdf.
- _____. Les chemins de la démocratie et le cas français. In: _____. **Le modèle politique français: la société civile contre le jacobinisme de 1789 à nos jours.** Paris: Seuil, 2004.
- _____. Itinéraire et rôle de l'intellectuel. **Revista de libros.** Madrid, 28 septembre, 2006a.
- _____. Introduction. In: _____. **La contre-démocratie: la politique à l'âge de la défiance.** Paris : Seuil, 2006b.
- _____. La contre-démocratie et ses dangers. **Le soir** (Belgique), 30 oct., 2006c.
- _____. Le malaise de la démocratie française. **Enjeux: les echos**, 2 décembre, 2006d.
- _____. Les problèmes de la démocratie: histoire et présente. **Révue Malpensante**, 20 septembre, 2006e.
- _____. La desconfianza es una virtud cívica. **La nación** (Argentine), 30 septembre, 2007.
- _____. Histoire moderne et contemporaine du politique. Cours: Les voies nouvelles de la souveraineté du peuple. **L'Annuaire du Collège de France**, 2008-2009. Disponível em: http://www.college-de-france.fr/media/pierre-rosanvallon/UPL10986_rosanvallon_cours0506.pdf.

Lionel Lincoln* de James Fenimore Cooper: apropriações literárias na prosa romanesca norte-americana da primeira metade do século XIX

James Fenimore Cooper's *Lionel Lincoln*: literary appropriations in nineteenth century North American romance prose

Renata Dal Sasso Freitas

renatadsf@gmail.com

Doutora

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rua Casemiro de Abreu, 1668/401

90420-000 – Porto Alegre – RS

Brasil

Resumo

Em 1824, o romancista nova-iorquino James Fenimore Cooper empreendeu uma viagem de pesquisa até a cidade de Boston, Massachusetts, para escrever o romance histórico *Lionel Lincoln*. A intenção inicial do autor era publicar uma série de treze romances, cada um ambientado nas treze colônias que deram origem aos Estados Unidos da América durante os eventos da Guerra de Independência (1775-1783) intitulada *Legends of the thirteen republics*. No entanto, o fracasso desta obra sepultou a ideia e *Lionel Lincoln* ficou sendo o único de seus trabalhos que Cooper considera uma "obra histórica". Apesar de não ter feito sucesso de crítica ou público, *Lionel Lincoln* não deixa de ser um exercício em gênero que ainda não tinha muitos adeptos no continente americano e que mostra a apropriação de diversos tipos de narrativa por parte de seu autor, sobretudo o romance gótico e relatos de campanhas militares. O objetivo deste trabalho é analisar essas apropriações tendo em vista o estabelecimento de uma forma de prosa romanesca que ainda estava em desenvolvimento no início do século XIX.

184

Palavras-chave

Romance histórico; Literatura; James Fenimore Cooper.

Abstract

In 1824, the novelist James Fenimore Cooper set out on a research travel to the city of Boston, Massachusetts, so that he could write the historical novel *Lionel Lincoln*. The author's initial intention was to publish a series of thirteen novels, each one with the setting of one of the thirteen original colonies of the United States of America during the events of the War of Independence (1775-1783), entitled *Legends of the thirteen republics*. However, the failure of this particular work buried the idea, and *Lionel Lincoln* was left as the only one of the author's works to be considered by Cooper himself as a "historical work". Despite it not being a success - it neither found an audience, nor critical acclaim - *Lionel Lincoln* is an exercise in a literary genre that still did not have many practitioners in the American continent, and shows the appropriations of multiple kinds of narratives by its author, especially the Gothic romance and accounts of military campaigns. The aim of this article is to analyze some of these appropriations as they relate to the establishment of a form of novelistic prose that was still in development in the nineteenth century.

Keywords

Historical novel; Literature; James Fenimore Cooper.

Enviado em: 21/10/2011

Aprovado em: 2/4/2012

* Este trabalho faz parte da tese de doutorado da autora, com apoio financeiro da CAPES.

Em 1824, o norte-americano James Fenimore Cooper, que iniciava sua carreira de romancista, empreendeu uma viagem de pesquisa a Boston para escrever o que seria a primeira obra de uma série de treze romances históricos ambientados na Guerra de Independência dos Estados Unidos (1775-1783) intitulada *Legends of the thirteen republics*. O romance em questão, *Lionel Lincoln, or the leaguer of Boston*, foi publicado entre o final de 1824 e o início de 1825. Apesar de suas descrições das batalhas de Lexington, Concord e de Bunker Hill serem recebidas com entusiasmo pela crítica e pelos leitores norte-americanos, o romance apresentava uma série de problemas de execução e de enredo, como veremos mais adiante. Cooper acabou desistindo de sua ideia original, vindo a publicar, no ano seguinte, a obra pela qual ficou mais conhecido: *The last of the mohicans*, que se passa no período colonial, no interior do estado de Nova York.

Apesar de sempre situar seus romances em períodos específicos da história norte-americana desde a publicação de *The spy*, em 1821, Cooper considerou Lionel Lincoln como sua única tentativa de escrever um "romance histórico" seguindo o escocês Sir Walter Scott e seu modelar *Waverley* (1814). Contudo, em *Lionel Lincoln*, Cooper empreendeu apropriações de outros tipos de narrativas que se refletem em seu enredo. Essas apropriações são tanto de outros gêneros de prosa romanesca – como o romance gótico aos moldes de Ann Radcliffe – quanto de relatos das batalhas iniciais da Guerra de Independência publicados sobretudo nas primeiras décadas do século XIX, na forma de panfletos, como é o caso do relato de Henry Deaborn e seu *An account of the battles of Bunker Hill*, ou de simples testemunhos daqueles eventos, como o *Historical and topographical sketch of the Battle of Bunker Hill* de Samuel Swett. O objetivo do presente trabalho é analisar como Cooper se apropria desses diferentes textos em sua tentativa de escrever um romance histórico o mais verossimilhante possível e que contribuições esse fracasso editorial pode dar para a compreensão do estabelecimento da prosa romanesca histórica nos Estados Unidos do início dos Oitocentos.

185

Um romancista e o romance histórico americano

James Fenimore Cooper nasceu em Burlington, Nova Jersey, em 1789, filho de um especulador de terras que mais tarde viria a fundar o vilarejo de Cooperstown, Nova York, onde o romancista cresceu. William Cooper era membro do partido Federalista, ativamente envolvido nas campanhas de John Jay para governador de Nova York, estabelecendo uma amizade com esse *founding father*.¹ A exemplo deste e com pretensões de ver seu filho mais novo tornar-se advogado, o juiz Cooper mandou o jovem James primeiro para Albany e depois para a Universidade de Yale, em Connecticut, juntamente com o filho de Jay, William, de onde foi expulso dois anos mais tarde. A alternativa encontrada

¹ John Jay (1745-1829) serviu como delegado nos dois primeiros Congressos Continentais, inicialmente buscando reconciliação com a Grã-Bretanha. Foi eleito para o Congresso Provincial – uma instituição rebelde que só durou dois anos – onde escreveu a Constituição do Estado de Nova York em 1777. Foi presidente do Congresso Continental entre 1778-1779 e embaixador das colônias na Espanha e França. Depois de terminada a guerra, uniu-se com James Madison e Alexander Hamilton no Partido Federalista, com quem publicou os *Federalist papers* de 1788, durante as negociações para a outorgação da constituição dos Estados Unidos. Foi governador de Nova York entre 1795 e 1801, recusando candidatar-se a reeleição.

foi uma carreira na marinha mercante nos primeiros anos da década de 1800. Em 1810, Fenimore Cooper mudou novamente de ocupação, casando-se com Susan DeLancey, de uma família de proeminência política no estado de Nova York, mas que havia tido seus bens confiscados depois da independência por conta de sua lealdade à Coroa. Cooper tornou-se proprietário de terras em Westchester e, quando seus pais e irmãos mais velhos faleceram, ficou encarregado de administrar os negócios (e as dívidas) da família. Investiu em uma variedade de negócios – inclusive na indústria baleeira – e, em 1820, decidiu que um modo interessante de obter algum dinheiro poderia ser através de seus escritos. Demoraria quase uma década, mas Cooper tornou-se o primeiro escritor profissional dos Estados Unidos.

Pelas cartas de Cooper ao seu primeiro editor, Andrew T. Goodrich, fica evidente que a escrita dos romances começou como uma distração em momentos de doença na família. *Precaution* teria sido escrito durante um período de convalescença de Susan; *The spy*, durante o período de enfermidade de uma de suas filhas. As preocupações programáticas em relação ao aspecto “nacional” de *The spy* ficam claras em uma carta a Goodrich de 20 de junho de 1820.

I confess I am more partial to this new work myself as being a Country man and perhaps a younger child – it will not be done however these three months at least as I propose making it somewhat longer than the last – the task of making American Manners and American scenes interesting to an American reader is an arduous one – I am unable to say whether I shall succeed or not – but my wife, who is an excellent judge in every thing but her partiality flatters me with very brilliant success [...] (BEARD 1968, p. 44).²

186

Ao mesmo tempo em que escrevia *The spy*, Cooper contribuiu à *The literary and scientific repository, and critical review* editada por um de seus companheiros na marinha, Charles K. Gardiner, inicialmente publicando críticas de obras cuja experiência como marinheiro e proprietário possibilitavam sua avaliação das mesmas; são os casos da *Naval history of the United States* de Thomas Clark, em julho de 1820 e *An account of the Arctic Region* de William Scoresby, de julho de 1821. No entanto, relevante para se ter uma ideia dos conceitos de Cooper sobre a escrita literária e, principalmente, sobre a escrita literária nos Estados Unidos, é a crítica ao romance *A New-England tale, or sketches of New-England character and manners* de Catharine Maria Sedgwick³ publicada no volume IV do *Repository*, em maio de 1822. Nessa resenha, Cooper primeiramente discorre sobre o estado da produção literária norte-americana no que diz respeito ao seu uso de temáticas “nacionais”:

² Confesso que sou mais parcial em relação a esse novo trabalho, na medida em que ele é um homem do país e talvez um filho mais novo – não o terminarei, no entanto, por pelo menos esses três meses já que pretendo que ele seja mais longo do que o último. A tarefa de transformar costumes americanos e cenas americanas interessantes a um leitor americano é árdua – eu não posso dizer se vou ter sucesso ou não – mas minha esposa, que é uma excelente avaliadora em todas as coisas, exceto sua parcialidade, me lisonjeia com êxito brilhante [...] (tradução nossa).

³ Catharine Maria Sedgwick (1789-1867) publicou nove romances durante sua carreira literária, sendo o primeiro deles *A New-England tale*, de 1822, sobre uma órfã que vai morar com a tia opressivamente calvinista em Massachusetts. A opressão religiosa exercida por puritanos na região é uma das temáticas

Of books that profess to illustrate American society and manners, we have never met with one which so perfectly and agreeably accomplishes the design, to a certain extent, as the little volume before us. Our political institutions, the state of learning among us, and the influence of religion upon the national character, have been often discussed and displayed; but our domestic manners, the social and the moral influences, which operate in retirement, and in common intercourse, and the multitude of local peculiarities, which form our distinctive features upon the many peoples earth, have very seldom been happily exhibited in our literature. It is true, that Mr. Washington Irving, in his *Knickerbocker*, *Rip Van Winkle*, and the legend of *sleepy Hollow*, has given, in inimitable burlesque, very natural, just, and picturesque views of one class of people in the land; but they are all ludicrous subjects, and do little towards forming a history of the diversities of passion, sentiment and behaviour, as they are manifest in any of our little communities, detached, as it were, from the great world (COOPER 1955, p. 97).⁴

O romancista nova-iorquino também prescreve, neste texto, qual exatamente é o papel do escritor de ficção perante seu ofício, que Cooper define como “verdadeiros historiadores” a partir da definição de Henry Fielding:

Any future collector of our national tales, would do well to snatch these from oblivion, and to give them that place among the memorials of other days, which is due to the early and authentic historians of a country. We say historians – we do not mean to rank the writers of these tales, among the recorder of statutes, and battles, and party chronicles; but among those true historians which Dr. Moore says, are wanting, to give us a just notions of what manner of men the ancient Greeks were, in their domestic affections, and retired deportment; and with whom Fielding classes himself, nearly in these words: “Those dignified authors who produce what are called true histories, are indeed writers of fictions, while I am a true historian, a describer of society as it exists, and of men as they are”. An historian of this sort, is the author of the New-England tale, whomsoever he or she may be: a person of fine feelings, and of fine observation, skilled in interpreting motives of action, well acquainted with that true moral philosophy, which has ascertained much of the natural influences of habit, example, and education upon the formation of character, and with this knowledge, possessing that delicacy of discernment, which produces felicity of manner in literary composition, and is, in fact, a combination of generous sentiments, wide intelligence, and enlightened taste; and which, when applied to literature, communicates whatever it perceives or enjoys with a gracefulness, sensibility, and simplicity, that vanity mediocrity, and self-assumption, never can attain (COOPER 1955, p. 97-98).⁵

187

mais exploradas por Sedwick em seus romances. Seu romance mais conhecido é *Hope Leslie*, em 1827, ambientando na Massachusetts de 1643 e que retrata o conflito entre indígenas e colonos britânicos. Sedgwick era amplamente reconhecida em seu tempo, mas acabou na obscuridade ao final do século XIX, sendo recuperada pela crítica no século XX.

⁴ Dos livros que professam ilustrar a sociedade e os costumes americanos, nós nunca encontramos com um tão que tão perfeita e agradavelmente alcança esta meta, até certo ponto, do que o pequeno volume em nossa frente. Nossas instituições políticas, o estado da nossa educação, e a influência da religião sobre o caráter nacional têm sido frequentemente discutidos e demonstrados, mas as influências morais e sociais, que operam separadamente e em relações uma com a outra, e a multidão de peculiaridades locais, que formam nossas características distintas perante os muitos povos do mundo têm sido raramente exibidas com sucesso na nossa literatura. É verdade que o Sr. Washington Irving, em seu *Knickerbocker*, *Rip Van Winkle* e a *Lenda do cavaleiro sem cabeça* tem dado, em burlesco inimitável, visões muito naturais, justas e pitorescas de uma classe de gente do país; mas eles são todos objetos ridículos e pouco servem para formar uma história da diversidade de paixões, sentimento e comportamento tais como se manifestam em qualquer de nossas pequenas comunidades, separadas, por assim dizer, do grande mundo. (tradução nossa)

⁵ Qualquer futuro colecionador de nossas histórias nacionais fará bem em tirá-las do esquecimento e dar a elas aquele lugar entre as memórias de outros tempos, o que cabe aos primeiros e autênticos historiadores de um país. Ao dizer historiadores – não estamos colocando os escritores dessas histórias ao lado daqueles

Em outros textos ao longo de sua carreira, o romancista norte-americano também salienta as diferenças entre historiadores e romancistas. No prefácio à primeira edição de *The pilot*, de 1823, Cooper determina que os privilégios dos historiadores e dos escritores de romances são diferentes e que ambos devem respeitar os direitos que cabem a cada um:

The latter is permitted to garnish a probable fiction, while he is sternly prohibited from dwelling on improbable truths; but it is the duty of the former to record facts as they have occurred without a reference to consequences, resting his reputation on a firm foundation of realities, and vindicating his integrity by his authorities (COOPER 1823, p. V).⁶

Essa divisão entre o que Cooper considera o ofício do historiador – registrar, compilar, reunir – e o que ele acha que cabe ao autor de ficções remonta à ideia de Walter Scott de que ele não escrevia sobre história, mas sim sobre homens. Escrever sobre homens, tanto no entender de Scott quanto no de seus seguidores, significa mostrar a heterogeneidade das vivências de diferentes tipos sociais em meio às suas circunstâncias. A preocupação de Cooper em retratar a diversidade de sentimentos, crenças e comportamentos do povo americano – como ele afirma na resenha de *A New England tale* – refletir-se-á em seu didatismo ao compor os personagens de seus primeiros romances. Nas obras ambientadas durante a Guerra de Independência, as lealdades de seus heróis e heroínas sempre se dividem entre a Coroa e a América nos mais variados graus: há personagens ambivalentes e aqueles que sacrificam tudo por seus ideais, como no caso da família Wharton de *The spy*; os jovens se dividem em oficiais de ambos os exércitos e suas noivas e o Sr. Wharton permanece em estado de conveniente neutralidade. Em *The pioneers*, de 1823, o foco de Cooper está em retratar o ambiente etnicamente diverso que era a fronteira de Nova York no final do século XVIII e como isso afetava o convívio de nativos, negros, colonos franceses e alemães e as primeiras gerações de americanos.

A percepção da Guerra de Independência como uma guerra civil é um reflexo da adoção por parte de Cooper da compreensão de Sir Walter Scott de romance histórico. Definidos por Georg Lukács como uma continuação do romance social realista europeu do século XVIII no contexto das transformações ocorridas na

188

que registram estatutos e batalhas e crônicas partidárias; mas sim entre aqueles verdadeiros historiadores, os quais Dr. Moore diz que estão faltando para dar-nos uma noção justa de que espécie de homens eram os gregos antigos em suas afetações domésticas e porte reservado; e com os quais Fielding se identifica, quase nestas palavras: “aqueles autores dignos que produzem que são chamadas de verdadeiras histórias são, na verdade, os autores de ficção, logo sou um verdadeiro historiador, que descreve a sociedade como ela existe e nós homens como eles são”.

Tal qual um historiador desse tipo é o autor do *New-England tale*, quem quer que seja que ele ou ela seja; uma pessoa de bons sentimentos e de boa observação, habilidosa em interpretar motivos para ação, familiarizada com aquela verdadeira filosofia moral, que tem verificado muitas das influências naturais do hábito, exemplo e educação sobre a formação do caráter e, com esse conhecimento, possuindo aquela delicadeza que é o discernimento, produziu formas apropriadas em composição literária e é, de fato, uma combinação de sentimentos generosos, larga inteligência e gosto bem apurado; e os quais quando aplicado à literatura, comunica qualquer coisa que perceba ou aprecia com uma graça, sensibilidade e simplicidade que a vaidade medíocre e autopresunção nunca poderão atingir (tradução nossa).

⁶ Ao último é permitido enfeitar uma provável ficção, enquanto está seriamente proibido de se deter sobre improváveis verdades; mas é dever do primeiro registrar os fatos como eles aconteceram sem uma referência às consequências, deixando sua reputação sobre uma fundação firme de realidades e sustentando sua integridade através de suas autoridades (tradução nossa).

Europa subsequentes à Revolução Francesa, os romances de Scott tem como seu maior trunfo – segundo o crítico húngaro – a personificação de tipos sócio-históricos específicos. Ao tratar das ambivalências de Edward Waverley, personagem do romance ambientado na insurreição jacobita de 1745, Lukács afirma:

Waverley is an English country squire from a family which is pro-Stuart, but which does no more than quietly sympathize in a politically ineffective fashion. During his stay in Scotland as an English officer, Waverley, as a result of personal friendships and love entanglements, enters the camp of the rebellious Stuart supporters. As a result of his old family connections and the uncertain nature of his participation in the uprising, which allows him to fight bravely, but never become fanatically partisan, his relations with the Hanoverian side are sustained. In this way Waverley's fortunes create a plot which not only gives us a pragmatic picture of the struggle on both sides, but brings us humanly close to the important representatives of either side.

[...] In the first place Scott's conception of English history is, as we have seen, that of a 'middle course' asserting itself through the struggle of extremes. The central figures of the Waverley type represent for Scott the age-old steadfastness of English development amidst the most terrible crises. In the second place, however, Scott, the great realist, recognizes that no civil war in history has been so violent as to turn the entire population without exception into fanatical partisans of one or other of the contending camps. Large sections of people have always stood between the camps with fluctuating sympathies now for this side, now for the other. And these fluctuating sympathies have often played a decisive role in the actual outcome of the crisis. In addition, the daily life of the nation still goes on amidst the most terrible war. It has to go on in the sheer economic sense that if it does not, the nation will starve and perish. But it also goes on in every other respect, and this continuation of daily life is an important foundation of the continuity of cultural development (LUKÁCS 1983, p. 37).⁷

189

No que tange à obra de Cooper, Lukács relaciona especificamente os *Leatherstocking tales* com os romances de Scott relacionando os heróis do escocês com o protagonista Natty Bumppo. Comparando os dois autores, o crítico húngaro afirma que Cooper colocou um tema importante da prosa de Scott no centro de seus livros: a decadência da sociedade gentia, o que na história do continente americano significa a destruição moral e física dos povos indígenas. Em meio a este conflito, encontra-se Natty Bumppo, o personagem

⁷ Waverley é um fidalgo inglês de uma família que é pró-Stuart, mas que não faz nada mais do que silenciosamente simpatizar de forma ineficaz politicamente. Durante sua estada na Escócia como um oficial inglês, Waverley, como resultado de amizades pessoais e envolvimento amoroso entra o campo dos apoiadores rebeldes dos Stuart. Como resultado de suas antigas relações familiares e da natureza incerta de sua participação no levante, o que o permite lutar bravamente, mas nunca se tornar fanaticamente partidário, seu elo com o lado Hanoveriano é mantido. Dessa forma, a fortuna de Waverley cria um enredo que não só nos dá uma visão pragmática do conflito de ambos os lados, mas nos leva humanamente perto aos representantes importantes dos dois lados.

[...] Em primeiro lugar, a concepção de Scott da história inglesa é, como nós vimos, aquela de um 'meio termo' se afirmando através de um conflito entre extremos. As figuras centrais do tipo Waverley representam para Scott a ancestral firmeza do desenvolvimento inglês em meio às mais terríveis crises. Em segundo lugar, no entanto, Scott, o grande realista, reconhece que nenhuma guerra civil na história foi tão violenta a ponto de transformar uma população inteira em partidários fanáticos de um lado ou de outro. Uma grande parte das pessoas sempre ficou entre as facções opostas com simpatias flutuantes ora para um lado, ora para outro. E essas simpatias flutuantes têm frequentemente desempenhado um papel no resultado real da crise. Além disso, a vida diária da nação ainda prossegue em meio à guerra mais terrível. Ela precisa seguir no sentimento meramente econômico de que se ela não o fizer, a nação irá morrer de fome e desaparecer. Mas ela também segue em todos os outros aspectos e essa continuação da vida diária é uma fundação importante da continuidade do desenvolvimento cultural (tradução nossa).

"scottiano", "*middle-of-the-road*" de Cooper. Consideramos aqui, contudo, que o norte-americano estabeleceu um modelo próprio de ficção histórica a partir da publicação de *The spy* e que foi sendo desenvolvido tanto através de seus romances ambientados na Guerra de Independência quanto nos seus romances sobre a fronteira. Este processo envolveu a incorporação da percepção de história de Scott em diferentes contextos, começando pela "crise" original da nação estadunidense: a independência, na qual seus personagens sofrem com suas respectivas alianças.⁸ A divisão dos personagens enquadra-se nas primeiras tentativas de Cooper de seguir este modelo, chegando a seu ápice com o Major Lincoln de seu romance de 1825.

Assim como Waverley, o personagem título de Cooper no romance analisado é um inglês herdeiro de um título de baronete que serve no exército britânico. Em 1775, com Boston sitiada depois da *Boston tea party*, Lionel chega à cidade em meio às tensões, hospedando-se na casa de sua tia-avó por parte de mãe, Priscilla Lechmere.⁹ Na casa desta, encontra suas primas, Cecil Dynevor – por quem se apaixona – e Agnes Danforth. Mas, ao chegar à cidade, o rapaz também conhece Ralph – um idoso misterioso partidário dos colonos – e Job Pray, um jovem deficiente, que Lionel resgata de ser espancado por soldados britânicos. Através de Ralph e Job e por conta de haver nascido em Boston, Lionel aproxima-se dos colonos rebeldes, visitando, inclusive, uma reunião política no Fanueil Hall, célebre ponto de encontro de figuras importantes, tais como os Adams e Josiah Quincy. Lionel toma parte nas batalhas iniciais da Guerra de Independência – Lexington, Concord e Bunker Hill – e, como o herói de Scott, apesar de seu flerte com o outro lado, podemos dizer que ele permanece fiel a Coroa pelos mesmos motivos de Waverley como apontados por Lukács: seus vínculos familiares são fortes e ele nunca chega ao fanatismo, o que lhe mantém vinculado à Inglaterra. Um exemplo disso é quando Lionel vê os danos causados por soldados britânicos a uma das *meeting houses*¹⁰ de Boston, transformada em estábulo, e se indigna com os abusos que estes infligem sobre os habitantes da cidade. No final do romance, apesar de suas simpatias pela cidade, não resta a ele nenhum vínculo com ela, e Lionel e Cecil, devidamente casados, retornam à Inglaterra, onde lhe espera um título nobiliárquico.

190

⁸ Para além do modelo de Scott, o que Cooper conhecia da Guerra de Independência também fomentava essa noção de que o conflito dividiu famílias e vizinhos. Mais importante do que os poucos relatos de seus próprios familiares eram as lembranças colaterais que o romancista acumulou depois de seu casamento com Susan DeLancey, filha de um oficial do exército britânico de Westchester que abandonou as colônias durante a guerra. Conseguiu retornar ao país depois da independência e relatou ao seu genro alguns episódios de seu serviço, inclusive uma anedota sobre Washington na batalha de Brandywine que Cooper publicou em 1831. A mãe de Susan também vivenciou a guerra de forma dramática, como filha do coronel *loyalist* Richard Floyd, que também abandonou sua propriedade e foi para Nova Scotia, no Canadá. Os Floyds foram fisicamente atacados em 1781, quando americanos incendiaram sua moradia em Manhattan, no que claramente serviu de inspiração para episódios em *The spy*. Elizabeth Floyd sobreviveu a esse ataque porque conseguiu fugir com sua irmã e se esconder ao relento durante uma madrugada inteira (FRANKLIN 1997, p. XIII-XV).

⁹ Lechmere era o nome de uma família de proprietários *loyalists* de Boston.

¹⁰ *Meeting houses* não são exatamente igrejas; são prédios na Nova Inglaterra cuja finalidade é congregar membros de igrejas não conformistas. A indignação de Lionel também advém do fato de que o prédio é um local de culto.

Apesar das possíveis relações com o romance de Walter Scott, Lionel Lincoln também apresenta a apropriação, da parte de Cooper, de outras formas de prosa romanesca, mais notadamente do romance gótico da virada do século XVIII para o XIX. Donald Ringe faz uma descrição de *Lionel Lincoln* apontando que aspectos dele são fundamentalmente góticos, em contraposição aos momentos “históricos” da narrativa, determinando que eles estão atrelados à percepção que o personagem título tem dos acontecimentos da mesma (RINGE 1974). Elementos retirados do romance gótico servem como base, inclusive, para dar o tom da narrativa: ela inicia com Lionel chegando de barco na cidade, no início da noite, em uma hora em que “*the twilight had melted into the softer beams from a young moon, and the surrounding objects becoming more distinct*” (COOPER 1824, p. 8-9). Na travessia do navio até o cais, Lionel conhece um ancião chamado Ralph, que exerce, através do romance, um estranho magnetismo sobre o jovem. Na mesma noite, Lionel conhece Job Pray, sua mãe, Abigail, e, depois de tudo, é revelado que o pai do jovem está internado em um hospício há quinze anos. No curso dos acontecimentos, o rapaz tem diversos pesadelos, a cidade parece estar sempre envolta em brumas e as pessoas a seu redor – embora mais marcadamente sua tia Lechmere – parecem ocultar do rapaz um grande segredo. Também não são poucas as cenas em que as personagens femininas desmaiam de choque e que sombras aparentam circundar os protagonistas.

No entanto, estes elementos são justamente aqueles apontados pela crítica como responsáveis pelos problemas de enredo do romance. Uma crítica publicada na revista inglesa *Literary Gazette* em março de 1825, apesar de aparentar ter o propósito de ridiculizar o patriotismo revolucionário de Cooper, aponta os problemas da composição dos personagens Ralph e Job Pray e de seu papel no desfecho da narrativa:

191

We cannot compliment the American Waverley on these two characters. To find in the end that the supernatural Ralph is only a maniac who has escaped from his keeper, and yet not only sail from England to America, but traverses that country as being of power, is too wide a stretch or the swallow of the imagination, though like that of any other gull: and the Imbecile Job is ill defined - a poor copy after the Naturals of Scottish Shakspeare [sic], who takes care not to set down more of his clowns than they can do; whereas Mr. Cooper gifts his with ubiquity, and a wonderful quantity of influence upon events entirely beyond the scope of possibility. For a long while we expected that Job Pray would turn out to be some Brutus assuming ideocy to cover his designs; and were surprised at his dying of the small-pox, a mere fool at last (DEKKER; MCWILLIAMS 1973, p. 78-79).¹¹

¹¹ Não podemos elogiar o Waverley americano nesses dois personagens. Descobrir no final que o sobrenatural Ralph é somente um maníaco que escapou de seu cuidador e ainda não só navega da Inglaterra para América, mas atravessa o país como tendo algum poder é forçar demais a andorinha da imaginação, como se ela fosse uma gaivota qualquer; e o imbecil Job não é bem definido – uma cópia pobre dos Naturais das peças escocesas de Shakespeare que cuida para não dar a seus palhaços mais do que eles podem fazer; enquanto o Sr. Cooper dá, ao seu, ubiquidade e uma maravilhosa quantidade de influência sobre eventos além do alcance da possibilidade. Por muito tempo esperávamos que Job Pray fosse revelar-se um Brutus usando a idiotice para encobrir seus verdadeiros motivos e ficamos surpresos quando ele morreu de varíola, no fim, um mero tolo (tradução nossa).

Se, no entanto, *Lionel Lincoln* é repleto de eventos que ganham conotações sobrenaturais – e que não funcionam – seu autor, como já mencionado, esforçou-se para alcançar o maior nível de verossimilhança ao escrever sobre a cidade de Boston e a respeito das primeiras batalhas da Guerra de Independência. Suas descrições de Lexington, Concord e Bunker Hill tornaram-se célebres. Logo depois de sua publicação, em 10 de fevereiro de 1825, a *National gazette and literary register* de Filadelfia, reproduziu em suas páginas quase que inteiramente os trechos de romance em que é descrita a batalha de Bunker Hill. O *Columbia observer*, da mesma cidade, publicou uma versão mais curta da mesma passagem duas semanas depois e o *Massachusetts Yeoman*, de Worcester, citou a versão que Cooper criou para os acontecimentos em Lexington. Caleb H. Snow referiu-se à descrição da retirada de Concord em seu *A history of Boston*, publicado no final daquele mesmo ano (RINGE; RINGE 1984, p. XXVI-XXVII). O nova-iorquino, no prefácio à edição londrina de 1832, afirma que:

The battles of Lexington and Bunker's Hill, and the movement on Prospect Hill, are believed to be as faithfully described as is possible to have been done by one who was not an eye-witness of those important events. No pains were spared in examining all the documents, both English and American; and many private authorities were consulted, with a strong desire to ascertain the truth. The ground was visited and examined, and the differing testimony was subjected to a close comparison between the statements and the probability. Even a journal of the state of the weather was procured, and its entries were rigidly respected; so that he who feels sufficient interest in these details may rest assured that he will obtain facts on all these particulars, by reading this book (COOPER 1832, p. VI).¹²

192

A citação acima demonstra a concepção de verossimilhança de Cooper na primeira década de sua carreira: a ideia de que o escritor não pode em nenhum momento poupar sacrifícios para reconstruir os acontecimentos – até mesmo climáticos – que procura retratar. Na data deste prefácio, os trechos do romance contendo principalmente a Batalha de Bunker Hill já haviam sido publicados em diversos jornais – como mencionado anteriormente – justificando o foco do autor nelas em seu prefácio à edição mais tardia do romance. A ideia de que o autor de um romance histórico tinha um compromisso com a verdade e com os pequenos detalhes dos acontecimentos descritos pode ser verificada em uma resenha não assinada publicada no *New York review and atheneum*, em junho de 1825.

The composition of the historical novel is encumbered with still another and a greater embarrassment. The author is obliged to regard, in the invention of his characters and incidents, all the proprieties of reality, and of that very reality in which he has placed his scene, with far more strictness here,

¹² As batalhas de Lexington e Bunker Hill e o movimento [das tropas] em Prospect Hill são tidas como as mais fielmente descritas na medida do possível para alguém que não foi uma testemunha ocular desses eventos importantes. Nenhum sacrifício foi poupado ao examinar todos os documentos, ambos ingleses e americanos; e muitas autoridades privadas foram consultadas, com um desejo intenso de se estabelecer a verdade. O terreno foi visitado e examinado e os testemunhos divergentes foram submetidos a uma comparação aproximada entre as declarações e a probabilidade. Até um diário climático foi consultado e seus registros foram rigidamente respeitados, assim aquele que sente interesse suficiente nestes detalhes poderá ter certeza que obterá fatos em todas essas particularidades através da leitura deste livro (tradução nossa).

than in fictions where no measure is immediately at hand to detect and to estimate his extravagance. The circumstances and characters which are known, have the effect of familiar objects in a landscape, which not only enable you to judge of the general perspective, but to ascertain the magnitude of others, which the artist, in the absence of these convenient tests of nature, might with impunity exaggerate or distort (DEKKER; MCWILLIAMS 1973, p. 76).¹³

Cooper começou a combinar com seu ex-colega da marinha americana William Shubrick, residente em Boston, uma visita de pesquisa à cidade desde 1823. Inicialmente, o recolhimento de materiais seria para *The pilot*, seu romance anterior, mas inúmeros problemas pessoais dificultariam o encontro dos dois amigos.¹⁴ As viagens para *The pilot* tiveram de ser canceladas e a escrita deste e de outro romance – *The pioneers* – ficou comprometida. Quando Cooper finalmente estava disposto a ir Boston, Shubrick foi quem não pôde encontrar o amigo, por conta de seus serviços na marinha. Colocou, então, seu sobrinho Paul Trapier, estudante em Boston e filho de um veterano da Guerra de Independência, à disposição do romancista. Além de visitar muitos pontos que se encontram na narrativa, como o *Triangular warehouse*, um galpão de armazenamento (como o nome indica) construído por volta de 1680, mas que foi demolido em 1824, como parte das melhorias feitas naquele ano perto das docas. Cooper também pesquisou documentos e procurou publicações sobre a época. Essa visita foi essencial não somente para escrever o que chamou de seu único romance verdadeiramente histórico, mas também porque seu processo de escrita normalmente envolvia um alto grau de familiaridade com o cenário de suas histórias, como nos casos de *The spy* e *The pioneers* que se passam em Nova York, seu estado de origem. Betty Elaine Nichols salienta que escrever um romance ambientado em Massachusetts, na Nova Inglaterra, também trazia outras questões:

193

Cooper was a writer who needed a certain amount of rapport with a place and its people before he could recreate it fictionally. His ability to construct a believable setting and realistic characters, that is to achieve verisimilitude, depended on his having comfortable familiarity with their originals. Thus his intimate knowledge of the settings and/or people of *The spy*, *The pilot*, and *The pioneers* was a contributing factor in their success. In *Lionel Lincoln*, Cooper had to try to overcome not just a lack of knowledge about the area itself, but at bottom, a real lack of sympathy for what he understood to be the Yankee character. The sharp eye always open for a bargain, the tendency to cant inherent in Puritanism, perhaps even the

¹³ A composição do romance histórico é sobrecarregada com um outro e ainda maior problema. A autor é obrigado a considerar, na invenção de seus personagens e incidentes, todas as propriedades da realidade e daquela realidade em que ele depositou sua cena, com mais restrições aqui do que em ficções em que nenhuma medida está imediatamente disponível para detectar e estimar sua extravagância. As circunstâncias e personagens que são conhecidos têm o efeito de objetos familiares em uma paisagem, os quais não somente o permitem julgar a perspectiva geral, mas também determinar a magnitude de outros, os quais o artista, na falta destes convenientes testes da natureza, pode com impunidade exagerar e distorcer (tradução nossa).

¹⁴ Cooper, na época, atravessava sérios problemas financeiros, quase perdendo sua casa naquele ano. Um filho pequeno, Fenimore, faleceu e uma epidemia de febre amarela colocou a família em alerta. Além disso, Cooper teve problemas de saúde naqueles anos: uma crise de insolação e problemas de ordem gástrica.

nasality of the speech grated on him. Moreover, he saw New Englanders as pushing their way into political and economic power while self-righteously condemning and trying to correct the ways of people different from them (NICHOLS 1972, p. 16-17).¹⁵

Da viagem a Boston, Cooper trouxe bagagem o suficiente para escrever seu romance, mas provavelmente também consultou documentos em Nova York. Em fevereiro de 1824, Shubrick lhe enviou uma edição de *An essay on the life of the honourable Israel Putnam*, de David Humphreys que contém *A historical and topographical sketch of the Battle of Bunker Hill*, escrito por Samuel Swett. A sugestão de Shubrick era que Cooper comparasse a descrição de Swett à de Henry Dearborn em seu *An account of the Battle of Bunker Hill*, que consiste fundamentalmente em uma denúncia das ações de Putnam da batalha, do ponto de vista britânico.¹⁶ Além do texto de Swett, Cooper muito provavelmente leu também o texto de Humphreys, pois a figura de Putnam aparece como sendo fonte de admiração para Lionel, dados os relatos de seu pai sobre o serviço deste general durante a Guerra dos Sete Anos (1754-1763). Mas os efeitos dessa leitura na carreira literária de Cooper são mais perenes do que se imagina; o regimento de Putnam estava envolvido na tomada do Forte William Henry por tropas francesas em 1757. Se Cooper já tinha um interesse na história da região fronteira do estado de Nova York no período colonial, ele muito possivelmente se reavivou com a narrativa de Humphreys, pois a tomada do forte e o subsequente massacre das tropas britânicas e suas famílias depois da rendição do forte é um dos eventos que formam a espinha dorsal da narrativa do seu romance seguinte, *The last of the mohicans* (1826).

194

Cooper dramatiza os relatos, mas o efeito dos mesmos é evidente em sua prosa. A batalha de Bunker Hill, evento com que ele fecha o primeiro volume do romance em sua primeira edição, é descrita a partir de Copp's Hill, de onde Samuel Swett assistiu aos acontecimentos daquele dia. No romance, Lionel assiste o início dos movimentos juntamente com os generais Thomas Gage e

¹⁵ Cooper era um escritor que precisava de um certo grau de harmonia com um lugar e seu povo antes que ele pudesse recriá-lo ficcionalmente. Sua habilidade de construir um cenário crível e personagens realistas, ou seja, atingir a verossimilhança dependia de uma familiaridade confortável com seus originais. Assim seu conhecimento íntimo dos cenários/personagens de *The spy*, *The pilot* e *The pioneers* foi um fator que contribuiu para seu sucesso. Em *Lionel Lincoln*, Cooper teve de tentar superar não somente sua falta de conhecimento sobre a área em si, mas, no fundo, uma real falta de simpatia pelo que ele compreendia ser o caráter *yankee*. O olhar agudo sempre aberto a uma pechincha, a tendência à hipocrisia inerente ao puritanismo e talvez até mesmo o sotaque anavalhado lhe causavam repulsa. Além disso, ele via os homens de New England como impondo seus costumes sobre o poder político e econômico ao mesmo tempo em que condenavam e tentavam corrigir os modos daqueles diferentes deles mesmos. (tradução nossa)

O preconceito de Cooper com relação a habitantes da Nova Inglaterra pode ser verificado em *The pioneers*, com os personagens de Hiram Doolittle e Dr. Elnathan Todd; o primeiro é descrito como um homem "of a tall, gaunt formation, with rather sharp features, and a face that expressed formal propriety, mingles with low cunning". Dr. Todd, por sua vez, é uma figura cômica, alto como geralmente os *yankees* são retratados. As características que definem ambos os personagens como tal os tornam desagradáveis ou bobos. Cooper recebeu críticas de seus amigos da Nova Inglaterra, entre eles o próprio William Shubrick, que residia em Boston, apesar de não ser um nativo de lá. O romancista defendeu-se das acusações com os personagens de Richard Barnstable e Long Tom Coffin, de *The pilot*, mas como Nichols salienta, alguns personagens de Lionel Lincoln ainda deixam entrever esse preconceito, já que seus protagonistas são mais britânicos do que americanos. Ver NICHOLS 1972, p. 20.

¹⁶ William Shubrick para James Fenimore Cooper em 22 de fevereiro de 1824. MS: Yale Collection of American Literature, Beinecke Rare and Manuscript Library, Yale University.

Henry Clinton. Quando o protagonista se envolve no combate, ele está obviamente ao lado de seu regimento do exército britânico, o que leva Cooper a inspirar-se no relato de Dearborn. Em outros movimentos militares isso se repete, mas baseado nos relatos colhidos e transcritos por James Thatcher em seu *A military journal during the American revolutionary war*, publicado em 1823. Exemplos disso são a confusão que inicia a batalha em Concord e a fortificação da localidade de Dorchester Heights antes da Batalha de Bunker Hill (Tabelas 1 e 2).

Fica evidente, portanto, que Cooper se apropria de textos históricos para seus propósitos de obter verossimilhança, recriando a Boston de 1775 do início dos conflitos até a retirada das tropas da cidade. Devido aos problemas do enredo do romance, no entanto, e às críticas negativas que este gerou, Cooper acabou desistindo das suas *Legends of the thirteen republics* e não publicaria outro romance situado na Guerra de Independência até *Wyandotté* em 1849. Essa mudança se dá por variados motivos, entre eles o fato de que os romances de Cooper que fizeram mais sucesso foram suas obras ambientadas no mar e na fronteira, estabelecendo-o como um fundador de dois gêneros da literatura norte-americana.

Conclusão

James Fenimore Cooper iniciou sua carreira em 1821 com a publicação de um romance histórico ambientado na Guerra de Independência dos Estados Unidos da América. Para escrever *The spy*, no entanto, o nova-iorquino lançou mão de sua familiaridade com a região na qual sua narrativa se passa: uma zona neutra entre os exércitos americano e britânico nos arredores de Nova York, o condado de Westchester. Além disso, havia o histórico *loyalist* da família de sua mulher e as histórias que seus vizinhos lhe contaram sobre a vida neste período difícil da história da ex-colônia, já que boa parte de sua elite se mantinha fiel à Coroa. Seu segundo romance situado no conflito, *The pilot*, foi seu primeiro romance naval. Como Cooper serviu na marinha mercante norte-americana antes de casar-se, esse território também lhe era familiar. Assim sendo, quando decidiu-se por escrever um romance histórico ambientado em Boston, o escritor precisou fazer viagens de pesquisa e usar diversas referências para fielmente descrever os eventos que queria incorporar em sua narrativa.

Lionel Lincoln é o único romance que Cooper considerou uma obra de cunho histórico. Talvez justamente por não se sentir seguro perante seu objeto, a extensa pesquisa empreendida pelo autor foi massiva e se evidencia em diversos trechos dos volumes, em descrições de prédios, costumes e batalhas naquele ano de 1775. Apesar de ter sido um romance com o qual nem o próprio Cooper tenha ficado satisfeito, *Lionel Lincoln* é uma obra que fornece uma oportunidade de se analisar as diferentes apropriações textuais empregadas por um escritor em início de carreira, em um mercado editorial incipiente quando o assunto eram obras publicadas por autores nacionais. Apesar de à primeira vista parecer uma obra baseada no romance histórico de Sir Walter Scott – *Waverley*, sobretudo –, *Lionel Lincoln* também possui aspectos retirados do romance gótico do final do século XVIII e início do XIX, além de possuir diversas passagens que são elaborações de relatos históricos e testemunhos publicados na época.

Tabela 1 – Quadro comparativo entre THATCHER 1823 e COOPER 1824. Descrição da batalha de Lexington.

Thatcher – <i>Military Journal</i> (1823, p. 18.)	Cooper – <i>Lionel Lincoln</i> (1825, p. 138-140)
<p>On Tuesday evening, 18th instant, General Gage dispatched, with as much secrecy as possible, a detachment consisting of eight or nine hundred regulars, under the command of Lieutenant Col. Smith, for the purpose of destroying some military stores, which our people had deposited at Concord, about eighteen miles from Boston. Having arrived at Lexington, six miles short of Concord, they were met by a company of militia, of about one hundred men, who having taken the alarm, began to assemble from different town before daylight. They were assembled near the church, about sunrise; when the British advanced in quick march to within a few rods, Major Pitcairn called out, "Disperse, you Rebels, throw down your arms and disperse". Their small number would not admit to opposition, and while they were dispersing, the regular huzzaed, and immediately one or two pistols were fired by the officers, and four our five muskets by the soldiers; when a pretty general discharge from the whole party followed, by which eight of our people were killed and seven wounded.</p>	<p>The men turned, and rode briskly off, one of their party flashing his piece in a vain attempt to give the alarm. A low mandate was now passed through the ranks to push on, and in a few moments they entered on a full view of the hamlet, the church, and the little green on which it stood. The forms of men were seen moving swiftly across the latter, as a roll of a drum broke the spot; and there were glimpses of a small body of countrymen, drawn up in the affectation of military parade.</p> <p>[...]</p> <p>Lionel pressed forward with a beating heart, for a crowd of horrors rushed across his imagination at the moment, when the stern voice of the major of the marines was heard again, shouting-</p> <p>"Disperse, ye rebels, disperse! – throw down your arms and disperse!"</p> <p>These memorable words were instantly followed by the reports of pistol, and the fatal mandate of "fire!" A loud shout arose from the whole body of the soldiery, who rushed upon the open green, and threw in a close discharge on all before them.</p> <p>[...]</p> <p>When the fire had ceased, officers and men stood gazing at each other for a few moments, as if even they could foresee some of the mighty events which were to follow the deeds of that hour. The smoke slowly arose, like a lifted veil from the green, and mingling with the morning, drove heavily across the country, as if to communicate the fatal intelligence that the final appeal to arms had been made. Every eye was bent inquiringly on the fatal green, and Lionel beheld, with a feeling allied to anguish, a few men at a distance, writhing and struggling in their wounds, while some five or six bodies lay stretched upon the grass, in the appalling quiet of death.</p>

Thatcher – <i>Military Journal</i> (1823, p. 18)¹⁷	Cooper – <i>Lionel Lincoln</i> (1824, Vol. 1, p. 138-140)
<p>Na terça-feira à tarde, no dia 18 deste mês, o General Gage despachou, o mais secretamente possível, um destacamento consistindo em oitocentos ou novecentos soldados sob o comando do tenente-coronel Smith, com o propósito de destruir alguns armazéns militares que nosso povo havia depositado em Concord, cerca de dezoito milhas de Boston. Ao chegarem em Lexington, a seis milhas de Concord, eles foram abordados por uma companhia de milicianos de aproximadamente cem homens, que, respondendo ao alarme, começaram a se reunir de diferentes vilas antes do amanhecer. Eles se reuniram perto da igreja, por volta do amanhecer; quando os britânicos avançaram em marcha rápida até algumas poucas varas de distância, o major Pitcairn gritou "Dispersem, seus rebeldes, larguem suas armas e dispersem." Seu número pequeno não poderia admitir oposição e enquanto eles estavam se dispersando, os regulares gritavam e imediatamente uma ou duas pistolas foram disparadas pelos oficiais e quatro ou cinco mosquetes pelos soldados; quando, então, disparos gerais do grupo inteiro seguiram, pelos quais oito dos nossos foram mortos e sete feridos.</p>	<p>Os homens voltaram e cavalgaram rapidamente embora, um de seu grupo mostrando sua arma é uma vã tentativa de causar alarde. Uma ordem baixa agora havia passado através das fileiras para prosseguir e em poucos momentos eles chegaram à vista da vila, da igreja e da pequena praça sobre o qual ela ficava. As formas dos homens foram vistas rapidamente se movendo sobre este último, enquanto um rolo de tambores quebrou o silêncio; e vislumbrou-se um pequeno grupo de homens reunidos como se fosse uma parada militar.</p> <p>[...]</p> <p>Lionel seguiu em diante com seu coração batendo, porque uma multidão de horrores passou rapidamente por sua imaginação naquele momento, quando a voz firme do major dos fuzileiros foi ouvida novamente, exclamando:</p> <p>"Dispersem, seus rebeldes, dispersem! – larguem suas armas e dispersem!"</p> <p>Essas palavras memoráveis foram seguidas imediatamente por tiros de pistola e a ordem fatal de "fogo!". Um grito alto surgiu do grupo inteiro da soldadesca que correu sobre a praça e fez seus disparos sobre todos eles que estavam a sua frente.</p> <p>[...]</p> <p>"Quando o fogo havia cessado, oficiais e homens ficaram parados olhando uns para os outros, como se eles pudessem prever alguns dos grandes eventos que seguiriam os feitos daquela hora. A fumaça subiu vagarosamente, como um véu erguido sobre a praça e misturando-se com a manhã, seguiu pesadamente sobre o campo, como se fosse comunicar o conhecimento fatal que aquele apelo final às armas fez. Cada olho estava voltado de forma indagadora sobre o gramado fatal e Lionel viu, com um sentimento próximo da agonia, alguns homens à distância, contorcendo-se e esforçando-se em seus ferimentos, enquanto uns cinco ou seis corpos encontravam-se estirados sobre a grama, no silêncio aterrorizante da morte.</p>

¹⁷ Tradução nossa.

Tabela 2 – Quadro comparativo entre THATCHER 1823 e COOPER 1824. Descrição do processo de fortificação de Dorchester Heights.

Thatcher – <i>Military Journal</i> (1823, p. 46)	Cooper – <i>Lionel Lincoln</i> (1824, Vol. 1, p. 257)
<p>3rd – The firing from our works continues, but the great brass mortar, the Congress, and two others, have unfortunately burst; which is exceedingly regretted.</p> <p>4th – The object in view is now generally understood to be occupying and fortifying of the advantageous heights of Dorchester. A detachment of our troops is ordered to march at 4 o'clock in the morning, to relieve them. We are favored with a full bright moon, and the night is remarkably mild and pleasant; the preparations are immense; more than three hundred loaded carts are in motion. [...] The covering party of eight hundred men advance in front. Then follow the carts with the entrenching tools; after which, the working party of twelve hundred. [...] Next in the martial procession are a train of carts, loaded with fascines and hay, screwed into large bundles of seven or eight hundred weight. The whole procession moved on in solemn silence, and with perfect order and regularity; while the continued roar of cannon serves to engage the attention and divert the enemy from the main object.</p>	<p>Our men woke up the British by their fire, said one of the guards: "and all their eyes are turned to the batteries!"</p> <p>"Yes it is very well as it is," returned his comrade; "but if the old brass congress mortar hadn't gi'n way yesterday, there would be a different sort of roaring."</p> <p>[...]</p> <p>A large body of men now approached, and moved swiftly past them, in deepest silence, defiling at the foot of the hills, and marching towards the shores of the peninsula. The whole of this party was attired and accounted much in the fashion of those who had received Cecil. One or two who were mounted, and in more martial trappings, announced the presence of some officers of higher rank. At the very heels of this detachment of soldiers, came a great number of carts, which took the route that led directly up to the neighboring heights. After these came another, and more numerous body of troops, who followed the teams, the whole moving in the profoundest stillness, and with the diligence of men who were engaged in the most important undertaking. In the rear of the whole, another collection of carts appeared, groaning under the weight of large bundles of hay, and other military preparations of defence.</p>

Thatcher – <i>Military Journal</i> (1823, p. 46)¹⁸	Cooper – <i>Lionel Lincoln</i> (1824, Vol. 1, p. 257)
<p>3º – Os tiros do nosso lado continuam, mas o grande morteiro de latão, o Congresso, e dois outros, infelizmente explodiram, o que é excessivamente lamentado.</p> <p>4º – O objetivo em vista agora é entendido, de forma geral, a ocupação e fortificação das colinas de Dorchester. Um destacamento de nossas tropas foi mandado marchar às 4 horas da manhã para aliviá-los. Nós estamos favorecidos por uma lua cheia brilhante e a noite está notavelmente fresca e agradável; os preparativos são imensos; mais de trezentos carros cheios estão em movimento. [...] Um grupo de cobertura de oitocentos homens avançam na frente. Aí seguem os carros com as ferramentas para as trincheiras, depois dos quais segue o grupo de trabalho de mil e duzentos. [...] Depois da procissão marcial estão os carros cheios de madeira e de feno, torcidos em grandes blocos de setecentos ou oitocentos pesos. A procissão inteira se movia em silêncio profundo e com perfeita ordem e regularidade, enquanto os sons contínuos dos canhões servem para chamar a atenção e distrair o inimigo do objetivo principal.</p>	<p>“Nossos homens acordaram os britânicos com seus tiros”, disse um dos guardas, “e todos os seus olhos se voltaram para as baterias!”.</p> <p>“Sim e é bom que assim seja” disse seu companheiro, “mas se o velho morteiro Congresso não tivesse se ido ontem, teria outro tipo de barulho”.</p> <p>[...]</p> <p>Um grande grupo de homens agora se aproximava e se movia rapidamente por eles no mais profundo silêncio, deflorando o pé das colinas e marchando até as margens da península. O todo desse grupo estava vestido e se portava da forma daqueles que receberam Cecil. Um ou dois que estavam montados, em vestimentas mais marciais anunciavam a presença de alguns oficiais de mais alta patente. No final deste destacamento de soldados vinha um grande número de carros, que tomou a rota que levava mais detidamente às colinas vizinhas. Depois destes, veio outro e mais numeroso grupo de tropas, que seguia os times, o todo se movimento na mais profunda quietude e com a diligência de homens que estavam engajados na mais importante das tarefas. No final de todo o grupo, outro grupo de carros apareceu, gemendo sob o peso de enormes fardos de feno e outros preparativos militares de defesa.</p>

Referências bibliográficas

- BEARD, James Franklin. **Letters and journals of Fenimore Cooper**. Vol. 1. Cambridge, Mass.: The Belknap Press of Harvard University Press, 1968.
- COOPER, James Fenimore. **Lionel Lincoln**: or the leaguer of Boston. New York: Charles Wiley, 1824.
- _____. **Lionel Lincoln**: or the leaguer of Boston. London: Richard Bentley, 1832.
- _____. **Early critical essays (1820-1822)**. Gainesville: Scholars Facsimiles & Reprints, 1955.
- DEKKER, George; McWILLIAMS, John P. (ed.) **Fenimore Cooper**: the critical heritage. London/Boston: Routledge and Kegan Paul, 1973.
- DEKKER, George. **The American historical romance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- FRANKLIN, Wayne. Introduction. In: COOPER, James Fenimore. **The spy, a tale of the neutral ground**. New York: Penguin, 1997.
- LUKÁCS, Georg. **The historical novel**. London: University of Nebraska Press, 1983.
- NICHOLS, Betty Elaine. **James Fenimore Cooper's Lionel Lincoln**: a source and literary study. Tese de doutorado. Michigan: Michigan State University, 1972.
- RINGE, Donald. Cooper's Lionel Lincoln: the problem of genre. **American transcendental quarterly**. Kingston: University of Rhode Island, 1974, nº 24, p. 24-30.
- RINGE, Donald; RINGE, Lucy. Historical introduction. In: COOPER, James Fenimore. **Lionel Lincoln**: or the leaguer of Boston. Albany: State of New York University, 1984
- THATCHER, James. **A military journal during the American revolutionary war**. Boston: Richardson and Lord, 1823.

As escritas de (e sobre) *Raízes do Brasil*: possibilidades e desafios à história da historiografia*

The writings of (and on) *Raízes do Brasil*: possibilities and challenges to the history of historiography

Dalton Sanches

daltonsanches@gmail.com

Mestrando

Universidade Federal de Ouro Preto

Rua do Seminário, s/n – Centro

35420-000 – Mariana – MG

Brasil

Resumo

Este trabalho consubstancia-se como uma *tentativa* – palavra que no idioma alemão, *Versuch*, designa também *ensaio* – de identificar, por meio de um diálogo com parte da recente fortuna crítica de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, elementos pontuais que evidenciam as modulações da historicidade da escrita e da própria disciplina histórica na primeira metade do século XX brasileiro. Como fio argumentativo, lançamos a hipótese segundo a qual a escritura daquela história, configurada pela forma ensaio, traz, *na obra mesma*, implicações que revelam particularidades do contexto nacional. Entre essas particularidades, encontra-se o fato emblemático de o próprio autor estudado se constituir como um “autor-ponte” de tais modulações logo após a publicação do livro de 1936. Destarte, além de identificar como as leituras e releituras de *Raízes do Brasil* se modificam na medida em que se alteram as perspectivas historiográficas, procuramos esboçar, como parte de pesquisa mais ampla, o modo como o próprio livro se metamorfoseia estruturalmente, num desafiante processo vivo de escritura e reescritura.

201

Palavras-chave

História da historiografia; Sérgio Buarque de Holanda; Escrita da história.

Abstract

This work presents itself as an *attempt* – a word that in the German language, *Versuch*, also means *essay* – to identify, through a historiographical debate with some of the recent criticisms of Sérgio Buarque de Holanda's *Raízes do Brasil*, the modulations of historicity of writing and historical discipline itself in the first half of the twentieth century in Brazil. The guiding line of our reasoning is the hypothesis that the writing of that history, set by the essay as form, brings, *in the work itself*, implications that reveal peculiarities of the national context. Among these peculiarities, we find the emblematic issue that the author becomes a kind of “bridge-author” of these modulations after the publication of the essay in 1936. Thus, in addition to identifying how the readings and re-readings of the book change vis-à-vis the changes in the historiographical perspectives, we draw out, as part of a broader research, the way it morphs itself structurally, in a challenging and living process of writing and rewriting.

Keywords

History of historiography; Sérgio Buarque de Holanda; History writing.

Enviado em: 5/11/2011

Aprovado em: 20/3/2012

* O eixo norteador dos problemas aqui delineados é parte de uma agenda investigativa mais ampla, qual seja: a partir da noção de ensaio histórico-sociológico, proporemos evidenciar as relações do gênero ensaístico com certa prática historiográfica da primeira metade do século XX brasileiro,

Pode-se considerar, talvez, que um dos primeiros textos a dar relevo ao livro de estreia de Sérgio Buarque de Holanda fora escrito em 1967, quando Antonio Candido, com seu “Prefácio”, já na altura da quarta edição do ensaio, traz a lume o embrião do texto tal qual conheceremos a partir da quinta edição: “O significado de *Raízes do Brasil*” (1969). Desde então, colam-se um ao outro, prefácio e obra, a ponto de, num diapasão temporal de quase quarenta anos – considerando a edição comemorativa dos 70 anos de *Raízes do Brasil*, publicada em 2006 pela Companhia das Letras –, ver-se instituir um processo mútuo e dinâmico de canonização. Pois, como é sabido, as subseqüentes edições da referida obra nunca deixam de vir acompanhadas do prefácio, fazendo com que este se tornasse incontornável a qualquer estudo que viesse a tratar daquela.¹ É ainda digno de nota o fato de que, além do destaque dado a *Raízes do Brasil*, são contempladas as obras *Casa grande e senzala* e *Formação do Brasil contemporâneo*, de Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., respectivamente; compondo assim a famosa tríade daquilo que se concebeu genericamente como *pensamento social brasileiro*. Dos “intérpretes do Brasil”, pois, Antonio Candido se tornara uma espécie de “testemunho de geração”. Logo nas primeiras linhas de “O significado de *Raízes do Brasil*” percebe-se o tom de balanço geracional, cujo teor discursivo tem pretensões claras de estabelecer certo distanciamento

202

perscrutando tanto suas interseções com outras formas discursivas quanto com os aspectos críticos do método histórico. A pesquisa buscará realizar um estudo da obra *Raízes do Brasil*, considerando-a na historicidade que circunscreve a publicação das suas primeiras três edições (1936, 1947, 1955), pois, como é sabido, o livro sofre transformações significativas ao longo dos quase vinte anos em que transcorrem as referidas edições. Sugerimos, portanto, que, nesse percurso, a obra em foco condensa as principais tensões que caracterizaram o itinerário do ensaísmo como forma de escrita na historiografia brasileira do período, desde o seu vigor, primeiras décadas do século XX, até o suposto declínio, década de 1950, de seu estatuto epistemológico enquanto forma plausível de representação do tempo da nação. Este trabalho, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Nicolazzi, é integrado ao Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM) e apoiado pelo programa de bolsas da Universidade Federal de Ouro Preto.

¹ O “comentário”, em si um “ato ilocucionário” – uma vez que ele indica certa intencionalidade de produzir certos efeitos –, é, em certa medida, responsável pela canonização dos chamados grandes textos, pois, segundo a paradoxal análise de Foucault, uma forma de *repetição inédita* instaurada pelo comentador, permite construir novos discursos sobre determinada obra. Grosso modo, o que já estava lá – mas silenciado – é trazido à tona pela força ilocucionária daquele. “[...] uma mesma e única obra literária pode dar lugar, simultaneamente, a tipos de discursos bem distintos [...] o desnível entre texto primeiro e texto segundo desempenha *dois papéis que são solidários*. Por um lado permite construir, indefinidamente, novos discursos: o fato de o primeiro texto pairar acima, sua permanência, seu estatuto de discurso sempre reatualizável, o sentido múltiplo ou oculto de que passa por seu detentor, a reticência e a riqueza essenciais que lhe atribuímos, tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar. Mas, por outro lado, o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro. Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito” (FOUCAULT 1996, p. 24-25). Para Gérard Genette, o prefácio pode ser compreendido como um exemplo de “paratexto”, dispositivo localizado dentro e fora dos livros, que, por meio de recursos discursivos tais como títulos, epígrafes, notas, além dos variegados tipos de prefácio, funda uma complexa mediação ilocucionária (implícita ou explícita) entre autor, editores e leitores, capaz de, às vezes, imprimir na obra uma dada “verdade”, orientando uma via de leitura considerada a correta. Ao tratar de um tipo específico de paratexto, o “prefácio alográfico” [*allographic preface*], o teórico e crítico literário observa: “Basicamente, as funções do prefácio alográfico coincidem em parte com – mas ao mesmo tempo acrescentam certa especificidade – as funções do prefácio autoral original (promover e orientar a leitura da obra), pois as funções características dos prefácios autorais posteriores e atrasados dificilmente caem no terreno de um escritor de prefácios alográficos [*an allographic preface-writer*] (doravante referidos simplesmente como *escritores de prefácios*). As especificações acrescentadas são, obviamente, atribuíveis à mudança no emissor, pois dois tipos de pessoas não podem executar exatamente a mesma função. *Aqui, portanto, panegíricos ao texto tornam-se uma recomendação, e informações sobre o texto tornam-se uma apresentação*” (GENETTE 1997, p. 264-265, grifo e tradução nossos).

em relação ao passado no qual foi concebido o livro, fazendo com que este se manifeste como um *documento histórico* daquele período, assim como o registro de uma determinada “visão de mundo”.² Em suma, uma das maiores contribuições do texto do crítico literário foi ter elevado a inflexão intelectual empreendida naquela obra a um patamar que, somente algumas décadas depois, mereceu destaque nos estudos que a complexificariam ainda mais. Por exemplo, trazer à baila o uso que Sérgio Buarque de Holanda faz da teoria de Weber, do qual, nas palavras de Candido, aquele toma de empréstimo para construir a sua “metodologia dos contrários”, bem como empreender reflexões sobre um estudo que se pautou pela “compreensão”, em sua acepção teórica alemã [*Verstehen*], foi fundamental para a reabilitação de *Raízes do Brasil* trinta e um anos depois da publicação de sua primeira edição.³

A partir de meados da década de 1980, pois, começa a se delinear certa ampliação dos estudos críticos e coletâneas acerca da produção do autor. Dentre estas, podemos mencionar a obra *Sérgio Buarque de Holanda*, inserida na antologia *Grandes cientistas sociais* (1985), cuja organização é realizada pela historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, a qual também toma a frente do prefácio ao livro. O mérito da autora está no fato de ter concentrado sua investigação na trajetória intelectual de Holanda. Extrapolando as fronteiras de *Raízes do Brasil*, buscou relacioná-la com as outras obras do historiador, ao passo que mapeou o representativo desenvolvimento da sua concepção de

² Ver CANDIDO 2006, p. 235; 1967; 1969.

³ Vale frisar que um estudo das primeiras recepções de *Raízes do Brasil* – aí certamente uma lacuna bibliográfica – será futuramente contemplado na pesquisa que vimos desenvolvendo. Nesse sentido, alguns estudos têm se debruçado sobre a mais recorrente polêmica a que suscitou a obra no ato da publicação de sua segunda edição (1947), qual seja, as querelas entre Sérgio Buarque e o poeta Cassiano Ricardo em torno do conceito de “homem cordial”. Para tal, ver, entre outros, ROCHA1998; MONTEIRO 1999, p. 201 e *passim*; WEGNER 2000, p. 52-67 e DE DECCA 2006, p. 145-159. Convém pontuar ainda que a afirmação sobre tal reabilitação do livro de Holanda, em alguma medida viabilizada pelo texto de Antonio Candido no contexto da universidade, está fundamentada no fato de este ter contribuído para atenuar certa *ordem do discurso* – que, ao longo das décadas de 1950 e 1960, registrava *Raízes do Brasil* e, *lato sensu*, as obras dos ditos “intérpretes do Brasil” como liberais; visão de mundo de setores da classe média brasileira. Ora, para além das fronteiras políticas e ideológicas, essa conjuração se impunha ainda no âmbito institucional e metodológico: num obstinado esforço por estabelecer os parâmetros definidores dos pressupostos que, doravante, deveriam alicerçar novas *explicações* sobre a realidade brasileira, isto é, os da sociologia tal como praticada na Universidade de São Paulo, autores como Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso procuraram, por todas as vias, desviar-se das abordagens postas em curso pelos seus predecessores “intérpretes”. O segundo autor, por exemplo, objetiva inserir seu trabalho numa perspectiva de se criar “um modelo para a carreira universitária e para a produção intelectual [na qual emergem] esforços para substituir a tradição ensaística brasileira pela sociologia [através da] feitura de teses de mestrado e doutoramento” (CARDOSO *apud* NICOLAZZI, 2008b, p. 107). Ao tratar do tema da mestiçagem, Octavio Ianni diz: “inicialmente ensaístas, historiadores etc., *mais ou menos objetivos*, preocuparam-se com o assunto, defendendo, evidentemente, posições distintas em face do problema” (IANNI 1966, p. 68, grifo nosso). Extrapolando o âmbito da sociologia, já um pouco mais tarde, uma das críticas mais contundentes, e não menos problemática, vem, todavia, do discurso historiográfico. Em sua tese de livre-docência defendida na USP, em 1975, o historiador Carlos Guilherme Mota, ao discorrer sobre a obra de Gilberto Freyre, afirma que o ensaísmo deste se configurava de forma impressionista e sedutora, chegando a ofuscar mentes brilhantes como a do francês Fernand Braudel. De acordo com Mota, o historiador dos *Annales* “o considerava [Freyre] ‘de todos os ensaístas brasileiros o mais lúcido’” (MOTA 1994, p. 59). Mais ainda, à escrita do autor de Apipucos coube o papel de *refletir* a lenta modernização do Nordeste, conjugada ao mandonismo senhorial: “A própria crise vivida como que lhe impede articular uma história e ensaiar a formalização de uma cronologia, estabelecendo uma periodização plausível através da qual se percebam os marcos do processo de decomposição de uma aristocracia rural. Nessa medida, o ensaísmo não surge apenas como o terreno ideal, mas como o discurso possível. O resultado, avaliado em termos de produção, se constitui em uma oscilação entre a saga da oligarquia e o desnudamento da vida interna do estamento ao qual pertence [...]” (MOTA 1994, p. 55).

história: como, desde as posteriores edições do livro de estreia de Sérgio Buarque, publicadas em concomitância com *Monções* e *Caminhos e fronteiras*, até obras da década de 1950, como, por exemplo, *Visão do paraíso*, foi tornando cada vez mais caro a ele certa ambição de profissionalização da disciplina no contexto brasileiro. Como veremos a partir dos trabalhos mais recentes, entre as décadas de 1940 e 1950, presencia-se todo o empenho do historiador no sentido de aproximação com a historiografia estritamente acadêmica, principalmente a francesa e a norte-americana.

Um outro aspecto relevante da abordagem de Maria Odila é o que toca – a nosso ver, pela primeira vez – na questão do estilo narrativo buarquiano. O esforço de empreender uma abordagem tanto “externa” como “interna” da obra do historiador, imprime ao prefácio dedicado a essa coletânea um fator diferencial em relação aos muitos trabalhos que virão a lume anos depois.⁴ A *compreensão hermenêutica sob o ponto de vista da historicidade*, para ecoarmos o texto capital de Hans G. Gadamer, ao qual a historiadora faz menção, impelia o autor a rejeitar a hermenêutica romântica para, “[...] enquanto homem de seu tempo, [tornar-se] observador participante dos valores de outras épocas” (DIAS 1985, p. 20-21). Tal postura, anunciada já nos interstícios de *Raízes do Brasil*, requeria, a partir do jogo insinuante entre o particular e o geral, uma forma narrativa fluida – tal como a “natureza” do ensaio – que caminhasse *pari passu* com as múltiplas temporalidades lá inscritas. Quanto a isso, Dias afirma que, entre os vários procedimentos adotados pelo historiador, a partir de sua “busca de um equilíbrio difícil entre a palavra e os conceitos” (DIAS 1985, p. 22), o mais instigante diz respeito ao efeito provocado pelo emprego de certas expressões e vocabulários já em desuso, inscritos nos documentos do período colonial,⁵ e cuja intenção, quiçá, fosse instaurar uma espécie de “discurso indireto livre”, no qual “voz” e “visão” do ensaísta se justapõem às “vozes” e “visões” daqueles sujeitos históricos, ao mesmo tempo em que os insere em movimentos mais amplos.⁶

Dois anos após a publicação da obra supracitada, vem a lume o também incontornável artigo de George Avelino Filho, que, seguindo as trilhas de Candido, procura estabelecer parâmetros entre a fase do jovem modernista e a de

⁴ A mesma autora aprofunda a questão do estilo buarquiano em DIAS (1988), no qual estabelece diálogo de alta envergadura teórica com autores vinculados a linhas interpretativas da hermenêutica contemporânea. Para curioso depoimento sobre a demasiada preocupação com o estilo de escrita durante toda a vida intelectual, ver texto do próprio historiador, HOLANDA (1979). “Só aos poucos me fui compenetrando da necessidade de melhor trabalhar minha linguagem, ao menos a linguagem escrita (sem dar, no entanto, a impressão de coisa trabalhada), de modo a que a comunicação se fizesse sem estorvo. Depois disso, a verdade é que não faltou quem me acusasse de cuidar em demasia do bem escrever. Acredito, no entanto, que semelhante preocupação, onde ela existe, pode ser, em muitos casos, condicionada, e no meu ela o tem sido com certeza, pelas limitações de quem, exatamente pelo fato de não se sentir o que se chama um escritor de raça, em outras palavras, por saber que é incapaz de expressar-se, ao correr da pena, nos termos mais adequados, se vê obrigado a procurar suprir essa deficiência pelo exercício de uma vigilância constante sobre a própria dicção, embora sujeitando-se ao perigo de torná-la por vezes artificiosa” (HOLANDA 1979, p. 17-18).

⁵ Ver DIAS 1985, p. 22-23 e *passim*.

⁶ Percebe-se na análise da autora a ênfase nos ditos traços historicistas da obra buarquiana. Impactado pelas propaladas lições do historiador alemão Friedrich Meinecke, afirma Maria Odila: Sérgio Buarque “não aceitava uma escala uniforme de desenvolvimento político para todos os povos. Reagir contra a influência de autores que estimulavam entre nós esta noção mecanicista de progresso, é que o levou a perscrutar, no passado, o devir das formas peculiares e específicas de cada povo” (DIAS 1985, p. 10).

Raízes do Brasil. Avelino Filho sugere que esta deva ser vista menos como “uma obra de transição, onde o historiador e pesquisador sistemático ainda não predominam sobre o jornalista e crítico literário modernista”, do que como “um momento de síntese de todo um período rico em atividades” (AVELINO FILHO 1987, p. 33, grifo nosso). À guisa de conclusão de seu artigo, o autor chama a atenção, em forma de perguntas, para a relevância de se recuperar os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda no âmbito de pesquisas sistemáticas. Curiosamente, muitas de suas indagações irão consubstanciar-se em importantes pesquisas somente algumas décadas depois.⁷

O problema da busca de “influências” ainda é muito patente nos trabalhos até aqui considerados. Principalmente no que toca Max Weber no famigerado livro de 1936. Ora, parece-nos que, de fato, nos trabalhos mais recentes, como veremos, procura-se, sim, sublinhar as comunidades de discurso com as quais os enunciados dos textos interagem, mas ao mesmo tempo busca-se clarificar mais sistematicamente como o tomado de empréstimo “joga” e “negocia” com o “emprestador”.⁸

Após considerações acerca dos três fundamentais textos sobre o autor em questão (escritos ao longo de vinte anos!), frisemos, enfim, que será somente na década de 1990, portanto, que os trabalhos de pesquisa sobre a sua obra começam gradativamente a proliferar no meio acadêmico brasileiro, conduzindo toda uma nova geração às sendas abertas às possibilidades que tal produção suscita.

205

Escritas sobre a escrita da história, conceitos e experiência temporal em *Raízes do Brasil*

No âmbito da crítica literária e da literatura comparada, o estudioso da obra de Sérgio Buarque, João Cezar de Castro Rocha, é um desses autores da nova geração que nos oferece subsídios renovadores para pensarmos na possibilidade de um estudo produtivo sobre *Raízes do Brasil*, principalmente no que tange a sua escrita. A contribuição criteriosa que o autor oferece ao velho debate acerca da noção de *cordialidade* na cultura brasileira vem de seu livro *Literatura e cordialidade* (1998). Tal obra é decisiva na medida em que investiga a produção literária no Brasil a partir de uma releitura da aludida noção. Com o

⁷ “De que forma a viagem à Alemanha e o contato com a chamada ‘tradição culturalista’ alemã influencia a concepção e realização de *Raízes do Brasil*? Em que medida as preocupações do Sérgio modernista encontram nesta tradição a ponte necessária para o Sérgio cientista social? A influência de Weber, por exemplo, limitar-se-ia à utilização dos tipos ideais? E Meinecke, de quem assiste às aulas, e é profundo conhecedor do historicismo?” (AVELINO FILHO 1987, p. 41). Para organizações que trazem especificamente alguns dos importantes textos da fase do jovem Sérgio Buarque, as quais contribuem na ampliação de fontes inéditas compreendidas no terreno ainda pouco explorado do momento anterior a *Raízes do Brasil*, ver HOLANDA (1989; 1996).

⁸ “Os estudos da influência são de menor interesse ao menos que abordem a questão do funcionamento diferencial de ideias comuns em diferentes textos e corpus, e ainda o intento de destronar a um ‘grande’ reinante deve fazer frente ao problema de interpretar suas obras em toda sua complexidade. Com demasiada frequência, tomar como ponto central a comunidade de discurso conduz o historiador a limitar a investigação a figuras menores ou aspectos muito restringidos e fora de situação do pensamento de uma grande figura, por exemplo, o elitismo em Nietzsche, o utopismo em Marx e o biologismo em Freud. Ademais, as mesmas ‘comunidades’ delimitadas nas quais participam importantes intelectuais modernos podem estar mais constituídas pelos mortos ou os ausentes que pelos vivos ou os presentes” (LACAPRA 1998, p. 270, tradução nossa).

resgate desse conceito como ferramenta de análise da cultura e sociedade brasileira, Castro Rocha reflete sobre a peculiar formação da literatura nacional e de um público leitor, tendo em vista as vicissitudes dos espaços público e privado, eivados, por assim dizer, das relações cordiais; sem deixar, contudo, que este conceito caia, como ainda acontece em muitas das análises, numa conotação negativa ou positiva *a priori*. João Cezar de Castro Rocha põe em evidência os mecanismos narratológicos das obras literárias por ele confrontadas, articulando-os com os múltiplos campos discursivos em vigor no Brasil oitocentista e comparando-os com o campo discursivo europeu. Valendo-se das novas perspectivas abertas pela crítica literária e pelas teorias da estética da recepção, bem como da história dos conceitos koselleckiana, o crítico demonstra como a “recepção quase pragmática” dos textos literários e o veto do ficcional funda uma formação social peculiar no Brasil, se relacionada à experiência europeia.⁹ Para esse autor, o conceito de cordialidade e suas consequências são ainda tão pulsantes na vida social e cultural brasileira, que, trazendo-o como categoria analítica para o estudo das primeiras recepções da própria obra de Holanda, ele constata, mediante a leitura comparada das suas três primeiras edições, como as mudanças suscitadas pelas polêmicas em torno do conceito, no livro, denunciam um sintoma da peculiar formação da sociedade brasileira: o mecanismo da cordialidade.

206

O significado do conceito de *homem cordial* recebe ainda privilegiado tratamento analítico em *A queda do aventureiro* (1999), ao passo que conduz também todo o eixo argumentativo de suas páginas. Seu autor, Pedro Meira Monteiro, investiga os pressupostos teórico-conceituais e metodológicos que alicerçam *Raízes do Brasil*, esmiuçando a miríade de significados sobre tais pressupostos condensados no texto. Diferentemente de João Cezar de Castro Rocha, a postura de Monteiro em relação àquele conceito é mais distanciada, por assim dizer. Ele o analisa em seu funcionamento na obra mesma e como o *ethos* crítico de Sérgio Buarque o encarava no passado colonial brasileiro e mesmo em seu presente; enquanto que em Castro Rocha há uma relação dinâmica entre categoria heurística e conceito propriamente dito, uma vez que, para ele, o conceito ainda hoje vigora como ferramenta de investigação de certos aspectos socioculturais brasileiros. Ao decompor, em sua análise, o capítulo do ensaio que versa sobre a cordialidade, Monteiro estabelece relações entre a postura weberiana de lidar com os procedimentos científicos – entre os quais a chamada *neutralidade axiológica* – e a forma como o historiador brasileiro também se posicionava ao aplicar o conceito

⁹ “Procurei evidenciar a relação entre o primado da cordialidade, a conciliação como código-metáfora, a recepção quase pragmática, a auditividade, a subordinação da imaginação a dados ‘factuais’ e o reinado do bacharel. Em suma, tais elementos representam formas conservadoras de responder à instabilidade das condições oitocentistas. Estas formas obtiveram um êxito pragmático indiscutível na constituição de nossa formação social. Menosprezá-las em função de seu caráter conservador acarreta consequências práticas graves” (ROCHA 1998, p. 203).

por ele próprio consagrado.¹⁰ Aliás, em se tratando de Max Weber, o autor de *A queda do aventureiro* empreende uma reflexão capaz de matizar a tão propalada verve weberiana em *Raízes do Brasil*, principalmente em sua primeira edição, uma vez que o próprio historiador vai, ao longo da segunda e terceira edições, acrescentando notas explicativas cujo fim é relativizar suas apropriações do autor d'*A Ética protestante e o espírito do capitalismo*.¹¹

É pertinente ressaltar que a obra de Pedro Meira Monteiro despontará como um dos mais importantes interlocutores de nossa pesquisa, na medida em que empreende um esforço metodológico de também cotejar as primeiras edições de *Raízes do Brasil*, e cujo intuito é perscrutar, através da análise narratológica do ensaísmo buarquiano, as mudanças de termos e conceitos, os quais, por sua vez, sugerem mudanças no foco analítico do autor. Mudanças essas que refletem posições éticas e políticas, mas que, outrossim, refletem certos matizes quanto aos aparatos de erudição, notas de rodapé, por exemplo, e às apropriações teóricas e metodológicas de autores estrangeiros.¹² Em outros termos, dessas gradativas modulações de consciência histórica e historiográfica – entendida como prática profissional e matriz disciplinar – pode-se revelar, da posição de “autor-ponte”¹³ em que se encontrava o historiador brasileiro, nuances de uma conjuntura historiográfica mais ampla, como veremos na próxima seção.

Podemos certamente afirmar que tanto o trabalho de João Cezar de Castro Rocha como o de Pedro Meira Monteiro têm o mérito de contemplar simultaneamente o aspecto “documentário” e o “ser-obra” de *Raízes do Brasil*. Pois, mesmo que ainda seja um livro capaz de testemunhar estruturas de consciência e visões de mundo de um determinado clima histórico, ele condensa em si a incessante força de questionar toda e qualquer interpretação, seja essa a mais sofisticada e questionadora.¹⁴ Assim sendo, os estudos de Monteiro enfrentam o desafio de *suspender* da tradição interpretativa acerca do livro um “grande’ reinante”, qual seja, Max Weber e os seus tipos ideais: o estudioso marca esse corte mediante o estabelecimento dos usos e os limites,

¹⁰ “A ausência de um juízo ético na intelecção da história, evitando transformá-la em *tábula rasa* para os desejos e as inclinações caprichosas do historiador, é [...] uma diretriz imprescindível da teoria weberiana. E também ela, note-se, estaria presente na orientação das investigações de Sergio Buarque, desde *Raízes do Brasil* até aos estudos posteriores. Na mais conhecida polêmica em torno do ‘homem cordial’, envolvendo o autor de *Raízes do Brasil* e o poeta Cassiano Ricardo, Sergio Buarque procurava esclarecer que, com a ‘cordialidade’, pretendia apenas salientar o império dos ‘sentimentos privados ou íntimos’ na história social brasileira, eliminando, ‘deliberadamente, os juízos éticos e as intenções apologéticas a que parece inclinar-se o Sr. Cassiano Ricardo, quando prefere falar de ‘bondade’ ou em ‘homem bom’” (MONTEIRO 1999, p. 201).

¹¹ Ver HOLLANDA 1936, p. 114-115; 1947, p. 228-229.

¹² Ver MONTEIRO 1999, p. 39;49; 80; 275 e *passim*.

¹³ Cumpre destacar que a ideia de “ponte”, na qual nos inspiramos aqui – e que, como veremos adiante, será reelaborada e desenvolvida por outros autores – encontra-se aventada no texto da discípula e ex-assistente de Holanda na cátedra de História de Civilização Brasileira: “Há uma ponte na [sua] formação intelectual [...] entre a militância modernista e a vocação de historiador, que valeria a pena ser mais esmiuçada” (DIAS 1985, p. 11).

¹⁴ Essa dupla dimensão constituinte de um “texto complexo”, qual seja, “documentária” e “ser-obra” é oferecida por Dominick LaCapra: enquanto a primeira cumpre a função essencial da referencialidade, a segunda, por sua vez, estabelece uma interseção entre uma tradição prolongada e o tempo específico, aquele no qual o seu intérprete realiza, numa fusão de horizontes, leituras que vão ao encontro das continuidades e rupturas com essa mesma tradição. A irredutibilidade do ser-obra diante de outras dimensões do texto, enquanto apenas referenciais, requer do intérprete capacidade imaginativa e crítica, na medida

para o específico caso brasileiro, de uma grande teoria desenvolvida por uma comunidade discursiva distinta, em temporalidades e espacialidades não menos distantes. No caso de Castro Rocha, investigar a força histórica do conceito de cordialidade no tempo presente, sem, contudo, tomá-lo aprioristicamente, e confrontá-lo com os múltiplos campos discursivos do universo das letras oitocentista, fez com que o crítico evitasse que sua análise se limitasse a certos aspectos bastante restritos se considerados no conjunto dos textos, incluindo aí *Raízes do Brasil*. Ora, se o referido conceito possuiu sua historicidade e mobilidade diante das configurações e jogos sociais, por que então se pretende, na maioria dos casos, exigir uma tomada de posição, positiva ou negativa, em relação ao mesmo?¹⁵

Outra obra que propõe, na esteira de *A queda do aventureiro*, uma releitura comparada da obra capital do historiador brasileiro, tendo em vista as “influências” de Weber para além dos tipos ideais – como sugere Avelino Filho –, é *A conquista do Oeste* (2000). Robert Wegner, seu autor, dilata, grosso modo, o dilema central que percorre todo o pensamento de nosso autor, desde suas primeiras crônicas, em que discutia a questão do americanismo, até a sua tese de doutoramento, *Visão do paraíso*, a saber: a tensão caracterizada pela experiência temporal entre *tradição* e *modernização*. Para o entendimento do estudo que Holanda realiza a respeito do empreendimento colonizador rumo ao Oeste brasileiro, Wegner estabelece aproximações entre a tese da fronteira, do norte-americano Frederick Jackson Turner, e as reflexões, já inscritas em *Raízes do Brasil*, acerca da colonização nos trópicos, bem como da adaptação de uma civilização advéncia em *terras brasilis*. Segundo as conclusões a que chega Wegner, os anseios de Sérgio Buarque de Holanda no que se referem ao desenvolvimento estrutural do país, já nos idos de 1950, estavam em harmonia com as reflexões que empreendia sobre as formas peculiares da colonização ibérica no Novo Mundo. Da forma como havia ocorrido na exploração rumo ao Oeste brasileiro, onde presenciou-se, em seus primeiros momentos, a adoção da cultura e das técnicas indígenas por parte dos advéncios, o historiador vislumbrava, para o momento no qual escrevia, condições de possibilidade para que semelhante movimento pudesse efetivar-se, ali onde o americanismo (sinônimo de modernização e racionalidade) haveria de realizar-se por

208

em que, a partir do *efeito* extraído dessas continuidades e rupturas interpretativas, o texto comprova seu caráter gregário e ao mesmo tempo conflitante. Pois, como assevera LaCapra, um grande texto possui também sua força autoimpugnadora, tanto em relação àquele tipo de interpretação que deseja circunscrevê-lo em contextos determinados, sem problematizá-los, quanto em relação ao desejo de fechá-los em ideias e “estruturas de consciências”, sem ao menos investigar quais os mecanismos de funcionamento destas na linguagem do próprio texto. Nas palavras do referido autor: “O ser-obra é crítico e transformador, porque desconstrói e reconstrói o dado, em um sentido repetindo-o, mas também trazendo ao mundo, nessa variação, modificação ou transformação significativa, algo que não existia antes. Com enganosa simplicidade, poderíamos dizer que enquanto o documentário assinala uma diferença, o ser-obra constitui uma diferença, que compromete o leitor em um diálogo recreativo com o texto e os problemas que coloca” (LACAPRA 1998, p. 246, tradução nossa).

¹⁵ Como afirma Castro Rocha: “No universo do homem cordial, estamos lidando com esferas autônomas, embora a esfera privada determine o tom das relações sociais. Esta ressalva também importante para esclarecer que, em nenhum momento, considero a cordialidade um valor positivo ou negativo *a priori*. Independentemente do polo privilegiado, tal perspectiva condena o trabalho crítico a uma monótona confirmação de seus pressupostos” (ROCHA 1998, p. 172, grifo no original).

intermédio do iberismo (sinônimo de tradição e pessoalidade), sem um elemento excluir o outro. Dessa forma, Wegner sugere que, mediante tal dinâmica, Sérgio Buarque de Holanda acreditava poder-se assomar no país uma temporalidade cuja dinâmica engendraria uma forma de democracia diferenciada daquelas dos países europeus.

Quanto à questão em torno de Weber, no segundo capítulo de sua obra, intitulado "Um autor relê seu livro", Robert Wegner aborda, mediante o cotejamento das duas primeiras edições de *Raízes do Brasil*, dois tipos fundamentais de modificações efetuadas pelo historiador paulista: as ressalvas ao empréstimo das teses inscritas em *A Ética protestante e o Espírito do capitalismo* e a eficácia explicativa do legado ibérico para a história do Brasil.¹⁶ Embora o autor admita não ter tido pretensões de realizar uma comparação sistemática entre o livro de 1936 e os outros, ainda assim constitui-se como interlocutor das nossas perquirições, pois, num texto sugestivamente intitulado "Um ensaio entre o passado e o futuro", incluído na edição comemorativa dos 70 anos de *Raízes do Brasil*, Robert Wegner amplia os argumentos expostos no segundo capítulo do seu livro. Dessa vez, contudo, o faz dando maior ênfase ao aspecto narrativo do texto de Sérgio Buarque de Holanda. Aí, parece-nos, há uma relação dinâmica, um movimento de ida e vinda, por assim dizer, entre uma análise ora "internalista", ora "externalista", ou, para retornarmos uma vez mais às reflexões de Dominick LaCapra, um trânsito entre o caráter documentário e o ser-obra *Raízes do Brasil*. Valendo-se do famoso livro de Georg Lukács, *A alma e as formas*, e do célebre texto "O ensaio como forma", de Adorno, o autor almeja demonstrar como Sérgio Buarque de Holanda se aproveita dos recursos que o gênero proporciona, bem como das estratégias textuais e discursivas das quais lança mão, para dotar de movimentos incessantes os fenômenos que analisa; contrariando, dessa maneira, muitos dos estudos postos em curso no pensamento histórico brasileiro até então, os quais encaravam certos eventos e conceitos de forma estática, bem como imprimiam nas análises dos comportamentos e conduta sociais "traços psicológicos" inexoráveis da formação sociocultural brasileira.¹⁷ Consciente, talvez, das contingências dos fenômenos sociais e do caráter fragmentário e

¹⁶ "Os acréscimos e ressalvas feitos, para a edição seguinte, na mesma nota de rodapé podem, de modo geral, ser encarados como a inclusão das 'reelaborações que os pensadores não alemães' deram à obra de Weber, ausentes da argumentação central de *Raízes* [...]" (WEGNER 2000, p. 59). É de extrema relevância avultar que, com tais considerações, o autor nos impele a meditar acerca da probabilidade de Sérgio Buarque, nesse momento, estar *caminhando para um paulatino processo de profissionalização*. Poderíamos ainda arriscar na sugestão de que o autor pudesse estar ampliando sua comunidade de discurso a partir do contato com "pensadores não alemães" ou, no limite, poderia, como aventou João Cezar de Castro Rocha (2004 p. 124), estar passando por um processo de "desgermanização" de sua perspectiva histórica. Lembrando que na altura da segunda edição de *Raízes do Brasil*, 1947, Holanda tivera já travado contato intenso com a chamada "missão francesa", na extinta Universidade do Distrito Federal, onde fora professor assistente de Henri Hauser.

¹⁷ Para atermo-nos a apenas um exemplo, poderíamos nesse sentido pensar na "tristeza brasileira", categoria consagrada pelo também ensaísta e mecenas do modernismo Paulo Prado. Em seu *Retrato do Brasil*, tal "traço", constituindo-se como uma espécie de característica silenciada do povo brasileiro, é catapultado para os primórdios da colonização lusa, lá onde, se perscrutado historicamente, avultaria como um diagnóstico das mazelas ou - dependendo do foco de análise - das potencialidades da formação social brasileira. Ver PRADO (1928).

lacunar da apreensão histórica, Holanda, sugere Wegner, operava em sua narrativa com “ângulos de visão” variados e múltiplas perspectivas. Por meio da apropriação das figuras de linguagem inscritas no texto de Lukács, diz o estudioso:

Sérgio Buarque construiu uma narrativa na qual alterna a descrição de eventos particulares com generalizações interpretativas, numa operação que considero semelhante a um constante abrir e fechar dos olhos [...] o autor analisa suas generalizações a partir de diferentes perspectivas, ora lhes atribuindo sinal positivo, ora negativo, lembrando uma variação no ângulo de visão [...] e, comparando com o que seria um olhar para trás com um olhar adiante, o livro chama a atenção para mudanças avassaladoras na sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, recupera elementos da tradição (WEGNER 2006, p. 337).

Ocorre que essa visualidade configurada em escrita necessita da parte do ensaísta um esforço extremo de exercício mnemônico, no qual o que se “vê” sobre *restos textualizados do passado* (LaCapra) deve se tornar parte viva da instância daquele que viu e está compreendido na dimensão habitada do presente. Ao falar de um “tempo homogêneo” na escrita da história em *Casa grande e senzala*, e, curiosamente, lançando mão também da metáfora visual, conjectura Fernando Nicolazzi:

Lucien Febvre captou de modo conciso uma das características fundamentais da escrita de CG&S: “um dom impressionante de visão e ressurreição”. No caso de Freyre, ambos os fenômenos convergem para a tarefa de representação dos tempos de outrora: escrever o passado é escrever o que foi visto e o que ainda se vê, mesmo que por olhos de outrem; é torná-lo, uma vez mais, algo presente e vivo, ressuscitado pelo texto que representa o próprio passado. Como fica evidente na experiência da viagem e no uso que faz dos relatos de viajantes, sua escrita, antes que das mãos, nasce dos olhares. Sobretudo, para falar como Santo Agostinho, em se tratando da experiência patriarcal da formação histórica da sociedade brasileira, Freyre vê com seus olhos e com olhos alheios, mas definitivamente enxerga com sua alma, que acaba por fazer as vezes de memória. É como se aquilo que ele visse, na medida mesma em que é visto, de fato *existisse*. Gilberto desenvolve uma concepção particular de tempo tripartite, segundo a qual, para além de qualquer ruptura, o que fica evidente é a ligação íntima entre passado, presente e futuro (NICOLAZZI 2008b, p. 262-263).

Para o caso de Sérgio Buarque de Holanda, a análise de Robert Wegner tangencia com perspicácia as linhas acima expostas. Ouçamo-lo:

Ao contrário de constituir uma narração do suplantar da tradição e do alvorecer e consolidar do moderno no país – ou da substituição da cordialidade pela civilidade –, o ensaio é constituído por uma constante oscilação entre o olhar para trás, enxergando a tradição viva, e o olhar para a frente, apontando as virtualidades da modernização (WEGNER 2006, p. 350).

São nítidos neste excerto os ecos das reflexões de Walter Benjamin sobre o anjo da história. Para o filósofo, já na tese de número quatorze sobre o conceito de história, a temporalidade histórica deveria ser construída sob um “tempo saturado de ‘agoras’”. De tal maneira como a “Roma antiga [foi] para

Robespierre um passado carregado de 'agoras', que ele fez explodir do *continuum* da história" (BENJAMIN 1994, p. 229-230).

Por meio de tais reflexões, podemos recuperar alguns problemas que norteiam nossa pesquisa, a saber: o ensaio como forma de escrita da história nesse período afirmava sua concreção na medida em que possibilitava um amalgamar de simultaneidade temporal que caracterizava aquele intermédio, ou melhor, aquela *brecha* deixada por eventos marcados pelo entreguerras, por exemplo.¹⁸ Segundo nossas hipóteses, um sentimento de *coevalness* entre distintas temporalidades – estruturas políticas e institucionais arcaicas coabitando com clima festejado de *belle époque* tropical e, tempos depois, modernismo,¹⁹ – bem como a sensação de desordem temporal, representativa da cultura histórica brasileira desde fins do século XIX, porém ainda evidente nas primeiras décadas do XX, requeriam uma forma de escrita que desse vazão a tal simultaneidade temporal.²⁰ No campo da epistemologia, essa *síntese do heterogêneo* (Ricoeur), configurada pelo ensaio, fez-se, portanto, "o ponto de junção propício no Brasil para a relação entre as 'três culturas' [a literatura, as ciências naturais e a sociologia] que marcaram o século XIX, sua forma privilegiada de discurso" (NICOLAZZI 2008a, p. 24).²¹

Historicidade da escrita, do conceito e da disciplina histórica no Brasil: um autor-ponte

Concebida primeiramente como tese, em 1958, para provimento da cátedra de *História da civilização brasileira*, na Universidade de São Paulo, *Visão do paraíso* (1959) até então não havia merecido lugar de destaque no rol dos estudos acadêmicos dedicados à produção do renomado historiador. Como contribuição ao campo da contemporânea história da historiografia e história intelectual, *Urddura do vivido* (2008), de Thiago Lima Nicodemo, procura deslindar, através do diálogo daquela obra com outros textos da produção de Holanda nos anos 1950, os meandros de sua trajetória intelectual, onde o ressaltado "encontro" do crítico literário com o historiador de ofício veio somar forças para enfrentar os impasses e aporias com os quais a disciplina se deparava nessa específica situação. Em outros termos, essa "ponte" edificada entre o legado da fase do crítico literário e modernista de primeira hora e as investigações do historiador, foi, antes de tudo, decisiva no sentido de trazer a lume uma postura antipositivista e, como já afirmado, antirromântica por parte de Sérgio Buarque de Holanda.

211

¹⁸ Para a noção de brecha temporal ver o célebre texto "A quebra entre o passado e o futuro", de ARENDT 2001, p. 28-42. Em excerto definidor afirma a filósofa: "Seria, pois, de certa importância observar que o apelo ao pensamento surgiu no estranho período intermediário que por vezes se insere no tempo histórico, quando não somente os historiadores futuros, mas também os atores e testemunhas, os vivos mesmos, tornam-se conscientes de um intervalo de tempo totalmente determinado por coisas que não são mais e por coisas que não são ainda. Na História, esses intervalos mais de uma vez mostraram poder conter o momento da verdade" (ARENDT 2001, p. 35-36).

¹⁹ Para um pertinente panorama do ambiente das contendas políticas e intelectuais e do clima de *belle époque* da Primeira República, ver SEVCENKO (1983).

²⁰ Cumpre destacar que tal hipótese é originada de projeto que vem sendo coletivamente desenvolvido a partir de NICOLAZZI (2009).

²¹ Para a ideia de "três culturas", ver LEPENIES (1996), o qual propõe uma reflexão de fôlego acerca das tensões, embora no contexto europeu, entre a literatura, as ciências naturais e a sociologia no que tange a sua disputa pelo estatuto privilegiado para o conhecimento científico da sociedade moderna do século XIX.

Em *Visão do paraíso* – cujo leitmotiv é refletir acerca da *forma mentis* medieval que atravessara o tempo e o mar em direção ao empreendimento colonizador na América portuguesa, – vê-se o historiador aproveitando progressivamente suas preocupações acerca das questões formais nos textos literários e transformando-as em ferramenta de interpretação histórica. Como argumenta Nicodemo, os elementos formais dos textos de literatura sempre foram por Holanda considerados como dotados de cargas semânticas capazes de fazer emergir elementos condicionantes – temporais e sociais – da sociedade na qual quem os produziu viveu. As opções feitas por certos atores sociais por determinados conjuntos de convenções literárias e não outros, permitem ao estudioso rastrear discursivamente características históricas que clareiam a época e o lugar em que se situam estes atores, características as quais, às vezes, permitem ainda situá-los em movimentos que vão contra tal época ou tal lugar. Daí a ênfase dada por Nicodemo ao que ele considera a principal referência do historiador brasileiro no que tange ao aporte teórico de *Visão do paraíso*: o filólogo Ernst Robert Curtius. A partir do estudo da tópica, empreendido por Curtius em seu *Literatura europeia e Idade Média latina* – obra dedicada, grosso modo, à perscrutação de certas continuidades de *topoi* caros à Idade Média latina em grande parte da literatura europeia até o século XX –, Sérgio Buarque de Holanda, instrumentalizando o eixo norteador da trama desenvolvida pelo autor alemão, transfere para território brasileiro investigação que perpassa o tema da perenidade dos *motivos edênicos* oriundos de uma *mentalité* medieval que configurava a singularidade da forma de colonização portuguesa.²²

212

Ao reduzir o seu foco de análise, Thiago Nicodemo evidencia, mediante registros das arguições de *Visão do paraíso*, a forma como o aclamado autor de *Raízes do Brasil* enfrentou, diante de seu principal opositor e arguidor, o também historiador Eduardo d'Oliveira França, a questão da Modernidade portuguesa, tendo em vista um debate de amplitude intercontinental que, desde o século XIX, foi responsável por mobilizar grandes nomes da historiografia ocidental: o problema dos limites temporais dos períodos que vieram a ser concebidos como Idade Média e Renascimento. Como salientado pelo texto Maria Odila, a concepção de história por Holanda desenvolvida ao longo do tempo, em sua “busca de um equilíbrio difícil entre a palavra e os conceitos” (DIAS 1985), impelia-o a fazer da leitura das fontes – no caso poemas coloniais que anunciavam os motivos edênicos nos descobrimentos lusos – algo para além de registros de uma paisagem exótica e transfigurada pela visão de mundo dos colonizadores. Estas, ao contrário, ofereciam ao historiador uma chave de compreensão capaz de lançar luzes a uma complexa combinação de *lugares-comuns* que faziam transbordar, a partir do texto mesmo, uma gama de significados dotados de historicidade própria. O que aí estava em jogo para

²² É de extrema importância sublinhar aqui o sentido forte da palavra “instrumentalizar”, uma vez que a apropriação, por parte do brasileiro, dos estudos do autor alemão se dá de maneira bastante idiossincrática. Em outras palavras, a topologia de Curtius passa por um processo de adaptação criativa por parte de Sérgio Buarque de Holanda. Como afirma Nicodemo: “Assim os *topoi* provavelmente incorporados na leitura de E. R. Curtius perdem seu conteúdo dogmático e a-histórico e, como observou o crítico Luiz Costa Lima, são utilizados como instrumento de investigação histórica” (NICODEMO 2008, p. 101).

Buarque de Holanda era saber como, balizando-se em poemas que encarnavam tais convenções literárias, podia-se extrair nuances históricas capazes de revelar núcleos permanentes de elementos formais que remetiam à cultura latina europeia. Partindo dessa chave compreensiva, o historiador brasileiro acreditava que os motivos que presidiam a mentalidade dos colonizadores lusos na empreitada rumo às *terras brasilis* estavam situados numa tensão provocada “pela contradição entre a força dogmática da tradição herdada da visão de mundo medieval e a consciência do novo e da Modernidade característica do Renascimento e, a partir [disso], [assomava] o impasse do processo colonizador do Brasil” (NICODEMO 2008, p. 110).

Após tais considerações, no entanto, um fator que não deve passar despercebido em nossa leitura da obra de Nicodemo diz respeito não apenas à *matéria* que compõe *Visão do paraíso*, esta objeto de discordâncias entre a questão em torno da mudança e da permanência temporal na colonização portuguesa, mas esbarra ainda na *maneira* como a narrativa do livro de Holanda é urdida. Se o *ensaio*, este “gênero incerto onde a escritura rivaliza com a análise” (BARTHES 2007, p. 7), foi, nos primeiros decênios do século XX, a forma preponderante de escrita das obras de análise histórico-sociológica, que nas mãos de um Paulo Prado, de um Gilberto Freyre, do próprio Sérgio Buarque e de muitos outros servia como um performático dispositivo com o qual “todos esquadriavam, tentavam sínteses e procuravam explicações” (CANDIDO 1985, p. 123) para as mazelas da formação social e histórica da nação, já a partir do final da primeira para a segunda metade dessa mesma centúria, inicia-se, segundo nossas hipóteses, um processo de questionamento da legitimidade do estatuto epistemológico do gênero ensaístico enquanto representação do tempo da nação. Distinto do *regime historiográfico* (Hartog) que abarcava as três primeiras décadas do referido século, cujo *lugar*, para usarmos a cara metáfora de Certeau, era um tanto indiscernível quanto eram permeáveis as várias disciplinas, este, o regime historiográfico compreendido no período de composição da obra *Visão do paraíso*, era orientado pelo afã de profissionalização dos campos de saber e de sua definição como departamentos especializados no seio das universidades então em processo de institucionalização no Brasil. Tal afirmação pode ser corroborada pelo próprio Sérgio Buarque de Holanda num texto por ele escrito nesse período, mais especificamente em 1951, no qual estabelece um balanço de parte da produção historiográfica da primeira metade do século XX. Nele, o historiador procura definir os parâmetros que deveriam presidir os vindouros trabalhos no âmbito da historiografia acadêmica. Nesse sentido, o mais indispensável para ele seria a especialização das áreas na historiografia brasileira, prezando assim pelo estudo acurado e rigoroso da área sobre a qual desejasse determinado estudioso se debruçar. Versando sobre os novos impulsos dados pela história econômica, e iniciados, frisa o autor, por Caio Prado Jr., diz:

É indispensável pensar-se, hoje, que a abordagem dessas questões só será realizável através de um trabalho prévio empreendido por diferentes especialistas que se dediquem, cada qual, a determinada época e a determinados problemas, *não por meio de outras sínteses* onde o particular tende a esfumar-se e a perder-se em proveito de alguma ilusória visão de conjunto (HOLANDA 2010 p. 77, grifo nosso).

Mediante a articulação deste texto com a compreensão mais abrangente do horizonte linguístico que informa as teses de *Visão do paraíso*, Thiago Nicodemo demonstra como a forma com que tais imperativos inscritos no primeiro irão tomar certa concreção, sete anos depois, no segundo texto. Este não deixa de contemplar a ação individual, não a perdendo “em proveito de alguma ilusória visão de conjunto”; porém, doravante, ela só se tornaria aí viável se subsumida a quadros gerais e a conceitos que dessem conta de análises mais globais e de longa duração.²³ A despeito de todos estes quesitos estarem de certa maneira contemplados na *prática* de *Visão do paraíso*, sua *escrita* ainda se orienta pela forma não fixa do gênero ensaio. Forma esta que nesse período não está, a nosso ver, em consonância com o espírito da especialização, cujos estudos monográficos dever-se-iam “[dedicar], cada qual, a determinada época e a determinados problemas, [e] não por meio de outras sínteses” (HOLANDA 2010, p. 77, grifo nosso).

Apesar das imperiosas necessidades metodológicas colocadas à historiografia pelo ímpeto academizante do texto de Holanda, vejamos, contudo, os questionamentos por parte da banca examinadora acerca da maneira com a qual a tese do futuro catedrático fora arquitetada:

Com exceção do presidente da banca, Eurípedes Simões de Paula, todos os examinadores manifestaram algum tipo de estranheza em relação à forma da exposição dos argumentos do autor na tese. Para eles, *Visão do paraíso* dificilmente poderia ser classificada como tese acadêmica, uma vez que se adequaria mais à denominação de ensaio. Referindo-se a essa questão, os arguidores utilizaram expressões e palavras como ‘extrema fluidez’, ‘imprecisão’, ‘falta de uma sucessiva ordenação dos assuntos’, ‘acúmulo excessivo de minúcias’ etc. Ressaltavam assim a falta de uma delimitação explícita de uma ideia inicial e uma conclusiva através de um encadeamento também explícito e progressivo de ideias (NICODEMO 2008, p. 104).

214

Se tempo e narrativa são instâncias do devir humano, que numa compreensão fenomenológica não devem ser consideradas meros reflexos de dada realidade,²⁴ não será o ensaio, tendo em vista seu caráter de escrita de

²³ “Desde sua modernização nos anos 1920 e 1930, a tradição historiográfica francesa, encabeçada pelo grupo fundador da revista *Annales d’histoire économique et sociale*, publicada pela primeira vez em 1929, havia encampado o problema de analisar os fenômenos históricos dentro de contextos mais amplos e profundos da economia e da sociedade, mobilizando o conhecimento de disciplinas emergentes como a antropologia e a sociologia. Tais esforços contrapunham-se ao que esses historiadores consideravam uma história tradicional, concentrada na narrativa de eventos político-militares. A busca por alternativas de interpretação que compreendessem a análise dos fenômenos humanos concretos, articulada a quadros gerais, passou a ser uma das constantes nos trabalhos de história que dialogavam com o contexto acadêmico francês. Dentre as soluções mais correntes podemos citar uma apropriação da ideia de “mentalidade” – uma espécie de palavra mágica que sem grandes discussões teóricas de fundo poderia sintetizar muito bem o confronto entre individual e coletivo nas explicações históricas” (NICODEMO 2008, p. 140-141).

²⁴ Nesse sentido, a postura hermenêutica de Paul Ricoeur é de extremo proveito, pois nos desperta para a consciência acerca do quão problemáticas são as abordagens dicotômicas que separam experiência e discurso, isto é, ação (por uns compreendida como o dado “real”) e texto (que para outros é apenas a tradução do pensamento de seu autor). A concepção por Ricoeur ensejada de uma complexa dinâmica entre tempo e narrativa – onde a “tessitura da intriga”, por sua vez constituinte do que ele denomina uma *síntese do heterogêneo*, é a operação mediadora – considera a construção do texto segundo o exercício da *tríplice mimese*. O texto em si é compreendido como momento de *configuração* da ação, ao qual precede uma *prefiguração* do campo prático e ao qual se segue uma *refiguração* pela recepção por parte do leitor. (RICOEUR 1994, p. 85-125). Segundo o filósofo, “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal” (RICOEUR 1994, p. 15).

fronteiras móveis, o mais plausível dos gêneros capaz de amalgamar eventos e temporalidades de fronteiras também móveis, como é o caso que gerou a tão polêmica matéria em torno de *Visão do paraíso?*²⁵

O artigo de Mateus Henrique de Faria Pereira em coautoria com Pedro Afonso Cristovão dos Santos, "Odisseias do conceito moderno de história" (2010), procura realizar, por meio de dois textos centrais da historiografia brasileira, um rastreamento das transformações de sentido e tensões pelas quais passou o conceito moderno de história. Considerados como dois "textos-ponte" entre duas gerações: *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen* (1878), de Capistrano de Abreu, e o já aludido *O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos* (1951), de Sérgio Buarque de Holanda, Pereira e Santos vislumbram naquelas escrituras sintomas de novas experiências do tempo e horizontes de expectativas distintos dos da geração predecessora, bem como inferem dos textos mesmos como se dá o impacto dessas experiências na forma de se conceber a escrita da história. Aproveitando-se particularmente do escopo teórico desenvolvido por François Hartog e Reinhart Koselleck, os autores intentam clarificar, mediante as categorias *regime de historicidade* e *espaço de experiência*, as vias pelas quais as trajetórias intelectuais de Holanda e Abreu se inserem nessa escala temporal de longa duração. Se, de acordo com Koselleck, o chamado "tempo histórico" começa a se constituir a partir de meados para finais do século XVIII,²⁶ na concepção dos dois autores do texto ora comentado ele sofreu variações e nuances definidas pelas ordens temporais específicas as quais, em certa medida, respondia. Ao longo dessas duas centúrias de *História*, portanto, Mateus Pereira e Pedro Afonso dos Santos resgatam, para o contexto brasileiro, as formas com que os dois historiadores dialogavam com as experiências legadas das gerações passadas, bem como as vicissitudes e tensões que estavam implicadas, nos dois textos analisados, entre categorias operativas como monografia e síntese, particular e geral, teoria e empiria, e objetividade e subjetividade.

Em diálogo com um pequeno mas significativo texto do já referido Robert Wegner, "Latas de leite em pó e garrafas de uísque: um modernista na universidade",²⁷ os autores de "Odisseias do conceito moderno de história" sugerem que tanto Capistrano de Abreu como Buarque de Holanda representavam "homens-ponte", "monumentos" da historiografia brasileira. "Capistrano de Abreu", afirmam eles, "pode ser visto como um 'elo' entre duas formas de fazer história, a oitocentista (ou, mais especificamente, a história de meados do Oitocentos), e a 'modernista', por assim dizer, já das primeiras décadas do século XX" (PEREIRA; SANTOS 2010, p. 32). Para o caso de Sérgio Buarque, os autores comungam da ideia de ele também poder ser interpretado

²⁵ "O ensaio pensa em fragmentos, uma vez que a própria realidade é fragmentada; ele encontra sua unidade ao buscá-la através dessas fraturas, e não ao aplinar a realidade fraturada. [...] É por isso que a lei formal mais profunda do ensaio é a heresia. Apenas a infração à ortodoxia do pensamento torna visível, na coisa, aquilo que a finalidade objetiva da ortodoxia procurava, secretamente, manter invisível" (ADORNO 2003, p. 35-45).

²⁶ Ver KOSELLECK 2006, p. 41-60.

²⁷ Ver WEGNER 2008, p. 481-501.

tendo como analogia a metáfora da ponte. Citando Wegner, afirmam: “poder-se-ia dizer que Sérgio Buarque foi um homem-ponte entre os intelectuais de ‘rua’ e o das ‘instituições’, pontes entre o modernismo, o ensaísmo e a história acadêmica” (PEREIRA; SANTOS 2010, p. 34). Pereira e Santos concluem que, embora o conceito moderno de história estivesse ainda muito pulsante nos horizontes de Abreu e Holanda – salvaguardando, advertem os autores, as devidas proporções entre momentos e culturas históricas distintas – ele foi percebido de modo muito rico e complexo. Os famosos historiadores, “monumentos da historiografia brasileira”,

não abandonaram uma concepção realista de história, ou sua pretensão à verdade. Mas ambos perceberam dimensões da complexidade dessa tarefa, na presença constante da reescrita, ou na perspectiva de que novos documentos e novas interpretações obriguem a uma revisão dos conhecimentos estabelecidos (PEREIRA; SANTOS 2010, p. 56).

216

A nosso ver, o ponto nodal das investigações tanto de Thiago Lima Nicodemo como das realizadas por Mateus Pereira e Pedro Afonso dos Santos está no fato de trazerem à baila, cada qual ao seu modo, a forma com que a história, em sua acepção moderna, [*Geschichte*], vinha já sofrendo nesse período, idos de 1950, transformações significativas no que diz respeito à tensão entre o espaço de experiência no qual ela vinha sendo produzida, majoritariamente, fim do século XVIII e ao longo do século XIX, e o horizonte de expectativa que almejava alcançar. Em outras palavras, anunciam em seus escritos consciências históricas e/ou historiográficas que, por múltiplas circunstâncias, acompanham a paulatina erosão de uma *história singular coletivo* não mais capaz de sustentar uma experiência temporal progressiva fadada ao sucesso inexorável do devir humano. Consciências que se opuseram às pretensões de um tipo de historiografia que, erguendo seus mitos fundantes da nacionalidade mediante apropriações de certos *futuros passados*, contribuiu na construção de tempos cujas experiências sombrias dos regimes totalitários e das catástrofes das duas Grandes Guerras homens como Benedetto Croce, Marc Bloch, Meinecke e o próprio Sérgio Buarque de Holanda não puderam se esquivar. Como conclui Thiago Nicodemo, “talvez mais do que um autor ou um livro, o objeto deste estudo seja uma estrutura histórica e seus reflexos no pensamento historiográfico. Essa estrutura é relacionada ao sentimento de mal-estar da modernidade do século XX [...]” (NICODEMO 2008, p. 44).

Estrutura histórica que, como pudemos observar, envolve transformações responsáveis por provocar impactos tanto nos modos de se encarar as *práticas* historiográficas como nos modos de se instituir seus *lugares*; mas em compensação, o foro privilegiado de verificação de tais impactos se atesta na forma mesma de se conceber e *escrever* a história.²⁸

²⁸ É nesse último viés, o da escrita propriamente dita, que, através dos recursos formais expostos pelos resultados nela condensados: temporalidades narrativas, aparatos de remissão etc., os quais evidenciam em certa medida o percurso do autor em sua “armação da intriga”, podemos investigar as “regras próprias” às quais se submeteu e que, por sua vez, “exigem ser examinadas por elas mesmas” (CERTEAU 2000, p. 66).

Considerações finais: notas de uma agenda investigativa

A partir de reflexões pontuais e da interlocução com parte da recente fortuna crítica de *Raízes do Brasil*, a hipótese que ora se levantou foi a de que a *historicidade do historiador*, ao longo do período o qual sugerimos marcar a trajetória desse autor-ponte, décadas de 1930 a 1950, *acompanhou, a nosso ver, a própria historicidade do gênero ensaístico*, desde o seu vigor – tal como aventado na primeira seção deste trabalho – até sua suposta desventura – sugerida na segunda seção tendo em vista duas de suas produções da década de 1950. No limite, estaria o ensaio, pelas penas de Holanda, se “profissionalizando”, por assim dizer? Qual seria o estatuto epistemológico implicado nas modificações efetuadas já na terceira edição do ensaio de estreia do autor, se comparado ao estatuto da escrita em *Visão do paraíso*?

Ao comentarem a vasta e profícua produção de Sérgio Buarque, não raro importantes autores – mesmo que *en passant* – sugerem a empreitada de parte daquilo que durante a pesquisa intentaremos efetivar, isto é, um estudo detalhado da primeira obra do autor, seguido de um cotejamento de suas primeiras edições.²⁹ No famoso posfácio que acompanha a 26ª edição de *Raízes do Brasil*, o historiador Evaldo Cabral de Mello adverte sobre a urgência de um estudo comparativo das primeiras edições da obra, uma vez que, segundo ele, nos dez anos que marcam o percurso das mudanças efetuadas por Holanda, da primeira para a segunda edição, percebe-se já a transição de um discurso de corte sociológico para um discurso eminentemente historiográfico.³⁰

Ora, não se aguarda tal iniciativa por mera ocasião, uma vez que o interesse pelo estudo da obra do autor vem, como tentamos demonstrar, recuperando muito recentemente a força que o espírito da academia no Brasil lhe arrebatara, principalmente se pensarmos na questão da *memória disciplinar* instituída, a partir da década de 1950, pela “sociologia científica” e, mais tarde, por certa historiografia, como problematizado em nota anterior. Ao saírem-se “vencedoras” do embate com o *ensaio histórico-sociológico* de outrora, essas disciplinas constituíram em torno de seus projetos (padrões de cientificidade) comunidades discursivas responsáveis, em certa medida, por relegar aquele

²⁹ Ver, por exemplo, o sugestivo “O exílio como eixo: bem sucedidos e desterrados. Ou: por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*” (ROCHA 2004, p. 105-141). Neste ensaio o autor empreende desdobramentos de algumas das teses insinuadas no livro de 1998, já comentado neste trabalho. Aqui, numa comparação exaustiva entre as mudanças efetuadas no primeiro parágrafo da primeira e da segunda edição de *Raízes do Brasil*, Castro Rocha intenta dar relevo à temática do exílio na formação da cultura brasileira. E, como hipótese central, sugere que há um paradoxo não resolvido, entre a edição de 1936 e 1947, na famigerada assertiva buarquiana de que “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”.

³⁰ “A elaboração de *Raízes do Brasil* saldou-se por uma inflexão de estratégia intelectual de Sérgio Buarque. Se ela hoje não parece tão evidente assim é que o texto que o leitor tem em mãos já não é o texto da primeira edição de *Raízes* mas o da segunda, publicada em 1947, e que foi substancialmente modificado pelo seu autor na esteira de mudança de percurso que efetuara nos dez anos anteriores. Para perceber todo o escopo desta mudança, será necessário proceder a uma criteriosa comparação entre o texto de 1936 e o de 1947 [...]” (MELLO 1995, p.192). O caráter artificial desta cisão entre dois momentos distintos do pensamento do autor, ao longo da trajetória das edições de *Raízes do Brasil*, é questionado, entre outros, por Pedro Meira Monteiro, para quem a preocupação com a história em *Raízes do Brasil* deve ser compreendida como uma “pedra fundamental” na carreira do Sérgio Buarque de Holanda historiador. Ver MONTEIRO 1999, p. 161.

gênero de escrita ao plano da noção de “pré-ciência”.³¹ Entre outros fatores, arriscaríamos na ligeira hipótese segundo a qual as consequências de uma lacuna sofrida pelos estudos sobre a historiografia produzida na Primeira República e décadas seguintes,³² onde tal período parece, não raras vezes, ser encarado como uma mera *transição* entre o contexto imperial e aquele das instituições especializadas, podem estar relacionadas à instituição de tal memória disciplinar.³³

Assim sendo, a ênfase na primeira edição de *Raízes do Brasil* vem a calhar no sentido de preencher uma lacuna bibliográfica nos estudos sobre a obra do nosso autor, na medida em que, mesmo os estudiosos mais especializados, não tocam com afinco o problema da *historicidade* do livro. Ora, o fato de a referida obra ser concebida como um “clássico de nascença” (CANDIDO 2006, p. 236) somente a partir da década de 1960 implica de antemão problemas relacionados à textualidade e à interpretação, e, no limite, ao cânone e à tradição. Se uma interpretação que se quer produtiva leva em conta a fusão de horizontes na qual se insere uma determinada obra, desde a primeira manifestação de seu *ser-aí* até a situação na qual se compreende o seu intérprete, cabe a esse último a tarefa de questionar certas interpretações passadas que, se por um lado instauraram um “novo” a partir da obra interpretada, ou, para recuperar Foucault (1996, p. 25), “[disseram] enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro”, terminam, às vezes, por silenciar, com o seu “novo”, possibilidades vivas que o ser-obra proporciona incessantemente. Como salienta Gadamer (1997, p. 457): “a fusão se dá constantemente na vigência da tradição, pois nela o velho e o novo crescem sempre juntos para uma validade vital, sem que um e outro cheguem a se destacar explicitamente por si mesmos”. Isso posto ao nosso caso, quais os elementos da tradição anteriores ao “marco 1967” – o qual, parece-nos, destacou-se, em certos momentos de sua recepção, quase que por si mesmo – poderiam ser resgatados do nosso famigerado livro? Quais as possibilidades nele submergidas poderiam ser assomadas, se lembrarmos com Dominick LaCapra que “a interação entre as tendências documentária e de ser-obra provoca uma tensão que só é neutralizada através de processos de controle e exclusão” (LACAPRA 1998, p. 248).

218

³¹ “Se é aceitável que a questão da ciência, se resolve fora do âmbito da forma, eliminar a aspiração à autonomia formal do ensaio, seria submetê-lo, como, o próprio Adorno o nota, à concepção positivista. Ou seja, o uso de conceitos e a reivindicação da verdade afasta o ensaio do campo da arte, sem o dispor no campo da ciência e seu lugar não se esgota nem por um, nem por outro” (COSTA LIMA 2005, p. 96).

³² Dentre as mais recentes produções brasileiras que elegem o discurso histórico como carro-chefe em suas investigações, abordando novas possibilidades abertas pelas contemporâneas história da historiografia e história intelectual, e cujo recorte abarca as décadas finais do século XIX e as iniciais do XX, encontram-se, certamente, os trabalhos de OLIVEIRA (2006); VENÂNCIO (2003); TURIN (2005); GOMES (2009; 1996); ARAÚJO (2005) e NICOLAZZI (2008b).

³³ Ao fim de toda disputa geracional por representação – fenômeno mais que comum no universo acadêmico – o lado que alcançou a consecutiva “glória”, torna-se responsável por “silenciar” as propostas da matriz, por assim dizer, “vencida”; e mais ainda, na ânsia de se tornar hegemônica, leva a cabo a empresa de uma *memória disciplinar* das formas de representação que se deseja consolidar no mundo. “A historiografia como investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado, pressupõe, como condição primeira, reconhecer a historicidade do próprio ato de escrita da história, reconhecendo-o como inscrito num tempo e lugar. Em seguida, é necessário reconhecer esta escrita como resultado de disputas entre memórias, de forma a compreendê-la como parte das lutas para dar significado ao mundo. Uma escrita que se impõe tende a silenciar sobre o percurso que levou-a à vitória, que aparece ao final como decorrência natural; perde-se desta forma sua ancoragem no mundo” (GUIMARÃES 2000, p. 32).

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. Tradução de Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz: Casa-grande & senzala** e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. 2ª. edição. São Paulo: Editora 34, 2005.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- AVELINO FILHO, George. As raízes de *Raízes do Brasil*. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 18, setembro de 1987.
- BARTHES, Roland. **Aula**: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Tradução e posfácio de Leyla Perrone Moisés. SP: Cultrix, 2007.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: obras escolhidas. São Paulo, Brasiliense, 7ª edição, v. 1, 1994.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 7ª edição. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.
- _____. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro. José Olympio, 1969.
- _____. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Edição comemorativa dos 70 anos. Organização de Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 4ª ed. Brasília: Editora UnB, 1967.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- COSTA LIMA, L. **Limites da voz (Montaigne, Schlegel, Kafka)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. Ensaio de nacionalidade: cordialidade, cidadania e desterro na obra de Sérgio Buarque de Holanda. **Locus**: revista de história da UFJF, Vol. 12, nº 1, 2006.
- DIAS, Maria Odila L. da Silva. Estilo e método na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: _____. **Sérgio Buarque de Holanda**: vida e obra. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Universidade de São Paulo, 1988.
- _____. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 51)
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.
- GADAMER, Hans Georg. **Verdade e método**. 4ª ed. Traduzido por Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997.

- GENETTE, Gérard. **Paratexts**: thresholds of interpretation. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- GOMES, Angela M. de Castro. **A República, a história e o IHGB**. 1ª ed. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.
- _____. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Usos da história, refletindo sobre identidade e sentido. **História em revista**, Pelotas, v. 6, dezembro de 2000.
- HARTOG, François. **Régimes d'historicité**: présentisme et expérience du temps. Paris: Éditions du Seuil, 2003.
- HOLLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.
- _____. **Raízes do Brasil**. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.
- _____. **Tentativas de mitologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Organização de Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2ª ed., 1989.
- _____. **Sérgio Buarque de Holanda**. O espírito e a letra: estudos de crítica literária. Vol. 1 e 2. Organização de Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos. In: PEREIRA, Mateus Henrique de F.; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. Odisseias do conceito moderno de história. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 50, março de 2010.
- IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006.
- LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual e leer textos. In: PALTÍ, E (Org.). **Giro lingüístico e historia intelectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.
- LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 1996.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Raízes do Brasil* e depois. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MONTEIRO, Pedro Meira. **A queda do aventureiro**: aventura, cordialidade e os novos tempos em *Raízes do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**: pontos de partida para uma revisão histórica. 9ª edição. São Paulo: Ática, 1994.
- NICODEMO, Thiago lima. **Urdidura do vivido**: *Visão do Paraíso* e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

NICOLAZZI, Fernando. **Ordem do tempo e escrita da história: considerações sobre o ensaio histórico no Brasil**. Mimeo, 2008a, p. 1-27.

_____. **Um estilo de história**: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre *Casa grande e senzala* e a representação do passado. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008b.

_____. **Ensaio histórico e escrita da história: a historiografia brasileira entre 1870 e 1940**. Projeto de pesquisa apresentado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC/FAPEMIG) da Universidade Federal de Ouro Preto, 2009.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)**. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

PEREIRA, Mateus Henrique de F.; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. "Odisseias do conceito moderno de história". **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 50, março de 2010.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1928.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Literatura e cordialidade**: o público e o privado na cultura brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

_____. **O exílio do homem cordial**: ensaios e revisões. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar futuro**: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

VENÂNCIO, Giselle. **Na trama do arquivo**: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951). Tese de doutorado em história. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

WEGNER, Robert. **A conquista do Oeste**: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

_____. Latas de leite em pó e garrafas de uísque: um modernista na universidade. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda**: Perspectivas. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

_____. Um ensaio entre o passado e o futuro. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Edição comemorativa dos 70 anos. Organização de Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Chegará o tempo da história?*

Will history's time come?

Guilherme Pereira das Neves

neves.gp@gmail.com
Professor associado III
Universidade Federal Fluminense
Rua Pinheiro Guimarães, 149/149
22281-080 – Rio de Janeiro – RJ
Brasil

Resumo

Considerando alguns episódios desde o final do século XVII e início do XVIII até as últimas décadas do XX, este ensaio procura sugerir, primeiramente, a permanente tensão que a prática historiográfica, ao constituir-se em paralelo ao mundo contemporâneo, absorveu entre a crescente especialização exigida pela profissionalização do campo no Ocidente e o papel que a disciplina adquiriu como conhecimento destinado a orientar amplos e diversificados estratos da população para a vida. Em seguida, pretende discutir o lugar que a história ocupa hoje em dia no Brasil, diante do crescimento exponencial, de um lado, dos programas de pós-graduação; e, do outro, da fragilidade da consciência histórica que o país parece ter desenvolvido. Para tanto, recorre em particular aos argumentos de Philippe Ariès, *O tempo da história* [1954], livro muito pouco valorizado entre nós.

222

Palavras-chave

Campo historiográfico; Teoria da história; Philippe Ariès.

Abstract

Considering some episodes from the early 18th to the late 20th century, this essay intends first to suggest the lasting tension that the historiographical praxis – in the process of asserting itself along with the contemporary world – has absorbed between an increasingly high level of specialization demanded by the professional drive of the field in the West, and the role that the subject has taken over as knowledge to guide large and diversified strata of the population in life. Secondly, it intends to discuss the place that history has come to occupy in Brazil, considering on the one hand the exponential increase in the number of graduate programs and, on the other, the shortcomings of the historical conscience that the country seems to have developed. In order to attain these goals, the paper draws heavily upon arguments extracted from Philippe Ariès' *The time of history* [1954], an otherwise underrated book.

Keywords

Historiographical field; Theory of history; Philippe Ariès.

Enviado em: 21/5/2012

Aprovado em: 1/8/2012

*Agradeço ao CNPq e ao projeto PRONEX de que faço parte, coordenado por Ronaldo Vainfas, o apoio para as pesquisas que conduziram a este artigo. Sou grato igualmente tanto a Márcia Gonçalves, que o provocou, quanto aos dois pareceristas, que o aprovaram, pelas observações inteligentes que fizeram, embora nem sempre tenha podido aproveitá-las.

Historians and sociologists are natural enemies
(COBBAN 1966, p. 198).

Ultimamente, de vez em quando, a comunidade de historiadores no Brasil tem sido algo sacudida por questões polêmicas, como a da profissionalização da carreira, o papel do ensino da disciplina e o lugar da pós-graduação, para não falar das divergências mais pontuais, sejam em torno de temas específicos, sejam da natureza da disciplina. Consideradas em temporalidade mais longa e dotadas de amplitude bem maior do que aquelas que percorrem o limitado espaço nacional, no entanto, atribuem-se essas recorrentes ondas de autocritica em geral ao epicentro que se formou entre 1970 e 1990, quando o giro linguístico, a queda do muro, a ensimesmação do marxismo e outros possíveis fatores criaram a sensação de uma crise geral dos paradigmas e pareceram tornar possível uma espécie de regra do *tudo vale* – ou do *salve-se quem puder* –, em geral, subsumidas sob os rótulos de *pós-modernismo* ou de *neoliberalismo* (NOIRIEL 2005).

Não cabem nas dimensões deste artigo nem o mapeamento dos deslocamentos ocorridos na crosta historiográfica durante esse quase meio século, nem a elucidação do campo de forças subterrâneas que os gerou. Pode-se, não obstante, tentar trazer à baila alguns aspectos da prática do historiador, a fim de criar estranhamentos e, por conseguinte, novas possibilidades de compreensão para a situação.

Há cerca de dois anos, o convite para mesa-redonda destinada a comemorar os 80 anos dos *Annales*, levou-me à preparação de texto, propositadamente polêmico, já publicado, em que pretendia argumentar que a *griffe* deixada por Lucien Febvre e Marc Bloch, ainda que tivesse assegurado um inédito prestígio para a história, acabara por desviá-la do lugar que o mundo moderno parecia atribuir-lhe (NEVES 2011, p. 87-101).¹ Por ocasião do último Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (ANPUH), em São Paulo (2011), com base em ideias semelhantes, apresentei comunicação ao grupo coordenado por Estevão de Rezende Martins e Pedro Caldas, onde procurei alargar um pouco o campo de observação, ao insistir que, à função orientadora da disciplina, destacada por Jörn Rüsen, correspondia um permanente estado de crise, possível de ser identificado do início do século XVIII aos nossos dias.² Ao contrário da tendência predominante, porém, propunha que a situação devia ser bem-vinda, sinal de que a história estava viva e cumprindo seu papel mais importante. As linhas que se seguem querem ampliar essa argumentação.

Embora o irritante *What was history?* de Anthony Grafton (2009, p. 54-61; THOMAS 2009) sugira alguns casos anteriores – até do século XV, mas sobretudo do XVI –, são certas polêmicas que eclodem na república das letras ao redor de 1700 que parecem mais sintonizadas com o que sucedeu depois.³

¹ A mesa-redonda ocorreu no XIV Seminário do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (CEDEPLAR), em Diamantina, maio de 2010, por iniciativa de João Antonio de Paula e Alexandre Mendes Cunha.

² Tratou-se do Simpósio Temático: 096 – Metahistória: ação humana e produção do conhecimento histórico.

³ Ver GRAFTON 2009, p. 123-88, para o exame de Francesco Patrizi (1529/30-1597), Reiner Reineck (1541-1595) e Jean Bodin (1530-1596).

Nesse momento, em busca da verdade, Jean Le Clerc criticava Quintus Curtius, autor de meados do século I d.C., por causa do uso que fazia dos discursos colocados na boca das personagens históricas. Já Jacob Perizonius argumentava que julgar o antigo historiador nesses termos significava desconsiderar o contexto em que vivera. Conforme Grafton (2009, p. 18), “enquanto Le Clerc encontrou seu padrão de avaliação para os textos literários na razão clara e distinta de Descartes, Perizonius encontrou o seu no historicismo, na leitura e no pensamento de acordo com o contexto, característico em seu mundo, notadamente, de Spinoza”. Ou seja, entre a busca intemporal de *um real mais real que o real* – como disse certa vez Francisco Falcon, num momento de Fernando Pessoa –, e a penosa reencenação, a partir dos fragmentos disponíveis no presente, de uma situação ou episódio no passado, *tal como realmente foi*.⁴

Nessa *querela entre antigos e modernos*, porém, outros confrontos envolviam igualmente a reflexão sobre o passado. Joseph M. Levine (1999a) salienta com perspicácia que a noção bem consolidada de que a idade *moderna* nasceu da redescoberta do mundo *antigo* já contém um evidente paradoxo, que só se explica pela inadvertência dos humanistas quanto ao que estavam fazendo. Como resultado, do século XIV ao XVII, quanto mais se acumulavam informações sobre gregos e romanos, mais distantes e exóticos eles apareciam e, em consequência, menos relevantes para o presente. A interpretação de Homero, por exemplo, tornou-se assim uma questão delicada, traduzida em infinitas disputas e em diferentes edições, mais ou menos sobrecarregadas de anotações, que, para uns, representavam esclarecimentos, enquanto, para outros, impediam a apreciação literária da obra. Ou seja, posterior à oposição dos primeiros humanistas aos escolásticos, o autor identificava também uma outra fissura, esta entre eruditos e literatos, na *república das letras*. “A dificuldade residia no fato de que, enquanto a literatura e as artes eram imitativas, o conhecimento filológico mostrava-se cumulativo” (LEVINE 1999b, p. 113). Dessa maneira, como Le Clerc queria, a erudição podia assemelhar-se à nova ciência experimental que Bacon e Descartes defendiam, embora se tornasse cada vez mais premente encontrar a maneira de apresentá-la – como, aliás, Pierre Bayle estava buscando com seu *Dicionário histórico e crítico* a partir de 1695 (cf. GRAFTON, 1997;1998; BAYLE 2010). Curiosamente, acrescenta Levine, em toda a Europa, por causa dessas novidades, “organizavam-se academias fora das universidades, mas os mundos da erudição [*learning*], ciência e literatura não se combinavam com facilidade, fazendo com que o ideal enciclopédico da época [...] não incluísse em geral poetas, oradores e nem mesmo *historiadores*, que permaneciam teimosamente indiferentes à acumulação de informações” (LEVINE 1999b, p. 113, grifo nosso).

⁴ A primeira expressão grifada foi usada durante uma aula inaugural do curso de história da Universidade Federal Fluminense há muitos anos. A segunda refere-se, claro, à conhecida expressão de Leopold von Ranke.

Analisar o processo que conduziu essa história *magistra vitae*, literária no mais alto grau, a aproximar-se da erudição, como Edward Gibbon (1737-1794) se mostrou capaz de fazer, talvez de maneira única, quando começou a publicar *Declínio e queda do império romano* em 1776, foge aos propósitos deste artigo (cf. KOSELLECK 2006). Afinal, quando ele chegou a Oxford com menos de quinze anos, sem ter passado por uma educação formal, já trazia “na bagagem erudição bastante para surpreender um doutor, tanto quanto ignorância em grau capaz de envergonhar qualquer aluno de primeiras letras” (GIBBON 1959, p. 33). Em 1758, ao começar o *Essai sur l'étude de la littérature*, sua primeira obra, publicada três anos depois, pretendia, numa época filosófica, como era o universo intelectual francês em que ele se movia então, defender justamente a erudição diante da negligência com que se considerava o conhecimento e a língua de Grécia e Roma (GIBBON 1959, p. 95-96). Não obstante, observa Levine, a distância entre belas letras e erudição histórica só tendeu a alargar-se daí em diante. Como deixou evidente o debate sobre *as duas culturas* na década de 1950 e outros movimentos posteriores, em algum momento do século XIX, “tinha desaparecido a arriscada mistura de conhecimento e literatura que o Renascimento italiano introduzira e cuja problemática existência persistira durante tanto tempo” (LEVINE 1999b, p. 125). Na realidade, “os classicistas com pretensão à investigação desinteressada do texto criaram um monstro sobre o qual perderam o controle, passando a ameaçar a literatura que amavam. E a maioria de nós, historiadores profissionais, somos, sem dúvida, seus herdeiros” (LEVINE 1999b, p. 126).

225

Contudo, vale insistir, a essa altura, que, à combinação de artifício literário e rigoroso exame das fontes – logo aprimorado pela escola alemã –, Gibbon somara algo mais: a perspectiva das Luzes, desenvolvida a partir da inédita reflexão sobre a sociedade humana que não deixou de ampliar-se desde Maquiavel e Bodin até Montesquieu e Rousseau (GIBBON 1959, p. 75; LEVINE 1999b, p. 123-125; POCOCK 1975, p. 3-80). E, da conjugação dessa tríplice perspectiva, nasceu a concepção oitocentista de uma história *científica* o suficiente para fundar as nações que, depois da Revolução Francesa, o Ocidente se viu na necessidade de inventar. Inventar com o objetivo de preencher o vazio deixado pelas liturgias religiosas que se deslocavam do âmbito público para o domínio privado e, assim, em paralelo, ordenar uma população crescentemente livre do espartilho de tradições imemoriais (cf. FURET 1982; GAUCHET 2005). Narrada com arte suficiente para alcançar um público amplo, dotada de alguma capacidade explicativa para as ações e personagens de que tratava, além de apta para comprovar suas afirmações com o uso de documentos, essa história, que logo se tornou profissional, surgiu, porém, marcada pelas disputas políticas da época.

A crítica da crise

A situação de tensão parece recorrente. No ambiente em que foram gestados os *Annales*, a virada do século XIX para o XX, conflitos semelhantes voltam a emergir. De um lado, estão as tensões que perpassam naquela ocasião

o surgimento da própria sociologia, analisadas por Wolf Lepenies (1994);⁵ de outro, quando François Simiand (1987) investe em 1903 contra Charles Seignobos, o grande *patron* dos seguidores de Clio, é impossível esquecer que a *crise* da história na França da *belle époque* encontra uma sincronia temporal quase perfeita com o que acontecia em outras regiões. Na Inglaterra, a oposição entre a concepção um tanto ingênua de John B. Bury, da história como uma ciência, e aquela de George Macaulay Trevelyan, como uma musa (WALSH 1970; BURY 1970; TREVELYAN 1970). No mundo de língua alemã, o *Methodenstreit* entre o economista austríaco Carl Menger, com importante contribuição para a teoria da utilidade marginal, e o economista-historiador Gustav von Schmoller, a quem Capistrano de Abreu admirava; como também o enfrentamento entre a perspectiva mais abrangente, capaz de contemplar aspectos sociais e econômicos, ainda que frágil, de Karl Lamprecht, e aquela dos historiadores, como Friedrich Meinecke, voltados para a política e as ideias, que orbitavam em torno do *Historische Zeitschrift* (IGGERS 1988; 1994; POPPER 1970; WIKIPEDIA 2010a; 2010b). Na Itália, o debate entre Gaetano Salvemini e Benedetto Croce nas páginas da precursora *Rivista italiana di sociologia* (surgida em 1897), comentado por ninguém menos do que Émile Durkheim no 6º volume de *l'Année sociologique* (DURKHEIM 1901/1902, p. 123-5).⁶ E ainda, um pouco mais tarde, nos Estados Unidos, o surgimento da *new history* de James Harvey Robinson e Charles Austin Beard, reagindo, com a fundação da *New School for Social Research* de Nova Iorque em 1919, contra o *nobre sonho* dos historiadores empiristas e nacionalistas (NOVIK 1988; BEARD 1970). Em 2010, ao recorrer ao volume inicial da correspondência entre Febvre e Bloch, editado por Bertrand Müller em 1994, para abordar a temática dos *Annales*, dois aspectos chamaram minha atenção (cf., entre muitos outros, BURGUIÈRE 1979; IGGERS 1985; HUPPERT 1997; HÉRUBEL 2004; MÜLLER 2003). Primeiro, ficava claro o enorme investimento intelectual que esses historiadores franceses fizeram para criar e manter o periódico nos anos iniciais. Do segundo, há muito desconfiava. Trata-se da grande continuidade entre a série de trabalhos e preocupações que vinham surgindo desde o final do século XIX e os próprios esforços de Febvre e Bloch. Já em 1900, fundara-se a *Revue de synthèse historique*, sob a responsabilidade de Henri Berr, um filósofo, relacionado pelo casamento a Émile Durkheim e cuja maior inquietação voltava-se para a excessiva compartimentação entre as disciplinas, que ele pretendia superar por meio da história, através de uma operação de *síntese* (MANN 1971; MÜLLER 1994, p. XVI-XVII; SIMIAND 1903; 1987; BRAUDEL 1969; CARDOSO; PÉREZ BRIGNOLI 1979; SALMON 1971). Além disso, os nomes e a atividade de historiadores franceses como Ferdinand Lot, Henri Hauser, Henri Sée e, sobretudo, Henri Pirenne – elevado, posteriormente, a uma espécie de padrinho dos *Annales* – sugere o quanto, no início da carreira de Febvre e Bloch, o campo

⁵ Agradeço a indicação ao colega Mario Grynszpan.

⁶ Gaetano Salvemini foi um socialista italiano que, refugiado do fascismo, lecionou por muitos anos nos Estados Unidos, onde publicou um curioso livro em 1939.

historiográfico não se limitava à tão detratada *história metódica* (BOURDÉ; MARTIN 1983, p. 137-170; CARBONELL 1976). Uma releitura do símbolo mesmo escolhido para representar essa tendência, o célebre manual de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, o *Introduction aux études historiques*, de 1898 (LANGLOIS; SEIGNOBOS 1946; RÉBÈRIOUX 1992; BLOCH 1993, p. 69), revela, a despeito dos ataques desfechados pelos *annalistes*, o quanto muitas das percepções propostas por Febvre, Bloch e até por Braudel podem ser encontradas, ainda que com algum disfarce, em suas páginas nada ingênuas, de clareza cartesiana.

Nesse sentido, parece razoável argumentar que a criação dos *Annales* em 1929 não representou o *corte epistemológico* bachelardiano que muitas vezes se supõe. Professores da nova Universidade de Estrasburgo, projetada como instituição inovadora para consolidar o espírito francês na Alsácia-Lorena ocupada pelos alemães após a guerra de 1870, nem Febvre, já a caminho dos 50 anos, nem Bloch, oito anos mais moço, eram, nessa época, marginais ao ambiente acadêmico. “Eles aparecem”, escreve Bertrand Müller, “ao contrário, perfeitamente integrados ao sistema” (MÜLLER 1994, p. X).⁷ No entanto, as crescentes queixas em relação ao acanhado meio provincial e os planos para obter uma posição em Paris, o centro de gravidade da vida universitária francesa, deixam claro quanto do projeto dos *Annales* fez parte de uma estratégia de acumulação de capital simbólico para tal fim (BOURDIEU 1983; 1974). Com efeito, o *élan* para alcançar Paris mostrava-se de tal ordem que, por duas vezes, transformou os colegas em acirrados competidores. Da segunda feita, ao final de 1930, a propósito de uma candidatura à *École des Hautes Études*, Febvre dirige a Bloch uma carta que diz poder ser “brutal”, uma vez que “não se resolve uma crise como esta, que sua carta revela, com meias palavras e cortina de fumaça”. Por eles próprios e “por tudo o que representavam”, os dois deviam chegar a Paris; mas isso exigia uma condição: que nem por um segundo dessem “a impressão” de que fossem “competidores” (MÜLLER 1994, p. XLVIII).⁸ De fato, como observa Carole Fink, os *Annales* asseguraram a Bloch “e a Febvre um lugar no mundo acadêmico” (FINK 1991, p. 165). E, ao final, a Paris eles chegaram: Febvre em 1932, ao *Collège de France*; Bloch, à própria Sorbonne, em 1936, ocupando o lugar de Henri Hauser.

No fundo, as afinidades intelectuais entre os dois situavam-nos particularmente bem para se darem conta do que representava a sociologia de Durkheim, cuja pretensão a ocupar o lugar hegemônico no conjunto das ciências humanas e cuja organização, graças à publicação de *L'Année sociologique* a partir de 1898, revelavam-se ameaçadoras para a posição de destaque de que gozara a história até então no meio acadêmico francês (BOER 1998; LEROUX 1998; LEPENIES 1994).⁹ Recorrendo à mesma estratégia durkheimiana, que

⁷ Sob esse aspecto, também PARIS 1997 chama a atenção das boas relações de Febvre e Bloch com a *Revue historique*.

⁸ A carta é de 31 de dezembro de 1930, mas não há cartas de Bloch em 1930, tendo, portanto, desaparecido aquela a que Febvre faz referência!

⁹ Este aspecto é totalmente ignorado por PARIS 1997.

conheciam bem e admiravam, derivava daí a preocupação de utilizar o periódico para consolidar e projetar a história em novas bases, aliando-se justamente aos seus maiores inimigos institucionais, as ciências sociais em afirmação. Mais do que aproveitar as contribuições de economistas, sociólogos e outros, como tinham feito seus predecessores, tal opção implicava em definir a disciplina de acordo com novo paradigma, no sentido de Thomas Kuhn (KUHN 1973; 1977; STOIANOVICH 1976). Paradigma que não tardou a dar a impressão ao meio acadêmico de que estava, enfim, assegurada a sua sempre questionada *cientificidade*. Logo, graças à concepção de uma *história-problema*, que articulava séries de dados idênticos entre si e, por isso, mensuráveis, exorcizava-se aquele desprezado *fato singular*, o famoso *fato histórico* da escola metódica (FURET 1976). E, somado a outros fatores após o final da 2ª Guerra – como a própria morte trágica de Bloch, a habilidade de Febvre e o gênio estratégico de Braudel no meio universitário francês –, tamanho foi o investimento que os *Annales* converteram-se no símbolo mais evidente do que a disciplina tinha de melhor a oferecer ao mundo (cf. COUTAU-BEGARIE 1983).

Contudo, ao tomar esse rumo – e este é o primeiro ponto que quero salientar –, os *Annales* reencenaram o destino tanto de certas correntes do século XIX, quanto dos próprios eruditos dos tempos modernos. Ao pretender-se *ciência*, a disciplina fez-se tão especializada que se tornou – por consequência inevitável – cada vez mais distante do público cultivado, para o qual ela tinha vindo servir, desde o princípio do Oitocentos, em especial, como instrumento de orientação num universo definitivamente desencantado em suas dimensões determinantes (GAUCHET 2005; 2004; 1998; 1985). Projeto acadêmico de dois historiadores excepcionais, os *Annales* sacudiram sem dúvida a prática historiográfica do século XX e contribuíram para situá-la em novo patamar, com o programa de abertura que promoveram em relação às ciências sociais. Contudo, ao apostar nessa direção, obcecados pelas respectivas carreiras, os sucessores de Febvre e Bloch desvalorizaram a dimensão de orientação para a vida, salientada por Jörn Rüsen, de que a história se revestira quando, a partir do final do século XVIII, integrou filosofia, erudição e retórica num só empreendimento (RÜSEN 1997; 2009; 2010).

Uma reflexão marginal

Bastante semelhante, aliás, àquela dos inícios do século XVIII, anteriormente mencionada, a situação acima descrita, da qual nasceram os *Annales*, mais do que recorrente, no entanto, aparenta repetir-se a intervalos cada vez menores. No ano em que Bloch chegava à Sorbonne, publicava-se do outro lado do Atlântico uma obra em que o autor, professor na universidade de Columbia, logo de início, observava:

Até recentemente, faltaram historiadores para a própria história. Houve histórias de quase tudo sob o sol: da literatura, da filosofia, das artes e ciências e, sobretudo, da política. Apesar disso, até os últimos anos – exceto por uns poucos trabalhos destinados a estudantes – a história permaneceu sem uma narrativa dela mesma. Clio, embora a mais antiga

das Musas, tem registrado o passado dos outros com aplicação, mas negligenciou o seu próprio; e *aparentemente seus leitores raramente indagaram-na a respeito*. Afinal, até hoje, a expressão 'história da história' pouco significa para a maioria das pessoas, parecendo sugerir algum supérfluo problema acadêmico para o qual o mundo atarefado não deve desperdiçar o seu tempo [...] (SHOTWELL 1936, p. 1, grifo nosso).

Para trás, Shotwell remetia a alguns brotos temporões, sem deixar de serem robustos, como foram, entre outros, os livros de Eduard Fueter (1911) e de George P. Gooch (1913), mas não podia imaginar, para diante, o quanto sua queixa mostrar-se-ia atual.¹⁰

Passado o trauma da II Guerra, enquanto os *Annales* consolidavam-se na França e passavam a estabelecer pontes com o estrangeiro, o final da década de 1940 e o início da seguinte assistiram a autêntico florescimento da reflexão sobre a *ideia de história*, que se multiplicou daí em diante – de maneira tão surpreendente, talvez não por acaso, quanto à sequência de obras-primas cinematográficas dessa época e das décadas imediatas. Já em 1946, aparecia postumamente a problemática edição de *The idea of history* de R. G. Collingwood (cf. COLINGWOOD 2001). Três anos depois, publicava-se a *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien* redigido por Marc Bloch na clandestinidade, antes de sua morte em 1944 (BLOCH 1949). Em 1950, surgia um dos primeiros artigos seminais de Arnaldo Momigliano (MOMIGLIANO 1950; 1983). Não tardou a coleção de ensaios de Lucien Febvre, *Combats pour l'histoire*, em 1953. No ano seguinte, foi a vez tanto de Henri-Irinée Marrou, *De la connaissance historique*, retomando muito do que Raymond Aron já apresentara, quanto do pouco notado *Le Temps de l'histoire* de Philippe Ariès, no calcanhar dos quais Paul Ricoeur apresentou em 1955 o seu *Histoire et vérité* (cf. ARON 1981; 1969; MELLO 2002a; 2002b). Em 1957, com *The ancient constitution and the feudal law*, John G. A. Pocock retomava pelo viés historiográfico os problemas levantados por Peter Laslett a respeito do pensamento de Filmer e Locke (POCOCK 1987; LASLETT 1949; 1960). Dois anos depois vinha à luz *Crítica e crise* de Reinhart Koselleck (1999) e, em 1960, se alguma dúvida ainda subsistisse, não só *Verdade e método* de Hans-Georg Gadamer (2004), num polo, como, no outro, esse novo Langlois e Seignobos do século XX, o volume *L'histoire et ses méthodes* (SAMARAN 1961) da prestigiosa coleção "Pleiade", para não falar da criação do periódico *History and theory* (WESLEYAN 2012). Pouco depois, com a lucidez habitual, E. H. Carr veio a dizer nas "George Macaulay Trevelyan lectures" de 1961 que não "há indicador mais significativo do caráter de uma sociedade do que o tipo de história que ela escreve ou deixa de escrever" (CARR 1978, p. 40; cf. também MORELLI 1974).¹¹ Tratava-se, entretanto, essa obra, de uma das possíveis exceções a certa tendência de toda essa atividade historiográfica, que prosseguia dirigindo-se prioritariamente

¹⁰ SHOTWELL 1936, p. 11, acrescenta mais algumas, como GUILLAND 1915, cujo original francês data muito curiosamente de 1900, e o conhecido CROCE 1916, que julga conter mais teoria do que história, embora possa ser considerado "estimulante por aqueles com interesses filosóficos".

¹¹ A última referência agradeço ao prof. Cayo García quando docente da pós-graduação em história da UFF.

à comunidade de profissionais especializados que os *Annales* estavam contribuindo para consolidar, fazendo com que o público em geral, repellido diante de textos tão específicos, fosse provavelmente buscar os sonhos de que precisava no ambiente acolhedor das salas de cinema.

Outra obra consistiu com certeza na mencionada coleção de oito ensaios escritos entre 1946 e 1951 que Philippe Ariès (1914-1984) reuniu e publicou por intermédio de pequena editora monegasca em 1954. Apesar da recepção inicial mais efetiva do que se imaginava, *Le temps de l'histoire* permaneceu praticamente desconhecido, pelo menos até 1986, quando saiu a segunda edição, com prefácio de Roger Chartier (ARIÈS 1986; 1992; 1989; BRAUDEL 1958; FARIA 2010; HUTTON 2004).¹² E, num certo sentido, serve como uma luva para argumentar o que pretendo abordar adiante.

Com 40 anos então, Ariès já conseguira imprimir dois livros, embora, tendo perdido mais de uma vez o exame de admissão para o ensino médio, houvesse ingressado em instituto de pesquisas sobre frutas tropicais, cujo centro de documentação a essa altura dirigia. Com origem em família monarquista, filiada à direita católica francesa, apaixonado desde criança pela história mais *événementielle*, desgostoso com a história seca da *república dos professores* que encontrara na universidade em Grenoble e em Paris, mas fascinado pela leitura de Febvre e Bloch, que fizera por sua própria conta, ocupava, por conseguinte, um lugar completamente marginal no interior do ambiente acadêmico francês, cujas raízes encontravam-se nas ideias de república, derivada de 1789, e de ensino público laico, fundado na estrita separação entre Igreja e Estado.

230

Talvez por isso mesmo, a obra revela surpreendente originalidade. Confirmando o que se adiantou acima, "nos dois capítulos centrais", segundo Chartier, "consagrados às atitudes diante da história na Idade Média e no século XVII, Ariès foi um dos primeiros a esboçar o que podia ser a história da história" (CHARTIER 1986, p. 24). No entanto, de forma alguma restringe-se a tal aspecto. Antecipa-se igualmente ao que faria mais tarde em *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, quando a descoberta da galeria de retratos do castelo de Beauregard, num dos passeios de bicicleta pelas margens do Loire com a esposa, faz com que percebesse que ali se encontrava "uma forma de representação do tempo, comparável àquela dos cronistas, ainda que mais concreta e familiar." Dessa maneira, pela primeira vez, "um documento artístico" fornecia-lhe "tema original de reflexão" (CHARTIER 1986, p. 26-27; ARIÈS 1980, p. 121-123). Não obstante, é a concepção de história do próprio Ariès nesse momento, revelada com mais clareza em alguns dos outros textos, que quero realçar.

Logo no primeiro, "Uma criança descobre a história", Ariès (1986, p. 33-34) observa que em sua família, a cada dia, o jornal era examinado e comentado minuciosamente, mas "como se falasse de parentes ou de amigos. Antes da guerra, eu jamais tive o sentimento da vida pública, como uma espécie de prolongamento de minha vida privada, que a dominava e absorvia". Na realidade,

¹² A referência imediata indica trabalho de Marcos Guedes Veneu realizado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* sob a direção de François Hartog, ao qual espero ter acesso em breve.

ele não nascera “na história”, como os jovens que de 1940 em diante alcançavam seus vinte anos e para os quais a sociedade mais ampla se impusera com a guerra. Aliás, experiência vivida pelo próprio Ariès pouco depois, em 1945 – embora o episódio não seja mencionado no livro –, quando um dos irmãos morre em combate (CHARTIER 1986, p. 12). Ao contrário, para seus pais, era no “passado feliz e bonachão” do antigo regime que eles continuavam a viver. Por isso, “estavam convencidos com uma convicção ingênua, que eles possuíam, como algo evidente, a essência do passado, que, no fundo, não existia diferença entre eles e o passado: o mundo ao redor havia mudado com a república, mas eles tinham permanecido lá” (ARIÈS 1986, p. 36 e 38).

Perspectiva algo turva, que somente os textos seguintes mostram-se capazes de esclarecer. Se Ariès herda do meio familiar passadista o gosto pela história, as tensões políticas do período de formação, seu contato com a universidade, as leituras que empreende por si mesmo, o choque brutal da guerra e a experiência posterior fornecem-lhe uma compreensão muito complexa do lugar que a disciplina ocupa no mundo contemporâneo. A partir do sucesso alcançado pela obra de Jacques Bainville, constata que o aparecimento da vulgarização histórica de qualidade no período entreguerras “constitui um fato sociológico importante”, em que a história não erudita deixa de estar reservada a alguns amadores para alcançar todo o público de leitores médios [*honnêtes gens*]. Trata-se da grande particularidade do século XX:

o homem não se concebe mais como um indivíduo livre, autônomo, independente de um mundo que o influencia, sem o determinar. Do qual ele toma consciência na história, onde se sente solidário da cadeia dos tempos e não pode se conceber isolado da continuidade representada pelas épocas anteriores. Ele tem curiosidade pela história como se fosse um prolongamento de si mesmo, uma parte de seu ser. Ele sente, mais ou menos confusamente, que ela não lhe pode ser estrangeira (ARIÈS 1986, p. 49).

231

No entanto, de maneira surpreendente, não é apenas no historicismo de Bainville que identifica essa concepção, mas também no materialismo histórico inspirado em Marx, ainda que este “raciocinasse a partir de *leis*, quer dizer, sobre médias”, o que implicava no “abandono do domínio concreto da vida humana”. No fundo, Ariès tinha percebido que a história convertera-se em “um arsenal de argumentos”, mas fragmentada em diversas modalidades, com consequências importantes (ARIÈS 1986, p. 50, 55 e 45).

Entre uma nostalgia do passado ou um abandono às forças do porvir, dois sentimentos vividos, e o conhecimento positivo da história, não ocorreu qualquer relação direta. Eis por que a literatura histórica permaneceu ou um gênero superficial ou um monopólio de especialistas, à margem da vida das ideias modernas (ARIÈS 1986, p. 68).

Profundamente sensível ao aparecimento de uma consciência histórica, nascida dos tumultos do fim do século XVIII e início do XIX e capaz de distinguir tempos diferentes, Ariès identifica igualmente, sobretudo na segunda metade do Oitocentos, dois gêneros de prática historiográfica: aquela produzida na órbita da Academia de Letras e aquela gestada na universidade, que se definiam

por seus respectivos públicos pelo menos tanto quanto pelos métodos utilizados. A primeira tinha por leitores “a burguesia cultivada e respeitável”, envolvia o estudo cuidadoso dos documentos, mostrando-se com frequência erudita, embora evitasse “que a erudição transparecesse, pois se estava entre pessoas da boa sociedade.” Propunha-se “a contar e explicar a evolução política dos governos e Estados, as revoluções, as mudanças de regime, as agitações e as crises [...], as políticas diplomáticas e as guerras”. Conservadora, sem ser reacionária, através dela,

a burguesia não procurava uma maneira de compreender seu destino de homem ou de sociedade em relação às mudanças do mundo, das nações e das classes. Aliás, não havia mudança, estando as relações políticas determinadas por leis *ne varietur*. A burguesia, num mundo de cujo movimento nem desconfiava, não precisava de uma filosofia da história: na sua forma acadêmica, ela solicitava à história somente uma técnica de governo (ARIÈS 1986, p. 209-211).

Por seu turno, a história universitária só interessava aos próprios universitários. E, ainda “hoje, a maior parte dos leitores médios [*honnêtes gens*] mal sabe que ela existe.” Diferentemente da primeira metade do século XIX, quando Michelet, Thierry ou Guizot “acumulavam a condição de autores difundidos e populares e de especialistas”, aparecendo como personalidades na moda, depois de Fustel de Coulanges (1830-1889), “nenhum professor de história [...] conseguiu reunir em torno de sua cátedra os auditórios mundanos e elegantes que se espremiavam nas aulas de Bergson e de Valéry”.¹³ Dessa maneira, “o estudo da história perdeu o contato com o grande público para tornar-se uma preparação técnica de especialistas isolados em sua disciplina”, os quais “exploraram a história dos homens sem pensar em indagar-se sobre o interesse que o homem de seu tempo podia ali encontrar” (ARIÈS 1986, p. 212-213). Um dos motivos, segundo Ariès, decorria da mudança do recrutamento universitário, que se tornou mais democrático com a 3ª República, levando o ensino superior a deixar de ser uma formação cultural para converter-se em preparação para o exercício de uma profissão no ensino secundário (ARIÈS 1986, p. 214). No entanto, ao dirigir-se ao seu próprio público, “essa universidade *dreyfusarde*, radical, logo socialista com Jaurès, não pariu uma literatura histórica de combate” (ARIÈS 1986, p. 215). Ao contrário da versão aguerrida da primeira metade do século XIX, a história universitária “erigiu em princípio que [ela] não provava nada, que ela existia na medida em que não a interrogavam para solicitá-la” (ARIÈS 1986, p. 215).

Assim cuidadosamente destacada do presente, a qual curiosidade respondia a história entre os historiadores profissionais? Questão importante, da qual depende o sentido que se deve atribuir a toda a historiografia moderna, obra das universidades francesas ou estrangeiras; questão que se mostra bastante delicada quanto à resposta, pois é preciso reconhecer que os historiadores jamais a formularam (ARIÈS 1986, p. 215- 216).

¹³ Em *À la recherche du temps perdu*, Proust traça um pouco o retrato desses universitários por meio do professor Brichot. Cf. SERÇA 2004.

Historiadores que se limitaram à produção de tratados de metodologia, cabendo as reflexões francesas sobre a história a filósofos, como Raymond Aron, mas “postas deliberadamente [...] de lado, com um alçar de ombros, como se fossem palavreado teórico de amadores sem competência: a insuportável vaidade do técnico que permanece no interior de sua técnica, sem jamais tentar olhá-la do exterior!” (ARIÈS 1986, p. 216).

Não obstante as novas possibilidades que enxerga nos *Annales*, Ariès acaba por concluir que, no fundo,

nenhum historiador pode evitar a alternativa das duas histórias, uma científica, a outra política, conservadora ou marxista. Nenhum historiador tampouco decidiu sua escolha de uma vez por todas. Os eruditos mais austeros esforçavam-se somente para assegurar a compartimentação entre a ciência objetiva e a interpretação política do passado na sua vida. Contudo, por mais desinteressado que fosse seu conhecimento, eles sentiam a maneira de ver o tempo praticada no meio em que viviam, conforme a respectiva referência política. Pois a filosofia política da história, como uma frente de guerra, separava a opinião em dois campos. Em cada um deles, tendências diferentes se chocavam, mas englobavam pessoas que falavam a mesma língua. E essa impressão de parentesco vinha, além das ortodoxias e das excomunhões típicas das igrejas, de uma atitude comum diante da história. De acordo com a ênfase na ideia de repetição ou de transformação, acabava-se classificado à direita ou à esquerda. [...] Até mesmo os historiadores profissionais, obcecados de objetividade, não podiam deixar de escolher e, por pouco que se escolha, há comprometimento (ARIÈS 1986, p. 240-241).

Diante dessa situação, se 1940 revelou a história pública que levava todos de roldão, também trouxe de volta a perspectiva particular dos pequenos grupos que se viam ameaçados por esse movimento. Como a história “é sempre a consciência do que é único e particular, assim como das diferenças entre várias particularidades”, a variação ocorre no tempo, como momentos sucessivos – o que dá origem à grande história – embora também possa situar-se fora do tempo, “na consciência que uma coletividade tem de si mesma em relação, não a uma outra época de sua transformação, mas à coletividade vizinha – o que eu denominei de história particular, de história das heranças” (ARIÈS 1986, p. 242-244).

No mundo contemporâneo, porém, é a civilização da técnica, sempre igual a si mesma, que se opõe às civilizações das diferenças. Assim sendo – e trata-se da última frase do livro, grifada pelo autor –, a “*uma civilização que elimina as diferenças, a história deve restituir o sentido perdido das particularidades*” (ARIÈS 1986, p. 246-248).

No ambiente inicial de discussão sobre história da historiografia na década de 1950, que logo ia tornar-se endêmica, alcançando, como sugerido no início, uma espécie de ponto nevrálgico entre os anos de 1970 e 1990, Philippe Ariès apresentava, dessa maneira, uma reflexão cuja originalidade parece residir justamente no descentramento do olhar com o qual considerava a atividade dos historiadores. Em primeiro lugar, como faria mais tarde com a família e a morte, era das *atitudes* diante da história de que se dava conta. Embora o mundo moderno fosse regido por uma mentalidade técnica que tendia a borrar

diferenças, percebia a radical novidade representada pelo surgimento da consciência histórica, equivalente à sensibilidade para diferenciar passado de presente, tanto quanto para usar argumentos do primeiro para as lutas travadas no segundo.¹⁴ Em seguida, a ideia de “história particular” anunciava com impressionante clarividência o papel da construção historiográfica nas batalhas da memória e das identidades que ingressaram hoje na ordem do dia. E, além disso, de sua posição excêntrica em relação à academia, ainda apontava os limites dos trabalhos aí realizados, distantes em geral das preocupações da sociedade mais ampla. Em suma, Ariès voltava a colocar com força a pergunta enunciada por Marc Bloch logo no início da *Apologie*: afinal, para que serve a história? Pergunta que, de lá para cá, alguns historiadores e filósofos podem ter revirado de muitas maneiras, mas que a maioria dos praticantes da disciplina continuou tendendo a ignorar, desde que não impedisse o cultivo de seu jardim particular. Para concluir, é este o segundo aspecto para o qual quero chamar a atenção.

O futuro de uma ilusão?

Recentemente, artigo de Keila Grinberg alcançou grande repercussão quando levantou algumas dessas questões para o Brasil. Não por acaso, intitula-se “Historiadores pra quê?” (GRINBERG 2012). Em pós-doutorado nos Estados Unidos, ela aproveita o debate provocado por documento escrito, juntamente com Jim Grossman, por ninguém menos que Anthony Grafton, enquanto presidente da *American Historical Association* em 2011 (GRAFTON; GROSSMAN 2012). Lá, a questão envolve diretamente o mercado de trabalho para profissionais doutores, que estão encontrando dificuldades crescentes para seguir a trajetória mais valorizada, ou seja, a de professor efetivo num departamento universitário de história. Daí, a sugestão de ultrapassar a concepção de que o trabalho do historiador em outras atividades – como museus, instituições culturais, arquivos e até em órgãos do governo e nos negócios – constitua uma opção menor, um mero *plano B*. No entanto, o subtítulo do texto sugere algo mais. Trata-se apenas de *uma proposta muito modesta*, evidente alusão à sátira de Jonathan Swift de 1729 chamada *A modest proposal*, em que a venda de bebês aos açougues aparecia como solução para o problema da fome e da miséria na Irlanda. Em princípio, Grafton e Grossman, embora ligados até a medula à universidade, parecem se dar conta da mesma dimensão mais ampla da história que Philippe Ariès assinalava em 1954. No entanto, será que a ironia fica por conta do papel que a disciplina passou a ter no mundo contemporâneo e que os profissionais tendem a desconsiderar? Deve-se à inviabilidade de a pesquisa histórica de ponta – em função da preparação erudita altamente sofisticada que exige e do tempo que demanda – ser conduzida por uma grande quantidade de indivíduos? Ou refere-se à impossibilidade prática de absorver um enorme número de doutores na universidade para que possam perseguir o assunto histórico de seu interesse de ponto de vista cada vez mais especializado e, por consequência, menos significativo para extratos mais largos da população?¹⁵

234

¹⁴ Essa situação da história no mundo moderno já estava sendo abordada nessa época em GADAMER 2007.

¹⁵ Num domínio próximo, ver as reflexões de PARKS 2012.

No caso do Brasil, como as reações ao artigo de Grinberg logo revelaram, a questão tornou-se rapidamente uma discussão sobre a disparidade da remuneração e das condições de trabalho entre os professores universitários, sobretudo os do sistema público, de um lado, e aqueles do ensino fundamental e médio, do outro. Combinada essa dimensão a outras – como a pequena difusão das obras da maioria dos professores universitários junto à população, o desinteresse com que o assunto é em geral recebido pelos estudantes fora dos cursos de história, as frequentes distorções históricas que se encontram na mídia, por exemplo – talvez a pergunta devesse ser modificada para retornar à de Bloch: ao invés de historiadores, *história para quê?*

Sem dúvida, de um lado, é difícil negar a amplitude que a produção dos historiadores, majoritariamente situados nos programas de pós-graduação – assumiu nos últimos anos. Uma rápida consulta à página da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), revela que, por ocasião da última avaliação trienal da área de história, em 2010, eram 53 cursos em quase todas as unidades do país e, com somente nove exceções, públicos, englobando 1038 docentes, capazes de gerar, entre 2007 e 2009, 751 teses de doutorado, 2271 dissertações de mestrado, 4412 artigos em periódicos, 7114 trabalhos completos em anais de eventos, 893 livros de pesquisa original, e 4546 capítulos em obras coletivas. Isso quer dizer que são 250 novos doutores em média por ano que estão ingressando no mercado de trabalho, enquanto alguns cálculos permitem verificar que cada um dos docentes mostram-se anualmente responsáveis por pelo menos 6,6 *produtos* – como a agência gosta de denominá-los. No caso de dois dos três programas que alcançaram a nota máxima de excelência, o resultado eleva-se para 8,9 e 13,1, embora nesses números ainda não estejam computadas outras atividades essenciais, como aulas na graduação e na pós, orientação de monografias de bacharelado e de alunos de iniciação científica. Tais dados parecem indicar que a academia adquiriu uma dinâmica própria, desligada da sociedade mais ampla (com a possível exceção de casos bem específicos, que não se medem em números, como o dos movimentos afirmativos). Não se terá tornado uma nova *república dos professores* como a caracterizou Philippe Ariès há quase 60 anos?

Do outro lado, toda essa frenética atividade pouco parece direcionada – como os já mencionados comentários e o próprio texto de Keila Grinberg apontaram – ao ensino fundamental e médio. Será possível formar 250 doutores em história por ano e manter a precariedade do ensino público nos níveis atuais? Pretender responder a essa pergunta significa indagar-se sobre o lugar da história e da própria educação no Brasil, algo que ultrapassa igualmente – e muito! – as dimensões deste artigo.

Não obstante, as reflexões anteriores podem sugerir algumas facetas da questão.¹⁶ Em primeiro lugar, considerada em seu conjunto, mostra-se surpreendente a falta de espessura da experiência histórica brasileira. Se a

¹⁶ O autor é o primeiro a ter consciência do caráter ensaístico do que se segue e, por isso, pede que as linhas abaixo sejam tomadas apenas como um convite à reflexão.

independência de 1822, fundada na oposição ao antigo colonizador, cuja cultura as elites partilhavam largamente, veio a encontrar o seu momento inaugural mais autêntico na abdicação do imperador, herdeiro ao trono de Portugal, em 1831, a criação quase simultânea do Colégio de Pedro II (depois dos desacertos que inviabilizaram a fundação de uma universidade) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro indicam sem dúvida uma preocupação formadora, mas dirigida para a restrita classe dirigente. Dessa maneira, muito mais do que a erudita *História geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857) foi o *Manual de história do Brasil* de Joaquim Manuel de Macedo que soube, como percebeu a acuidade de Capistrano, encerrar o passado da nação em “quadros de ferro”. Enquanto a *questão religiosa* lembrava a imersão do país em um universo que não se desencantara, a proclamação da república revestiu-se, pelo menos, da aparência de golpe militar, que deixou a maioria *bestializada*. Já a abolição constituiu decerto uma conquista, mas o quanto foi devido a um debate conduzido por argumentos *históricos*?

De *Um estadista do império* (1897-1899) aos *Donos do poder* (1958-1975), passando pelo conjunto da obra do autor dos *Capítulos de história colonial* e por *D. João VI no Brasil*, assim como pela trinca modernista formada por Gilberto Freyre, Sérgio Buaque de Holanda e Caio Prado Jr., destacada por Antonio Candido, entre outras, não faltaram obras primas escritas por historiadores. No século XX, uma considerável produção de biografias por escritores como Luiz Vianna Filho e Raimundo Magalhães Jr., além da série articulada por Octavio Tarquínio de Souza sob o título geral de *História dos fundadores do império do Brasil*, corresponde com notável semelhança àquela *história acadêmica* que Ariès mencionava como destinada aos grupos dirigentes, em geral até muito eruditas, mas escondendo tais andaimes sob uma superfície literariamente bem polida. Enquanto a produção do meio católico reunido em torno de Jackson de Figueiredo e aquela ligada ao Partido Comunista representam orientações políticas opostas, igualmente presentes na França do período, nenhuma *História do Brasil* nesse intervalo pode equiparar-se ao sucesso da *Histoire de France* de Bainville.¹⁷ Finalmente, coincidindo com a tendência observada acima, na esteira de *A verdade da biografia* de Luiz Vianna Filho (1945), ainda aparecia em 1949 *A teoria da história do Brasil* de José Honório Rodrigues (1969), seguida nos anos imediatos por diversos estudos de caráter historiográfico (RODRIGUES 1965; 1966; GONÇALVES 2009).

Todavia, sobretudo após a redemocratização de 1946, se esse movimento parece anunciar o surgimento de uma consciência histórica e a percepção da grande história em que todos estavam envolvidos, o golpe militar de 1964, sucedido pelo AI nº 5 e a montagem de violento aparelho repressor, a partir de 1968, esvaziou o movimento. Se a década de 1950 assistiu à taxa de alfabetização do país ultrapassar a barreira dos 50% destacada por Lawrence

¹⁷ Embora, por volta de 1940, França (PRESSAT 1971, p. 11) e Brasil (IBGE 1977) tivessem populações equivalentes, ao redor de 40 milhões de habitantes, estima-se que, entre 1924 e 1947, tenham sido vendidos mais de 260 mil exemplares da obra de Bainville (CHARTIER 1986, p. 31).

Stone (STONE 1964; 1969; IBGE 1977), assim como à criação em 1951 da mencionada CAPES e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de olho na importância estratégica que o conhecimento adquiria na *era atômica*, a ditadura militar, sem quebrar essas tendências, ao que tudo indica, conseguiu atribuir-lhes dimensões novas. Ingressava-se na civilização técnica. De um lado, o ensino fundamental e médio perdeu na qualidade o que passou a adquirir a partir de então em quantidade, desvalorizando-se ao mesmo tempo o lugar social do professor primário e secundário e de algumas disciplinas, como história e geografia, diluídas durante muitos anos em *estudos sociais* ou entortadas como *organização social e política do Brasil*. No ensino superior, a ampliação correspondeu também a critérios técnicos, embora não seja de desconsiderar o papel que teve na redução das tensões sociais ao oferecer, em cursos de pequena exigência de ingresso – como, mais uma vez, a história –, a obtenção a baixo custo de diploma que o *bacharelismo* do império, não menos do que o da república, tornara relevante símbolo de *status*. A partir da década de 1970, veio então a montagem da pós-graduação.

Talvez mais importante, em todos esses momentos – como na expulsão dos jesuítas em 1759, na reforma pombalina deste ano e de 1772, ao longo do império e da república –, as decisões partiram sempre do poder. As mudanças educacionais nunca foram reivindicadas pela população. Além disso, como a Coroa portuguesa e o papel estratégico que a Universidade de Coimbra desempenhou na formação das elites do império, o ensino superior – e, posteriormente, a pós-graduação – tornou-se esfera de competência por excelência do governo central. Ainda que a criação da Universidade de São Paulo em 1934, no rescaldo da malograda Revolução de 1932, pareça desmentir a afirmação, o surgimento no ano seguinte da Universidade do Distrito Federal por iniciativa do prefeito Pedro Ernesto e de Anísio Teixeira – na qual veio ensinar Henri Hauser quando deixou a Sorbonne, tendo Sérgio Buarque por assistente – gerou imediato mal-estar, que se traduziu na incorporação dos quadros da instituição à recém-constituída Universidade do Brasil, hoje UFRJ, em 1939 (FERREIRA 2006; VENANCIO FILHO 1997; HAUSER 1937).

Dessa maneira, apesar da generalização abusiva, para a maior parte da população brasileira, majoritariamente analfabeta até 1950, em seguida desenraizada em grandes números de seus ambientes seculares para buscar um sonho indefinido nas grandes metrópoles do país que se industrializava, mal servida em termos de ensino básico, ainda mergulhada nas credices de um mundo de antigo regime, exposta pouco depois em doses maciças às imagens sedutoras da televisão, qual significado podia ter *história*? Como para inúmeros alunos das atuais escolas fundamentais e médias e seus pais, esses indivíduos

viviam no folclore, quer dizer, na permanência e na repetição; permanência dos mesmos mitos, das mesmas lendas, transmitidas sem alterações, pelo menos conscientes, através de gerações; repetições dos mesmos ritos no decorrer do ciclo das cerimônias anuais. [Permaneciam] indiferentes aos episódios que se mostravam estrangeiros aos seus mitos (ARIËS 1986, p. 88).

E, quando obrigados, como na escola, a admiti-los, apressam-se para incorporá-los o mais rápido possível à sua matéria lendária, como ocorre – por mediações bem mais complexas hoje – nos enredos de uma escola de samba. E, no fundo, essa atitude equivale a uma recusa da história, essa série de fatos ou personagens imprevistos, que jamais retornam. Essas particularidades – que justamente cabe resgatar numa sociedade que busca eliminar todas as diferenças...

Se assim for, parodiando Sérgio Buarque, a força da história universitária foi a sua maior fraqueza. Assegurar a profissionalização do historiador ou encontrar o plano B adequado para o excesso de praticantes do ofício servirá apenas para manter a situação atual. A história continuará sendo um meio de vida para alguns, do ensino fundamental aos programas de pós-graduação, regido pelas regras de um campo cada vez mais bem definido. Não terá chegado o *tempo da história*, em que as particularidades, que criam o caleidoscópio do mundo moderno, sejam capazes de se opor à técnica, que uniformiza em nome da otimização dos resultados, por meio daqueles *espaços públicos devidamente preservados* de que, em um de seus últimos textos publicados, Tony Judt (2010) sentia cada vez mais falta.¹⁸

Referências bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **Le temps de l'histoire**. Monaco: Éditions du Rocher, 1954.

_____. **Un historien du dimanche**. Collaboration de Michel Winock. Paris: Seuil, 1980.

_____. **Le temps de l'histoire**. Préface de Roger Chartier. Paris: Seuil, 1986.

_____. **O tempo da história**. Tradução de R. L. Ferreira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

_____. **O tempo da história**. Tradução de M. S. Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

ARON, Raymond. **La philosophie critique de l'histoire**: essai sur une théorie allemande de l'histoire. Paris: Vrin, 1969.

_____. **Introduction à la philosophie de l'histoire**: essai sur les limites de l'objectivité historique. Paris: Gallimard, 1981.

BAYLE, Pierre. **Diccionario historico y crítico**. Selección, traducción, prólogo, notas y diccionario del editor por Fernando Bahr. Buenos Aires: El Cuenco de Plata, 2010.

BEARD, Charles A. That noble dream. In: STERN, Fritz (ed.). **The varieties of history**: from Voltaire to the present. London: Macmillan, 1970, p. 314-328.

BLOCH, Marc. **Apologie pour l'histoire ou le métier d'historien**. Édition critique par Étienne Bloch. Préface de Jacques le Goff. Paris: Armand Colin, 1993.

¹⁸ A frase é: "The wealth of words in which I was raised were a public space in their own right – and properly preserved public spaces are what we so lack today".

- BOER, Pim den. **History as a profession**: the study of history in France, 1818-1914. Translation by Arnold J. Pomerans. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- BOURDÉ, Guy. L'école méthodique. In: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **Les écoles historiques**. Paris: Seuil, 1983, p. 137-170.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: _____. **Pierre Bourdieu**: sociologia. Organização de Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 39).
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sérgio Miceli et al. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BRAUDEL, Fernand. Histoire et sciences sociales: la longue durée. In: _____. **Écrits sur l'histoire**. Paris: Flammarion, 1969, p. 41-83.
- BURGUIÈRE, André. Histoire d'une histoire: la naissance des Annales. **Annales. ESC**, Paris, v. 34, nº 6, 1979, p. 1347-1359.
- BURY, J. B. The science of history. In: STERN, Fritz (ed.). **The varieties of history**: from Voltaire to the present. London: Macmillan, 1970, p. 209-223.
- CAPEs. **Planilhas comparativas da avaliação trienal 2010, História**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4355-planilhas-comparativas-da-avaliacao-trienal-2010>, acesso em 31/03/2012.
- CARBONELL, Charles-Olivier. **Histoire et historiens**: une mutation idéologique des historiens français, 1865-1885. Toulouse: Privat, 1976.
- CARDOSO, Ciro F.; PÉREZ BRIGNOLI, Hector. O problema da síntese em história. In: _____. **Os métodos da história**. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 421-479.
- CARR, Edward H. **Que é história?**. Tradução de Lúcia M. de Alvarenga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. **What is history?**. 2nd ed. London: Macmillan, 1986.
- CHARTIER, Roger. L'amitié de l'histoire. In: ARIÈS, Philippe. **Le temps de l'histoire**. Paris: Seuil, 1986, p. 9-31.
- COBBAN, Alfred. Review of Charles Tilly, *The vendée*, Cambridge (MA), Harvard UP, 1964, 373p. **History and theory**, Middletown (CT), v. 5, nº 2, 1966, p. 198-201.
- COUTAU-BEGARIE, Hervé. **Le phénomène "Nouvelle histoire"**: stratégie et idéologie des nouveaux historiens. Paris: Economica, 1983.
- CROCE, Benedetto. **Théorie et histoire de la historiographie**. Traduction de A. Dufour. Genève: Droz, 1968.
- DURKHEIM, Émile. Comptes rendus de G. Salvemini, *La storia considerata come scienza*; B. Croce, *La storia considerata come scienza*; G. Sorel, *Storia e*

scienze sociali; *Rivista [Italiana] di Sociologia*, v. 6, nº 1, p. 17-54 e nº 2/3, p. 273-6 e p. 212-27. **Année Sociologique**, Paris, v. 6, 1901-1902, p. 123-5.

FARIA, Sheila de Castro. Philippe Ariès. In: LOPES, Marcos Antonio; MUNHOZ, Sidney J. (orgs.). **Historiadores de nosso tempo**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 251-265.

FEBVRE, Lucien. **Combats pour l'histoire**. Paris: Armand Colin, 1953.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de história no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 139-161.

FINK, Carole. **Marc Bloch: a life in history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

FUETER, Eduard. **Historia de la historiografía moderna**. 2 vol. Buenos Aires: Nova, 1953.

FURET, François. La naissance de l'histoire. In:_____. **L'atelier de l'histoire**. Paris: Flammarion, 1982, p. 101-127.

_____. A História quantitativa e a construção do fato histórico. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Teoria da história**. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 73-91.

GADAMER, Hans-Georg. Os limites da razão histórica (1949). In:_____. **Hermenêutica em retrospectiva: a virada hermenêutica**. Tradução de M. A. Casanova. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 139-144.

_____. **Truth and method** [1960]. 2nd rev. ed. Translated by J. Weinsheimer & D. G. Marshall. London: Continuum, 2004.

GAUCHET, Marcel. **La condition historique**. Entretiens avec François Azouvi et Sylvain Piron. Paris: Gallimard, 2005.

_____. **Un monde désenchanté?** Paris: Les Éditions de l'Atelier; Éditions Ouvrières, 2004.

_____. **La religion dans la démocratie: parcours de la laïcité**. Paris: Gallimard, 1998.

_____. **Le désenchantement du monde: une histoire politique de la religion**. Paris: Gallimard, 1985.

GIBBON, Edward. **Autobiography of ... as originally edited by Lord Sheffield**. Introduction by J. B. Bury. London: Oxford University Press, 1959.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. **Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

GOOCH, George P. **Historia y historiadores en el siglo XIX**. México (DF): Fondo de Cultura Económica, 1942.

GRAFTON, Anthony. **What was history?** The art of history in early modern history. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

_____. **The footnote:** a curious history. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

_____. **As origens trágicas da erudição:** pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Tradução de Enid A. Dobránszky. Campinas: Papirus, 1998.

GRAFTON, Anthony; GROSSMAN, Jim. No more plan B: a very modest proposal for graduate programs in history. **American Historical Association**. Disponível em <http://www.historians.org/perspectives/issues/2011/1110/1110pre1.cfm>, acesso em 10/03/2012.

GRINBERG, Keila. Historiadores pra quê?, **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, 09/03/2012. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/em-tempo/historiadores-para-que>, acesso em 10/03/2012.

GUILLAND, Antoine. **Modern Germany and her historians**. London: Jarrold & Sons, 1915.

HAUSER, Henri. La transformation des sociétés européennes de la Renaissance à la Revolution. Conférence inaugurale prononcée à l'École des Beaux-Arts, le lundi 20 Avril 1936, par le Professeur ..., chargé du cours d'Histoire Économique des Temps Modernes à l'Université du District Fédéral. In: BRÉHIER, Émile et al (org.). **Lições inaugurais da missão universitária francesa durante o ano de 1936**. Rio de Janeiro: Universidade do Distrito Federal, 1937, p. 33-49.

HÉRUBEL, Jean-Pierre V. M. Historiography's horizon and imperative: the legacy of Febvrian *Annales* and library history as cultural history. **Libraries & Culture**, Austin, v. 39, nº 3, Summer 2004, p. 293-312.

HUPPERT, George. The *Annales* experiment. In: BENTLEY, Michael (ed.). **The companion to historiography**. London: Routledge, 1997, p. 873-88.

HUTTON, Patrick H. **Philippe Ariès and the politics of French cultural history**. Amherst: University of Massachusetts Press, 2004.

IBGE. **Planilha disponível em população presente recenseada**, segundo o estado conjugal, religião, nacionalidade e alfabetização – 1872-1970. População recenseada e estimada, 1977. Disponível em http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/populacao.shtm, acesso em 26/07/2012.

IGGERS, Georg G. The *Annales* tradition: French historians in search of a science of history. In:_____. **New directions in European historiography**. Revised edition. London: Methuen, 1985, p. 43-79.

_____. **The German conception of history:** the national tradition of historical thought from Herder to the present. Revised edition. Hanover: Wesleyan University Press, 1988, p. 197-200.

- _____. The historian banished: Karl Lamprecht in Imperial Germany (Review of Roger Chickering, *Karl Lamprecht: an academic life, 1856-1915*). **Central European History**, Cambridge, v. 27, nº 1, 1994, p. 87-92.
- JUDT, Tony. Words. **New York Review of Books**, New York, v. 57, nº 12, July 15, 2010.
- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Tradução de L. V.-B. Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 1999.
- _____. **Futuro passado**. Tradução de W. P. Maas e C. A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- KUHN, Thomas S. Comment on the relation of science and art. In:_____. **The essential tension**: selected studies in scientific tradition and change. Chicago: The University of Chicago Press, 1977, p. 340-351.
- _____. **The structure of scientific revolutions**. 2nd edition enlarged. Chicago: The University of Chicago Press, 1973.
- LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. **Introdução aos estudos históricos**. Tradução de Laerte de Almeida Morais. São Paulo: Renascença, 1946.
- LASLETT, Peter (ed.). **Patriarcha and other political works by sir Robert Filmer**. Oxford: Basil Blackwell, 1949.
- _____. **John Locke**: two treatises on government. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- LEPENIES, Wolf. **Las tres culturas**: la sociología entre la literatura y la ciencia. Traducción de Julio Colón. México (DF): Fondo de Cultura Económica, 1994.
- LEROUX, François. **Histoire et sociologie en France**: de l'histoire-science à la sociologie durkheimienne. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.
- LEVINE, Joseph M. The battle of the books and the shield of Achilles. In:_____. **The autonomy of history**: truth and method from Erasmus to Gibbon. Chicago: The University of Chicago Press, 1999a, p. 75-107.
- _____. Strife in the republic of letters. In:_____. **The autonomy of history**: truth and method from Erasmus to Gibbon. Chicago: The University of Chicago Press, 1999b, p. 109-126.
- MANN, Hans-Dieter. **Lucien Febvre**: la pensée vivante d'un historien. Préface de Fernand Braudel. Paris: Armand Colin, 1971 (Cahiers des Annales, 31).
- MARROU, Henri-Irénée. **De la connaissance historique**. Paris: Seuil, 1954.
- MELLO, Evaldo Cabral de Mello. Collingwood e o ofício do historiador. In:_____. **Um imenso Portugal**: história e historiografia. São Paulo: Editora 34, 2002a, p. 280-287.

- _____. O preconceito sociológico em história. In: _____. **Um imenso Portugal:** história e historiografia. São Paulo: Editora 34, 2002b, p. 288-97.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. Ancient history and the antiquarian. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, London, v. 13, nº 3/4, 1950, p. 285-315.
- _____. **Problèmes d'historiographie ancienne et moderne**. Paris: Gallimard, 1983.
- MORELLI, Umberto (ed.). **Metodologia della ricerca storica:** bibliografia (1900-1970). Torino: Giappichelli, 1974.
- MÜLLER, Bertrand (éd.). **Marc Bloch, Lucien Febvre et les Annales d'histoire économique et sociale:** correspondance, tome premier, 1928-1933. Paris: Fayard, 1994.
- _____. **Lucien Febvre, lecteur et critique**. Paris: Albin Michel, 2003.
- NEVES, Guilherme Pereira das. **História, teoria e variações**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.
- NOIRIEL, Gérard. **Sur la "crise" de l'histoire**. Paris: Gallimard, 2005.
- NOVIK, Peter. **That noble dream:** the "objectivity question" and the American historical profession. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- PARIS, Erato. L'esprit des *Annales* à travers sa pédagogie et la correspondance entre Lucien Febvre et Marc Bloch (1928-1933). **Storia della storiografia**, Torino, v. 32, 1997, p. 71-98.
- PARKS, Tim. The writer's job. Disponível em: <http://www.nybooks.com/blogs/nyrblog/2012/feb/28/writers-job/>, acesso em 04/03/2012.
- POCOCK, J. G. A. **The ancient constitution and the feudal law:** a study of English historical thought in the seventeenth century (A reissue with a retrospect) [1957]. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- _____. **The Machiavellian moment:** Florentine political thought and the Atlantic republican tradition. Princeton: Princeton University Press, 1975.
- POPPER, Annie M. Karl Gotthard Lamprecht (1856-1915). In: HALPERIN, S. William (ed.). **Essays in modern european historiography**, Chicago: The University of Chicago Press, 1970, p. 119-142.
- PRESSAT, Roland. Évolution générale de la population française. **Population**, Paris, INED, v. 29, nº spécial, juin 1971, p. 11-29. Disponível em: <http://www.cicred.org/Eng/Publications/pdf/c-c16.pdf>, acesso em 31/03/2012.
- REBÉRIOUX, Madeleine. Préface. In: LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. **Introduction aux études historiques**. Paris: Kimé, 1992.
- RICOEUR, Paul. **Histoire et vérité**. Paris: Seuil, 1955.
- RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil** [1949]. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

- _____. **História e historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1965.
- _____. **Vida e história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- RÜSEN, Jörn. A história entre a modernidade e a pós-modernidade. **História: questões e debates**, Curitiba, v. 14, nº 26/27, 1997, p. 80-101.
- _____. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da historiografia**. Ouro Preto, v. 2, mar. 2009, p. 163-209.
- _____. O que é a meta-história? Em direção a uma teoria compreensiva dos estudos históricos. **Conferência**. Pronunciada no PPGH-UFF, Niterói, em 19 de outubro de 2010.
- SALMON, J. H. M. Review of Fernand Braudel, **Écrits sur l'histoire**: history and Theory, Middletown, v. 10, nº 3, 1971, p. 347-55.
- SALVEMINI, Gaetano. **Historian and scientist**: an essay on the nature of history and the social sciences. Freeport: Books for Libraries Press, 1939.
- SAMARAN, Charles (dir.). **L'histoire et ses méthodes**. Paris: Gallimard, 1961.
- SERÇA, I. Brichot. In: BOUILLAGUET, Annick; ROGERS, Brian G. (dir.). **Dictionnaire Marcel Proust**. Paris: Honoré Champion, 2004, p. 169-172.
- SHOTWELL, James T. **An introduction to the history of history**. New York: Columbia University Press, 1936.
- SIMIAND, François. **Méthode historique et sciences sociales**: choix et prés. de Marina Cedronio. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 1987.
- _____. Méthode historique et science sociale. **Revue de synthèse historique**, Paris, 1903, p. 1-22 e 129-157.
- STOIANOVICH, Traian. **French historical method**: the Annales paradigm. Foreword by Fernand Braudel. Ithaca: Cornell University Press, 1976.
- STONE, Lawrence. The educational revolution in England (1560-1640). **Past & present**, Oxford, v. 28, July 1964, p. 41-80.
- _____. Literacy and education in England, 1640-1900. **Past & present**, Oxford, v. 42, Feb. 1969, p. 64-139.
- THOMAS, Keith. Fighting over history (review of Anthony Grafton, *What was history? The art of history in early modern history*). **New York Review of Books**, New York, v. 56, nº 19, December 3, 2009, p. 65-69.
- TREVELYAN, G. M. Clio, a Muse (excerpts). In: STERN, Fritz (ed.). **The varieties of history**: from Voltaire to the present. London: Macmillan, 1970, p. 227-245.
- VENANCIO Filho, Alberto. Henri Hauser e o Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 158, nº 396, jul.-set. 1997, p. 887-893.
- VIANNA Filho, Luiz. **A verdade da biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.

WALSH, W. H., The limits of scientific history. In:_____. **An introduction to philosophy of history**. 3rd Ed. London: Hutchinson University Library, 1970, p. 169-187.

WESLEYAN University. Table of contents and abstracts, 1960-2012. **History and theory**, Middletown. Disponível em <http://www.historyandtheory.org/index.html>, acesso em 01/04/2012.

WIKIPEDIA. **Karl Gotthard Lamprecht**. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Karl_Gotthard_Lamprecht, acesso em 11/06/2010a.

_____. **Methodenstreit**. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Methodenstreit>, acesso em 11/06/2010b.

Resenhas

review essays

Culturas políticas, culturas históricas e memória: história e historiografia em diferentes usos do passado

Political cultures, historical cultures and memory: history and historiography in different uses of the past

SOIHET, Rachel *et al.* (orgs.) *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, 543 p.

Bruno Flávio Lontra Fagundes

bflf@uai.com.br

Doutor

Universidade Federal de Minas Gerais

Rua do Chumbo, 31/102 – Serra

30210-540 – Belo Horizonte – MG

Brasil

Palavras-chave

História; Historicidade; Historiografia.

Keywords

History; Historicity; Historiography.

247

Enviado em: 20/12/2011

Aprovado em: 29/2/2012

Um livro de 543 páginas seccionado por uma apresentação e 21 textos agrupados em 6 partes, *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia* oferece um grande painel temporal e temático que vai do século XVIII ao XXI. Autores e autoras pensam a história e suas questões teóricas por objetos específicos: no Império do Brasil, símbolos e heróis no maio de 1888 e a crítica política de Ângelo Agostini; na república brasileira, os funerais de Pedro II, Jango e a República de 1945-1964 e o legado de Fernando Henrique Cardoso; e mais os índios nas histórias brasileira e argentina, a memória e a história da historiografia no Brasil, debates intelectuais nos Estados Unidos, quilombos e quilombolas, escrita biográfica, cinema brasileiro, feminismo, Rio de Janeiro.

Natural que a expressiva quantidade de textos e autores em obras dessa natureza nem sempre contenham a unidade que se propala. A obra agrupa seus vinte e um textos nas seguintes seis partes: "Memória e historiografia"; "Memórias, mitos e heróis"; "Intelectuais, Memórias e projetos políticos"; "Etnicidade, memórias e direitos políticos"; "Gênero, memória e práticas políticas"; "Cidade, corte, capital: entre memórias e história". As mais de 500 páginas do livro trazem em sua diversidade, porém, senão uma sincronia, itens da plataforma epistemológica que estaria ocupando, hoje, o cerne da reflexão dos historiadores sobre a relação entre historiografia acadêmica e os usos do passado realizados nas disputas da vida pública política e social e sobre a atividade disciplinar da história, contextualizando-a e historicizando-a.

248

Sob a assinatura das organizadoras, a coletânea é apresentada como "o quarto livro do NUPEHC", o Núcleo de Pesquisas em História Cultural, da Universidade Federal Fluminense, com textos articulados pelo que seria a unidade de propósitos da atuação do núcleo: o de ser "um espaço de reflexões sobre história e historiografia [...]" (SOIHET 2009, p. 11).¹ Segundo as organizadoras, o livro resulta de um seminário realizado na supracitada universidade em 2008, onde a "reflexão sobre as construções memoriais que atravessam o saber historiográfico e o ensino da história, além de outras narrativas sobre o passado" (SOIHET 2009, p. 14) teria sido o eixo.

Duas contribuições importantes da coletânea se destacam: primeira, a de considerar a existência de uma cultura histórica como composta por diversos saberes que usam o passado forjando legitimamente um conhecimento que julgam adequados da história para os fins de suas lutas sociais e políticas. E a segunda contribuição é a de que naquela cultura, aos historiadores lhes cabe legitimamente um lugar e não a supremacia do juízo sobre o passado, muito embora seja a eles que em grande parte das vezes se refiram os que usam o passado para fins não acadêmicos.

A relação entre cultura e política é o principal motivo da obra e as categorias *cultura política* e *cultura histórica* são as que acionam a reflexão dos autores em seus textos. Se a primeira engloba linguagens, mitos, ritos, projetos,

¹ Os três primeiros títulos foram *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia* (2003), depois *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história* (2005), e, em 2007, *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*.

identidades, a segunda “tem-se revelado útil” (SOIHET 2009, p. 13) para se compreender operações sociais construtoras de “sentidos de tempo e de história” (SOIHET 2009, p. 13) manifestos em “dispositivos variados” como o ensino, a historiografia e a memória. O empenho pela definição de “cultura histórica” forjada na relação com os conflitos e solidariedades que configuram “culturas políticas” permeia, às vezes mais assumidamente, a preocupação de boa parte dos autores da coletânea. Ao longo dela, se alguns autores supõem a cultura histórica como dado, outros se empenham em defini-la.

Renata Figueiredo de Moraes analisa as festas no Rio de Janeiro entre 13 e 20 de maio de 1888 para pensar uma “cultura histórica” como “relação que uma sociedade mantém com seu passado” (SOIHET 2009, p. 84). As festas de então construíram imagens da escravidão e dos escravos depois confirmadas pelos historiógrafos abolicionistas, que fixaram datas, marcos e personagens. A autora revê o legado da escrita da história abolicionista que se tornou memória, a qual, hoje, fundamenta reivindicações sociopolíticas de grupos afrodescendentes. A fim de problematizar os processos de memorialização da história, a autora entende “[que] o passado precisa ser analisado para que seja possível perceber as distorções, ou os diferentes significados que foram atribuídos à lei do 13 de maio” (SOIHET 2009, p. 84).

Já Cecília Azevedo faz expressiva incursão na historiografia americana sobre a América Latina a fim de compreender a política externa americana voltada para o continente na década de 1960, em função do que examina a conformação de uma cultura política e histórica que dá um “sentido específico à missão americana” no mundo. A autora identifica “interfaces entre os estudos acadêmicos e a formulação de doutrinas e iniciativas de política exterior para a América Latina” (SOIHET 2009, p. 185) e ainda pondera sobre uma interação entre sociedade e academia: o debate sobre a América Latina nos Estados Unidos organizava uma cultura histórica num “imaginário bastante arraigado sobre a região” (SOIHET 2009, p. 185), traduzido no “confronto [social] entre correntes político-ideológicas” que se estendia “igualmente no interior das associações de estudos e instituições de pesquisa” nos Estados Unidos (SOIHET 2009, p. 185).

Numa análise mais abrangente, digamos que *Mitos, projetos e práticas políticas* problematiza os próprios historiadores e a relação que estabelecem entre sua cultura histórica e cultura política. Historiadores criam e mantêm representações do passado e da escrita histórica muitas vezes iludidos de que podem fazê-lo baseados numa representação de si mesmos e da história alheia a práticas de consagração da memória e do prestígio social da disciplina acadêmica história, e esse ponto não pode ser desprezado na análise e, se necessário, precisa ser criticado.

Em meio à diversidade temporal e temática da obra, é significativo que a palavra “memória” apareça nos títulos de suas seis partes. Os textos da coletânea reiteram o aprofundamento do autoexame disciplinar da história, baseado na ideia de que as escritas da história, se deixadas sem crítica, cristalizam uma memória de versões do passado entre outras memórias que poderiam ter

sido e não foram. Mesmo ainda não inteiramente nuançada, a definição de cultura histórica deve ser tentada e os autores do livro têm isso em mente. Jacques Le Goff, Jeanne Marie Gagnebin, Paolo Rossi, Pierre Nora, Paul Ricouer, Jacques Revel, Beatriz Sarlo, Roger Chartier, Manoel Salgado Guimarães, Michel Pollak, são analistas teóricos que endossam boa parte das considerações esposadas nos textos.

Os autores analisam a fundamentação de diversos “usos do passado”. E assim o fazem em duas frentes principais: os “usos do passado” como manejo de fatos passados internos ao universo da disciplina História e de instituições intelectuais conexas e os “usos do passado” como composição de versões da história a fim de fazê-las servir a cada um dos adversários em lutas e conflitos sociais e políticos de cada presente no tempo. Se uma das frentes convida o olhar dos historiadores para si mesmos – práticas, modelos e atividades que os instituem, problematizando-as – a outra desloca o olhar dos historiadores para fora de si mesmos – a episódios, acontecimentos e processos do universo coletivo geral que são firmados sem interação com o que fazem os historiadores. Sem interação aparente, é importante que se diga. Porque uma das qualidades de *Mitos, projetos e práticas políticas* é a de apontar para a dimensão que vincula produção histórica e demandas do presente do historiador, ligando conhecimento especializado e o “universo mais amplo da memória coletiva” (SOIHET 2009, p. 13). Há no livro textos sobre os atualíssimos embates políticos travados em lutas de afrodescendentes em torno da memória de heróis e feitos como Zumbi e Palmares, as disputas de índios pela definição de limites de terras demarcáveis em função de etnias que precisam justificar-se recorrendo ao passado, os conflitos pela definição de identidades feministas construídas a partir de ações passadas de mulheres engajadas, ex-militantes envolvidas em ações políticas na história. A coletânea oferece um grupo de textos que enlaça passado pesquisado metodicamente pelo profissional de história e passado lembrado por agentes do universo mais amplo da memória coletiva, afinal os termos e pautas da agenda política social também são organizados e construídos em interação com o conhecimento acadêmico sistemático – em boa parte do tempo captado pela sociedade via escola e ensino de história.

As organizadoras do livro perguntam: “que demandas as sociedades, os grupos e os indivíduos têm colocado para a história? Como se relacionam memória e historiografia, cultura e política? Como aproximar pesquisa acadêmica e ensino escolar de história?” (SOIHET 2009, p. 11). Angela de Castro Gomes critica o fato de que, na memória coletiva, tudo de Jango está restrito a ser o presidente “deposto” em 1964 (SOIHET 2009, p. 36). A importância do livro está em apurar trânsitos diversos de conhecimentos do passado formulados e/ou ratificados por historiadores ou não e que precisam ser constantemente revisitados. Seguindo as organizadoras, a análise cruzada da política e da história pode esclarecer o que leva sujeitos a estabelecerem “usos mais ou menos conscientes da história e do tempo passado, presente e futuro” (SOIHET 2009, p. 14) com o fim de realizar calculadamente o que seriam ganhos práticos e racionais na arena política. A articulação entre cultura política e cultura histórica

favorece a reflexão de como indivíduos e grupos constroem imaginários e projetos de ação coletiva mediados por representações que fazem do passado.

Em *Mitos, projetos e práticas políticas*, a “memória” não se circunscreve ao conjunto de topos epistemológicos que a institui como problema a ser analisado e nem ao universo de práticas regulares da disciplina História e de seus praticantes intelectuais historiadores, mas deles escapa, porque não parece estar mais em questão que os historiadores sejam aqueles que tenham a prerrogativa exclusiva de dizerem o passado. Destituídos dos lugares exclusivos daqueles que “sabem e dizem” a história, os historiadores estariam vivendo no bojo de uma cultura histórica que vai além deles, mesmo que seus discursos sejam muitas vezes valorizados e apropriados.

Vânia Maria Losada Moreira informa das táticas de usos do passado empregadas em conflitos políticos atuais, como os que envolvem o processo de fixação legal de terras quilombolas derivado das controvérsias conceituais entre a intelectualidade universitária e técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre o que é ser legítimo remanescente de quilombos. Para Maria Regina Celestino de Almeida, a homogeneidade de identidades indígenas formulada no processo de construção dos Estados Nacionais no século XIX – e que penetrou então o universo conceitual da cultura histórica acadêmica – hoje já se reformula pela admissão de constituições nacionais que reconhecem a “pluralidade étnica e cultural” de vários estados. É assim que “novas culturas históricas” – como a indígena – vão se construindo na luta política, o que força a “configuração de uma nova cultura histórica entre os intelectuais” (SOIHET 2009, p. 227).

O fato teria sido algum dia diferente do que hoje é? Teria a “cultura histórica acadêmica” sido sempre impermeável a movimentos sociais, senão a interação com seres alheios a suas práticas intra-acadêmicas? Se se admite que sempre houve permeabilidade, mesmo que não percebida, o que haveria de novo, hoje, é que ela parece ter alcançado o *status* de item de investigação na pauta teórica dos historiadores, inclusive para que consigam se colocar como criadores também de mitos e dogmas. Maria Stela Martins Bresciani critica o que teria se tornado um “dogma” (SOIHET 2009, p. 174): a fundação da interpretação do Brasil instituída pela tríade Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, dogma até hoje repetido por muitos historiadores sem se perguntarem o tempo, os motivos e os interesses que fundaram uma das memórias possíveis do começo da reflexão histórica no Brasil.

Se o subtítulo “memória e historiografia” em *Mitos, projetos e práticas políticas* vale pelo que sugere de um projeto investigativo, a incidência repetida da palavra “memória” nos títulos das seções da obra vale como emblema e categoria que lembra ao analista que história e memória se interpenetram, com uma ressalva: a primeira não pode se cristalizar na segunda, sob o risco de qualquer discussão acabar nesse gesto. Tarefa difícil, mas cabe ao historiador precipuamente a incumbência de não deixar que isso aconteça.

Talvez por isso o primeiro texto da coletânea, o de Margarida de Souza Neves, discuta questão teórica estrita, examinando a relação entre a “história e a cultura da memória” (SOIHET 2009, p. 21). A autora supõe uma “crise de

sentidos” manifesta na “inoperância” de categorias explicativas dos historiadores e organiza seu texto na base teórica de autores presentes – ora no fundo, ora na superfície – na argumentação dos demais autores da coletânea. A autora advoga uma relação necessária entre história e memória, criticando o excesso de passado, a dificuldade de se conseguir esquecer e lembrar em “justa medida” (SOIHET 2009, p. 25).

Os múltiplos aspectos que ligam cultura e política pensadas por meio de conceitos como “cultura política” e “cultura histórica” estão nos textos, materializados em discussões sobre as táticas e estratégias de “usos do passado”. Se Luciana Quillet Heymann analisa o Instituto Fernando Henrique Cardoso, o IFCH, criado por processos que envolvem profissionais que imortalizam o ex-presidente tornando-o exemplo e conferindo-lhe o atributo de uma aquisição para sempre, Maria Stella Martins Bresciani e Lucia Maria Paschoal Guimarães dedicam-se aos intelectuais.

Paschoal Guimarães examina o episódio da transferência dos restos mortais de Pedro II e Tereza Cristina para o Brasil em 1921. O processo começa com um projeto apresentado em 1906 que durante quinze anos envolveu vários lances ligados à criação de um panteão, como solenidades, comemorações, atos oficiais e festas públicas, assistidas por milhares de populares: “ao mesmo tempo que tratava de dotar a nação de um passado, a corporação dos historiadores não se descuidava do presente. Empenhou-se na ‘fabricação’ da imagem pública do imperador brasileiro” (SOIHET 2009, p. 72). A imagem pública de “amante das letras e das artes”, “mecenas”, “rei filósofo” foi sendo firmada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ao longo do século XIX e a figura do soberano foi sendo desatrelada “dos signos da realeza para convertê-la em uma figura atemporal e apolítica” (SOIHET 2009, p. 82), amenizando os vícios do regime republicano ao atribuir seus males a heranças e legados. Por muito tempo repetido por intelectuais, o procedimento de ver o império e as duas primeiras décadas da república como males sistêmicos construía a consagração de Pedro II no panteão da história nacional e preparava o marco analítico personalista que depois justificaria Getúlio Vargas e a Revolução de 30. A autora adverte que a memória está aberta “à dialética da lembrança e do esquecimento, vulnerável a todas as utilizações e manipulações” (SOIHET 2009, p. 82).

Já Stella Bresciani examina as “convergências e oposições entre os intérpretes do Brasil” (SOIHET 2009, p. 180), contestando posições assumidas por pesquisadores no debate intelectual quando adotam acriticamente leituras já fixadas por outros autores como dogmas. A partir da recusa da famosa *Introdução* de Antonio Candido à 5ª edição de *Raízes do Brasil*, a autora não aceita que intelectuais acatem tão passivamente interpretações datadas de outros tempos e contextos. “Adotar acriticamente conclusões ou parte delas como base de novas pesquisas deixa de lado a importância do diálogo entre os autores” (SOIHET 2009, p. 181), diz Bresciani, que não vê tantas semelhanças entre as obras de Freyre, Buarque de Holanda e Caio Prado quando comparadas as de Oliveira Vianna e Alberto Torres. O argumento da autora reclama a análise crítica da representação do passado que conduz às

constantes rememorações dos livros da tríade fundadora da historiografia brasileira, voltando o olhar para certa representação do passado segundo a vontade de fundar-se a reflexão histórico-sociológica no Brasil canonizando autores dali para frente fora de questionamentos.

Há ainda no livro textos que trabalham as transformações da disciplina história, avaliando a criação de novos conceitos operativos, suas modificações e novos significados, ou mesmo o surgimento de campos de investigação – como a historiografia – a partir da reavaliação de práticas que se fizeram tradição. Fábio Franzini e Rebeca Gontijo imergem na análise da constituição de uma “moderna historiografia brasileira” (SOIHET 2009, p. 142) às custas da desqualificação de toda escrita da história do século XIX e das duas primeiras décadas do século XX. Estudos sobre a historiografia ganham realce ao se deslocarem das análises e balanços historiográficos de obras e autores para o autoexame dos historiadores e da memória de sua disciplina, e, ademais, da chave interpretativa que relativizou a certeza de que a reflexão histórica no Brasil começou com a universidade, quando então a investigação adequada do passado passou a existir como “formação” desprezando o conhecimento do passado não cientificamente orientado de amadores, polígrafos, cronistas, eruditos etc.

Em boa parte dos artigos, a ênfase *nos* – ou ainda a reincidência *dos* – termos “usos do passado” e “memória” age como preparadora do desenvolvimento argumentativo dos autores. Tal fato pode indicar um desafio aos historiadores que pode ser traduzido pela instabilidade que acomete as tentativas de definição do que é uma “cultura histórica”. Autores há – e não nos referimos aqui exclusivamente a autores dessa coletânea – que passam pela “cultura histórica” como se ela fosse autoevidente a ponto de nem precisar ser definida, dada sua naturalidade: algo como expressão da relação com o passado existente em qualquer sociedade humana, não restrita a comunidade de profissionais de história, relação que de um determinado momento em diante foi considerada pelos historiadores em suas interpretações.

Se o bordão “a história tem história” nem sempre foi o que organizou – e mesmo justificou – o argumento de um projeto autoinvestigativo disciplinar, agora ele é uma quase-baliza de interação dos usos do passado elaborados pelos historiadores com os usos do passado realizados por outros sujeitos sociais a cada tempo histórico. Talvez ainda não tenhamos vivido o suficiente para avaliar problemas que levam tempo para se manifestar, mas é provável que o exame da disciplina História problematizada em relação a culturas históricas e políticas socialmente espalhadas já tenha dado mostras de vitalidade e ajudado historiadores a reverem mistificações em torno de seus papéis sociais, postura em que, talvez, tenham sempre incorrido sem nunca se darem conta.

Os leitores interessados no que a coletânea pode oferecer quanto a estudos de história da historiografia poderão ler nessa resenha mensagem de cunho político-epistemológico: a de que a disciplina histórica não contraria a regra de que tudo e todos estão envoltos em questões e práticas que são políticas e de poder e ter isso em mente, assumindo que é fato, pode começar mesmo a

modificar uma representação que fazemos de nossa disciplina alheia às mediações das culturas políticas vigentes que precisam ser criticadas, recusando que a cultura política da história se transforme em cultura da memória. Essa pode ser uma leitura possível dos textos da coletânea. Contribuição atual à análise dos usos do passado socialmente realizados e das operações memoriais que envolvem o malogro ou a continuidade de interpretações da história tornadas memória, certamente que o livro enseja outras análises e leituras. Aos leitores diversos, eis o convite para conferirem se aceitam ou não a leitura que ora propomos de *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*.

Historiador do imediato

Historian of the immediate

BLOCH, Marc. *A estranha derrota*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, 170 p.

Jorge Lucas Simões Minella

jorgeminella@gmail.com

Mestrando

Universidade Federal de Santa Catarina

Rua Professora Maria do Patrocínio Coelho, 413

88040-230 – Florianópolis – SC

Brasil

Palavras-chave

Guerra; Marc Bloch; História das mentalidades.

Keywords

War; Marc Bloch; History of mentalities.

255

Enviado em: 16/2/2012

Aprovado em: 16/4/2012

18 de junho de 1940, Rennes, França. Um oficial do 4º Bureau do estado-maior do desbaratado exército francês sai de seu gabinete e dirige-se para o centro da cidade em busca de seu assistente, para que este arrume as malas para a retirada da cidade devido aos boatos sobre a iminente chegada dos alemães. Por volta das onze horas daquela manhã, retornando ao seu escritório, o oficial avista uma coluna inimiga desfilando por uma das principais avenidas da cidade. Rennes havia caído sem luta; os militares que restavam depunham as armas e eram presos. O perplexo oficial, testemunha da velocidade acachapante do “boato da chegada iminente” dos alemães, era Marc Bloch.

O historiador enfrentava a sua segunda guerra. Fora soldado da infantaria na Primeira Guerra Mundial, sobrevivendo às trincheiras e terminando com o posto de capitão. Foi no período entre guerras que fundou, com Lucien Febvre, a revista *Annales d'histoire économique et social*, que modificou profundamente o modo como se fazia história nos anos subsequentes. A Segunda Guerra o encontrou quando ele já poderia ser dispensado das obrigações militares; ainda assim serviu como oficial no corpo do estado-maior. Em *A estranha derrota* o historiador nos conta sua experiência na grande tragédia da queda da França, consumada em seis semanas, e faz uma reflexão, ainda no calor dos acontecimentos, sobre como e porque essa derrota ocorreu.

O livro foi redigido entre julho e setembro de 1940; o manuscrito, escondido, sobreviveu à ocupação alemã. A primeira edição francesa data de 1946, mas foi somente em 1990 que o livro passou a ser difundido e reconhecido em maior escala. A edição aqui resenhada é a primeira tradução para o português, e constam como anexos o testamento que Bloch escreveu em março de 1941, consciente dos perigos que a ocupação alemã representava para sua própria vida, e os elogios militares em sua folha de serviço nas duas guerras. A capa do livro traz interessante foto de uma rua em alguma cidade francesa: sob a suástica desfraldada no terceiro andar de um edifício onde funcionava um restaurante, cujo letreiro, em alemão, diz que o local é exclusivo para membros da *Wehrmacht*, franceses caminham em aparente tranquilidade, ou apatia.

Inicialmente Bloch relata a sua posição no exército durante anos de 1939 e 1940, procurando explicar qual era o seu ponto de vista ao observar os acontecimentos da guerra; não era ligado diretamente aos generais que determinavam a estratégia, mas conhecia bem o dia a dia de mais um das dezenas de escritórios do estado-maior. Em 1939 ocupava o posto de oficial de ligação com as forças britânicas, o que lhe permitiu dar um apurado testemunho da grande dificuldade de comunicação entre os britânicos e os franceses. Quando a guerra eclodiu, ocupava outro cargo, no chamado 4º Bureau, responsável pela distribuição de combustíveis; tarefa que era fundamental para o funcionamento de um exército motorizado.

Logo se envolveu com o tédio da administração burocrática do escritório de combustíveis, procurando, aqui e ali, obter melhores condições de uso e mapeamento dos depósitos de combustível da fronteira norte e, especialmente, dos localizados no território belga, onde, esperava-se, seria travada a guerra contra a Alemanha. Bloch relata, então, sua trajetória pessoal a partir do dia 10

de maio de 1940, quando teve início a invasão da França. O ataque os pegou de surpresa, e a velocidade do avanço inimigo foi ainda mais surpreendente. Bloch, oficial da retaguarda, não presenciou os combates, mas nos conta os incessantes recuos de seu Bureau, inicialmente estabelecido em Bohain; em 10 dias o seu posto de comando havia mudado de cidade quatro vezes, sempre recuando menos de cinquenta quilômetros para o interior da França. Era realizado todo o trabalho de mudança e de restabelecimento, para, no dia seguinte, repetir tudo novamente, tornando bastante ineficiente a tarefa de administrar os depósitos de combustíveis.

No dia 26 de maio, apenas duas semanas após o início da invasão, esteve em seu último posto de comando, nos arredores de Lille, onde havia importante depósito. No dia seguinte, com a chegada iminente do inimigo, os tanques de combustíveis foram queimados, e a retirada para o litoral teve início, criando um caos de soldados marchando apressadamente, e quilômetros de engarrafamentos de caminhões do exército nas estradas enlameadas que levavam ao norte do país.

Em 31 de maio, após a retirada de todos os ingleses de Dunquerque, os remanescentes do exército francês começaram a ser evacuados. Bloch foi um deles. Desembarcou na Inglaterra, foi de trem até Plymouth, de onde embarcou para Cherbourg, novamente na França, e então para Caen, onde as forças francesas pretendiam se reorganizar. O 4º Bureau onde servia, por sua vez, foi restabelecido em Rennes apenas no dia 16 de junho. Dois dias depois os alemães chegaram. Ele escapou de ser preso pelo exército inimigo quando avistou a coluna no dia 18 porque teve a presença de espírito de vestir-se como civil e registrar-se em um hotel com seu nome e profissão verdadeiros. Não procurariam prender um inocente professor de história, concluiu.

Com essa trajetória, que nosso historiador descreve em detalhes, ele pôde "observar, no cotidiano, os métodos e os homens" do exército francês e, principalmente, de seu estado-maior (BLOCH 2011, p. 31).

No dia 22 de junho foi assinado o armistício. Em apenas 43 dias uma potência europeia havia sido totalmente derrotada. "De quem era a culpa?", perguntavam-se os franceses. O propósito de Bloch com este livro é responder à desconfortável questão sobre as causas desta estranha derrota. Mais ainda, respondê-la no calor dos acontecimentos, do ponto de vista de um vencido. Ele é, ao mesmo tempo, um "historiador do imediato" (BLOCH 2011, p. 8) e um cidadão francês preocupado com seu próprio tempo e com o destino da pátria cujo passado ele havia adotado (BLOCH 2011, p. 14).

O testemunho de Bloch nos diz que era praticamente consenso entre os franceses que a derrota ocorrera de modo tão contundente por culpa de uma incapacidade de comando. Isso, continua, pode ser dito como a causa direta do ocorrido, mas "exigirá ela mesma uma explicação" (BLOCH 2011, p. 32). Inicia-se uma busca por causas profundas. Em certo sentido, Bloch se coloca como um antropólogo do meio militar no qual estava inserido; o comando, então, não pode ser considerado como uma entidade abstrata, se não um grupo humano que cometeu uma série de erros. Ainda assim, enumerar essa

série de erros como as causas da derrota é insuficiente; é preciso explicar porque esses erros aconteceram e, talvez de modo ainda mais significativo, porque os erros foram insistentes. Mesmo os acontecimentos ainda crus, dos quais trata Bloch em seu testemunho, não escapam ao seu modo de trabalho como historiador. Ao contrário, a manutenção deste modo de trabalho revela o poder explicativo de uma história baseada em causas profundas (ainda que a categoria de causa tenha saído de moda em tempos recentes), que desemboca em uma análise da mentalidade do comando militar francês, e, então, dos próprios franceses, pois Bloch parece sugerir que a derrota não foi apenas dos exércitos do país, mas da França como um todo.

Uma das constatações fundamentais do historiador no livro aponta que “nossos chefes, ou os que agiam em seu nome, não souberam pensar a guerra. Em outros termos, o triunfo dos alemães foi essencialmente uma vitória intelectual e talvez esse seja o motivo mais grave” (BLOCH 2011, p. 41). Ele nos traz uma série de exemplos vividos ou observados durante sua experiência na guerra, tais como as ordens de recuo para distâncias sempre insuficientes dadas ao Bureau em que servia. Este caso exemplifica um dos erros capitais do pensamento do comando francês naquela circunstância: a noção de distância havia mudado radicalmente e o comando não havia percebido este fato. “Os alemães tinham simplesmente avançado muito mais rápido do que previa a boa regra” (BLOCH 2011, p. 43), surpreendendo os franceses. Mais do que isso, até a derrota final, a nova velocidade da guerra não foi entendida; as práticas lentas e burocráticas continuaram incólumes durante a queda. Em uma passagem que sintetiza o livro, Bloch diz que

no local que a sorte lhes [os oficiais] destinou, seu ritmo cotidiano prolongava a cadência dos tempos de paz e a atmosfera mental tinha um odor poeirento de gabinete ou de distrito. Todos estavam convencidos, sobretudo, de que não estavam no front. Mas o inimigo rompeu o contrato (BLOCH 2011, p. 101).

Um dos aspectos que está relacionado com a não compreensão da velocidade é a forte burocratização da cadeia de comando do exército, que dificultava muito a execução de tarefas e ordens que precisavam ocorrer de imediato. A burocratização, diz Bloch, pode ter sido fruto de uma estrutura militar muito forte mantida nos tempos de paz que causou uma grande dificuldade de renovação dos quadros e das ideias. Os oficiais desocupados inventavam formulários e passos desnecessários na cadeia de comando para que parecessem úteis em tempos de paz. Até mesmo a disseminação de informação básica sobre o inimigo encontrava entraves burocráticos, como atestam os inúmeros exemplos do testemunho de Bloch.

A Escola de Guerra, formadora desses oficiais, continua o historiador, estava repleta de homens que serviram muito bem na guerra anterior, mas estavam engessados com a mentalidade de um tempo em que a velocidade era outra e as distâncias pareciam enormes. E mais, a presença afetiva de 1914-1918 era ainda muito forte, principalmente entre os mais velhos. Ao mesmo tempo, a

escola selecionava os melhores alunos, isto é, os que menos desafiavam os paradigmas, para ocuparem os postos mais importantes. Além disso, fora dos quadros de veteranos da guerra anterior, uma tradição de formação de oficiais que nunca estiveram no campo de batalha fazia com que as ordens dos gabinetes fossem distantes da realidade executável no *front*, onde as ideias que tinham sobre a guerra estavam sendo, a cada momento, derrubadas pelos acontecimentos. Em uma reflexão sobre sua própria atividade, Bloch afirma que as palavras dos pedagogos militares estavam cada vez mais distantes das coisas.

Nas escolas dos tempos de paz nos habituamos a confiar excessivamente no exercício de manobra, nas teorias táticas, na papelada, ou, em poucas palavras, nos habituamos a nos convencer, inconscientemente, de que tudo se passaria conforme o escrito. Quando os alemães se recusaram a jogar seu jogo segundo as regras da Escola de Guerra, ficamos tão desamparados quanto um mau orador diante de uma questão para a qual sua função não lhe fornece a réplica adequada (BLOCH 2011, p. 109).

Ele chama atenção até mesmo para a rede de intrigas e o clientelismo presente no meio militar, fortemente marcado por ambições pessoais que muitas vezes impediam uma visão crítica do que estava acontecendo.

A não compreensão da guerra, porém, não foi um atributo exclusivo do comando militar, mas sim da França como um todo. Havia um "ambiente psicológico geral" (BLOCH 2011, p. 117) que foi responsável por essa derrota, e é sobre isso que Bloch disserta no capítulo intitulado *Exame de consciência de um francês*. Mesmo com os avisos claros e violentíssimos da Guerra Civil Espanhola e da invasão da Polônia, os franceses não aceitaram que nesta guerra a separação entre o front e a população civil seria quase inexistente, e exigiria uma mobilização *total* da nação. Todo o céu, com os bombardeios aéreos, tornara-se ameaçador, e os tanques engoliram as distâncias; o ambiente era absolutamente diferente dos campos tranquilos que se estendiam apenas alguns quilômetros por detrás das antigas trincheiras de 1914. Não houve mobilização total, e o recrutamento que ocorreu foi ineficiente, graças a essa não compreensão da dimensão da guerra.

Bloch tece críticas a todos os setores. Aos líderes políticos e à imprensa, por não terem ajudado a nação a compreender o perigo, pois eles mesmos não o haviam compreendido; à burguesia, por não ter feito a sua parte na resistência ao julgar preconceituosamente que a classe trabalhadora seria incapaz de resistir, e por lidar primeiro com seus próprios interesses imediatos, em detrimento da defesa da nação; à classe trabalhadora também por preocupar-se com interesses imediatos que deveriam ser temporariamente abandonados, como as greves por aumento de salários e o marasmo do funcionalismo público. Bloch os acusa de manter uma atitude pequeno-burguesa.

A crítica se estende aos partidos políticos tanto de esquerda quanto de direita. Em suma, faltou espírito de sacrifício. Falta essa sustentada, pelo lado dos socialistas, por exemplo, por um discurso internacionalista que não conseguia perceber a ameaça do fascismo de forma clara. Esquecia-se que esta guerra não era uma guerra de agressão do Estado francês, mas uma

guerra de defesa na qual a derrota significaria, exatamente, o fim destes mesmos partidos e organizações de trabalhadores, que sucumbiriam completamente diante do jugo nazista.

Finalmente, critica a própria classe intelectual: “tínhamos uma língua, uma pena, um cérebro. Adeptos da ciência do homem ou sábios de laboratórios, talvez tenhamos nos afastado da ação individual por uma espécie de fatalismo inerente à prática de nossas disciplinas” (BLOCH 2011, p. 155). Faltou aos intelectuais um esforço para inserir “um novo grão de fermento na mentalidade comum” (BLOCH 2011, p. 156), seja no sentido de chamar atenção para a nova velocidade da guerra, ou para o perigo real que o nazismo representava.

Com tudo isso, a derrota da França não se explica somente por questões técnicas, como se pode pensar no começo. Na verdade, sugere Bloch desde o início, é preciso procurar causas mais profundas. Assim, se foi por dominar uma técnica de guerra diferente que os alemães venceram de maneira tão contundente, foi preciso perguntar por que os franceses não entenderam essa situação. É isso que o historiador responde, tratando de uma mentalidade que, dentre outras coisas, pretendeu reproduzir, contra toda a realidade, a guerra de 1914 em 1940.¹

Em meio a essa discussão revela-se o historiador. Em certo sentido, diz Bloch em uma passagem que me parece das mais ricas do livro, essa derrota é fruto de uma concepção equivocada de história. Enquanto se sentiam enganados pela história, os franceses deixaram de compreender que ela “é, por essência, a ciência da mudança” (BLOCH 2011, p. 110). O erro fundamental foi esperar uma repetição. Embora considere estruturas de longa duração, elementos que ao longo do tempo se mantêm semelhantes, a história parte do princípio de que são quase infinitas as combinações possíveis dos eventos e seus desdobramentos. É necessário um estudo das mudanças, rápidas e lentas, para que a história possa lançar alguma luz sobre o futuro, e não esperar nesse futuro uma repetição. “O historiador [...] sabe muito bem que se no intervalo de duas guerras seguidas a estrutura social, as técnicas, a mentalidade se modificaram, as duas guerras jamais serão iguais” (BLOCH 2011, p. 111).

Bloch, escrevendo ainda no calor da catástrofe, nos oferece um testemunho de grande valia. Um testemunho crítico que, enquanto realizado a partir dos acontecimentos presentes, permite uma reflexão sugestiva sobre o que é a história e sobre como uma análise do presente pode e deve levar em conta uma concepção de tempo histórico. Ele se coloca como um historiador do imediato, isto é, uma testemunha que, ao observar o seu próprio tempo, não abandona as questões típicas da sua atividade de historiador, como as mentalidades e as causas profundas, fornecendo para os colegas da posteridade uma fonte valiosa para o entendimento daquele tempo, além de uma questão relacionada à crítica de fontes: afinal, como tratar um testemunho construído por e como um historiador?

¹ Ao apostar, por exemplo, em defesas estáticas ao longo do rio Meuse, que logo caiu e permitiu que os alemães cercassem o exército norte francês. A demora do comando em perceber o significado da queda do Meuse, tida como fortaleza quase intransponível, aparece, segundo Bloch, como outra evidência da não compreensão da nova guerra.

O livro nos traz, portanto, um tema que parece dominar as grandes mentes através dos séculos: a preocupação com o seu próprio tempo. O historiador não é apenas um sujeito enfurnado em arquivos atrás de documentos de várias épocas, mas alguém que, por ter uma preocupação constante com um tempo histórico e seu significado, interessa-se fundamentalmente pela vida (BLOCH 2011, p. 11).

Foi talvez com esse interesse pela vida e consciente da destruição vital causada pelo nazismo, que Bloch se juntou à Resistência em 1943, como nos conta a nota biográfica no final da edição. Ele foi preso pela Gestapo em março de 1944 e fuzilado no dia 16 de junho, à beira de um campo em Saint-Didier-de-Formans, deixando incompleta a obra *O ofício do historiador*.

Perspectivas e expectativas para novas interpretações da obra de Sérgio Buarque de Holanda

Perspectives and expectations for new interpretations of the work of Sérgio Buarque de Holanda

MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, 718 p.

Karina Anhezini

kanhezini@gmail.com

Professora assistente Doutora

Universidade Estadual Paulista

Av. Dom Antonio, 2100 – Parque Universitário

19806-900 Assis – SP

Brasil

Palavras-chave

262

Sérgio Buarque de Holanda; Historiografia; Expectativas.

Keywords

Sérgio Buarque de Holanda; Historiography; Expectations.

Enviado em: 31/1/2012

Aprovado em: 24/4/2012

O título da obra indica o seu roteiro: perspectivas de Sérgio Buarque de Holanda. Perspectivas variadas que se espalham pelos capítulos que trazem diversas interpretações a respeito da vida e obra do autor, bem como perspectivas carregadas da expectativa de que novas investigações possam surgir a partir da publicação de uma seleção de textos do próprio autor que, tomados como fontes, podem resultar em outras leituras de Sérgio. Assim é o livro de Pedro Meira Monteiro e João Kennedy Eugênio que instiga o leitor a esse duplo movimento.

Os organizadores enfrentaram o desafio de produção de uma coletânea tão ampla, que reúne autores já consagrados e novos estudiosos da obra e do percurso de Sérgio Buarque de Holanda, com a habilidade de quem frequenta os textos desse autor há bastante tempo. Pedro Meira Monteiro é autor de *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*, estudo que se dedicou a compreender as apropriações das categorias weberianas em *Raízes do Brasil*. No mesmo ano da publicação desse livro, João Kennedy Eugênio defendeu sua dissertação de mestrado *O outro Ocidente: Sérgio Buarque de Holanda e a interpretação do Brasil* e, continuando seus estudos concluiu em 2010 a sua tese, já publicada em livro: *Ritmo espontâneo: organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*.

A comemoração do centenário de nascimento do autor em 2002 levou esses dois especialistas à ideia de organizar uma coletânea que pudesse oferecer ao leitor um panorama da produção intelectual que se tem desenvolvido nas diversas partes do Brasil e fora do país a respeito dos variados aspectos que cercam a vida e a obra de Sérgio Buarque de Holanda. Conforme ambos destacam na introdução "a maior homenagem devida a um autor é dialogar crítica, criativa e apaixonadamente com sua obra" (MONTEIRO; EUGÊNIO 2008, p. 11). Esse intento foi totalmente alcançado, pois quando o leitor chega ao final da primeira parte da obra, denominada "Perspectivas", dispõe de um verdadeiro mosaico das apreensões das circunstâncias de escrita da obra buarquiana, das interpretações dedicadas a *Raízes do Brasil*, de importantes textos a respeito de questões teórico-metodológicas que fundamentam o empreendimento historiográfico de Sérgio Buarque e, ao final, de estudos acerca de *Visão do paraíso*.

Destacam-se algumas características que acompanham as quatro subdivisões que compõem essa primeira parte da coletânea: a convivência de estudos críticos de autores consagrados e de historiadores em formação, bem como a edição de textos inéditos e de outros já publicados. Os organizadores justificam que a intenção foi "esboçar uma abrangente reflexão coletiva" capaz de evidenciar as tendências que nortearam a pesquisa a respeito de Sérgio Buarque. E, a partir dessa reunião de interpretações, lançam a expectativa: "As lacunas existentes não de ser em parte compensadas no futuro, talvez sob a inspiração das amostras contrastantes que aqui se apresentam" (MONTEIRO; EUGÊNIO 2008, p. 12).

Outros empreendimentos dessa natureza já são conhecidos do público interessado na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Cabe destacar as compilações de Francisco de Assis Barbosa, de Antonio Arnoni Prado e o mais recente projeto editorial de Marcos Costa (2004; 2011a; 2011b) que reuniu, em três volumes, textos produzidos por Sérgio Buarque entre 1920 e 1979. Além dessas

organizações de textos do próprio autor, estudos críticos foram publicados em diversas coletâneas, dentre elas: *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*, organizada por Arlinda Nogueira e outros, *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*, organizada por Antonio Candido, *Perfis buarquianos* sob a organização de João de Castro Caldeira e *Um historiador nas fronteiras* de Sandra Jatahy Pesavento Contudo, o desafio da coletânea *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas* foi reunir todas as etapas necessárias para o cumprimento da expectativa de novas interpretações. Isto se dá porque o livro além de nos brindar com uma parte contendo capítulos interpretativos e textos de autoria de Sérgio Buarque, também apresenta um levantamento bibliográfico a respeito da produção que, nos últimos 20 anos, têm tomado o autor como objeto e com a apresentação de documentos do arquivo pessoal de Sérgio Buarque de Holanda que se encontra na Unicamp.

Na primeira parte da coletânea, a seção "Escrita e circunstância", conta com textos de Alcir Pécora, Antonio Candido, Eduardo Henrique de Lima Guimarães, Henrique Estrada Rodrigues, José Ricardo de Castro Caldeira, Richard Graham e Walnice Nogueira Galvão. Esses capítulos vão desde a compreensão do lugar ocupado por Sérgio Buarque de Holanda no "panteão de intocáveis", passando pelo comprometimento político e institucional "do homem e do historiador" que criou o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) até as implicações políticas de suas interpretações.

264

"*Raízes do Brasil*", a segunda seção da primeira parte da coletânea, dá mostras da profícua trajetória de análises desse clássico da historiografia brasileira. São reeditados textos que marcam a leitura dessa obra: "Raízes do Brasil: uma releitura de Brasil" de Pinheiro Machado, "Negação das negações" de Maria Odila Leite da Silva Dias e "Decifra-me ou te devoro: as metáforas em Raízes do Brasil" de Edgar Salvadori de Decca. Ao lado desses, são apresentados estudos inéditos ou de circulação mais restrita de pesquisadores nacionais e estrangeiros. O leitor conta com uma variada reunião de temas e perspectivas. As questões em torno do modernismo aparecem no texto de Berenice Cavalcante e Conrado Pires de Castro, o diálogo entre *Raízes* e *Sobrados e Mucambos* é abordado por Elide Rugai Bastos, as mudanças nas edições de *Raízes do Brasil* e a hipótese da relevância da temática do exílio na formação da cultura brasileira toma a cena no capítulo de João Cezar de Castro Rocha, Jorge Forbes apresenta a sugestiva interpretação do homem cordial em paralelo com Lacan, José Ortiz Monasterio oferece aos leitores a comparação de *Raízes* e *El laberinto de la soledad* de Octavio Paz, a temática do conflito entre a ordem pública e a ordem familiar em *Raízes* fica por conta de Pedro Meira Monteiro e o jogo de metáforas da obra é tema de Roberto Vecchi.

Em "Erudição e imaginação" encontram-se as interpretações de cunho teórico metodológico. Nessa terceira seção, o leitor dispõe dos artigos de Arno Wehling, "Notas sobre a questão hermenêutica em Sérgio Buarque de Holanda", Ernani Chaves, "O historicismo de Nietzsche, segundo Sérgio Buarque de Holanda", Ettore Finazzi-Agrò, "Caminhando entre fronteiras: a lógica "trivial" em Sérgio Buarque de Holanda", João Kennedy Eugênio, "Um horizonte de

autenticidade. Sérgio Buarque de Holanda: monarquista, modernista, romântico”, Marcos Vinicius Corrêa Carvalho, “O exagero na historiografia de Sérgio Buarque de Holanda”, e Robert Wegner, “Latas de leite em pó e garrafas de uísque: um modernista na universidade”.

A última seção foi dedicada à apresentação de quatro visões de *Visão do paraíso*. Três delas são reedições de textos de renomados pesquisadores: Luiz Costa Lima aborda a necessidade de compreensão da utilização da tópica do filólogo alemão Ernest Robert Curtius¹ para o entendimento da obra, Maria Sylvia de Carvalho Franco explora as imagens românticas e a continuidade entre Medievo e Renascimento endossada por Sérgio Buarque e Ronaldo Vainfas interpreta as concepções teóricas que norteiam a feitura de *Visão do paraíso* e problematiza a classificação de Sérgio Buarque como historiador das mentalidades *avant la lettre*. O capítulo inédito de Gustavo Henrique Tuna se junta às demais interpretações lançando “novos olhares” ao analisar os relatos de viagens que compõem o *corpus* documental de *Visão do paraíso*.

A segunda parte da coletânea intitulada “Mensagem cifrada” brinda o leitor com textos pouco conhecidos produzidos em diferentes períodos por Sérgio Buarque de Holanda:² “O homem-máquina” publicado originalmente na revista *A cigarra* em 1921; “Homeopantias”, publicado na *Fon-Fon!*, também em 1921; “A viagem a Nápoles” publicado na *Revista nova* em 1931; “Corpo e alma do Brasil: ensaio de psicologia social”, texto de 1935, publicado na revista *Espelho*; “O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos”, publicado em 1951 no *Correio da manhã* do Rio de Janeiro e “Elementos básicos da nacionalidade: o homem”, uma palestra proferida na Escola Superior de Guerra, publicada como folheto em 1967.

“Referências bibliográficas de/sobre Sérgio Buarque de Holanda”, terceira parte da coletânea, foi produzida por Vera Cristina Neumann-Wood, bibliotecária-chefe da Seção de Coleções Especiais da *Selby Public Library* de Sarasota, Flórida, e Tereza Cristina Oliveira Nonatto de Carvalho, diretora de Coleções Especiais e Obras Raras da Biblioteca Central da Unicamp. As autoras atualizaram a bibliografia de Rosemarie Erika Horch publicada como parte da obra *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*.

Para tal atualização, as autoras fizeram um levantamento bibliográfico dos textos e filmes produzidos a respeito de Sérgio Buarque de Holanda entre 1987 e 2005, bem como das edições, reedições e traduções de livros, artigos e entrevistas do autor. Esse empreendimento mostra-se fundamental para a abertura de novos olhares sobre a vida e a obra de Sérgio Buarque, pois garante ao leitor, especialmente ao iniciante, o conhecimento de um rol de teses e dissertações que se ocuparam, nos últimos 20 anos, de questões relativas às temáticas que cercam a obra do autor, bem como das perspectivas teóricas que informam os trabalhos de história da historiografia atualmente.

¹ Em dissertação de mestrado na USP em 2006, Thiago Lima Nicodemo analisa a utilização da tópica de E. R. Curtius na composição de *Visão do paraíso* estabelecendo um diálogo com o texto de Luiz Costa Lima (NICODEMO 2008).

² Cabe destacar as edições de textos de Sérgio Buarque de Holanda organizadas por Marcos Costa. Em 2004, *Para uma nova história*, e os dois volumes publicados em 2011, *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*.

A quarta e última parte da coletânea intitulada “Figurações” foi organizada por Neire do Rossio Martins, diretora do Arquivo Central-Siarq da Unicamp, e Márcia Aparecida Marques Silveira, bibliotecária do Serviço de Arquivo Permanente do Arquivo Central-Siarq da Unicamp. Trata-se da reprodução de imagens do arquivo pessoal de Sérgio Buarque de Holanda que se encontra na Unicamp. As escolhas foram guiadas pelo objetivo de traçar, segundo as organizadoras, “de forma sutil, a sua trajetória profissional e intelectual” (MONTEIRO; EUGÊNIO 2008, p. 673), e o resultado foi uma sequência delicadamente encadeada que narra certo percurso do autor.

Como pode perceber o leitor, essa última parte fecha a coletânea abrindo para o futuro pesquisador da obra de Sérgio Buarque de Holanda as possibilidades interpretativas que um arquivo provoca. Interpretações novas e consagradas dos textos de Sérgio Buarque de Holanda, bibliografia produzida nos últimos 20 anos a respeito do tema, artigos inéditos ou pouco conhecidos, edições e reedições da obra e um acervo à disposição dos estudiosos: essa coletânea apresenta perspectivas e expectativas em relação à obra de Sérgio Buarque de Holanda e à história da historiografia brasileira.

Referências bibliográficas

COSTA, Marcos (org.). **Para uma nova história**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

266

_____. **Sérgio Buarque de Holanda**: escritos coligidos. Livro I, 1920-1949. São Paulo: Editora UNESP: Fundação Perseu Abramo, 2011a.

_____. **Sérgio Buarque de Holanda**: escritos coligidos. Livro II, 1950-1979. São Paulo: Editora UNESP: Fundação Perseu Abramo, 2011b.

NICODEMO, Thiago Lima. **Urdidura do vivido**: *Visão do paraíso* e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

Sobre ação e reflexão política durante a Renascença italiana

On political action and reflection during the Italian Renaissance

TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, 231 p.

Sylvia Ewel Lenz

sylviaelenz@gmail.com

Professora associada

Universidade Estadual de Londrina

Rua Cândido Mendes, 850/202

20241-220 – Rio de Janeiro – RJ

Brasil

Palavras-chave

Estado; *Historia magistra vitae*; Ideias políticas.

Keywords

State; *Historia magistra vitae*; Political ideas.

267

Enviado em: 20/12/2011

Aprovado em: 30/4/2012

A obra, resultado da tese elaborada para obter o título de doutor em história social da cultura pela PUC do Rio de Janeiro, prima tanto pela temática, ao relacionar reflexão e ação na política, como pelo estilo fluente, apesar da complexidade do assunto. Felipe Charbel Teixeira, professor de teoria e metodologia da história no Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH-UFRJ), foi orientado pelo dr. Marcelo Jasmin.

Timoneiros tem um tom erudito e polifônico, aborda questões universais, fundamentais na construção da sociedade política em que se preza o convívio civilizado. Leitura fundamental para historiadores, cientistas políticos, literatos e humanistas interessados nas obras de Maquiavel e Guicciardini a partir da retórica prudente relacionada à tradição política greco-romana dos antigos, assim como de pensadores clássicos do período renascentista. A obra de Teixeira também contribui para iluminar a história contemporânea posto que:

A reflexão sobre o presente adquire centralidade: este se torna em grande medida incompreensível, segundo os critérios usuais defendidos e praticados em assembleias e magistraturas da República, isso porque a experiência e as histórias antigas deixam de constituir repositórios evidentes em si mesmo de ações e condutas para o presente, e o futuro já não é compreendido como algo plenamente mensurável (TEIXEIRA 2010, p. 72).

Nicolau Maquiavel (1469 – 1527), autor clássico, cujas obras *O príncipe* e *A arte da guerra*, são bem divulgadas entre nós, enquanto seu conterrâneo, também oriundo de Florença, o político Francesco Guicciardini (1483 – 1540), somente há pouco tempo tem sido estudado no Brasil. Sua obra magna, *Storia d'Italia*, parte do testemunho ocular do próprio autor diante de um país dividido e ocupado por potências estrangeiras além dos Estados Papais – França e Império Germânico ao norte e Espanha ao sul da península.¹

Portanto, é notável tomar conhecimento de uma pesquisa de tal envergadura, com cerca de 70 referências a fontes impressas e 250 obras como bibliografia complementar. De início, a quantidade pode causar espanto e até ceticismo pela profundidade exigida na leitura desta vasta bibliografia e, mesmo assim, senti falta de obras afins como as publicadas pelo historiador Marcos Antonio Lopes, especialista em pensamento político moderno. De qualquer modo, a obra em questão exigiu uma pesquisa de fôlego pois também aborda o ser humano, seus vícios e virtudes, as crises morais, as tragédias pessoais relacionadas às conjunturais como a corrupção dos governantes, a fortuna, guerras, invasões estrangeiras, enfim, a ascensão e queda dos Estados.

No entanto, ao longo do texto, o autor demonstra domínio, refere-se a muitos estudiosos do pensamento político renascentista tais como os pesquisadores J. Pocock, Q. Skinner, N. Bignoto e M. Jasmin, além de inserir citações adequadas que iluminam o texto. Além destes, autores clássicos da

¹ Conforme livro elaborado pela resenhista, *Francesco Guicciardini: o Renascimento da história*, publicado pela EDUEL em 2004, resultado da dissertação defendida em 1993, pelo PPGHIS da UFRJ, sob orientação do dr. Arno Wehling. Ainda mais escassos são estudos sobre as obras fundamentais como metodologia histórica e estruturas do Estado soberano elaboradas pelo jurista francês Jean Bodin (1530 – 1596), quase vítima na Noite de São Bartolomeu, marco da deflagração das Guerras Religiosas entre católicos e protestantes.

Antiguidade com Aristóteles, Tito Lívio, Sêneca, dentre outros, além de Cícero que trata do método comparativo, ou seja, da analogia como: “[...] um aspecto da *inventio* – parte da arte retórica responsável pela busca de argumentos verossímeis ou verdadeiros capazes de sustentar uma causa determinada” (TEIXEIRA 2010, p. 51).

Por outro lado, as agruras de Maquiavel e Guicciardini, que viveram momentos de reconhecimento como também de isolamento político são muito atuais, sujeitas aos momentos históricos e às tendências historiográficas predominantes, conforme ditada pelas potências vencedoras durante a Guerra Fria.

Teixeira abre com a introdução intitulada “Navegando num mar agitado pelos ventos”, em minha opinião, sentença-chave da obra *Storia d’Italia* de Guicciardini. Em termos formais, a obra está dividida em três capítulos tão densos que os tornam autônomos entre si, mas também complementares. Cada qual também foi dividido em itens consecutivos que seguem e cumprem a proposta apresentada na introdução. São muitas as notas de rodapé, em geral com a transcrição da fonte original enquanto as demais foram inseridas para indicar autores, obras afins a especialistas no tema.

No primeiro capítulo, “O homem e o corpo político”, o autor remete à representação coletiva da renascença italiana, ou, como dir-se-ia em alemão, da *Weltanschauung* dos homens de letras. Ou seja, suas concepções sobre a natureza humana com seus vícios e virtudes, a função ética da religião cívica dos romanos e mesmo da moral cristã na vida. Dos desatinos da Fortuna tanto na vida das pessoas como de cidades, reinos e civilizações manifestados em guerras, distúrbios políticos ou desastres naturais. Dos humores da medicina de Galeno que caracterizam as pessoas coléricas, sanguíneas, fleumáticas e melancólicas com sequelas ao corpo político também. As influências da esfera celestial, ou seja, dos astros nomeados segundo deuses antigos sobre o mundo dos humanos, inclusive em questões políticas, pois até o Papa consultava os astrólogos. No século XVII os cartesianos separaram de vez o homem do mundo natural e emudeceram a palavra dos corpos celestes, relegados a objeto de estudo da astronomia, parte da física.

Maquiavel e Guicciardini recorrem ao princípio da analogia com o corpo para abordar a natureza humana, a vida cidadina, a organização política. Teixeira disserta sobre o conceito de “prudência” nos pensadores antigos e em Maquiavel e Guicciardini, para quem ser prudente: “[...] é olhar paras as coisas do mundo de forma penetrante [...], separar o substancial do acidental, mergulhar nas motivações dos homens procurando antever [...] as ações e condutas dos agentes políticos” (TEIXEIRA 2010, p. 91).

Teixeira encerra, então, o capítulo ao relacionar a prática exercida como cidadão, na vida civil e político no domínio público, e cujas experiências, nem sempre bem sucedidas, incitaram não só os florentinos, como tantos outros que sofreram as intempéries políticas de seu tempo, a refletir e forjar novas teorias sobre Estado e Sociedade:

Entretanto, os percursos que levaram Maquiavel e Guicciardini da situação de membros ativos da vida política florentina e italiana à condição de homens de letras não foram destituídos de tensões e ambiguidade tampouco resultaram de escolhas bem planejadas ou de um ideal de equilíbrio entre *otium* e *negotium*. Diante da Fortuna, eles procuravam os remédios que pudessem não só amenizar suas situações particulares, como também atenuar a *calamità* italiana iniciada em 1494 (TEIXEIRA 2010, p. 108).

No capítulo seguinte “Um remédio contra a Fortuna? Maquiavel e Guicciardini como homem das letras”, o historiador ressalta temas atuais e eternos como ócio, exílio político e melancolia. A concepção entre os antigos sobre o ócio, voltado para atividades intelectuais, e de sua negação, o negócio, para o trabalho braçal. Já o clero medieval enfatizava a espiritualidade pela contemplação enquanto negociantes, políticos e guerreiros optavam pela ação na vida econômica, civil e bélica. Teixeira centra-se, a seguir, na relação dos florentinos Maquiavel e Guicciardini com o ócio como algo indigno, pois pressupõe a falta de ação cívica e do uso da razão em prol do bem público.

No entanto, em situações de exílio como os sofridos por Maquiavel e Guicciardini após sucessivos fracassos políticos, o estado melancólico na solidão e no ócio impostos pelos infortúnios da vida transmutaram-se na elaboração de suas obras mais ricas e criativas. Os escritos elaborados nesta fase aconselham a prudência na vida cívica e na política assim como a atitude e participação dos letrados na vida pública. Teixeira reflete sobre um problema atualíssimo, pois o século passado não foi só o das grandes guerras na Eurásia, inclusive durante a disputa ideológica entre a URSS e os EUA, como caracterizou-se como a era dos maiores deslocamentos populacionais da história. Pior do que ser banido da vida pública, como vivenciado pelos florentinos, é ser forçado a deixar a terra natal como imigrante ou refugiado político por razões ideológicas, étnicas, bélicas ou mesmo ambientais. Afinal, um imigrante é sempre um exilado no país de recepção, um amputado psíquico que carrega uma perda irreparável em si e dedica-se a trabalhar muito, ou recluso no mundo dos livros, escrever de forma libertária.

No terceiro e último capítulo, “A história como arte da prudência”, Teixeira disserta sobre a historicidade dos fatos e palavras, remetendo a Tucídides e Políbio. Ele também ressalta a tensão entre a vida pública e o gênero histórico característico de Cícero assim como o papel da história em Tito Lívio e Salústio como um monumento da virtude. A seguir, o autor reflete sobre as concepções humanistas da história, com o tom ciceroniano predominante na abordagem humanista da história. E cita letrados que escreveram sobre Florença e o novo gênero histórico – a narrativa a partir da pesquisa em arquivos, para além da memória pessoal, de crônicas oficiais ou apologéticas. Teixeira remete, então, aos escritos de Bruni e Braccioli sobre a história de Florença para ressaltar o caráter convencional da *Istorie Florentine* elaborada por Maquiavel.

Teixeira ressalta que Guicciardini avalia a realidade como um todo, relacionada tanto a eventos exteriores como a sua própria vida com sua conturbada trajetória política. Afinal, ele serviu tanto ao patriciado de Florença como diplomata em Madri – “os embaixadores são os olhos e os ouvidos do Estado” – e também ao Papa-general, Leão X que expandiu os domínios papais no centro da Itália:

Daí a melancolia de suas reflexões e a resignação diante do imponderável, associadas à constatação da imensa variedade das coisas do mundo e da quase impossibilidade de controlar as próprias ações. Os que são prudentes possuem vícios de caráter; os que são graves e bons têm medo de tomar decisões (TEIXEIRA 2010, p. 210).

Quisera que historiadores e políticos contemporâneos também tivessem a humildade de refletir, de modo sincero e realista, sobre a consequência de seus atos egoístas e impensados. Guicciardini analisa a atitudes do papa espanhol, Alexandre VI, cujas decisões políticas visavam interesses pessoais em detrimento da *res publica*, ou seja, do bem comum. O suposto representante de Deus na Cristandade, ao invés de zelar pelo bem-estar espiritual dos seus súditos, concentrou-se na expansão territorial da Cristandade às custas dos italianos, rumo a domínios ultramarinos.²

Nas "Considerações finais" o autor defende a retórica de Maquiavel para exaltar o papel da prudência mediante o emprego da pena, ou seja, da escrita como espada na política. Em uma frase Teixeira tem a capacidade de sintetizar o eixo de sua complexa obra:

Entendida como bom juízo, agilidade decisória e aguçada capacidade de examinar as sutilezas das coisas humanas, a prudência é uma categoria central nos escritos de Maquiavel e Guicciardini, conformando um modo de análise dos fenômenos políticos revelador de duas dimensões absolutamente interligadas: um caráter calculativo – a capacidade de análise dos resultados práticos das intervenções dos agentes políticos e de antevisão de suas possíveis deliberações e ações – e performativo – a prudência só pode ser reconhecida publicamente como produto discursivo regrado segundo preceitos ético-retórico-poéticos estabelecidos em tratados antigos e humanistas de arte retórica (TEIXEIRA 2010, p. 211-212).

271

Em um mundo hiperconectado, com prazos brevíssimos para tomada de decisões, diante dos discursos vazios dos dirigentes mundiais e de nossos governantes, a obra de Teixeira retoma a importância da reflexão na tomada de decisões mediante uma retórica prudente, fundamental para a condução digna dos negócios políticos.

² O papa Alexandre VI simplesmente dividiu o domínio mundial entre dois reinos – o espanhol e o português – para expandir o catolicismo romano, e assim, enriquecer os domínios papais fora da Europa, principalmente nas Américas. Afinal, os otomanos, seguidores do Islã, haviam tomado Constantinopla, a capital da Cristandade Oriental, ou seja, da Igreja Ortodoxa e conquistavam povos católicos e eslavos no leste europeu até chegar às portas de Veneza e Viena, baluarte do catolicismo germânico. O Estado Papal, extinto na ocupação napoleônica, restaurado, mas relegado a mero bairro de Roma durante a unificação italiana, em 1929 foi fundado como Vaticano em comunhão com o fascismo de Mussolini. Quatro anos depois, foi o primeiro Estado, que, sob Pio XII, reconheceu o regime nazista como forma de ampliar o domínio católico sobre uma Europa ameaçada pelo ateísmo comunista.

As intenções hobbesianas: Quentin Skinner e o estudo da política

The Hobbesian intentions: Quentin Skinner and the study of politics

SKINNER, Quentin. *Hobbes e a liberdade republicana*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, 214 p.

Thiago Rodrigo Nappi

thiago-nappi@uol.com.br

Mestrando

Universidade Estadual de Maringá

Rua Santos, 267/1001

86020-040 – Londrina – PR

Brasil

Palavras-chave

Cultura política; História intelectual; História política.

272

Keywords

Political Culture; Intellectual history; Political history.

Enviado em: 6/3/2012

Aprovado em: 23/4/2012

O historiador britânico Quentin Skinner (1940 –) é o maior expoente do Contextualismo Linguístico de Cambridge. Em linhas gerais, o que se pretende com a vertente professada por ele é a análise das obras e dos autores do pensamento político no seu contexto de origem, atuando nas suas realidades sociais específicas. Assim, um autor estaria inserido em um diálogo crítico com os demais autores que lhe foram contemporâneos. Dessa maneira, as teorias políticas não são consideradas como mero sistema geral de ideias, mas sim como intervenções efetivas nos conflitos ideológicos no qual foram elaboradas. As palavras aqui não são somente proferidas sem nenhuma intenção, são na verdade atos propriamente realizados – ideia que o *Regius Professor* empresta do filósofo Wittgenstein. E é exatamente a aplicação daquilo que teoriza que vemos Quentin Skinner realizar em sua obra *Hobbes e a liberdade republicana*.

O livro é dividido em seis capítulos e uma conclusão. Dentre eles, dois são dedicados aos *Elementos da lei*, de Hobbes (“*Os elementos da lei: descrição da liberdade*” e “*Os elementos da lei: a liberdade circunscrita*”). Mas o texto maior é aquele em que Skinner analisa a mais importante obra hobbesiana. Não só em número de páginas, mas também em aspectos de aprofundamento da pesquisa, o quinto capítulo, “*Leviatã: a liberdade redefinida*”, pode ser tomado como o ponto alto do livro. Entre aqueles dois citados logo acima e esse último, há também uma análise interessante de uma outra obra de vulto do filósofo político inglês, “*Do cidadão: a liberdade definida*”. Aparecem ainda uma introdução, narrando a iniciação de Hobbes nos assuntos humanistas, “*À guisa de introdução: os começos humanistas de Hobbes*”, e um sexto capítulo, “*Liberdade e obrigação política*”, que praticamente é uma continuação do texto que o antecede, pois se prende no estudo sobre *Leviatã*.

Skinner realiza uma análise cronológica do desenvolvimento intelectual de Hobbes (1588 – 1679). Para isso, ele parte assinalando a educação que estava disponível para o filósofo em sua época, que era de cunho estritamente humanista. Tendo realizado seus estudos em Oxford, onde foi um aluno de grande destaque, Hobbes se formou basicamente numa esfera na qual predominou os cinco elementos dos *studia humanitatis*, que eram a gramática, a retórica, a poesia, a história clássica e a filosofia moral. Assim, nessa fase da juventude, ele entrou em contato com os grandes autores clássicos, como Horácio (65 – 8 a.C.), Virgílio (70 – 19 a.C.), Cícero (106 – 43 a.C.), Platão (427 – 347 a.C.) e Aristóteles (385 – 322 a.C.), dentre muitos outros. Detentor de uma grande erudição, Hobbes não somente leu esses autores, como também realizou várias traduções, tanto do grego para o latim como do grego para o inglês. Outro ponto frisado por Skinner é a questão da preocupação da cultura humanista em articular palavra e imagem, daí a forte presença dos frontispícios nas obras do período, especialmente em Hobbes, já que autores como Bodin (1530 – 1596), Althusius (1557 – 1638) ou Grotius (1583 – 1645) quase nada ofereceram a respeito.

A contribuição mais significativa de Hobbes para os estudos humanistas foi, segundo Skinner, sua tradução completa da história de Tucídides (471 – 399 a.C.), datada de 1629. Mas a partir desse período, o filósofo político sofreu

significativas mudanças em seus interesses intelectuais. Ele era preceptor do conde de Devonshire e mantinha contato constante também com os seus primos, sir Charles Cavendish e o conde de Newcastle, os quais eram devotados às experiências científicas. Inserido nesse círculo intelectual, Hobbes se fascinou pelas ciências naturais. Ele passou a defender que a única coisa real é o movimento das coisas, e acabou afirmando que tal movimento consistia em três elementos: o corpo, o homem e o cidadão (*corpus, homo, civis*). Hobbes decidiu então, afirma Skinner, compor uma obra em três partes dedicada a cada um desses elementos.

Contudo, os acontecimentos na Inglaterra do período fizeram com que ele abortasse o seu projeto inicial, e passasse diretamente para a seção final, para tratar da questão do governo e da justiça. E é nessa sequência que Skinner desenvolve sua análise. Já no capítulo dois, o historiador apresenta Hobbes inserido num diálogo crítico com as ideias da cultura literária humanista do Renascimento acerca da questão da liberdade. O filósofo tomou para si a defesa de duas doutrinas que estavam na contramão ao que se pensava no período. Primeiro Hobbes afirmou que a vontade seria aquilo que colocava um fim à deliberação para agir, assim a vontade não seria uma faculdade permanente da alma humana. Em seguida, estabeleceu que o que antecede a ação sempre é constituído pelas paixões, e não pela razão, como queriam os doutrinadores escolásticos. Skinner apresenta interessantes análises que contrapunham as formulações hobbesianas, especialmente as de autores como Boissard (1528 – 1602) e Castiglione (1478 – 1529). Mesmo chegando a ser acusado de cometer um ultraje por autores que atuaram nessa vertente contrária e tradicional, Hobbes foi econômico em sua defesa pessoal.

274

Na sequência o historiador de Cambridge cita as conclusões de Hobbes acerca do direito que possuímos de julgar e agir especificamente visando à nossa autopreservação. Nesse ponto, ele concordou com Aristóteles, naquilo que se refere aos homens viverem como lhes apraz. Contudo, aqui se deu a ruptura de Hobbes com a ortodoxia prevalecente, pois afirmou que essa liberdade seria nada benéfica a nós mesmos, já que tal estado de natureza de liberdade e de direito de todos contra todos, inviabilizaria qualquer tentativa de paz e de constituição de uma sociedade. Skinner afirma que aqui é que se dá a teoria do Estado formulada por Thomas Hobbes, pois tendo afirmado que o maior inimigo da natureza humana é a própria natureza humana, o filósofo estabeleceu que só abrindo mão da liberdade natural, restringindo-a na verdade, é que o homem pode finalmente viver em paz. E o meio para tal fim é subjugar-se a impedimentos adequadamente poderosos, ou seja, no final das contas o homem necessita viver sob a tutela do Estado.

Ainda referindo-se a *Os elementos da lei* (1650), Quentin Skinner, no capítulo seguinte, demonstra um Hobbes preocupado com a melhor espécie de governo possível. Com efeito, prevalecia na época em que o filósofo viveu certa tradição de pensamento constitucional, que contradizia a ideia de que uma submissão como a apregoada por Hobbes fosse necessária. O foco principal mantido por Hobbes nesse embate com os teóricos constitucionais dos quais

foi contemporâneo, se deu com relação à mistura das espécies de governo que eles julgavam ser essencial. A figura que ele analisou com empenho foi o cardeal Contarini, e isso por meio dos estudos de Bodin, que já havia também combatido esse pensador italiano. Merece destaque aqui, ainda, segundo Skinner, a presença de Maquiavel (1469 – 1527) no cenário político inglês, com uma tradução realizada por Edward Dacres dos *Discorsi*, obra na qual prevalecia como melhor a forma republicana de governo sobre as demais. Hobbes enfatizou que os que falam tanto em liberdade sob um governo, falam na verdade não da liberdade em si, mas de algo que se parece com ela, sem efetivamente ser e, ainda mais, sem tais teóricos saberem do que se trata. E terminou por afirmar que liberdade equivale à honra de ser tratado igual aos demais, e nada além disso.

Skinner avança, e expõe toda a turbulência política no contexto inglês entre o final da década de 1620 até fins de 1640. A disputa entre a Coroa e o Parlamento foi arrebatadora, e os problemas que tal fato causou a alguns personagens deixou Thomas Hobbes horrorizado e temeroso por sua vida, isso devido às suas opiniões expostas em *Os elementos*. É nessa fase que se deu o seu exílio na França, onde ele permaneceu por mais de onze anos. Foi também o período no qual ele se dedicou a revisar *Os elementos*. Primeiro foi publicada uma versão em 1642, intitulada *Elementorum philosophie sectio tertia de cive*, título que alude ao projeto inicial do filósofo de escrever sua obra em três partes. Contudo uma nova versão surgiu em 1647, com o título *Do cidadão*. Skinner procura estabelecer alguns pontos em que Hobbes mudou radicalmente sua posição intelectual, assim como também outros em que ele deu certa continuidade às formulações iniciais.

Quentin Skinner afirma que, para essas duas versões finais, Hobbes se utilizou de uma linguagem mais límpida, algo mais acessível aos leitores em geral. Ele continuou a afirmar que o homem não é de forma alguma um ser apto à vida em sociedade e que também a democracia não resguarda a liberdade natural do indivíduo, refutando sarcasticamente Aristóteles. Desprezou novamente as teorias das formas mistas de governo, porém, incluindo aí o modelo inglês, o que não havia feito anteriormente. O historiador de Cambridge enfatiza também, a proximidade de Hobbes com os escritores dos livros de emblemas, o que seria mais uma das características de um Thomas Hobbes atuando em tom mais popular. Mas talvez o que mais fica evidente nessa altura da análise skinneriana é a posição intelectual em que se colocou Hobbes naquilo que se refere à caracterização de liberdade. Pois agora ele trata do assunto utilizando-se de fatores como impedimentos arbitrários, incapacidade de querer e de uma paixão, que se traduziria no sentimento do medo. E tal força emocional é o que levaria o homem a prevenir a si próprio de cometer uma ação, com exceções, obviamente.

Contudo, Hobbes mudou drasticamente de opinião sobre o conceito de liberdade no *Leviatã*, e as causas disso, tanto internas quanto externas, é o que Skinner intenta apresentar no penúltimo capítulo de *Hobbes e a liberdade republicana*. Com efeito, o filósofo seiscentista afirmou nesse momento que a liberdade passaria a ser tirada do homem por impedimentos que seriam capazes de deixá-lo fisicamente impotente, sem poder mover-se. Ou seja, só haveria

liberdade propriamente dita onde os impedimentos absolutos ao movimento estivessem ausentes. O que antes ele tratou como impedimento arbitrário, aquele devido ao sentimento, desapareceu agora dos seus escritos. Aqui Skinner refuta as teorias que afirmam que Thomas Hobbes não alterou sua ideia de liberdade ao longo do desenvolvimento de sua filosofia política. Segundo o historiador, um dos possíveis motivos que fizeram com que ele modificasse sua teoria da liberdade foi o seu empreendimento tendo em vista o preenchimento de algumas lacunas antes incorrigíveis em *Os elementos* e em *Do cidadão*. Mas não somente isso.

Sendo assim, novamente Skinner lança mão de sua metodologia, e apresenta Hobbes não somente às voltas com questões pessoais, mas também fortemente influenciado por fatores externos. Daí também os motivos da sua reviravolta idiossincrática. Com efeito, Skinner insere Hobbes no âmbito de um fervoroso debate com os novos oponentes da soberania absoluta da época, refutando o ponto principal defendido pelos teóricos da liberdade republicana, segundo o qual se afirmava que para ser livre, o homem não poderia viver sob dependência. Enquanto esses últimos afirmavam que a simples possibilidade da interferência arbitrária impedia a liberdade, Hobbes rebatia que a mera ausência de interferência já era condição suficiente para a liberdade. Para o historiador de Cambridge, Hobbes foi o primeiro a oferecer uma resposta de fôlego em alternativa aos teóricos republicanos.

Entretanto, até agora tudo o que foi dito, referiu-se unicamente à liberdade de que se usufrui enquanto corpo em movimento. Então, como ficaria a liberdade sob o mundo artificialmente pactuado, isto é, sob o regime do Estado? O historiador afirma que para Hobbes certos direitos naturais – e entendam-se aqui também as liberdades – continuam a existir mesmo sob a mais absoluta das monarquias que se possa imaginar. De fato, Hobbes expôs que tais direitos inalienáveis existem e em grande número. Outro argumento utilizado por ele, e frisado por Skinner, é o de que as liberdades continuam a existir onde há o silêncio da lei. A conclusão ímpar a que chegou o filósofo inglês é que os impedimentos artificiais que limitam o homem sob determinado governo, não conseguem impedi-lo de agir inteiramente como desejar. Assim, por exemplo, liberdade de violar a lei permanece intacta.

No último capítulo, Skinner demonstra que Hobbes aceitou e passou a defender o novo governo, aquele dos republicanos, proclamado como uma República e também um Estado livre em 1649. Claro que ao se submeter ao novo regime, o filósofo não o fez sem suas ferozes críticas. Tal ato pode ser tido como expressão daquilo que ele designou por obrigação política. Assim, tendo sua liberdade e direitos civis preservados, Hobbes não enxergou problema em ser o governo uma monarquia ou uma república. Mas a sua defesa da República inglesa não se efetuiu somente no plano pragmático. Com efeito, Hobbes utilizou-se muito bem, segundo Skinner, de sua retórica para demonstrar a necessidade da convenção que leva à constituição da pessoa artificial, a qual estaria encarregada de exercer a soberania. Assim, ao defender o Parlamento Rump, ele afirmou que o homem ao aceitar tal obediência a esse governo estabelece um contrato, o qual é lícito e, exatamente devido a essa característica, não pode ser quebrado legalmente.

A obra *Hobbes e a liberdade republicana* do professor Quentin Skinner, que ganhou recentemente uma edição em língua portuguesa, é um grande esforço intelectual na tentativa de apresentar um aspecto da complexa e importante obra legada pelo filósofo político inglês. Ao articular Hobbes com os demais autores de sua época, Skinner mais uma vez demonstra fidelidade à metodologia que defende, que é, aliás, o que já vem fazendo há décadas. Assim, o livro se faz de extrema importância para estudantes e profissionais que desenvolvem seus trabalhos no campo das Ciências Humanas. Quentin Skinner já deixou claro anteriormente que seus trabalhos são apenas uma contribuição aos estudos dos textos políticos do passado, jamais algo que deva ser tomado como última palavra. Contudo, com tamanha erudição apresentada e profundo conhecimento dos temas, fica difícil admitir que seja somente mais um simples autor debatendo em meio a tantos outros no campo da história intelectual.

Referências bibliográficas

- LOPES, Marcos A. O problema do sentido histórico em história das ideias: notas acerca da interpretação de textos políticos. In: GIANNATTASIO, G.; IVANO, R. (orgs.). **Epistemologias da história**: verdade, linguagem, realidade, interpretação e sentido na pós-modernidade. Londrina: Eduel, 2011.
- LOPES, Marcos A. Quentin Skinner. In: LOPES, M. A.; MUNHOZ, S. J. (orgs.). **Historiadores de nosso tempo**. São Paulo: Alameda, 2010.
- POCOCK, John G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. Bedeutung und Verstehen in der Ideengeschichte. In: _____. **Visionen des Politischen**. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 2009.
- _____. Entrevista. In: PALLARES-BURKE, M. L. (org.). **As muitas faces da história**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- _____. **Hobbes e a liberdade republicana**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- _____. **Hobbes e a teoria clássica do riso**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- _____. Interpretation und das Verstehen von Sprechakten. In: _____. **Visionen des Politischen**. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 2009.
- _____. **Razão e retórica na filosofia de Hobbes**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

A atualidade de Garrett

Garrett's modernity

MONTEIRO, Ofélia Paiva. *Estudos garrettianos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, 279 p.

Maria de Fátima Marinho

msaraiva@letras.up.pt
Professora catedrática
Universidade do Porto
Via Panorâmica s/n
4150-564 – Porto
Portugal

Palavras-chave

Abordagem cultural; Identidade nacional; Modernidade.

278 **Keywords**
Cultural studies; National identity; Modernity.

Enviado em: 7/4/2012
Aprovado em: 14/5/2012

A presente edição, sob a responsabilidade de Sérgio Nazar David, autor do prefácio, e com a chancela da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), reúne vários ensaios de Ofélia Paiva Monteiro, publicados em revistas, atas de congressos ou como capítulos de livros. A riqueza desta coletânea é sobejamente realçada pelo estudioso brasileiro, que começa por fazer um breve percurso da vida da autora e se debruça, em seguida, sobre cada um dos estudos, apresentando-nos, de cada um, um breve resumo analítico.

A leitura dos textos antologiadados demonstra o conhecimento profundo que Ofélia Paiva Monteiro, professora catedrática aposentada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tem da obra de Almeida Garrett e a mestria que põe na forma como explana as diversas facetas do autor de *Viagens na minha terra*, cuja edição crítica, aliás, prefaciou e organizou. A análise que faz não é influenciada por escolas que privilegiam apenas uma das facetas, desprezando ou silenciando outras, que, segundo pensam alguns críticos, seriam de somenos importância. A sua tese de doutoramento – já sobre Garrett, *A formação de Almeida Garrett: experiência e criação*, de 1971–, escrita em plenos anos 1960, num momento em que o estruturalismo advogava o primado absoluto do texto em detrimento do conhecimento dos contextos socioculturais ou de circunstâncias da vida do autor, foge a esta restrição limitativa, interligando todos os ingredientes, de molde a não esquecer a importância de aliar o saber do ambiente cultural, político, ideológico, familiar de Garrett à escrita de textos que se distribuem por muitos gêneros literários (poesia, tragédia, drama, romance) e por diversas formas de intervenção – bem notória na sua colaboração em jornais, de que é exemplo *O cronista*, de que é quase o único redator –, a uma análise estilística, que quase poderíamos classificar de microestrutural, na medida em que não deixa escapar as técnicas e os artifícios de que o autor constantemente se serve.

Na resenha da presente edição, tentarei fazer sobressair esse modo magistral de dar conta da grandeza de um autor, legitimando, frequentemente, as suas opções discursivas e temáticas. Convicta de que é impossível separar a época em que se vive, a ideologia que se professa, o meio social que condiciona o gosto e a atuação, a educação e a cultura que se adquiriu, de construções narrativas, da criação de personagens, de temáticas usadas na poesia e na prosa, darei conta da forma que Ofélia Paiva Monteiro adotou para estudar e ressaltar em Garrett a coerência da sua produção literária e da político-socialmente interventiva.

Dividida em quatro partes – “Perspetivas globalizantes”, “Teatro”, “Romance” e “Facetas do educador social” –, a presente edição abarca a quase totalidade da produção garrettiana, embora não haja um estudo tão aprofundado da poesia como há de algumas peças de teatro ou dos romances.

A leitura dos vários ensaios espelha, coerente e sistematicamente, o pensamento de Garrett que se dissemina nos mais ínfimos detalhes da sua produção e que, assimilado através da leitura de textos tão díspares como uma peça de teatro, um romance (histórico ou de atualidade), um texto crítico ou de opinião, se revela ainda mais rico e genial do que se apreciado fragmentariamente.

A primeira parte da obra compila textos cujo objeto de estudo é mais geral, mas que dão conta da profundidade das reflexões do autor. Considerando que as temáticas de Deus, da natureza e do homem constituem um vetor fundamental no seu percurso, Ofélia Paiva Monteiro acentua a importância que esse vetor assumirá durante mais de trinta anos em toda a produção de Garrett, refletindo-se em textos de natureza bem diferente e de alcance díspar.

À ilusão de juventude baseada na crença nos valores transmitidos pela ideologia das Luzes e concretizados teoricamente (e só teoricamente, convém notar) pela Revolução Francesa, Garrett, maduro e algo desiludido pela sequência dos acontecimentos e pela atuação de alguns homens de Estado, contrapõe um universo mais crítico, mais desassombrado, que se atualiza na sua produção, instaurando-se um equilíbrio entre o seu percurso pessoal e a construção das personagens romanescas ou dos seus longos poemas, *Camões* e *D. Branca*. A ensaísta coimbrã fala até em “transposição ficcional da história pessoal de Garrett” (MONTEIRO 2008, p. 29), querendo significar, não uma análise estritamente biografista, mas a importância que as circunstâncias pessoais poderão assumir na construção e idealização de enredos legitimadores ou provocantes.

Uma “visão ‘espiralada’ do tempo histórico” (MONTEIRO 2008, p. 29) revela-se fulcral quando percebemos a importância que este assume na conceção dos mais diferentes textos. Não podemos simplisticamente aduzir que Garrett terá cedido à moda oitocentista de recriar o tempo passado, tendo em vista uma intenção didática ou pretendendo usar os tempos idos como exemplos ou paradigmas para o presente. O autor de *O arco de Sant’Ana* vai mais longe, conseguindo implicar o passado, tal como o sentimento religioso, no seu programa ideológico, mesmo se ele só existe tacitamente.

280

Ofélia Paiva Monteiro dissecou, em várias obras do autor, as relações que ele mantém com o passado (seja ele, o de *O alfageme de Santarém*, de *Frei Luís de Sousa* ou de *O arco de Sant’Ana*), demonstrando que a pertinência da colocação das personagens e dos ambientes em eras pretéritas tem implicações muito próprias, que redundam em funcionalidades específicas e impossíveis de esquecer. Não estava Garrett tão preocupado quanto Herculano em dar uma imagem aparentemente fidedigna da história, descrevendo o vestuário, os movimentos políticos e económicos ou a topografia das cidades, estava sim apostado em usar o passado de modo conveniente, como refere a ensaísta quando escreve que o autor, a propósito de *Frei Luís de Sousa*, pretende “falar ao povo, no ‘democrático’ século XIX, através de um drama que lhe oferecesse o espelho útil onde se mirasse a si e ao seu tempo” (MONTEIRO 2008, p. 104). A consciência de que “a ficção histórica, não estando obrigada à *verdade absoluta*, permite ao ficcionista *interpretar a existência passada, infletindo-a, com as escolhas que faz, para significados que têm a ver consigo e com o seu tempo*” (MONTEIRO 2008, p. 224), permite reler, dinâmica e modernamente, os escritos de Garrett.

O sentimento religioso do autor ultrapassa a mera prática ou adesão acrítica para se situar numa religião “da Essência, do Além e da Esperança metafísica”, (MONTEIRO 2008, p. 32) que se separa do obscurantismo presente em alguma Igreja da época para procurar absolutos que não se compadecem com a corrupção

ou reacionarismo de certos clérigos e religiosos. Em toda a obra, Garrett defendeu o verdadeiro cristianismo, numa linha que não se afasta muito dos ideais românticos mais ortodoxos e esclarecidos, de autores como Chateaubriand.

A esta faceta, acresce a do dândi, condicionante de muitas das características das suas personagens masculinas que atualizam facetas legitimadoras de comportamentos e atitudes, apesar da evidente ligação, na sua obra, entre a criação literária e a praxis cívica, isto é, a prática indissociável do criador e a do cidadão esclarecido que considera obrigação sua intervir diretamente na vida pública.

Esta intervenção salda-se pela preocupação em significar, mesmo se de modo oblíquo, os dados considerados nucleares para a transformação da sociedade portuguesa, transmudados nos sujeitos poéticos, nas personagens, nos escritos mais diretamente votados à intervenção social. A insistência na necessidade de se ser verdadeiro, de transmitir o que é verdade – como afirma Garrett, na *Memória ao conservatório real* – em oposição aos artifícios retóricos e estilísticos, tipicamente clássicos, sob pena de não se conseguir atingir o povo, verdadeiro destinatário das obras, favorece uma escrita romântica “onde pessoa e nação se fundem” (MONTEIRO 2008, p. 50), na mira da construção de uma identidade eminentemente moderna.

A modernidade decorrente dessa interação entre o indivíduo e a nação, da crença nos valores de cidadania e da liberdade, da importância que é conferida à educação e à conciliação do prazer e da virtude, é ainda corroborada por uma série de ingredientes que Ofélia Paiva Monteiro muito bem identifica na análise que faz das várias obras, em cada um dos grandes capítulos em que se divide a presente coletânea. A fluidez do mundo íntimo, aliada à recusa do seguidismo rígido de escolas e ao “à-vontade narrativo com que Garrett se exhibe como *autor* nas suas ficções” (MONTEIRO 2008, p. 49) facilita o exercício de um estilo que ajuda a construir um universo ímpar. A autora dos ensaios enumera elementos que concorrem para adensar o tom, só aparentemente espontâneo (MONTEIRO 2008, p. 55-75): sólido conhecimento do português, sublime magnânimo, “caligrafia” rococó, naturalidade comovente, comicidade, tom conversacional. A junção de todos estes parâmetros imprime ao estilo uma modernidade, que Ofélia Paiva Monteiro salienta nas análises que faz do teatro – sobretudo *Frei Luís de Sousa* e as peças em um ato – e dos romances *Viagens na minha terra*, a obra inacabada *Helena* e textos inéditos e menos conhecidos, bem como uma rápida incursão pela obra de António Pedro Lopes de Mendonça, *Memórias de um doido* e pelos contos de Álvaro do Carvalho nas segunda e terceira partes.

De *Frei Luís de Sousa* se salienta a importância da conjuntura política (antes de mais, a presente), o nacionalismo, a função pedagógica, o papel da história, a par de um estudo minucioso e fundamental da peça, através das suas personagens, diálogos e representações; das peças em um ato, menos conhecidas do público, sublinham-se os ingredientes que agradam ao gosto popular, numa exaustiva apresentação de todas elas.

O estudo que Ofélia Paiva Monteiro faz de *Viagens na minha Terra* não podia deixar de ser fundamental para todos os que melhor quiserem conhecer esta obra-prima do romance romântico português. A autora salienta a grande

maturidade irónica de Garrett ao analisar o tempo português, as vicissitudes políticas ou a recuperação do “espírito nacional”. Centrando-se na charneca ribatejana e no Vale de Santarém, Garrett centra-se também, a um outro nível, na comparação, ou na distinção, entre o frade e o barão, com todas as implicações que esta dicotomia acarreta. Percebendo o que está por detrás desta aparente e, até certo ponto, cómica, distinção, o leitor infere, e Ofélia Paiva Monteiro demonstra-o na perfeição, as consequências e as causas do devir histórico peninsular e as recomendações que o autor, transversalmente, profere. A minúcia da análise desvenda-nos a construção narrativa e a elaboração das personagens, que se constituem modelos de paradigmas românticos.

Helena, o romance inacabado cujo fim se desconhece, assume, no estudo que dele faz a estudiosa coimbrã uma importância fundacional das opções políticas e sociais de Garrett na fase final da vida, quando a morte já se avizinhava. Ofélia Paiva Monteiro seleciona alguns dos temas que considera fundamentais para estabelecer os propósitos de Garrett: a escravatura, a questão religiosa, o capitalismo moderno, a luta pela independência grega, a oposição entre os valores da natureza, reveladores de uma autenticidade fundamental e os da civilização, indiciadores de uma duplicidade estrutural. A ideologia que os fragmentos existentes deixam entrever explica muitas das atitudes de Garrett e da sua intervenção enquanto parlamentar e político. As personagens parecem concorrer para a intensificação e justificação dos dados enunciados nas explicações do narrador.

282

O último capítulo desta terceira parte centra-se na análise de *O arco de Sant’Ana*, de alguns textos inéditos, e na influência que o autor terá tido em muitos dos seus contemporâneos, de entre os quais salienta António Pedro Lopes de Mendonça e Álvaro do Carvalhal. Sublinha ainda Ofélia Paiva Monteiro a importância das metalepses, da autorreflexividade, do efeito de real, da ironia romântica e dos motivos paródicos que, normalmente, lhes andam associados. A modernidade decorrente da junção de todos estes elementos constitui, como já dissemos, um dos pontos altos da estética garrettiana e um dos fatores da sua presença inquestionável nas letras pátrias.

Na quarta parte, os dois capítulos centram-se na educação feminina e no seu projeto enunciado em *O português* e *O cronista*. No primeiro estudo, onde se salientam alguns artigos publicados em *O toucador*, o autor apresenta um programa pedagógico para a mulher, advogando a conciliação do prazer e da virtude, ao arripio da tradição moralista e conservadora do século XIX português. Ofélia Paiva Monteiro chama a atenção para a “valorização da sensualidade e da emotividade” e para “o elogioso realce da *graça*” (MONTEIRO 2008, p. 254), característica que se concretizará no perfil feminino de algumas mulheres.

O último artigo alerta, em textos publicados nos periódicos acima referidos, para a necessidade de educar o grande público, baseado em princípios que Garrett sempre defendeu e na importância da riqueza e do comércio para a consolidação do novo estado constitucional e democrático.

Em suma, esta compilação de estudos de Ofélia Paiva Monteiro dá-nos conta das múltiplas vertentes da obra do autor de *O alfageme de Santarém* e da centralidade que os seus escritos têm no panorama literário português de

oitocentos. A acuidade e a excelência dos ensaios trazem a lume pormenores, por vezes, esquecidos, sublinham a importância da obra de um dos grandes construtores da modernidade em Portugal e ensinam a ler. É difícil afirmar que sobre um autor nada mais há a dizer, mas de Garrett muito pouco os estudos de Ofélia Paiva Monteiro deixam em claro.

Um outro intelectual: perspectivas historiográficas contemporâneas

Another intellectual: contemporary historiographical perspectives

AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz (orgs). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009, 544 p.

Francisco Martinho

fcpmartinho@gmail.com

Professor adjunto

Universidade de São Paulo

End. Rua Urano, 65/94B – Aclimação

01529-010 – São Paulo – SP

Brasil

Palavras-chave

História; Historiografia; Intelectual.

284

Keywords

History; Historiography; Intelectual.

Enviado em: 16/5/2012
Aprovado em: 11/6/2012

A consolidação da profissão de historiador no Brasil passou por uma série de fases e processos de maturação. Na década de 1970, por exemplo, ao mesmo tempo em que eram criados os programas de pós-graduação em história, diversos foram os profissionais que fizeram seus doutoramentos fora do país. Assim, o apoio por intermédio do poder público dava-se em duas direções. Por um lado fortalecia os mecanismos através dos quais a Universidade produziria conhecimento; por outro, na medida em que os primeiros programas de pós-graduação limitavam-se, com honrosas exceções, ao curso mestrado, incentivava seus docentes a se especializarem e estabelecerem contatos no exterior, sobretudo na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos. No início da década seguinte, paralelamente a este processo de formação de quadros em Universidades estrangeiras, retornaram ao Brasil historiadores que haviam sido perseguidos pelo regime autoritário. Foram estes os casos, só para falarmos do departamento de história da Universidade Federal Fluminense (UFF), das professoras Maria Yedda Leite Linhares e Eulália Maria Lahmeyer Lobo. E foi neste duplo movimento, formação no exterior e regresso de quadros mais experientes, que o programa de pós-graduação em história da UFF criou seu doutorado na primeira metade da década de 1980. Gradativamente, em diversas regiões do país, foram sendo consolidados mais cursos de mestrado e doutorado, com pesquisas que dialogavam tanto com as experiências locais, específicas de cada região, como também gerais, abarcando temas de outras áreas e mesmo de outros países. Se os contatos externos se mantiveram, o padrão de relacionamento com as universidades estrangeiras foi bastante alterado. Não só porque diminuiu a demanda para doutorados plenos no exterior, como também a própria Universidade brasileira demonstrou um crescente grau de amadurecimento e de interlocução com instituições de ensino e pesquisa na Europa, Estados Unidos e América Latina. Dai também a presença de professores nacionais em cursos e programas de pós-graduação no exterior. Foi este ininterrupto processo de maturação que possibilitou o surgimento do Programa Nacional de Núcleos de Excelência (Pronex), em parceria do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com as Fundações de Amparo à Pesquisa de casa estado. Ao mesmo tempo, convênios com Universidades estrangeiras através de programas de indução (CAPES-COFECUB, com a França; CAPES-GRICES, com Portugal) foram se consolidando. O resultado desses convênios é vasto e de excelente qualidade.

O livro aqui em tela é resultado do seminário internacional *Culturas políticas, memória e historiografia* realizado a partir do Projeto Pronex "Culturas políticas e usos do passado: memória, historiografia e ensino de história", realizado na Universidade Federal Fluminense em agosto de 2008. Contando com a participação de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, o seminário obedeceu a uma perspectiva interdisciplinar que procurou, a partir das pesquisas específicas de cada autor, abordar e problematizar os conceitos expressos no título do seminário e do próprio livro: *Cultura política, memória e historiografia*. Dividido em sete partes, o livro apresenta uma gama de temas e de problemáticas que, longe de se pretenderem definitivos, procuram sim abrir campos e perspectivas para pesquisas futuras.

A parte I, "Cultura, política e identidade", consta de quatro capítulos. São, na verdade, as conferências pronunciadas pelos convidados internacionais, Jean-François Sirinelli, Phillippe Joutard e Pierre Laborie, além de Serge Bernstein que, convidado, não pôde comparecer ao evento. O texto de Bernstein, "Culturas políticas e historiografia", procura estabelecer uma relação da história política com a história cultural dando ênfase à análise do comportamento dos indivíduos e do coletivo. Jean-François Sirinelli em "Os intelectuais do final do século XX: abordagens históricas e configurações historiográficas" aborda o papel dos intelectuais da França e discute a respeito da chamada crise política e ideológica deste segmento. Além de problematizar acerca do pessimismo quanto ao papel a ser desempenhado pelo intelectual na virada do século, havendo mesmo quem chegasse a prever seu desaparecimento, Sirinelli percebe que sua presença no mundo contemporâneo obedece a uma lógica que não é mais a mesma daquela inaugurada com o caso Dreyfus. O "Século dos intelectuais", para usarmos a feliz expressão de Michel Winock (WINOCK 2000), o século de Jaurès, de Sartre ou de Hanna Arendt é agora relativizado por outras formas e modelos de investigação. Phillippe Joutard, no texto "Memória e identidade nacional: o exemplo dos Estados Unidos e da França", destrincha as relações entre memória e identidade nacional a partir da comparação entre dois países com formas de entendimento da memória diametralmente opostas. De um lado a França, evocadora de seu passado; de outro, os Estados Unidos, a construir sua identidade a partir de uma concepção de futuro. Vivências distintas de distintas experiências de modernidade (BERMANN 1987). Por fim, Pierre Laborie em "Memória e opinião" trata de um tema ainda pouco abordado pelos historiadores. Procurando ir além da ideia de opinião como expressa pelos institutos de sondagem, reflete as relações entre história, memória e opinião e seu impacto na história do tempo presente na França. Temas intrigantes, que se correlacionam, e que em larga medida discutem não apenas entre si, mas também com trabalhos de autores que, no Brasil, vêm se dedicando à análise do papel do historiador e do intelectual no século XXI (ALBUQUERQUE JR 2004; CARVALHO 2000).

A parte II intitula-se "Memória e historiografia" e é composta de três capítulos. O primeiro, "Por que Clio retornou a Mnemosine", de Maria Inês Mudrovic, procura fazer uma abordagem teórica da história do tempo presente e sua relação com a memória. Assim, temáticas ligadas não apenas à história, como também à filosofia, à política e à sociologia, como, por exemplo, a justiça, o campo jurídico e a moral relacionam-se de modo a reaproximar sujeito e objeto como elementos para a construção do conhecimento. Ismênia de Lima Martins e Andréa Telo da Corte assinam o capítulo "Imigração, cidade e memória". No referido texto, a partir da análise de uma comunidade de portugueses em Niterói o texto procura analisar a relação de grupos étnicos com o *outro*. Seus processos de integração e manutenção de identidade. Neste processo, o espaço urbano é entendido como um lugar não apenas de uma, mas de múltiplas memórias. Aqui, percebe-se um imediato e importante diálogo com as já clássicas e conhecidas obras de Sidney Chalhoub (CHALHOUB 2008) e de Gladys Sabina Ribeiro (RIBEIRO 2002). Hebe Mattos, em "Memória e

historiografia no Oitocentos: a escravidão como história do tempo presente” procura analisar as obras clássicas de Francisco Adolfo de Varnhagen, *História geral do Brasil* e de Capistrano de Abreu, *Capítulos de história colonial*. A preocupação da autora é analisar como cada autor tratou da escravidão e como esses modelos originais de análise se mantiveram como referência na historiografia contemporânea. Assim, mantém-se o contributo no campo da história da escravidão, com linhas de investigação que se renovam desde a década de 1990.

A parte III, “Culturas políticas e lutas sociais” está igualmente composta de três capítulos. Juan Suriano, em “Cultura e política anarquista em Buenos Aires no começo do século XX” discute o papel do movimento anarquista na capital argentina. Para o autor, se o anarquismo se constituiu na principal referência do movimento operário argentino na virada do XIX para o XX, o declínio dessa ideologia acompanhou o processo de transformação política e social do país, com seus impactos para o mundo do trabalho, com ênfase para o crescente papel do Estado em sua relação com os trabalhadores portenhos. Jorge Ferreira assina o artigo “Entre o comício e a mensagem: o presidente Goulart, as esquerdas e a crise política de março de 1964”. Ferreira procura em seu texto problematizar com as teses que vêm o período de crise do pré-1964 como consequência inevitável de uma radicalização ininterrupta iniciada três anos antes e que havia contado com o apoio do presidente João Goulart. Ao contrário, demonstra a preocupação do presidente em estabelecer uma aliança estável com o centro político. Ao mesmo tempo discute as crescentes tensões advindas com o comício de 13 de maio e a mensagem de Goulart ao Congresso em prol das reformas de base. As decisões tomadas e o caminho em direção ao golpe de Estado evidenciam a riqueza dos trabalhos no campo da história política. Para além da “longa respiração” das conjunturas econômicas, a história política expressa as alterações de comportamento e das correlações de força no curto espaço de tempo. Assim, nada mais distante de 1964 que 1961 e vice-versa, Raquel Soihet, em “Mulheres em luta contra a violência: forjando uma cultura política feminista” aborda a ação do movimento feminista no Brasil ao final da década de 1970. Soihet demonstra que as preocupações centrais da militância feminista à época estavam centradas em temáticas ligadas ao espaço público, como os mundos do trabalho e o associativismo. O universo privado, como a questão da violência doméstica, reivindicado por mulheres recém-egressas ao país com a abertura democrática, ainda não pertencia às referências da cultura política do feminismo no Brasil. Gradativamente, na década seguinte, é que percebeu-se a impossibilidade de separação dos universos público e privado. O estudo de Raquel Soihet, portanto, aponta para uma perspectiva renovadora no sentido de entender não apenas o espaço público, como também o espaço privado, como lugar de demanda, socialização, política e luta pela cidadania. Os temas desta Parte, ainda que específicos e próprios de cada pesquisa original, dialogam com toda uma corrente de historiadores que discutem e analisam os movimentos sociais contemporâneos para além da ortodoxia marxista vigente até meados da década de 1970 (SILVA; BATALHA; FORTES 2004).

A parte IV, "Identidade e política" procura discutir as questões referentes à etnicidade a partir de estudos acerca das populações indígenas em países como o Brasil e a Colômbia. Maria Celestino de Almeida, em "Cultura política indígena e política indigenista: reflexões sobre etnicidade e classificações étnicas de índios e mestiços (Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX)" procura demonstrar como as políticas de extinção das aldeias coloniais encontravam, no Rio de Janeiro, formas de resistência com vistas à afirmação da identidade indígena. Ao mesmo tempo em que seu artigo aponta para as contradições inerentes às classificações étnicas, vistas como construções históricas, é interessante a análise da legislação colonial e de sua apropriação pelos próprios indígenas. Em "As mortes do indígena no Império do Brasil: o indianismo, a formação da nacionalidade e seus esquecimentos", João Pacheco de Oliveira analisa as representações dos índios na poesia, no romance e na pintura do século XIX. Para o autor, a ideia de assimilação presente nas composições artísticas evidencia um esforço no sentido do esquecimento da identidade própria de indígena. Eliane Cantarino O'Dwyer em "Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento" analisa as comunidades negras rurais remanescentes do quilombo de Oriximiná, no Pará. Segundo a autora, a identidade quilombola, construída a partir de escolhas simbólicas desses grupos, é determinante para a conquista de direitos e têm uma dimensão política evidente. Aqui, uma relação clara entre a construção do passado e as demandas do presente. No capítulo "Entre a reivindicação e a exorcização: mobilidade étnica, agentes estatais e políticas multiculturais na Colômbia", Marta Zumbrano analisa, a partir do *cabildo* de Suba, em Bogotá, o fenômeno da "reindigenização" como um processo tenso marcado pelas crescentes desigualdades na sociedade colombiana. Os três capítulos que compõem a presente parte IV do livro abordam, portanto, as relações de proximidade e distanciamento entre as identidades étnicas e culturais com a história política e as questões do tempo presente.

A parte V do livro intitula-se "Culturas políticas no Antigo Regime". João Luís Ribeiro Fragoso assina o capítulo "A reforma monetária, o rapto de noivas e o escravo cabra José Batista: notas sobre hierarquias sociais costumeiras na monarquia pluricontinental lusa (séculos XVII e XVIII)". Conforme anuncia o próprio título do texto, Fragoso aprofunda o conceito de *monarquia pluricontinental* em substituição à *monarquia compósita* conforme defendida por Elliot em seus clássicos estudos acerca do Antigo Regime ibérico (ELLIOT 1992). Nas relações de vassalagem, estabelecidas entre o rei e as elites locais, Fragoso aponta para a importância das estratégias locais que iam além da mera reprodução da obediência determinada pelo poder central. Antônio Carlos Jucá de Sampaio, em "Do bem comum dos povos e de Sua Majestade: a criação da Mesa do Bem Comum do Comércio do Rio de Janeiro (1753)" procura discutir a concepção de *bem comum* e as relações de reciprocidade estabelecidas entre os diversos grupos sociais e entre esses e o rei. Encerra esta parte o texto de Fernanda Bicalho "Cultura política, governo e jurisdição no Antigo Regime e na América portuguesa: uma releitura do ofício de vice-rei do Estado do Brasil". Em seu estudo acerca da administração colonial Bicalho

faz uma análise comparativa com o governo do Estado da Índia e reflete sobre o espaço e os limites de poder atribuídos ao vice-rei. Em todos os textos, portanto, abordagens que apontam para uma revisão do conceito de Estado Absolutista afirmam uma sociedade do Antigo Regime (na metrópole e nas colônias) marcada pelas disputas e espaços de intervenção tanto dos indivíduos como dos grupos sociais. Assim, o modelo caracterizado pela segunda escolástica, na qual a hierarquia entre os diferentes órgãos e grupos sociais era vista como natural, era realidade passível de alteração. Já há muitos anos que historiadores modernistas portugueses e brasileiros procuram estabelecer diálogos e trocas com resultados absolutamente frutíferos, particularmente no tocante à revisão do conceito clássico de Estado Absolutista (CARDIM 1998; CUNHA 2000; HESPANHA 1994; MONTEIRO 2003).

A parte VI intitula-se “Cultura e memória do tempo presente” e procura analisar os movimentos sociais e suas relações com os regimes autoritários e democráticos na América Latina, desde a década de 1960 até os dias atuais. Denise Rollemberg em “Ditadura, intelectuais e sociedade: *O Bem Amado* de Dias Gomes”, faz uma análise das relações que se estabeleceram no Brasil entre os intelectuais de esquerda e a ditadura brasileira. Questionando a noção de *resistência* que tanto dominou as interpretações originárias acerca do regime civil-militar, Rollemberg procura a partir dos conceitos de *ambivalência* e de *zona cinzenta*, caros à historiografia francesa, entender as formas de expressão política da esquerda *por dentro* dos mecanismos institucionais e de mercado existentes quando do regime de exceção. Samantha Quadrat, em “‘Para Tatá, com carinho!’ a boa memória do pinochetismo” discute a permanência de uma cultura política de direita no Chile favorável ao ex-ditador Augusto Pinochet. Em sua análise Quadrat aborda três momentos de consolidação e resignificação de uma memória pró-Pinochet: o golpe de 11 de setembro de 1973, sua prisão em Londres em 1998 e seu falecimento em 2006. Seu texto questiona a perspectiva de uma sociedade absolutamente contrária ao regime ditatorial. O texto de Denis Rolland, “1968 do Rio a Paris, história e memória: registros de sentido e amnésias locais da história comparada” discute os chamados movimentos sociais de 1968 e o lugar da experiência latino-americana. Para Rolland, há um desequilíbrio acerca das análises do período na América Latina que merece e necessita reparação. Enquanto que predomina uma ênfase nos estudos acerca da experiência mexicana, casos como o do Brasil são eclipsados. Ao mesmo tempo, na busca de sincronias, afirma que não sendo única, a experiência francesa necessita ser comparada com outras a fim de que possa sair do limbo da “peculiaridade”. Todos os trabalhos apresentados nesta sessão apontam para as questões aprofundadas por Denise Rollemberg e Samantha Quadrat em livro acerca das razões e da complexidade do consentimento nas sociedades autoritárias (ROLLEMBERG; QUADRAT 2010).

Por fim, a parte VII do livro, intitula-se “Culturas políticas e lugares de memória”. Em seu texto “Cultura política e lugares de memória”, Ulpiano Bezerra de Menezes procura estabelecer uma análise conceitual a respeito da memória da contemporaneidade. Debate em seu texto o papel de construção de memórias

apenas recentemente tratadas pelo historiador, como a memória virtual, cibernética e todo o debate acerca da democratização da informação. A seu ver, a memória perceptível nesses espaços não é mera repetição, merecendo, pois, ser historicizada. Cecília Azevedo, em “Culturas políticas e lugares de memória” debate acerca da construção da memória nos Estados Unidos, de seu papel na identidade nacional daquele país a partir da construção de ícones próprios, para além da própria bandeira. Ana Maria Mauad e Tarsila Pimentel analisam em “A fotógrafa, a cantora e as imagens da boa vizinhança” as imagens acerca do Brasil produzidas pela fotógrafa norte-americana Genevieve Naylor. Procuram demonstrar como, a despeito da exigência de uma cartografia cultural do continente americano, certos agentes produtores de cultura conseguiram romper com as determinações da política cultural dos Estados Unidos. Encerra o livro o capítulo assinado por Norberto Ferreras, “A memória mutante do peronismo: arte e ideias na Argentina contemporânea”. Ferreras procura em sua análise entender o peronismo como uma cultura política que incorpora grupos diversos e distintos que se aproximam ao compartilharem as mesmas referências simbólicas e afetivas que compreendem o peronismo. Essas diversas referências Norberto Ferreras procura na literatura, na internet, na pintura e em variadas formas de manifestação artística. Mais uma vez, penso que o modelo elaborado por Quadrat e Rollemberg em obra acima citada contribui de forma determinante para os textos cá apresentados.

290

O livro, a meu ver, demonstra a vitalidade do trabalho do historiador contemporâneo quando estabelecido a partir de dois focos. Por um lado, *por dentro* da história, ao abarcar diversas metodologias e perspectivas teóricas, aproximando história política, história cultural, história econômica, tempo presente. Por outro lado, *por fora* da história, ao ultrapassar seus “canteiros” e dialogar com a política, a antropologia, a sociologia etc. Creio, por fim, que o presente livro demonstra a vitalidade do papel do intelectual. Talvez já não mais do ícone individual conforme referido no início deste texto. E seguramente também não no sentido do “intelectual orgânico” como pretenderia uma abordagem dogmática cara a certa tradição marxista. A produção coletiva que aqui se apresenta provavelmente dá razão ao texto Sirinelli. Se o paradigma individual segundo o modelo Zola havia se esgotado, ele permanece como um esforço que, necessariamente coletivo, não elimina o indivíduo. Por isso a ênfase que procurei demonstrar em uma série de outros trabalhos e estudos – e mais poderiam ter sido citados – que seguramente influenciam e foram influenciados pelo trabalho que aqui resenho.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Da história detalhe à história problema: o erudito e o intelectual na elaboração do ensaio e do saber histórico. **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, v. 10, n.º 2, 2004.
- BERMANN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da Modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- ELLIOT, J. H. 1992. A Europe of composite monarchies. **Past & present**, nº 137, Oxford, p. 8-71.
- CARDIM, Pedro. **Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime**. Lisboa: Cosmos, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**: revista de história, Rio de Janeiro, n. 1, 2000.
- CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano de trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- CUNHA, Mafalda Soares da. **A casa de Bragança (1560-1640)**: práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.
- HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**: instituições e poder político em Portugal – século XVII. Lisboa: Almedina, 1994.
- RIBEIRO, G. S. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. 1ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- MONTEIRO, Nuno. **O crepúsculo dos grandes**: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832). Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2003.
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). 2010. **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. 3 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SILVA, Fernando Teixeira da; BATALHA, Cláudio; FORTES, Alexandre (org.). **Culturas de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. 1ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- WINOCK, Michell. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

As muitas máscaras de Euclides da Cunha

The many masks of Euclides da Cunha

MELO E SOUZA, Ronaldez. *A geopoética de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, 216 p.

Fernando Nicolazzi

f.nicolazzi@hotmail.com

Professor adjunto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Avenida Bento Gonçalves, 9500 – Agronomia

91501-970 – Porto Alegre – RS

Brasil

Palavras-chave

Euclides da Cunha; Estilo; Narrativas.

292 Keywords

Euclides da Cunha; Style; Narratives.

Enviado em: 1/5/2012

Aprovado em: 3/6/2012

Foi Sílvio Romero quem sugeriu que Euclides da Cunha, na véspera do lançamento de *Os sertões*, deitou-se desconhecido para levantar-se na manhã seguinte como autor consagrado. Dormindo como ex-cadete rebelde e descontente com os desmandos da hierarquia militar, como curioso repórter que investigou e relatou as agruras do sertão baiano, como engenheiro dedicado trabalhando, dia seguinte após dia seguinte, na reconstrução de uma ponte em São José do Rio Pardo, acordava naquela manhã de dezembro de 1902 como escritor celebrado pela imponência de uma obra singular, cujos juízos, naquele mesmo momento, já se mostravam variados e em muitos casos contraditórios.

A fortuna crítica do autor só fez crescer, ao longo das décadas, a diversidade das perspectivas voltadas não apenas para os escritos sobre os confrontos ocorridos no arraial de Canudos, mas também sobre o conjunto da sua produção discursiva, seja o relato sobre a viagem amazônica, sejam os escritos de história ou crítica literária, seja mesmo o corpus documental formado pelas cartas trocadas com muitos e distintos correspondentes. Uma das questões que despontam com inquietante constância desde os primeiros comentários logo após a publicação da primeira edição até análises mais recentes é a do estatuto possível a ser conferido aos textos euclidianos, notadamente ao seu livro mais conhecido, *Os sertões*. Trata-se de obra de ciência ou de arte, realidade ou ficção, literatura ou história? Um número considerável de estudos já foi publicado sobre a questão e seria despropositado elencar os títulos para corroborar a assertiva.

O livro de Ronaldo de Melo e Souza, *A geopoética de Euclides da Cunha* insere-se no debate apresentando ao leitor, logo nas primeiras linhas, a tese que pretende sustentar: a de que Euclides da Cunha, escrevendo *Os sertões* e *Um paraíso perdido*, notabilizou-se como “um dos maiores poetas da prosa de ficção no vasto domínio da literatura ocidental” (MELO E SOUZA 2009, p. 7). Para o autor, Euclides oferece uma perspectiva intelectual renovadora, talvez mesmo revolucionária, situada em uma dupla dimensão poética: “a primeira subage como princípio articulador da narrativa poética do sertão e da selva. A segunda se compagina nos vários escritos teóricos de Euclides da Cunha acerca da vinculação essencial do cientista e do artista” (MELO E SOUZA 2009, p. 7). É, então, a partir desta articulação entre a escrita euclidiana e suas reflexões sobre a própria condição desta escrita que Ronaldo de Melo e Souza enceta sua interpretação no intuito de desvendar as muitas máscaras das quais Euclides da Cunha se serve para constituir sua polivalente *persona* poética. A ideia fundamental subjacente a esta análise é a de que o escritor jornalista, para dar conta da representação de um objeto com características múltiplas e ambivalentes, teve de se constituir como um intérprete multifacetado do mundo dado a sua interpretação.

Para tanto, o livro desdobra-se em duas partes correlatas, nas quais se propõe, na primeira parte, que as “máscaras narrativas” assumidas por Euclides podem ser definidas pelos seguintes termos: “observador itinerante, pintor da natureza, encenador teatral, investigador dialético, refletor dramático e historiador irônico”. Dessa maneira, ele teria constituído sua originalidade por meio da relação íntima estabelecida com seu objeto primordial, isto é, *a terra*, encarada tanto como uma realidade empírica que condiciona a existência humana,

quanto como um tema discursivo sobre o qual se voltaram, ao longo do tempo, diversas tradições de pensamento. Assim, trata-se ali de apresentar, como se faz na segunda parte, a geopoética desenvolvida por Euclides, seja ela voltada para o sertão, seja para a selva.

A figura do "observador itinerante", daquele cujo deslocamento no espaço permite a interação com o objeto observado, é pensada em articulação com a tarefa narrativa, através da qual, mais do que colocar-se à distância da coisa narrada, o narrador assume a instância "intersubjetiva do conhecimento" (MELO E SOUZA 2009, p. 15). Intersubjetiva, pois, na compreensão do autor a terra é, para Euclides, antes de um simples objeto dado à fria análise calculista, exterior a quem analisa, um "sujeito dotado de força vital, como personagem em ação" (MELO E SOUZA 2009, p. 23). Valendo-se da estratégia discursiva de intercalar as pessoas gramaticais, a impessoal terceira pessoa do singular com as duas primeiras pessoas, a do singular e a do plural, Euclides opera um consórcio entre narrador e observador itinerante que rompe com uma perspectiva distanciada de conhecimento: "o narrador representa os valores afetivos, volitivos e cognitivos do observador, mas não se representa". Dessa maneira, o leitor é conduzido pela narrativa, acompanhando o trabalho da observação que foi feita e, assim, sendo capaz de compreender de forma mais plena o drama do objeto representado.

A máscara do "pintor da natureza" correlaciona-se com a do observador itinerante na medida em que é ainda o lugar da viagem que desempenha um papel primordial nesta feição da narrativa. Nesse sentido, Ronaldo de Melo e Souza aponta para a filiação de Euclides ao naturalista e viajante alemão Alexander von Humboldt. Este oferece uma compreensão da tarefa do viajante-observador, articulando os preceitos da ciência com uma formulação poética do objeto, pertinente aos desígnios colocados a si mesmo pelo escritor-engenheiro: "a descrição científica se processa em consonância com uma teoria da arte que preconiza a estetização da ciência, 'uma estética de tratar as ciências naturais'" (MELO E SOUZA 2009, p. 27). Aliado ao apuro na observação, o pintor é aquele que consegue representar a plena dramaticidade da terra, contribuindo para a riqueza da narrativa euclidiana e realizando duas funções específicas: "a primeira consiste no emolduramento da narrativa, em que se encaixam as cenas plasticamente dramáticas. A segunda se traduz na sequência intercalada, mas coesa, das cenas que vão compondo o enredo paulatino e progressivo da tragédia da terra" (MELO E SOUZA 2009, p. 34). Nesse sentido, e amparado por uma tradição considerável de escritores, desde Hesíodo até o naturalista alemão do século XVIII Johann Wilhelm Ritter, a qual estabelece a relação intrínseca entre o homem e a natureza que o envolve, o tão propalado "naturalismo" de Euclides é colocado, pelo autor, em plano diferenciado: não se trataria ali de personificação da natureza, uma vez que esta se constitui como entidade já personificada antes mesmo da representação encetada. Assim, "na geopoética de *Os sertões*, a potência telúrica desempenha o papel de protagonista do drama da vida que se impõe com o máximo vigor, suplantando a inflexão inercial dos poderes eventualmente adversos" (MELO E SOUZA 2009, p. 37).

Junto com o observador e o pintor, a narrativa de Euclides da Cunha constitui outra máscara importante: o “encenador teatral”. Neste caso, os fatos narrados são assumidos como peças importantes de um enredo um tanto mais vasto que situa os elementos da natureza, aí compreendido o próprio homem como personagens e figurantes que se relacionam de maneira recíproca. Contudo, antes de um mecanicismo que opõe em lados distintos os pares antagônicos da disputa no sertão baiano, a todo momento se opera na narrativa a ambivalência entre vencedores e vencidos, dotando a cena trágica de um vitalismo que se aproxima fortemente à dimensão telúrica que Euclides confere a sua poética.

A quarta máscara é a do “investigador dialético”, ou seja, daquele que apresenta um argumento imponente a respeito dos aspectos definidores do processo histórico brasileiro, no caso, “a complexidade do problema etnológico e religioso” (MELO E SOUZA 2009, p. 51). Neste capítulo, o argumento se funda na impossibilidade de uma abordagem puramente cartesiana para o objeto de representação escolhido por Euclides, uma vez que se faz necessário “um diálogo intertextual com outros discursos” e uma abordagem desarmada por parte do intérprete, isto é, sem esquemas conceituais *a priori*. Nas palavras do autor, “na perspectiva do narrador que se põe a caminho para adquirir conhecimento, ver não significa projetar o esquema conceptual de um ponto de vista prefixado, mas ser afetado pela complexidade do que se vê” (MELO E SOUZA 2009, p. 51). Daí a dimensão dialética do investigador: uma posição “multiperspectivada”, onde, inclusive, há lugar para ambivalências e contradições, e a consciência do papel participativo do observador na cena narrada, afinal, “o observado depende da instância do observador” (MELO E SOUZA 2009, p. 58). Dessa maneira, o autor defende que não há um lugar único de onde Euclides da Cunha lançava seu olhar e que tampouco estabelece sua narrativa de um ponto em particular: o narrador euclidiano é sempre um narrador em movimento, alterando máscaras a todo momento de modo a tornar inteligível e, no limite, representável seu objeto.

Com isso, além das quatro máscaras já mencionadas, há ainda duas outras: a do “refletor dramático”, aquele capaz de assumir plenamente a dimensão de dramaticidade dos acontecimentos em Canudos e, a partir daí, propiciar a reconciliação do homem com seu meio. Assim, “na condição de refletor da experiência afetiva, cognitiva e volitiva do ser humano, o artista euclidiano representa o vínculo nupcial em que homem e mundo se intimizam” (MELO E SOUZA 2009, p. 72). Dessa maneira, não há na representação de *Os sertões* um descompasso entre o sensível e o inteligível, pois ambos coadunam-se de forma que a experiência humana em sua plenitude seja apreendida.

Por fim, a sexta e última máscara de Euclides é a do “historiador irônico”, daquele cujo intuito primordial é colocar um espelho diante da própria sociedade, mostrando sua própria face e questionando os preconceitos com que ela manifesta sua relação com este outro que se encontra no próprio seio da nação: o sertão e o sertanejo. Com isso,

na condição de historiador de *Os sertões*, Euclides se revela insincero com o patriotismo farfalhado da oligarquia travestida de república, precisamente porque se comporta como advogado de defesa dos supostos monarquistas sertanejos. [Assim], a militância participativa do historiador euclidiano se traduz na dissonância irônica da voz que interpela os vencedores e na consonância trágica da voz que se compadece dos vencidos (MELO E SOUZA 2009, p. 87).

Ou seja, diante de uma situação social marcada pela distorção dos valores e diante de uma sociedade caracterizada pela fragilidade da organização política, a história deve ser percebida pelo seu viés irônico, que a situa antes próxima do discurso ficcional do que na análise científica. Ronalds de Melo e Souza é claro em sua posição: "a estrutura pressupositiva do historiador euclidiano se reporta à arte da ficção narrativa, e não à ciência histórica" (MELO E SOUZA 2009, p. 84).

Portando estas seis máscaras narrativas, Euclides da Cunha se torna o inventor de uma "poética da terra", tema tratado na segunda parte do livro voltada justamente para a chamada "geopoética euclidiana". Considerando a dimensão "personativa" da narrativa de Euclides, o autor sugere que ele estabelece uma relação de aproximação com a terra, convertida em objeto primordial da sua poética seja quando se trata da ignota terra do sertão baiano, seja a porção desprovida de história da Amazônia. A partir desta relação telúrica, Ronalds de Melo e Souza questiona as aproximações ao viés naturalista de *Os sertões*, defendendo sem meias palavras que "a narrativa euclidiana nada tem a ver com o naturalismo" (MELO E SOUZA 2009, p. 110). Seu argumento ampara-se no que acredita ser menos uma abordagem determinista do meio do que uma perspectiva em que a terra é encarada como entidade orgânica em quase simbiose com o narrador que procura desvendar e representar seus mistérios.

Assim encarada, a interpretação de Euclides converte-se em uma poética pois, segundo a análise do livro, o eixo primordial da sua representação, na fronteira sempre ambivalente entre arte e ciência, é o discurso ficcional. Coerente com o objeto que se mostra fluido e inapreensível pelas grades de um discurso puramente objetivante, o escritor-engenheiro encontrou na singularidade de sua prosa, marcada pelo movimento narrativo constante e pelas inúmeras máscaras assumidas a forma ideal para dar conta da complexidade de seu objeto.

Adotado, em última análise, o critério do foco narrativo em movimento contínuo, que consideramos o traço específico do discurso ficcional, a narrativa euclidiana do sertão e da selva não somente se credencia como obra de ficção, mas também como *opus magnum* da narrativa ficcional brasileira (MELO E SOUZA 2009, p. 115).

Eis a dimensão da "revolução" desencadeada por Euclides da Cunha, situando-o em posição de destaque não apenas no contexto tropical como na literatura mundial em escala mais ampla.

A geopoética de Euclides da Cunha substancia-se na correlação do aporte telúrico de sua narrativa, marcado pelo potencial imagético e dramático de sua prosa, com as considerações de natureza teórica a respeito do trânsito entre arte e ciência que se encontram espalhadas em diversos textos que constituem

sua obra. Para Melo e Souza, boa parte do entendimento formado pelo escritor fluminense a respeito da atividade intelectual encontra-se no contato mantido com autores de tradição germânica, notadamente situados no movimento romântico encabeçado, entre outros, por Johann Wolfgang von Goethe e a chamada escola de Jena. Teria sido tal tradição que ofereceu os aspectos mais fundamentais da compreensão euclidiana da terra, além da sua maneira bastante particular de perceber o “consórcio da ciência e da arte”.

Além do romantismo alemão, outras tradições também alimentaram a escrita euclidiana. Contrapondo-se ao primado cartesiano da razão matemática, a postura de Euclides da Cunha estaria, segundo o livro, em consonância também com a mitopoética da “ciência nova” de Giambattista Vico. Em argumento no mínimo polêmico, Ronaldo defende que foi por meio da “fantasia filosófica de Vico”, através da qual Euclides pôde perceber o aspecto central da poética da terra como “fonte primeva de todas as manifestações culturais e literárias das antigas civilizações”, que ele encontrou os meios para se “contrapor aos valores artísticos e científicos dominantes em seu tempo” (MELO E SOUZA 2009, p. 148). Tal contraposição, inclusive, faz dele, ao mesmo tempo, um “denunciador do divórcio da ciência e da arte” e, como já salientado, um “adepto da escola romântica alemã”, uma vez que sua forma de encarar o mundo baseia-se antes na conjunção entre “sensível e inteligível”, “alma e corpo”, espírito e natureza” do que na dicotomia supostamente empobrecedora de tais elementos.

Irmanado com a terra, geopoeta do sertão e da selva, Euclides da Cunha situar-se-ia, como um narrador na fronteira entre o “arcaico e o moderno”, mas também entre o cientista e o poeta. Se a mitologia antiga lhe oferece os pressupostos de uma compreensão menos reducionista do meio circundante e dentro do qual o homem age e interage, parte do ideal científico moderno, sobretudo aquele distante da razão cartesiana, deu a ele condições de pensar um procedimento de análise mais em consonância com a complexidade dos objetos do mundo. Dessa maneira, a posição ocupada por Euclides não possui equivalente na cultura de seu contexto. Como salienta Ronaldo de Melo e Souza,

intempestivo no seu tempo, sobretudo por não se filiar ao projeto racionalista da ciência nem ao ideário esteticista das letras, o consórcio euclidiano da ciência e da arte se fundamenta na época anterior à vigência histórica da metafísica e no período goetheano que confutou o paradigma físico-matemático do conhecimento (MELO E SOUZA 2009, p. 194).

Em muitos momentos da leitura do livro, o leitor fica com a impressão de que Euclides da Cunha escreveu *apesar de* seu próprio tempo, como se o contexto das discussões ali engendradas pouco ou nada tivessem contribuído para os contornos de sua obra: suas fontes são sempre externas a ele, seja o romantismo alemão, seja a mitologia antiga, seja a compreensão oferecida por Vico. Se as sugestões intertextuais oferecidas por Ronaldo podem incitar caminhos interessantes de interpretação dos textos euclidianos, ao mesmo tempo correm o risco de encarar um autor descolado do ambiente intelectual que definiu seu campo de possibilidades e também seus interditos. E isso nada

tem a ver com um possível reducionismo ao contexto social, afinal, há tempo se sabe que a noção de contexto é um tanto mais vasta, envolvendo inclusive contextualidades discursivas que transcendem o mero reflexo sociológico.

Além disso, a constância com que pares antitéticos são mobilizados no livro parecem mais confundir do que esclarecer seu leitor. Alguns exemplos ilustram esta sensação:

a propriedade fundamental da unidade polarizada, que preside à gênese e ao desenvolvimento da vida em geral, consiste em dividir o unido e, simultaneamente, unir o dividido. Na divisão originária de um e dois e na união primordial de dois e um, o estatuto vital se compraz em separar, reunindo, e em reunir, separando (MELO E SOUZA 2009, p. 143).

Não há como desfazer a disjunção conjuntiva ou a conjunção disjuntiva de um aquém e de um além horizonte. A visibilidade do aquém repousa na invisibilidade do além. Entre o aquém e o além, o homem, já de si, é o horizonte, o delimitante de um ilimitado inesgotável (MELO E SOUZA 2009, p. 179).

Último exemplo que pode deixar o leitor aturdido: “o microcosmo atômico é uma esfinge em miniatura, que se manifesta na cifra hieroglífica da eurritmia dos contrários” (MELO E SOUZA 2009, p. 198).

Enfim, *A geopoética de Euclides da Cunha* insere-se na tradição de fortuna crítica indicada no início desta resenha, defendendo com vigor uma postura bastante singular. Leituras futuras do livro poderão, certamente, realimentar o debate ali proposto sobre um autor das proporções de Euclides da Cunha.

Sobre as possibilidades do conhecimento histórico

On the possibilities of historical knowledge

SALOMON, Marlon (org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011, 374 p.

Glaydson José da Silva

sglaydson@hotmail.com

Professor adjunto

Universidade Federal de São Paulo

Estrada do Caminho Velho, 333 – Bairro dos Pimentas

07252-312 – Guarulhos – SP

Brasil

Palavras-chave

História; Verdade; Tempo.

Keywords

History; Truth; Time.

299

Enviado em: 9/1/2012
Aprovado em: 12/6/2012

"História, verdade e tempo: três linhas precisas que podem ser tomadas a partir de múltiplas perspectivas". Com esta frase Marlon Salomon – professor da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás – dá início à apresentação do volume, precedida por uma elaborada análise do mesmo feita por Durval Muniz de Albuquerque Junior, como prefácio. Essas palavras iniciais resumem, a justo título, não só o conteúdo tematicamente tratado, mas, também, a diversidade das abordagens, característica comum a muitas coletâneas. Majoritariamente composto por contribuições de filósofos e historiadores, o que *per se* já guarda, em nosso contexto, alguma originalidade, o livro apresenta-se, de fato, como uma importante contribuição para teoria da história no Brasil; em seus diferentes capítulos seus autores se debruçam sobre questões que secularmente interessam à reflexão histórica.

A preocupação com a memória dos eventos passados, o quadro cronológico e uma interpretação dos acontecimentos são elementos de historiografia que são encontrados em muitas civilizações (MOMIGLIANO 2004, p. 55), e a alusão a essas primeiras experiências da narrativa histórica, ora para criticar ou fundamentar-se figura na base do conhecimento histórico posterior. "Da *historie* herodotiana à *história* moderna, passando pela *historia* romana e medieval, a continuidade parece efetivamente clara" (HARTOG 2004, p. 16, grifos nossos). Desse modo, em uma longa tradição interpretativa, de um lado tem-se as necessidades de registro, as concepções de tempo, as ideias de continuidade, a preocupação com o presente, o rompimento com o mítico, com o fantástico, a necessidade de documentos, a impossibilidade de se tangenciar o real e os limites do conhecimento, a busca pela compreensão do total, o imperativo da pesquisa e, de outro, os juízos proferidos, a busca pelas causas e consequências, a crença no que se repete das ações humanas, os vínculos com os poderes oficiais, a história com caráter didático – mestra da vida. Aspectos definidores e presentes, *ab origine*, no ofício dos historiadores, os pontos ora arrolados são de compreensões historicamente variáveis. Presentes na historiografia antiga fundaram a reflexão histórica e perpassam, ainda hoje, o ofício e as preocupações dos historiadores e daqueles que refletem acerca das possibilidades do conhecimento histórico. A obra aqui apresentada retoma muitas dessas questões.

A totalidade dos textos que integra a *História, verdade e tempo* se volta para questões que orbitam o tema do livro, ora privilegiando um, dois, ou todos os aspectos. Esses aspectos aparecem abordados na obra de três diferentes modos: 1) A partir de reflexões nominadamente teóricas acerca da epistemologia da história: "O conceito de anacronismo e a verdade do historiador", de Jacques Rancière; "História, verdade e interpretação a partir da crise dos paradigmas", de Carlos Oiti Júnior; "História, desconstrucionismo e relativismo: notas para uma reflexão contemporânea", de Aarón Grageda Bustamante; "Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em história", de Jörn Rüsen; "Tempo e verdade: proposta de critério para um conhecimento histórico confiável", de Estevão de Rezende Martins e "A verdade entre ficção e a história", de Roger Chartier. 2) A partir da obra de autores:

"Foucault, Canguilhem e os monstros", de François Delaporte; "Existência e visão alegórica (Walter Benjamin)", de Luiz Sérgio Duarte da Silva; "Bachelard: verdade e tempo", de José Ternes; "Aristóteles e o fracasso de Tucídides", de Mônica Costa Netto e "Afrontar o perigo: a questão da história da verdade", de Marlon Salomon. 3) A partir de exemplos desenvolvidos, por meio da análise de objetos de estudo específicos: "O real dá-se ao olhar: perspectiva e visualização da verdade nas imagens da Renascença", de Henrique Luiz Pereira e "Por que se escrevia história? Sobre a justificação da historiografia no mundo ocidental pré-moderno", de Arthur Assis.

A variedade de autores, ordinariamente, encontra-se convertida em uma gama de variadas interpretações acerca dos eixos estruturadores do livro, o que evidencia a riqueza de sua contribuição, com a participação de autores nacionais e estrangeiros consagrados na área da teoria da história e de outros, não diretamente relacionados à área, mas, também, com importantes reflexões. Diversos em sua formação, área de atuação e compreensão do tema-objeto do livro, os autores, em suas aproximações e distanciamentos, estabelecem o *estado da arte* do pensamento histórico, com seus limites e dilemas (em contribuições com densidades por vezes muito desiguais) com os quais lidam especialistas e interessados no conhecimento histórico em geral. Proponho nesta resenha uma análise da obra a partir dos três eixos supracitados em que vislumbro as diferentes contribuições.

Reflexões nominadamente teóricas acerca da epistemologia da história

Em um erudito capítulo Jacques Rancière analisa o lugar do anacronismo no pensamento histórico, entendendo-o como o "conceito-emblema com o qual a história afirma sua especificidade" (SALOMON 2011, p. 44), concluindo que "não existe anacronismo", mas modos de conexão de anacronias – "acontecimentos, noções, significações que tomam o tempo de frente para trás. Para Rancière, a multiplicidade das temporalidades e dos sentidos "deveria ser o ponto de partida de uma ciência histórica menos preocupada com a respeitabilidade "científica" e mais preocupada com o que quer dizer 'história'" (SALOMON 2011, p. 49). Por abordar um aspecto nevrálgico do pensamento histórico de modo tão elaborado este texto é, de fato, uma importante contribuição do volume. Em vertente totalmente oposta e assumida como conservadora, ao analisar o contexto dos trinta anos que sucederam o interesse dos historiadores para o campo da linguagem e do significado, no âmbito da representação, no que denomina "era do representacionalismo" (SALOMON 2011, p. 158), Aarón Grageda Bustamante bate-se pela busca da verdade e da objetividade na história, vista a substituição da realidade por representação/entronização do ceticismo, dos preceitos pós-modernos. Crê que "conhecer verdadeiramente o passado permite entender a circunstância presente e situar-se" (SALOMON 2011, p. 183). A visão reducionista do desconstrucionismo, grande monstro combatido por Bustamante, aparece problematizada no capítulo de Carlos Oiti Berbert Júnior, cujo objetivo é mapear "a apropriação dos textos de vários autores ligados à filosofia com o intuito de reforçar ou refutar a capacidade de a história referir-se ao passado" (SALOMON

2011, p. 76). O autor “resgata” o pensamento de alguns filósofos do reducionismo da instrumentalização de suas obras. Tomando um exemplo brasileiro, critica a voz canônica de Ciro Flamarion Cardoso, quando este diz, por exemplo: “Para mim Castoriadais, Foucault, a desconstrução, Deleuze, Derrida e todos os nietzschianos são pensadores de direita” (SALOMON 2011, p. 89).

Ainda nos domínios das possibilidades do conhecimento histórico, e, sobretudo, o lugar que nele ocupa a verdade, Estevão de Rezende Martins preocupa-se com “as condições de produção do conhecimento histórico verossímil e as condições de produção de inserção desse conhecimento em um arcabouço científico plausível e convincente” (SALOMON 2011, p. 292-293). Denomina o que se designa de pós-modernismo de *nova versão crepuscular da teoria do conhecimento*, de cunho cético e idolatria arbitrária do discurso, de cuja *epidemia* (termo usado pelo autor) a história não escapou. Essa crítica contundente do autor parece desmerecer avanços importantes no campo das possibilidades de interpretação do conhecimento, reduzindo-as ao limite. Jörn Rüsen e Roger Chartier, de modo não assertivo e não categórico, diferentemente, desdobram a questão da verdade, a partir, sobretudo, dos limites da interpretação e do intérprete. Para Rüsen, o pensamento histórico não modifica o passado, as *res gestae*, mas o passado se torna “melhor” em relação “ao novo status que ganham os fatos do passado no curso da sua interpretação” (SALOMON 2011, p. 280). Para Chartier, tanto os textos da ordem da ficção quanto aqueles dos registros autobiográficos, documentais, normativos etc, estão na chave de compreensão das práticas e das representações, estando a história dependente *das fórmulas que governam a produção de narrativas* (SALOMON 2011, p. 354), visto pertencer a história à classe das narrativas, mas não concorda, como já descrito em clássico debate com Hayden White, com a sua redução da história a essa instância.

302

Reflexões a partir da obra de autores

A partir da análise do discurso médico feita por Foucault, François Dellaporte situa a história da verdade e o lugar que esta ocupa no pensamento foucaultiano.

No nível em que se situa Foucault, a saber, o da descrição de uma transformação epistemológica, a questão da predicação do verdadeiro, quaisquer que sejam suas modalidades, não é pertinente. Foucault não se interessa nem pelas falsas afirmações cientificamente verdadeiras ou falsas, nem pelas divisões do verdadeiro e do falso em um determinado momento, tampouco pelo “dizer verdadeiro” da história epistemológica. O que Foucault analisa é o próprio discurso como prática, à medida que este define o espaço no qual é preciso se situar para estar “no verdadeiro” (SALOMON 2011, p. 56).

Essa percepção de Dellaporte poderia ser estendida à obra de Foucault em sua quase totalidade. Importante referência histórica de Foucault, Paul Veyne tem suas preocupações com a verdade analisadas por Marlon Salomon, cujo objetivo é “a análise que Paul Veyne faz da maneira como Foucault concebe a verdade, alguns objetivos implícitos nessa análise e o esboço de algumas

hipóteses que podem ser desenhadas a partir disso para um trabalho porvir” (SALOMON 2011, p. 326). Ideias de história e possibilidades do conhecimento histórico a partir de Walter Benjamin, Bachelard e Tucídides são objetos dos capítulos de Luiz Sérgio Duarte da Silva, José Ternes e Mônica Costa Neto. Silva busca localizar o que, na obra de Walter Benjamin, *são as características da condução existencial moderna e da forma de leitura que ela possibilita*. As reflexões acerca do conhecimento histórico em Bachelard, já tratadas *en passant* no texto de Dellaporte são desenvolvidas por Ternes, que busca evidenciar, na obra do autor, sua noção de ciência e o status que nela ocupa a verdade. A contraposição aristotélica entre filosofia, poesia e história e o pensamento histórico de Tucídides, à luz das reflexões de Moses Finley, é o objeto de análise Netto. A riqueza desse conjunto de capítulos encontra-se, sobretudo, no fato de aliar a reflexão teórica ao estudo de casos, em analisando a obra dos diferentes autores arrolados.

Reflexões a partir de exemplos

Verdade, objetividade e capacidade de descrição do mundo de modo objetivo a partir do estudo do Renascimento é o objeto de Henrique Luiz Pereira Oliveira, que busca “pensar as imagens não como representação, mas como a própria construção da possibilidade de existência de um mundo objetivo, real e verdadeiro” (SALOMON 2011, p. 135). A generalização dos conceitos de Renascimento e Ocidente estruturam a análise. O trabalho de Arthur Assis tem no título a explicitação do objeto analisado. Com exemplos que remontam à Antiguidade Clássica, o autor analisa a justificação da historiografia no mundo ocidental pré-moderno, traçando um percurso que permite visualizar da exemplaridade da escrita da história à crítica dessa mesma exemplaridade pelo método filológico.

A leitura de *História, verdade e tempo* apresenta, por fim, a busca pela reflexão de problemas estruturadores do pensamento histórico e de suas possibilidades, evidenciando os diferentes caminhos trilhados por aqueles que se aventuram nessa busca. Professores e alunos de história e interessados em geral muito se beneficiarão dessa obra, que cumpre importante papel no cenário de reflexões de teoria da história, ainda tão incipiente no Brasil.

Referências bibliográficas

HARTOG, François (org.). **A história de Homero a Santo Agostinho**. Tradução de Jacynto Lins Brandão. Belo Horizonte: EdUFMG, 2004.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: Edusc, 2004.

Pareceristas deste número

reviewers of this issue

Pareceristas deste número

Adriana Barreto de Souza (UFRRJ)
Alexandre Avelar (UFU)
Alvaro Antonio Klafke (UPF)
André Macedo Duarte (UFPR)
Arthur Alfaix Assis (UnB)
Benito Schmidt (UFRGS)
Carlos Vinícius Costa de Mendonça (UFES)
Cássio Fernandes (UNIFESP)
Cesar Augusto Guazzelli (UFRGS)
Claudia Regina Andrade dos Santos (UNIRIO)
Claudia Wasserman (UFRGS)
Darío G. Barrera (Universidad Nacional de Rosario)
Denis Bernardes (UFPE)
Diogo da Silva Roiz (UEMS)
Eduardo Sugizaki (UFG)
Eliane Misiak (FURG)
Fabiana de Souza Fredrigo (UFG)
Fábio Franzini (UNIFESP)
Fabio Duarte Joly (UFOP)
Felipe Charbel Teixeira (UFRJ)
Francisco Ortega (University of Helsinki)
Geraldo Antonio Soares (UFES)
Geraldo Magela Pieroni (UTP)
Gilvan Ventura da Silva (UFES)
Giselle Martins Venancio (UFF)
Helder Volmar Gordim da Silveira (PUC-RS)
Henrique Modanez de Sant'Anna (UnB)
Henrique Estrada Rodrigues (PUC-Rio)
Jacy Alves de Seixas (UFU)
João Fábio Bertonha (UEM)
José Henrique Borralho (UEMA)
José Iran Ribeiro (UFSM)
José Antonio Vasconcelos (USP)
Juan Andres Bresciano (Universidad de la República)
Juliana Bastos Marques (UNIRIO)
Juremir Machado da Silva (PUC-RS)
Kátia Rodrigues Paranhos (UFU)
Keila Grinberg (UNIRIO)
Lilian Martins de Lima (UNESP-Franca)
Lucia Grinberg (UNIRIO)
Lucília de Almeida Neves Delgado (UnB)
Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos (Ministério das Relações Exteriores)

Luis Reznik (PUC-Rio)
Luisa Rauter Pereira (UFOP)
Mara Rodrigues (UFRGS)
Marcelo Balaban (UnB)
Márcia Chuva (UNIRIO)
Márcia de Almeida Gonçalves (UERJ)
Marcus Vinicius Corrêa Carvalho (UFF)
Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ)
Maria Nazaré de Camargo Pacheco Amaral (USP)
Marlon Salomon (UFG)
Mateus Henrique Pereira (UFOP)
Miguel Palmeira (USP)
Norberto Guarinello (USP)
Patricia Hansen (Universidade de Lisboa)
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO)
Raquel Machado Gonçalves Campos (UFRJ)
Rebeca Gontijo (UFRRJ)
Robert Newcomb (University of California-Davis)
Robert Wegner (FIOCRUZ)
Roberto Guedes (UFRRJ)
Rodrigo Ribeiro Alves Neto (UNIRIO)
Rodrigo Turin (UNIRIO)
Roy Hora (Universidad de San Andrés)
Sérgio da Mata (UFOP)
Sergio Mejia (Universidad de los Andes)
Susani Silveira Lemos Franca (UNESP-Franca)
Tania Regina de Luca (UNESP-Assis)
Teresa Malatian (UNESP-Franca)
Thiago Lima Nicodemo (USP)
Tiago de Melo Gomes (UFRPE)

Normas de publicação

editorial guidelines

1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas:

1.1. Artigo inédito e original (entre 28.000 e 54.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas). Recomenda-se que os autores dividam o artigo em seções.

1.2. Resenha de livro (máximo de 18.000 caracteres com espaço). As resenhas devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra. Caso seja necessário, a bibliografia deve vir ao final da resenha, e as notas devem seguir os padrões editoriais da revista. Recomenda-se que as resenhas de livro escrito por um só autor apresentem uma avaliação crítica do trabalho à luz da literatura previamente existente sobre o tema.

1.3. Textos e documentos historiográficos. Os documentos devem ser antecidos por um pequeno texto de apresentação, escrito pelo autor da submissão. O conjunto (apresentação + documento) não deve ultrapassar os 80.000 caracteres com espaço. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

1.4. Entrevistas. Devem contar com um texto introdutório acerca do entrevistado. O conjunto (apresentação + entrevista) deve conter de 27.000 a 54.000 caracteres com espaços. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

2) A revista aceita três tipos de resenha:

2.1. Resenha resumo: texto que se limita a resumir ou descrever o conteúdo de um livro, sem qualquer crítica ou julgamento de valor, sem a preocupação de relacionar a obra resenhada a outras do mesmo gênero. Objetivo principal é informar o leitor e divulgar a obra.

2.2. Resenha crítica: além de resumir a obra, faz uma avaliação da mesma, apontando aspectos positivos e negativos, além de procurar situá-la em relação a outras do gênero ou que tratam do mesmo tema. Trata-se de um texto de opinião, também conhecido como recensão crítica. O objetivo da resenha crítica não é apenas informar o leitor sobre a obra, mas guiar o leitor no conjunto da produção historiográfica sobre um dado assunto, indicando parâmetros para o estudo de um tema, ao situar a obra em relação aos estudos e apontar suas contribuições e lacunas. Exige que o resenhista tenha conhecimentos da área e erudição suficiente para poder situar a obra em um contexto de estudos.

2.3. Resenha temática: trata de vários textos que tenham um assunto comum; é uma espécie de balanço bibliográfico sobre um tema. Tem caráter necessariamente crítico, pois demanda análise e opinião sobre os estudos tratados. Assim como no caso da resenha crítica de uma obra, a resenha temática também tem por objetivo guiar os leitores no conjunto dos estudos sobre um dado tema.

3) Os artigos devem conter, no início, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.

4) Serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente.

5) Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

6) Quando houver financiamento da pesquisa, o autor deve indicar, em nota de rodapé ligada ao título da contribuição, a instituição financiadora.

7) As resenhas, os textos e documentos historiográficos e as entrevistas deverão conter três palavras-chave em português e em inglês, assim como os respectivos títulos nos dois idiomas.

8) Todos os artigos serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores *ad hoc*, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

9) Os artigos, resenhas, entrevistas e textos e documentos historiográficos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

10) As resenhas, entrevistas, e textos e documentos historiográficos serão avaliados por um membro do Conselho Editorial ou Consultivo, que levará em conta os critérios de pertinência temática do material apresentado com relação à linha editorial do periódico e a qualidade e consistência do texto da resenha, entrevista ou textos e documentos historiográficos.

11) As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista. Caso o autor considere recomendável colocar uma palavra-chave que não esteja contida no referido banco, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca. A solicitação será avaliada pelos editores.

12) As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, sem aspas, compondo parágrafo com recuo, à direita, de 1,5 cm, corpo 11 e espaçamento simples.

13) Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol, inglês, francês e italiano.

14) As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo. As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato: (ABREU 2005, p. 36).

15) As referências bibliográficas, listadas em ordem alfabética, devem estar no final do texto, com o título do livro/periódico em negrito, seguindo estritamente as normas da ABNT.

16) A partir do seu terceiro número, a revista **História da Historiografia** adotou a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

17) O envio de manuscritos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à **História da Historiografia**, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas.

310

18) Todas as colaborações devem ser enviadas exclusivamente pelo site da revista: www.ichs.ufop.br/rhh.

Diretrizes para autores

guidelines for authors

1) Sugestões para a elaboração de resumo:

O resumo é um breve sumário do artigo. Ele não deve ser uma introdução do texto, mas uma descrição completa e sintética do conteúdo do artigo, indicando os objetivos e os aspectos centrais do argumento, a forma de abordagem do tema e as conclusões e/ou hipóteses do estudo. As informações devem ser expostas em um parágrafo, com narrativa contendo introdução (tema central do estudo e objetivos), meio (forma de abordagem do tema e fontes utilizadas) e fim (conclusões ou hipóteses principais).

1.1. Detalhamento das partes do resumo:

Introdução: a parte inicial do resumo deve fornecer uma introdução ao tema ou problema do estudo. Ela deve identificar a questão central do trabalho. É preciso dizer em poucas palavras sobre o que é o artigo. A introdução deve ser seguida pelos objetivos (gerais e específicos) do estudo, sendo possível eliminar a introdução e expor os objetivos no início de forma mais direta.

Meio: apresenta de forma clara as questões, os objetivos, os argumentos centrais e a forma de abordagem do tema.

Fim: indica a conclusão principal do estudo ou a hipótese (quando houver).

312

1.2. O resumo deve poder responder às seguintes questões:

Do que o texto trata?

Quais os objetivos?

Como o estudo foi conduzido?

Quais foram os resultados ou as conclusões da pesquisa?

Lembramos aos autores que o resumo é o primeiro contato do leitor com o estudo e pode ser o único elemento recuperado nas bases de dados científicos sobre um determinado tema. Além disso, se o resumo for bem escrito poderá auxiliar os avaliadores do artigo, esclarecendo possíveis dúvidas sobre os objetivos e conclusões do autor. Também poderá atrair leitores para o texto.

2) Sobre as palavras-chave

As palavras-chave devem comunicar os conceitos e/ou categoriais centrais do estudo. A seleção criteriosa das palavras-chave facilitará a recuperação das pesquisas, uma vez que tais palavras são utilizadas na indexação e busca de estudos nas bases de dados científicos.